UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GUSTAVO MOURA DE CAVALCANTI MELLO

TEORIAS MARXISTAS SOBRE O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TEORIAS MARXISTAS SOBRE O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Gustavo Moura de C. Mello

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia

São Paulo, maio de 2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello
Teorias Marxistas sobre o Capitalismo Contemporâneo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

É inescapável: as formalidades convencionais aviltam as frases e automatizam os gestos, que ficam assim purgados dos conteúdos que deveriam animá-los. E se a experiência se expressa sob um padrão pré-definido, revela-se mero simulacro, sem significado substantivo. No entanto, nem sempre a vitória da forma é plena e definitiva, e por esse motivo é com sinceridade que agradeço ao meu orientador, o professor Ricardo Musse, cujas observações e sugestões, sempre perspicazes, foram decisivos para dar rumo à pesquisa e corpo ao texto. E uma menção especial deve ser feita à enorme paciência que demonstrou diante de minha desorganização, dos meus atrasos e dos meus “desaparecimentos”.

Não pretendo culpar ninguém pela falta de qualidade do trabalho ora apresentado, porém aproveito essas linhas para mencionar o papel decisivo que, além do Ricardo Musse, outros professores - como o professor Jorge Grespan, e particularmente o professor Eleutério Prado -, e diversos colegas desempenharam ao longo de minha trajetória universitária, particularmente no que tange aos meus estudos sobre o capitalismo, de uma perspectiva marxista. Seria impossível mencionar a todos e todas, que animaram conversas, cursos, seminários, e principalmente grupos de estudos, os quais, fora do “claustro”, foram de longe os espaços mais importantes para minha formação teórica.

Em relação aos agradecimentos, extrapolar esses limites, mencionando minha família, meus amigos e meus companheiros seria descabido e mesmo hipócrita, pois eles bem sabem que esta tese não é uma manifestação cabalística de minha existência, ou o ponto culminante de toda a minha trajetória de vida, como a “sessão de agradecimentos” normalmente dá a entender. O lugar que eles ocupam em minha vida é de outra ordem, escala e natureza, diante do qual esse trabalho se torna menos do que insignificante.

Carol, as obras que me inspiram teórica e politicamente talvez fossem dignas de homenageá-la, mas não um texto como este. É por esse motivo que me resumo a registrar a alegria de tê-la como minha amada e companheira.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) financiou a presente investigação.

Resumo

Mello, G.M.C. **Teorias Marxistas sobre o Capitalismo Contemporâneo**. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Nos últimos anos, sobretudo na esteira do acirramento do belicismo norte-americano e da subsequente crise econômica mundial, veio à tona um conjunto de temas que tradicionalmente constituíram objetos da análise marxista, e sobre os quais diversos membros desta tradição continuam a se debruçar. Nesse contexto, e a despeito do pouco espaço de circulação de suas teses, torna-se oportuno, por um lado, analisá-las com respeito ao abrangente quadro a que visam, qual seja, o da apreensão conceitual da hodierna fase de desenvolvimento capitalista; e, por outro, confrontar esse aparato teórico com um fenômeno empírico como o da última crise econômica mundial, cujos efeitos ainda se fazem sentir, e cujos desdobramentos são dignos de interesse.

Grosso modo, tendo como objetivo último fornecer uma contribuição ao debate marxista acerca da atual dinâmica da acumulação de capital e de suas principais tendências, buscamos, em primeiro lugar, perscrutar sua emergência à luz da fase do desenvolvimento capitalista que lhe precedeu, e fixar alguns elementos mais salientes de seu processo histórico de consolidação, bem como da configuração geral que veio a assumir. Na sequência, procuramos sintetizar e considerar criticamente determinados esforços marxistas de conceituação dessa nova fase, os quais organizamos por meio de “noções-chave” – a saber, de pós-modernidade e pós-modernismo; de globalização; de neoliberalismo; de financeirização; de hegemonia e de imperialismo. Por fim, valendo-nos desse conjunto de fatores, concentramos nossa atenção sobre o evoluir e o significado da mais recente crise econômica mundial.

Palavras-chave: marxismo, crítica da economia política, capitalismo contemporâneo, crise financeira, crise econômica mundial.

E-mail: gusmcmello@usp.br

Abstract

Mello, G.M.C. **Marxism(s) and Contemporary Capitalism**. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

In recent years, especially in the wake of the intensification of north american bellicosity and the subsequent global economic crisis, came to the surface a set of topics that have traditionally constituted objects of Marxist analysis, and on which several members of this tradition continue to address. In this context, and in despite of the limited room for the circulation of their thesis, it becomes appropriate, on the one hand, to analyze them with respect to the comprehensive framework they aimed at, namely, the conceptual apprehension of the coeval stage of capitalist development; and, on the other hand, to confront this theoretical apparatus with an empirical phenomenon as that of the last global economic crisis, whose effects are still being felt, and whose unfoldings are worthy of interest.

Roughly speaking, with the ultimate goal of providing a contribution to the Marxist debate concerning the present dynamics of the capital accumulation and its main trends, in the first place we have looked for peering its emergence in the light of the stage of capitalist development that preceded it, and fix some salient elements of its historical process of consolidation, as well as the general configuration that it came to assume. After that, we have sought to summarize and to critically consider certain Marxists efforts of conceptualizing this new phase, which we organized through "key-notions" - namely, post-modernity and postmodernism; globalization; neoliberalism; financialization; hegemony and imperialism. Finally, based on this set of factors, we have concentrated our attention on the development and the significance of the latest global economic crisis.

Keywords: marxism, contemporary capitalism, global economic crisis.

“Não há dúvida: existe uma secreta conexão entra a medida dos bens e a medida da vida; quer dizer, entre o dinheiro e o tempo. Quanto mais nulamente é preenchido o tempo de uma vida, mais frágeis, polimorfos, díspares são seus instantes, enquanto o grande período assinala a existência do homem superior. Muito corretamente, Lichtenberg propõe falar de apequenamento do tempo, em lugar de encurtamento, e é ele mesmo quem observa: ‘Algumas dúzias de milhões de minutos fazem uma vida de 45 anos e um pouco mais’. Onde está em uso um dinheiro do qual uma dúzia de milhões de unidades nada significa, ali a vida terá de ser contada em segundos, em lugar de em anos, para aparecer respeitável como soma. E nessa medida, ela será dissipada como um maço de notas de banco: a Áustria não consegue perder o hábito de calcular em coroas. / O dinheiro faz par com a chuva. O próprio clima é um índice do estado desse mundo. A felicidade é sem nuvens, não conhece clima. Chega também um reino sem nuvens dos bens perfeitos, sobre os quais não cai nenhum dinheiro. / Seria o caso de fornecer uma análise descritiva das notas de banco. Um livro cujo ilimitada força de sátira só teria igual na força de sua objetividade. Pois em nenhuma parte mais que nesses documentos o capitalismo se comporta ingenuamente em sua sagrada seriedade. O que se vê aqui de pequeninos inocentes brincando ao redor de cifras, deusas segurando tábuas de lei, e heróis amadurecidos enfiando sua espada na bainha diante de unidades monetárias, é um mundo por si: arquitetura de fachadas do inferno. – Se Lichtenberg tivesse encontrado o papel moeda difundido, o plano dessa obra não lhe teria escapado”.

“Conselho Fiscal”, Walter Benjamin

Índice

Introdução	P.9
Parte I – Elementos contemporâneos no capitalismo	
Capítulo 1. Um rebento da “Era de Ouro” do capitalismo	P.11
1. <i>Do “padrão-ouro” ao “sistema de Bretton Woods”</i>	<i>P.12</i>
2. <i>“Fordismo” e “keynesianismo”</i>	<i>P.29</i>
3. <i>Mudanças conjunturais e a dinâmica da crise</i>	<i>P.39</i>
4. <i>A crise do sistema de Bretton Woods em meio à crise econômica mundial</i>	<i>P.47</i>
Capítulo 2. Uma nova e turbulenta “ordem” mundial	P.53
1. <i>O vagalhão financeiro e o sistema monetário internacional sob o “padrão dólar-dólar”</i>	<i>P.53</i>
2. <i>A evolução dos principais mercados financeiros</i>	<i>P.92</i>
3. <i>O padrão de internacionalização do sistema produtivo</i>	<i>P.99</i>
4. <i>A reafirmação do poder norte-americano</i>	<i>P.109</i>
5. <i>A dinâmica da crise</i>	<i>P.111</i>
6. <i>A superação da crise de 2001 e a gestação da “mais recente” crise</i>	<i>P.124</i>
Parte II: O(s) marxismo(s) diante de desafios impostos pelo capitalismo contemporâneo	
Capítulo 3. O capitalismo contemporâneo em noções-chave	P.131
1. <i>Pós-modernidade e pós-modernismo</i>	<i>P.132</i>
2. <i>Globalização</i>	<i>P.160</i>
3. <i>Neoliberalismo</i>	<i>P.173</i>
4. <i>Financeirização</i>	<i>P.196</i>
5. <i>Hegemonia e Imperialismo</i>	<i>P.221</i>
Capítulo 4. A “última” crise econômica mundial e seus desdobramentos	P.261
1. <i>A bolha imobiliária e o evolver da crise</i>	<i>P.263</i>
2. <i>Variações marxistas sobre a crise e as perspectivas do capitalismo contemporâneo</i>	<i>P.275</i>
Conclusão	P.309
Referências Bibliográficas	P.312

Introdução

O atual desenvolvimento da acumulação de capital, em qualquer um de seus desdobramentos econômico, político, militar, cultural etc. -, seja qual for a escala que fixemos, tem trazido à tona uma gama de temas que ainda ontem eram considerados obsoletos pelo pensamento *oficial*. Nos últimos anos, as capas dos periódicos mais influentes no mundo estamparam notícias sobre um possível colapso da hegemonia e sobre as vicissitudes do imperialismo estadunidense, sobre a ameaça de depressão econômica, trazendo à tona as insuficiências do sistema financeiro e monetário internacional.

Trata-se de temas “clássicos” e caros aos marxistas, que, mesmo diante da crise econômica mundial ainda em curso, pouco espaço tiveram para pautar o debate em termos menos impressionistas, superficiais e embasbacados do que os mobilizados pelos atônitos analistas e consultores econômicos, tão versados na apologética e na produção de modelos econométricos como distantes da apreensão das determinações fundamentais da dinâmica global da acumulação de capital.

Não obstante as precárias condições de produção e difusão de suas teorias, tendo em vista a falta de espaço nos grandes meios de comunicação, nas universidades e institutos de pesquisa, nos periódicos acadêmicos, entre outros; e a despeito dos tênues e restritos laços que o une às (exíguas) organizações políticas anticapitalistas (revolucionárias) – o que acarreta profundas conseqüências, já que ele(s) tira(m) seu vigor intelectual da perspectiva revolucionária -, no interior do(s) marxismo(s) tem-se envidado uma série de esforços no sentido de compreender teoricamente o funcionamento e as tendências da atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Este texto constitui apenas mais uma tentativa de contribuir com esse esforço conceitual, valendo-se sobretudo de estudos realizados por um conjunto de autores marxistas, bem como de um repertório de dados empíricos.

Em um contexto no qual a crítica marxista se encontra tão “em baixa”, e no qual se rechaçam os estudos estritamente conceituais, sobretudo os que focam objetos amplos e abrangentes, talvez devêssemos despendar algumas páginas buscando justificar a proposta ora apresentada, e enfatizar a pertinência e a relevância dos resultados aos quais chegamos. Nos limitaremos, porém, a apresentar a estrutura da tese.

Cabe prevenir que não procuramos nos filiar a nenhuma das correntes do marxismo, e tampouco desenvolver um texto estritamente polêmico, apesar de apresentarmos os debates de maneira crítica, e de não nos furtarmos a realizar objeções às teses expostas, quando assim julgamos necessário. Ao contrário, a intenção é justamente identificar os pontos fortes dos autores

que referenciamos, e, por outro lado, situar suas contribuições teóricas na conjuntura específica em que foram produzidas.

Na primeira parte do texto – “Elementos contemporâneos no capitalismo” -, constituída pelo primeiro e segundo capítulos, é apresentada uma contextualização histórica geral, frisando alguns episódios e processos fundamentais para a conformação da presente fase de desenvolvimento da acumulação capitalista, enquanto etapa *singular*. O terreno da análise é o mercado mundial e a ênfase recai sobre os aspectos econômicos, focando sobretudo o desempenho da economia norte-americana. Mais especificamente, o primeiro capítulo trata da “Era de Ouro” do capitalismo, destacando o modo como sua constituição e seu esgotamento lançaram as bases para a contemporaneidade capitalista, objeto do segundo capítulo. Nos dois capítulos, busca-se analisar, de modo breve e geral, os processos de constituição e o funcionamento dos sistemas monetário e financeiro internacionais vigentes, bem como a dinâmica e a estrutura das empresas que dominaram o cenário industrial, as configurações do sistema interestatal, e o movimento específico de produção das crises econômicas.

A segunda parte do texto – “O(s) marxismo(s) diante de desafios impostos pelo capitalismo contemporâneo” -, subdivide-se em dois capítulos. O terceiro consiste num esforço de síntese de algumas contribuições teóricas decisivas para a compreensão do hodierno movimento da acumulação de capital, organizadas em torno de alguns conceitos ou noções amplamente debatidos nas últimas décadas, quais sejam: a de pós-modernismo e pós-modernidade; a de globalização; a de neoliberalismo; a de financeirização; a de hegemonia e a de imperialismo.

No quarto capítulo busca-se articular a análise mais propriamente empírica à propriamente conceitual, com base na investigação de um objeto concreto; a saber, a recente crise econômica mundial, cujos efeitos ainda se fazem sentir. Além de descrevê-la e de analisá-la, considerando seus desdobramentos imediatos, esboçaremos algumas proposições acerca de algumas de suas conseqüências mais profundas, no que tange, por exemplo, a certos impactos sobre a estrutura do sistema interestatal; à manutenção do dólar como moeda mundial, e de modo mais amplo, sobre o sistema monetário e financeiro internacionais; às configurações da luta de classes; e à dinâmica das crises vindouras.

Ciente dos riscos que corremos ao escolher uma perspectiva tão geral, tendo que nos restringir a poucas dimensões do objeto e ainda assim tratá-las de um modo um tanto unilateral e apressado, não hesitamos também em dividir, de certa forma, o esforço descritivo da análise conceitual, visando facilitar a leitura do texto.

Parte I – Elementos contemporâneos no capitalismo

Capítulo 1. Um rebento da “Era de Ouro” do capitalismo

Mesmo para um pesquisador que já nasceu na “nova” fase de desenvolvimento capitalista (um tanto mais longa do que aquela que lhe precedeu), como é o caso do autor desta tese, salta à vista que parte considerável das produções teóricas sobre o capitalismo hodierno, inclusive as marxistas, são marcadas por uma compreensão um tanto “estetizada” da chamada “Era de Ouro” do capitalismo. São muitos os que ainda hoje se espantam com a atual dinâmica da acumulação de capital, nutrido certa nostalgia em relação ao “*welfare* perdido”. Diante da barbárie capitalista talvez seja reconfortante apelar a um simulacro qualquer e alimentar ilusões reformistas, porém, uma compreensão do mundo em que vivemos certamente depende da superação do espanto e da nostalgia.

De modo a fixar alguns traços gerais do capitalismo contemporâneo, sobretudo em seus aspectos econômicos, convém considerar o processo histórico de sua consolidação. Para tanto devemos lançar mão de algumas análises e comparações com a fase que lhe precedeu, atentando, sobretudo, para as configurações gerais do sistema monetário internacional; do sistema financeiro internacional; da concorrência intercapitalista internacional, incluindo as formas predominantes de organização industrial; do sistema interestatal; e do Estado-nacional (mormente nos países centrais¹).

Na segunda metade do século passado produziu-se uma conjuntura bastante complexa. O sistema interestatal sofreu uma completa reestruturação, em meio aos escombros de Guerras Mundiais e à consolidação do domínio de duas potências concorrentes, ao redor das quais se organizavam os chamados “blocos” capitalista e soviético. Por outro lado, nesse momento colocaram-se uma série de condições para uma nova onda de acumulação de capital em escala planetária, devido à desvalorização forçada de grandes massas de capital no seio dos países capitalistas centrais - fruto da crise deflagrada em 1929 com o *crash* da Bolsa de Nova Iorque, e da utilização sem peias do vasto “patrimônio bélico” da humanidade -, bem como à maturação e difusão de inovações científicas, tecnológicas e organizacionais produzidas no final do século XIX

¹ Cabe ressaltar que empregamos a distinção entre “centro” e “periferia” do sistema capitalista de modo pouco rigoroso, apenas como um indicativo do caráter hierárquico do mercado mundial. Não se trata de um posicionamento teórico, em oposição a outras designações conceitualmente embasadas, como a de países “dependentes”, “imperialistas”, sub-imperialistas”, “colônias”, “semi-colônias”, e que tais. Não temos interesse em debater nesse momento a Teoria da Dependência, as teses sobre o “desenvolvimento desigual e combinado” e sobre as “trocas desiguais”, a noção de sub-imperialismo, e assim sucessivamente. Nesse nível “sub-teórico” ao qual nos limitamos nesse caso, só resta constatar que todos esses termos parecem apontar para importantes, e por vezes distintas características das clivagens que existem no âmbito dos sistemas interestatais.

e ao longo da primeira metade do século XX². Ademais, a vivacidade das experiências concomitantes da depressão, do desemprego generalizado, da hiperinflação, da instabilidade monetária, da especulação desenfreada, junto à ameaça soviética, ao ascenso de diversas organizações políticas de cunho contestatório ou mesmo revolucionário, tudo isso colocou na ordem do dia a reestruturação dos sistemas produtivo, comercial, financeiro e monetário internacionais, no que tange ao mercado mundial. Já no plano doméstico, nos países centrais, aos Estados nacionais se impunham as políticas intervencionistas anticíclicas, de “pleno emprego” e de seguridade social, bem como uma série de rearranjos institucionais no sentido de esmagar os elementos políticos subversivos e criar um conjunto de “compromissos” sociais “virtuosos”... da perspectiva da acumulação de capital, evidentemente.

1. Do “padrão-ouro” ao “sistema de Bretton Woods”

Tamanha era a necessidade de uma reestruturação do funcionamento do mercado mundial, em diversas de suas dimensões, que ainda entre 1942 e 1944, em meio à Segunda Guerra Mundial, ocorreu em Bretton Woods (Estados Unidos) uma série de encontros e negociações entre representantes de potências mundiais “aliadas” com o pretensioso fito de instituir uma “nova ordem econômica mundial”. E o evoluir histórico provou não se tratar de uma mera veleidade, pois se a emergência de uma nova fase do desenvolvimento capitalista extrapola em muito as decisões estatais e mesmo a intencionalidade dos empresários individuais, as medidas adotadas e o dirigismo econômico que vicejou tiveram profundas consequências sobre a dinâmica da acumulação que então se estabeleceu dali em diante.

Os objetivos gerais – declarados – dos encontros eram em grande parte consensuais: reestruturar um regime monetário unitário que, num ambiente de livre desenvolvimento do comércio internacional, garantisse a confiança na moeda de referência, sem, todavia, a rigidez cerceadora do antigo padrão-ouro, e tendo mecanismos eficientes para o fornecimento da liquidez necessária ao crescimento industrial e econômico que poderia ser impulsionado domesticamente nesse novo ambiente.

O que não era consensual era a decisão sobre quem capitanearia essas mudanças, e com que grau de protagonismo. É bastante conhecida a polarização entre as propostas da comissão

² Dentre essas inovações cabe citar as tecnológicas – como os motores elétricos e à explosão, mas também a energia nuclear e a automação, apesar da generalização do seu uso ser em grande medida posterior a esses “anos dourados” –, as organizacionais e normativas – comumente sintetizadas sob a designação de “fordismo”, resultado da articulação entre a “gerência científica”, o emprego de certas tecnologias e técnicas na linha de montagem, como a esteira mecânica, e a criação/imposição de padrões de comportamento e de consumo adequados à produção em massa, por meio da publicidade, dos meios de comunicação de massa, da ascendente indústria cultural como um todo, de igrejas, da difusão dos especialistas devotados ao controle social, da repressão aos elementos “não-adaptados” etc. –; inovações essas aplicadas em uma série de ramos indústrias que floresceram num ritmo e escala sem precedentes (a indústria de bens de consumo durável, com destaque para a automobilística, a indústria petroquímica, a de aviação comercial, a de transporte, a de armamentos, entre outras). Como fonte de dados e análises sobre os aspectos técnicos e tecnológicos desse processo, cf. a conhecida investigação de Landes, D. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

inglesa, coordenada por John Maynard Keynes, e da norte-americana, coordenada por Harry Dexter White. Keynes defendeu a criação da *Clearing Union*, instituição que seria responsável pela emissão do *bancor*, uma moeda bancária que serviria de referência às moedas nacionais. Cada país teria uma conta, em *bancor*, junto ao *Clearing Union*; em caso de superávit no balanço de pagamentos³, essa conta aumentaria, e o contrário ocorreria em caso de déficit. E o *Clearing Union* atuaria como uma espécie de banco central internacional, acima dos bancos centrais nacionais.

De acordo com os mecanismos imaginados por Keynes com o intuito de evitar os processos deflacionários e de estimular a manutenção de trajetórias de crescimento econômico orientadas ao “pleno emprego”, teria que haver um esforço conjunto para a manutenção dos equilíbrios nos balanços de pagamentos, prevendo-se inclusive sanções aos países cronicamente superavitários, assim como amplo acesso ao crédito por parte dos países deficitários.

A despeito de seu liberalismo, a ênfase de Keynes não recaía na liberdade comercial irrestrita, pois, de acordo com seu “plano”, sob certos parâmetros os países poderiam lançar mão de restrições cambiais e comerciais, bem como modificar suas taxas de câmbio, visando garantir a articulação do equilíbrio de seu balanço de pagamentos com a busca pelo “pleno emprego”. A proposta keynesiana foi duramente atacada pelos Estados Unidos, que almejavam estruturar o sistema monetário internacional em torno de sua moeda, e que, àquela altura, sustentavam um balanço de pagamentos fortemente superavitário, na condição de potência industrial exportadora e de credor mundial.

Já a proposta de Dexter White girava em torno da criação de um Banco Internacional e de um Fundo de Estabilização, os quais deveriam ser capazes de fornecer a liquidez necessária ao comércio internacional - rigorosamente livre de restrições -, e garantir o equilíbrio dos balanços de pagamentos por meio de mecanismos com certo grau de flexibilidade. Ademais, White previa a proibição dos controles de capitais, e a manutenção de paridades cambiais fixas, supervisionadas pelas instituições multilaterais.

Com a derrota de suas propostas derrotadas, relatam os biógrafos que Keynes saiu bastante desgastado dessas negociações, fato que esteve diretamente ligado ao seu falecimento, ocorrido poucos dias depois de seu retorno da Conferência Monetária de Savannah, ocorrida na Geórgia no início de 1946, na qual se engajou nas negociações do chamado “empréstimo anglo-americano”. Por seu turno, apesar do suposto êxito, o destino de Dexter White não foi distinto. Logo foi acusado de “subversão” pelo macarthismo, tendo que prestar contas ao Comitê de Atividades Anti-

³ Trata-se do resultado agregado das transações em conta corrente e do balanço da conta de capitais de um país. O primeiro consiste na soma do balanço comercial (a diferença entre mercadorias importadas e exportadas), do balanço de serviços (recebimentos e pagamentos de viagens internacionais, fretes e seguros, *royalties*, licenças, patentes, remessas de lucros, recebimentos de juros, serviços governamentais como as estruturas da diplomacia etc.), da conta de rendas (referente a transações entre residentes e não-residentes, no que tange à remuneração de fatores de produção), e das transferências unilaterais (doações, transferências do setor privado, remessas de divisas por parte de imigrantes etc.). Já o balanço da conta de capitais envolve o investimento externo direto, o investimento em carteira, os reinvestimentos, os empréstimos, e as amortizações.

Americanas do Congresso estadunidense, em razão de sua participação na ala esquerda dos “New Dealers”. Ao sair da audiência na qual negou ser “comunista”, White sofreu um ataque cardíaco, vindo a falecer poucos dias depois, em agosto de 1948.

O “Sistema de Bretton Woods” que veio a se consolidar difere em pontos decisivos das propostas de Keynes e de Dexter White. Não foram poucos os mandatários norte-americanos que igualmente rechaçaram os anseios de White, considerando que a consolidação das instituições multilaterais nos moldes propostos por ele restringiria de maneira inaceitável o poder de intervenção norte-americano, ou que os mecanismos anticíclicos e a forma de garantir a liquidez no mercado mundial previstos por White criariam temerárias tensões inflacionárias.

Em grande medida, tanto as propostas formuladas por Keynes e White, quanto o sistema que efetivamente veio a se consolidar tinham como pano de fundo imediato as conjunturas econômicas que prevaleceram no entre-guerras, e, particularmente, uma crítica ao sistema de câmbio flutuante que vigorou durante alguns anos no período, ao padrão-ouro vigente no pós-guerra, e também à falta de qualquer padrão⁴. Como o sistema monetário internacional é uma dimensão importante do quadro que tentamos analisar⁵, e como, segundo procuraremos demonstrar, a evolução histórica desse sistema é relevante para a compressão de sua atual configuração, convém demorar um pouco nessa análise.

De acordo com Barry Einchengreen, “o padrão-ouro evoluiu a partir da diversidade de padrões de ‘*commodities*’ e moedas-mercadoria que surgiram antes do desenvolvimento do papel-moeda e da prática de reserva bancária fracionária”⁶. Curiosamente, segundo esse autor, a existência do padrão-ouro é tributária de um “acidente” ocorrido na Grã-Bretanha, em 1717, quando ninguém menos que Sir Isaac Newton, então diretor da Casa da Moeda, fixou o preço da prata num nível muito baixo, provocando o virtual desaparecimento das moedas de prata da circulação⁷.

⁴ Escrevendo no imediato pós-guerra, dizia Keynes que “as várias moedas, mantidas todas em uma base estável entre si e em relação ao ouro, facilitavam o livre fluxo de capital e comércio, em uma escala que só agora percebemos plenamente, aos nos vossos privados dessas vantagens” (Keynes, J.M. *As consequências econômicas da paz*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNB, 2002, p.10). Ou ainda, “atribui-se a Lênin a declaração de que a melhor maneira de destruir o sistema capitalista é destruindo a moeda [...]. Não há dúvida de que Lenin tinha razão” (idem, *ibidem*, p.163).

⁵ “A civilização do século dezenove se firmava em quatro instituições. A primeira era o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências. A segunda era o padrão internacional do ouro que simbolizava uma organização única na economia mundial. A terceira era o mercado auto-regulável, que produziu um bem-estar material sem precedentes. A quarta era o estado liberal [...]. Dentre essas instituições, o padrão-ouro provou ser crucial: sua queda revelou-se a causa mais aproximada da catástrofe” (Polanyi, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.23). Cf. também, Arrighi, G. *Geometry of Imperialism: the limits of Hobson’s paradigm*. Londres: NBL, 1978, p.75.

⁶ Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.29. Trata-se da prática dos bancos financiarem os empréstimos com o dinheiro neles depositados, ao invés do “narrow banking”, que consiste em limitar os empréstimos unicamente ao capital subscrito pelos acionistas.

⁷ Eis aí em ação a famigerada “lei de Gresham”, segundo a qual, num padrão bimetalico, o dinheiro “bom” expulsa o dinheiro “ruim” da circulação. Expliquemos, remetendo ao exemplo da França do último terço do século XIX: oficialmente, as moedas de ouro e de prata eram trocadas na proporção de 1 para 15,5. No entanto, o preço mundial do ouro subiu em relação ao da prata, de tal modo que se abriu as portas para a arbitragem com as moedas; tornou-se bastante lucrativo se comprar prata, levá-la à casa da moeda para ser cunhada, e trocá-la por ouro, o qual por sua vez era exportado e trocado por uma quantidade superior de prata, transportada então à casa da moeda para cunhagem, e assim por diante. Com a generalização dessa prática, rapidamente a prata foi

No início do século XIX apenas a Grã-Bretanha adotara plenamente o padrão-ouro, ao passo que muitos países sustentavam o bimetalismo (a circulação de ouro e da prata, indiscriminadamente), e um número reduzido - os Estados alemães, o Império Austro-Húngaro, a Escandinávia, a Rússia e o Extremo Oriente -, adotavam um padrão-prata. Apesar de sua instabilidade, como argumenta Einchengreen, a persistência do padrão bimetálico pode ser explicada por uma série de fatores: em primeiro lugar, em função de seu elevado valor, as moedas de ouro não podiam ser utilizadas em boa parte das transações cotidianas, as quais tinham que ser realizadas por meio de moedas de prata ou moedas representativas, cuja falsificação, diga-se de passagem, era fácil e bastante freqüente. Somente com a invenção das prensas a vapor, em meados do século XIX, é que esse empecilho técnico foi superado. Em segundo lugar, a demora no abandono do bimetalismo se relaciona a pressão de certos grupos, como os mineradores, e mesmo aqueles, com destaque para os proprietários de terra, cujos rendimentos eram fixados em termos nominais, posto que a circulação combinada de ouro e de prata gerava pressões inflacionárias que beneficiavam esse grupo⁸.

Mas o principal motivo que retardou a adoção do padrão-ouro, segundo Einchengreen, consistia na chamada externalidade de rede, no fato de que a partilha de um mesmo padrão monetário facilitava o comércio exterior e a tomada de empréstimos, e que sua substituição acarretaria prejuízos de curto prazo aos “pioneiros”. Somente quando a conjuntura internacional sofreu modificações relevantes é que se tornou interessante a adoção do padrão-ouro: com a queda nos custos de transporte e a intensificação do comércio exterior, na segunda metade do século XIX, aumentou fortemente a circulação de moedas de prata estrangeiras; como cada país possuía autonomia para definir o grau de pureza de suas moedas, isso abriu brecha para grandes movimentos de arbitragem, como de fato ocorreram entre 1862 e 1864. Tal instabilidade foi agravada pela Guerra Franco-Prussiana, que produziu em diversos países uma acentuada deflação, forçando França, Itália, o Império Austro-Húngaro e a Rússia a suspender sua conversibilidade. Nesse contexto, a Grã-Bretanha se tornou “uma ilha de estabilidade monetária”, o que, somado à sua ascensão ao posto de potência hegemônica, na condição de berço da Revolução Industrial, fez com que se tornasse interessante aos principais parceiros comerciais britânicos, e logo ao conjunto

retirada da circulação. E o mesmo poderia ocorrer com o ouro, caso seu valor caísse (ou o valor da prata subisse) além de certo ponto. Cf. Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.222.

⁸ Ora, é certo que, à época, as “autoridades monetárias”, ou o próprio “Rei”, não podiam definir e tampouco manipular o valor das moedas como bem lhe aprouvesse, assim como posteriormente não o podiam os presidentes dos bancos centrais; havendo disparidades entre a cotação “de mercado” e a cotação “legal” da moeda, era a cotação “legal” que tinha que se submeter à primeira. No entanto, o movimento dessas disparidades tinha efeitos relevantes, e esse sim podia ser manipulado até certo ponto. Uma moeda mais fraca obviamente favorecia àqueles que haviam adquirido créditos (mormente aos grandes comerciantes), àqueles obrigados a pagar rendas perpétuas aos proprietários de terra, aos assalariados, submetidos a contratos de trabalho firmados sob moeda mais forte, e ao próprio Estado, que passava a dispor de mais meios de pagamento. Inversamente, uma moeda valorizada beneficiava aos credores (banqueiros), às casas de cunhagem e aos coletores de impostos, que passavam a receber moeda mais forte, e no que tange aos impostos, também ao próprio Estado. Desse modo, as taxas de câmbio eram objeto de disputas também em âmbito doméstico, como ainda o são.

dos países, seguirem suas práticas monetárias e adotarem o padrão-ouro, que então rapidamente se generalizou⁹.

Basicamente, sob o sistema do padrão-ouro, num ambiente em que deveria haver livre exportação e importação desse metal, para cada moeda era fixada um preço oficial do ouro, e a emissão de dinheiro pela autoridade monetária estava diretamente conectada ao nível de suas reservas de ouro. Uma crise de liquidez de curto prazo deveria ser resolvida pela tomada de empréstimos pelo Banco Central a taxas-prêmio; caso sua persistência impusesse a suspensão da conversibilidade, esta deveria ser breve, nem que isso significasse mobilizar políticas deflacionárias.

A rigor, nenhum país adotou efetivamente um padrão-ouro “puro”; os que chegaram mais próximos a isso foram Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos. Na realidade, a situação variava muito de país para país, mas basicamente o padrão-ouro significava o compromisso de converter o dinheiro em circulação em ouro, a certo preço. Tal dinheiro circulante, em muitos casos, assumia a forma de papel-moeda, prata e moedas representativas, ao passo que as reservas nacionais eram constituídas, em proporção variável, por ouro e por moedas estrangeiras (e em alguns países, apenas por moedas estrangeiras, como era regra na América Latina). Ademais, o nível mínimo das reservas também era distinto em cada país, assim como a margem para a emissão de moeda fiduciária.

De fato, sob o padrão-ouro a emissão de moeda e a proporção entre as reservas em ouro e os estoques de meios de pagamento seguiam parâmetros muito menos estreitos do que normalmente se supõe; assentavam-se em grande medida na crença generalizada de que os bancos centrais fariam o necessário para garantir as paridades estabelecidas¹⁰. E apesar do papel central que a Inglaterra exercia na manutenção do sistema do padrão-ouro, pela importância de seu mercado financeiro, pela sua proeminência econômica, bem como por sua defesa da livre concorrência, esse sistema foi marcado pela inexistência de uma potência fiscalizadora, ou de uma instituição internacional que servisse de “vigia mundial”, para impedir que os governos nacionais burlassem suas regras; não obstante, as taxas de câmbio entre 1870 e 1914 foram bastante estáveis, permanecendo “dentro de bandas extraordinariamente estreitas”¹¹.

⁹ Decisiva nesse processo foi a iniciativa alemã, que utilizou a indenização paga pela derrotada França como base da sua nova moeda, o marco, lastreada em ouro (Einchengreen, B., op.cit, p.41-2). A liquidação de seus estoques em prata, junto com a descoberta de novas minas do metal, com destaque para as de Nevada (EUA), apressaram o abandono do emprego das moedas de prata na circulação. O processo de consolidação do padrão-ouro foi tão avassalador que, ao final do século, entre os países europeus, apenas na Espanha ainda circulava papel-moeda inconvertível. Fora da Europa, os EUA adotaram na prática o padrão-ouro em 1879; ainda no final do século XIX, a Rússia, o Japão, a Índia, o Ceilão, o Sião, a Argentina, o México, o Peru, o Uruguai, e vários outros países fizeram o mesmo, de tal forma que a prata permaneceu como padrão monetário apenas na China e alguns países da América Central (idem, ibidem, p.43).

¹⁰ Belluzzo, L.G. “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.153.

¹¹ Hirst, P., Thompson, G. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p.77. De acordo com David Landes, “o padrão-ouro não teve existência autônoma. Foi produto de uma conjuntura econômica específica – de um equilíbrio multilateral de contas internacionais que permitia a liquidação de débitos

As expectativas dos governos e dos investidores em geral, portanto, favoreciam a vigência do padrão-ouro, a tal ponto que autores como Einchengreen encontram na cooperação internacional, sob a batuta inglesa, a explicação para a manutenção do padrão-ouro e para a realização de ajustes nas condições de crédito mundiais, sobretudo em contextos de crise. Segundo o referido autor, no período até a Primeira Guerra, os governos dos países capitalistas centrais elevaram a manutenção da conversibilidade à condição de prioridade, e se difundiu uma sólida expectativa de que o sistema monetário seria respeitado; assim, “os bancos centrais podiam desobedecer às regras do jogo no curto prazo, porque não havia dúvida de que elas seriam respeitadas no longo prazo”, da mesma forma como os “investidores” podiam dirigir sem medo seus capitais a países de moedas fracas¹². Não obstante, a prevalência do padrão-ouro fora sustentada pelo forte crescimento do comércio internacional que se verificou no período, o qual, por sua vez, esteve ligado à abertura comercial que então se deu¹³.

Vê-se que o sistema do padrão-ouro apresentava uma dinâmica que não visava à contenção dos ciclos econômicos; em geral, o grosso das políticas econômicas se limitava a políticas monetárias votadas à defesa do valor da moeda doméstica. Nesse sentido, no intuito de prezar pela manutenção do sistema e pelo bom andamento de suas economias nacionais, sob o padrão-ouro, um instrumento que os bancos centrais e as autoridades monetárias podiam mobilizar como reação a um desequilíbrio na balança de pagamentos consistia na manipulação das taxas de redesconto¹⁴, cuja elevação provocava a redução do volume do crédito doméstico, e por conseqüência, do dinheiro circulante, bem como do volume das importações. Da mesma forma, essa elevação também atraía capitais, em busca dos juros mais elevados, e, por essa dupla via, da queda nas importações e da atração de capital, evitava-se a drenagem de ouro para o exterior. Outro mecanismo que atuava na mesma direção eram as operações de “mercado aberto”, por meio das quais o banco central vendia bônus de seu portfólio, retirando da circulação o dinheiro arrecadado dessa forma; entretanto, durante o século XIX esse expediente era muito pouco usado fora da Inglaterra, já que pressupunha um mercado de bônus bastante amplo. Por fim, com o mesmo fito se poderia fazer uso da intervenção direta ou indireta - por meio de um banco associado -, em mercados de câmbio, como o de Londres ou de Nova Iorque, comprando moeda doméstica com libras ou dólares, ante uma redução da taxa de câmbio¹⁵.

dentro de uma faixa muito estreita de flutuações cambiais. As moedas podiam flutuar livremente porque não flutuavam muito” (Landes, D., *op.cit.*, p.371).

¹² Einchengreen, B., *op.cit.*, p.59-60.

¹³ Idem, *ibidem*, p.72.

¹⁴ Os juros cobrados para redescontar um título, ou seja, para adiantar imediatamente aos bancos e outros intermediários financeiros o dinheiro que eles emprestavam a comerciantes por sessenta ou noventa dias. Esse adiantamento era feito em troca dos títulos assinados pelos comerciantes, além dessa taxa, a taxa de redesconto.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.53.

É evidente que, pela importância marginal no que tange à estabilidade geral dos mercados monetários, e pelo reduzido poder de intervenção de suas autoridades monetárias, na periferia do sistema a situação era mais complicada, pois inexistia a cooperação que predominava entre os países capitalistas centrais. Ademais, a demora na criação de bancos centrais¹⁶, e as fortes vicissitudes dos mercados de *commodities*, dos quais dependia a maioria dos países periféricos, agravavam sua fragilidade, de tal modo que as moedas de vários desses países tiveram de sofrer desvalorizações no período.

Em todo caso, às vésperas da Primeira Guerra, o padrão-ouro já claudicava. A posição hegemônica inglesa se encontrava sob ameaça, com o fortalecimento de potências concorrentes, sobretudo Alemanha e Estados Unidos. Ademais, a escassez de ouro já se fazia sentir, e a necessidade de aumento das reservas cambiais despertava a desconfiança dos investidores. Isso explica a decisão norte-americana, que já se despontava como a principal economia mundial, de adquirir ouro da Inglaterra e do Canadá, pressionando os sistemas financeiros desses países¹⁷.

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial o ouro se tornou essencial para a sustentação dos esforços bélicos, e com isso, suas reservas foram progressivamente concentradas e retidas nos cofres dos bancos centrais. Ademais, foi criada uma série de obstáculos à sua exportação, afetando o funcionamento de seu mercado, e levando finalmente à flutuação das taxas de câmbio. Além disso, os governos dos países beligerantes passaram a se endividar e a emitir moeda de curso forçado¹⁸, para financiar os monumentais esforços de guerra¹⁹, de tal forma que mesmo a Inglaterra, que até então mantinha sua moeda sobrevalorizada, acabou por suspender a

¹⁶ À luz das experiências britânica dos anos 1820 e da norte-americana no decorrer do século XIX, nos países capitalistas centrais percebeu-se que, à falta de uma instituição central de gestão da moeda, a concorrência entre bancos privados “fracionava o mercado nacional, provocava a insegurança dos pagamentos, e onerava muito o crédito”, e em reação a isso, “todos os países capitalistas puseram em prática, de uma forma ou de outra, uma ação monetária centralizadora de caráter estatal, durante o século XIX” (Brunhoff, S. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985, p.44), que esteve ligada à difusão dos bancos centrais.

¹⁷ Einchengreen, B., op.cit., p.73.

¹⁸ Por meio da qual, “a moeda nacional pode, pelo menos provisória e parcialmente, desprender-se da moeda internacional” (Brunhoff, S., op.cit., p.48).

¹⁹ Einchengreen, B., op.cit., p.77. Como constata Hobsbawm, a Primeira Guerra se caracterizou por ter sido travada como um “tudo ou nada”, que ele relaciona ao imperialismo dominante no cenário internacional nas décadas anteriores. Em suas palavras, naquele momento, “a rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o seu traço característico era precisamente não ter limites” (Hobsbawm, E. J. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.37). Afora a desmesurada destruição material, e as até então impensáveis cifras de mortos e feridos, o autor chama a atenção para outra consequência do conflito, a saber, a crescente brutalização da guerra e da política: “se uma podia ser feita sem contar os custos humanos ou quaisquer outros, porque não a outra?” (idem, ibidem, p.34). Talvez a relação entre ambas seja muito mais profunda e complexa, mas tal brutalização foi notória, e teria consequências imediatas; “... os ex-soldados que haviam passado por aquele tipo de guerra sem se voltarem contra ela às vezes extraíam da experiência partilhada de viver com a morte e a coragem um sentimento de incomunicável e bárbara superioridade – inclusive em relação a mulheres e não combatentes – que viria a formar as primeiras fileiras da ultradireita do pós-guerra. Adolf Hitler era apenas um desses homens para quem o fato de ter sido *frontsoldat* era a experiência formativa da vida” (Hobsbawm, E. J. op.cit., p.34). Fundamentando sua tese, Hobsbawm lembra noutro momento que “cinquenta e sete por cento dos primeiros fascistas italianos eram ex-soldados” (idem, ibidem, p.128). Em todo caso, Walter Benjamin já havia se detido sobre esse fenômeno: “no final da guerra [a Primeira Guerra Mundial] observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha, não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável [...]. Não havia nada de anormal nisso. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica da inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes” (Benjamin, W. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p.198).

convertibilidade da libra em ouro. A única potência que manteve a convertibilidade no período foram os Estados Unidos, que em poucos anos passou de devedor a credor da Inglaterra e de outros países europeus, e tornou-se o principal investidor e intermediário financeiro da América Latina e de alguns países asiáticos²⁰. Por conta do grande aumento da produtividade dos EUA na década de 1920, período em que os países europeus enfrentavam terríveis dificuldades econômicas, o descompasso entre os EUA e seus devedores não cessava de aumentar, junto com a importância do dólar no sistema monetário internacional, e em particular como meio de pagamento. Os empréstimos e os investimentos norte-americanos cresciam de maneira diretamente proporcional à incapacidade dos devedores – devastados pela guerra – em cumprir seus “compromissos”, e à aquisição norte-americana de ativos em moeda estrangeira. Os desequilíbrios estruturais se acirravam, e os investimentos norte-americanos adquiriam caráter cada vez mais especulativo, o que passou a determinar os fluxos de investimento e empréstimos internacionais, levando em pouco tempo à sua interrupção abrupta. Fechadas as portas de escoamento dos dólares norte-americanos instaurou-se a crise nesse país, e nos países que dependiam desses fluxos promoveram-se desvalorizações monetárias, controles cambiais e se exacerbou o protecionismo.

Desde a Primeira Guerra Mundial o sistema monetário internacional caracterizou-se por grandes turbulências e rupturas, até a consolidação do sistema de Bretton Woods. Nos anos que se seguem ao término do conflito predomina certo sistema de câmbio flutuante, com efeitos catastróficos, principalmente pela instabilidade e pelos amplos processos especulativos que acabou por estimular. Os países que enfrentaram a experiência da hiperinflação – pela obrigação de arcarem com as reparações de guerra, ou simplesmente por terem sido particularmente devastados por ela – a Áustria, a Alemanha, a Polônia e a Hungria –, foram os que primeiro restabeleceram a convertibilidade em ouro, entre 1923 e 1925. Ainda neste último ano, foram seguidos por Inglaterra, Bélgica, e Holanda; e pode-se dizer que, até 1928, quando a França retoma a convertibilidade, o padrão-ouro voltou a vigorar, não obstante a brevidade de sua sobrevivência, que encontrou seu termo já em 1931, com a nova desvalorização da libra, num contexto de depressão mundial.

Mais precisamente, o que se estabeleceu neste curto interregno foi um “padrão” que veio a ser conhecido como *gold exchange standart*, sob o qual o ouro deixou de constituir a principal massa de reserva de divisas dos países capitalistas centrais, tendo sido substituído nessa função pela libra e pelo dólar²¹. Em todo caso, não se logrou produzir os antigos mecanismos de ajuste, que dependiam tão fortemente da convergência de expectativas e da colaboração dos partícipes,

²⁰ Tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos permaneceram alheios aos principais combates e disputas que aniquilaram militar e economicamente as potências européias, resguardando o papel de lhes fornecer armas e crédito, e de intervir diretamente apenas no final do conflito para garantir para si vários dos louros da vitória.

²¹ Brunhoff, S. *A política monetária: uma tentativa de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.120.

então, via de regra, bastante empobrecidos, temerosos e auto-centrados, não hesitando em envidar esforços para defender suas economias domésticas – o que incluía lançar mão de barreiras alfandegárias e de outros mecanismos protecionistas. Nesse ponto em particular, diga-se de passagem, têm importância os “acordos de paz”, conhecidos como Tratado de Versalhes, os quais giraram, por um lado, em torno da reestruturação do mapa geopolítico europeu (com especial cuidado para impedir o fortalecimento da Alemanha e da Rússia bolchevique), o que foi feito sem respeitar as realidades nacionais e as reivindicações locais e regionais²²; e por outro, em torno do rearranjo do equilíbrio de poder mundial, tendo como uma de suas balizas a criação de barreiras ao desencadeamento de um novo conflito global como o que acabara de devastar diversos países²³. No entanto, os ditos acordos foram estabelecidos sob a égide do revanchismo e do nacionalismo exacerbado, de tal forma que, por meio deles, foi expropriada quase toda a frota marítima alemã, todas as suas possessões coloniais, as minas da Alsácia-Lorena, as minas da bacia do Sarre - tudo isso, evidentemente, sem qualquer tipo de indenização -, e foram impostas cargas insuportáveis de pagamento a título de “reparações”²⁴. Logo, ao sufocar a Alemanha com a perda das colônias e de territórios e com uma infinidade de regras e de exigências de ressarcimento, e, por outro lado, ao isolar a Rússia, eliminou-se qualquer chance de se estabelecer uma paz duradoura²⁵. Como agravante, a Itália, e principalmente o Japão também se sentiram bastante descontentes com a parte que lhe coube do butim. Desse modo, encontram-se aí elementos importantes para a compreensão do advento da Segunda Guerra Mundial, e do fato de o período entre-guerras não ter sido propriamente um período de paz, com o pulular de conflitos bélicos restritos²⁶. Não é à toa, portanto, que autores como Hobsbawm considerem a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais como desdobramentos de um único conflito²⁷.

Também decisiva para o malogro do *gold exchange standart* foi a decisão inglesa de retomar o padrão-ouro em 1925, restabelecendo a mesma paridade libra-ouro vigente antes da Primeira Guerra, desconsiderando, assim, o corrente nível de preços, bem como a notória perda de seu poder econômico, político e financeiro²⁸. Tal equívoco propiciou uma série de movimentos

²² Como constata Hobsbawm, “os conflitos nacionais que despedaçam o continente na década de 1990 são as galinhas velhas do Tratado de Versalhes voltando mais uma vez para o choco” (Hobsbawm, E. J., op.cit., p.39)

²³ “A Liga das Nações foi de fato estabelecida como parte do acordo de paz e revelou-se um quase total fracasso, a não ser como uma instituição para coleta de estatísticas” (idem, ibidem, p.42).

²⁴ Cf. Keynes, J.M., op.cit., p.44-7. Ademais, segundo os termos do Tratado de Versalhes, “... qualquer propriedade alemã em boa parte do mundo poderá ser expropriada, e as grandes propriedades sob custódia pública nos países aliados podem ser mantidas em caráter permanente” (idem, ibidem, p.49).

²⁵ Nas palavras proféticas de Keynes, “ao exigir o impossível” - que a Alemanha arcasse com os custos da guerra -, os principais “vencedores” do conflito “desprezaram a substância em favor de uma sombra, e terminarão por perder tudo” (idem, ibidem, prefácio de Keynes à edição francesa, p.XXXIII).

²⁶ A invasão da Manchúria pelo Japão em 1931, a invasão italiana da Etiópia em 1935, a participação italiana e alemã na Guerra Civil Espanhola (1936-9), a invasão da Áustria pela Alemanha em 1938, as ofensivas e a posterior ocupação da Tchecoslováquia pelos alemães em 1939, e a investida alemã contra a Polônia.

²⁷ Cf. Hobsbawm, E. J., op.cit., p.30.

²⁸ “... a preservação de um valor espúrio para a moeda, por força da lei, contém as sementes da decadência definitiva” (Keynes, J.M. op.cit, p.166).

especulativos, e agravou os desequilíbrios do balanço de pagamentos em vários países, com suas moedas subvalorizadas em relação à libra. Quem podia fazê-lo trocava libras por ouro, e assim os Estados Unidos, a França e a Alemanha acabaram por concentrar parte expressiva das reservas mundiais de ouro²⁹, no bojo de um declínio do estoque mundial de reservas. Desse modo, malograram os mecanismos de ajuste; e “países com moeda fraca, como a Grã-Bretanha, sofriam déficits crônicos em seus balanços de pagamentos e uma hemorrhagia de ouro e reservas cambiais, ao passo que os países com moedas fortes, como a França, registravam persistentes superávits”³⁰.

Em 1932 o sistema monetário internacional se dividia em quatro blocos; o dos países que perseveravam no padrão-ouro, liderado pelos EUA; o dos que seguiam a Inglaterra, baseando-se na libra esterlina; os que praticavam formas de controle cambial, quais sejam, países da Europa central e oriental dentre os quais se destacava a Alemanha; e o dos países que não pertenciam a nenhum dos demais blocos, como o Canadá e o Japão. Entretanto, no interior de um contexto de depressão econômica generalizada, e diante dos “infortúnios” enfrentados pela Inglaterra, que foi forçada a desvalorizar a libra, produziram-se abalos, que se expressaram em fugas de capitais, os quais obrigaram os países que sustentavam o padrão-ouro a adotar políticas monetárias e fiscais restritivas, reforçando a tendência à desvalorização de suas moedas, e à evasão de capital. Desse modo, tais países foram igualmente compelidos a abandonar o padrão-ouro³¹.

Apesar de já se encontrarem “escaldados” pela experiência das taxas de câmbio flutuantes, que teve lugar na primeira metade da década de 1920, e a despeito dos esforços que envidaram para evitar flutuações excessivas, novamente a instabilidade monetária que se produziu resultou em aumento da insegurança e dos custos empresariais, decorrentes sobretudo das oscilações nas taxas cambiais e dos entraves gerados pelas leis e medidas estatais que visavam proteger as moedas e os balanços de pagamento, bem como do desvio de recursos para a especulação cambial, em detrimento da produção³².

²⁹ Dignas de nota são também as decisões do Federal Reserve, de apertar a política monetária, e das autoridades francesas, de estabilizar o franco a uma taxa depreciada e de converter em ouro suas reservas internacionais em moeda estrangeira, todas elas tomadas em 1928 (Eichengreen, B.; Irwin, D.A. “The slide to protectionism in the great depression: who succumbed and why?”. *Working Paper 15142*; National Bureau of Economic Research, julho de 2009, p.7. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w15142>).

³⁰ Idem, *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.79.

³¹ Idem, *ibidem*, p.81. A despeito da crise em que se encontrava e da relativa perda de importância de sua economia, a Inglaterra continuou, portanto, tendo fundamental importância no sistema monetário internacional. Segundo Brunhoff, esse fato esteve ligado a um papel algo subalterno ao qual o Fed ainda se limitava, àquela altura (cf. Brunhoff, S. *A política monetária: uma tentativa de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.148; cf. também Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.281). Não se pode ignorar, no entanto, o peso político, econômico e cultural britânico, e tampouco o fato de que a Inglaterra foi capaz de minimizar os efeitos da sua crise pós-guerra, quando comparada a outros países europeus beligerantes, sobretudo por meio do *boom* no setor da habitação e no desenvolvimento de novas indústrias (algumas, como a elétrica e a hidráulica estimuladas pela construção de milhões de casas, e outras, nem tanto, como a automobilística). Cf. Landes, D., *op.cit.*, p.407-9.

³² Idem, *ibidem*, p.374-5.

É comum destacar a escalada do protecionismo e a constrição do comércio internacional no período do entre-guerras³³, que levou a uma alteração dos preços relativos em favor dos produtos manufaturados, acarretando consequências desastrosas a inúmeros países periféricos³⁴. Porém, as tarifas alfandegárias, as cotas de importação, os subsídios, as moratórias, os sistemas de compensação, os tratados comerciais bilaterais, os embargos de exportações de capital e diversos outros mecanismos protecionistas foram mobilizados de maneira bastante desigual pelos países capitalistas centrais³⁵. De modo a se defenderem das vantagens competitivas logradas pelos países que flexibilizaram e desvalorizaram seu câmbio, e protegerem seus balanços de pagamento e suas reservas metálicas, os recalitrantes adeptos do padrão-ouro foram os baluartes do protecionismo. Como argumentam Eichengreen e Irwin³⁶, ante as amarras impostas pelo padrão-ouro, e os elevados custos políticos da deflação de salários e preços – que conduziu à derrubada de vários governos - o protecionismo tornou-se uma *política macroeconômica* fundamental, ao lado das políticas de “austeridade” e da elevação de impostos. Ao contrário, as autoridades monetárias dos países que abandonaram o padrão-ouro puderam mobilizar todo um leque de políticas monetárias, gozando da liberdade necessária para alterar as taxas de juros e atuar como prestador de última instância³⁷. Efetivamente, os países que abandonaram mais prontamente o padrão-ouro, como a Inglaterra (em 1931), enfrentaram uma depressão econômica menos profunda e duradoura, do que a experimentada, por exemplo, pela França (que só flexibilizou seu câmbio em 1936).

Em suma, a vigência do padrão-ouro antes e depois da Primeira Guerra teve consequências radicalmente distintas; antes do conflito houve uma interação “virtuosa” entre o padrão monetário internacional vigente e o crescimento do mercado mundial, ao passo que, sob o padrão-ouro no pós-guerra, ambos se desacoplaram³⁸. Sem a cooperação e a expectativa de que seriam respeitadas as regras do sistema monetário sob o padrão-ouro, num contexto marcado por grandes rivalidades e revanchismos, pelos esforços de reconstrução de economias destruídas pela guerra, pela desestruturação do mercado mundial, e por toda sorte de incertezas, magnificaram-se as contradições internas ao sistema do padrão-ouro, que, como destacam Hirst e Thompson, estava sempre sob a ameaça de uma “deflação generalizada” diante de uma acumulação excessiva de

³³ “O comércio mundial teve uma queda de quase um terço entre 1929 e 1939, mas as exportações americanas despencaram para quase a metade” (Hobsbawm, E. J., op.cit., p.102). “Numa única frase: a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século” (idem, ibidem, p.99); “o velho liberalismo estava morto, ou parecia condenado” (idem, ibidem, p.111).

³⁴ Landes, D, op.cit., p.403-4.

³⁵ Arrighi, G. op.cit., p.282.

³⁶ Cf. Eichengreen, B.; Irwin, D.A. “The slide to protectionism in the great depression: who succumbed and why?” *Working Paper 15142*. National Bureau of Economic Research, julho de 2009. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w15142>.

³⁷ “A desvalorização eliminou o imperativo do corte de gastos governamentais e do aumento nos impostos para defender a taxa de câmbio. Ela levantou as restrições que impediam os países de estabilizar seus sistemas bancários” (Eichengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.127).

³⁸ “O comércio livre e o sistema do padrão-ouro não foram arruinados por capricho, por traficantes de tarifas egoístas, nem por ternas leis sociais. Pelo contrário, o próprio aparecimento do padrão-ouro apressou a difusão dessas instituições protecionistas, que eram tanto mais bem-vindas quanto mais pesado era o encargo dos câmbios estabelecidos. A partir de então as tarifas, as leis fabris e uma atividade política colonial eram pré-requisitos de uma moeda externa estável [...]. Embora a intenção fosse a liberdade de comércio, o resultado foi seu estrangulamento” (idem, ibidem, p.213 e p.45, respectivamente).

ouro nos cofres de um único país, e que, ao deixar de fora dos marcos jurídicos nacionais os choques de oferta e demanda, estimulava as atividades econômicas voláteis³⁹.

Encontra-se aí a base empírica das teses, hoje bastante difundidas, que encontram na raiz do “*crash*” de 1929 e da Grande Depressão o (mal) funcionamento do sistema monetário internacional sob o *gold exchange standart*⁴⁰, sobretudo a recalcitrante insistência, altamente ideológica e quase fundamentalista⁴¹, em sustentar um padrão monetário único, de câmbio fixo, e fundamentado no ouro - supostamente um símbolo da responsabilidade, da abnegação e da ilibação nas relações econômicas. Insistência essa que, como se viu, chegou inclusive a conduzir à adoção de políticas deflacionistas em muitos países, e em particular à repressão salarial, num contexto no qual se exigia intervenções anticíclicas⁴², ao mesmo tempo em que tais medidas eram obstaculizadas ou mesmo impossibilitadas pela difusão e fortalecimento dos sindicatos e dos partidos políticos que tinham nos trabalhadores sua principal base social.

Independente dos motivos, cuja análise extrapola os propósitos deste capítulo, efetivamente se desencadeou na década de 1920 um frenesi especulativo, capitaneado principalmente pelos “investidores” norte-americanos, que buscavam se aproveitar dos diferenciais das taxas de juros e dos baixos preços dos ativos no pós-guerra⁴³. No período, os Estados Unidos ampliaram bastante sua vantagem econômica em relação às potências européias destruídas pela guerra⁴⁴, as quais se tornaram dependentes dos empréstimos e do fluxo de capitais norte-americanos. Ademais, o consumo doméstico foi bastante estimulado e catapultado por uma enorme expansão do sistema de crédito⁴⁵, e uma parcela expressiva da população se habituou a investir suas poupanças na Bolsa de Valores. Quando o Federal Reserve (Fed) resolve puxar os freios dos especuladores por meio do aumento das taxas de desconto, temendo um superaquecimento da economia e a superinflação dos

³⁹ Hirst, P., Thompson, G. *op. cit.*, p.78.

⁴⁰ Cf. Temin, P. *Lessons from the Great Depression*. Cambridge: MIT Press, 1989; Sachs, J.; Einchengreen, B. “Exchange Rates and Economic Recovery in the 1930s”. *Journal of Economic History*, 45, 1985; Einchengreen, B. *Golden Fetters: The Gold Standart and the Great Depression*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

⁴¹ “Na verdade, a essencialidade do padrão-ouro para o funcionamento do sistema econômico internacional da época era o dogma primeiro e único comum aos homens de todas as nações, de todas as classes, de todas as religiões e filosofias sociais” (Polanyi, K., *op.cit.*, p.43).

⁴² Cf. Einchengreen, B.; Temin, P., *op.cit.* Não convém debater aqui as causas da Grande Depressão, e tampouco criticar a tese ora mencionada, que a despeito de sua parcialidade, não deixa de chamar a atenção para um aspecto relevante daquela conjuntura. No capítulo seguinte, veremos algumas análises sobre a atual dinâmica de produção de crises financeiras e econômicas, e no último capítulo, teceremos algumas considerações gerais sobre o conceito marxiano de crise, e, buscando respeitar a sua singularidade, consideraremos alguns aspectos da mais recente crise econômica mundial.

⁴³ Para se ter uma idéia, às vésperas da Crise de 1929, “para assegurar uma oferta ininterrupta de bônus estrangeiros, [os bancos nacionais] começaram a originá-los, uma prática que gerava um incentivo adicional à sua comercialização. Nas ruas mais movimentadas, os bancos abriram estabelecimentos operados por seus departamentos de bônus, para que estes pudessem atrair transeuntes e contrataram caixeiros-viajantes para vender de porta em porta bônus estrangeiros a agricultores e viúvas” (Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.105).

⁴⁴ Cujas recuperação econômica, apesar de vigorosa, foi parcial, de tal forma que “... mesmo nos anos de *boom* da década de 1920 (1924-9) o desemprego ficou em média entre 10% e 12% na Grã-Bretanha, Alemanha e Suécia, e nada menos de 17% e 18% na Dinamarca e na Noruega” (Hobsbawm, E. J., *op.cit.*, p.95).

⁴⁵ Foi na década de 1920 que se generalizou a venda a crédito nos EUA, chegando a 15% de todas as aquisições no varejo em 1929, e atingindo uma taxa bem maior em certos ramos: 50% na venda de eletrodomésticos, 60% da venda de carros, e 70% na de aparelhos de rádio (Coggiola, O. *As grandes depressões (1837-1896 e 1929-1939)*. São Paulo: Alameda, 2009, p.151).

ativos, acaba por precipitar o estouro da bolha e a crise de 1929. Foi diante do seu colapso que todo esse desenvolvimento do sistema creditício e financeiro revelou sua real magnitude e importância, precipitando uma crise econômica sem precedentes. Como lembra Mazzuchelli,

“o PIB nominal nos Estados Unidos caiu de US\$ 103,7 bilhões em 1929 para US\$ 56,4 bilhões em 1932, recuperando-se para US\$ 101,3 bilhões apenas em 1939. Entre 1930 e 1933 os Estados Unidos assistiram a três ondas de liquidação bancária que vitimaram nada menos que 11 mil bancos. Na Alemanha, a quebra do gigante *Danat* em julho de 1931, perante a impotência da intervenção do Reichbank, foi um ponto de inflexão decisivo no aprofundamento do desespero econômico que terminou por conduzir os nazistas ao poder. No início de 1933, havia na Alemanha 6 milhões de desempregados formais e cerca de 3 milhões de desempregados ocultos”⁴⁶.

Apesar da indecisão e da demora em responder a essa nova e desastrosa conjuntura⁴⁷, na década de 1930 intensificou-se fortemente o intervencionismo estatal⁴⁸, não apenas no sentido de retomar o crescimento econômico, mas também de conter as insatisfações sociais e eventuais ameaças subversivas, em particular as que pudessem se associar de alguma maneira à expansão soviética, cujo desempenho econômico no período foi avassalador⁴⁹. Segundo Arrighi, tratava-se basicamente da “institucionalização, nas condições dos tempos de paz, de certas políticas características da economia de guerra, como o gasto deficitário e o controle estatal da liquidez”⁵⁰, mas logo se verá que não se tratava apenas disso.

⁴⁶ Mazzuchelli, F. “A crise em perspectiva: 1929 e 2008”. *Revistas Novos Estudos*, n. 82, novembro de 2008, p.61. Em 1933 “quase metade das hipotecas domésticas americanas ficaram em atraso e mil propriedades por dia eram executadas” (Hobsbawm, E. J., op.cit., p.105). “No pior período da Depressão (1932-3), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego [...]. A produção industrial americana caiu cerca de um terço entre 1929 e 1931, e a alemã mais ou menos o mesmo, mas essas são médias suavizadas” (idem, ibidem, p.97 e p.96, respectivamente). Ademais, entre 1929 e 1933 o comércio mundial reduziu seu valor em nada menos que dois terços. David Landes fornece alguns dados econômicos relevantes sobre a crise de 1929 e seus impactos na produção industrial, no nível de emprego, e nos preços das ações industriais; cf. Landes, D., op.cit., p.381-5. Sobre a crise bancária, financeira e monetária, incluindo uma descrição do processo de abandono do padrão-ouro, cf. idem, ibidem, p.386-402.

⁴⁷ O que Belluzzo também atribui às amarras impostas pelo *gold exchange standart* (Belluzzo, L.G. “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.167).

⁴⁸ No epicentro da crise, em que a cultura liberal anti-estatista era particularmente forte, durante o governo Roosevelt foram criados inúmeros programas e autarquias visando estimular e controlar a economia, como o Agricultural Adjustment Administration, a National Recovery Administration (relacionada à limitação dos monopólios, definição do salário mínimo e controle da jornada de trabalho); o Federal Deposit Insurance Corporation (regulava a dinâmica da Bolsa de Valores), o National Labor Relations (regulava os sindicatos), entre várias outras. Já em outros países, como a Alemanha, em que havia menos resistência política e ideológica ao intervencionismo, desenvolveu-se um verdadeiro culto ao Estado. Segundo Landes, no período, o conjunto das políticas econômicas alemãs “... se assentou no pressuposto de que a mão do Estado era igualmente indispensável nos bons e nos maus momentos; de que, na verdade, só o Estado podia assegurar o crescimento econômico contínuo num clima de harmonia social; e mais, de que a economia, como qualquer outro aspecto da vida nacional, devia servir ao Estado, e não o inverso” (Landes, D., op.cit., p.411).

⁴⁹ “De 1929 a 1940 a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo” (Hobsbawm, E. J., op.cit., p.100). Ademais, logo depois da Segunda Guerra, o “mundo socialista” se estendia “do rio Elba na Alemanha até o mar Adriático e [por] toda a península balcânica, com exceção da Grécia e da pequena parte da Turquia que restava no continente” (idem, ibidem, p.364). Está-se falando, portanto, de Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Albânia e Bulgária. Segundo Hobsbawm, “a Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do islã em seu primeiro século” (idem, ibidem, p.62).

⁵⁰ Arrighi, G. *Geometry of Imperialism: the limits of Hobson's paradigm*. Londres: NBL, 1978, p.132.

Ao longo da década de 1930, não obstante, algumas economias capitalistas também lograram taxas de crescimento notáveis⁵¹, e quando parecia que o mundo estava prestes a superar a depressão, no final da década de 1930, é deflagrada a Segunda Guerra Mundial, que superou a Primeira Guerra em diversos aspectos, como o número de países diretamente envolvidos, os efetivos mobilizados⁵², o número de mortes produzidas⁵³, assim como o grau de destruição material⁵⁴, o número de refugiados⁵⁵, entre outros.

A menção a todos esses eventos históricos, deve-se insistir, justifica-se pelo fato de que as propostas dos reformadores reunidos em Bretton Woods levaram em conta um conjunto de experiências traumáticas produzidas no período anterior, como a repressão ao comércio mundial; a hiperinflação; o desemprego em massa; a guerra, os movimentos especulativos predatórios no mercado financeiro; a depressão econômica.

Tendo isso em mente, cabe considerar rapidamente o modo de funcionamento do sistema de Bretton Woods. Sob sua vigência, as moedas deveriam ser fixadas em dólar, que por sua vez deveria ser conversível em ouro. Por meio de controles de capital – que não incidiam sobre as contas correntes – os mercados nacionais de capitais preservavam certa autonomia, e quando necessitavam intervir na taxa de câmbio podiam contar com suas reservas cambiais e, ao menos em tese, com créditos do FMI⁵⁶. Portanto, no caso de vigorosos desequilíbrios em seus balanços de pagamentos, com o consentimento do FMI, os países poderiam interferir mais ativamente nos níveis gerais de preço e de emprego, sem as restrições externas que imperavam sob o sistema do padrão-ouro.

Seguindo a tendência que se estabeleceu após a crise de 1929, foi criada uma série de mecanismos de “repressão financeira”⁵⁷, que buscavam disciplinar as finanças privadas,

⁵¹ “O Japão e, em escala mais modesta, a Suécia alcançaram quase duas vezes o nível de produção pré-Depressão no fim da década de 1930, e em 1938 a economia alemã (embora não a italiana) estava 25% acima de 1929” (Hobsbawm, E. J., op.cit., p.105).

⁵² Na Primeira Guerra, os principais países beligerantes mobilizaram de 10% a 17% de sua população masculina; já na Segunda Guerra esse número girou em torno dos 20% (idem, ibidem, p.51).

⁵³ A Segunda Guerra matou de três a quatro vezes mais que a Primeira; “entre 10% e 20% da população total da URSS, Polônia e Iugoslávia; e entre 4% e 6% da Alemanha, Itália, Áustria, Hungria, Japão e China” (idem, ibidem, p.50).

⁵⁴ “Vinte e cinco por cento dos bens de capital pré-guerra foram destruídos na URSS durante a Segunda Guerra Mundial, 13% na Alemanha, 8% na Itália, 7% na França, embora apenas 3% na Grã-Bretanha” (idem, ibidem, p.35).

⁵⁵ A Revolução Russa e a Primeira Guerra Mundial produziram milhões de refugiados ou de compulsoriamente “repatriados”, por exemplo, 1,3 milhões de gregos, 400 mil turcos, 200 mil búlgaros, 1,5 ou 2 milhões de russos (idem, ibidem, p.57). No entanto, “estimou-se que em maio de 1945 havia talvez 40,5 milhões de pessoas desenraizadas na Europa, excluindo-se trabalhadores forçados dos alemães e alemães que fugiam diante do avanço dos exércitos soviéticos” (idem, ibidem, p.58). E esse número só viria a aumentar nos anos seguintes: fora da Europa a descolonização da Índia em 1947 criou 15 milhões de refugiados; a Guerra da Coreia, talvez 5 milhões; a criação de Israel forçou o deslocamento de 1,3 milhões de palestinos.

⁵⁶ Um mecanismo que se concebeu nesse sentido foi o dos “direitos especiais de saque”, por meio dos quais o FMI era autorizado a “conceder aos países membros créditos em montante superior a suas subscrições de ouro e moeda” (Einchengreen, B. op. cit., p.257). Entretanto, quando foi possível utilizá-lo pela primeira vez, em 1970, a economia mundial já não padecia de problemas de liquidez, pelos motivos que serão expostos adiante.

⁵⁷ Dentre os quais se destaca o ato bancário norte-americano conhecido como *Glass-Steagle Act*, promulgado em 1932, o qual separava os bancos comerciais dos grandes bancos de investimento, das corretoras e dos “*savings and loans*”, visando segmentar o mercado com a finalidade de impedir que os bancos comerciais se envolvessem com posições no mercado de capitais, posto que, do contrário, sua condição de emissores favoreceria uma atuação especulativa. Ademais, essa lei permitiu que as emissões de moeda pudessem ser cobertas em até 60% por títulos da dívida, ao passo que outrora elas deveriam em sua totalidade ser cobertas por letras de câmbio e ouro. Como veremos, tal legislação vigorou por décadas, sendo definitivamente revogada apenas em 1999, sob

mobilizando seus recursos para financiar o comércio e para promover determinadas modalidades de investimentos produtivos externos. De acordo com Gowan, essa “repressão financeira” significava que “os recursos para investimentos seriam ‘produzidos em casa’ nos próprios países. E também significava que o capital-dinheiro teria de restringir suas operações de busca por *royalties* àquelas atividades que seu Estado-nação permitisse”⁵⁸.

O Acordo de Bretton Woods teve outros desdobramentos institucionais dignos de nota. Uma de suas determinações fundamentais dizia respeito à liberalização do comércio internacional, a qual enfrentava séria resistência dos países europeus, que temiam a deterioração dos termos de trocas, então a seu favor. Para coordenar esforços liberalizantes, foi idealizada a Organização Internacional do Comércio (OIC); porém, a recusa dos EUA em assinar a Carta de Havana, que a instituíra, inviabilizou sua atuação. Também limitados foram os resultados do GATT (o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), que teve sua primeira rodada em 1947. Ademais, em 1950 entrou em funcionamento a União Européia de Pagamento, estabelecendo um Código de Liberalização que visava encerrar as restrições de conversões entre as moedas européias para as transações em conta corrente⁵⁹.

Einchengreen destaca três diferenças fundamentais entre o Sistema de Bretton Woods e o antigo padrão-ouro: “o câmbio fixo tornou-se ajustável”, o que permitiria a eliminação dos déficits no balanço de pagamentos em substituição à manipulação das taxas de redesconto, cujo aumento tinha efeitos deflacionários sobre a economia; “aceitavam-se controles para limitar os fluxos de capital internacionais”, o que coibiria as práticas especulativas e os abruptos e desestabilizadores fluxos de capital volátil; e se criou o FMI, com o propósito de “monitorar as políticas econômicas nacionais e oferecer financiamento para equilibrar os balanços de pagamentos de países em situações de risco”, o que, também em tese, serviria para punir os países que levassem a cabo políticas prejudiciais ao sistema monetário internacional⁶⁰. Ainda segundo o autor, apenas os controles de capital - “parte de uma série de comportas e barragens com a ajuda das quais as águas turbulentas foram domadas”⁶¹ - operaram de maneira eficiente, e conforme o planejado. O sistema de taxas ajustáveis se mostrou inoperante, e se contaram nos dedos as mudanças nas paridades, sobretudo nos países capitalistas centrais. Por seu turno, ao FMI não foi garantida a estrutura, os recursos, a autonomia e tampouco a legitimidade para exercer suas funções regulatórias e de supervisão, de tal forma que essa instituição logo se revelou um “leão desdentado”⁶². Na prática, o

pressão da proposta de fusão entre o Travellers Group e o Citicorp (Roubini, N.; Mihm, S. *A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010, p.87).

⁵⁸ Gowan, P. *A Roleta Global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.40.

⁵⁹ Einchengreen, B. op.Cit, p.148.

⁶⁰ Idem, ibidem, p.131.

⁶¹ Idem, ibidem, p.133.

⁶² Idem, ibidem, p.132.

Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, longe de gozarem da autonomia e da capacidade de intervenção defendidas por Dexter White, tornaram-se instituições subalternas ao Fed, o qual se tornou efetivamente a instituição responsável pelo controle da liquidez internacional, e pela função de prestador de última instância.

Sob influência de Hyman Minsky, Luis Gonzaga Belluzzo, por sua vez, destaca que, no período em questão, o sistema monetário internacional se tornou um sistema de crédito, sobretudo de crédito bancário, regulado pelo Fed. De maneira sintética, esse sistema teria algumas características básicas:

“a) as políticas monetárias e de crédito tinham objetivos nacionais, ou seja, estavam relacionadas com o desempenho da economia e das empresas localizadas no país; b) as taxas fixas (mas ajustáveis) de câmbio e as limitações aos movimentos internacionais de capital de curto prazo impediam a transmissão de choques causadores de instabilidade às taxas de juros domésticas”; e se produziu “normas de operação que definiam: a) segmentação e especialização das instituições financeiras; b) severos requisitos prudenciais e regulamentação estrita das operações; c) fixação de tetos para as taxas de captação e empréstimos; d) criação de linhas especiais de fomento. / Em contrapartida, as relações próximas entre os bancos centrais e os bancos privados correspondia a uma capacidade de resposta mais elástica às necessidades de liquidez corrente do sistema bancário”⁶³.

Já Giovanni Arrighi destaca como característica distintiva do sistema de Bretton Woods o papel crucial e predominante do Estado, mormente do norte-americano, na disposição dos mecanismos de controle das atividades financeiras e na produção do dinheiro mundial, a qual pela primeira vez teria sido retirada das mãos das “altas finanças”⁶⁴.

Notadamente, a arquitetura e os principais mecanismos de funcionamento do sistema de Bretton Woods tinham um viés anticíclico e pró-crescimento econômico; no plano doméstico, primavam por garantir aos países capitalistas centrais todo um conjunto de instrumentos de políticas fiscais e monetárias que estimulassem a acumulação de capital; e no plano do mercado mundial, visavam impedir movimentos especulativos predatórios, e fomentar o comércio internacional⁶⁵.

⁶³ Belluzzo, L.G. “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.168-9. Mais precisamente, “... as relações entre as empresas, os bancos e o banco central eram, em geral, relações de clientela, favorecendo o refinanciamento das posições devedoras” (idem, ibidem, p.169), o que contribuiu para a manutenção de taxas de juros nominais e reais bastante reduzidas. Segundo Guttmann e Plihon, “o novo sistema [monetário] se tornou o pilar do boom do pós-guerra. Ao permitir a criação de dinheiro por meio de atos de extensão de crédito, o sistema bancário foi colocado em posição de financiar um rápido crescimento econômico” (Guttmann, R.; Plihon, D. “Consumer Debt at the Center of Finance-Led Capitalism”. CEPN, Paris-Nord (mimeo), janeiro de 2008. Disponível em: www.univ-paris13.fr/CEPN/col_guttmann_plihon_1.pdf, p.2).

⁶⁴ Cf. Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.287.

⁶⁵ “Assim, a restauração das relações de comércio abertas e multilaterais viria a ser o tônico que revigoraria o Sistema de Bretton Woods. Em sua totalidade, o acordo era orientado por esse objeto” (Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.138). Segundo Belluzzo, havia então a percepção de que era necessário “constituir uma ordem econômica internacional capaz de alentar o desenvolvimento, sem obstáculos, do comércio entre as nações, dentro de regras monetárias que garantissem a confiança na moeda-reserva, o ajustamento não deflacionário do balanço de pagamentos e o abastecimento de liquidez requerido pelas transações em expansão. Tratava-se, portanto, de erigir um ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social” (Belluzzo, L.G. “O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados ‘globalizados’”. *Economia e Sociedade*. Campinas, junho de 1995. Disponível em <http://xa.yimg.com/kq/groups/22137107/731865683/name/01-BELLUZZO.pdf>, p.12).

A despeito dessas preocupações, e do intenso ritmo das negociações, o sistema de Bretton Woods tardou para vigorar plenamente; apenas em 1958 as taxas de conversibilidade foram plenamente estabelecidas. Além disso, sua consolidação foi marcada por equívocos; num primeiro momento, a prioridade era a reconstrução das economias européias, e os Estados Unidos estruturaram planos de ajuda e empréstimos, sob uma série de condicionantes e exigências⁶⁶. No entanto, a fragilidade das economias européias no pós-guerra foi subestimada, e elas rapidamente acumularam crescentes déficits comerciais⁶⁷. Um episódio de destaque foi o restabelecimento precipitado da conversibilidade da libra, em 1947, como condição imposta pelos EUA, quando da concessão de um empréstimo de US\$ 3,75 bilhões, em 1946. O resultado foi que, em seis semanas, as reservas britânicas secaram, e a conversibilidade teve de ser suspensa. Esse e outros eventos tiveram como respostas um considerável incremento da “ajuda” norte-americana, que, entre 1948 e 1951, disponibilizou aproximadamente US\$ 13 bilhões aos países europeus, no bojo do Plano Marshall⁶⁸. Mesmo assim, em meio à crise que atingiu os Estados Unidos em 1949, e que levou à escassez de dólares, as paridades cambiais estabelecidas pelo Acordo de Bretton Woods foram rapidamente derrubadas, e as moedas européias foram desvalorizadas em 30%, em média⁶⁹.

Mais precisamente, a despeito dos investimentos, dos empréstimos e das “ajudas” norte-americanas fora de seu território, a referida escassez de divisas manteve-se crônica na primeira fase de existência do sistema de Bretton Woods. Um caminho para saná-la foi o desenvolvimento dos mercados de euro-dólares. Tais mercados surgiram no início da década de 1950, num primeiro momento em função da necessidade dos países comunistas de preservarem saldos em dólares para realizarem transações comerciais com países ocidentais, que nesse sentido passaram a depositar dólares em bancos europeus (daí a designação de mercados “*offshore*” ou de “euro-dólares”). Entretanto, esses depósitos eram demasiado pequenos, e exclusivamente com base neles o mercado de euro-divisas jamais teria se desenvolvido. O início de seu inchaço, ainda no final da década de 1950, deveu-se aos grandes fluxos de capital das corporações norte-americanas⁷⁰, que

⁶⁶ Segundo Samir Amin, “a desigualdade do desenvolvimento entre os Estados Unidos e os outros países do centro (Europa e Japão), que se acentuou durante a Segunda Guerra Mundial, deu uma importância particular às relações internas do centro depois de 1945. Esta está na origem da prosperidade deste período, e relegou as relações com a periferia a um papel secundário” (Amin, S. *O desenvolvimento desigual: Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976, p.153). Em 1970 os países considerados “desenvolvidos” possuíam em média 14,5 vezes o PIB *per capita* do mundo “subdesenvolvido”; já em 1990, esse número subiu para 24 (Hobsbawm, E. J., op.cit., p.353). Não obstante, esta adquiriu certa relevância estratégica em meio às lutas anti-coloniais que se multiplicaram no período, e à disputa entre os blocos capitalista e soviéticos.

⁶⁷ “Não resta dúvida de que os Estados Unidos fizeram uma avaliação incorreta dos danos sofridos pelas economias européia e japonesa, e dos custos da reconstrução” (Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.138).

⁶⁸ Sobre o Plano Marshall e a recuperação européia do pós-guerra, cf. Landes, D., op.cit., p.510-13.

⁶⁹ Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.137. E os erros não se resumiriam a etapa inicial de consolidação do sistema. Face ao grande crescimento da economia mundial, a partir da segunda metade da década de 1940, em 1959 decidiu-se finalmente rever as quotas do FMI, definidas nos idos de 1944; mas se determinou que elas seriam aumentadas em 50%, ao passo que os dólares em circulação no comércio mundial mais do que dobrou no mesmo período (idem, ibidem, p.146).

⁷⁰ “A aparição dos ‘eurodólares’, observada pela primeira vez em 1957, o desenvolvimento no mercado dessa forma de liquidez, o nascimento ulterior de mercados similares com respeito a outras moedas, nomeadamente o marco e o yen, testemunham o papel

diante de más condições para investir produtivamente seus excedentes, das barreiras fiscais para repatriá-los, e da rígida legislação bancária norte-americana, acabaram por “despejá-los” sobretudo na *City* londrina⁷¹. Diante das constantes quedas da libra esterlina, os bancos ingleses passaram a realizar suas operações em dólar, valendo-se inicialmente das referidas contas de multinacionais norte-americanas. Ademais, com o processo de criação do Mercado Comum Europeu, os mercados de euro-dólares se tornaram um meio de compensar as posições persistentemente deficitárias e superavitárias de alguns países.

Os mercados de euro-dólares logo se tornaram um importante mercado de capitais interbancário, e os dólares *offshore* se tornaram um instrumento financeiro negociável, apesar do contexto de forte repressão financeira e de mecanismos de controles cambiais extremamente rigorosos⁷². Já na década de 1960 os mercados de euro-dólares haviam se consolidado como espaços por excelência para a aplicação de curto prazo das reservas em dólares, tanto por parte das empresas norte-americanas (industriais, mas também *bancárias*, cabe frisar) que atuavam no exterior, quanto por parte dos bancos centrais europeus. Com isso, ampliou-se ainda mais a oferta de dólares, da qual se valeram empresas e países deficitários, na forma de créditos denominados em dólar⁷³. No bojo desse desenvolvimento, gestou-se uma moeda bancária, privada e praticamente livre de regulamentações⁷⁴. Logo se verá o motivo.

2. “Fordismo” e “keynesianismo”

Como indicam suas “alcunhas” – “era de ouro”, “anos dourados” etc. -, as duas décadas e meia que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial se caracterizaram por níveis impressionantes de acumulação de capital, sobretudo quando comparados às décadas

crescente das sociedades multinacionais. Com efeito, estes haveres, liberados em dólares (e agora noutras moedas) possuídos por não-residentes nos Estados Unidos (ou no país onde a moeda nacional foi liberada em dólares) e colocados fora dos Estados Unidos (ou fora do país de origem), provém em larga parte das tesourarias das grandes sociedades multinacionais” (Amin, S. op.cit., p.105).

⁷¹ Cf. Paulani, L.M., “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. *Revista Estudos Avançados*, n.23 (66), 2009, p.31. “O governo britânico tinha permitido que a *City* londrina funcionasse como um centro offshore para operações financeiras privadas internacionais de todo o tipo, quase inteiramente não-regulamentadas” (Gowan, P. *A Roleta Global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.49).

⁷² Nessa fase, a consolidação dos euro-mercados em parte respondeu a um recrudescimento de alguns dos mecanismos de controle dos fluxos internacionais de capital. Segundo Cintra e Cagnin, “os controles sobre a conta de capital dos EUA foram implementados por meio de três medidas principais: a) Interest Equalization Tax (1963) procurava equiparar os custos de financiamento nos EUA com os de outras praças financeiras, desestimulando a emissão de títulos por estrangeiros em Nova York (Yankee bonds); b) Voluntary Foreign Credit Restraint Program (1966), os bancos situados nos EUA concordavam em manter tetos voluntários para empréstimos a não-residentes. A partir de 1968, deixou de ser voluntário e foi estabelecido um controle sobre a saída de capitais americanos para o exterior; c) Restrictions on Foreign Direct Investment procurava diminuir o financiamento de empresas americanas no exterior com recursos das praças financeiras dos EUA, estimulando as operações no mercado de eurodólares” (Cintra, M.A.M; Cagnin, R.F. “Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas”. In: *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, dezembro 2007, nota de fim, p.328-9).

⁷³ “O mercado de euro-dólares é uma das maiores inovações financeiras do século XX [...] tendo emergido em resposta à necessidade de liquidez monetária internacional que o sistema bancário norte-americano não mais poderia satisfazer sozinho apesar do crescimento constante dos déficits do balanço de pagamento norte-americano” (Guttmann, R.; Plihon, D. op.cit., p.27).

⁷⁴ Que segundo Robert Guttmann foi o grande produto dos euromercados (cf. Guttmann, R. “As mutações do capital financeiro”. In: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p.70).

precedentes⁷⁵. Durante o conflito, assim como ocorreu na Primeira Guerra, dentre os países beligerantes apenas os Estados Unidos prosperaram, alcançando entre 1939 e 1945 taxas médias de crescimento anual de 10%⁷⁶; ao passo que os demais países enfrentaram imensas perdas. Sem embargo, tanto a prosperidade norte-americana, quanto a destruição na Europa convergiram de maneira decisiva para a retomada da acumulação.

A assim chamada “Crise de 1929” e as guerras mundiais cumpriram a função (não “delegada”) de destruir grandes montantes de capital obsoleto ou pouco competitivo, e de baratear os meios de produção remanescentes, em particular a força de trabalho, num contexto de desemprego massivo e de forte repressão salarial – dando azo a uma fortíssima concentração e centralização de capital. Por outro lado, a necessidade de reconstrução dos países centrais, que representavam um enorme mercado potencial, junto à pujança norte-americana favoreciam a reestruturação do mercado mundial e a retomada do comércio internacional, tarefas facilitadas pela consolidação do sistema de Bretton Woods. Ademais, havia um “estoque” de inovações tecnológicas e organizacionais, gestadas desde o final do século XIX⁷⁷, e inclusive no período do entre-guerras⁷⁸, ainda pouco aproveitadas.

É nesse contexto que se consolida o “fordismo”, o qual, mais do que um modelo de produção industrial em sentido estrito, tornou-se um conceito para importantes teóricos, sendo empregado inclusive para designar uma etapa determinada do desenvolvimento capitalista. Por se tratar de um tema sobre o qual se acumulam algumas mistificações, faz-se necessário precisar a sua singularidade. Como se convencionou frisar, é evidente o equívoco daqueles que tomam o fordismo como mero resultado do “gênio empreendedor” de Ford, ou de uma articulação virtuosa entre esteira de produção e “administração científica”. Na realidade, em termos tecnológicos e organizacionais, a grande empresa moderna, e mesmo as modernas corporações se desenvolveram, sobretudo, na segunda metade do século XIX, em ritmo vertiginoso. Como enfatizam exaustivamente Alfred Chandler e, sob sua influência, David Harvey, nos idos de 1840 o grosso da produção industrial era feita por empresas de base familiar, que empregavam técnicas tradicionais

⁷⁵ Cf. Eichengreen, B.; Vazquez, P. “Institutions and Economic Growth in Postwar Europe: Evidence and Conjectures”. In: Ark, B.; Kuipers, S.; Kuper, G. (eds). *Productivity, Technology and Economic Growth*. Dordrecht: Kluwer, 2000. Disponível em: <http://www.econ.berkeley.edu/~eichengr/research/vanark.pdf>. Neste artigo, os autores analisam um conjunto de indicadores, como as taxas de investimento líquido e as taxas de crescimento do PIB, dentro de séries históricas que se iniciam nas primeiras décadas do século XIX. Com base nesses dados, vê-se a singularidade do período, caracterizado por uma prosperidade econômica sem paralelo.

⁷⁶ Hobsbawm, E. J., op.cit., p.55.

⁷⁷ A chamada Segunda Revolução Industrial, fruto de um conjunto de inovações, das quais se destacam: a produção de “energia e dos motores elétricos, da química orgânica e dos sintéticos, do motor de combustão interna e dos dispositivos automotores, da indústria de precisão e da produção em linhas de montagem” (Landes, D., op.cit., p.243). Para uma análise detalhada dessas inovações e invenções, inclusive em seus aspectos técnicos, cf. idem, ibidem, p.257-302.

⁷⁸ De acordo com Landes, apesar das turbulências e das desigualdades entre países e entre ramos de produção, o desenvolvimento tecnológico prosseguiu no entre-guerras, não obstante a inexistência de inovações de maior vulto (cf. Landes, D., op.cit., p.432-96). Destacaram-se no período, como era de se esperar, as indústrias que se articulam à produção bélica: a automobilística, a aeronáutica, a de telefonia, de rádio e de comunicação sem fio, e também a produção de energia elétrica e sua aplicação à indústria.

de contabilidade e de organização, muito similares às dos comerciantes italianos do século XIV⁷⁹. Em muitos casos ainda não estavam dissociadas a função de administração e a propriedade industrial, as empresas eram pequenas, a produção descentralizada, não obstante a existência de empresas verticalmente integradas (por falta de uma divisão técnica e social do trabalho mais desenvolvida), e de antigos monopólios, como a Companhia das Índias Ocidentais⁸⁰. Na prática, apenas as obras infra-estruturais públicas ou que articulavam recursos públicos e privados eram desenvolvidas em grande escala, afora as atividades das finanças estatais e das “altas finanças”, que se relacionavam com a produção industrial e agrícola sobretudo por meio do crédito a curto prazo.

Á luz de sua ulterior evolução, os mecanismos de mercado, que servem para a igualação das taxas de lucro e para regular a distribuição do trabalho social de acordo com as necessidades da acumulação de capital, eram bastante precários, em função das deficiências do sistema de transporte e de comunicação, e a conseqüente falta de integração espacial. Além disso, o parco desenvolvimento das técnicas administrativas e do sistema de créditos também obstava a expansão da escala de produção e da sua extensão geográfica. Tudo isso competia para bloquear a concorrência e para a formação de monopólios, sobretudo locais. Como se vê, a ideologia da livre concorrência não possuía tanta base material quanto se é levado a supor pelas amplamente difundidas formulações desenvolvidas pela economia política clássica⁸¹.

Em grande medida, foi como reação a essas limitações que se desenvolveu a tendência à integração vertical das empresas, e à internalização de uma série de atividades e funções que permite que elas sejam coordenadas, rotinizadas e racionalizadas de forma a reduzir os custos de transação, de circulação, e de informação; a aumentar o controle das fontes de insumos; a diminuir os estoques e os tempos de rotação; e a aproveitar melhor os elementos da produção por meio dos ganhos de escala⁸². Um rebento desse processo foi aquilo que Chandler chamou de “grande

⁷⁹ Cf. Harvey, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.149. “O empresário norte-americano de 1840 acharia o ambiente da Itália do século XV mais familiar do que o de sua própria nação 70 anos depois” (Chandler, A. *Visible hand: the managerial revolution in american business*. Cambridge: Harvard University Press, 1977, p. 455). Sempre tendo em vista o caso norte-americano, “na década de 1790 os comerciantes americanos ainda dependiam inteiramente de práticas comerciais e de procedimentos inventados e aperfeiçoados séculos antes pelos mercadores britânicos, holandeses e italianos” (idem, ibidem, p.16; cf. idem, ibidem, p.37). Da mesma forma, os mercadores trocavam suas mercadorias sob os mesmos padrões estabelecidos na Holanda e na Inglaterra havia séculos (idem, ibidem, p.40).

⁸⁰ Cabe chamar a atenção para os termos usados por Arrighi, Barr e Hissaeada para explicar o ascenso das empresas de cunho familiar e a derrocada das grandes companhias comerciais: os autores falam de uma vitória da flexibilidade, da inovação, do controle e da supervisão mais diretos, contra a ineficácia da organização das gigantescas e enrijecidas empresas, cujo crescimento as tornaram pesadas e incapazes de reagir às demandas cambiantes do mercado (Arrighi, G.; Barr, K.; Hissaeada, S. “The Transformation of Business Enterprise”. In: Arrighi, G. Silver, B.J. (orgs). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, p.116). Como veremos, tal terminologia curiosamente guarda grande semelhança à empregada por Harvey ao explicar a passagem do que ele chama de acumulação fordista para a acumulação flexível, o que denota o conflito entre tendências próprias à dinâmica da acumulação, conforme será analisado.

⁸¹ Segundo Harvey, essa ideologia “idealiza as empresas em forma que nunca existiram e fetichiza a empresa em pequena escala, a qual carece de qualquer grau de poder de monopólio no mercado, como o agente ideal para lograr o equilíbrio competitivo. Daí ter surgido uma associação injustificada entre a pequena escala da organização e a competitividade” (Harvey, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.151).

⁸² Cf. idem, ibidem, p.152.

empresa multidivisional”, que seria administrada por uma complexa hierarquia de executivos assalariados e reuniria uma série de distintas unidades produtivas e comerciais, integradas, porém gozando de certo grau de autonomia gerencial⁸³. Por conseguinte, tais empresas se distinguiriam por integrar atividades de produção e de distribuição, realizadas em grande escala, o que leva Chandler a afirmar que, por meio de sua generalização, “a mão visível da direção administrativa substituiu a mão invisível das forças de mercado na coordenação do fluxo e dos bens dos fornecedores de matéria-prima e de materiais semi-acabados para o varejista e o consumidor final”⁸⁴.

Ademais, na segunda metade do século XIX, os investimentos exigidos pelos empreendimentos ferroviários, e por outros empreendimentos relativos à produção e distribuição em massa estimularam o desenvolvimento, a integração e a centralização do sistema de crédito e dos mercados de capitais norte-americanos⁸⁵. Foi também nessa época, portanto, que “todos os atuais instrumentos de finança foram aperfeiçoados, assim como quase todas as técnicas modernas de comércio de títulos e de especulação”⁸⁶. Da mesma forma, entre 1850 e 1860 “os administradores das ferrovias norte-americanas inventaram quase todas as técnicas básicas da moderna contabilidade”⁸⁷.

Esses desenvolvimentos não cessaram na virada do século XIX para o século XX. Durante a depressão do pós-guerra, as grandes corporações intensificaram seus esforços em incrementar mecanismos para aumentar e agilizar a capacidade de resposta às alterações abruptas nas condições de demanda e oferta, e a previsão dessas condições no futuro. Como consequência, aprofundou-se no interior das empresas a divisão em departamentos especializados, administrados por funcionários de médio escalão, supervisionados e coordenados por corpos superiores de administração e de finanças⁸⁸. Esse processo foi acompanhado e estimulado pelo aumento da profissionalização dos administradores, que a essa altura já possuíam jornais especializados,

⁸³ “Cada unidade dentro da moderna empresa multidivisional tem seu próprio escritório administrativo. Cada uma é administrada em tempo integral por um administrador assalariado. Cada uma tem seu próprio conjunto de livros e contas que podem ser auditados separadamente daqueles da grande empresa. Cada uma pode, teoricamente, operar como uma empresa comercial independente” (Chandler, A., op.cit., p.2-3). Ainda no século XIX, tais empresas se dividiam em vários departamentos, e não só o de compras, transporte, controle de estoque, mas também de *design* de produtos, de métodos e de eficiência da produção.

⁸⁴ Idem, ibidem, p.286. “O tema proposto aqui é que a moderna empresa comercial tomou o lugar dos mecanismos de Mercado na coordenação das atividades da economia e na alocação de seus recursos. Em muitos setores da economia a mão visível da administração substituiu o que Adam Smith se referiu como a mão invisível das forças do mercado. O mercado manteve-se o gerador de demanda para bens e serviços, mas a moderna empresa comercial assumiu as funções de coordenar os fluxos de bens através dos processos existentes de produção e de distribuição. Como a moderna empresa comercial adquiriu funções outrora levadas a cabo pelo mercado, ela se tornou a instituição mais poderosa da economia americana e seus administradores o grupo mais influente dentre os formuladores de decisão econômica. O surgimento da moderna empresa comercial nos Estados Unidos, portanto, trouxe consigo o capitalismo administrativo” (idem, ibidem, p.I).

⁸⁵ Por exemplo, quando da construção das linhas férreas e na Pensilvânia, de início se levantou divisas em Boston e na Filadélfia, mas não tardou para essa demanda se deslocar para Nova Iorque, em função da piora das condições de tomada de empréstimo nos outros centros financeiros. Esse processo foi decisivo para a centralização do mercado de capitais norte-americano em Nova Iorque, que também atraía investimentos estrangeiros, em função da turbulência da Europa pós-revolução de 1848.

⁸⁶ Idem, ibidem, p.92.

⁸⁷ Idem, ibidem, p.109. “Os sistemas ferroviários portanto se tornaram e permaneceram as empresas privadas que melhor exemplificavam o capitalismo financeiro nos Estados Unidos” (idem, ibidem, p.187).

⁸⁸ Idem, ibidem, p.456-8.

havia constituído sociedades corporativas, freqüentavam faculdades de administração, cursos universitários e não-universitários etc. Assim, a “revolução administrativa” se generalizava, em detrimento do “empreendedorismo” que caracterizava importantes empresas, como é o caso da General Motors do início do século XX⁸⁹.

Ademais, em particular a partir da Segunda Guerra Mundial, o processo de integração vertical acompanhou, viabilizou e estimulou a expansão ultramarina das empresas norte-americanas, as quais estabeleceram escritórios no estrangeiro, depois unidades produtivas, e posteriormente sistemas locais de compra de insumos e de vendas, aproveitando-se principalmente de matérias-primas e mão-de-obra mais baratas, e de novos mercados consumidores⁹⁰. De maneira concomitante, foi incrementada a relevância das inovações tecnológica, do investimento direto, do planejamento com base nos diferentes momentos do “ciclo do produto”, e dos mercados estrangeiros. Por fim, destaca-se nesse momento o surgimento dos conglomerados resultantes não do investimento interno das empresas, mas da aquisição de empresas existentes, situação em que as diferentes unidades que constituíam os conglomerados dispunham de maior autonomia administrativa.

Ora, se desde 1880 a esteira rolante já era empregada nas linhas de montagem em distintos e relevantes ramos produtivos⁹¹, junto aos princípios e métodos da “administração científica”⁹² e

⁸⁹ Idem, ibidem, p.460. Segundo Arrighi, Barr e Hissada foi com a Grande Depressão que houve a transição do “sistema britânico de empresas familiares para o sistema norte-americano de corporações multinacionais verticalmente integradas, burocraticamente administradas” (Arrighi, G.; Barr, K.; Hissada, S., op.cit., p.121). Nessa transição ganhou importância as formas de integração horizontal, como as fusões, associações, compras de empresas do mesmo ramo, mas principalmente a integração vertical (cf. idem, ibidem, p.123).

⁹⁰ Chandler, A., op.cit., p.369.

⁹¹ “... as primeiras aplicações importantes dos princípios dos preços intercambiáveis e da linha de montagem ocorreram na indústria de armas de pequeno porte” (Landes, D., op.cit., p.37), ainda no século XVIII.

⁹² Cujos protagonistas na segunda metade do século XIX e início do século XX foram Henry R. Towne; Henry Metcalfe; John W. Anderson, Frederick W. Taylor, Harrington Emerson e outros que eram ou viriam a se tornar membros da Sociedade Americana de Engenheiros Mecânicos (Chandler, A., op.cit., p.272-83). Segundo Braverman, “as primeiras referências ao estudo do trabalho correspondem aos inícios da era capitalista [...]. A publicação de manuais de administração, as análises de problemas de gerência, e o enfoque cada vez mais requintado posto em prática na segunda metade do século XVI permite apoiar a conclusão dos historiadores do movimento de gerência científica de que Taylor representava a culminação de uma tendência preexistente” (Braverman, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p.85). Segundo a sua compreensão hegemônica, o taylorismo ou o método da “gerência científica”, surgido na virada do século XIX para o século XX, consistiria num método de controle e desenvolvimento da organização e execução do trabalho, com vistas a lograr aumentos de produtividade e a promover a quebra da resistência dos trabalhadores a uma exploração mais intensa, sendo a principal inovação taylorista voltada ao rigoroso controle do tempo e dos movimentos dos trabalhadores, no interior do processo de trabalho. Segundo a análise de Braverman, nesse aspecto amplamente aceita, “logicamente, o taylorismo pertence à cadeia de desenvolvimento dos métodos e organização do trabalho, e não ao desenvolvimento da tecnologia, no qual seu papel foi mínimo” (idem, ibidem, p.82). De acordo com Aglietta, “o termo Taylorismo deve ser definido como a soma total daquelas relações de produção internas ao processo de trabalho que tende a acelerar a completude do ciclo mecânico dos movimentos no emprego e a preencher as brechas no dia de trabalho” (Aglietta, M. *A Theory of Capitalist Regulation: the US experience*. Londres: Verso, 2000, p.114). Gramsci, por sua vez, assevera que, “com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto maquinal” (idem, ibidem, p.266). De acordo com Landes, “vista do prisma retrospectivo de meados do século XX, a administração científica foi a seqüência natural do processo de mecanização que constituiu o cerne da Revolução Industrial: primeiro, a substituição da habilidade e força humanas pela energia mecânica e inanimada; depois, a conversão do operador num autômato, para equipará-lo a seu equipamento e fazê-lo acompanhar o ritmo deste. A terceira etapa acha-se agora entre nós: a automação – a substituição do homem por máquinas que, além de fazer, ‘pensam’. Até onde e com que rapidez essa nova técnica avançará, e se, em combinação com a energia atômica, irá representar uma segunda (ou terceira) Revolução Industrial, ainda é cedo demais para dizer. Mas há um certo consolo em pensar que, aparentemente, é mais fácil fazer máquinas semelhantes ao homem do que transformar o homem numa máquina” (Landes, D., op.cit., p.332).

uma série de inovações organizacionais; e se às vésperas da Primeira Guerra Mundial, nos Estados Unidos, já eram predominantes as grandes corporações, em sua forma moderna, operando sistemas de *produção e distribuição em massa*⁹³, e se valendo de um sistema de crédito e de um sistema financeiro consideravelmente desenvolvidos; qual teria sido então o grande feito atribuído à Ford? Numa fórmula sintética, também repetida por Harvey, Aglietta propugna que o fordismo é “o princípio de *uma articulação entre o processo de produção e o modo de consumo*, que constitui a produção de massa, que é o conteúdo específico da universalização do trabalho assalariado”⁹⁴. Em sentido amplo, o fordismo corresponderia a “um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”⁹⁵.

Tal acepção nos coloca, portanto, no campo da teoria regulacionista. Em *A teoria da regulação capitalista: a experiência dos EUA*, publicada em 1976, e considerada como o marco de fundação da Escola da Regulação, Michel Aglietta⁹⁶ define a noção de regime de acumulação como “a forma de transformação social que aumenta a mais-valia relativa sob as restrições estáveis das normas mais gerais que definem a mais-valia absoluta”⁹⁷. Particularmente importante aqui é a maneira como Aglietta expõe a mais-valia relativa, “o conceito que define a unidade das relações que estruturam a organização concreta da produção e da reprodução dos assalariados”⁹⁸. Assim, ao focar um regime de acumulação em particular, um observador se depararia com um quadro geral definido por uma forma específica de alienação e de clivagem social, no qual se destacaria o rebaixamento do grosso da população à condição de assalariados a serviço da produção, e no interior desse quadro, um conjunto de relações referentes à estrutura da produção, da distribuição e do consumo.

Mas Aglietta vai além e distingue o “regime de acumulação extensiva”, no qual os modos de vida não são radicalmente reestruturados pela lógica da valorização, do “regime de acumulação intensiva”, que “cria um novo modo de vida para a classe dos assalariados, estabelecendo uma lógica que opera sobre a totalidade do tempo e do espaço ocupados ou atravessados pelos indivíduos na vida diária”⁹⁹. Nesse sentido, é privilegiada a caracterização da forma de consumo

⁹³ “Em muitos aspectos, as inovações tecnológicas e organizacionais de Ford eram mera extensão de tendências bem-estabelecidas” (Harvey, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.121).

⁹⁴ Aglietta, M., op.cit., p.117.

⁹⁵ Harvey, op.cit., p.121. E a referência à Henry Ford, portanto, justificar-se-ia tanto pelo império que ele logrou construir, explorando de maneira algo pioneira um dos ramos de produção mais importantes do século XX, mas também por algumas de suas iniciativas, como a de elevar abruptamente os salários de seus empregados (a famosa hora-salário de cinco dólares) e de enviar assistentes sociais a suas casas, de modo a exercer domínio direto sobre seus comportamentos. Noutro registro, portanto, se se toma apenas os aspectos tecnológicos e organizacionais, nem o ineditismo, nem o universalismo por vezes atribuído ao fordismo seriam sustentáveis.

⁹⁶ Que reivindica como fundamento lógico do regulacionismo o “materialismo histórico” (Aglietta, M., op.cit., p.15).

⁹⁷ Idem, ibidem, p.68.

⁹⁸ Idem, ibidem, p.70.

⁹⁹ Idem, ibidem, p.71.

própria à realidade que ele tinha em vista, o consumo de massas¹⁰⁰. Marcadamente individualizante, e exigindo o desenvolvimento de sistemas amplos de financiamento e a imposição de controle e de uma disciplina ferrenha sobre sua prática¹⁰¹, esse consumo teria como lugar privilegiado a moradia dos trabalhadores, o que por sua vez se vincula à generalização do núcleo familiar tipicamente burguês¹⁰². Além de exigir o desenvolvimento da obsolescência programada dos produtos, e do estabelecimento de complementaridades entre eles, o consumo de massas impõe o desenvolvimento de certa estética, a qual

“recobre, com uma relação imaginária, a relação real dos indivíduos com os objetos. Não se limita a criar um espaço de objetos da vida cotidiana que sejam os suportes de um universo de mercadorias capitalistas; proporciona uma imagem desse espaço mediante as técnicas publicitárias. Esta imagem se nos apresenta como uma objetivação de *status* de consumo que os indivíduos percebem diante de si. O processo de reconhecimento social é exteriorizado e fetichizado”¹⁰³.

Desse modo, a investigação sobre as normas de consumo remetem a um tipo de estética, a um conjunto de ideologias, de instituições, de convenções, de costumes, de hábitos, de rotinas, a certos tipos de estrutura psíquica, e a todo um complexo de práticas relativas não somente à dinâmica produtiva, como às formas de conservação das capacidades laborais, mas também às formas de estratificação sociais e de cristalização de certas posições e certo *status*¹⁰⁴. Essa mirada abrangente sobre o tema da reprodução de capital, com destaque para a produção dos trabalhadores e dos consumidores a ela adequados, remete-nos, obviamente, à análise pioneira de Gramsci sobre o fordismo, que segundo ele exprimiria uma radical mudança no capitalismo, relacionada à constituição daquilo que alguns autores designaram por capitalismo monopolista, ou capitalismo de Estado, ou ainda Estado autoritário, Estado keynesiano etc., e que Gramsci nomeou “economia programática”¹⁰⁵. Em 1934, Gramsci constata que “na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”¹⁰⁶, e que “... os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro”¹⁰⁷.

¹⁰⁰ “A separação dos trabalhadores dos meios de produção, que se encontra na origem da relação salarial, implica na destruição dos diversos modos tradicionais de consumo, e conduz à criação de um modo de consumo específico do capitalismo. Cria-se assim uma *norma social de consumo operário*” (idem, ibidem, p.152).

¹⁰¹ Idem, ibidem, p.159.

¹⁰² Junto com a habitação, o consumo de automóveis assume papel precípua, por sua compatibilidade “com a separação entre a casa e o lugar de trabalho” (idem, ibidem, p.159).

¹⁰³ Idem, ibidem, p.160.

¹⁰⁴ Idem, ibidem, p.157.

¹⁰⁵ “Pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática (Gramsci, A. “Americanismo e fordismo”. In: *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.241). Uma importante característica dessa transição seria a “... substituição da atual camada plutocrática por um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro, baseado imediatamente na produção industrial” (idem, ibidem, p.242).

¹⁰⁶ Idem, ibidem, p.248.

¹⁰⁷ Idem, ibidem, p.266.

Noutras palavras, os novos métodos produtivos pressupunham e impunham o desenvolvimento de uma nova disciplina fabril¹⁰⁸, que se espraiava para outras dimensões da vida social. Nesse sentido, ganham importância a produção e a generalização de certos comportamentos, hábitos e instituições, que visavam a conformação dos trabalhadores às exigências impostas pelos aparatos produtivos, e pela reprodução do capital em sentido amplo¹⁰⁹. Desse modo, a necessidade de demanda efetiva e as exigências psíquicas e físicas do trabalho da linha de montagem explicam o engajamento dos capitalistas e do Estado no esforço de fazer com que os trabalhadores gastassem seu salário de maneira a repor e mesmo incrementar sua força de trabalho; daí o combate ao alcoolismo, por exemplo¹¹⁰. Ademais, tornou-se importante cultivar hábitos sexuais que não prejudicam a capacidade de trabalho e garantem uma reprodução adequada dos trabalhadores, eis porque se difundiu a forma familiar burguesa e a monogamia¹¹¹.

Apesar do fiasco da quixotesca tentativa de Ford de aplicar individualmente uma política anticíclica em meio à depressão econômica, longe de colapsar, o fordismo se difundiu pelos países capitalistas centrais, tendo sido determinante para o *boom* econômico do pós-guerra, e para as altas taxas de crescimento econômico verificadas nas duas décadas seguintes¹¹².

Convém destacar também, em relação ao fordismo, que este foi sustentado por uma espécie de acordo, firmado entre Estado, grandes corporações e sindicatos. Após o massacre dos setores

¹⁰⁸ Cujo “modelo” básico de certo modo continuava sendo o quartel: “nenhuma prova especial é necessária para mostrar que a disciplina militar é o modelo ideal para a moderna fábrica capitalista [...]. Com a ajuda de métodos de mensuração adequados, a lucratividade ótima do trabalhador individual é calculada como a de qualquer meio material de produção. à base desse cálculo, o sistema americano de ‘administração científica’ obteve os maiores triunfos no condicionamento e treinamento racional do comportamento de trabalho. As conseqüências finais são obtidas com a mecanização e disciplina da fábrica, e o aparato psicofísico do homem se ajusta completamente às exigências do mundo exterior, das ferramentas, das máquinas – em suma, a uma ‘função individual. O indivíduo é destituído de seu ritmo natural, determinado pela estrutura de seu organismo; seu aparato psicossocial é adaptado a um novo ritmo através de uma especialização metódica de músculos que funcionam separadamente, e estabelece-se uma economia ótima de forças correspondente às condições de trabalho. Todo esse processo de racionalização, na fábrica como em toda parte, e especialmente na máquina estatal burocrática, é paralelo à centralização dos implementos materiais de organização no poder discricionário do senhor” (Weber, . M. “O significado da disciplina”. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1963, p.301-2).

¹⁰⁹ Em que se destaca “... a psicanálise (em sua enorme difusão no após-guerra) como expressão do aumento da coerção moral exercida pelo aparelho estatal e social sobre os indivíduos e das crises mórbidas que esta coerção determina” (Gramsci, A., op.cit., p.242).

¹¹⁰ “... é preciso que o trabalhador gaste ‘racionalmente’ o máximo de dinheiro para conservar, renovar e, se possível, aumentar sua eficiência muscular-nervosa, e não para destruí-la ou danificá-la. E é por isso que a luta contra o álcool, o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho, torna-se função do Estado” (idem, ibidem, p.267).

¹¹¹ “Deve-se observar como os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de ‘puritanismo’ assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não se pode desenvolver um novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado” (idem, ibidem, p.252). Ou ainda, “estes novos métodos [de trabalho] exigem uma rígida disciplina dos instintos sexuais (do sistema nervoso), ou seja, um fortalecimento da ‘família’ em sentido amplo (não desta ou daquela forma do sistema de familiar), da regulamentação e da estabilidade das relações sexuais” (idem, ibidem, p.264). Por fim, “revela-se claramente que o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai para o trabalho depois de uma noite de ‘orgias’ não é um bom trabalhador; a exaltação passional não pode se adequar aos movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos automatismos” (idem, ibidem, p.269). “As iniciativas ‘puritanas’ têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção” (idem, ibidem, p.267).

¹¹² Segundo Harvey, os motores da economia mundial no pós-guerra foram a produção de automóveis, navios, e de outros meios de transporte, de aço, de borracha, de eletrodomésticos, o setor petroquímico e o de construção, bem como os processos de reconstrução dos países beligerantes, a suburbanização e a renovação urbana, e a expansão geográfica das redes de transporte e de comunicação e de infra-estrutura (Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p.125).

mais combativos e radicais do movimento operário, à burocracia sindical – em geral um posto avançado da burocracia estatal e empresarial - coube atuar na perseguição aos indivíduos potencialmente subversivos¹¹³, no disciplinamento dos trabalhadores e na contenção das “greves selvagens” e de outras formas de contestação, em troca de considerável *status* político, aprimoramentos no sistema de seguridade social, ganhos salariais... e, sobretudo, fartos privilégios aos burocratas. Não obstante, diga-se de passagem, apesar de seu enorme poder, os grandes sindicatos já atuavam sob estrito controle estatal (como indicam, por exemplo, revelam a Lei de Wagner de 1933 e a Lei de Taft-Hartley de 1952, ambas aprovadas pelo Congresso norte-americanas), e por vezes eram forçados a dismantelar até mesmo as reivindicações mais elementares de suas bases.

Às corporações cabia manter um alto nível de investimento em capital fixo e em desenvolvimento tecnológico, explorando continuamente os ganhos de escala. Por sua vez, ao Estado (“keynesiano”¹¹⁴), por meio da mobilização de um cabedal de políticas fiscais e monetárias anticíclicas, cabia realizar vastos investimentos infra-estruturais, na produção das “condições gerais de produção”, bem como em políticas “sociais”, nas áreas da saúde, educação, habitação, seguridade social etc¹¹⁵. Noutras palavras, por meio das crescentes “transferências sociais”, que estimulavam e regravam o consumo dos trabalhadores, de um lado, e dos gastos públicos e do controle das taxas de juros, que competiam para criar um ambiente adequado para os investimentos privados, de outro, o Estado se tornou peça-chave na manutenção das altas taxas de crescimento econômico vigentes no período.

De fato, entre 1950 e 1970, no conjunto dos países capitalistas centrais, os níveis de investimento líquido se elevaram consideravelmente, mais do que duplicando em relação ao período imediatamente anterior; os níveis de desemprego se reduziram de modo igualmente drástico¹¹⁶; a produção industrial mais do que quadruplicou; e o comércio mundial aumentou dez

¹¹³ Por exemplo, em 1949, os comunistas e supostos simpatizantes foram expulsos do comitê executivo da CIO (Congresso de Organização Industrial), assim como onze sindicatos, que representavam mais do que um milhão de trabalhadores.

¹¹⁴ É comum a crítica a essa designação, por parte de estudiosos que enfatizam a escassa influência de Keynes sobre as políticas públicas na década de 1930, e argumentam que no período subsequente sua importância esteve bem distante do que normalmente se supõe. Segundo Hall, “o papel do Estado na economia aumentou por muitas razões que tiveram pouco a ver com Keynes: o legado da economia de guerra, as demandas de reconstrução, e a expansão dos benefícios sociais universais” (Hall, P. *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989, p.365). Cf. também Blackhouse, R.E.; Bateman, B.W.(Eds) *The Cambridge Companion to Keynes*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006, p.272; assim como o prefácio de Marcelo de Paiva Abreu a Keynes, J.M. *As consequências econômicas da paz*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNB, 2002, p.XIII). Feita essa ressalva, dado seu uso corrente, seguiremos adotando o rótulo de keynesianismo ao referir a certo conjunto de medidas intervencionistas, que visam estimular a demanda efetiva e restringir os ciclos econômicos.

¹¹⁵ Cf. idem, ibidem, p.125-131. Não obstante, Harvey lembra que esse amplo arranjo fordista em certo sentido excluía grandes parcelas da população, que não gozaram dos aumentos salariais ou das políticas sociais usufruídas pelos trabalhadores sindicalizados das grandes corporações; aliás, mesmo estas estabeleciam importantes estruturas de sub-contratação com empresas cujos funcionários também eram excluídos dessas “benesses”. Isso em parte explicaria o ascenso dos radicais movimentos de direitos civis e os movimentos feministas, sobretudo na década de 1960.

¹¹⁶ Na década de 1960, “a média de desemprego na Europa Ocidental estacionou em 1,5%” (Hobsbawm, E. J., op.cit., p.254).

vezes¹¹⁷. Além disso, na década de 1960, ainda nos países centrais, a seguridade social se tornou o maior objeto de gastos estatais¹¹⁸.

Outra dimensão fundamental do “keynesianismo” norte-americano dizia respeito aos crescentes gastos militares, tanto domésticos como no estrangeiro. Tais inversões, que foram decisivas para incrementar a liquidez monetária no mercado mundial, bem como para impulsionar a demanda efetiva e para dar vazão ao capital sobreacumulado nos Estados Unidos (cujo potencial expansivo esbarrava com os limites dos mercados estrangeiros ainda em recuperação¹¹⁹), adquiriram enormes proporções, no contexto da “Guerra Fria”¹²⁰. A esta altura, a “ideologia unimundista” de Roosevelt já havia sido substituída pela “doutrina de Truman” acerca de um mundo clivado entre um bloco soviético, belicista e expansionista, e um bloco dos defensores da liberdade, sob comando dos Estados Unidos¹²¹. De fato, tanto os gastos com o chamado bem-estar social, quanto o militarismo característico do período, foram estimulados pelo desempenho econômico e pelo expansionismo soviético¹²². Por outro lado, a ideologia maniqueísta da deflagrada e decisiva guerra entre o bem, capitalista, e o mal, soviético, eram bastante convenientes, e talvez imprescindíveis, para o projeto hegemônico norte-americano¹²³. Neste conflito, os Estados Unidos liderariam o exército da “liberdade”, da “livre iniciativa” e dos “lucros”, contra o exército da “servidão”, da “burocracia” e do “coletivismo”.

¹¹⁷ Idem, ibidem, p.257.

¹¹⁸ E em meados da década seguinte cerca de 40% do funcionalismo na Grã-Bretanha e 47% na Suécia exerciam seus cargos nos aparatos de seguridade (idem, ibidem, p.278). “No fim da década de 1970, todos os estados capitalistas avançados se haviam transformado em ‘Estados de Bem-estar’ desse tipo, com seis deles gastando mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social (Austrália, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália e Países Baixos)” (idem, ibidem, p.279).

¹¹⁹ Cf. idem, ibidem, p.304-5. “A ajuda militar a governos estrangeiros e os gastos militares diretos dos Estados Unidos no exterior – ambos os quais aumentaram constantemente entre 1950 e 1958, e novamente entre 1964 e 1973 – forneceram à economia mundial toda a liquidez de que ela precisava para se expandir. E, com o governo norte-americano agindo como um banco central mundial extremamente permissivo, o comércio e a produção mundiais se expandiram, de fato, numa velocidade sem precedentes” (Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.307).

¹²⁰ De fato não se verificaram grandes confrontos diretos entre Estados Unidos e a União Soviética, e muito menos a esperada Terceira Guerra Mundial, com suas trocas de mísseis nucleares; não obstante, durante sua vigência pulularam sangrentas guerras pelo globo, de tal forma que a designação “guerra fria” é absurda. Segundo Hobsbawm, “antes do colapso do sistema soviético, estimava-se que cerca de 19 – talvez mesmo 20 – milhões de pessoas haviam sido mortas em mais de cem ‘guerras maiores e ações e conflitos militares’ entre 1945 e 1983, praticamente todas no Terceiro Mundo: mais de 9 milhões no leste da Ásia; 3,5 milhões na África; 2,5 milhões da Ásia; cerca de meio milhão no Oriente Médio, sem contar a mais assassina de suas guerras, o conflito Irã-Iraque de 1980-8, que mal começara; e um pouco menos na América Latina” (Hobsbawm, E. J., op.cit., p.422). As maiores guerras foram a da Coreia, onde morreram de 3 a 4 milhões de pessoas, e a do Vietnã (em cada uma delas morreram cerca de 50 mil soldados norte-americanos). As guerras contra os governos de Moçambique e de Angola, por sua vez, contabilizaram entre 1980 e 1988 cerca de 1,5 milhão de pessoas, e mais de 12 milhões de refugiados (idem, ibidem, p.422).

¹²¹ Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.286.

¹²² “A taxa de crescimento da URSS na década de 1950 foi mais veloz que a de qualquer país ocidental, e as economias da Europa Oriental cresceram quase com a mesma rapidez [...]. Embora o Bloco Oriental perdesse o ritmo na década de 1960, seu PIB *per capita* em toda a Era de Ouro continuou crescendo ligeiramente mais rápido (ou, no caso da URSS, um pouco menos) que o dos grandes países industriais capitalistas” (Hobsbawm, E. J., op.cit., p.255).

¹²³ Cabe, no entanto, considerar que, a despeito da persistência da corrida armamentista, espacial, da escalada da Guerra do Vietnã e de outros episódios, existem indicativos de que na década de 1960 se consolidou uma espécie de equilíbrio entre os “blocos” rivais, após a “aceitação” da Revolução Cubana, a construção do Muro de Berlim (1961), e o arrefecimento dos processos de sublevação que marcaram a descolonização africana. A essa altura foram estabelecidos tratados internacionais contra a proliferação nuclear e o Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT), entre EUA e URSS, e acordos sobre Mísseis Antibalísticos. Ademais, as relações comerciais entre EUA e URSS foram retomadas.

3. Mudanças conjunturais e a dinâmica da crise

De todos os ângulos que se mire revela-se o peso desmesurado dos interesses e das veleidades das elites norte-americanas na determinação dos rumos e do funcionamento do sistema de Bretton Woods. Essa condição, pelo menos em tese, acarretava aos Estados Unidos certas responsabilidades, como a de garantir níveis adequados de liquidez monetária, tendo o papel de credor internacional; a de manter suas reservas cambiais externas nos menores níveis possíveis; a de se manter passivo em termos de sua taxa de câmbio; e a de mobilizar sua política monetária de modo a ancorar os preços dos *tradeables*¹²⁴. Os Estados Unidos foram beneficiados enquanto mantiveram seu predomínio econômico incontestado, com seus conglomerados inundando a economia mundial com suas mercadorias e seus investimentos, o câmbio estável e o tipo de “controle” inflacionário característico do sistema de Bretton Woods. Entretanto, não demorou a que a conjuntura característica da primeira década de existência desse sistema apresentasse sinais de mudança, tanto que, já em 1960, o passivo monetário dos Estados Unidos no exterior superou suas reservas de ouro.

Algumas das causas dessa mudança conjuntural serão discutidas na segunda parte desse texto. Aqui cabe destacar o acirramento da concorrência internacional, não só devido aos vigorosos movimentos de concentração e de centralização de capital no período, que incrementaram a concorrência oligopolística, mas sobretudo à reconstrução das economias e das corporações européias - Alemanha¹²⁵ à frente - e japonesa¹²⁶. Diga-se de passagem, a dinâmica da economia japonesa no pós-guerra fora marcada pela existência de arranjos institucionais para garantir o crescimento das exportações e a contenção das importações, e pelo forte controle estatal sobre o crédito, que era fortemente restringido aos consumidores, e disponibilizado a baixos custos aos bancos, sob a condição de que estes o emprestassem a determinadas empresas de setores avaliados como estratégicos. Com isso, não só as importações eram desestimuladas, como aos consumidores só restava aplicar suas reservas a baixos juros durante muito tempo antes de efetuar aquisições de bens de maior valor – o que era deliberadamente agravado pelo inchaço nos preços das habitações, em função de leis de zoneamento e outros mecanismos –, desse modo, formavam-se grandes fundos que também eram canalizados, sob a tutela estatal, para projetos industriais e de infra-estrutura. Ademais, o Estado estabelecia importantes obstáculos à penetração de capital estrangeiro, e a estrutura sindical garantia um controle salarial que se subordinava à garantia dos

¹²⁴ Hirst, P., Thompson, G., op.cit., p.79. *Tradeables* são mercadorias internacionalmente comercializáveis.

¹²⁵ No caso alemão, por exemplo, além do crédito e de outras formas de assistência, determinante para sua recuperação foi a criação, em 1948, do *Deutsche Mark*, em substituição ao *Reichsmark*, super-inflacionado. A deflação que assim se produziu estimulou tremendamente a indústria alemã, e foi um marco para a retomada do crescimento econômico (Landes, D., op.cit., p.509-10).

¹²⁶ De acordo com Wallerstein, a retomada da produção na Europa e Japão provocou “uma saturação do mercado mundial e uma diminuição brutal da rentabilidade de muitos dos grandes setores industriais, como o do aço, o de automóveis e o de produtos eletrônicos” (Wallerstein, I. “Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo”. In: *Uma nova fase do capitalismo?*. São Paulo: Xamã, 2003, p.76).

lucros das empresas. Desse modo, a economia japonesa se tornou muito dependente do crescimento das exportações, e prevalecia uma tendência altista do câmbio. Com distintas “idiossincrasias”, a economia alemã do pós-guerra também fora bastante dependente do crescimento das exportações, caracterizada por uma política monetária e fiscal restritivas, de modo a comprimir o mercado interno, a desestimular as importações e a fomentar as exportações. Com isso, assim como ocorria no Japão, havia uma forte tendência altista do marco alemão.

A relativa perda de mercados e de competitividade, bem como os crescentes investimentos bélicos e gastos improdutivos com políticas de “bem-estar” social, fizeram com que o balanço de pagamentos norte-americano se deteriorasse rapidamente, o que, junto com a crescente exigência de liquidez no mercado mundial, fez com que os Estados Unidos mobilizassem seu poder de *senhoriagem*, e adentrassem numa espiral de endividamento¹²⁷.

Entre 1945 e 1959 o volume de dólares em circulação no comércio exterior mais do que dobrou. Segundo Ernest Mandel,

“a quantidade de dinheiro [...] por volta de 1967, era sete vezes maior do que em 1929, e nove vezes maior do que em 1907. A velocidade de circulação do dinheiro dobrou entre 1945 e 1967, atingindo mais uma vez o ritmo do ano de 1929. Mas a produção industrial total de 1967 foi apenas quatro vezes maior que a de 1929 [...]; o nível de preços de 1967 era duas vezes maior do que o de 1929 e três vezes maior do que o de 1907”¹²⁸.

Essa farta emissão monetária, bem como a pressão sobre os preços dos insumos primários, crescentemente demandados pelas corporações européias e japonesas, tiveram fortes impactos inflacionários¹²⁹. O que cabe ressaltar é que tais impactos, não obstante, exerceram um papel-chave na dinâmica da acumulação de capital do período, interferindo decisivamente no processo de produção de crises.

Enquanto que em momentos anteriores do desenvolvimento capitalista a acumulação produzia ciclicamente crises de sobreacumulação que se manifestavam como eliminação de ativos financeiros, desabamento no preço das ações, escassez de crédito, desproporções e interrupção das transações interdepartamentais, paralisação geral da distribuição e da produção, enfim, como interrupção abrupta do processo global de produção de capital, marcadas por bruscas

¹²⁷ Dada a relativa inelasticidade da oferta de ouro, o incremento da liquidez e das reservas monetárias internacionais em grande medida provinham da emissão de dólares (cf. Eichengreen, B. “Global imbalances and the lessons of Bretton Woods”. NBER Working Papers, n. 10497, 2004, p.8. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w10497>). Cf. também o chamado “dilema de Triffin”, segundo o qual um sistema monetário mundial assentado sobre uma moeda mundial que é ao mesmo tempo uma moeda doméstica está sujeito a importantes abalos; Triffin argumentou que o fornecimento da liquidez necessário no mercado mundial tenderia a gerar desequilíbrios crescentes no balanço de pagamento do país emissor da moeda mundial (Triffin, R. *Gold and Dollar Crisis*. New Haven: Yale University Press, 1961).

¹²⁸ Mandel, E., op.cit., p.300.

¹²⁹ “Em termos econômicos, a recomposição da Europa Ocidental e do Japão à imagem dos Estados Unidos – isto é, basicamente, a extensão às classes trabalhadores desses países do elevado consumo de massas’ de Rostow (1960), ou da ‘norma fordista de consumo’ de Aglietta (1979) – combinada com a permanente corrida armamentista soviética, exerceu uma tremenda pressão sobre as reservas mundiais de insumos primários” (Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.332).

desvalorizações, vasta destruição de capital, falências, depressão econômica etc.¹³⁰ -, no imediato pós-Segunda Guerra essa não foi a dinâmica dominante. A crise, rebento necessário da acumulação de capital, e condição para a retomada dessa acumulação em escala superior¹³¹, foi dispersa, espacial, mas sobretudo temporalmente, por meio da inflação e por outros meios que serão oportunamente considerados.

De acordo com Mandel, a inflação “permanente” surgiu no final do século XIX, com a crescente emissão de dinheiro bancário, demandado pelo capital comercial, e de caráter eminentemente especulativo. Com o tempo, o motor da criação de crédito bancário se desloca para o capital industrial¹³², sobretudo com a disseminação do saque a descoberto, nas primeiras décadas do século XX. Nesse momento, o dinheiro bancário (depósitos mais saques a descoberto), voltado principalmente ao financiamento da produção, ao consumo de bens duráveis e à compra de imóveis, torna-se a principal fonte de inflação¹³³. Desse modo, os bancos, combinando “a função de intermediário financeiro com a criação de dinheiro”¹³⁴, e respaldados pelos Estados-nacionais e seus respectivos bancos centrais - que garantem a qualidade do crédito bancário (o que Aglietta chama de “pseudo-validação social”) -, cumprem, por conseguinte, papel central no advento de uma renitente desvalorização do dinheiro, um processo inflacionário persistente e cumulativo.

Convém diferenciar os movimentos inflacionários abruptos daqueles graduais, que se incorporam às expectativas gerais. No primeiro caso, o efeito imediato mais importante é a alteração no valor dos estoques, já que, mesmo sem o incremento do valor de certo insumo, o aumento de seu preço implica em aumento da carga tributária e nos custos de renovação dos estoques. Outra resposta pode ser a reavaliação dos estoques, que assim é desvalorizado. Em

¹³⁰ “Quando se fala de destruição de capital por crises, há duas coisas a distinguir. / À medida que estagna o processo de reprodução e que o processo de trabalho se restringe ou pára de todo em certos pontos, destrói-se capital *real* [...]. Mas, no segundo significado, *destruição de capital* por crises é *depreciação de valores*, que os impede de renovarem depois, na mesma escala, o processo de se reproduzirem como capital” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.931-2). Sobre os ciclos econômicos e a crise de sobreacumulação “clássicos”, cf. Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.234; idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.192-3 e p.271; idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.27-28 e p.33-4; bem como passagens vindouras do presente texto, em particular o seu último capítulo.

¹³¹ “As crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.188).

¹³² Mandel, E., op.cit., p.292.

¹³³ Idem, ibidem, p.293.

¹³⁴ Aglietta, M., op.cit., p.336. Segundo Brunhoff, “... quaisquer que sejam as formas e circuitos públicos do financiamento, a gestão estatal da moeda como relação social tem como ponto de inserção principal o sistema bancário centralizado [...]. Os únicos organismos que combinam a questão dos meios de pagamento e a do capital-dinheiro são os bancos. Por essa razão, o sistema bancário é o setor estratégico do sistema de crédito” (Brunhoff, S. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985, p.60). Os bancos concentram, “por serem os cobradores dos capitalistas industriais, o capital monetário que todo produtor ou comerciante mantém como fundo de reserva ou que lhe aflui como pagamento” (Mandel, E., op.cit., p.303). Ademais, concentram depósitos dos capitalistas monetários, bem como as poupanças e o dinheiro ocioso de todas as classes sociais que deles dispõem, sem falar nos seus rendimentos, que não são gastos de uma vez. “Em termos gerais, o negócio bancário, sob esse aspecto, consiste em concentrar em suas mãos o capital monetário emprestável em grandes massas, de modo que, em vez do prestamista individual, são os banqueiros, como representantes de todos os prestamistas de dinheiro, que confrontam os capitalistas industriais e comerciais. Tornam-se os administradores gerais do capital monetário. Por outro lado, eles concentram, perante todos os prestamistas, os mutuários, ao tomar emprestado para todo o mundo comercial” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.303).

ambos os casos, faz-se necessário um aumento do endividamento a curto prazo, e seus efeitos podem se tornar duradouros, caso impliquem na mudança das expectativas em relação à inflação futura.

No caso de uma inflação “regular”, seus efeitos recaem principalmente sobre o capital fixo, constantemente desvalorizado. Nesse caso, “o problema crucial para as empresas é a corrida realizada entre a recuperação do *cash-flow* [fluxo de caixa] sobre as imobilizações passadas e o custo crescente de reprodução dos equipamentos obsoletos”¹³⁵. As “respostas” das empresas a esse quadro de inflação regular variam de acordo com a sua dimensão, a composição técnica do seu capital, a estrutura de demanda, e outros fatores. Porém, em geral, as empresas buscam incorporar as expectativas de inflação na formação dos preços, e se engendra um movimento de manipulação dos prazos de amortização e de aceleração desses prazos. Desse modo, tal contexto inflacionário estimula a renovação acelerada do capital, o que significa a produção acelerada da obsolescência dos meios de produção. Esta, por sua vez, pressupõe a disposição de vasto montante de capital-dinheiro, ainda mais porque implica em aumento do preço dos bens de capital, que reduz a capacidade de autofinanciamento das empresas e obstaculiza a realização do valor do capital fixo, ao mesmo tempo em que exige a aceleração da rotação de capital.

Por todas essas vias, seja para garantir a renovação e o incremento de seu capital, seja para rolagem de suas dívidas pretéritas, a necessidade de empréstimos é brutalmente incrementada, e os níveis de endividamento das empresas sobem às alturas¹³⁶. O conseqüente aumento da demanda por crédito conduz à elevação da taxa de juros, que por sua vez leva a um novo incremento da demanda, em função da escalada do custo das dívidas¹³⁷ (o que, diga-se de passagem, entra em conflito com os limites estabelecidos às taxas de juros no interior do sistema de Bretton Woods). Ademais, as empresas que dispõem de tal capacidade buscam repassar esse aumento em seus custos aos preços de seus produtos, ocasionando uma transferência de suas dívidas sobretudo às “famílias” e ao Estado. E junto ao crédito às empresas, multiplica-se o crédito ao consumidor, estimulando a demanda efetiva por bens de consumo, condição para que a dispersão temporal da crise se viabilize. Assim, alimenta-se ainda mais o ciclo inflacionário; não obstante, essa dinâmica tende a se desenvolver até um ponto em que as incertezas e a instabilidade geradas fazem com que o crédito escasseie (e de fato ocorreram momentos de aperto creditício no período).

Os processos inflacionários tendem a modificar as relações imediatas entre capital e trabalho, concentrando-as ainda mais fortemente em torno da luta salarial. Nesse contexto, é dada

¹³⁵ Aglietta, M; Orleán, A. *A violência da moeda*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.349.

¹³⁶ “O comportamento especulativo que conduz às compras superdimensionadas em relação às reais necessidades engendra uma forte demanda de crédito a curto prazo que aciona, por sua vez, a escalada das taxas de juros, e por conseguinte observa-se a majoração do custo do financiamento dos estoques” (idem, ibidem, p.349).

¹³⁷ Mais do que compensando o barateamento das dívidas pretéritas em decorrência da inflação. Não obstante, cabe notar que o aumento das taxas de juros nominais pressiona para baixo o valor dos ativos financeiros, o que conflita com os interesses das finanças.

aos capitalistas a capacidade de mobilizar os ajustes salariais mesmo na ausência de um grande exército industrial de reserva, e de escamotear a desvalorização dos salários sob aumentos nominais que não compensam a inflação. Por outro lado, em face da importância assumida pelas políticas fiscal e monetária, as reivindicações dos trabalhadores tendem a se voltar ao Estado.

Se a desvalorização das mercadorias é provisoriamente evitada à custa da desvalorização do dinheiro, uma das consequências é a “socialização” dos efeitos da acumulação excessiva, espalhando-os de maneira desigual por toda a sociedade¹³⁸, e muitas vezes ampliando seu horizonte temporal. No caso das crises de sobreacumulação “clássicas”, as abruptas desvalorizações incidem imediatamente sobre determinadas empresas, e vão se espalhando pelo conjunto da sociedade, na forma de desemprego, diminuição da demanda efetiva etc. Os processos inflacionários, por sua vez, incidem imediatamente sobre o todo social, e em função de sua temporalidade e dinâmica própria, convertem as explosões típicas da crise “clássica” em processos mais controláveis, em geral sujeitos a importantes intervenções estatais, no sentido de evitar falências de grandes corporações, de canalizar os efeitos das mudanças tecnológicas em processos de inflação leve, e assim por diante. O desencadeamento de processos inflacionários também propicia controles sobre movimentos distributivos e a manipulação eleitoral, como, por exemplo, a criação de um aquecimento artificial da economia às vésperas de uma eleição.

Se se mitiga a necessidade de se atingir níveis crescentes de produtividade, de tal modo que mesmo empresas com produtividade bem abaixo da média podem resistir à bancarrota por bastante tempo; se se reduz a pressão “disciplinadora” do dinheiro, e se bloqueia toda uma série de mecanismos “racionalizadores” próprios à crise “deflacionária”, esse tipo de processo inflacionário prejudica a realização de investimentos de longo prazo, e promove a “contração do horizonte econômico e o enfraquecimento do sistema produtivo”¹³⁹. Por todos os motivos aventados, estamos diante, por conseguinte, de uma estrutura de débito instável que engendra uma inflação cumulativa, que por sua vez tende a produzir a crise financeira¹⁴⁰, a qual fora adiada na forma de uma “crise monetária duradoura”¹⁴¹.

¹³⁸ Via de regra, evidentemente os que recebem uma renda fixa (assalariados e proprietários de terra) são prejudicados pela inflação, bem como os credores, já que, na ausência de um índice de reajuste eficiente, as dívidas contraídas num dado período perdem progressivamente seu valor.

¹³⁹ Aglietta, M; Orleán, A. *A violência da moeda*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.351. O constante refinanciamento de suas atividades permite às empresas “continuar a registrar contabilmente e a considerar amortizadas as imobilizações que deveriam ter sido anuladas, já que elas não são mais o suporte de uma produção socialmente útil, quer seja pela ineficácia dos métodos de produção, quer seja por falta de uma melhor visualização das mudanças da demanda social. O peso das imobilizações passadas, tornadas ineficazes, reforça o endividamento, o que lhes permite conservar um valor monetário. Mas essa monetarização incha o conjunto dos preços nominais, já que cada um reencontra em seus custos a alta dos preços das mercadorias que compra, e que, portanto, acaba por incorporar os gastos da monetarização das perdas dos outros” (idem, ibidem, p.347).

¹⁴⁰ Cf. Aglietta, M. *A Theory of Capitalist Regulation: the US experience*. Londres: Verso, 2000, p.366-70, e p.377.

¹⁴¹ “... a pseudo-validação social de uma fração da produção de mercadorias é expressa num perpétuo deslizamento nesta quantidade [de dinheiro em circulação], uma erosão do dinheiro nacional. Essa erosão é expressa estatisticamente num aumento do nível geral de preços. No curso regular da acumulação, há uma inflação rastejante [“creeping inflation”] que reflete um enfraquecimento irreversível da sanção monetária das mercadorias dentro do espaço da circulação nacional [...]. A crise financeira se torna uma crise monetária duradoura” (idem, ibidem, p.351). “A inflação permite um desdobramento da crise, em vez de um desfecho brutal. Permite que o risco da não-realização das mercadorias e da desvalorização das dívidas seja transferido para o

De todo modo, na base desse processo, cabe repetir, estavam os crescentes déficits no balanço de pagamentos norte-americano, e a política monetária permissiva do Fed, que na década de 1960, e sobretudo a partir de 1965, ganha grande impulso, quando a defesa da estabilidade monetária e do equilíbrio no balanço de pagamentos passa a se concentrar sobretudo no Tesouro, dando maior liberdade ao Fed para ativar a máquina emissora¹⁴². Ainda de acordo com Mandel,

“o Padrão de Câmbio-Ouro (na verdade o Padrão Dólar-Ouro), baseado nos déficits da balança de pagamentos dos Estados Unidos, serviu como artifício para a expansão constante dos meios de pagamento internacionais, à taxa de 4% ao ano a partir de 1958. *O Padrão Dólar-Ouro criou um sistema de inflação internacional do crédito em dinheiro, que simultaneamente protegeu e expandiu o sistema de inflações ‘nacionais’ do crédito em dinheiro*”¹⁴³.

Logo, a inflação se converte, em certa medida, num forte estímulo à produção (e ao aumento da rotatividade de capital), numa fonte de liquidez necessária ao desenvolvimento do mercado mundial, e num sustentáculo que enseja a ampliação do ciclo econômico; ademais, permite certa racionalização e certo regramento do processo de produção de crises¹⁴⁴. Numa palavra, na “Era de Ouro” do capitalismo a inflação se torna uma expressão da sobreacumulação de capital¹⁴⁵. No entanto, transposto certo limite, passa a competir para “aumentar o desequilíbrio entre a capacidade produtiva e a demanda monetária efetiva a longo prazo: encerra, portanto, o perigo de um simples adiamento do colapso”¹⁴⁶, colapso que efetivamente ocorria diante dos olhos de Mandel, que publicou seu livro em 1972. A inflação não elimina a tendência à sobreacumulação, apenas torna mais longa sua maturação, e geralmente mais explosivos seus efeitos. Isso porque dá sobrevida à produção desregrada do capital fictício, faz as moedas nacionais se debilitarem no âmbito do mercado mundial, desestabiliza o sistema de preços, sufocando seu caráter organizador e, sem dirimir definitivamente a queda da taxa de lucros (que se manifestou vigorosamente ao longo da década de 1960), suprime diversas das respostas sistêmicas à sobreacumulação (incluindo a destruição de massas de capital no interior de crises de cunho

conjunto dos usuários de moeda, risco que é então transformado em desvalorização da moeda nacional” (Brunhoff, S. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985, p.49).

¹⁴² Cf. Bordo, M.D.; Eichengreen, B. “Bretton Woods and The Great Inflation”. *Working Paper* 14532; National Bureau of Economic Research, dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w14532>.

¹⁴³ Mandel, E., op.cit., p.317. Cf. Guttman, R.; Plihon, D., op.cit., p.2.

¹⁴⁴ “Esse sistema controlado e dotado de um claro viés ‘inflacionista’ foi capaz de evitar os picos e vales dos ‘ciclos de crédito’, marca registrada das finanças de mercado que prevaleceram nas etapas anteriores do capitalismo” (Belluzzo, L.G. “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.169).

¹⁴⁵ “A inflação é uma forma que a crise de realização toma quando a validação social dos trabalhos privados se realiza com a mediação do Estado emissor de notas inconvertíveis” (Brunhoff, S. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985, p.49). Já Mandel assevera que “a inflação permanente é o mecanismo específico do capitalismo tardio para frear uma queda rápida da taxa de mais-valia e de lucro, sob condições conjunturais de acumulação de capital relativamente rápida e de níveis de emprego relativamente altos” (Mandel, E., op.cit., p.297).

¹⁴⁶ Idem, ibidem, p.291. “Quando se pode dispor de forças produtivas de reserva, a criação inflacionária de dinheiro desempenha a mesma função que o sistema de crédito como um todo. Permite que o desenvolvimento das forças produtivas ultrapasse os limites da propriedade privada, ao mesmo tempo em que reproduz as contradições inerentes entre as duas em escala maior, mas só depois de certo período de tempo” (idem, ibidem, p.313). Já nos países periféricos a dinâmica inflacionária tem determinações próprias. Segundo Samir Amin, “de modo mais geral, a inflação é um meio de redistribuição da renda. Nos países subdesenvolvidos, a alta dos preços, transmitida do exterior, permite que os lucros dos monopólios estrangeiros obtenham a parte do setor nacional, mais fraca. Essa transferência não é de modo algum um mecanismo teórico” (Amin, S., op.cit., p.233).

deflacionista), que tinham caráter “racionalizador”¹⁴⁷. Noutras palavras, a inflação consiste também numa bomba relógio, que ajuda a destruir provisoriamente alguns obstáculos à acumulação de capital apenas para repô-los mais adiante, e numa escala superior, e mais explosiva.

É evidente, portanto, que o peculiar papel cumprido pela dinâmica inflacionária no período não fez desaparecer tendências bem estabelecidas da acumulação de capital. A “Era de Ouro” foi marcada por altas taxas de investimento; por grandes inovações técnicas e tecnológicas (com destaque às relacionadas à automação da produção e ao emprego da energia nuclear); pelo desenvolvimento do mercado mundial; por grande concentração e centralização do capital em escala global, em particular pela forte internacionalização das grandes corporações, sobretudo norte-americanas; pelo aumento da composição orgânica do capital; expressões, enfim, de seu caráter autocontraditório, que na condição de valor que se valoriza coloca a si mesmo como barreira quantitativa a ser superada¹⁴⁸, ao mesmo tempo em que, em sua cegueira e em seu automatismo, alija relativamente da produção o trabalho vivo – que reduzido a trabalho abstrato é inescapavelmente a “substância constituidora do valor” - e se distancia das condições para o seu próprio reinvestimento a uma taxa de lucro aceitável¹⁴⁹.

Uma singular barreira à acumulação que se ergueu no período foi justamente a da referida debilitação das moedas-nacionais, e sobretudo da moeda mundial¹⁵⁰. Como consequência,

¹⁴⁷ “Se os capitalistas individuais e outros agentes privados continuam estendendo créditos entre si frente à proliferação da acumulação excessiva e as espirais de capital fictício, e se o banco central continua respaldando-os com a impressão de dinheiro, então a demência do sistema de crédito começará a destruir tudo o que encontra em seu caminho. O dinheiro respaldado pelo Estado se libertará de qualquer pretensão de atuar como uma medida firme do trabalho socialmente necessário. Se o dinheiro exerce pouca disciplina sobre os capitalistas, não há nada, exceto a concorrência, que os impeçam de subir seus preços arbitrariamente. Realizarão lucros no intercâmbio apesar da diminuição na produção real da mais-valia. Essa situação é francamente insustentável. Produz-se uma inflação generalizada, e as tendências básicas de desequilíbrio pioram, isto é, a menos que entrem em jogo forças de contrapeso como a posição do banco central com o tipo de câmbio estrangeiro ou o reconhecimento consciente por parte do banco central de que se deve restaurar a disciplina monetária” (Harvey, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.314).

¹⁴⁸ “A produção capitalista aspira constantemente a superar estas barreiras iminentes, mas só as supera através de meios que opõem novamente a ela estas barreiras e numa medida mais forte” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.189, tradução modificada com base em Grespan, J.L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.235). “O capital, pois, como representante da forma universal da riqueza – o dinheiro – constitui o impulso desenfreado e desmedido de ultrapassar suas próprias barreiras. Para ele, cada limite é e deve ser uma barreira. Em caso contrário deixaria de ser capital, dinheiro que se produz a si mesmo. Bastaria deixar de perceber um determinado limite como uma barreira, bastaria se sentir confortável dentro dele, para decair de valor de troca a valor de uso, de forma universal da riqueza a determinada existência substancial daquela. O capital como tal cria uma mais-valia determinada porque não pode criar *at once* [de uma só vez] uma ilimitada; mas o capital é a tendência permanente a criar mais mais-valia. O limite quantitativo da mais-valia se lhe apresenta tão somente como barreira natural, como necessidade, a que ele constantemente procura derrubar”(idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 3 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.277). “O movimento do valor de troca, como valor de troca com um caráter automático, só pode se em geral a ultrapassagem do seu limite quantitativo. Mas ao mesmo tempo em que é transposto um limite quantitativo do tesouro, cria-se uma nova barreira que, por sua vez, é necessário suprimir. Não é um determinado limite do tesouro, mas sim qualquer limite deste que aparece como barreira. Assim, a acumulação de riqueza não tem limite imaneente, nem medida em si, é um processo sem fim que, em cada um dos seus resultados, encontra um motivo de recomeço. Se o tesouro só aumenta, conservando-o, igualmente só se conserva, aumentando-o” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.127).

¹⁴⁹ O capital “conjura todas as forças da ciência e da natureza assim como a combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza relativamente independente do trabalho empregado nela”, ao mesmo tempo em que “ele quer usar o tempo de trabalho como unidade de medida para as gigantescas forças sociais, assim criadas, e as conter nos limites exigidos para manter como valor o valor já criado”; e por isso “o capital é ele próprio a contradição em processo [ou em movimento]” (idem, *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London: New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.706)

¹⁵⁰ Segundo Brunhoff, “... o peso das crises financeiras não mais pode ser transferido para a moeda bancária interna como no século XIX. Então, ele é transferido principalmente para as moedas nacionais” (Brunhoff, S. *A política monetária: uma tentativa de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.121).

engendrou-se nos países centrais consideráveis movimentos especulativos com base na circulação de todo um conjunto de mercadorias, como obras de arte, metais preciosos, terrenos, e também pela via da “revalorização inflacionária do capital fictício, especialmente das ações”¹⁵¹.

Cabe remeter aqui às experiências de hiperinflação no imediato pós-Primeira Guerra. Expliquemos. Numa crise clássica, os capitalistas em geral buscam refúgio no equivalente geral, mas como todos querem guardar dinheiro, e ainda converter suas mercadorias em dinheiro, este se deprecia, e a deflação se generaliza¹⁵². Nos primeiros anos da década de 1920, ao contrário, a conversibilidade só não fora abandonada pelos Estados Unidos, e em algumas economias devastadas, diante das dificuldades para se valorizar, o capital passou a saltar de mercadoria em mercadoria, esperando em vão encontrar nalgum lugar algo que fizesse as vezes de um “porto seguro” - da “mercadoria absoluta”, o “universal concreto” do dinheiro¹⁵³. Eis o movimento básico da crise de hiperinflação¹⁵⁴.

Note-se que a dinâmica econômica característica do período do pós-Segunda Guerra, designada por muitos como keynesiana, gestou o enfraquecimento da moeda, tão temido por Keynes. Estava-se aqui, segundo Mandel, diante de uma “nova contradição, entre um ciclo creditício efetivo, cujos objetivos devem incluir a manutenção ou expansão da parcela do mercado mundial que determinado país controla, e o crescimento do mesmo mercado mundial com base na conversibilidade das moedas e na inflação do crédito monetário internacional”¹⁵⁵. O fim da conversibilidade do dólar em ouro, no início da década de 1970, foi, por conseguinte, um fruto dessa dinâmica.

Em suma, do exposto, vê-se a relação íntima, complexa e contraditória entre o padrão ouro-dólar (que fez do sistema monetário internacional um sistema de crédito bancário); a orientação ao

¹⁵¹ Mandel, E., op.cit., p.317.

¹⁵² “Em tempos de aperto, em que o crédito se contrai ou cessa por inteiro, o dinheiro surge repentinamente, como único meio de pagamento e a verdadeira existência do valor, em confronto absoluto com as mercadorias. Daí a desvalorização geral das mercadorias, a dificuldade e até a impossibilidade de transformá-las em dinheiro, isto é, em sua própria forma puramente fantástica” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.48).

¹⁵³ “A função do dinheiro como meio de pagamento implica uma contradição direta. Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente, como dinheiro de conta ou medida de valor. Na medida em que tem-se de fazer pagamentos efetivos, ele não se apresenta como meio circulante, como forma apenas evanescente e intermediária do metabolismo, senão como a encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta. Essa contradição estoura no momento de crises comerciais e de produção a que se dá o nome de crise monetária” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 257). “Havendo perturbações as mais gerais desse mecanismo, seja qual for a sua origem, o dinheiro se converte súbita e diretamente de figura somente ideal de dinheiro de conta em dinheiro sonante. Torna-se insubstituível por mercadorias profanas. O valor de uso da mercadoria torna-se sem valor e seu valor desaparece diante de sua própria forma de valor. Ainda há pouco o cidadão, presumindo-se esclarecido e ébrio de prosperidade, proclamava o dinheiro como uma paixão inútil. Somente a mercadoria é dinheiro. Apenas o dinheiro é mercadoria, clama-se agora por todo o mercado mundial. E como o cervo que grita por água fresca, assim grita a sua alma por dinheiro, a única riqueza” (idem, ibidem, p.257). “Na crise, a antítese entre a mercadoria e sua figura de valor, o dinheiro, é elevada a uma contradição absoluta. A forma de manifestação do dinheiro é aqui portanto também indiferente. A fome de dinheiro é a mesma, quer se tenha de pagar em ouro ou em dinheiro de crédito, em notas de banco, por exemplo” (idem, ibidem, p.258).

¹⁵⁴ Para uma explicação menos apressada e esquemática sobre o tema, cf. Paulani, L. M., *Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito*. Tese de Doutorado, FEA-USP, 1991.

¹⁵⁵ Mandel, E., op.cit., p.321

pleno emprego e a tentativa de controle dos ciclos econômicos (que envolveu o controle do câmbio e dos fluxos internacionais de capital, e outras formas de regramento das finanças); a inflação (e a ausência de crises deflacionistas); o militarismo; o endividamento dos Estados Unidos; a expansão do mercado mundial; assim como o reflorescimento das finanças e dos movimentos especulativos, o acirramento da concorrência internacional, a queda das taxas de lucro, o enfraquecimento das moedas, o fortalecimento do sistema bancário e a autonomização do ciclo creditício, a produção da sobreacumulação, as oscilações nas políticas monetárias. Nada disso foi “gratuito” e “acidental”; tratava-se de elementos constitutivos e de consequências necessárias do movimento cego e automático do sujeito-capital, ou da configuração assumida pela processo de acumulação de capital nessa fase de desenvolvimento do capitalismo, incluindo os arranjos econômicos, políticos e institucionais a ela correspondentes, mas que punham em xeque a si próprios.

4. A crise do sistema de Bretton Woods em meio à crise econômica mundial

Estamos, assim, bem distantes de uma visão idílica e harmonicista da “Era de Ouro”. Diante da proeminência assumida pelos Estados Unidos na economia mundial, não é de surpreender que esse país tenha sido o epicentro da crise que logo se deflagraria.

Para facilitar a análise, poder-se-ia separar essa crise nalgumas dimensões, todas elas evidentemente imbricadas. No que tange à dimensão econômica, pode-se destacar, em primeiro lugar, a perda de competitividade da economia norte-americana, que se exprime, por exemplo, no fato de a balança comercial norte-americana ter registrado em 1971 o primeiro déficit ocorrido no século¹⁵⁶, e nas reiteradas ameaças francesas de exigir a conversão de suas reservas de dólares em ouro, ao longo da década de 1960¹⁵⁷. Essa perda de competitividade inclui o deslocamento para o exterior de grandes montantes de capital dos conglomerados norte-americanos, que com frequência nem mesmo repatriavam seus lucros, em função das limitações impostas pelas legislações tributária, fiscal e bancária. Ora, se na base do sistema monetário internacional estava o vigor da economia norte-americana, como sustentáculo do arranjo de Bretton Woods, como fornecedor da liquidez monetária necessária ao mercado mundial (sobretudo por meio do déficit de seu balanço de pagamentos), e como garantidor da qualidade da moeda mundial (incluindo os créditos bancários), a perda de competitividade de sua economia trouxe consequências de vasto alcance.

Por outro lado, em decorrência do relativo êxito das políticas de pleno emprego e da longa fase ascendente da acumulação de capital que se estabeleceu no período, o exército industrial de reserva declinou, o que, somado ao arranjo político-institucional “fordista” - que favoreceu o

¹⁵⁶ Brunhoff, S. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985, p.141.

¹⁵⁷ “... enquanto que em 1951 os haveres em ouro dos Estados Unidos representavam três vezes e meia o montante da sua dívida líquida a curto prazo, em 1971 estes haveres não cobriam mais do que 22% desta dívida exterior” (Amin, S. op.cit., p.100).

fortalecimento das burocracias sindicais e outras organizações de trabalhadores “integradas” -, pressionou para cima os salários reais (diretos e indiretos) em diversos países capitalistas centrais¹⁵⁸, dificultando a implementação de medidas deflacionistas que pudessem mitigar os efeitos da crise. Não é à toa, portanto, que a crise em questão adquiriu um caráter inflacionário, num contexto em que a inflação “permanente” progressivamente se converteu em inflação “galopante”¹⁵⁹.

Ademais, e constituindo a mais importante expressão da sobreacumulação de capital, em meio à atuação concomitante de forças contraditórias (a concentração e centralização de capital; a acelerada extração de mais-valia relativa e o aumento da composição orgânica do capital, num contexto de grande dinamismo tecnológico; o viés inflacionista - que pressionava para acelerar a rotação de capital, ao mesmo tempo em que prejudicava os investimentos de longo prazo e dava sobrevida às empresas não-competitivas -; o acirramento da concorrência internacional; a alta salarial; entre outros fatores já considerados) a partir de meados da década de 1960 as taxas médias de lucro nos países capitalistas centrais declinaram fortemente¹⁶⁰.

Outra dimensão relevante da crise foi a militar. A corrida armamentista no âmbito da Guerra Fria e a supremacia bélica norte-americana foram decisivas para a estruturação e a manutenção do sistema de Bretton Woods, favorecendo a forma de acumulação de capital predominante no período. No entanto, os monumentais gastos militares decorrentes da (desastrosa) Guerra do Vietnã contribuíram decisivamente para o descontrole orçamentário norte-americano¹⁶¹, e para a perda de parte de seu poder político, tanto internamente, em razão da crescente oposição da opinião pública ao engajamento no conflito, quanto externamente, devido ao abalo na crença do inexpugnável poderio bélico norte-americano.

Mesmo antes da sucessão de derrotas no Vietnã, a posição norte-americana já estava sob ameaça, com Charles de Gaulle à frente. Em meados da década de 1960, o presidente francês decide expulsar as tropas norte-americanas do território francês, e criar uma política nuclear própria, em oposição aos anseios norte-americanos. Em sentido similar, ele também abandona a OTAN, hegemonizada pelos Estados Unidos e pela subalterna Inglaterra. Na mesma época, os franceses se opõem à candidatura inglesa ao Mercado Comum Europeu, buscando assumir, junto à Alemanha, a proeminência no “velho” continente. Da mesma forma, a França inicia um processo

¹⁵⁸ Cf. Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.136, e idem, *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.315).

¹⁵⁹ A partir de meados da década de 1960 os EUA enfrentaram os mais altos índices de inflação em tempos de paz de toda sua história (Minsky, H.P. *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press, 1986, p.14). Em 1973 e 1974 a inflação norte-americana atinge os dois algarismos (Brunhoff, S. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985, p.142).

¹⁶⁰ Entre 1965 e 1973, caíram cerca de 30% nos Estados Unidos, e de 20% no âmbito do G-7 (Brenner, R. *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.62).

¹⁶¹ Como constata Wallerstein, o conflito do Vietnã praticamente esgotou as reservas de ouro americanas (Wallerstein, I., *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p.26).

unilateral de aproximação com a China, o que, junto com a perda de apoio europeu à Guerra do Vietnã e com a aproximação alemã dos países soviéticos¹⁶², no final da década de 1960, igualmente atesta uma deterioração do poder norte-americano.

A sucessão de atrocidades cometidas pelo exército norte-americano ao longo da Guerra do Vietnã contribuíram para a perda de legitimidade da “cruzada anticomunista” norte-americana¹⁶³. Proliferaram protestos pela retirada das tropas norte-americanas do Vietnã, que se somaram a um conjunto de manifestações e outras formas de lutas diretas que se espalharam ao redor do mundo na segunda metade da década de 1960, sob as mais diversas bandeiras, como a da revolução sexual, do respeito à diversidade sexual, do feminismo (ou mais amplamente, do combate ao patriarcalismo), da afirmação da negritude, da ecologia, entre outras, muitas vezes reunidas (ou reduzidas) sob a designação de “contracultura”. Dessa forma, junto às “greves selvagens” e outras formas de embate por melhores salários e condições de trabalho, diversos “setores” populacionais considerados então “não-organizados”, e que em geral eram excluídos dos benefícios oriundos do arranjo institucional e das políticas “universais” características do período, emergiram no centro do cenário político.

Em suma, a “liderança” norte-americana, sustentada sobre seu poderio econômico (em que assume destaque a posição do dólar como moeda mundial), político, militar, ideológico, cultural, foi, ao longo da década de 1960, questionada em todas essas dimensões. Quadro esse que se intensifica nos primeiros anos da década de 1970.

O sistema de Bretton Woods estava à beira da ruína. Einchengreen explica a longevidade do sistema monetário internacional vigente pela cooperação internacional no esforço de estabilizá-lo. Um exemplo dessa cooperação ocorreu em 1961, quando as principais potências mundiais criaram o *Gold Pool*, comprometendo-se “a não converter seus dólares e a vender ouro de suas reservas, em um esforço para aliviar as pressões sobre os Estados Unidos”¹⁶⁴, que enfrentavam uma acentuada queda do preço do dólar. Não obstante, esse autor também constata que tal cooperação se devia mais à ausência de uma alternativa ao sistema monetário vigente, e ao temor de que os EUA reagissem de maneira brutal e pernicioso para o conjunto das nações ante a ausência de apoio, do que a qualquer tipo de solidariedade ou “altruísmo” por parte das demais autoridades monetárias¹⁶⁵. Já Conceição Tavares ressalta que o dólar só manteve sua supremacia porque os bancos norte-americanos montaram filiais no exterior, sobretudo na Europa, e os países

¹⁶² Fiori, J.L. “Globalização, hegemonia e império”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.111.

¹⁶³ Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.310.

¹⁶⁴ Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.169.

¹⁶⁵ Idem, ibidem, p.176.

europeus se viram assim forçados a absorver a liquidez oriunda do crescente déficit do balanço de pagamentos estadunidense¹⁶⁶.

A perda de competitividade e a deterioração da balança comercial dos Estados Unidos já era por si só um fator que pressionava a desvalorização do dólar. A isso se somou o forte viés expansionista sustentado pela política econômica norte-americana e a queda da taxa de juros nesse país, que num movimento oposto ao que ocorria no Japão e na Alemanha, fez com que o capital especulativo fugisse do dólar, aumentando fortemente o déficit da balança de pagamentos dos EUA. Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 explodiram as reservas de dólares das potências capitalistas, e, de fato, os bancos centrais se viram obrigados a absorver torrentes de dólares, com vistas à contenção da sobrevalorização de suas moedas frente ao dólar¹⁶⁷. Com isso, acabaram por reforçar essa ciranda especulativa, ao investir esses dólares que abarrotavam seus cofres no mercado de eurodólares¹⁶⁸.

Os mercados de euro-dólares cumpriram novamente um papel determinante. Em seu interior foi criada uma moeda bancária que resistia ao controle das autoridades monetárias nacionais; no entanto, até o final da década de 1960 os mercados de eurodólares ainda eram limitados pelo padrão monetário e pelas reservas de dólar-ouro, e sua dinâmica dependia consideravelmente da trajetória da dinâmica de endividamento norte-americana. Em 1968 isso muda com a alteração na política monetária norte-americana e com a decisão britânica de eliminar a conversibilidade da libra em dólar. A partir daí os euro-mercados se autonomizam e florescem com velocidade ainda maior¹⁶⁹, tornando-se uma grande ameaça ao sistema monetário internacional de então, que pressupunha rígidos controles dos mercados cambiais e dos fluxos internacionais de capital¹⁷⁰. Segundo Brunhoff,

“o caráter cada vez mais especulativo da demanda de dólares neste mercado de transações internacionais privadas precipitou o divórcio entre o papel do dólar como moeda de reserva e como

¹⁶⁶ Tavares, M.C. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.31. “Durante a maior parte da década de 1960, a estabilidade do dólar, e com ela a do sistema de pagamento internacional, não mais se baseava nas reservas dos EUA, mas na disposição dos bancos centrais europeus – sob pressão americana – de não trocar seus dólares por ouro” (Hobsbawm, E. J., op.cit., p.239).

¹⁶⁷ Brunhoff, S. *A política monetária: uma tentativa de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.40.

¹⁶⁸ Os bancos centrais, “... embaraçados pela inundação de dólares ligada à especulação capitalista, alimentar[am] tanto quanto possível eles próprios esta especulação, reaplicando os dólares indesejáveis no mercado de eurodólares. Tornaram-se desta forma um apêndice do setor privado” (idem, ibidem, p.41).

¹⁶⁹ Para se ter uma idéia dessa evolução, Chesnais relata que em 1952 tais mercados movimentavam cerca de US\$ 2 bilhões; em 1960, cerca de US\$ 4,5 bilhões, e em 1972, tal número se elevava a US\$ 160 bilhões, dobrando a cada três anos até 1981, e depois de uma breve estagnação, voltando a crescer em ritmo acelerado durante os anos seguintes (Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.254). Os números apresentados por Harvey são um tanto diferentes, mas não menos expressivos: ele fala que em 1973 esse mercado movimentava US\$ 50 bilhões, saltando para quase US\$ 2 trilhões em 1987 (Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p.154). Segundo o cálculo de Harvey, na década de 1970 o crescimento do mercado de eurodólares se deu a uma taxa de quase 25%, ao passo que o estoque da moeda norte-americana cresceu a uma taxa de 10%, e o comércio exterior, de 4%. Já Hobsbawm fala que “o mercado de euromoeda líquida subiu de cerca de 14 bilhões de dólares em 1964 para aproximadamente 160 bilhões em 1973 e quase 500 bilhões cinco anos depois” (Hobsbawm, E. J., op.cit., p.273).

¹⁷⁰ “Ora, o montante pelo qual os ouro-dólares, ouro-marcos, ouro-yens, etc., aparecem nas reservas internacionais é considerável: da ordem de 12 bilhões de dólares em 1971. A comunicação entre os diferentes mercados monetários que eles garantem enfraquece sem dúvida a eficácia das políticas monetárias nacionais e introduz desse modo um motivo suplementar de fragilidade no sistema” (Amin, S., op.cit., p.105).

instrumento de circulação, ao mesmo tempo em que agravava a confusão entre estes dois papéis pelo deslocamento de massas de dólares do setor privado para os bancos centrais, os quais não desejavam isto de modo algum”¹⁷¹.

Em suma, a evidente sobrevalorização do dólar, no final da década de 1960 e início da década de 1970, e a insistência em manter uma política monetária permissiva, redundou em inflação mundial de custos e deu azo a corridas especulativas¹⁷², já que era vantajoso se endividar numa moeda que tendia a se desvalorizar. Assim, em março de 1968, em julho de 1971 e em fevereiro de 1973 produziram-se enormes fugas de capitais, que competiram para precipitar o desmonte do sistema de Bretton Woods¹⁷³.

A essa altura a capacidade de cooperação entre as autoridades monetárias chegava ao seu limite, pois ao absorver dólares e ensejar a manutenção da supervalorização do dólar, as demais potências aumentavam as pressões inflacionárias em seus países. Com a corrida de dólares para o marco alemão, na primavera de 1971, a Alemanha suspendeu suas políticas de controle, e permitiu a desvalorização do marco, no que foi seguida pela Holanda¹⁷⁴. Na primeira metade de agosto deste ano, circulou a notícia de que tanto a França quanto a Inglaterra pretendiam converter suas reservas de dólares em ouro; em resposta, a administração Nixon decreta o fechamento da “*gold window*”, ou seja, rompe com o compromisso de trocar dólares por ouro. Ademais, eleva em 10% o imposto sobre as importações, no sentido de forçar que os demais países valorizassem suas moedas¹⁷⁵.

Ora, no início da Grande Depressão, Keynes auspiciava que “não se encontra muito distante a época das negociações entre bancos centrais, pelas quais, sem que estes nunca renunciem formalmente ao domínio do ouro, a quantidade de metal realmente enterrada em seus porões possa vir a equivaler, por uma alquimia moderna, a quanto eles quiserem”¹⁷⁶. Ao contrário, prescindindo de negociações, e de maneira unilateral¹⁷⁷, os Estados Unidos procederam à referida renúncia, em favor da manutenção do dólar como moeda mundial e do poder de senhoriagem. Por meio de uma “alquimia moderna”, a moeda mundial perdeu a conversibilidade em ouro.

Apesar da tentativa de manutenção do sistema de câmbio fixo, com o chamado “Acordo Smithsonian”, não tardou a maxi-desvalorização e a completa desconstrução do sistema de

¹⁷¹ Brunhoff, S. *A política monetária: uma tentativa de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.31.

¹⁷² Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.316.

¹⁷³ Guttman, R. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. *Novos Estudos CEBRAP*, 82, novembro de 2008, p.16. De maneira mais ampla, Einchengreen assevera que a derrocada do Sistema de Bretton Woods “foi uma consequência do aumento da mobilidade internacional do capital” (Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.183).

¹⁷⁴ Idem, ibidem, p.179.

¹⁷⁵ Idem, ibidem, p.179.

¹⁷⁶ Keynes, J.M. “Considerações sobre o padrão-ouro” (1930). In: Keynes, J.M. *Economia. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1978, p.141.

¹⁷⁷ Cabe lembrar que, entre 1972 e 1974 as demais economias centrais, em particular França, Alemanha e Japão, engajaram-se em negociações para aprofundar o controle sobre os fluxos de capital e para salvar o sistema de Bretton Woods.

Bretton Woods¹⁷⁸. Assim, entre 1969 e 1973 o dólar se desvalorizou em 50%, em relação ao marco, e entre 1971 e 1973, desvalorizou-se em 28,2% em relação ao iene. Com isso, criou-se uma virada dos custos relativos norte-americanos face aos seus principais concorrentes, que, junto com os vultosos investimentos estatais, promoveu a recuperação da “lucratividade, o aumento dos investimentos e a produtividade do trabalho na indústria”¹⁷⁹, enquanto que a situação das economias rivais agravou-se. No entanto, os problemas estavam longe de uma resolução, mesmo que temporária.

¹⁷⁸ “A tentativa morna do acordo smithsoniano de dezembro de 1971 de manter taxas fixas de câmbio por meio da desvalorização de 7,9% do dólar em relação ao ouro e da revalorização do marco em 13.5% e do iene em 16,9% em relação ao dólar não conseguiu conter a nova pressão de baixa que o governo Nixon impôs à moeda norte-americana em outra rodada de estímulo econômico. Em 1973, a pressão tornou-se insuportável e resultou em nova macrodesevalorização do dólar e no abandono formal do sistema de taxas de câmbio fixas a favor do câmbio flutuante” (Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.114).

¹⁷⁹ Idem, *ibidem*, p.114.

Capítulo 2. Uma nova e turbulenta “ordem” mundial

Tentemos analisar separadamente algumas das dimensões mais salientes da conjuntura em que se dá a transição da “Era de Ouro” do capitalismo à sua atual configuração, e apreender algumas de suas principais determinações. Entre outros elementos, receberão destaque as configurações dos sistemas monetário e financeiro internacionais, bem como as imbricações estabelecidas entre eles; o papel desempenhado pela dimensão financeira da acumulação e os processos de endividamento público e privado; as determinações gerais do atual movimento de concentração e centralização do capital; e os processos de produção das crises econômicas. Novamente, faz-se necessário atentar tanto para a dinâmica geral da acumulação, em escala global, mas também para a situação e as iniciativas de alguns países e “blocos” de países (sempre com destaque para os Estados Unidos), bem como de alguns grandes conglomerados e instituições financeiras e não-financeiras.

1. O vagalhão financeiro e o sistema monetário internacional sob o “padrão dólar-dólar”

Permitam-nos começar por uma espécie de digressão conceitual acerca da inconversibilidade do dólar, cuja extensão se justifica pela complexidade do tema. O chamado fechamento da “*golden window*” por Nixon e a conseqüente manutenção do dólar como moeda mundial, agora livre do lastro que mantinha com o ouro, tiveram algumas importantes consequências que desafiaram certas perspectivas teóricas; muitos marxistas consideraram-nas como acontecimentos que colocavam na berlinda inclusive a conceituação marxiana acerca do dinheiro, tornando premente sua atualização. Como compreender a atual natureza do dinheiro mundial, aparentemente desprovida de substância?

Não se trata, a nosso ver, de uma questão meramente escolástica; ao contrário, buscaremos demonstrar que encará-la contribui para compreender o sistema monetário internacional ora vigente, e os impactos que a reafirmação do dólar como moeda mundial teve sobre o sistema interestatal e sobre o (literalmente explosivo) desenvolvimento do sistema financeiro nas últimas décadas. Para tanto, e tampouco se trata aqui de satisfazer um ímpeto doutrinário, parece-nos necessário remeter à obra marxiana. Cabe recordar que, ao expor o conceito de dinheiro, Marx não buscava a “coisa da lógica”; partindo de uma realidade histórica, ele forneceu uma exaustiva e rigorosa explicação lógica e histórica sobre esse fundamental objeto; o êxito dessa empreitada haveria de se manifestar na apreensão de tendências essenciais ratificadas pelo evoluir histórico, e por meio de sua capacidade de se modificar a par desse movimento. Se a conceituação marxiana do dinheiro passou por tal provação, não seria o caso de “reescrever” o terceiro capítulo de *O*

Capital e o primeiro capítulo dos *Grundrisse*, e a partir daí tantas outras passagens dessas e de outras obras. Haveria, ao contrário, de se acompanhar as vicissitudes do dinheiro ao longo do tempo com base nas determinações expostas por Marx. É isso, segundo nossa compreensão, que se deve fazer.

Nos *Grundrisse*, antes de considerar suas determinações, Marx expôs a necessidade do dinheiro argumentando que “o próprio valor real [...] nega a si próprio e constantemente põe o valor real das mercadorias em contradição consigo próprio, depreciando ou apreciando constantemente o valor das mercadorias já produzidas”¹⁸⁰. Dessa maneira, o preço é a necessária forma de manifestação do valor por meio do metal precioso que serve de equivalente geral, mas opera não por meio de sua identidade imediata com o valor; ao contrário, ambos se adéquam mediante constantes inadequações e oscilações em torno de um “centro de gravidade”, determinado pelo valor. Convergem assim apenas acidentalmente, num movimento que se assemelha ao de um pêndulo, no interior de um processo que envolve não apenas a produção imediata, mas o conjunto do dinâmico processo concorrencial capitalista, que revoluciona de modo incessante a produtividade do trabalho¹⁸¹. Já aqui, por conseguinte, tem-se presente a unidade contraditória entre produção e circulação, que encontra no dinheiro um importante elemento mediador, já que, sendo ao mesmo tempo cristal de valor e expressão universal de valor, constitui um amortecedor contra as incessantes alterações no valor das mercadorias¹⁸².

¹⁸⁰ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol. I, p.62. O que já havia sido demonstrado por Marx em sua *Miséria da Filosofia* (cf. idem, *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985, p.33).

¹⁸¹ “O valor das mercadorias determinado pelo tempo de trabalho é apenas o seu valor médio. Essa média aparece como uma abstração externa se é calculada como a figura média de uma época [...] mas ela é bem real se ao mesmo tempo ela é reconhecida como a força condutora e o princípio motor das oscilações que sofrem os preços das mercadorias durante dada época. Essa realidade não tem importância meramente teórica: ela forma a base da especulação mercantil, cujo cálculo de probabilidades depende da linha média de preços que figura como o centro de oscilação [gravitação], e nas médias das altas e baixas de oscilação acima ou abaixo daquele centro. O valor de mercado é sempre diferente, está sempre acima ou abaixo desse valor médio da mercadoria. O valor de mercado se iguala com o valor real por meio de suas oscilações constantes, nunca por meio de uma equação com o valor real como se o último fosse um terceiro [uma terceira parte], mas sim através de um constante inequação consigo mesmo (como Hegel diria, não através de uma identidade abstrata, mas através de uma constante negação da negação, isto é, de si próprio como a negação do valor real) [...]. O preço portanto se distingue do valor não somente como o nominal do real, não apenas por meio da denominação em ouro e prata, mas porque a última aparece como a lei de movimentos dentro da qual o primeiro se move. Mas ambos são constantemente diferentes e nunca se balanceiam, ou balanceiam somente de maneira excepcional e por coincidência. O preço de uma mercadoria se mantém constantemente acima ou abaixo do valor da mercadoria, e o próprio valor da mercadoria somente existe nesse movimento de alta e baixa dos preços das mercadorias. Oferta e demanda determinam constantemente os preços das mercadorias, nunca equilibram, ou somente por coincidência, mas o custo de produção, por sua vez, determina a oscilação da oferta e da demanda” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol. I, p.62, grifos meus).

¹⁸² Dessa forma, a tentativa de expressão imediata do valor, buscando romper a discrepância entre sua expressão nominal e real, por exemplo, por meio de um bônus-hora de trabalho, seria quimérica, pois estaria submetida a oscilações ainda mais violentas e incessantes (cf. idem, ibidem, p. 59-65; idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.87-9; idem, *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985, p.54-55; idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.195 e p.219). A mediação efetuada pela forma-preço é exigida pela especificidade do valor; sendo esse dado pelo trabalho abstrato objetivado, medido pelo tempo, ele não pode ser expresso nesse mesmo tempo de trabalho. Numa primeira aproximação, em suma, o dinheiro se revela um elemento de mediação exigido pela articulação contraditória entre o processo de valorização no âmbito da produção imediata, e o de efetivação desse valor no âmbito da circulação (cf. idem, ibidem, p.225). “Nessa relação [o preço] pode expressar-se tanto a grandeza de valor da mercadoria como o mais ou o menos em que, sob dadas circunstâncias, ela é alienável. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra” (idem, ibidem, p.226).

De todo modo, cabe notar de passagem que a referida incongruência quantitativa ainda não é o paroxismo da divergência entre valor e preço, podendo esta se desenvolver ao ponto de coisas que não possuem trabalho abstrato objetivado, e que por isso não possuem valor, serem precificadas, coerentemente com a tendência capitalista de se estabelecer uma venalidade universal e ilimitada¹⁸³. Aqui o caráter fetichista do dinheiro se afirma, envolvendo em seu torvelinho até mesmo o que não é rigorosamente mercadoria.

Em *Para a crítica da economia política* e em *O Capital*, o caminho inicial escolhido (que não estava de todo ausente nos *Grundrisse*), foi o da apresentação da gênese histórica e sobretudo lógica do dinheiro por meio da análise sobre o desenvolvimento das formas relativa e equivalente do valor, que corresponde ao movimento da contradição interna à mercadoria entre o valor e o valor de uso, a qual precisa se exteriorizar por meio da troca - no bojo de um processo que tem como resultado a gênese do dinheiro, mas também a plena constituição da própria mercadoria¹⁸⁴.

Em tempos idos, a forma equivalente geral foi assumida pela mercadoria predominante, ou cuja circulação era a mais generalizada. Mas com a universalização da troca, isso se inverteu, e a mercadoria que adquiriu o valor de uso social de equivalente geral passou a ser a que mais remotamente constituía objeto de consumo produtivo ou individual¹⁸⁵. A elevação do ouro e da prata à condição de dinheiro foi um resultado histórico, que redundou da “congruência de suas propriedades naturais com suas funções” monetárias¹⁸⁶. Com isso, surgiu a forma-preço, a manifestação do valor - o valor de troca - em dinheiro¹⁸⁷.

Em resumo, de saída aprendemos que o dinheiro responde à necessidade de comparação e de permutabilidade de objetos qualitativamente distintos, enquanto valores de uso, mas também, enquanto valores, à necessidade de diferenciação qualitativa frente ao próprio valor da mercadoria.

¹⁸³ “A forma preço, porém, não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias. Coisas que, em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo consciência, honra etc., podem ser postas à venda por dinheiro pelos seus possuidores e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria. Por isso, uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem ter um valor” (idem, *ibidem*, p.226). “Como ao dinheiro não se pode notar o que se transformou nele, converte-se tudo, mercadoria ou não, em dinheiro. Tudo se torna vendável e comprável. A circulação torna-se a grande retorta social, na qual lança-se tudo, para que volte como cristal monetário. E não escapam dessa alquimia nem mesmo os ossos dos santos nem as *res sacrosanctae, extra commercium hominum*” (idem, *ibidem*, p.252).

¹⁸⁴ “As coisas A e B não são aqui mercadorias antes da troca, mas tornam-se tais por meio da mesma (idem, *ibidem*, p.212).

¹⁸⁵ Cf. idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.94-5; e também idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.69.

¹⁸⁶ Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.214. Ou seja, por conta de suas propriedades físicas - durabilidade, ductibilidade, divisibilidade, homogeneidade... -, esses metais se tornam o equivalente geral por excelência; dentre o universo em expansão das mercadorias, são eles os eleitos (cf. idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.45). Assim, da condição de mercadoria ordinária, que se confrontava às demais como qualquer outra, o dinheiro assume seu trono, encarnando o poder social.

¹⁸⁷ “O preço é a forma metamorfoseada sob a qual aparece o valor de troca das mercadorias no interior do processo de circulação” (idem, *ibidem*, p.73). “A mercadoria como tal é valor de troca, tem um preço. Nesta distinção entre valor de troca e preço, é evidente que o trabalho individual particular contido na mercadoria deve antes se apresentar, pelo processo de alienação, como o seu contrário, como trabalho geral abstrato, impessoal e social e só sob esta forma, isto é, como moeda” (idem, *ibidem*, p.75-6). Cf. idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.225; idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.65); e, principalmente, idem, *ibidem*, p.123.

É por isso que a “conversão” da mercadoria em tempo de trabalho não pode se dar de maneira imediata, mas por meio de um representante universal desse tempo.

Não obstante, se o dinheiro é expressão da contradição interna à mercadoria, se é a forma em que tal contradição pode se mover, acaba por repô-la sob novas formas, de maneira mais geral, universal¹⁸⁸. Nesse processo, está posta sua autonomização, o desenvolvimento do fetichismo do dinheiro: “a objetivação do caráter geral, social do trabalho (e portanto do tempo de trabalho que está contido no valor de troca) faz precisamente de seu produto um valor de troca e confere à mercadoria a qualidade de dinheiro, a qual implica por sua vez um sujeito-dinheiro que exista fora dela de maneira autônoma”¹⁸⁹. Como universal concreto, adquirindo “existência autônoma exterior às mercadorias”, ou ainda existindo acima e ao lado das mercadorias particulares, o dinheiro se separa de sua “matéria”, de sua “substância”, processo que logo se desdobra na possibilidade de sua substituição por um mero signo, o papel-moeda por exemplo. Esse desenvolvimento é chave para a discussão acerca da conversibilidade do dinheiro¹⁹⁰.

Passemos, então, a considerar brevemente as determinações fundamentais do dinheiro, de modo a apreender a relação entre sua *matéria* e sua *forma*. Como *medida de valores* o dinheiro tem a função de *expressar de modo unitário* o valor de cada mercadoria particular¹⁹¹, por comungar em conjunto com as mercadorias a condição de cristal de valor. Para tanto, sua presença física é dispensável, e efetivamente aqui o dinheiro não se faz presente em sua realidade reluzente,

¹⁸⁸ “Como objeto ele deve possuir este caráter universal que contradiz sua particularidade natural. Esta contradição pode ser resolvida somente objetivando a própria contradição; ou seja, se a mercadoria é posta de maneira dupla, uma vez em sua forma natural imediata, e depois em sua forma mediada, ou seja, como dinheiro” (idem, *ibidem*, p.97). “Vemos então como é imanente ao dinheiro o fato de alcançar seus fins negando-os ao mesmo tempo, o tornar-se autônomo com respeito às mercadorias; o passar de meio a fim; o realizar do valor de troca das mercadorias desvinculando-se delas, o facilitar da troca introduzindo nela um elemento de cisão, o superar as dificuldades da troca imediata de mercadorias generalizando-as, o converter a troca em autônoma com respeito aos produtores na mesma medida em que os produtores se convertem em dependentes da troca” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.77). Ou ainda, “o processo de troca das mercadorias encerra relações contraditórias e mutuamente exclusivas. O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se. Esse é, em geral, o método com o qual contradições reais se resolvem” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.227); ou seja, a superação dos limites que ela impõe à subjetivação do capital por meio de sua reposição em escala mais universal, abrangente, e potencialmente explosiva.

¹⁸⁹ Idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.96.

¹⁹⁰ Escreve Marx em *Para a crítica da economia política* que o dinheiro “é uma cristalização do valor de troca das mercadorias, que estes formam no próprio processo de troca. Em virtude disso, ao tornarem-se valores de uso umas para as outras dentro do processo de troca, despidendo-se de toda determinidade formal e relacionando-se entre si em sua figura material imediata, precisam assumir nova determinidade formal e passar à formação do dinheiro para aparecerem como valores de troca umas para as outras. *O dinheiro não é símbolo, assim como o modo de existência de um valor de uso também não é símbolo*. Que uma relação social de produção se apresente como um objeto existente fora dos indivíduos; que seus relacionamentos determinados, contraídos no processo de produção de sua vida social, se apresentem como propriedades específicas de uma coisa; essa inversão e mistificação, que não são inventadas mas prosaicamente reais, caracterizam todas as formas sociais do trabalho que põe valor de troca. Só que no dinheiro elas aparecem de forma mais evidente do que na mercadoria” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.51, grifos meus).

¹⁹¹ “A primeira função do ouro consiste em fornecer ao mundo das mercadorias o material para sua expressão de valor ou em representar os valores das mercadorias como grandezas de mesma denominação, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.219).

ou em qualquer outra forma palpável¹⁹², servindo apenas de *moeda de conta*: sua *qualidade* enquanto cristalização de trabalho abstrato é o dominante nessa determinação¹⁹³.

Não obstante, o dinheiro precisa existir aqui como um *padrão de preços*¹⁹⁴. À época de Marx, o valor de cada mercadoria havia de se manifestar idealmente em certa quantidade de ouro ou prata, medida por seu peso; historicamente, fez-se necessário dividir sistematicamente a unidade desse peso em partes alíquotas, perfazendo assim um padrão que era tanto mais eficaz quanto mais estável¹⁹⁵. A criação e manutenção dos padrões de preço eram, então, prerrogativas do Estado, assumindo, portanto, realidades nacionais; porém, se por um lado a função de padrão de preços possuía um conteúdo convencional e arbitrário, já que o Estado se encarregava de definir tal padrão e, com base nele, de controlar a cunhagem das moedas, por outro, sua necessidade se impunha no cotidiano das relações mercantis¹⁹⁶. Do seu conteúdo convencional dimanava a ilusão de que o preço do metal precioso era estimado em sua própria matéria, e fixado pelo Estado. Longe disso, Marx lembra que o dinheiro expressa o preço de todas as mercadorias, na medida em que este possui, como elas, valor, mas o próprio dinheiro não tem preço; a forma de manifestação do valor não pode ela mesma ser expressa em preço¹⁹⁷. A consolidação do padrão de preços e o controle da emissão de moedas são condicionados por férreas leis econômicas, relativas à produção e circulação de mercadorias, e não por decisões políticas da realeza ou de qualquer espécie de “autoridade monetária”.

¹⁹² “O preço ou a forma monetária das mercadorias, como sua forma valor em geral, é distinta de sua forma corpórea real e tangível, uma forma somente ideal ou imaginária”; “em sua função de medida de valor, o dinheiro serve, portanto, como dinheiro apenas imaginário ou ideal” (idem, *ibidem*, p.220 e p.221, respectivamente).

¹⁹³ “Esta determinação mais precisa, tanto do dinheiro como medida, ou da mercadoria como preço, é posta de manifesto da maneira mais simples pela diferença entre *dinheiro real* e *moeda de conta*. Como medida, o dinheiro serve sempre de moeda de conta, e como preço a mercadoria é sempre transformada em dinheiro mas só idealmente” (idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.123). “Considerado o dinheiro como *medida*, sua substância material é essencial, ainda que sua presença, e mais precisamente sua quantidade, ou seja, o número de vezes em que está presente a porção de ouro ou de prata que serve de unidade, o é de todo indiferente nesta determinação, e ainda que em geral seja usado somente como unidade imaginária, não existente. Se deve estar presente nesta determinação, está somente como unidade e não como quantidade” (idem, *ibidem*, p.138).

¹⁹⁴ O dinheiro “é medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão dos preços por ser um peso fixado de metal [...]. Como medida dos valores e como padrão dos preços, o dinheiro exerce duas funções inteiramente diferentes. É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão dos preços por ser um peso fixado de metal. Como medida de valor, serve para transformar os valores das mais variadas mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro; como padrão dos preços, mede essas quantidades de ouro” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.222).. “O ouro é medida de valores quando tempo de trabalho materializado, e é padrão de preços quando peso determinado de metal [...]. O ouro é medida de valores, porque o seu valor é inalterável; é padrão de preços por ter sido fixado como unidade inalterável de peso” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.77).

¹⁹⁵ Cf. idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.222.

¹⁹⁶ “Como a determinação da unidade de medida, das suas partes alíquotas e dos seus nomes é, por um lado, puramente convencional, devendo possuir, por outro lado, no interior da circulação, o caráter da universalidade e da necessidade, foi preciso que se transformasse numa determinação legal. Coube assim aos governos cuidar do aspecto formal desta operação” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.78). “Assim como a fixação do padrão dos preços, a cunhagem é incumbência do Estado” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.246). “Tal como a moeda de cálculo na qualidade de numerário o dinheiro adquire um caráter local e político, fala línguas diferentes, veste diferentes uniformes nacionais” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.107).

¹⁹⁷ Cf. idem, *ibidem*, p.79; idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.142; idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.220.

Se como medida de valores o dinheiro tem papel apenas ideal, para a efetivação das relações mercantis ele precisa se fazer presente, na condição de *meio de circulação* ou de troca, tendo como referência o padrão de preços estabelecido¹⁹⁸. À medida que o próprio preço das mercadorias surge assim como exterior e mediado, encontramos-nos a um passo da inversão fetichista que faz com que o dinheiro pareça determinar unilateralmente os preços das mercadorias, cuja circulação, por sua vez, parece existir como resultado e em função da circulação do dinheiro¹⁹⁹. Como meio de circulação, o dinheiro se interpõe necessariamente entre os possuidores de mercadoria, e potencializa a criação de um complexo sistema de trocas mercantis cuja totalidade perfaz a esfera da circulação²⁰⁰. À circulação das mercadorias corresponde a circulação de dinheiro, que lhe faz oposição. Ambas são compostas pelo entrelaçamento de infinitos circuitos ou ciclos; mas a circulação do dinheiro é marcada pelo seu afastamento em relação ao seu ponto de partida, num processo de repetição “constante e monótona”, no qual ele atua como “moto perpétuo da circulação”²⁰¹. Os ciclos do dinheiro são determinados pelos da mercadoria, mas a ação do dinheiro dissimula o caráter unitário do ciclo M-D-M, já que a segunda metamorfose da mercadoria parece ser realizada exclusivamente pelo dinheiro. A ordem causal aparece de maneira invertida²⁰²: se o dinheiro havia produzido a aparência de que as mercadorias possuíam preços como resultado da existência do dinheiro, enquanto que, na verdade, a existência do dinheiro era resultado da ação do conjunto das mercadorias, agora as mercadorias parecem circular em função da circulação do dinheiro, e não o contrário. Ademais, o caráter fetichista do dinheiro como meio de circulação se revela no próprio fato de permitir a igualação de todas as

¹⁹⁸ “O dinheiro [como meio de circulação] representa apenas de modo real a soma de ouro já expressa idealmente na soma dos preços das mercadorias” (idem, *ibidem*, p.239). “Na sua função de meio de circulação o ouro sofre uma transformação que lhe é própria, torna-se *numerário*. Para que o seu curso não seja impedido por dificuldades técnicas, é cunhado segundo o padrão da moeda de cálculo” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.107). Se a quantidade é a dimensão dominante na determinação do dinheiro como meio de circulação, torna-se necessário investigar a relação que ela estabelece com o preço das mercadorias. Sua soma está em relação com o preço de cada mercadoria e sua respectiva quantidade, mas não existe uma correspondência imediata entre esse total e a quantidade de dinheiro em circulação, já que uma peça monetária pode ela mesma intermediar certo número de transações; assim, é determinante aqui a velocidade em que a moeda efetivamente circula. No entanto, diferentemente do que apregoam os adeptos da “teoria quantitativa da moeda”, os quais subordinam o nível dos preços à quantidade de moeda em circulação, explicando a elevação ou queda dos preços das mercadorias como mera consequência da emissão excessiva ou insuficiente de moeda, Marx demonstra que a quantidade de moeda em circulação é a “variável dependente” (cf. idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.244-5).

¹⁹⁹ “Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio. As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, ouro e prata, tais como saem das entranhas da terra, são imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.217). Cf. idem, *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.124; idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.74.

²⁰⁰ Cf. idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.234, p.268-9.

²⁰¹ Cf. idem, *ibidem*, p.237 e p.250.

²⁰² Cf. idem, *ibidem*, p.238.

mercadorias, independentemente de suas particularidades enquanto valores de uso, pois “como no dinheiro é apagada toda diferença qualitativa entre as mercadorias, ele apaga por sua vez, como *leveller* radical, todas as diferenças”²⁰³.

Mesmo circunscrita ao âmbito da circulação, resulta evidente que o desenvolvimento da produção mercantil e da esfera da circulação enseja uma crescente especialização por parte dos produtores, a criação de novos ramos produtivos, a modificação acelerada dos processos de trabalho, e assim por diante. Tudo isso acarreta enormes ganhos de produtividade e a multiplicação das necessidades, as quais, por sua vez, dão novo impulso à divisão do trabalho²⁰⁴. Não obstante, no seio desse movimento, a individualização e a autonomia do produtor de mercadorias, mesmo que livre de ditames de ordem pessoal e política na determinação do que e como produzir, é contraditada por sua imersão numa gigantesca teia de necessidades e de dependências de ordem econômica, e por sua coação sob condições de produção e de realização de mercadorias que lhe escapam completamente ao controle²⁰⁵.

Antes de considerar o “dinheiro enquanto dinheiro”, cabe destacar ainda que, enquanto meio de circulação, é a *quantidade* de dinheiro que importa²⁰⁶, mas sua posição aqui é evanescente: na medida em que se interpõe entre o intercâmbio de duas mercadorias e que o garante, o dinheiro se esvai como meio de circulação²⁰⁷. Por conseguinte, a pretensão universalizante presente no conceito de dinheiro é negada em sua determinação enquanto meio de circulação. Numa passagem sintética, diz-se do dinheiro que

“para realizar o preço, sua existência material como ouro e prata, é essencial; mas na medida em que esta realização é somente evanescente e está destinada a suprimir-se, essa matéria é *indiferente*. É somente uma aparência que se trata de trocar a mercadoria por ouro ou prata enquanto mercadoria particular, uma aparência que desaparece quando o processo foi concluído, apenas se troca de novo o ouro e a prata pela mercadoria e, portanto, a mercadoria pela mercadoria.

²⁰³ Idem, ibidem, p.252. Trata-se de uma expressão da força do capital enquanto abstração real em movimento; afinal, diga-se de passagem, a análise de Marx revela que o dinheiro e a mercadoria são formas de manifestação do capital, momentos necessários e iniludíveis de sua constituição fetichista como “sujeito cego e automático”, por conseguinte, o fetichismo do dinheiro e da mercadoria se revelam como momentos do fetichismo do capital em seus múltiplos desdobramentos.

²⁰⁴ “A divisão social do trabalho torna tão unilateral seu trabalho quanto multilaterais suas necessidades” (idem, ibidem, p.229).

²⁰⁵ “Por um lado, vê-se aqui como o intercâmbio de mercadorias rompe as limitações individuais e locais do intercâmbio direto de produtos e desenvolve o metabolismo do trabalho humano. Por outro lado, desenvolve-se todo um círculo de vínculos naturais de caráter social, incontroláveis pelas pessoas atuantes” (idem, ibidem, p.235). Segundo um trecho dos Grundrisse, “tão naturalmente aleatória como a qualitativa é a articulação quantitativa do organismo social de produção, que representa seus *membra disjecta* [membros dispersos] no sistema da divisão do trabalho. Nossos possuidores de mercadorias descobrem por isso que a mesma divisão de trabalho, que os torna produtores privados independentes, torna independentes deles mesmos o processo social de produção e suas relações dentro desse processo, e que a independência recíproca das pessoas se complementa num sistema de dependência reificada universal” (idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.231).

²⁰⁶ “Mas se agora passamos à segunda determinação do dinheiro, que é a de meio de troca e realizador dos preços, já havíamos estabelecido que o dinheiro deve estar presente aqui em uma determinada quantidade; que para ser adequado a tal determinação o peso de ouro e de prata posta como unidade é necessário em uma quantidade determinada” (idem, ibidem, p.143).

²⁰⁷ Portanto, a “substância” do dinheiro, nessa segunda determinação, “... consiste unicamente em apresentar-se sempre como algo que desaparece, como suporte da mediação. O dinheiro como meio de circulação é somente meio de circulação. O único caráter determinado que lhe é essencial para poder servir neste caráter é o da quantidade, o do número em que circula” (idem, ibidem, p.144).

O ouro e a prata como simples meios de circulação, ou o meio de circulação como ouro e prata, é por isso indiferente com respeito a sua constituição como mercadoria natural particular²⁰⁸.

É dessa indiferença que advém a possibilidade de substituição do ouro e da prata por meros signos de valor (uma moeda que não é cunhada na matéria do equivalente geral, ou cuja quantidade de ouro que carrega não corresponde ao seu valor de face; um pedaço de papel etc.)²⁰⁹. Ou seja, como meio de circulação, como moeda, o próprio dinheiro também pode se dissociar do valor, sendo substituído por meros signos, já que ele atua aqui como mero intermediário das trocas, cuja presença é necessária, porém fugaz. Nessa função, noutras palavras, o dinheiro não atua de maneira estritamente ideal ou imaginária, tendo ao contrário que se fazer materialmente presente. Mas isso não significa que tenha que se fazer presente em *sua própria matéria*; ao contrário, sendo um “representante” evanescente das grandezas de valor das mercadorias, pode ele mesmo ser facilmente substituído *por representantes de sua própria matéria*²¹⁰. Assim, “sua existência funcional [como meio de troca] absorve, por assim dizer, sua existência material. Reflexo objetivado evanescente dos preços das mercadorias, funciona apenas como signo de si mesmo e, por isso, pode ser substituído por outros signos”²¹¹. Como já se viu, tem-se assim um importante afastamento entre o dinheiro e sua matéria.

Além dessa explicação lógica para o referido descolamento entre o dinheiro em sua função de meio de circulação e sua matéria metálica, Marx também analisa esse processo historicamente. Em função do elevado valor do ouro e da prata, e das limitações técnicas para se cunhar moedas que contivessem porções suficientemente pequenas desses metais para viabilizar seu emprego em transações comerciais correntes, foi necessário utilizar moedas de outros metais de menor valor²¹². Como essas moedas se desgastavam em ritmo ainda mais acelerado que as moedas de ouro e prata, “sua função monetária torn[ou]-se, de fato, totalmente independente de seu peso, isto é, de todo o

²⁰⁸ Idem, ibidem, p.144-145.

²⁰⁹ “O dinheiro se torna sujeito como instrumento de circulação, como meio de troca, e a maneira natural na qual se expressa se apresenta como um acidente cujo significado desaparece no ato mesmo de troca; já que no fundo a mercadoria trocada por dinheiro não deve ser realizada nesta matéria, senão na matéria de outra mercadoria” (idem, ibidem, p.146-147), “daqui deriva que como simples meio de circulação e de troca, a moeda de ouro e de prata pode ser substituída por qualquer outro signo que expresse uma determinada quantidade de sua unidade, e assim um dinheiro simbólico pode substituir o dinheiro real porque o dinheiro material como simples meio de troca é ele também simbólico” (idem, ibidem, p.148).

²¹⁰ Como alerta Marx, “viu-se que a forma dinheiro é apenas o reflexo aderente a uma única mercadoria das relações de todas as outras mercadorias. Que o dinheiro seja mercadoria é, portanto, apenas uma descoberta para aquele que parte de sua forma acabada para posteriormente analisá-la. O processo de troca dá à mercadoria, a qual é por ele transformada em dinheiro, não o seu valor, porém sua forma valor específica. A confusão entre essas duas determinações levou a considerar o valor do ouro e da prata como sendo imaginário. Podendo o dinheiro ser substituído, em certas funções, por meros signos dele mesmo, surgiu o outro erro, que ele seja mero signo. Por outro lado, essa noção implicava vislumbrar que a forma dinheiro da coisa é externa a ela mesma e mera forma de manifestação de relações humanas ocultas atrás dela. Nesse sentido, cada mercadoria seria um signo, pois, como valor, é apenas um invólucro reificado do trabalho humano nela despendido. Mas, ao considerar signos os caracteres sociais que as coisas ou os caracteres reificados que as determinações sociais do trabalho recebem, com base em determinado modo de produção, como meros signos, eles passam, ao mesmo tempo, a ser explicados como produto arbitrário da reflexão dos homens. Essa era uma mania de esclarecer muito apreciada, no século XVIII, para eliminar pelo menos transitoriamente a aparência estranha das formas enigmáticas de que se revestiam as condições humanas, cujo processo de formação não se podia ainda decifrar” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.214-5).

²¹¹ Idem, ibidem, p.249. “É necessário que o valor, em contraste com os coloridos corpos do mundo das mercadorias, evolua para essa forma reificada sem sentido próprio, mas também simplesmente social” (idem, ibidem, p.225), de mero signo de valor.

²¹² Cf. idem, ibidem, p.246-7.

valor”²¹³. Esse processo foi reforçado tanto pela introdução forçada de moedas em territórios dominados, quanto pela relação conflituosa entre metais que servem de padrão monetário, e pela ampla falsificação perpetrada pelos próprios “soberanos”, articulada ao - e dissimulada no - processo de desgaste natural da moeda circulante. Além disso, o peso dos metais preciosos também foi historicamente dividido e subdividido em partes alíquotas, as quais receberam denominações oficiais por parte do Estado, dissimulando dessa forma sua origem²¹⁴.

Essa evolução encontra seu cume justamente na substituição das moedas metálicas por papel-moeda²¹⁵. E sendo a emissão de papel-moeda também uma prerrogativa do Estado – valendo, portanto, exclusivamente no interior do espaço nacional²¹⁶ -, com ela se reforça a ilusão de que o Estado possui poderes mágicos ou discricionários de produzir os meios de troca e de controlar sua circulação. No entanto, como outrora ocorria com a moeda metálica, a emissão de papel-moeda de curso forçado em nada modifica os condicionantes econômicos ao qual o Estado está submetido na condição de autoridade monetária. Uma vez mais vale a regra segunda a qual são as leis econômicas imanentes à circulação que condicionam a emissão de moedas, e não esta que condiciona a circulação²¹⁷.

Em suma, as determinações do dinheiro como medida de valores e como meio de circulação se opõem em mais de um aspecto: na primeira, a quantidade de dinheiro e sua presença efetiva são indiferentes, sendo fundamental a sua substância material, que permite a conversão ideal das mercadorias em dinheiro; na segunda, a quantidade é o essencial, o dinheiro precisa se apresentar para servir como suporte da mediação, constantemente desaparecendo nesse processo.

Sendo o dinheiro a exteriorização da contradição interna à mercadoria, entre sua universalidade que dimana de sua existência como valor e a singularidade imposta por sua condição de mercadoria particular, a existência do dinheiro impõe conflitos e limitações à sua conversão à forma de uma mercadoria particular e vice-versa, já que esta deixa de ser imediata,

²¹³ Idem, ibidem, p.247. “... a moeda de ouro deu origem aos seus representantes metálicos, em primeiro lugar, e depois ao papel, na medida em que continuou a funcionar como moeda apesar da sua perda de metal. Não circulava porque se desgastava, mas desgastava-se até se tornar um puro símbolo, porque continuava a circular. É nesta medida em que a própria moeda de ouro se transformou, no interior do processo, num simples signo do seu valor, que pôde ser substituída por simples signos de valor” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.113).

²¹⁴ Cf. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.221-4; p.246.

²¹⁵ “A existência do ouro como moeda dissocia-se radicalmente de sua substância de valor. Coisas relativamente sem valor, bilhetes de papel, podem portanto funcionar, em seu lugar, como moeda. Nas senhas metálicas de dinheiro, o caráter puramente simbólico ainda está em certa medida oculto. Na moeda papel revela-se plenamente” (idem, ibidem, p.247).

²¹⁶ “Esse curso forçado pelo Estado rege somente dentro das fronteiras de uma comunidade ou na esfera interna de circulação, mas também somente aqui o dinheiro reduz-se totalmente à sua função de meio circulante ou de moeda, e pode, portanto, receber na moeda papel uma modalidade de existência puramente funcional e exteriormente separada de sua substância metálica” (idem, ibidem, p.250).

²¹⁷ “A intervenção do Estado, que emite o papel-moeda de curso forçado – e apenas nos ocupamos desta espécie de papel-moeda -, parece abolir a lei econômica. O Estado, que ao fixar o preço monetário se limitara a dar um nome de batismo a um peso de ouro determinado, e a marcar o ouro com a sua chancela ao cunhá-lo, parece agora, pela magia desta chancela, metamorfosear o papel em ouro [...]. No entanto, este poder do Estado é ilusório. É certo que pode lançar em circulação quantas notas quiser com os nomes monetários que lhe agradar, mas toda a sua possibilidade de controle cessa com este ato mecânico. Arrastado pela circulação, o signo de valor ou o papel-moeda, cai sob a alçada das suas leis imanentes” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.117).

como ocorria no escambo, e passa a depender de circunstâncias externas à relação²¹⁸. Assim, pode-se impor uma clivagem espacial e temporal entre o ato de compra e de venda de mercadorias. Se é evidente que ambos os atos perfazem uma unidade, o fato de vender uma mercadoria não obriga o seu produtor de adquirir outra imediatamente, ou na mesma praça. A forma-dinheiro permite a existência de um lapso entre a alienação e a aquisição, e portanto a autonomização desses dois atos, que, no entanto, são co-pertinentes (e isso não apenas para um ou outro portador de mercadorias, mas de forma generalizada)²¹⁹. Essa autonomização contradiz a complementaridade dos momentos do ciclo da mercadoria, e aqui se opõe polarmente detentores de dinheiro – que corporifica o valor -, e detentores de mercadorias – que corporificam o valor de uso -, revelando novamente o processo de troca como manifestação da contradição interna às mercadorias²²⁰. Com o avanço desse processo, a unidade entre as compras e vendas se afirma violentamente diante da autonomização desses atos. Assim,

“a circulação rompe as limitações temporais, locais e individuais do intercâmbio de produtos precisamente porque parte a identidade imediata que existe aqui entre a alienação do próprio produto de trabalho e a aquisição do alheio, na antítese entre venda e compra. Que os processos, que se confrontam autonomamente, formem uma unidade interna, significa por outro lado que a sua unidade interna se move em antíteses externas. Se a autonomização externa dos internamente não-autônomos por serem mutuamente complementares se prolonga até certo ponto, a unidade se faz valer de forma violenta, por meio de uma — crise. A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, de trabalho privado, que ao mesmo tempo tem de representar-se como trabalho diretamente social, de trabalho concreto particular, que ao mesmo tempo funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas — essa contradição imanente assume nas antíteses da metamorfose das mercadorias suas formas desenvolvidas de movimentos. Essas formas encerram, por isso, a possibilidade, e somente a possibilidade, das crises. O desenvolvimento dessa possibilidade até que se realize exige todo um conjunto de condições que do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, ainda não existem, de modo algum”²²¹.

²¹⁸ “A própria contradição entre a natureza particular da mercadoria como produto e sua natureza universal como valor de troca, a qual criou a necessidade de considerá-la de maneira dupla, uma vez como esta mercadoria determinada, a outra como dinheiro, a contradição entre suas propriedades naturais particulares e suas propriedades sociais universais, implica desde o princípio a possibilidade de que estas duas formas de existência separadas da mercadoria não sejam reciprocamente conversíveis. A permutabilidade da mercadoria existe como uma coisa exterior a ela sob a forma de dinheiro, como algo distinto dela, não já imediatamente idêntico. Tão logo o dinheiro se converteu em uma coisa exterior junto à mercadoria, o caráter da mercadoria de ser trocável por dinheiro está ligado diretamente a condições externas que podem verificar-se ou não: está sob o poder de condições externas” (idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.72-73).

²¹⁹ Idem, *ibidem*, p.73-74.

²²⁰ “... o modo de existência do valor de troca como preço ou do ouro como medida de valor, contém em estado latente a necessidade de alienação da mercadoria pelo ouro sonante e a possibilidade da sua não-alienação, em resumo, toda a contradição resultante de o produto ser mercadoria, ou ainda de o trabalho particular do indivíduo privado dever necessariamente tomar a forma do seu contrário imediato, o trabalho geral abstrato, para ter um efeito social. Os utopistas que admitem a mercadoria, mas não o dinheiro, que fundamentam a produção na troca privada, sem as condições necessárias desta produção, são pois conseqüentes quando ‘suprimem’ o dinheiro não só na sua forma tangível, mas também quando ele assume a forma etérea e quimérica de medida de valores. Vigilante, o sólido dinheiro dissimula-se por detrás da invisível medida dos valores” (idem, *Contribuição à crítica da Economía Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.76).

²²¹ Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.236. “Na medida em que compra e venda, os dois momentos essenciais da circulação, são reciprocamente indiferentes, separados no espaço e no tempo, não precisam de modo algum coincidir. Sua indiferença pode progredir até a consolidação e a aparente autonomia de um face ao outro. Na medida, porém, que eles forma momentos essenciais de um todo, deve sobrevir um momento em que a figura autônoma é rompida violentamente e a unidade interior é produzida exteriormente através de uma explosão violenta. Assim, já que na determinação do dinheiro como mediador, e na cisão da troca em dois atos, está o germe das crises, pelo menos sua possibilidade, a qual não pode ser realizada senão quando existem as condições fundamentais da circulação em seu desenvolvimento clássico, corresponde a seu conceito” (idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política*

No interior da circulação, junto com a possibilidade de descolamento entre compras e vendas, surge a possibilidade, e mesmo a “paixão de fixar o produto da primeira metamorfose” da mercadoria, a forma-dinheiro²²². Com isso, o dinheiro se imobiliza em tesouro²²³, cujo acúmulo se torna a razão de existência do maníaco entesourador, o capitalista demente que se aferra à frugalidade e à avareza, condenando toda a suntuosidade e todo consumo perdulário²²⁴. No entanto, o tesouro não serve apenas para saciar a loucura do entesourador; ele também é funcional para a circulação de mercadorias, já que garante uma reserva conversível em meio de circulação, que pode ser mobilizada no caso de escassez de moeda²²⁵. Deve-se frisar, se já havia se autonomizado ante as mercadorias particulares, e em certo sentido ante sua própria materialidade, agora o dinheiro adquire uma “existência autônoma fora da circulação”, consegue saltar para fora dela sem se perder²²⁶. E isso não apenas no tesouro, mas também na forma de objetos de luxo²²⁷.

Nesse processo, a aquisição de dinheiro se torna um fim em si mesmo²²⁸, e desse modo ele readquire sua “dignidade”, que havia perdido na forma de meio de circulação²²⁹. Do ciclo M-D-M, passa-se ao D-M-D, a compra para a venda, em busca de lucro²³⁰. Está-se falando, por conseguinte, do *dinheiro enquanto dinheiro*, que nessa condição é a unidade de sua existência

(borrador). 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, p.132, tradução modificada com base em Grespan, p.87). “Assim como a separação da compra e da venda no processo de troca faz cair as antigas barreiras locais da troca social de substância que rodeava de tão amável inocência uma devoção ancestral, esta separação é igualmente a forma geral sob a qual os momentos sem interrupção do processo de deslocam e se opõem entre si; constitui, em suma, a possibilidade geral das crises comerciais, mas apenas na medida em que a oposição da mercadoria e da moeda é a forma abstrata e geral de todas as oposições que o trabalho burguês implica” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.97).

²²² Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.250.

²²³ E junto à forma tesouro, o ouro e a prata também passam a se cristalizar em objetos de luxo: “paralelo à forma direta do tesouro, ocorre sua forma estética, a posse de mercadorias de ouro e prata” (idem, *ibidem*, p.253)

²²⁴ “O entesourador sacrifica, por isso, ao fetiche do ouro os seus prazeres da carne. Abraça com seriedade o evangelho da abstenção. Por outro lado, somente pode subtrair da circulação em dinheiro o que a ela incorpora em mercadoria. Quanto mais ele produz, tanto mais pode vender. Laboriosidade, poupança e avareza são, portanto, suas virtudes cardeais, vender muito e comprar pouco são o resumo de sua economia política” (idem, *ibidem*, p.253).

²²⁵ Idem, *ibidem*, p.254.

²²⁶ “A terceira determinação do dinheiro em seu desenvolvimento pressupõe as primeiras duas e constitui sua unidade. O dinheiro tem, pois, uma existência autônoma fora da circulação; saiu dela” (idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.152). Cf. idem, *ibidem*, p.154 e p.167.

²²⁷ “Como mercadoria particular pode ser transformado de sua forma de dinheiro em objetos de luxo, jóias de ouro e de prata [...]. Mas também pode ser *acumulado* como dinheiro e constituir um *tesouro*” (idem, *ibidem*, p.152). Afora isso, o desenvolvimento do dinheiro em sua terceira determinação, como fim em si, impõe a ostentação como necessidade social. Nas palavras de Marx, “na mesma medida em que o dinheiro se desenvolve em suas distintas determinações, vale dizer, em que a riqueza como tal se torna o critério de medida geral do valor do indivíduo, se desenvolve também a tendência a sua ostentação” (idem, *ibidem*, p.166).

²²⁸ “Em vez da alteração de substância, é a alteração de forma que se torna um fim em si mesmo. De pura forma que era, o valor de troca torna-se o conteúdo do movimento” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.124).

²²⁹ “Na sua forma de mediador da circulação, sofreu todos os ultrajes: apararam-no e achataram-no até se tornar um simples pedaço de papel simbólico. Como dinheiro, o seu esplendor de ouro lhe é restituído. De laçao que era, torna-se senhor. Simples servente, torna-se o deus das mercadorias” (idem, *ibidem*, p.122).

²³⁰ “Sua própria autonomia não significa caducidade da relação com a circulação, senão uma relação *negativa* com ela. Isto está presente em tal autonomia como resultado de D-M-M-D” (idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.153). Nas palavras de Marx, em sua terceira determinação, “o dinheiro é, portanto, não somente um objeto, mas o objeto, da sede de enriquecimento. Esta é essencialmente *auri sacra fames*. A sede de enriquecimento enquanto tal [...] unicamente é possível quando a riqueza universal, a riqueza como tal, é individualizada no objeto particular, quer dizer, quando o dinheiro é posto em sua terceira determinação. O dinheiro portanto não é somente o objeto, senão ao mesmo tempo a fonte da sede de enriquecimento. A sede de ter é possível também sem dinheiro. A sede de enriquecimento é, em troca, já o produto de um determinado desenvolvimento social, não é algo *natural*, mas algo *histórico*” (idem, *ibidem*, p.157).

contraditória como medida de valores e como meio de circulação, superando o caráter ideal, da primeira, e simbólico, da segunda²³¹.

Além da função como meio de entesouramento, o dinheiro exerce aqui outras duas funções fundamentais. A primeira delas decorre de necessidades práticas da circulação: os diferentes tempos de produção de cada mercadoria; o caráter sazonal de alguns produtos; as distâncias, por vezes enormes, que separam os produtores dos consumidores, ou os altos valores de uma mercadoria, que a impede de ser adquirida de uma única tacada; todos esses fatores competem para o desenvolvimento do dinheiro como “material geral dos contratos” ou como *meio de pagamento*, permitindo que um possuidor de mercadorias possa “apresentar-se como vendedor antes que outro como comprador”²³², e que um possa comprar antes de pagar ou de concluir o pagamento, introduzindo dessa maneira as figuras do credor e do devedor. Com isso, enseja-se o estabelecimento de enormes teias contratuais.

Como meio de pagamento o dinheiro carrega propriedades de seu papel como medida de valores, já que serve para determinar o preço da mercadoria alienada, e de seu papel como meio de circulação, permitindo a transação comercial sem se fazer de pronto presente – atuando como “meio ideal de compra”²³³. A mediação entre os atos de compra e venda não é aqui feita diretamente pelo dinheiro: “o meio de pagamento entra na circulação, porém depois que a mercadoria já se retirou dela. O dinheiro já não media o processo. Ele o fecha de modo autônomo, como existência absoluta do valor de troca ou mercadoria geral”²³⁴.

Apesar de não estarem dadas nesse momento as condições para se desenvolver o conceito de crédito, evidencia-se que este se ergue sobre a base do meio de pagamento²³⁵, já que o vendedor recebe em troca de sua mercadoria um “título de crédito de direito privado”²³⁶, que só se realizará nalgum momento do futuro, se o contrato estabelecido for respeitado. A progressiva difusão desses títulos, por meio da proliferação de redes de obrigações mútuas entre credores e devedores

²³¹ Cf. idem, ibidem, p.153. “... antes de tudo, uma mercadoria torna-se moeda enquanto unidade de medida do valor e de meio de circulação [...]. Mas sendo esta unidade, o ouro possui ainda uma existência autônoma e distinta do modo de existência que tem nestas duas funções. Como medida de valores, é apenas moeda ideal e ouro ideal, como simples meio de circulação é moeda simbólica e ouro simbólico; mas sob a simples forma de corpo metálico, o ouro é moeda, ou a moeda é ouro ideal” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.121). Ou ainda. “onde aparece em sua corporalidade áurea (ou prateada), isto é, como mercadoria monetária, portanto, nem apenas de forma ideal, como na medida de valor, nem sendo suscetível de representação, como no meio circulante” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.250).

²³² Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.255.

²³³ Cf. idem, ibidem, p.256.

²³⁴ Idem, ibidem, p.256.

²³⁵ “O dinheiro de crédito se origina diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, já que são colocados em circulação os próprios certificados de dívidas por mercadorias vendidas, para transferir os respectivos créditos. Por outro lado, ao estender-se o sistema de crédito, estende-se a função do dinheiro como meio de pagamento. Enquanto tal, recebe forma própria da existência, na qual ocupa a esfera das grandes transações comerciais, enquanto as moedas de ouro e prata ficam confinadas à esfera do varejo” (idem, ibidem, p.259). Cf. idem, ibidem, p.247.

²³⁶ “A mercadoria do vendedor circula, mas realiza seu preço somente sob a forma de um título de crédito de direito privado. Converte-se em valor de uso antes de haver-se convertido em dinheiro. Sua primeira metamorfose somente se realiza *a posteriori*” (idem, ibidem, p.257). A dimensão jurídica se revela novamente determinante.

dispersas em infinitos pontos, que se complexificam e aumentam com o desenvolvimento do modo de produção capitalista²³⁷, alteram decisivamente o volume de meios de troca em circulação, já que eles podem circular, com maior ou menor velocidade, e que a cada momento diversos pagamentos se compensam, dispensando a mediação de moeda. Assim, no que tange à soma total do dinheiro em circulação, “dada a velocidade de circulação do meio circulante e dos meios de pagamento, ela é igual à soma dos preços das mercadorias a serem realizados mais a soma dos pagamentos vencidos menos os pagamentos que se compensam e, finalmente, menos o número de giros que a mesma moeda descreve, funcionando alternadamente como meio de circulação e como meio de pagamento²³⁸”.

No momento em se estabelece uma relação mercantil mediada pelo dinheiro como meio de pagamento, este intervém apenas idealmente, e o mesmo vale para o momento em que se conclui a transação, caso isso ocorra por meio da mera compensação de pagamentos mútuos. De todo modo, existe aí um lapso entre o momento da assunção do compromisso e de seu cumprimento, lapso este que, sob certas condições, pode se transformar num abismo intransponível, caso se exija o dinheiro “em pessoa” num contexto em que é impossível atender à tal exigência. Com isso, romper-se-iam inúmeras redes contratuais que definem múltiplas obrigações, e toda uma cadeia de pagamentos cairia por terra; novamente se delineia a possibilidade da crise, mas agora como crise monetária de amplo alcance. Nas palavras de Marx,

“a função do dinheiro como meio de pagamento implica uma contradição direta. Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente, como dinheiro de conta ou medida de valor. Na medida em que se tem de fazer pagamentos efetivos, ele não se apresenta como meio circulante, como forma apenas evanescente e intermediária do metabolismo, senão como a encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta. Essa contradição estoura no momento de crises comerciais e de produção a que se dá o nome de crise monetária²³⁹”.

A função do dinheiro como meio de pagamento, e a contribuição que ela proporciona ao processo de ampliação do alcance temporal e espacial da circulação de mercadorias, constitui mais um passo na consolidação da função do dinheiro como dinheiro mundial, a última que será analisada nesse momento, e que também sintetiza as funções de meio de circulação e de medida de valores. Numa passagem de *O Capital*, Marx assevera que “o dinheiro mundial funciona como meio geral de pagamento, meio geral de compra e materialização social absoluta da riqueza em geral (*universal wealth*)”²⁴⁰. A primeira dessas funções diz respeito à compensação dos saldos do

²³⁷ Bem diferente do que acontece com o dinheiro na função de meio de entesouramento: “o desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento exige certa acumulação monetária, nas datas de vencimento das somas devidas. Enquanto o entesouramento desaparece como forma autônoma de enriquecimento, com o progresso da sociedade burguesa, ele, ao contrário, cresce na forma de fundos de reserva dos meios de pagamento” (idem, ibidem, p.261).

²³⁸ Idem, ibidem, p.258.

²³⁹ Idem, ibidem, p.257. “Na crise, a antítese entre a mercadoria e sua figura de valor, o dinheiro, é elevada a uma contradição absoluta. A forma de manifestação do dinheiro é aqui portanto também indiferente. A fome de dinheiro é a mesma, quer se tenha de pagar em ouro ou em dinheiro de crédito, em notas de banco, por exemplo” (idem, ibidem, p.258).

²⁴⁰ Idem, ibidem, p.262.

comércio entre países, a segunda, opera quando se necessita intervenção ante algum desequilíbrio persistente, e a última tem lugar quando da transferência de riqueza abstrata entre países, nos momentos em que esta não pode se dar na forma de outras mercadorias.

Em todos esses casos o dinheiro como dinheiro mundial deveria abandonar seus nomes e roupagens nacionais, bem como qualquer tipo de traço local, limitado, e se apresentar em sua figura metálica, universal, na forma de barras de ouro e prata²⁴¹. Isso porque, em âmbito nacional, o dinheiro poderia cumprir com a função de meio de troca sob a representação de um mero signo, validado socialmente pelo Estado – em termos formais, já que a validação real reside na própria função do dinheiro enquanto meio de circulação -; atuando no mercado mundial, não existiria uma entidade nacional ou supranacional que garantisse tal validação. A contradição entre sua natureza social universal e sua realidade material natural, revela-se aqui insuperável, porém funcional²⁴².

Segundo um longo trecho dos *Grundrisse*,

“... o dinheiro é a negação do meio de circulação como tal, da *moeda*. Mas ao mesmo tempo a contém como sua determinação negativamente enquanto pode sempre tornar a ser transformado em moeda; positivamente, como *moeda mundial*: mas como tal aquele é indiferente à determinação formal, e é essencialmente *mercadoria*, mercadoria onipresente, não determinada no espaço. Esta indiferença se expressa de duas maneiras: *primeiro*, no fato de que é dinheiro somente como ouro e prata, não como signo, não com a forma de moeda [...]. O dinheiro é a negação de si como mera realização dos preços das mercadorias, na qual o essencial segue sendo sempre a mercadoria particular. Se converte sobretudo no preço realizado em si mesmo e, enquanto tal, é o representante material da riqueza e ao mesmo tempo a forma universal da riqueza em relação a todas as mercadorias como simples substâncias particulares dela; mas, [...] o dinheiro é negado também na determinação na qual é somente *medida* dos valores de troca. Como forma universal da riqueza e como seu representante material, o dinheiro não é já a medida ideal de outros, dos valores de troca, posto que ele mesmo é a realidade adequada do valor de troca, e o é em sua existência

²⁴¹ “O dinheiro em sua terceira determinação, enquanto dinheiro autônomo que sai da circulação e se contrapõe a ela, nega também por conseguinte seu caráter de moeda. Se apresenta de novo como ouro e prata, tanto se torna a fundir como metal precioso, como se é estimado segundo o peso de suas frações de ouro e de prata. O dinheiro perde também seu caráter nacional e atua como meio de troca entre as nações, meio de troca universal, mas não já enquanto signo, mas enquanto determinado quantum de ouro e de prata. Por isso, no sistema de troca internacional mais desenvolvido, o ouro e a prata se fazem presentes na mesma forma com a qual já desempenham um papel no escambo originário” (idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.161). “Nos diversos uniformes nacionais vestidos pelo ouro e a prata enquanto moedas e dos quais são desvestidos no mercado mundial, aparece o divórcio entre as esferas internas ou nacionais de circulação das mercadorias e a sua esfera geral, o mercado mundial” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.246). “Enquanto moeda mundial, a moeda nacional se despoja de seu caráter local; uma moeda nacional se expressa em outra e, assim, todas se reduzem a seu conteúdo em ouro e prata, enquanto estes dois últimos, como as duas mercadorias que circulam como moeda mundial, são redutíveis a sua relação recíproca de valor, que muda constantemente. Dessa intermediação o comerciante de dinheiro faz seu negócio específico. Negócio cambial e comércio de barras são as formas mais primitivas do comércio de dinheiro e se originam da dupla função do dinheiro: como moeda nacional e como moeda mundial” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.239). Cf. idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.261 e p. p.263. “É só no mercado mundial que o dinheiro funciona plenamente como mercadoria, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato. Seu modo de existir ajusta-se ao seu conceito” (idem, *ibidem*, p.261).

²⁴² “O dinheiro pretende ser a mercadoria universal, mas por sua particularidade natural, é de novo uma mercadoria particular, cujo valor, de um lado, depende da oferta e da demanda, do outro, troca-se com custos de produção específicos” (idem, *ibidem*, p.170). Para abastecer o mercado mundial, os metais preciosos fluem dos países produtores para os demais países em troca do trabalho objetivado nas mercadorias demandadas pelos primeiros. Num segundo momento, o fluxo se dá em função das vicissitudes do curso do câmbio. Nota-se que para exercer a função de dinheiro mundial, também é pressuposto certo montante de entesouramento, capaz de ser posto em circulação como dinheiro mundial em momentos de escassez de moeda. Não obstante, via de regra, o acúmulo de tesouro indica estancamento da circulação de mercadorias.

metálica. A determinação da medida deve ser posta aqui nele mesmo. O dinheiro é sua própria unidade e a medida de seu valor, a medida de si enquanto riqueza, enquanto valor de troca, é a quantidade que ele representa de si mesmo”²⁴³.

De todo esse desenvolvimento acerca do conceito de dinheiro, o que impõe reparo ou atualização? No que tange à gênese e à necessidade do dinheiro, até onde podemos enxergar, nada. E, efetivamente, em geral não é sobre isso que versa o debate marxista contemporâneo, no interior do qual é possível identificar um conjunto de posições que iremos reunir esquematicamente em dois grupos²⁴⁴: o dos que sustentam que a chamada inconvertibilidade é um fenômeno passageiro ou ilusório, muitas vezes argumentando que a suspensão formal (legal) da convertibilidade não teria feito com que o ouro deixasse de ser a verdadeira mercadoria monetária - o lastro real da massa monetária em circulação -, o que acabaria por colocar em xeque toda a conceituação marxiana do dinheiro²⁴⁵; e o grupo dos que consideram que a dessubstancialização do dinheiro corresponde efetivamente ao seu conceito, tendo como base seja a análise da forma-dinheiro, seja a das suas funções²⁴⁶.

As teses do primeiro grupo parecem pouco sustentáveis; em primeiro lugar, a eliminação do lastro-ouro não é um acontecimento fugaz, pois o atual padrão monetário internacional possui uma maior universalidade e longevidade (sem interrupções) do que qualquer outro até o presente. Ademais, a inconvertibilidade do dólar não constituiu uma mudança meramente formal, de menor monta, que acabou por dissimular o fato de que não há nada de novo sob o sol; ao contrário, é um importante resultado da dinâmica global da acumulação que analisamos no capítulo anterior, e que

²⁴³ Idem, ibidem, p.165. “Como simples medida, já é negado em si enquanto meio de circulação; e como medida é já negado em si enquanto dinheiro. Sua negação na última determinação é por tanto ao mesmo tempo sua negação nas duas [determinações] precedentes. Negado como mera *forma universal da riqueza*, está obrigado a realizar-se nas substâncias particulares da riqueza real. Mas enquanto deste modo se confirma realmente como *representante material* da totalidade da riqueza, ao mesmo tempo deve se manter como a forma universal” (idem, ibidem, p.170). “No dinheiro, a riqueza universal é não somente uma forma senão ao mesmo tempo o conteúdo mesmo [...]. [No dinheiro] o preço é realizado, e sua substância é a própria riqueza, tanto em sua abstração com respeito a seus modos particulares de existência, como em sua totalidade. O valor de troca constitui a substância do dinheiro e o valor de troca é a riqueza” (idem, ibidem, p.155). “Como medida, seu montante era indiferente; como meio de circulação era indiferente sua materialidade, a matéria de sua unidade: como dinheiro, nesta terceira determinação, é essencial seu próprio montante, como determinado quantum material” (idem, ibidem, p.164-165). “Se é apenas a realização do preço das mercadorias, o dinheiro é a negação de si mesmo: a mercadoria particular continua a ser neste caso sempre o essencial. Caso contrário, o dinheiro torna-se então o preço que se realizou em si, e, nesta qualidade, torna-se também o representante material da riqueza geral. / O dinheiro é negado também quando é apenas medida dos valores de troca. Porque é ele próprio a realidade adequada do valor de troca em sua existência metálica. Neste caso, é a ele que interessa medir. Ele é a sua própria unidade e a medida do seu valor, a sua própria medida enquanto riqueza, enquanto valor de troca, é a quantidade da sua própria matéria que ele representa” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.235, tradução modificada com base em Grespan, J.L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.235-6. Cf. também Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.III, p.121).

²⁴⁴ Poder-se-ia agregar outro conjunto formado por autores que consideram o dinheiro de uma perspectiva convencionalista, defendendo que este desde sempre foi uma criação estatal (cf. Vroey, M. “La Théorie Marxiste de la Valeur, Version Travail Abstrait. Un Bilan Critique”. In: *Un Echiquier Centenaire, Théorie de la Valeur et Formation des Prix*. Paris: La Découverte, 1985; Reuten, G. ; Williams, M. *Value-Form and the State. The tendencies of accumulations and the determination of economic policy in capitalist society*. Londres: Routledge, 1989). Mas já salientamos a crítica marxiana à ilusão convencionalista, crítica com a qual estamos de acordo.

²⁴⁵ Cf. Lavoie, D. “Some Strenghts in Marx’s Disequilibrium Theory of Money”. In: *Cambridge Journal of Economics*, n.7, 1983; Loranger, J-G. “Pseudo-Validation du Crédit et Etalon Variable de Valeur”. In: *Economie Appliquée*, n.35, 1982; Guermer, C. “The commodity nature of money in Marx’s theory” In: Moseley, F. (org.) *Marx’s Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan, 2005; e mesmo, em certa altura, Harvey, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.253-4.

²⁴⁶ Na sequência alguns de seus membros serão referenciados.

continuaremos a analisar neste capítulo. Entretanto, é o caso de considerar os argumentos acerca da necessária ancoragem da forma-dinheiro a uma determinada mercadoria eleita equivalente-geral. Para tanto, remetamos a escritos de Claus Germer, segundo o qual “não existe qualquer referência em Marx à hipótese de que o dinheiro possa se tornar nalgum momento uma não-mercadoria”²⁴⁷, e que “na conceituação de Marx, o dinheiro e o material de que é feito são a mesma coisa, uma vez que o dinheiro é o nome que se dá à mercadoria que desempenha a função de equivalente geral de valor”²⁴⁸. Ora, transcrevemos diversas passagens que confrontam esse tipo de leitura, e demonstram o equívoco fetichista de se confundir ou identificar a forma social com seus suportes materiais²⁴⁹.

Independentemente de seus equívocos a abordagem de Germer se opõe frontalmente à tese sustentada por Leda Paulani, segundo a qual a dimensão formal do dinheiro sempre fora precípua, e tenderia a superar seu conteúdo material; a dessubstancialização do dinheiro seria, portanto, um desenvolvimento (“lógico”) de seu caráter fetichista. Em sua tese doutoral, a autora argumentava que

“a crise atual do dólar mostra que esse objeto [que encarna a ‘certeza de capital’], hoje, não existe. As flutuações descontroladas das taxas de câmbio e de juros, dos preços das matérias-primas industriais, enfim, dos mercados de todos os ativos, explicitam a inutilidade da busca de um substrato objeto que sustente o movimento. Daí o caráter peculiar dessa crise: a essência puramente formal do dinheiro é dolorosamente revelada. Antes, o dinheiro livrou-se da aparência de sua aparência e ficou só com a essência dela. Agora, ele perde também essa essência. Mas como ele não pode desempenhar seu papel sendo forma pura, visto que sua aparência lhe é indispensável, a crise atual mostra a explosão das possibilidades de regulação do sistema através do dinheiro”²⁵⁰.

Mais recentemente, junto com Tomás Rota, Paulani afirma que “*é só como forma pura, dinheiro inconversível, que a forma dinheiro se torna adequada ao seu conceito*. Assim sendo, *não é a matéria que tem de estar em conformidade com a forma, mas sim que a forma deve estar adequada ao seu próprio conceito*”²⁵¹.

²⁴⁷ Germer, C. “The Commodity Nature of Money in Marx’s Theory”. In: Moseley, F. (org.). *Marx’s Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan, 2005, p.21.

²⁴⁸ Idem, “O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx – uma polêmica”. In: *Revista da SEP*, dezembro de 2002, nº 11, p.7.

²⁴⁹ Para uma crítica à posição de Germer, cf. Prado, E.F.S. “Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconversível”. Disponível em: eleuterioprado.wordpress.com/2012/03/24/dinheiro-mundial-inconversivel/, 2012, p.2-4. Como igualmente demonstra Prado na sequência desse mesmo artigo, a posição oposta, de considerar o dinheiro como “pura forma”, como sustenta Corazza (Corazza, G. “Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária”. In: *Revista da SEP*, dezembro de 1998, nº 3, p. 45) é igualmente equívoca.

²⁵⁰ Paulani, L.M. *Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito*. Tese de doutorado. FEA-USP, 1991, p.175. De modo mais apressado, Zizek dispara: “ao contrário de Marx, que acreditava na noção de fetiche como um objeto real cuja presença estável ofusca sua mediação social, seremos forçados a afirmar que o fetichismo atinge seu apogeu precisamente quando o fetiche em si é ‘desmaterializado’, transformado numa fluida entidade virtual ‘imaterial’; o fetichismo do dinheiro há de culminar com sua passagem à forma eletrônica, quando desaparecerem os últimos vestígios de sua materialidade – somente nesse estágio ele será capaz de assumir a forma de uma presença espectral indestrutível” (Zizek, S. *Bem-Vindo ao Deserto do Real!* São Paulo: Boitempo, 2003, p.52-3; cf. idem, “Posfácio: a escolha de Lênin”. In: Zizek, S. (org.) *Às portas da Revolução: escritos de Lênin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.315).

²⁵¹ Paulani, L.M.; Rota, T.N. “A Teoria Monetária de Marx: atualidade e limites frente ao capitalismo contemporâneo”. Apresentado no XIV Encontro Nacional de Economia Política da SEP. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/1557_038703956a84805ac4404517b408681d.pdf?PHPSESSID=86be8380042309d326146e173d2d19bc, 2011, p.2-3.

De fato, vimos que a tendência à autonomização da forma dinheiro havia sido apreendida por Marx, e se encontra no cerne do desenvolvimento da forma-dinheiro, mas também da forma-capital. O processo fetichista de subjetivação do capital e seu impulso auto-expansivo desmedido compreende, por exemplo, a autonomização em relação à sua própria substância – a negação do trabalho vivo pelo morto, no interior da tendência ao aumento da composição orgânica do capital –, ou a busca por maior mobilidade e aceleração do seu tempo de rotação, por meio de suas formas financeiras, em oposição à sua crescente imobilização na forma de capital fixo. No entanto, a despeito dessa tendência, que faz com que o capital subsuma e tenda a superar suas formas concretas de manifestação, essa autonomização encontra limites insuperáveis, e apesar de constituir-se enquanto totalidade formal, o capital não logra converter-se numa pura forma. Será que o dinheiro realizou esse feito? Antes de considerá-lo mais detidamente, note-se que, por hora, a abordagem de Paulani não explicou como o dinheiro-papel pode medir valor sem ser valor ele mesmo, dentre outros fatores; logo, cabe considerar também os aspectos funcionais do dinheiro²⁵².

Como medida de valores, produto das múltiplas interações que as mercadorias estabelecem entre si, sua intervenção prática é apenas ideal, porém, ancorada à existência da mercadoria monetária. Segundo Brunhoff, nesse aspecto, a manutenção do princípio da conversibilidade,

“para Marx, indica apenas que a determinação dos preços monetários depende, em sua origem, da função da moeda-mercadoria, medida dos valores. Mas esta determinação inicial não explica nem a formação dos preços relativos das mercadorias, levando em conta a taxa de lucro médio, nem variações conjunturais destes preços relativos e do nível geral de preços: o problema dos preços não é, em Marx, um problema monetário, uma vez estabelecida a gênese do equivalente geral. A manutenção do princípio da conversibilidade serve para conservar o papel originário da moeda como medida dos valores; mas este princípio não é, salvo em período de crise do crédito, aplicado, porque as variações dos preços economicamente importantes no interior do capitalismo não dependem das variações do valor do ouro (o qual é dado por hipótese), e porque, ao contrário, a circulação de qualquer moeda depende ela própria dos preços”²⁵³.

²⁵² Lapavistas, por exemplo, constata que já à época de Marx eram comuns as formas do dinheiro que não eram conversíveis em ouro, e sustenta a tese de que “as raízes do dinheiro não-mercadoria – fiduciário ou creditício – são encontradas na natureza e nas funções do dinheiro-mercadoria” (Lapavistas, C. “Money And The Analysis Of Capitalism: The Significance Of Commodity Money”. *Review Of Radical Political Economics*, Vol. 32 Nº4, P. 631-656, 2000, p.632), e que os aspectos funcionais do dinheiro absorveriam seus aspectos materiais, de tal forma que um pedaço de papel que na prática exerça o “monopólio da habilidade de comprar” seria tão dinheiro quanto fora o ouro, noutras épocas (idem, “The Universal Equivalent as Monopolist of the Ability to Buy”. In: Moseley, F. (org.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan, 2005). Para Rotman, ao passar de símbolo a signo o dinheiro já apresentaria uma potencial auto-referencialidade, que culminaria no atual dinheiro inconvertível (Rotman, B. *Signifying Nothing: The Semiotics Of Zero*, New York: St. Martin's Press, 1987, p.5). Por outro lado, Moseley argumenta que a necessidade de a medida dos valores possuir, ela mesma, um valor “é uma contingência histórica, e não uma necessidade teórica” (Moseley, F. The “Monetary Expression Of Labor” in The Case Of Non-Commodity Money”, 2004, p.17), e, grosso modo, sustenta que o dinheiro pode cumprir suas funções na medida em que os “agentes” o reconheçam enquanto tal (idem, Introduction. In: Moseley, F. (org.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan, 2005). Outros autores se esforçarão para explicar como se determina o valor do dinheiro inconvertível; por exemplo, apesar de constatar que a urgente tarefa de se desenvolver uma teorização acerca do dinheiro sem lastro ainda está para ser realizada, Foley conclui que o valor do dinheiro inconvertível é dado pelo seu poder de compra (Foley, D.K. *Understanding Capital: Marx's Economic Theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1986; cf. idem, “Marx's theory of money in historical perspective”. In: Moseley, F. (org.) *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan, 2005), no que ele é acompanhado por Carchedi (Carchedi, G. *Frontiers of Political Economy*. New York: Verso, 1991, p.166) e Saros (Saros, D. E. “The Price-Form as a Fractional Reflection of the Aggregate Value of Commodities”. *Review of Radical Political Economics*, Vol. 39, 2007). Porém, com isso não fornecem uma resposta teórica à questão; numa espécie de recaída à Teoria Quantitativa da Moeda, apenas apresentam um mecanismo para estabelecer a relação entre a massa de meio circulantes e os valores das mercadorias que eles deveriam exprimir.

²⁵³ Brunhoff, S. *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.89. “A primeira função da moeda, no entanto, a de medida dos valores, não pode ser diretamente assegurada pela moeda de crédito. Neste sentido, ‘a moeda de crédito’ só é dinheiro ‘na

Essa solução, que de certa forma circunscreve a importância da mercadoria monetária apenas ao processo de gênese do dinheiro, parece frágil, mesmo quando vem acompanhada de uma demonstração matemática acerca da independência que a formação dos preços relativos das mercadorias guarda em relação ao dinheiro em sua determinação como medida de valores, como ocorre em Lapavitsas e Saad-Filho²⁵⁴. Estes lançam o foco de suas investigações sobre o estatuto teórico do dinheiro inconversível na análise da concorrência, na qual se conformam os preços de produção, o que faz com que a questão da conversibilidade ou inconversibilidade do dinheiro se torne irrelevante, segundo eles²⁵⁵.

Não se propõe aqui que a questão da transformação dos valores em preço, dentre tantas outras que extrapolam o âmbito da circulação e da produção imediata, sejam resumidas à existência ou não da mercadoria monetária, longe disso; no entanto, será que se mantém após a perda do lastro-ouro, como uma espécie de propriedade atávica, tanto a determinação do dinheiro como medida de valores, como sua função como elemento mediador que amortecia as oscilações dos valores do conjunto das mercadorias, por ser ele mesmo uma mercadoria sujeita às vicissitudes das condições de produção e intercâmbio? Deixemos a questão em suspenso, para prosseguirmos com a investigação, já que Brunhoff, Lapavitsas e Saad-Filho não nos parecem ter fornecido respostas satisfatórias a ela.

Como padrão de preços, cujo estabelecimento era prerrogativa do Estado, o que conferia ao dinheiro um caráter nacional, viu-se que ao longo dos séculos a referência original das moedas em relação aos pesos do metal precioso paulatinamente se perdeu. Desse modo, há de se questionar a validade histórica da proposição de Marx segundo a qual enquanto o papel-moeda receber sua denominação do ouro, a “conversibilidade da nota em ouro permanecerá como uma lei econômica para ela”²⁵⁶, quer a conversibilidade exista politicamente, quer não. Noutra passagem dos *Grundrisse*, Marx anota: “não há nenhuma dúvida (?) (mas este ponto há de ser analisado mais adiante e não se refere diretamente ao objeto em questão), que enquanto o papel moeda recebe seu título de ouro (por exemplo, uma nota de 5 libras esterlinas é o representante em papel de 5 *sovereigns*) a conversibilidade das notas segue sendo uma lei econômica que pode ter realidade

medida em que representa absolutamente o dinheiro real no montante de seu valor nominal’ [Marx citado por Brunhoff]. Mas esta conversibilidade só tem sentido teórico: em tempo normal ela não implica absolutamente uma conversibilidade efetiva, visto que as notas de banco não são símbolos do ouro, mas créditos monetizados. É por isso que ‘a circulação de bilhetes é independente não só da vontade do Banco da Inglaterra, mas também do nível do encaixe em ouro guardado nas casas-fortes do Banco e que garante a conversibilidade desses bilhetes’ [Marx citado por Brunhoff]” (idem, *ibidem*, p.88).

²⁵⁴ Lapavitsas, C., *op. cit.* e Saad-Filho, A. *The Value of Marx: Political Economy for Contemporary Capitalism*. Londres: Routledge, 2002, p.98-99.

²⁵⁵ Também Arthur, argumentando que o valor só se efetiva por meio do dinheiro, e que este é e sempre foi a medida do valor, e não o tempo (que, ao contrário, mediria o trabalho), desloca o foco do conceito de preço para o conceito de preço de produção, que seria a verdadeira medida do valor (Arthur, C.J. “Value and Money”. In: Moseley, F. (org.) *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan, 2005).

²⁵⁶ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.39.

política ou não tê-la”²⁵⁷. Note-se que a interrogação e o trecho entre parênteses são do próprio Marx, porém, é do conjunto de sua análise que extraímos elementos para questionar essa vacilante asserção; em todo caso, a maioria das atuais moedas não recebem nem mesmo esse título de ouro.

Ademais, como meio de circulação, a evanescência do dinheiro faz com que sua presença material se torne dispensável, podendo ser substituída por signos de valor, mas aqui também se supõe a referência à mercadoria monetária. Cabe novamente perguntar se “a existência formal” do meio de circulação terá suplantado por completo sua “existência material”.

Na sequência do artigo já citado, Paulani e Rota se empenham justamente em perscrutar o debate marxista contemporâneo acerca do dinheiro, em busca de explicações sobre a atual configuração do dinheiro enquanto meio de circulação e medida de valores. Uma a uma as respostas identificadas são, com razão, consideradas equivocadas ou limitadas, até que ocorre uma guinada na argumentação, e as questões são abandonadas sem resposta, em favor da constatação, respaldada por Milton Friedman, de que “o dinheiro do padrão dólar puro resolve a contradição entre forma e matéria, entre função universal e condicionamento particular, ao expulsar completamente a matéria e ao colocar a contradição em termos de dinheiro particular de um país e dinheiro global, universal”²⁵⁸. Ou seja, tacitamente as questões atinentes ao dinheiro enquanto moeda são elididas em favor de um posicionamento acerca do dinheiro mundial.

No que concerne ao dinheiro como moeda mundial, sua presença metálica se fazia deveras necessária devido à inexistência de uma instituição internacional que respaldasse essa moeda. Com a consolidação da hegemonia norte-americana essa situação se altera. Como se viu, jamais vigorou um padrão-ouro puro em âmbito internacional, e tampouco nacional. Com a estruturação do Sistema de Bretton Woods, e a assunção do papel de moeda mundial pelo dólar, somos afastados ainda mais do quadro no qual o ouro (ou a prata) forçosamente intermediavam as trocas no âmbito do comércio exterior. Efetivamente, há várias décadas “o dólar já vinha funcionando, em âmbito mundial, como meio internacional de pagamento, de transação e de reserva, constituindo-se como forma social geral da riqueza”²⁵⁹. A reafirmação do dólar como moeda mundial, após a suspensão da conversibilidade, consolidou e agravou essa situação, e a eliminação dos grilhões do lastro-ouro ensejou um decisivo incremento no alcance e na eficiência das políticas monetárias (não apenas

²⁵⁷ Idem, *ibidem*, p.55.

²⁵⁸ Paulani, L. M.; Rota, T.N. *op. cit.* p.22.

²⁵⁹ Prado, E.F.S. “Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconversível”. Disponível em: eleuterioprado.wordpress.com/2012/03/24/dinheiro-mundial-inconversivel/, 2012, p.8. Aliás, esse afastamento e a emissão de notas inconversíveis são determinantes para a compreensão da dinâmica da crise de cunho inflacionista, que se estabeleceu em meados do século passado, conforme visto no capítulo anterior. Nas palavras de Brunhoff, “não sendo as notas, por si mesmas, socialmente válidas (são inconversíveis em ouro), nem representando a antecipação direta de uma mercadoria (é somente o caso do depósito bancário), sua emissão constitui um enfraquecimento da relação moeda-mercadoria. Surge a possibilidade de uma forma nova da crise, a de um hiato inflacionista entre a moeda como símbolo do valor e o valor efetivo (aqui identificado aos preços) das mercadorias. Há enfraquecimento mas não ruptura, da circulação mercantil. O crédito combinado com a emissão de moeda de curso forçado propicia um adiamento, um prosseguimento da produção capitalista que dissimula a superacumulação. Deste ponto de vista, a inflação permite uma diluição da crise em lugar do desenlace brutal que se produzia no século XIX” (Brunhoff, S. *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.147).

nos Estados Unidos), a eliminação de falsos custos de produção²⁶⁰, e, como argumenta Harvey, com o referido fim da conversibilidade

“o abastecimento de dinheiro fica assim liberado de qualquer restrição física à produção, e se pode lograr melhor as vantagens da flexibilidade de oferta e economia de circulação. Sem embargo, o poder do Estado chega a ser então muito mais pertinente, porque o respaldo político e legal deve substituir o respaldo proporcionado pela mercadoria-dinheiro a fim de que os usuários de papel moeda puro possam ter confiança em seu valor e estabilidade”²⁶¹.

De acordo com essa tese, o dinheiro ter-se-ia tornado puramente fiduciário, proposição da qual Prado discorda, sem com isso sustentar que nada mudou. Ao contrário, ao analisar a atual configuração do dólar, ele introduz o conceito de “dinheiro fictício”, estabelecendo uma analogia com o conceito de capital fictício, “uma representação nominal de capital inexistente”. Ainda segundo Prado, “mesmo não sendo efetivamente real, o capital fictício é negociável como se o fosse, ou seja, ele ‘circula normalmente como valor-capital’”, estando “permanentemente em relação de equivalência com o capital real”²⁶². De modo correlato, o dinheiro fictício seria “uma forma de valor que ‘não’ possui valor, pois apenas o representa. E, por isso mesmo, não poderia se sustentar na vida prática do capitalismo contemporâneo se não tivesse uma relação de equivalência implícita com o ouro, o qual, aliás, continua tendo um papel importante nas reservas monetárias do país que emite o dinheiro denominado dólar”²⁶³. Logo, “o valor fictício do dinheiro-papel oficialmente inconvertível está também numa relação de equivalência – que se impõe tendencialmente por meio de flutuações sempre que a emissão não seja excessiva – com o valor real do ouro, por meio do mercado de ouro /. Assim se explica como o dinheiro mundial inconvertível, mesmo ‘não’ sendo valor, é capaz de medir valor”²⁶⁴. Com isso, revela-se que “a concepção de Marx de dinheiro mundial é historicamente datada, mas também possui um fundo teórico que é irrecusável”²⁶⁵.

²⁶⁰ “Essas mercadorias que funcionam como dinheiro não entram no consumo individual nem no produtivo. São trabalho social fixado numa forma em que serve como mera máquina de circulação. Além de parte da riqueza social estar confinada nessa forma improdutiva, o desgaste do dinheiro exige constante reposição do mesmo ou conversão de mais trabalho social – sob forma de produto – em mais ouro e prata [...]. Ouro e prata, enquanto mercadorias monetárias, constituem, para a sociedade, custos de circulação que derivam tão-somente da forma social de produção. São *faux frais* da produção de mercadorias em geral, que crescem com o desenvolvimento da produção de mercadorias e sobretudo da produção capitalista. É uma parte da riqueza social que precisa ser sacrificada ao processo de circulação” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.99-100). Cf. idem, ibidem, p.255.

²⁶¹ Harvey, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.249. “... Desde que a moeda interbancária se endogeneizou à escala internacional a questão que se coloca não é mais o controle da quantidade de moeda, mas se existe ou não uma moeda financeira de origem pública capaz de cumprir o papel de securitização” (Tavares, M.C. “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.66-7). De modo mais enfático, Paulani e Rota asseveram que “sem o Estado, a forma inconvertível do dinheiro não teria lugar, pois sua formação contraditória ou ficaria a descoberto ou nem mesmo se efetivaria. O dólar só é possível e efetivo como unidade contraditória por ter a figura estatal como “garantidora” desta identidade (Paulani, L. M.; Rota, T. *op. cit.* p.7). Indo mais adiante, Brunhoff é peremptória: “... a posição da moeda internacional está intrinsecamente ligada ao funcionamento do imperialismo” (Brunhoff, S. *A política monetária: uma tentativa de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.30); no que é, de certa forma, seguida por Fiori “... o dólar deixou de ter qualquer padrão de referência que não seja o próprio poder norte-americano” (Fiori, J.L. “Império e pauperização”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.112).

²⁶² Prado, E.F.S. “Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível”. Disponível em: eleuterioprado.wordpress.com/2012/03/24/dinheiro-mundial-inconvertivel/, 2012, p.8.

²⁶³ Idem, ibidem, p.7.

²⁶⁴ Idem, ibidem, p.8-9.

²⁶⁵ Idem, ibidem, p.9.

Estamos de acordo com essa última proposição, e de fato, apesar de curto e aparentemente despretensioso, o texto de Prado aponta para uma solução a esse debate. No entanto, cabe ponderar sobre o caminho escolhido; ao tratar do capital fictício parece-nos que a ênfase de Marx corretamente recai noutro sentido, a saber, no da autonomização, no permanente afastamento em relação ao capital do qual o capital fictício é título. Assim como ocorre com a separação entre compra e venda ensejada pela forma dinheiro em sua determinação de meio de pagamento; com a desproporção entre os departamentos, ao longo do processo de circulação de capital; com a negação do trabalho vivo pelo trabalho morto, no bojo do aumento da composição orgânica do capital, que se exprime na tendência à queda da taxa de lucros - entre outros momentos próprios ao processo global de produção capitalista -; também aqui, dizíamos, no que tange ao capital fictício, esse processo vai até o ponto em que a unidade se afirma de modo violento por meio de uma crise - financeira, no caso, mas via de regra sob a égide da sobreacumulação de capitais.

Viu-se no capítulo anterior que o ouro e outras mercadorias parecem se constituir em portos seguros diante de certos abalos no processo de acumulação, em particular quando o dinheiro ‘enfraquece’, no seio de processos inflacionários que se tornaram inerentes à dinâmica da acumulação, em particular no pós-Segunda Guerra. Ademais, os mercados dessas *commodities* são alvo de periódicos e intensos processos especulativos, o que dificulta a realização de uma análise comparativa entre a evolução do mercado de ouro e a evolução do dólar, no intuito de perscrutar a “equivalência intrínseca” entre o dinheiro-mundial e o ouro, que é sustentada por Prado como imprescindível para a subsistência do “dinheiro fictício”. Talvez essa dificuldade em localizar empiricamente os nexos entre o ouro e o dólar inconversível seja expressão da tendência ao afastamento entre as formas fictícias do capital e aquelas das quais derivam, indo assim ao encontro da mudança de ênfase que nos afigura necessária. Em todo caso, faltaria considerar mais detidamente como é mantida a relação entre a forma “real” e “fictícia” do dinheiro.

Se se aponta para uma resolução, ao menos parcial, da contradição entre a forma e a matéria do dinheiro, seja pela superação plena do substrato material do dinheiro (p.ex. a abordagem de Paulani e Rota), seja por uma articulação mais mediada entre ambos (p.ex. a abordagem de Prado), em todo caso existe uma ruptura na longa cadeia de determinações e processos que constituem e sustentam a lei do valor, e esse ponto deve ser destacado. Como assevera Prado, “o valor-trabalho é uma regulação sistêmica inerente ao modo de produção capitalista em seu funcionamento cego”²⁶⁶, atuando em escala global e regional (de modo nada harmonioso) como elemento ordenador, relacionado à divisão do trabalho social nos diferentes ramos produtivos, ao ritmo das inovações tecnológicas e organizacionais, ao grau de concentração e centralização do capital, e assim por diante. A existência de uma mercadoria monetária, como se

²⁶⁶ Idem, *ibidem*, p.11.

argumentou acima, era um elemento basilar dessa estrutura, de tal forma que a dessubstancialização do dinheiro parece competir para a erosão de certos marcos regulatórios da lei do valor, tornando a dinâmica da acumulação ainda mais explosiva. Em particular, é evidente, essa condição torna o dinheiro, elemento tão essencial do metabolismo econômico capitalista, mais vulnerável às vicissitudes do mercado mundial, incluindo aqui o jogo geopolítico internacional.

De resto, é preciso assumir a nossa incompetência nessa matéria, e nos limitar a fornecer apenas esse conjunto de notas inconclusivas sobre esse complexo tema. Outros elementos pertinentes serão fornecidos ao longo do capítulo.

*

Se o reflorescimento das finanças e o aumento da mobilidade internacional de capitais foram determinantes para a destruição do sistema de Bretton Woods, o sistema monetário e financeiro que o suplantou, assim como subsequente dinâmica da acumulação, em sentido amplo, foram marcadas por esse desenvolvimento. E aqui, diferentemente do ocorrido na “Era de Ouro”, não houve sinal de repressão financeira. Ao contrário, o que se verificou foi uma avalanche de inovações financeiras, concomitante à destruição dos chamados “controles quantitativos”²⁶⁷, das instituições, da legislação e das estruturas reguladoras vigentes no período anterior. Trata-se, como será considerado oportunamente, da afirmação de tendências fundamentais do capitalismo, no sentido de aumentar sua liberdade de movimentação, diminuir seu tempo de circulação, entre outras.

Além daqueles episódios já vistos, como a transformação da *City* londrina em mercado *offshore* e o desenvolvimento dos euro-mercados, outros fatos permitiam antever a corrida por inovações financeiras que se deflagrou com força na década de 1970. Por exemplo, em 1956 foi promulgado o *Bank Holding Company Act*, que permitiu às holdings bancárias fornecer serviços que os bancos estavam proibidos de oferecer; em 1961 o Citybank criou Certificados de Depósitos (CDs) de valores superiores a US\$ 100 mil e por prazos maiores que 14 dias, negociáveis nos mercados secundários (portanto, não submetidos aos tetos de juros e a outras restrições impostas pela “Regulação Q” norte-americana²⁶⁸). E na década de 1960 ocorreu, inclusive por determinação legal, a universalização do uso de contas bancárias por parte dos trabalhadores para depósito dos salários, fazendo com que grandes massas monetárias que outrora passavam longe dos bancos pudessem, até certo ponto, circular pelo sistema financeiro²⁶⁹.

²⁶⁷ “Entende-se por controles quantitativos tetos sobre taxas de juros sobre os depósitos, controles sobre os fluxos de capitais internacionais, depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo, limites diretos sobre a expansão creditícia e regras sobre a transparência na gestão dos negócios nos mercados de capitais” (Cintra, M.A.M; Cagnin, R.F. “Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas”. In: *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, dezembro 2007, p.298).

²⁶⁸ Estabelecida na esteira do *Glass-Steagall Act* (cf. p.18 acima).

²⁶⁹ Chesnais, F. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.39-40.

A partir de 1973, na esteira dos Estados Unidos, o conjunto dos países capitalistas centrais abandonou as paridades cambiais fixas, e assim começou a se estabelecer um regime de taxas de câmbio flutuante, oficializado numa conferência do FMI, em 1976²⁷⁰. Sob essa nova condição, a preservação de certa paridade pressupunha intensas intervenções da autoridade monetária nos mercados de câmbio, em consonância com autoridades estrangeiras. E, como constata Einchengreen, “a mais leve sinalização de que um país estaria considerando uma mudança na paridade poderia submetê-lo a enormes perdas de capital, desestimulando as autoridades a sequer contemplar tal medida”²⁷¹.

De um lado, com a flutuação cambial aumentou-se o risco das operações comerciais e industriais, e efetivamente a instabilidade econômica se agravou muito no período, como revela a frequência das crises econômicas que se sucederam (iniciada com a crise do crédito norte-americana em 1966, e seguida pelas crises de 1970, 1974-5, 1979-80, de 1982-83 e assim por diante). De uma ótica (pós-)keynesiana, como a de Minsky, no qual a noção de incerteza desempenha um papel tão determinante, dada sua influência sobre as escolhas dos “agentes econômicos”, tem-se aí a explicação para o comportamento especulativo, correlato à progressiva restrição do horizonte temporal visado por tais agentes.

Em sentido similar, Arrighi assevera que,

“o vaivém do dinheiro em moedas diferentes nas contas bancárias das empresas forçou-as a entrar no mercado futuro de divisas, para se protegerem de déficits contábeis decorrentes de alterações futuras e seus pagamentos antecipados. Além disso, as oscilações das taxas de câmbio tornaram-se um fator fundamental na determinação das variações das posições de fluxos de recursos, vendas, lucros e ativos das empresas nos diferentes países e moedas. Para se proteger dessas variações, as empresas não tinham alternativa senão recorrer à maior diversificação geopolítica de suas operações”²⁷².

Não obstante, por outro lado, as operações de arbitragem e as oscilações cambiais se tornaram um excelente meio de se auferir ganhos especulativos, que atraíam crescentes montantes de capital.

Ademais, junto às políticas de desvalorização do dólar, o governo norte-americano adotou uma série de medidas protecionistas, como o Acordo Multifibras de 1973, que restringiu a entrada de produtos têxteis e de vestuário, e a Lei Comercial de 1974, que dava poderes de retaliar países que exercessem práticas comerciais consideradas injustas pelos EUA²⁷³.

²⁷⁰ Diversos países, fora da Europa, tentaram manter a fixidez de seu câmbio, por meio do estabelecimento de bandas cambiais estreitas, prefixações ou sistemas ajustáveis de câmbio fixo, e diversas modalidades de “âncora”, das quais se destacam as *currency boards*, o atrelamento das moedas nacionais a uma divisa estrangeira (sobretudo o dólar), que limitava a intervenção dos bancos centrais domésticos, sobretudo a atuação como emprestador de última instância, que se tornou vital, como veremos (Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.185). Houve também uma experiência de câmbio fixo coletivo, a Comunidade Financeira Africana (CFA), “com treze países membros que compartilhavam dois bancos centrais” (idem, ibidem, p.240).

²⁷¹ Idem, ibidem, p.184.

²⁷² Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.321.

²⁷³ Brenner, R., op.cit., p.71-2.

Ainda em 1973 ocorre o primeiro choque do petróleo²⁷⁴, responsável pelo rápido aumento das divisas dos países produtores de petróleo, que ensejou a ampliação das importações de produtos do “Norte”, o que, por sua vez, contribuiu para restabelecer a demanda nos países exportadores, para inundar os mercados *offshore* (que a essa altura estava povoado por bancos de médio e pequeno porte, e não apenas pelos maiores bancos e empresas transnacionais)²⁷⁵, e para multiplicar as praças financeiras e os paraísos fiscais (como Hong Kong, Bahrein, Cingapura, Bahamas, Ilhas Caiman, entre outros). Por meio desses mercados, foi criada uma torrente de créditos, em “milagrosas” transações²⁷⁶, alimentadas pelos dólares que jorravam dos países da OPEP, após a disparada dos preços do “ouro negro”.

Nesse contexto de expansão e desenvolvimento dos mercados financeiros e de desconstrução do sistema de Bretton Woods, em que a realização de inovações financeiras se tornou elemento vital do processo concorrencial e de aferição de ganhos especulativos, foram promovidas importantes transformações legislativas e institucionais, geralmente designadas por desregulamentação e desintermediação financeiras. Segundo Aglietta e Orleán, o controle das finanças se sustentava, acima de tudo, em dois pilares: a estratificação dos créditos e a hierarquia das moedas²⁷⁷. O primeiro princípio se relaciona à atuação dos intermediários financeiros, os quais “influenciam a avaliação do preço dos créditos para evitar as flutuações erráticas”, e realizam “refinanciamentos, substituindo sua própria dívida à dos agentes não-financeiros, de maneira a estabilizar os horizontes contratuais dos créditos por ocasião da emissão destes. Os intermediários financeiros fazem pesar obrigações seletivas sobre a estrutura dos créditos-débitos, de forma a desvalorizar certas categorias de títulos financeiros e a sustentar outras”²⁷⁸. Tais intermediários, por sua vez, encontram-se “regrados” por instituições que sustentam o segundo princípio citado, o da hierarquia. Os bancos comerciais atuam como emprestadores de última instância ante os

²⁷⁴ O qual, segundo Robert Gowan, “resultou da influência dos Estados Unidos sobre os países produtores de petróleo e foi providenciado em parte como um exercício de política econômica dirigido contra os ‘aliados’ da América na Europa Ocidental e no Japão” (Gowan, P., op.cit., p.47). Já Arrighi considera que “... o fato de o governo norte-americano ter admitido na prática, em 1973, a derrota no Vietnã, seguido imediatamente pelo esfacelamento do mito da invencibilidade israelense durante a Guerra do Yom Kippur, estimulou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) a proteger seus membros contra a depreciação do dólar de maneira mais eficaz, impondo um aumento que em poucos meses quadruplicou o preço do petróleo bruto” (Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.168). Segundo Charles Morris, “os aumentos de preço do petróleo da OPEP, que ajudaram a desencadear a grande inflação da década de 1970, foram consequência direta da flutuação do valor do dólar” (Morris, C.R. *O crash de 2008: dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito*. São Paulo: Aracati, 2009, p.57).

²⁷⁵ Cf. Wallerstein, I. “Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo”. In: *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p.79. E assim como os mercados de eurodólares, floresceram também os eurobônus e as euro-ações; seguindo a mesma lógica, estas últimas são ações emitidas por uma empresa ou um conglomerado, em mercados distintos do seu mercado “nacional”, valendo-se de bancos e corretoras estrangeiras; já os eurobônus são obrigações emitidas por bancos associados, numa “praça financeira” distinta daquela da moeda que serve de suporte a tais obrigações.

²⁷⁶ “No caso dos euromercados, créditos foram criados como que por encanto, dentro de uma rede fechada de bancos ligados entre si pelo emaranhado de suas posições devedoras e credoras, e oferecidos aos países em desenvolvimento. Não houve nenhuma transferência de poupança que tenha provocado algum ‘sacrifício’ dos concessionários de empréstimo” (Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.255).

²⁷⁷ Cf. Aglietta, M; Orleán, A., op.cit., p.302.

²⁷⁸ Idem, ibidem, p.302.

intermediários; já o banco central exerce essa função ante os bancos comerciais²⁷⁹. É justamente essa estrutura que estaria sendo minada, com a participação decisiva de governos cada vez mais comprometidos com as finanças.

Os esforços norte-americanos para fomentar a movimentação internacional de capitais (especulativos e na forma de investimentos externos diretos) respondiam também a uma tentativa de se favorecer em distintos cenários. Em tese, a afluência de capital especulativo para fora dos Estados Unidos reforçaria a tendência à alta das moedas estrangeiras de países que mantivessem políticas no sentido de garantir superávits em seus balanços de transações correntes, e com isso a competitividade dos exportadores norte-americanos aumentaria. Pressionando os governos estrangeiros a também adotarem políticas expansionistas, que gerariam incremento em suas demandas por produtos importados, os fluxos de capital especulativo também fortaleceriam a economia estadunidense. Em caso contrário, de entrada de capitais estrangeiros nos mercados norte-americanos, esses recursos seriam direcionados para aliviar os déficits orçamentários do governo²⁸⁰.

Um marco no processo de destruição dos mecanismos de “repressão financeira” foi o ano de 1974, em que se desencadeou uma importante crise financeira nos EUA. Em meio ao processo de reciclagem dos petrodólares, que contou com a participação ativa do FMI e do Banco Mundial (a serviço dos Estados Unidos), foram destruídos os controles sobre a conta de capital norte-americano, o imposto de correção das taxas de juros foi eliminado²⁸¹, e o Fed se colocou como garantidor dos empréstimos²⁸². A partir de então, veremos, “as autoridades monetárias não hesitariam mais em monetizar maciçamente os déficits, para evitar a falência de uma empresa, de uma comunidade ou de uma instituição financeira muito importante”²⁸³. Estamos aqui diante dos primórdios da exitosa política do “*too big to fail*”, que prospera até hoje²⁸⁴, e que foi potencializada pela aprovação, pelo Congresso norte-americano, do *Depository Institutions Deregulation and Monetary Control Act*, que extinguiu a “Regulação Q”, e do *Garn-St.Germain Depository Institutions Act*, em 1980 e 1982, respectivamente, os quais eliminavam as barreiras às operações de salvamento de instituições bancárias e financeiras sob risco de falência. E o mesmo

²⁷⁹ Idem, ibidem, p.303.

²⁸⁰ Brenner, R., op.cit., p.70.

²⁸¹ Idem, ibidem, p.255. As inovações financeiras de meados da década de 1970 apontariam para uma situação na qual “todos os tetos de taxas de juros devem desaparecer; todas as instituições de captação de depósitos são colocadas num mesmo plano, através da autorização de pagamentos de juros sobre os depósitos a vista e da emissão de cheques sobre as contas de poupança. Os certificados de depósitos negociáveis e indexados às taxas do mercado monetário são generalizados. Os empréstimos hipotecários com taxas variáveis são autorizados, e a especialização dos circuitos de financiamento deve progressivamente desaparecer. Em resumo, todo o edifício construído após a grande depressão é desmantelado” (Aglietta, M; Orleán, A., op.cit., p.369).

²⁸² Gowan, P., op.cit., p.50.

²⁸³ Aglietta, M; Orleán, A., op.cit., p.391.

²⁸⁴ Algo como: “grande demais para quebrar”, no bojo da qual se destaca o salvamento do Continental Illinois, em 1985, a injeção maciça de liquidez quando do *crash* de *Wall Street*, em 1987, ou ainda, a injeção de recursos das caixas de poupança (*Saving & Loans*), entre 1986 e 1995, o salvamento do *Long Term Capital Management*, em 1998, entre muitos outros episódios.

vale para as inovações financeiras, que a partir de então dificilmente seriam coibidas, pelo contrário²⁸⁵.

Segundo Brenner, a recessão que se seguiu à crise de 1974-5 foi debelada por meio da conjugação de “déficits federais keynesianos em larga escala” e de crédito fácil, acompanhada por políticas monetárias expansivas e por fraco controle cambial²⁸⁶. No entanto, tais políticas produziram forte inflação e descontrole do balanço de pagamentos. Mas, novamente, não nos adiantemos.

Com o fim de Bretton Woods, obviamente foram intensificadas as intervenções das autoridades monetárias de diversos países no sentido de estabilizar suas moedas face ao dólar, com medidas de curto prazo no sentido da não-esterilização de suas taxas de câmbio (diminuição da oferta em caso de perda de valor de sua moeda em relação ao dólar, ou aumento diante de um fortalecimento de sua moeda), e medidas de longo prazo no sentido de incrementar sua autonomia no que tange à fixação do nível doméstico de preços e aos padrões de emissão monetária²⁸⁷.

Por terem maior abertura comercial, os países europeus estavam mais vulneráveis a abalos cambiais. Por isso, ainda sob a vigência do sistema de Bretton Woods eles buscaram estabelecer uma regulação conjunta de suas moedas, em âmbito regional. Nesse sentido, esforçaram-se para consolidar a Comunidade Econômica Européia (CEE), que já em 1960 estabeleceu uma união aduaneira; no mesmo sentido, em 1969 o Conselho Europeu reafirmou sua intenção de promover uma total integração econômica e monetária, a qual incluiria a criação de uma moeda comum. No início de 1972, em reação ao Acordo Smithsoniano (de dezembro de 1971), que permitia a flutuação do câmbio europeu em até 9%, os países europeus estabeleceram um acordo conhecido como a Serpente Européia, limitando essa flutuação a 4,5%. Ao mesmo tempo, criaram o Fundo Europeu de Cooperação, bem como as Linhas de Financiamento de Curto-Prazo e de Curtíssimo Prazo, em favor de países que possuíam moedas mais fracas²⁸⁸. Apesar disso, a CEE não logrou eliminar a grande assimetria que havia entre seus membros, e a Serpente fracassou em seus objetivos, sendo desfeita em 1976.

²⁸⁵ Como constata Minsky, é evidente que, ao respaldar o uso de certos instrumentos financeiros, como ocorreu nas crises que se sucederam a partir daí, o Fed não apenas estimulou seu emprego, como também a criação de novos instrumentos, e a realização de operações especulativas cada vez mais amplas, complexas e arriscadas (Minsky, H.P. op.cit, p.94). Trata-se do chamado “risco moral” (“*moral hazard*”), o estímulo ao engajamento irresponsável em atividades econômicas de risco, fiando-se na certeza de que os governos arcarão com os ônus de um eventual – ainda que provável – fiasco.

²⁸⁶ De acordo com Minsky, entre 1969 e 1975 os gastos federais com a compra de bens e serviços subiu 26%, ao passo que as transferências diretas de renda a pessoas, como o seguro-desemprego, cresceram 200%, tornando-se 20% maior do que os gastos com bens e serviços, sendo que entre 1950 e 1969 estes gastos superavam em muito os primeiros. Por exemplo, em meados de 1974 a taxa anual dos gastos com seguro-desemprego estava em torno de US\$ 5,3 bilhões, e subiu para US\$ 19,4 bilhões em meados do ano seguinte (!) (idem, ibidem, p.26).

²⁸⁷ Einchengreen propugna que o empenho das autoridades monetárias em impedir a amplitude das variações cambiais explica o bom funcionamento do sistema de câmbio flutuante quando comparado ao da década de 1980 (Einchengreen, B., *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.194).

²⁸⁸ Idem, ibidem, p.205

Buscando sanar suas deficiências, criou-se em 1979 o Fundo Monetário Europeu e o Sistema Monetário Europeu, que insistiu no estabelecimento de bandas de flutuação de 2,25%, e introduziu a “unidade monetária européia” (European Currency Unit), um instrumento contábil constituído com base numa cesta de moedas europeias, que representou um passo relevante para o surgimento do Euro. Enfrentando sérias dificuldades no início de sua implementação, o SME passou a demonstrar vigor, dando sinais de que a questão cambial européia estava bem encaminhada. No entanto, outras questões, como o desemprego, e o temor da competição norte-americana, passaram a exigir novas respostas. O caminho buscado foi o da intensificação no ritmo e no grau de integração, com resultados desastrosos. Em termos gerais, os governos perderam capacidade de implementar políticas macroeconômicas autônomas, e no lugar mobilizaram políticas microeconômicas, de caráter declaradamente distributivo, que acabaram por gerar maior desemprego e distorções no mercado de trabalho. A ânsia de estabelecer um mercado único e uma moeda única foi mais um estímulo para eliminar os mecanismos de controle de capital, levando a uma maior instabilidade cambial, agravado pela recessão mundial de 1990, que provocou crescimento das taxas de desemprego, queda do dólar (que diminuiu ainda mais a competitividade européia), e elevação das taxas de juros na CEE²⁸⁹. Com tudo isso, o SME desabou, e no bojo dos ataques especulativos contra moedas europeias, no início da década de 1990, as referidas bandas cambiais tiveram que ser alargadas para 15%²⁹⁰.

Ao longo da década de 1970, os Estados Unidos, por seu turno, abriram mão da tarefa de ancorar o nível mundial de preços, e passaram a conduzir suas políticas monetária e fiscal de modo cada vez mais autárquico²⁹¹, porém ainda um tanto passivo. Assim, “enquanto o dólar enfraquecia, entre 1971 e 1980 (implicando um fortalecimento das outras moedas em relação a ele), as ofertas de dinheiro dos outros países aumentavam. Por outro lado, a passividade do dólar significava que ele não compensava isso com a redução de sua própria oferta”²⁹².

Desse modo, alimentou-se a dinâmica inflacionária já bem estabelecida, relacionada à crescente demanda por crédito por parte das empresas, aos vultosos gastos bélicos, ao *boom* do mercado interbancário, à alta do preço do petróleo, aos crescentes gastos governamentais, e assim por diante. Não obstante, Aglietta e Orleán identificam mudanças substantivas na estrutura da

²⁸⁹ Idem, ibidem, p.219-20.

²⁹⁰ Idem, ibidem, p.185.

²⁹¹ Aglietta e Orleán consideram ainda que a década de 1970 foi marcada por um círculo vicioso, cada vez mais perverso, caracterizado por aumento das incertezas e da instabilidade econômica (que redundou em políticas econômicas do tipo “*stop and go*”). Quando a crescente demanda por crédito pelas empresas conduzia a um aumento das taxas de juros considerado excessivo, o Fed lançava mão de políticas restritivas, as quais, por sua vez, produziam a expectativa de recessão. Como reação, o Fed implementava políticas expansivas, que colocavam um teto ou mesmo forçavam a baixa das taxas de juros, redundando na retomada do crédito, e na conseqüente alta das taxas de juros (Aglietta, M; Orleán, A., op.cit., p.389). “Resulta disso uma incerteza muito maior quanto às reações do sistema financeiro a taxas de juros elevadas, que se manifesta na grande oscilação das taxas de juros a curto prazo. Não estando mais os limites à expansão do crédito incorporados nas estruturas financeiras, o empenho especulativo pode ser levado muito mais longe, porque a apreciação dos riscos se torna muito mais vaga” (idem, ibidem, p.369).

²⁹² Hirst, P., Thompson, G., op.cit., p.91.

demanda monetária no início da década de 1970. Por um lado, as expectativas de inflação eram tão fortes, e a sua incorporação tão automática, que as taxas de juros iam às alturas mesmo sem um correspondente aumento da massa monetária. Por outro, ter-se-iam aperfeiçoado os mecanismos de adaptação das empresas ao processo inflacionário, em favor dos lucros e sobretudo dos ganhos financeiros²⁹³. Além disso, num contexto em que as taxas de juros se indexam umas às outras, ainda segundo os autores,

“o comportamento mais racional de um intermediário financeiro, que vê subir perigosamente o custo de seus recursos, é expandir seus empréstimos a taxas cada vez mais elevadas. Ele pode fazê-lo deliberadamente porque sabe que seus concorrentes o acompanharão, pois os clientes se endividam para adquirir ativos reais cuja avaliação de rendimentos excede largamente a alta das taxas que eles pagam. Decorre disso que economia produtiva dá lugar à economia especulativa”²⁹⁴.

Apesar de ter logrado sustentar a demanda nacional e internacional durante parte da década de 1970, as políticas norte-americanas de acúmulo de déficits federais, de flexibilidade monetária e de relativamente frouxo controle cambial não permitiram os ajustes que se poderia esperar de uma crise de sobreacumulação, fazendo, ao contrário, com que se sustentasse e aumentasse a “pletora de capitais”. Por motivos que serão discutidos mais detidamente no capítulo seguinte, os fartos gastos e investimentos estatais não fizeram com que a lucratividade fosse devidamente retomada, ao mesmo tempo em que o nível de preços subia vertiginosamente. Ademais, estabeleceu-se uma forte concorrência entre o Fed e os bancos privados, que possuíam diversos mecanismos para a multiplicação da oferta de dinheiro, restringindo os benefícios advindos do privilégio da emissão. E em meio a tal concorrência, rebaixaram-se os critérios que discriminavam os pagadores confiáveis e não confiáveis.

Somando-se às políticas que visavam estimular a produção industrial e a exportação norte-americanas, mantendo o dólar desvalorizado, ao longo da década se verificaram fortes movimentos de especulação cambial que em geral atuavam no sentido de enfraquecer o dólar (com destaque para os ataques de 1977 e 1978), de desestabilizar a libra inglesa, e de fortalecer o marco e o iene; movimentos estes que tornavam ineficazes os instrumentos tradicionais de ajuste monetário do balanço de pagamentos. E, de fato, entre 1975 e 1979 o dólar perdeu cerca de um quarto de seu valor ante o iene e o marco.

A disparada inflacionária da segunda metade da década de 1970 levou a uma fuga tão violenta do dólar, tanto em âmbito doméstico quanto internacional, que “em 1978-9 parecia que

²⁹³ “... Quando as expectativas da inflação futura são suficientemente fortes para engendrar uma elevação brutal das taxas de juros, uma aceleração da inflação é possível sem o aumento concomitante ou antecedente da massa monetária, quer ele viesse do crédito bancário ou das intervenções do banco central” (Aglietta, M; Orleán, A., op.cit., p.315). “A adaptação das empresas ao processo inflacionário permite a elevação das taxas de lucro. Essa recuperação é mais pronunciada para a rentabilidade financeira graças à expansão do endividamento, que atua ao mesmo tempo sobre o numerador, aumentando os lucros reais em relação aos lucros ajustados e sobre o denominador, pelo clássico efeito de alavanca” (idem, ibidem, p.344).

²⁹⁴ Idem, ibidem, p.392. “A desintermediação nos Estados Unidos foi, portanto, vinculada à guerra internacional das taxas de juros, resultante do desenvolvimento de um mercado monetário internacional em dólares, num contexto mundial de crescimento inflacionário”(idem, ibidem, p.384).

um sistema monetário internacional centrado no dólar estava prestes a ruir”²⁹⁵. Como agravante, evidenciou-se nesse momento o crescente risco de moratória por parte de um conjunto de países periféricos cada vez mais endividados e deficitários, que há pouco haviam servido para dar vazão às divisas que abarrotavam os euro-mercados.

Diante da instabilidade econômica mundial, começou a se estabelecer o consenso de que era necessário criar uma nova ordem monetária, e reestruturar o sistema financeiro internacional, produzindo novos mecanismos de controle. No entanto, as divergências sobre as características dessa nova ordem e sobre a maneira de construí-la eram ainda mais radicais do que à época dos encontros em Bretton Woods. Isso se tornaria evidente na reunião mundial do FMI de 1979, em que todas as delegações presentes concordaram que o dólar deveria ser mantido desvalorizado, menos a norte-americana, comandada por Paul Volcker (então presidente do Fed, sob administração Carter, cargo que manteria sob o governo Reagan), que se retirou do encontro e, voltando aos EUA, promoveu o chamado “choque dos juros”, chamado por alguns autores de “golpe de 1979”²⁹⁶. Novamente de modo unilateral, os Estados Unidos tomaram medidas drásticas, dando uma guinada em sua política econômica que teria conseqüência para o conjunto do sistema monetário e financeiro internacional²⁹⁷.

Empossada em 1981, a administração Reagan elegeu como prioridade absoluta o controle da inflação, visando não apenas minimizar as vicissitudes econômicas agravadas pela escalada inflacionária, mas também favorecer os rendimentos financeiros, dado o crescente poder das finanças, e a concomitante dependência em relação aos fluxos internacionais de capital²⁹⁸. Volcker recebeu carta branca para elevar as taxas de juros o quanto julgasse necessário, promovendo o aperto da base monetária; desse modo, entre 1981 e 1985, a taxa norte-americana de juros reais foi elevada de -0,2% para uma média de 7,5%²⁹⁹, e entre 1980 e 1982 o dólar se valorizou em 29% em termos nominais, e em 28% em termos reais³⁰⁰.

E não foi apenas a política de juros que mudou; ao contrário, a administração Reagan concatenou um conjunto de medidas aparentemente contraditórias, que redundaram em repressão salarial; em eliminação de uma parte do excesso de capacidade produtiva mediante a destruição de

²⁹⁵ Minsky, H.P. op.cit, p.65.

²⁹⁶ Cf. Duménil, G.; Lévy, D. *O Neoliberalismo sob a Hegemonia Norte-Americana*. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.87.

²⁹⁷ Também é digna de nota a guinada da política monetária japonesa ocorrida nesse mesmo momento, quando as autoridades japonesas passaram a deixar o mercado regular o valor do iene, em meio a um período de acentuado crescimento econômico.

²⁹⁸ Aqui também se pode localizar motivos para o engajamento norte-americano na destruição dos controles de capital que imperavam mundo afora, posto que a política de sobrevalorização do dólar tendia a elevar às alturas as taxas de juros internas, e para manter essa alta sob controle era necessário garantir o afluxo de grandes volumes de capital.

²⁹⁹ Brenner, R., op.cit., p.98.

³⁰⁰ Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.195. Cf. Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.325.

capitais de baixa produtividade; em formação de um vasto exército industrial de reserva³⁰¹; em cortes de gastos sociais; em destruição das organizações trabalhistas; em redução de impostos das empresas e das camadas mais abastadas da população; em barateamento do crédito destinado ao consumo durável – estimulando assim o endividamento das “famílias” numa escala sem precedentes³⁰² –; e na ampliação dos gastos no setor armamentista. Além do controle inflacionário, outro importante resultado dessas políticas foi a produção de déficits fiscais sem precedentes, que se somaram aos inauditos déficits comercial e de conta corrente.

A recessão norte-americana que se iniciou em 1979 foi a pior desde a Grande Depressão; considerando o setor de manufaturados, foram atingidos os maiores índices de desemprego; a maior taxa anual de falências; os menores níveis de investimento e de utilização da capacidade produtiva; houve a redução da cota norte-americana das exportações mundiais de 12,2 %, em 1981, para 10,5%, em 1986; um superávit de US\$ 5 bilhões em 1981 em conta-corrente, converteu-se em um déficit de US\$ 119 bilhões em 1985; e entre 1978 e 1985 a taxa de câmbio real subiu 37%³⁰³.

Por outro lado, ao choque dos juros sucedeu a imediata retração do crédito e a diminuição das transações no mercado interbancário, que foi então “invadido” por instituições norte-americanas (em 1980 os bancos norte-americanos detinham aproximadamente 17% dos fluxos brutos de empréstimos bancários internacionais, parcela que chegou a quase 93% ainda no primeiro semestre de 1982). O centro de gravidade do sistema de crédito interbancário e do conjunto do sistema financeiro internacional foi abruptamente deslocado para Wall Street - que em 1981 recebeu o mesmo estatuto de mercado *offshore* de que gozava a *City* londrina, quando Reagan promulgou uma lei permitindo a atuação de agências bancárias internacionais nos Estados Unidos³⁰⁴ -, e ainda no início da década de 1980 os principais bancos internacionais já estavam em Nova Iorque, “financiando obrigatoriamente [...] o déficit fiscal americano”. Logo,

“ao manter uma política monetária dura e forçar uma sobrevalorização do dólar, o FED retomou na prática o controle dos seus próprios bancos e do resto do sistema bancário privado internacional e articulou em seu proveito os interesses do rebanho disperso [...]. As flutuações da

³⁰¹ “Ingredientes” típicos das crises de sobreacumulação de cunho deflacionista. Semelhante processo foi buscado na Inglaterra de Margareth Thatcher, como veremos no capítulo seguinte. “Alan Budd, principal conselheiro econômico de Thatcher, posteriormente admitiu que ‘as políticas de ataque à inflação dos anos 1980, apertando a economia e o gasto públicos, eram um disfarce para atacar os trabalhadores’, e assim criar um ‘exército industrial de reserva’”, que foram “acompanhadas pelas políticas de criminalização e encarceramento dos pobres que jogaram mais de 2 milhões atrás das grades até o ano de 2000” (Harvey, D., *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p.15).

³⁰² Ao falar genericamente em “empresas” e em “famílias” – que no jargão econômico se opõe a empresas e ao setor público -, não fazemos jus à imensa concentração de propriedade e de renda, características da economia norte-americana, e presente em qualquer economia capitalista. Vê-se que uma pequena porcentagem das empresas e das famílias foram responsáveis por quase todo o endividamento que se verificou nas últimas décadas, e que se tornou uma característica central da atual dinâmica de acumulação de capital: “... a queda em sua taxa de poupança [das famílias] foi formidável, e isso desde os primeiros anos do neoliberalismo. Mais precisamente, quais famílias? Um estudo do Fed nos fornece a resposta: o aumento da propensão a consumir limitou-se aos 20% das famílias com rendas mais elevadas” (Duménil, G.; Lévy, D. “O Neoliberalismo sob a Hegemonia Norte-Americana”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.100).

³⁰³ Brenner, R., op.cit., p.80, p.98 e p.102, respectivamente.

³⁰⁴ Gowan, P., op.cit., p.54.

taxa de juros e de câmbio ficaram novamente amarradas ao dólar, e através delas o movimento da liquidez internacional foi posta a serviço da política fiscal americana”³⁰⁵.

Segundo um conjunto de autores, teria sido esse um forte motivo imediato para a guinada monetarista norte-americana, até porque, caso insistisse na manutenção de uma política monetária fortemente permissiva, os Estados Unidos iriam entrar em colisão com os grandes investidores financeiros mundiais³⁰⁶.

Como constata Maria da Conceição Tavares, num seminal artigo publicado em 1985, o crescente déficit norte-americano, até hoje comumente denunciado como uma aberração, desde o início dos anos 1980 se tornou “na prática o único elemento de estabilização temporária do mercado monetário e de crédito internacional”³⁰⁷, servindo para atrair a liquidez internacional para os EUA e como espaço seguro de aferição de fartos rendimentos financeiros para rentistas do mundo todo. Desse modo, em três anos de administração Reagan os Estados Unidos se tornaram devedores líquidos, depois de várias décadas como exportadores líquidos de capitais³⁰⁸. Como veremos, os capitais estrangeiros que migraram para os EUA foram essenciais para o desenvolvimento de políticas keynesianas que tiraram a economia da recessão, não sem antes esta ter sido usada para esmagar as organizações dos trabalhadores e seu poder de reivindicação³⁰⁹. Em todo caso, com as taxas de juros elevadas, o processo de endividamento nos países centrais se aprofundou, assim como a dependência em relação aos mercados financeiros.

A abrupta restrição do crédito redundante do “choque de juros” de Volcker teve outra importante consequência. Devido aos aumentos dos salários reais verificados nos países centrais, e com a posterior alta dos preços do petróleo, os países do Terceiro Mundo aumentaram sua importância como fontes de mão-de-obra barata e de recursos energéticos, e como locais para a reciclagem dos petrodólares³¹⁰ e para a vazão da liquidez excessiva do mercado mundial. No entanto, essa situação aparentemente benéfica logo se reverteu em maldição, já que a elevação das taxas de juros norte-americanas e o decorrente redirecionamento do fluxo de capitais para o

³⁰⁵ Tavares, M.C. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.34.

³⁰⁶ “A política reaganiana marca claramente o início dessa contra ofensiva dos credores, que tinham sofrido com a inflação dos anos 70. A decisão do presidente do *Federal Reserve*, P. Volker, de abandonar em outubro de 1979 a indexação mais ou menos rigorosa das taxas de juros à alta dos preços e de dar prioridade ao controle da progressão da massa monetária, destinada a lutar contra a inflação, marca uma inflexão maior”(Serfati, C. “A Economia Política da Finança Global”. *Revista da Soc. Bras. Economia Política*, Rio de Janeiro, nº 18, p.12).

³⁰⁷ Tavares, M.C. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.35, grifos nossos.

³⁰⁸ Sem esquecer que essa espiral de endividamento, tanto estatal quanto privada, já havia se iniciado há algum tempo: “... a dívida federal do Estado americano era de 322 bilhões de dólares em 1970, 906 bilhões de dólares em 1980, 4.061 bilhões de dólares em 1992” (Chesnais, F. “Introdução Geral”. In: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p.27). “Nos Estados Unidos, o montante acumulado da dívida pública, da dívida das empresas e da dívida das famílias (crédito ao consumidor, leasing, etc.) era 1,9 trilhão de dólares em 1970 e já atingia 4 trilhões em 1978” (idem, *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.251).

³⁰⁹ “Essa recessão e o fim ideológico e prático do Estado de bem-estar social que a acompanhou foi a verdadeira virada no colapso da força dos trabalhadores nos Estados Unidos e em outras regiões centrais” (Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.157).

³¹⁰ Idem, *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.334.

mercado norte-americano na década de 1980 restringiu abruptamente o fluxo de divisas baratas, provocando a deflagração das “crises da dívida” dos países periféricos, que fora agravada pela derrocada dos preços das *commodities*, a qual deteriora os termos de troca dos países primário-exportadores³¹¹, aprofunda o processo de endividamento, e desencadeia grandes fugas de capital³¹², crises cambiais, recessões etc. Ademais, via de regra, os países em crise são obrigados a desvalorizar suas moedas e a canalizar as divisas decorrentes dos superávits comerciais assim conseguidos para o pagamento de juros das dívidas, necessário aos bancos norte-americanos (os quais também foram bastante afetados por essas crises, mas receberam farto suporte da administração Reagan, tão comprometida estava ela com a proteção de seu sistema financeiro).

É fato que os efeitos do “choque de juros” não foram homogêneos, já que a guinada da economia norte-americana fez com esta aumentasse a importação de bens de consumo; com isso, as economias com produção competitiva, sobretudo alguns países da Ásia oriental, puderam se beneficiar com isso, já que a conseqüente melhora em suas balanças de pagamentos poupou-as de competir com os EUA no mercado financeiro, e por vezes até lhes permitiu tornar-se credoras; já as economias não-competitivas, sobretudo da América Latina e da África subsaariana, afundaram.

Em função da espiral de endividamento, acentuou-se a submissão de uma parte importante dos países periféricos, cujo “salvamento” era condicionado pela adoção de todo um conjunto de políticas de “austeridade”, baseadas em cortes de gastos governamentais (sobretudo “sociais” e de cunho “desenvolvimentista”), de políticas de privatização, de destruição às barreiras comerciais e financeiras, de controle inflacionário e de juros elevados, favorecendo os investimentos financeiros. Noutras palavras, esses países foram forçados a permitir a abertura de seus mercados, a vender seu patrimônio a preço de banana, a ver escoar grandes montantes de divisas para a rolagem das crescentes dívidas³¹³, e a atender a todo o tipo de imposição por parte dos países centrais e das instituições internacionais, como o FMI e o BIRD³¹⁴.

³¹¹ Entre 1980 e 1983 a entrada líquida de créditos privados nos países periféricos caiu de US\$ 26 bilhões para US\$ 1,6 bilhões, e em pouco tempo o fluxo se inverteu, convertendo-se numa transferência líquida de US\$ 25 bilhões aos credores dos países centrais (Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.256). Nessa medida, diz Chesnais que “os euromercados internacionalizaram a economia de endividamento, verdadeiro câncer da economia mundial. Sua formação é o primeiro passo, sem dúvida o mais decisivo, de um processo que colocou, primeiro os países do Terceiro Mundo, e hoje o sistema mundial como tal, à mercê do capital rentista” (idem, ibidem, p.251).

³¹² “... durante as crises da dívida do início da década de 1980 na América Latina, ocorreram os seguintes grandes fluxos de saída de recursos: da Argentina, US\$ 15,3 bi; do México, US\$ 32,7 bi; da Venezuela, US\$ 10,8 bi” (Gowan, P., op.cit., p.66).

³¹³ Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.157. “Como que num passe de mágica a roda havia girado. A partir de então, já não seriam os banqueiros do Primeiro Mundo que implorariam aos países do Terceiro Mundo que tomassem emprestado seu capital hiperabundante; os países do Terceiro Mundo e que implorariam aos governos e banqueiros do Primeiro que lhes concedessem o crédito necessário para se manterem à tona num mercado mundial cada vez mais integrado, competitivo e encolhido. Para piorar as coisas para o Sul, e melhorá-las para o Oeste, os países do Segundo Mundo logo vieram juntar-se aos dos Terceiro Mundo, numa competição selvagem pela capital circulante” (idem, *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.335).

³¹⁴ “Os efeitos devastadores das políticas monetárias restritivas norte-americanas, das altas taxas de juros e da desregulamentação logo colocaram os países do Terceiro Mundo de joelhos” (idem, ibidem, p.334). Evidentemente, o país que mais se beneficiou disso foram os Estados Unidos, mas não foi o único; “assim, enquanto acabava a partida para os Terceiro e o Segundo Mundos, a burguesia do Ocidente passou a desfrutar de uma *belle époque* que fez lembrar, sob muitos aspectos, o ‘momento maravilhoso’ da burguesia européia de oitenta anos antes” (idem, ibidem, p.335).

Da mesma forma, dada a renovada proeminência norte-americana na determinação dos rumos da economia mundial, os países centrais também se viram obrigados a mimetizar uma série de políticas emanadas dos Estados Unidos. Como já constatava à época Tavares, o conjunto dos países capitalistas centrais, independente das orientações “ideológicas” de seus governos, havia aderido à ortodoxia econômica norte-americana, reproduzindo várias de suas políticas fiscal, monetária, cambial, etc. Novamente nas palavras da autora,

“o ‘equilíbrio macroeconômico’ da economia mundial, dada a ‘dolarização’ generalizada do sistema de crédito, obriga a maioria dos países a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e a obter superávits comerciais crescentes para compensar a situação deficitária global da potência hegemônica. Estas políticas, por sua vez, esterilizam o potencial de crescimento endógeno das economias nacionais e convertem os déficits públicos em déficits financeiros estruturais, inúteis para uma política de reativação econômica, de corte keynesiano”³¹⁵.

Trata-se, portanto, da hegemonia daquilo que viria a ser designado por neoliberalismo, como discutiremos mais detidamente no próximo capítulo.

Mas se se pode falar, com sérias ressalvas, de uma “nova” ortodoxia econômica, em substituição à ortodoxia “keynesiana”³¹⁶, internamente, como vimos, os Estados Unidos praticaram à época um conjunto de políticas bastante heterodoxo, concatenando políticas de déficit fiscal, de endividamento externo e de crescimento com base em crédito de curto prazo. Similar, portanto, ao “modelo” de crescimento econômico empregado pelo Japão na década de 1950, e em países latino-americanos como o México e o Brasil, na década de 1970 e início dos anos 1980; a principal diferença é que a condição do dólar como moeda mundial e a manutenção de sua sobrevalorização neutralizou os efeitos inflacionários que seriam inerentes a tal “modelo”.

Em todo caso, a vigorosa atração de capitais pressionou ainda mais a valorização do dólar, o que contribuiu para o declínio da indústria norte-americana. Diante da valorização do dólar em 20%, em 1985, interpretada como uma bolha especulativa, as autoridades norte-americanas intervieram no mercado de câmbio, e nesse mesmo ano o G-5 se reuniu secretamente no Plaza Hotel, firmando o que ficou conhecido como “Acordo do Plaza”, por meio do qual se comprometiam a promover de modo controlado uma nova onda de desvalorização do dólar. Além disso, o acordo tinha caráter acentuadamente protecionista, envolvendo leis que blindavam certos setores da economia norte-americana, seja por impedir a importação de certos produtos, seja por facilitar a exportação de outros.³¹⁷

³¹⁵ Tavares, M.C. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.36.

³¹⁶ Evidentemente se fazem necessárias as aspas, já que olhando de perto não é fácil encontrar os pontos de convergência entre o referido “keynesianismo” – rebento da síntese neoclássica de Hicks, Samuelson, e tantos outros - e as teses de Keynes, assim como é difícil destacar que partes da tal “nova” ortodoxia, enquanto doutrina econômica, não são mero requestrar de velhas noções marginalistas e de outras peças da economia vulgar.

³¹⁷ Nas palavras de Brenner, “o Acordo do Plaza, e o que veio em sua esteira, provou-se o ponto básico da reviravolta do setor manufatureiro dos Estados Unidos e um momento crítico para a economia mundial como um todo” (Brenner, R. op cit., p.109).

Logo após o fechamento do acordo, o dólar verificou forte desvalorização, que já no segundo semestre de 1986 seria considerado excessiva pelos europeus e japoneses. Em reação, em 1987 foi firmado pelos países do G-7 um novo compromisso, o “Acordo do Louvre”, e no final desse mesmo ano o Fed aumentou as taxas de juros, o que teve pouco efeito, já que os governos japonês e alemão fizeram o mesmo³¹⁸. Foi somente com a intervenção direta e contundente do Fed, o qual baixou ainda mais suas taxas de juros e estimulou os japoneses a investirem nos EUA, que a ameaça foi temporariamente debelada. Além do inchaço na bolha financeira, tais medidas acarretaram em enormes prejuízos aos japoneses, já que, depois da disparada do dólar em meados de 1988 e em meados de 1989, a moeda norte-americana logo retomou sua trajetória descendente³¹⁹.

Além da dinâmica econômica geral, própria ao período, que temos buscado expor, a tendência baixista do dólar também se explica pelo fato de a supervalorização do dólar afrontar diretamente os exportadores, setor de grande peso político e econômico, ao passo que o dólar subvalorizado, em função das pressões inflacionárias e do alto custo de produtos importados, dissipa seus ônus ao conjunto de consumidores, que mesmo insatisfeitos teriam parca capacidade de articulação e de reação³²⁰.

A administração Reagan legou a Bush enormes déficits no balanço de pagamentos, e grandes dificuldades para investir no mundo soviético, no estratégico momento de seu colapso. Não obstante, isso foi contornado pelo uso da máquina emissora, e pela capacidade norte-americana de mobilizar o FMI e de convencer seus aliados a aceitar a sua liderança no processo de “transição” do Leste. Com isso, foi aberto espaço para que “os operadores financeiros dos Estados Unidos se vinculassem às *ex-nomenklaturas* da região em orgias de empreendimentos especulativos, corruptos e extremamente lucrativos”³²¹.

Segundo Brenner, no que tange ao crescimento econômico, a primeira metade da década de 1990 compreendeu o pior quinquênio para as maiores economias do mundo, desde o fim da Segunda Guerra³²². Praticamente só prosperaram as economias do Leste Asiático, em particular os

³¹⁸ Idem, *ibidem*, p.134.

³¹⁹ “O dólar voltou a cair na segunda metade de 1989 e os Estados Unidos simplesmente assumiram uma política de vistas grossas em relação ao câmbio, introduzida pela administração Carter” (Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.201). “Entre 1985 e 1990, e depois entre 1990 e 1995, as cotações do iene e do marco valorizaram-se em relação ao dólar a extraordinárias taxas médias anuais de 10,5% e 12,7%, respectivamente, e depois de 9,1% e 2,5%, respectivamente” (Brenner, R. *op cit.*, p.110). A variação nas taxas médias de crescimento das exportações norte-americanas expressa as enormes vicissitudes da economia e das políticas econômicas no período em questão: entre 1971 e 1978, período de forte desvalorização cambial, a referida taxa foi de 8,7%; entre 1979 e 1986, despencou para -0,7%, entre 1986 e 1997, disparou para 9,3% (idem, *ibidem*, p.111-3).

³²⁰ “Uma moeda supervalorizada, como o dólar em meados da década de 1980, impõe um ônus elevado a grupos de interesse concentrados (produtores de bens exportáveis que encontram dificuldades para competir internacionalmente) que manifestavam vigorosamente suas objeções. Em contraste, uma moeda subvalorizada, como o dólar em meados da década de 1990, impõe custos apenas modestos sobre um largo contingente de interesses difusos (consumidores submetidos a inflação e preços mais elevados de produtos importados) que tem pouco motivação para articular-se em oposição” (Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.202).

³²¹ Gowan, P., *op.cit.*, p.78. Esse processo será mais detidamente considerado no capítulo seguinte.

³²² Brenner, R., *op.cit.*, p.92.

chamados “Tigres Asiáticos”, que, considerando-se o mercado mundial como um todo, multiplicaram por quatro seu percentual de participação na exportação de bens entre 1965 e 1990³²³.

Nessa conjuntura adversa, no início dos anos de 1990, as empresas não-financeiras mudaram seu comportamento, e entre 1990 e 1993, sua taxa média de endividamento foi de menos de 1%, e elas se tornaram vendedoras líquidas de ações. A recessão rondava, e em reação, uma vez mais a política econômica norte-americana deu um giro, e a administração Clinton colocou em primeiro plano a redução de seus déficits. Trazendo novamente à tona a defesa da austeridade, e buscando equilibrar seu orçamento, decidiu-se que, ao invés dos déficits governamentais, a economia deveria ser impulsionada pelo endividamento familiar e das grandes corporações, viabilizado pelo crescimento de sua riqueza mobiliária, por seu turno favorecido pela abundância e barateza do crédito, ele sim, garantido pelo Estado.

Beneficiando-se principalmente da queda dos juros reais, das sucessivas reduções de impostos, do baixo nível de crescimento salarial, do protecionismo, e no caso dos setores exportadores, da desvalorização do dólar, a lucratividade das empresas não-financeiras se elevou consideravelmente, e os investimentos foram retomados, atingindo uma taxa média de 9,5% entre 1993 e 1997, e conduzindo a uma expansão da economia como um todo³²⁴.

Nesse íterim, com a crise mexicana de 1994, houve uma nova corrida ao dólar, acentuando sua trajetória descendente, o que, somado à alta vertiginosa do iene e à ameaça de um colapso japonês, conduziu ao estabelecimento, em 1995, de mais um acordo, agora entre Estados Unidos, Japão e Alemanha. Tal acordo, que ficou conhecido como “Acordo de Plaza invertido”, consistia no compromisso de compra maciça de dólares pelos três países, e pela redução das taxas de juros japonesas. E, de fato, nos dois anos que seguiram ao acordo o dólar se valorizou a uma taxa média de 6%³²⁵.

Ora, se há décadas a economia norte-americana era (fracamente) puxada por políticas keynesianas, tendo o setor exportador uma importância estratégica, com a retomada da trajetória ascendente do dólar, num contexto em que se definiu como prioridade o equilíbrio orçamentário governamental, seria necessário intensificar a promoção de sucessivas altas nos valores dos ativos financeiros³²⁶, em meio à espiral de endividamento. Segundo Brenner, esse caminho já teria sido trilhado uma década antes, pelo Japão:

³²³ Idem, ibidem, p.81-2.

³²⁴ Idem, ibidem, p.125. Ademais, nesse período as exportações do setor de manufaturados cresceram a uma taxa média de 11,2%.

³²⁵ Idem, ibidem, p.189. Novamente, a atuação do governo japonês aqui foi fundamental, por meio da compra de dólares e de títulos do governo norte-americano, da criação de incentivos para que as seguradoras japonesas fizessem o mesmo, e da permissão para que os investidores tomassem empréstimos em iene a uma taxa de desconto de 0,5%, trocassem iene por dólares e investissem alhures, principalmente em Wall Street, mas também em praças financeiras de países periféricos, como o Brasil, em função de suas taxas de juros reais astronômicas (o chamado *carry trade*).

³²⁶ “Foi a era de Bill Clinton, de Robert Rubin e de Alan Greenspan, muito mais do que a de Ronald Reagan e de Donald Reagan, que testemunhou a verdadeira ascensão do setor financeiro” (Gowan, P., op.cit., p.139).

“em 1985-1986, na sequência do Acordo do Plaza, o Japão enfrentou uma situação similar àquela dos Estados Unidos em 1995-1996. Um rápido aumento do *yen* que pôs um repentino fim à expansão japonesa centrada na manufatura direcionada à exportação, [característico] da última meia década, estava exercendo uma dura pressão baixista sobre os preços e lucros, e levando a economia à recessão. Para conter o incipiente descenso cíclico, o Banco do Japão reduziu radicalmente as taxas de juros, e com isso foi que os bancos e corretores canalizaram o resultante fluxo de crédito fácil para a bolsa e o mercado imobiliário”³²⁷.

Lembremos que, em meio à turbulência da economia mundial, na segunda metade da década de 1970 prevaleceu a tendência altista do câmbio japonês, e frente à valorização do iene, o Japão ficou em situação bastante delicada, apresentando no final da década um crescimento pífio. Com a expansão dos gastos norte-americanos e a valorização do dólar, no início da década de 1980, as exportações japonesas tornaram a aumentar, e o Japão passou à condição de grande credor dos EUA. Num círculo vicioso, os superávits em sua balança comercial e em seu balanço de pagamentos tiveram como consequência uma nova valorização da moeda japonesa, pondo em cheque as empresas exportadoras. Em resposta, o governo japonês adotou uma política monetária acentuadamente permissiva, baixou as taxas de juros, e concedeu grandes empréstimos a imobiliárias e corretores promovendo o inchaço do valor das terras e das ações. Dessa maneira a especulação se disseminou, e se produziu uma enorme bolha financeira. O fôlego que a economia japonesa conseguiu com tais medidas se mostrou curto; a moeda continuou a se valorizar, o risco de colapso financeiro era grande, e em 1989 o governo japonês elevou a taxa de juros real visando conter a especulação, num momento em que os bancos acumulavam ativos podres, as empresas apresentavam grande capacidade ociosa, e as “famílias” relutavam em consumir. Segundo Brenner, os mecanismos de proteção estatal das grandes empresas financeiras e não-financeiras, que em certos momentos foram determinantes para o fortalecimento econômico do Japão, agora impossibilitavam os ajustes que se faziam necessários – e que deveriam envolver falências, demissões, reestruturações produtivas, e assim por diante. Entre o final de 1990 e o início de 1991 houve novo estouro da bolha financeira, e nem por isso o iene deixou de se valorizar. Ao contrário, de 1990 a 1995 a taxa cambial se elevou em média a um ritmo de 9,5%³²⁸.

Diante disso, uma estratégia que se havia adotado em meados da década anterior foi bastante intensificada; tratava-se do deslocamento de alguns setores da produção japonesa para países do Leste Asiático, sobretudo de setores que não desenvolviam tecnologia de ponta. Com isso, buscava-se aproveitar os mais baixos custos de produção (sobretudo o da mão-de-obra), que em grande medida redundavam da valorização do iene, já que as moedas desses países se encontravam, via de regra, atreladas ao dólar. De fato foram feitos aí enormes investimentos, mas os efeitos ensejados nem sempre foram os esperados; já em 1995, quando o iene atingia seu maior nível sob influência da crise mexicana - que ocasionou nova corrida ao dólar -, os ganhos com a

³²⁷ Brenner, R., op.cit., p.22.

³²⁸ Idem, ibidem, p.168.

exportação de capitais e de componentes necessários à consolidação das subsidiárias japonesas foram superados pelas perdas advindas do processo de substituição, por produtos estrangeiros, daqueles que outrora eram produzidos no interior do Japão³²⁹.

Sob efeito do Acordo do Plaza invertido, as exportações japonesas ganharam novo fôlego, e o país saiu da recessão; no entanto, o vigor da economia japonesa foi superestimado pelo governo desse país, que implementou uma política de forte contenção de gastos com vistas a equilibrar seu orçamento. Com isso, o ímpeto expansivo da economia foi solapado e, um tanto tardiamente, o governo japonês se viu forçado a reduzir as taxas de juros. Novamente, os efeitos alcançados divergiram daqueles esperados: não foi o investimento interno que se estimulou com o corte dos juros, mas sim a evasão de divisas por meio da compra de bônus do Tesouro norte-americano e de outros investimentos no mercado financeiro desse país. Por outro lado, as baixas taxas de juros contribuíam para a desvalorização do iene, a qual foi determinante para precipitar a crise nos países do Leste Asiático, que resultaria numa drástica queda nas exportações japonesas para esses mercados³³⁰.

Logo, se os “Tigres Asiáticos” se beneficiaram com as sucessivas altas do iene, dado o referido atrelamento de suas moedas ao dólar, durante a desvalorização que sucedeu o Acordo do Plaza Invertido, o crescimento das exportações deu lugar ao inchaço de bolhas em importantes setores da economia, como o da construção, o imobiliário e o financeiro³³¹. Isso só veio a se agravar pelas desvalorizações do peso mexicano e do yuan chinês, tornando os produtos daqueles países relativamente menos competitivos no mercado mundial. Ademais, com exceção de Taiwan, de Cingapura e da China, já no final da década de 1980 os países do Leste Asiático tinham desregulamentado seus mercados financeiros, que durante a primeira metade da década de 1990 receberam 75% dos fluxos mundiais de capital de carteira³³². Isso exerceu papel determinante na crise econômica que logo viria a se deflagrar, posto que, com a perda de competitividade e a queda das exportações dos “Tigres” em meados da década de 1990 – fruto da intensificação da concorrência chinesa, da desaceleração européia, da correção dos estoques da indústria de bens de consumo eletrônicos, bem como do aumento das taxas de juros de longo prazo no Japão, em 1997, e da conseqüente alta do dólar em relação ao iene -, e com a crescente dificuldade de se pagar os volumosos empréstimos contraídos pelas empresas não-financeiras, num contexto em que a bolha financeira se agigantava, a crise se manifestou primeiramente como uma monumental fuga de capitais³³³, e logo se converteu numa crise econômica e social de largo alcance.

³²⁹ Idem, ibidem, p.173.

³³⁰ Idem, ibidem, p.230.

³³¹ Idem, ibidem, p.216.

³³² Idem, ibidem, p.219.

³³³ Idem, ibidem, p.225.

Se, com Brenner, considerarmos também o desempenho da economia alemã, cabe destacar que até meados da década de 1980 persistiram as políticas restritivas, numa aposta de se deixar os mecanismos de mercado induzirem à racionalização da produção e à redução de custos. Não obstante, apesar do acentuado desemprego e do baixo crescimento que verificou no período, a economia alemã logrou aproveitar o aumento da demanda, advindo das políticas deficitárias norte-americanas. Entretanto, não se criou uma dinâmica robusta de crescimento; e na segunda metade da década de 1980 o marco alemão novamente sofreu grandes valorizações, em função do que os custos de produção se elevaram fortemente. A maior permissividade das políticas fiscal e monetária a partir de 1987, e em particular os enormes gastos públicos redundantes das políticas que visaram injetar recursos na antiga Alemanha Oriental, quando da unificação, deram certa sobrevida à economia alemã. No entanto, temendo a inflação ascendente, em 1991 o governo alemão novamente adotou políticas restritivas, cortando gastos e elevando os impostos e os juros. Num momento em que os custos de sua produção estavam relativamente altos, e que os Estados Unidos estavam tentando conter sua demanda de importação, as exportações alemãs não conseguiram manter o crescimento econômico, e assim o país amargou uma recessão, que durou até 1995³³⁴.

Foi a recuperação norte-americana em meados da década de 1990, ainda segundo Brenner, que garantiu a retomada do crescimento na Alemanha, no Japão e nas economias do Leste Asiático. Isso porque a explosão da demanda estadunidense e a valorização do dólar garantiram o mercado e a competitividade para os produtores estrangeiros³³⁵. Entre 1995 e 2000 a taxa cambial média do dólar subiu anualmente cerca de 4%, e as importações aumentaram em média 11,5 %, entre 1993 e 1997, e em 13,6% entre 1998 e meados de 2000³³⁶; ademais, entre 1997 e 2000 o déficit comercial estadunidense se multiplicou por duas vezes e meia. Já que a demanda norte-americana por importações consistia, em sua maior parte, em bens de investimento, ela beneficiou, em primeiro lugar, os países do Leste Asiático, que lograram superar relativamente rápido a recessão pós-crise de 1997; em segundo lugar, o Japão, e isso direta e indiretamente, dada a dependência que os países do Leste Asiático continuavam a manter em relação à economia japonesa. Por fim, em menor escala, os países da Europa Ocidental também aproveitaram, e apresentaram taxas de crescimento econômico que há tempos não se verificava.

Voltando aos Estados Unidos, apesar do relativamente bom momento de sua economia em meados da década de 1990, com a sucessão de crises financeiras pelo mercado mundial, a taxa de

³³⁴ Idem, *ibidem*, p.180. Entre 1991 e 1995 a taxa média de crescimento do PIB alemão foi de 0,9%.

³³⁵ Entre 1990 e 1997, a região do Leste e Sudeste Asiático “foi responsável por cerca de dois terços dos novos investimentos globais e cerca de metade do crescimento total do PIB mundial” (Gowan, P., *op.cit.*, p.89).

³³⁶ Brenner, R., *op.cit.*, p.270. À guisa de comparação, entre 1985 e 1995 as importações de bens cresceram a uma média anual de 5,7%.

crescimento das exportações despencou de 14% em 1997 para 2% em 1998³³⁷, e os investimentos financeiros foram direcionados para papéis de menor risco, o que afetou sobretudo os fundos de *hedge*, e particularmente as *Highly Leveraged Financial Institutions*, que perderam bilhões de dólares.

Com vistas a preservar o mercado financeiro, o Fed realizou ainda três reduções sucessivas nas taxas de juros, e o governo norte-americano mobilizou uma série de instituições para inundar a economia com crédito barato³³⁸. Reiterava-se a avaliação de que a economia norte-americana deveria se sustentar por meio de um crescente endividamento privado. E assim o foi: no caso das “famílias”, “entre 1950 e 1992, o índice de poupança pessoal jamais ultrapassara 10,9% e nunca caíra abaixo de 7,5% exceto em três anos isolados. Mas entre 1992 e 2000 despencou de 8,7% para -0,12%”³³⁹. Além disso, entre 1994 e o início de 2000 os investimentos das “famílias” em ações cresceu de US\$ 4 trilhões para US\$ 12,2 trilhões; e, no início de 2000, a dívida por saldar das pessoas físicas, em proporção à renda pessoal, era de 97%, enquanto na segunda metade dos anos 1980 era em média de 80%. Concomitantemente, os gastos com consumo pessoal cresceram a uma média de 2,9% entre 1985 e 1995, e de 4,3% entre 1995 e meados de 2000³⁴⁰.

Já no caso das empresas não-financeiras, em comparação com o ano de 1994, em 2000 a tomada de empréstimos havia quadruplicado, e nesse mesmo interregno o dinheiro levantado pela venda de ações por parte das empresas não-financeiras mais do que triplicou. Por sua vez, no que tange às empresas financeiras, o nível de endividamento também bateu recordes, chegando a 12% do PIB³⁴¹.

Junto ao endividamento, as empresas intensificaram seus investimentos, e apresentaram um crescimento expressivo: a produção no setor dos manufaturados cresceu a uma taxa média anual de 4,35% entre 1993 e 1997, e ainda mais alta em 1998 e 1999, de 5%, período em que os investimentos no setor atingiram 11%. No setor dos não-manufaturados a taxa média anual de investimento atingiu 14%, entre 1997 e a primeira metade de 2000³⁴².

Ainda mais expressivo foi o afluxo de investimento externo direto e em carteira que invadiu os mercados financeiros norte-americanos: “na primeira metade de 2000, os ativos brutos

³³⁷ Idem, *ibidem*, p.232.

³³⁸ Idem, *ibidem*, p.237. A emissão correu solta nessa época: enquanto entre 1989 e 1994 o crescimento anual do suprimento de moeda foi em média de 1,3%, enquanto que entre 1994 e meados de 2000 foi de 8,6% (idem, *ibidem*, p.204).

³³⁹ Idem, *ibidem*, p.255.

³⁴⁰ Idem, *ibidem*, p.264.

³⁴¹ Idem, *ibidem*, p.257, p.260 e p.261, respectivamente.

³⁴² Idem, *ibidem*, p.269. Extrapolando um pouco os limites temporais da presente análise, Cagnin lembra que “a participação dos ativos financeiros saiu de 25,8% dos ativos totais das empresas americanas, em 1970, para 49,3%, em 2005, enquanto o peso dos bônus nos instrumentos de dívida saiu de 46%, em 1970, para 57%, em 2005, e os empréstimos bancários caem de 29% para 12% no mesmo período” (Cagnin, R.F. O ciclo dos imóveis e o crescimento econômico nos Estados Unidos 2002-2008. In: *Estudos Avançados*, 23 (66), 2009, p.148).

americanos na posse do resto do mundo alcançaram US\$ 6,7 trilhões, ou 78% do PIB dos Estados Unidos, comparados ao total de apenas US\$ 3,4 trilhões, ou 46% do PIB, em 1995”³⁴³.

Nesse quadro de dinamismo econômico nada desprezível, quando comparado às duas décadas anteriores, muitos observadores se maravilharam. Mas justamente ao longo desse período se gestou uma enorme bolha financeira, tendo como principal base os setores da economia que à época eram louvados em verso e prosa como os motores que abririam à economia norte-americana um futuro brilhante, como o de telecomunicações, o de informática, e outros ramos de alta tecnologia.

2. A evolução dos principais mercados financeiros

Sabe-se que, em função da instabilidade monetária resultante da flutuação cambial após o fim do sistema de Bretton Woods, o mercado de câmbio se tornou um espaço privilegiado de atuação das finanças. Em sua esteira, floresceram vários outros mercados; um deles foi o mercado de dívida pública, o qual serviu de esteio para o amplo processo de securitização que se generalizou nas últimas décadas³⁴⁴, encontrando seu lastro nos títulos da dívida pública norte-americana. Sobretudo na década de 1990, tais títulos passaram a desempenhar o papel de “portos seguros” em momentos de turbulência, apesar do investimento em tais mercados ter caído em comparação com a década anterior, quando os fundos de previdência privada e os de investimento investiram pelo menos um terço de suas carteiras em títulos da dívida pública.

Além da securitização da dívida pública, necessária para sanar os seus déficits orçamentários, a atuação dos Estados foi determinante para o fortalecimento dos mercados financeiros por meio das ondas de privatização; pelos quatro cantos do planeta, sobretudo em países altamente endividados, mas não só neles, foram sucateadas e vendidas a preço vis as empresas estatais, o que redundou em grande transferência de divisas para a “iniciativa privada”, que por vezes foram canalizadas para os mercados financeiros³⁴⁵.

³⁴³ Idem, *ibidem*, p.275.

³⁴⁴ Trata-se da emissão de títulos negociáveis da dívida, seja por parte de governos e de empresas, financeiras ou não. “A securitização é, em sentido amplo, o processo pelo qual empresas produtivas, bancos, demais empresas financeiras, e governos emitem títulos de dívida, com inúmeras finalidades, envolvendo e interligando, desta forma, os chamados mercados creditício, de capitais, de derivativos (*swaps*, opções, e futuro). Ela é uma modalidade financeira que torna os títulos negociáveis, flexibiliza prazos e taxas de rendimento, adaptável a múltiplos agentes, funcional à administração de riscos, substituta dos empréstimos bancários e, ao mesmo tempo, propícia aos bancos na captação de fundos. Como tal, é a peça-chave do padrão de riqueza em questão” (Braga, J.C.S. “Financeirização global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.198). Segundo Guttman, a securitização é “a nova embalagem dos empréstimos em valores mobiliários lastreados pelos fluxos da renda gerada por aqueles contingentes de empréstimos, que decolaram nos anos 1990, quando os títulos lastreados em empréstimos começaram a atrair um número cada vez maior de investidores de todo o planeta” (Guttman, R. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. *Novos Estudos CEBRAP*, 82, novembro de 2008, p.20).

³⁴⁵ “É ela [a dívida pública], no decorrer desses últimos dez anos, que abriu a via para as privatizações” (Chesnais, F. “Mundialização: o capital financeiro no comando”, *Revista Outubro*, n.5, 2000, p.17). Cf. idem, *Tobin or Not Tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. São Paulo: Editora Unesp; ATTAC, 1999, p.36).

À medida que se eliminavam os restolhos de Bretton Woods, as modalidades de empréstimos então empregadas para a reciclagem dos petrodólares se afiguravam cada vez mais rígidas e limitadoras, já que imobilizavam os fundos dos financistas por longos períodos. Em seu lugar, intensificaram-se as operações com títulos negociáveis nos mercados de valores mobiliários³⁴⁶, e se acirrou a corrida por inovações financeiras. À guisa de exemplo, no início dos anos 1970 foram criados os fundos mútuos³⁴⁷, intensificando a concorrência por captação de dinheiro; em reação, os bancos comerciais criaram as *Now-Negotiable Order of Withdrawal-Accounts*, as *Automatic Transfer Service-Accounts*, as *Accounts Accessible Throug Remote Service Unit*, entre outras; o banco de investimento Merrill Lynch lançou as *Cash Management Accounts*; o Citybank, as *Super Now-Accounts*, os bancos de depósito criaram os *Money Market Deposit Accounts*; em suma, toda uma série de inovações buscando abranger diferentes tipos de clientes, oferecendo distintas taxas de retorno, graus de liquidez, e assim por diante.

Em 1982, foram criados mercados a termo em Nova Iorque, Chicago e Londres. No Japão e na França, tais mercados foram criados em 1985, e em 1986, respectivamente. Desse modo, ao longo dessa década, junto ao mercado de divisas e o mercado de título, desenvolveram-se os chamados mercados secundários, ou mercados de derivativos³⁴⁸. Dada a sua generalização e a importância que adquiriram, inicialmente como instrumentos de securitização dos passivos no mercado de títulos imobiliários, e depois no mercado cambial e noutros mercados, cabe gastar algumas linhas para explicar sua origem e algumas de suas características.

Os derivativos, como o nome indica, são instrumentos financeiros cujo preço, em alguma medida, dimana do preço de outra mercadoria ou instrumento financeiro³⁴⁹. “Em alguma medida”, posto que o caráter especulativo das operações realizadas nos mercados secundários³⁵⁰ garante aos derivativos uma considerável autonomia em face do instrumento financeiro que lhe serve de base.

³⁴⁶ Gowan, P., *op.cit.*, p.76.

³⁴⁷ Administradores de carteiras, que reúnem recursos de grande número de investidores, e os investem de modo bastante diversificado, em ações, câmbio, ouro, títulos do governo, e nos mercados de derivativos.

³⁴⁸ “É um truismo afirmar que estes mercados são intrinsecamente especulativos, uma vez que as posições ‘compradas’ e ‘vendidas’ são sempre tomadas em relação às expectativas de variação dos preços dos ativos cujos estoques já existentes determinam as condições de formação dos preços dos fluxos de novas emissões” (Belluzzo, L.G. “O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados ‘globalizados’”, *op.cit.*, p.13).

³⁴⁹ Há quem localize o surgimento do primeiro mercado de derivativo no Japão do século XVII, quando se generalizou entre os proprietários rurais a prática de estocar sua produção de arroz em Tóquio e Osaka, e de vender aos comerciantes o direito de se dispor de certa quantidade dessa produção dentro de um prazo estipulado contratualmente, para garantir um fluxo mais regular de divisas e, com isso, proteger-se das vicissitudes da produção agrícola. Tamanha foi a sua importância, esse mercado a termo foi reconhecido e regulamentado pelo governo imperial, em 1730. Não obstante, costuma-se remeter a gênese dos derivativos ao famoso caso das tulipas holandesas, também no século XVII. Ante a crescente cobiça pelas tais tulipas - artigos de alto luxo que em momentos de auge especulativo chegaram a valer tanto quanto carruagens -, os comerciantes passaram a vendê-las a futuro, à nobreza holandesa. No entanto, as grandes variações verificadas entre os preços presentes e futuros levaram ao estabelecimento de contratos com os produtores: em troca de certo prêmio pago a estes últimos, os comerciantes adquiriam a possibilidade de comprar as tulipas na data e ao preço determinado contratualmente. Caso o preço vigente nessa ocasião superasse esse máximo estipulado, os comerciantes faziam valer o direito adquirido; do contrário, esqueciam o “contrato de opção” que firmaram.

³⁵⁰ E mesmos terciários, ou quaternários, poder-se-ia dizer, já que existem instrumentos financeiros que são eles mesmos assentados por sobre derivativos, e não por sobre ativos transacionados nos mercados primários.

Tais instrumentos financeiros podem ser negociados nas bolsas de valores, ou no chamado mercado de balcão (o *Over the Counter*, OCT). Os termos dos contratos realizados nos chamados mercados de balcão são definidos diretamente pelas partes contratantes, e por sua variabilidade e pela falta de garantias externas, tendem, ao menos em tese, a ter menor liquidez, quando comparados aos firmados em bolsas de valores, as quais contam com mecanismos de padronização e câmaras de compensação, que mediam as transações (inclusive suas liquidações), e minimizam os riscos de inadimplência. Dessa maneira, poder-se-ia considerar os contratos em bolsa muito mais seguros e atraentes; entretanto, as transações no mercado de balcão superaram em muito as operações em bolsa (em 2009 as primeiras somaram quase US\$ 614,7 trilhões, enquanto que as últimas chegaram perto dos US\$ 29,8 trilhões³⁵¹).

Dentre os mercados secundários se destacam o mercado a termo, o mercado futuro, o mercado de opções, e o mercado de *swaps* (trocas). No primeiro se realizam operações de compra e venda de mercadorias ou ativos financeiros por um preço definido em data presente, para liquidação integral em data futura, podendo ser negociados nas bolsas de valores e nos mercados de balcão. O mercado futuro opera de modo semelhante; as diferenças consistem no fato dele ser negociado apenas em bolsa, e, principalmente, de a liquidação do compromisso ser feita de forma distinta: os valores são ajustados diariamente com base nas expectativas de preços futuros. Já no mercado de opções, negocia-se (em bolsas ou balcão) o direito de comprar ou de vender um bem numa certa data futura ou até essa data (no primeiro caso, trata-se do modelo europeu, no último, do modelo norte-americano), direito adquirido em troca de certo montante monetário (o prêmio). Finalmente, no mercado de *swap* se transaciona, também em bolsas e no mercado de balcão, a troca de rentabilidade entre duas mercadorias ou ativos financeiros. Esse mercado se desenvolveu inicialmente com operações entre moedas, diante da volatilidade cambial, fruto da generalização do sistema de câmbio flutuante. Atualmente as operações de *swap* mais comuns são as realizadas entre taxas de juros, moedas e *commodities*, mas também se destacam os *swaps* com índices (como o índice Bovespa, o IGP-M etc.)³⁵².

Pela natureza dos objetos negociados nos mercados secundários, mas também pelo objetivo dessas operações, raramente a liquidação dos contratos é feita por meio da entrega física do ativo transacionado, mas sim pelo pagamento monetário da diferença entre o preço do ativo vigente na data da liquidação e aquele verificado no momento em que se realizou o contrato; e isso mesmo no

³⁵¹ Segundo dados do Bank of International Settlements, em http://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qa1006.pdf. Cabe recordar que esse tipo de estimativa padece de dupla contagem, já que os operadores nos mercados secundários compram proteção para cobrir as garantias que venderam (Morris, C.R. *O crash de 2008: dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito*. São Paulo: Aracati, 2009, p.127). No sentido de minimizá-la, existe outra forma de agregação dos derivativos; ao invés de considerar o valor notional que equivale ao valor do ativo subjacente, os “valores brutos de mercado”, correspondem ao custo de substituição de todos os contratos aos preços atuais de mercado.

³⁵² Trata-se, como falamos, das operações mais importantes, mas os mercados secundários são conhecidos por manipular um número sempre crescente de complexos instrumentos, de nomes extravagantes e por vezes patéticos. Poder-se-ia mencionar aqui os *straddle*, *strangel*, *strap*, *butterfly*, *condor*, entre outros.

caso das *commodities*. Com essa possibilidade de liquidações financeiras, compensando as diferenças entre os valores contratados e os valores efetivamente verificados no vencimento, os mercados de derivativos ensejam a realização de transações empregando um montante de recursos muito inferior ao necessário nos mercados à vista; trata-se de uma dimensão da “alavancagem”³⁵³. Outra prática comum realizada nos mercados secundários é a da “arbitragem”, quando se busca aproveitar as diferenças de preços de ativos em distintos mercados, com distintas temporalidades, valendo-se ou não da existência de correlação de preços no caso da arbitragem com derivativos diversos. Por fim, deve-se destacar a realização dos chamados *hedges* (“coberturas”), cuja função é a de defender certa posição num dado mercado com uma posição oposta no mercado de derivativos. Com isso, o investidor se protegeria de variações desfavoráveis no preço dos ativos transacionados, ou em taxas, ou nas cotações de moedas etc. De fato, a realização de *hedge* com derivativos agrícolas, por exemplo, poderia ensejar uma maior fixação de preços, o aumento da previsibilidade e da racionalização da produção e da distribuição, e a diminuição dos custos com estocagem. Do mesmo modo, a garantia de divisas em moeda estrangeira para o exportador ou para o importador que negocia no mercado de derivativos cambiais teria efeito semelhante. No entanto, logo ficará evidente a existência de um conflito entre a função que os mercados de derivativos desempenham na racionalização da produção e da distribuição, e aquela de facilitação das transações de “produtos financeiros” e de garantir a aferição de ganhos especulativos³⁵⁴.

Se o capital pode ser conceituado como a “abstração em movimento”, o mercado de derivativos e a avalanche de novos instrumentos financeiros negociados neles exprimem e desdobram esse movimento de abstração. No mercado monetário

“todas as formas especiais do capital, conforme seu investimento em esferas particulares da produção ou da circulação estão aqui apagadas. O capital existe aqui na figura indiferenciada, igual a si mesma, do valor autônomo, do dinheiro. A concorrência entre as esferas particulares cessa

³⁵³ Termo que também designa a capacidade de um fundo, uma corporação etc., levantar divisas de diferentes fontes, por meio de empréstimos ou de operações fora do balanço, tendo como garantia seu próprio capital, além da própria operação para a qual serve essa captação de recursos. Para se compreender o interesse pela realização de alavancagem nos mercados secundários, Guttman apresenta um exemplo numérico: “se eu pago à vista 5% do valor de face de um contrato do meu próprio bolso e financio os 95% restantes com um empréstimo do meu corretor, uma alteração no preço de mercado de apenas 1% – de, digamos, US\$ 1000 para US\$ 1010 – renderia uma taxa de retorno sobre o meu capital de 20%, ou seja, 10/50. Se eu pagar apenas 3% do valor de face do contrato, o mesmo movimento de preço de 1% me daria 33,33% de retorno, ou seja, 10/30” (Guttman, R. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. *Novos Estudos CEBRAP*, 82, novembro de 2008, p.23).

³⁵⁴ Salta à vista a complexidade e papel especulativo assumidos por certas operações nos mercados secundários. Um capítulo brasileiro da crise econômica mundial constitui um curioso exemplo disso. Uma série de empresas engajadas no comércio exterior realizaram *hedges* cambiais; aparentemente como manda a prudência empresarial. No entanto, fizeram-no numa proporção que extrapolava em muito o volume de suas exportações; ou seja, tratava-se da busca por ganhos decorrentes da especulação cambial, o que só veio à tona porque tais empresas (e outros “investidores”, como a Previ) haviam apostado na manutenção da trajetória ascendente do real, e com a deflagração da crise financeira amargaram vultosos prejuízos: a Aracruz perdeu cerca de R\$ 1,2 bilhões, a Votorantim, cerca de R\$ 2,2 bilhões, já a Sadia, cerca de R\$ 2,13 bilhões (Farhi, M.; Borghi, R.A.Z. *Op cit*, p.177). O mais impressionante é que o *hedge* foi feito principalmente por meio de operações designadas *target forward*, com as quais a empresa assume duas vezes a posição vendida em dólar futuro; tamanha a “sofisticação” dessas operações, muitas empresas resolveram contestar na justiça os prejuízos sofridos, alegando terem sido enganadas (!). Pelo visto, nem os poderosos departamentos financeiros dessas grandes empresas e fundos sabiam em que tipo de solo estavam pisando.

aqui; todas elas são confundidas como mutuários de dinheiro, e o capital as confronta todas também na forma em que ele é indiferente à maneira especial de seu emprego”³⁵⁵.

Parece ocorrer algo semelhante no mercado de derivativos, que se baseia nas expectativas acerca da produção e das variações nos preços de todo tipo de mercadorias, ativos, instrumentos e índices financeiros ao longo do tempo, e em escala global, e que ensejou o surgimento de mecanismos de precificação e de intercâmbio de tais “produtos” financeiros, os quais gozam de considerável autonomia em relação ao ativo do qual nalguma medida derivam. Mais uma vez se revela a contradição, própria aos mercados de derivativos, entre seu papel de incrementar a circulação de capital e de equacionar riscos e incertezas (entendidas devidamente como a impossibilidade de conhecimento antecipado acerca de conjunturas econômicas futuras, que no entanto influenciam sobremaneira as decisões presentes), e a dimensão financeira da acumulação na qual estão implicados, contradição essa que em determinadas conjunturas se torna explosiva.

Diga-se de passagem, a informatização e uma séries de tecnologias de comunicação foram decisivas não apenas para o tipo de organização produtiva que se consolidou e difundiu nas últimas décadas, mas também para o desenvolvimento dos mercados financeiros, ensejando sua integração em escala mundial, e a realização, em tempo real, de operações nas mais distintas praças financeiras³⁵⁶. Ademais, valendo-se dos desenvolvimentos da informática, alguns produtos da matemática aplicada catapultaram os mercados secundários; segundo Charles Morris,

“os mercados de opções e de futuros tiveram um crescimento explosivo com o advento da fórmula Black-Sholes, a equação mais famosa da história das finanças. Com base nos valores das variáveis conhecidas no presente (a taxa de juro livre de risco, o prazo da opção, o preço e a volatilidade da ação, e o preço do exercício da opção) ela fornece o preço da opção. Como qualquer transação financeira pode ser expressa na forma de uma opção, a Black-Scholes se tornou uma ferramenta para calcular o preço de tudo”³⁵⁷.

Uma variação da fórmula Black-Scholes, feita por Hayne Leland e Mark Rubinstein, permitiu projetar estratégias de futuros (em particular futuros de índices de ações), como meio de se proteger de quedas nos mercados acionários. Esse fórmula aponta em que ritmo e proporção se deve vender futuros para compensar quedas no preço de um portfólio³⁵⁸. Esses mecanismos ajudaram a catapultar os mercados derivativos; porém, em 1987, quando um expressivo montante de ações já se encontrava “segurado” sob os ditames dessas fórmulas, dias depois de atingir um

³⁵⁵ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.275.

³⁵⁶ Guttman vê a informatização como peça-chave desse processo; em suas palavras, “a força propulsora desse progresso tecnológico, centrado em capacidade de comunicação e processamento de informações muito aprimorados nas redes planetárias (internet, SWIFT, CHIPS etc.), presta-se a malhas de transações financeiras e transferências de dinheiro para além das fronteiras nacionais” (Guttman, R. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. *Novos Estudos CEBRAP*, 82, novembro de 2008, p.18).

³⁵⁷ Morris, C.R. *O crash de 2008: dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito*. São Paulo: Aracati, 2009, p.91.

³⁵⁸ Idem, ibidem, p.92. “Os sistemas computacionais facilitaram a precificação de inúmeros derivativos financeiros complexos (opções, derivativos de créditos e produtos estruturados) e a introdução dos modelos de *scoring* dos riscos (padrões de risco definidos por bancos de dados dos pagamentos e inadimplência dos devedores, perfil de renda, patrimônio dos tomadores)” (Cintra, M.A.M., Freitas, M.C.P. “Inflação e deflação de ativos a partir do mercado imobiliário americano”. In: *Revista de Economia Política*, vol. 28, n° 3 (111), julho-setembro/2008, p.416).

pico histórico o Dow Jones apresentou expressiva queda, que repercutiu violentamente sobre os programas de seguros de portfólio. Depois de algumas idas e vindas, em Nova Iorque as ações caíram 23%, a maior queda percentual da história, e nos mercados futuros a queda foi ainda maior. A pronta e vigorosa intervenção do Fed impediu maiores danos, mas não evitou a destruição de meio trilhão de dólares em meio à crise³⁵⁹. Episódios desse tipo, que viriam a se repetir abundantemente e de modo ainda mais brutal nas duas décadas seguintes, como revela o estouro da bolha imobiliária em 2007-2008, apontam para uma falha crônica dessas fórmulas matemáticas, as quais se baseiam em condições históricas ideais ou de exceção. À luz dessa sabedoria positiva, pretensamente infalível, quando os fundos *hedge* do Goldman Sachs faliram muitos especialistas diziam tratar-se de um “evento de desvio-padrão 25”; ou seja, algo que ocorria uma vez a cada um milhão de anos...

Junto com os mercados secundários prosperaram um conjunto de instituições, normalmente designadas como “investidores institucionais”, que têm nos mercados financeiros seu campo de atuação. Além dos já mencionados fundos mútuos, destacam-se, entre outros, os fundos de pensão³⁶⁰, as companhias de seguro³⁶¹, os fundos de *hedge*³⁶², e mais recentemente seus “ininquadráveis” subsidiários, os *special purpose vehicles*³⁶³ - todas essas instituições detentoras de enorme poder de alavancagem, e comumente designadas em seu conjunto por “*shadow banking system*”, uma espécie de sistema bancário “paralelo”, que goza de enorme liberdade de ação³⁶⁴.

Não obstante, é preciso mencionar também a participação dos bancos de investimento e dos bancos comerciais, cujo peso e papel que exercem no interior do sistema financeiro é alvo de

³⁵⁹ Morris, C.R. op.cit., p.93-4.

³⁶⁰ Fundos de previdência privada por capitalização; “no caso dos Estados Unidos, a formação das caixas de previdência de empresas ou da administração pública remonta às vezes aos anos 20, mas mais freqüentemente ao período 1940-50. Sua emergência nos países anglo-saxões e no Japão como principais atores da finança de mercado no fim dos anos 70 é consequência da escolha política feita nesses países, ao fim da Segunda Guerra Mundial, em favor dos sistemas de previdência privados. Mas, nos anos 70, os estímulos fiscais reforçaram sua atratividade. Nos outros países industrializados, as sociedades de seguro são os investidores institucionais mais poderosos” (Guttmann, R. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. *Novos Estudos CEBRAP*, 82, novembro de 2008, p.43). “Os ativos dos fundos de pensão aumentaram de US\$ 786 bilhões em 1980 para US\$ 7,4 trilhões em 2000” (Cintra, M.A.M.; Cagnin, R.F. “Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas”. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, dezembro 2007, p.299).

³⁶¹ Empresas que atual nesse velho “ramo do capital”; segundo Marx, “cada capitalista, em vez de ser seu próprio segurador, emprega método mais garantido e mais barato, deixando para um ramo do capital o negócio de seguro. O seguro é pago com parte da mais-valia, cuja repartição – e garantia – pelos capitalistas nada tem que ver com a origem e magnitude dela” (Marx, K., *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1401). Cf. idem, ibidem, p.1400, e idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.130.

³⁶² Diferentemente do que seu nome dá a entender, caracterizados por investirem em mercados e operações de alto risco, e normalmente sediados em paraísos fiscais, de modo a explorarem vantagens tributárias e regulatórias. Tais fundos, que existem há mais de 50 anos, têm como imperativo a aferição de grandes rendimentos em curtíssimos prazos, por meio de operações especulativas (sobretudo com títulos) de maior ou menor risco, circunscritas à esfera financeira, e principalmente aos mercados secundários, e são capazes de levantar enormes quantidades de recursos junto aos bancos e aos fundos mútuos para realizar suas operações. A despeito de seu tamanho relativamente pequeno, quando comparados com outros investidores institucionais, os *hedge funds* acabam por determinar o sentido dos movimentos de valorização e desvalorização dos ativos financeiros mundiais, já que os demais fundos acabam por agir em sua esteira, mimetizando muitas de suas investidas, caracterizadas por grande agressividade.

³⁶³ Cf. p. 261 adiante.

³⁶⁴ “O *global shadow banking system* inclui todos os agentes envolvidos em empréstimos alavancados que não têm (ou não tinham, pela norma vigente antes da eclosão da crise [em 2008]) acesso aos seguros de depósitos e/ou às operações de redesconto dos bancos centrais. Esses agentes tampouco estão sujeitos às normas prudenciais dos Acordos de Basiléia” (Cintra, M.A.M.; Fahri, M. “A Crise Financeira e o Global Shadow Banking System”. *Novos Estudos*, n.82, novembro de 2008, p.37).

controvérsias. Mencionou-se o engajamento dos bancos comerciais em renovar e criar novos instrumentos financeiros, em meio à disputa por depósitos e espaço no interior dos mercados financeiros, em cujo desenvolvimento tiveram atuação determinante. E não se trata apenas do mercado de euro-dólares, já considerado; a atuação dos bancos comerciais na aquisição de títulos, bem como na garantia de liquidez para outros investidores, tornou os mercados de títulos mais seguros e dinâmicos. Por outro lado, ao propiciar processos de alavancagem do endividamento, permitindo aos “investidores” a economia de recursos próprios; e ao criar uma série de instrumentos para a cobertura de riscos, acrescidos diante da instabilidade das taxas de câmbio e de juros, os bancos comerciais catapultaram o conjunto dos mercados financeiros³⁶⁵.

No entanto, num primeiro momento, os bancos comerciais perderam espaço para os “investidores institucionais”, que passaram a atrair grandes montantes de capital-dinheiro, a emitir suas próprias obrigações e *commercial papers* (notas promissórias sem garantia e com curto prazo de vencimento), ganhando assim em liquidez e intensificando suas operações financeiras³⁶⁶. Por outro lado, os grandes bancos de investimento e os fundos mútuos deram origem aos grandes fundos *hedge*, que também avançaram no terreno almejado pelos bancos comerciais³⁶⁷.

Num segundo momento, não obstante, os grandes bancos reagiram, “estabelecendo os seus próprios fundos mútuos, assumindo o controle dos fundos de pensão e ajudando a lançar fundos de *hedge*”, além de fomentar os mercados de balcão³⁶⁸. Assim, no bojo de um processo de conglomeração e de envolvimento dos bancos com o financiamento de posições nos mercados de capitais e em operações “fora do balanço” nos mercados secundários, houve a convergência de uma série de instituições financeiras em grandes grupos, caracterizados por realizar todo tipo de atividades, nos diversos mercados financeiros, incluídas aí funções típicas de bancos comerciais, de bancos de investimento, de fundos de pensão, e assim por diante; sobrepujando, portanto, uma série de especializações³⁶⁹. Formou-se os chamados *full-service banking*, bancos universais com

³⁶⁵ Cf. Aglietta, M; Orleán, A. *A violência da moeda*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.356.

³⁶⁶ Por exemplo, os fundos de pensão e os fundos mútuos entraram com força no mercado imobiliário, em particular no setor de habitação popular (Guttmann, R. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. *Novos Estudos CEBRAP*, 82, novembro de 2008, p.20).

³⁶⁷ Gowan, P., op.cit., p.92.

³⁶⁸ Cf. Guttmann, R. op.cit., p.21. Mais adiante, diz Guttmann que “os bancos *underwriters* produzem os mercados de balcão pela compra inicial de alguns valores mobiliários uns dos outros, usando seus modelos próprios para avaliar o produto e chegar a um acordo quanto ao preço, que servirá de base para a distribuição subsequente de toda a emissão para os clientes investidores. Se e quando características comportamentais inesperadas do produto colocarem em dúvida o seu perfil de risco e retorno planejados, os mercados de balcão não terão o mecanismo de troca pública para estabelecer um preço novo coletivamente elaborado, que reflita as informações que geram turbulência” (idem, ibidem, p.30). Cf. Eichengreen, B. “Thirteen Questions about the Subprime Crisis”. *University of California, Berkeley*, janeiro de 2008. Disponível em: <http://emlab.berkeley.edu/~eichengr/13%20Questions.pdf>, p.29. Não obstante, “a participação dos ativos das instituições de depósito caiu de 52% dos ativos totais do setor financeiro americano em 1980 para 22,4% no segundo trimestre de 2007” (Cintra, M.A.M; Cagnin, R.F. “Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas”. In: *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, dezembro 2007, p.299).

³⁶⁹ Cf. Guttmann, R. op.cit., p.17-8). Por exemplo, nos Estados Unidos, o Riegle-Neal Interstate Banking and Branching Efficiency Act, de 1994, anulava o McFadden Act de 1927, que restringia geograficamente as filiais interestaduais. Com isso, permitiu-se a expansão de uma mesma rede bancária por todo o espaço nacional norte-americano. Ademais, o Gramm-Leach-Bliley Financial Modernization Act, de 1999, permitiu a formação de *holdings* financeiras, que na prática permitiam que os bancos comerciais exercessem atividades de administração de ativos, operação no mercado de seguros, e outras até então próprias aos bancos de

diferentes linhas de negócio — varejo, investimento, seguro, gestão de ativos, gestão de fundos de pensão etc. —, menos dependentes das margens líquidas de juros, por meio de operações de empréstimos, como fonte de receitas e de lucros.

Ainda no que tange à dinâmica dos mercados financeiros, cabe destacar que o período em vista foi caracterizado também por grandes *booms* acionários, em meio ao florescimento dos mercados financeiros e das bolsas de valores. Cada vez mais empresas abriram seu capital, e se engajaram em transações bursáteis, por meio de operações de *join-venture*, dos fundos de *privates equities* (fundos de participações, dedicados a adquirir participação majoritária em empresas, com o fito declarado de reestruturá-las e revendê-las com lucro), da recompra de suas ações, entre outros mecanismos que serão considerados na sequência.

3. O padrão de internacionalização do sistema produtivo

Conforme analisado anteriormente, o período do pós-Segunda Guerra Mundial foi caracterizado pela intensificação do comércio exterior, por uma vigorosa centralização e concentração de capital, e pela expansão internacional dos grandes conglomerados empresariais, que se beneficiaram fartamente de sua crescente integração vertical e de seus ganhos de escala. No entanto, em meados da década de 1960 evidenciou-se certo esgotamento desse padrão de concentração e centralização de capital, que estaria levando tanto ao enrijecimento exacerbado desses conglomerados, cada vez menos capazes de responder às variantes conjunturas que se abriam no âmbito do mercado mundial, quanto ao acirramento da concorrência, já que o êxito desse modelo de integração vertical conduziu à sua imitação por outros grupos econômicos. Dessa forma, ainda na década de 1970, mas principalmente a partir da década de 1980, ganhou força a tendência à integração horizontal, por meio da terceirização, e da constituição de “redes informais”³⁷⁰, muitas vezes sob a forma jurídica da *holding* internacional. Por conseguinte, o processo de “transnacionalização” das empresas continuou a ganhar força, junto com o desenvolvimento do mercado mundial, o que se revela no aumento do comércio exterior, do qual uma parcela importante é feita no interior dos grandes conglomerados³⁷¹.

investimentos (Cintra, M.A.M; Cagnin, R.F. “Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas”. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, dezembro 2007, p.309).

³⁷⁰ O que Arrighi designa por “divisão social do trabalho com coordenação informal” (Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.180). “As vantagens das empresas multinacionais com integração vertical e administração burocrática, avassaladoras quando às centenas e, em sua maioria, norte-americanas, logo desapareceram quando seu número e sua variedade (inclusive a origem) sofreu crescimento explosivo. Na década de 1980, estimou-se que havia acima de 10 mil dela e, no início dos anos 1990, três vezes mais. Quando a concorrência mútua se intensificou, elas foram obrigadas a subcontratar empresas pequenas para as atividades antes realizadas dentro da própria organização. A tendência à integração vertical e à burocratização das empresas, que trouxe sucesso ao capital norte-americano desde a década de 1870, começou, assim, a ser superada pela tendência à rede informal e à revitalização subordinada das pequenas empresas” (idem, ibi dem, p.154).

³⁷¹ Escrevendo em 2000, Chesnais constata que “um terço do comércio mundial resulta das exportações e das importações feitas pelas empresas pertencentes a grupos industriais que têm o estatuto de sociedades transnacionais, enquanto que o outro terço tem a forma de trocas ditas ‘intragrupos’, entre filiais de uma mesma sociedade situadas em países diferentes ou entre filiais e a sede principal” (Chesnais, F. “Mundialização: o capital financeiro no comando”, *Revista Outubro*, n.5, 2000, p.8).

Ainda com mais força do que a sustentada durante a “era de ouro”, deu-se a “dispersão e a fragmentação geográficas dos sistemas de produção, das divisões de trabalho e das divisões de tarefas, embora o mais das vezes em meio a uma crescente centralização do poder corporativo por meio de fusões, assunções agressivas de controle ou acordos de produção conjunta que transcenderam as fronteiras nacionais”³⁷². No bojo desse processo, em que se verificaram fortes movimentos de acumulação primitiva, o número global de assalariados aumentou expressivamente - destacando-se o incremento da parcela feminina da força de trabalho e a acelerada destruição do campesinato tradicional -, junto com a importância dos fluxos migratórios ao redor do mundo³⁷³.

Autores como Aglietta e David Harvey situam esse desenvolvimento num quadro amplo, relacionado ao esgotamento do “fordismo”, e ao surgimento do “neofordismo” (Aglietta), ou do “regime de acumulação flexível” (Harvey). De acordo com Aglietta, com a consolidação da “acumulação intensiva” de capital, as grandes empresas passaram a ter na diversificação da produção sua estratégia fundamental, empregada em escala global e com complexidade crescente³⁷⁴. Desse modo, surgiram enormes problemas internos de coordenação, de previsão, de planejamento, de decisões acerca dos investimentos, que exigiram novas modificações na estrutura organizativa das empresas centralizadas. O mais importante foi o deslocamento do princípio organizativo, que, outrora baseado na funcionalidade (de cada atividade, estrutura etc.), passa a se situar nas mercadorias e em seus processos de produção: criam-se espécies de “sub-empresas”, menos centralizadas, rígidas, e inflexíveis, que seriam tidas como “centros de lucro”. Ao invés de um escritório central, estabelece-se um escritório geral, com as atribuições de planejar e coordenar o conjunto da empresa, centralizando as decisões sobre os investimentos e as alocações dos fluxos de caixa³⁷⁵. No entanto, não se pode superestimar o grau de autonomia gozado pelas empresas integradas horizontalmente, nem considerar que suas estruturas são menos hierárquicas. Ao contrário, as empresas submetidas a relações de “sub-contratação” são fortemente subordinadas, não só pelas leis da concorrência, mas também pela imposição de regras por parte da contratante, relativas à produtividade, à qualidade dos produtos, à clientela, entre outros fatores³⁷⁶.

³⁷² Harvey, D. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004, p.92.

³⁷³ Entre 1966 e 1995 a força de trabalho global teria dobrado, de acordo com o Banco Mundial (cf. idem, ibidem, p.63, e idem, *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p.15).

³⁷⁴ “A grande organização limita a mobilidade e a inovação, porque a estabilidade de suas regras constituintes não permite que ela acomode mais do que uma margem limitada de flexibilidade em suas condições de operação” (Aglietta, M., op.cit., p.406). Em sentido semelhante, Harvey propugna que, “de modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez” (Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p.135).

³⁷⁵ Aglietta, M., op.cit., p.257.

³⁷⁶ Cf. idem, ibidem, p.220. Em síntese, o regime de acumulação flexível, segundo Harvey, ao contrário do fordismo, “se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras do fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a

Tais mudanças organizativas e contratuais também teriam como pano de fundo profundas transformações técnicas e tecnológicas, relativas à difusão da automação, catapultada pela informática, a robótica, à telemática, e diversas inovações. A realização e o controle automático da produção, junto com o conjunto de inovações tecnológicas relativas ao transporte e à comunicação, ao mesmo tempo em que aumenta brutalmente a produtividade, e enseja uma mais ampla dispersão geográfica da produção, intensificando e estendendo o processo de proletarianização para os quatro cantos do mundo, tende a reduzir relativamente – face ao capital constante - o emprego da força de trabalho na produção. Por outro lado, implica na desqualificação da mão-de-obra, decorrente da “supressão de tarefas complexas”³⁷⁷.

Diante desse quadro, far-se-ia necessário desenvolver novos processos de normatização e uma nova “cultura de empresa”, de modo a garantir o empenho e o comprometimento subjetivo dos trabalhadores em suas tarefas³⁷⁸. Mas deixemos a discussão dessas teses para o próximo capítulo.

Aqui interessa insistir na consideração de algumas estratégias de largo alcance, adotadas pelas grandes empresas nas últimas décadas. Intensificadas pelas crises econômicas que se disseminaram, multiplicaram-se as operações de fusão e de aquisição, por vezes assumindo a forma de *joint-ventures*³⁷⁹, que consistem em relações contratuais estabelecidas entre empresas de diferentes países, nas quais uma, em geral parte de um conglomerado multinacional, aceita partilhar certos conhecimentos organizacionais, tecnologias, e mesmo suas marcas, por meio de *franchisings* e *leasings*, com uma empresa que não lhe representa ameaça; em troca, a primeira adquire ações, direitos de participação nos lucros, e influência sobre a gestão e as decisões estratégicas da última³⁸⁰. Aqui vem à tona a importância das técnicas e das tecnologias protegidas por patentes, que se revelam instrumentos competitivos e barreiras à entrada de novos concorrentes³⁸¹.

Evidentemente, os processos de fusão e aquisição pressupõem a contração de vultosos empréstimos, mas também a realização de grandes e lucrativas operações de alavancagem, cujo

comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado” (Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p.140).

³⁷⁷ Aglietta, M., op.cit., p.126. “Como os operadores tem somente que supervisionar as máquinas e testar seu funcionamento correto, é possível que cada um deles supervisione várias máquinas ao mesmo tempo” (idem, ibidem, p.126).

³⁷⁸ “A busca de uma cultura da empresa objetiva redescobrir um comprometimento emocional no sentido de cimentar o senso de pertencimento dos empregados num tipo puramente objetivo de organização. A falha desses esforços na década de 1970 foi uma das razões pelas quais a produtividade colapsou, que se construíram pressões inflacionárias e que a taxa de crescimento declinou” (idem, ibidem, p.306).

³⁷⁹ “É bem compreensível que – no duplo contexto de uma conjuntura econômica mundial marcada por muita incerteza e instabilidade, mesmo nos períodos de retomada e de intensificação da concorrência, devido à abertura dos oligopólios nacionais e, ao mesmo tempo, ao reduzido crescimento da demanda em vários setores do mercado – as aquisições/fusões tenham se beneficiado de forte preferência” (Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.64).

³⁸⁰ Idem, ibidem, p.79.

³⁸¹ “... a extensão do patenteamento ao plano internacional é um dos elementos que refletem, tanto a amplitude geográfica da atuação de uma companhia, como a importância que ela atribui à proteção de suas posições monopolistas, à extração rentista de *royalties*, e ao exercício do poder de esterilização das inovações, se assim desejar” (idem, ibidem, p.164).

alcance varia de acordo com o poder econômico e o *status* gozado pelo grupo que a realiza. Dessa maneira, multiplicaram-se operações como as *leveraged buy-outs* (LBO) e as *highly-leveraged transactions* (HTL), que possibilitam a aquisição de empresas com parco dispêndio de capitais próprios; os recursos necessários são levantados por meio da alavancagem do endividamento, usando como garantia a expectativa de alta das ações e o próprio patrimônio adquirido, que freqüentemente é parcelado e vendido, com vistas à geração de divisas³⁸². Diga-se de passagem, uma parte expressiva dos recursos mobilizados nas referidas operações é constituída por “moedas podres” (os *junk bonds*), títulos de alto risco e rentabilidade, manejados por bancos de investimentos, fundos de *hedge* e outras instituições

Também é digno de nota aqui o desenvolvimento, mais recente, do mencionado setor de *private equity*, que adquire não empresas falidas, mas sim empresas bem estruturadas e promissoras, que têm suas ações retiradas da bolsa, passam por uma “reestruturação produtiva”, para depois serem revendidas a um preço mais elevado. Para realizar esse tipo de operação, também são disponibilizadas torrentes de créditos, em linhas como a dos *covenant-lite* – que não se submetem a qualquer tipo de coeficiente financeiro -, a *Payment in Kind* (PIK) ou *I Owe You* (IOU), “cujos juros e principal são reembolsados não em dinheiro, mas em adicional de dívida acrescentado à dívida inicial”³⁸³.

A despeito de todo o marketing que lhes acompanha, é comum tais processos de “reestruturação produtiva” de empresas resultarem em diminuição de sua produtividade e lucratividade, e mesmo no sucateamento, desmembramento e venda de empresas outrora unitárias e produtivas. Revela-se, por conseguinte, que os ganhos imediatos referentes aos movimentos de alavancagem e à promoção de inchaço especulativo do valor nominal dos ativos adquirem tal importância, que se sobrepõe e por vezes se promovem em detrimento da produção e dos lucros³⁸⁴.

Outra estratégia empresarial que foi amplamente empregada nalguns momentos foi a da recompra das ações, associada evidentemente à emissão de ações, que se tornou o meio mais barato de financiamento para as empresas não-financeiras. Na segunda metade da década de 1990, aproveitando-se dos períodos de crédito abundante e barato as grandes corporações lançaram-se vigorosamente à compra de ações, reforçando a tendência altista nas bolsas de valores³⁸⁵. Com o inchaço nos preços das ações, ampliava-se as garantias para tomada de novos empréstimos, produzindo um círculo auto-alimentado de endividamento.

³⁸² Idem, ibidem, p.281-2. O primeiro caso em que se empregou esse tipo de mecanismo para consumir uma operação de aquisição de empresa foi, de acordo com Chesnais, o da compra da Houdaille Industry pela Kohlberg-Kravis & Roberts, por um valor de aproximadamente US\$ 350 milhões, dos quais apenas US\$ 48,4 milhões teriam sido financiados por fundos próprios e US\$ 306 milhões por endividamento sobre títulos emitidos sobre o valor restante (idem, ibidem, p.282).

³⁸³ Lórdon, F. “O mundo refém das finanças”, 2008, s/p. Disponível em: <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article107>.

³⁸⁴ Cf. Gowan, P. *A Roleta Global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.30.

³⁸⁵ “... as empresas tornaram-se de longe as principais compradoras líquidas de ações e a força ativa principal dilatando a bolha do mercado de ações durante a segunda metade da década de 1990” (Brenner, R., op.cit., p.209).

Ademais, a relevância do jogo bursátil para as empresas foi incrementada pela decisão de remunerar uma parcela significativa dos altos e médios funcionários das grandes empresas na forma de opções de ações, um mecanismo de remuneração que se generalizou em razão da possibilidade legal de omitir seus custos dos relatórios aos acionistas, e deduzi-los das receitas das companhias, de modo a fugir da tributação (por exemplo, no ano de 2000 gigantes como a Microsoft e a Cisco não pagaram qualquer imposto)³⁸⁶. Já que as opções de ações geralmente não dão direito à percepção de dividendos, engendra-se um interesse direto por parte dos administradores em elevar seu valor, pelos mais diversos expedientes, inclusive fraudulentos.

Em sentido parecido, difundiram-se as chamadas operações “fora do balanço”, que consistiam em retirar do balanço os créditos duvidosos, mas que, no entanto, passaram a designar uma gama muito mais ampla de operações de risco, abarcando boa parte dos derivativos, os créditos hipotecários, os créditos a taxas negociáveis, e tantos outros³⁸⁷.

Salta mais uma vez à vista que a dimensão financeira da acumulação adquiriu importância crescente para a acumulação de capital como um todo, impactando de modo decisivo a organização e as estratégias empresariais. Isso explica o inchaço e a importância crescente dos departamentos financeiros dos grandes conglomerados, e de sua atuação ativa nos mercados financeiros.

Tais considerações se coadunam à análise de Chandler, quando aventa algumas determinações inauditas das modernas empresas industriais. Em suas palavras,

“dentre as várias mudanças recentes no crescimento, gestão e financiamento da moderna empresa industrial, seis não têm precedentes históricos. Estas incluem: a adaptação a uma nova estratégia de crescimento – aquela de ingressar em novos mercados em que as capacidades organizacionais originárias da empresa não oferecem vantagens competitivas; o amplo e continuado desapossamento de unidades operacionais; a compra e venda de corporações como um negócio específico em si mesmo; o papel representado por gestores de portfólios nos mercados de capitais; e a evolução desses mercados de capitais para facilitar a emergência do que tem sido designado como um mercado para o controle de corporações. Todas essas mudanças são inter-relacionadas”³⁸⁸.

No capítulo seguinte, no bojo da discussão sobre a noção de “financeirização”, serão discutidas as teses sobre a subordinação do capital produtivo às “finanças”, e na seção sobre a noção de “globalização”, tratar-se-á das polêmicas acerca dos impactos da dita “transnacionalização” sobre o papel e o “futuro” dos Estados-nacionais e do sistema interestatal. Por hora, cabem algumas palavras acerca da relação entre os movimentos integração vertical e horizontal da produção, e seus impactos sobre a estrutura da concorrência, já que foram abundantes as considerações estarecidas e/ou entusiásticas acerca da novidade da integração

³⁸⁶ “Sendo assim, o tratamento dado às opções de ações pela lei americana incentiva as empresas a exagerarem os seus ganhos publicamente para o benefício de seus acionistas, enquanto os desinfla privadamente para o benefício do Internal Revenue Service” (idem, *ibidem*, p.211). O valor de mercado das ações, a despeito das oscilações de curto prazo, cresceu de US\$ 1,5 trilhão em 1980 para US\$ 19,6 trilhões em dezembro de 1999.

³⁸⁷ Cf. o primeiro item do último capítulo deste texto.

³⁸⁸ Chandler Jr., A. *Scale and Scope*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990, p.621.

horizontal e da busca por ganhos de escopo, como se se estivesse diante de uma espécie de retorno à produção de cunho familiar, individualizada, e a uma suposta reestruturação dos laços societários, no bojo da constituição de “sociedades em rede” ou outras peças de ideologia recalitrante.

Salientou-se, ao tratar do desenvolvimento da “moderna empresa multidivisional”, que diante da precariedade da concorrência, as empresas da época promoveram um conjunto de radicais modificações organizativas, e lançaram mão de dispositivos “monopolistas”, os quais acabaram por intensificar a concentração de capital, a aumentar a escala produtiva e a capacidade de investimento, e a ampliar os mercados, assim como as condições, os espaços e os meios de competição. Paradoxalmente, portanto, a centralização e a concentração de capitais ajudaram a engendrar as condições para a plena realização da lei do valor. Nesse sentido, Harvey afirma que “segundo parece, toda a história da mudança organizacional sob o capitalismo pode ser interpretada como uma progressão ditada por um esforço no sentido de aperfeiçoar a operação da lei do valor”³⁸⁹, o que evidentemente não elimina suas contradições; antes as acirra. E isso parece preservar sua validade³⁹⁰.

Para melhor compreender esse movimento, cabe remeter a análises “arqui-conhecidas” de Marx, acerca do processo de concentração e centralização de capital. Grosso modo, o primeiro conceito, que se identifica ao de reprodução ampliada do capital³⁹¹, consiste no processo de aumento dos meios de produção nas mãos dos capitalistas individuais, no bojo da acumulação capitalista; desse modo, a concentração de capitais é um movimento no qual reiteradamente se cria as bases para uma nova concentração. Tal processo é fracamente contrabalanceado pela subdivisão dos capitais individuais, sobretudo no seio das famílias, por meio das heranças³⁹².

Em todo caso, os capitais individuais não podem se contentar com esse processo “natural” de concentração; ao contrário, premidos pela concorrência, cada capitalista almeja ampliar sua fatia do capital social total à custa dos demais³⁹³. Ao fazê-lo, ocorre a centralização do capital, que consiste, pois, no processo de concentração de capital nas mãos de um número cada vez menor de

³⁸⁹ Harvey, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.159. Cf. idem, ibidem, p.152 e p.160, além da p. 25-8 acima

³⁹⁰ Tese oposta é defendida por Hilferding: “quando as associações monopolistas eliminam a concorrência, eliminam, com isso, o único meio pelo qual uma lei de preço objetiva pode realizar-se. O preço deixa de ser uma magnitude objetivamente determinada, tornando-se um exemplo de cálculos daqueles que o determinam voluntária e conscientemente; em vez de um resultado, torna-se uma pressuposição; em vez de objetivo, torna-se subjetivo; em vez de necessário e independentemente da vontade e da consciência dos participantes, torna-se arbitrário e fortuito. A realização da teoria da concentração de Marx, a associação monopolista, parece tornar-se assim a anulação da teoria marxista do valor” (Hilferding, R. *O capital financeiro*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.222).

³⁹¹ A concentração de capitais “é apenas outra expressão para a reprodução em escala ampliada” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.258).

³⁹² “Pressupondo-se as demais circunstâncias constantes, os capitais individuais crescem e, com eles, a concentração dos meios de produção, na proporção em que constituem partes alíquotas do capital global da sociedade. Ao mesmo tempo, parcelas se destacam dos capitais originais e passam a funcionar como novos capitais autônomos” (idem, ibidem, p.257);

³⁹³ “Se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais [...]. Essa dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais ou a repulsão recíproca entre suas frações é oposta por sua atração” (idem, ibidem, p.257).

capitalistas, ou ainda, na absorção de capitais menos competitivos pelos mais competitivos, no interior do processo concorrencial. Numa palavra, trata-se da “expropriação de capitalista pelo capitalista”³⁹⁴.

Logo, concentração e centralização são tendências decorrentes do processo açambarcador do capital, que se efetivam mediante a criação de monopólios ou oligopólios, os quais competem entre si de modo ainda mais encarniçado. Desse modo, a concorrência leva à monopolização, e esta, ao desenvolvimento da concorrência³⁹⁵, sob novas bases³⁹⁶. Dispondo de volumes maiores de capital, intensifica-se o investimento no sentido de se revolucionar as forças produtivas, aumentam-se as composições de valor³⁹⁷, bem como a escala da produção e, conseqüentemente, o montante mínimo de capital que se deve dispor para a empreitada industrial³⁹⁸.

Adiante-se, de passagem, que ao eliminar os capitais menos competitivos e ao baratear o capital fixo, as crises econômicas historicamente constituíram importantes alavancas dos movimentos de concentração e centralização de capital. Ademais, Marx destaca o fato de que,

³⁹⁴ “É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores [...]. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração” (idem, *ibidem*, p.257). “A centralização complementa a obra da acumulação, ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações” (idem, *ibidem*, p.259).

³⁹⁵ Essa relação já havia sido analisada por Engels em seu “escrito genial” de 1843. Em suas palavras, “a livre concorrência, principal palavra-de-ordem dos economistas atuais, é uma impossibilidade [...] Quando dizem que a concorrência contém em si o remédio para a vigarice [...] justifica-se a necessidade do monopólio sobre muitos produtos. As farmácias, etc., devem ter um monopólio. E o artigo mais importante, o dinheiro, tem precisamente a maior necessidade de ser monopolizado [...]. [O] monopólio engendra a livre concorrência e esta, por sua vez, engendra o monopólio; por isto, é preciso que ambos desapareçam e que estas dificuldades sejam ultrapassadas pela supressão do princípio que as engendra” (Engels, F. *Esboço de uma crítica da economia política*. In: *Engels*. Coleção: Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981, p. 78-79). E ainda, “a contradição da concorrência é realmente comparável a da propriedade privada. É do interesse de cada particular possuir tudo, mas é do interesse da coletividade que cada um possua o mesmo. O interesse geral e o interesse particular, portanto, são diametralmente opostos. A contradição da concorrência está em que cada um deve desejar o monopólio para si, enquanto a coletividade como tal deve perder com ele e, pois, combatê-lo” (idem, *ibidem*, p. 69). É por isso que “os defensores do livre comércio são monopolistas piores que os próprios mercantilistas antigos” (idem, *ibidem*, p. 57).

³⁹⁶ Processos em que, diga-se de passagem, o Estado capitalista exerce papel determinante. Nas palavras de Polanyi, “o caminho para o mercado livre estava aberto a se mantinha aberto através do incremento de um intervencionismo contínuo, controlado e organizado de forma centralizada” (Polanyi, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.145. “Não havia nada natural em relação ao *laissez-faire*; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando apenas que as coisas seguissem o seu curso. Assim como as manufaturas de algodão - a indústria mais importante do livre comércio - foram criadas com a ajuda de tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários, o próprio *laissez-faire* foi imposto pelo Estado” (idem, *ibidem*, p.144).

³⁹⁷ “E enquanto a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho” (idem, *ibidem*, p.259). “A diminuição absoluta da demanda de trabalho, que necessariamente segue daí, torna-se, como é óbvio, tanto maior quanto mais os capitais, que passam por esse processo de renovação, estejam acumulados em massas, graças ao movimento centralizador [...]. O modo de produção especificamente capitalista, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho a ele correspondente e a alteração assim causada na composição orgânica do capital não avançam somente passo a passo com o progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social. Avançam com rapidez incomparavelmente maior, porque tanto a acumulação simples ou a expansão absoluta do capital global é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais como a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original” (idem, *ibidem*, p.260).

³⁹⁸ “... como no progresso da produção capitalista a escala de cada processo individual de produção se amplia e, com ele, a grandeza mínima do capital a ser adiantado, essa circunstância soma-se às outras que convertem a função do capitalista industrial mais e mais em monopólio de grandes capitalistas monetários, isolados ou associados” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.80). “A marcha do desenvolvimento da produção e da acumulação capitalista condiciona processos de trabalho em escala cada vez maior e, com isso, dimensões cada vez maiores, correspondentemente adiantamentos cada vez maiores de capital para cada estabelecimento individual. Crescente concentração dos capitais (acompanhada ao mesmo tempo, mas em menor medida, por um número crescente de capitalistas) é, pois, tanto uma de suas condições materiais como um dos resultados produzidos por ela mesma. Lado a lado, em interação com isso, transcorre a expropriação progressiva dos produtores mais ou menos diretos” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.168).

junto com a concentração de capital, desenvolve-se outro importante catalisador da centralização: o sistema de crédito, o qual por um lado possibilita a mobilização de imensas massas de dinheiro que podem viabilizar o investimento em vultosos e altamente produtivos empreendimentos; e, por outro, contribui para conduzir à bancarrota miríades de empresas menos produtivas insolventes, que contraem empréstimos nas instituições creditícias³⁹⁹. E junto com o sistema de crédito, Marx destaca as sociedades por ações, outro poderoso instrumento de centralização⁴⁰⁰. No entanto, esta pode prescindir desses mecanismos, constituindo-se autonomamente em motor da acumulação⁴⁰¹.

Algo semelhante pode ser dito acerca do jogo bursátil, das miríades de instrumentos financeiros que não param de se multiplicar, dos processos de alavancagem; todos esses elementos constituintes do sistema financeiro internacional competem para alimentar o processo de concentração e centralização de capital, sempre condicionado por amplas transferências financeiras⁴⁰².

Da mesma forma como é inerente ao modo de produção capitalista a peculiar articulação entre concorrência e monopólio, opostos que se reproduzem entre si, são-lhe inerentes as tendências contraditórias à integração vertical e à descentralização da produção, e a tensão entre uma burocratização e um enrijecimento excessivos da organização da produção, e uma dispersão exacerbada – o que, como se viu, não se trata de mero mecanismo conceitual, mas se verificou historicamente⁴⁰³. Deve-se frisar, contudo, que no seio da divisão social do trabalho, a tendência à integração horizontal da produção, que sob determinadas circunstâncias catapulta a acumulação (e a concentração de capital), não se opõe necessariamente ao processo de centralização; ao contrário, via de regra os processos de subcontratação significam a subordinação de empresas menores, e

³⁹⁹ “Com a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.258). Em suma, “à medida que se desenvolve a produção e acumulação capitalista, na mesma medida desenvolvem-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização” (idem, ibidem, p.258). Cf. p. 202-6, adiante.

⁴⁰⁰ “O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos” (idem, ibidem, p.259). Cf. p. 203 e p.258, adiante.

⁴⁰¹ “A centralização pode ocorrer por meio de mera mudança da distribuição de capitais já existentes, mediante mudança simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social [...]. As massas de capital soldadas entre si da noite para o dia pela centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente e, com isso, tornam-se novas e poderosas alavancas da acumulação social” (idem, ibidem, p.258 e p.259, respectivamente).

⁴⁰² “Essencialmente uma reorganização da propriedade capitalista, a centralização de capital opera por meio de maciças transferências na esfera da circulação financeira. A última deve ser suficientemente atrativa, isto é, suficientemente atrativa ao capital monetário em virtude da diversidade de estoques que podem ser obtidos, da intensidade de transações, e dos lucros nominais realizáveis, para permitir a realização de vastas operações de transferência” (Aglietta, M., op.cit., p.225).

⁴⁰³ “Dependendo da dificuldade com que se põe em movimento as forças compensatórias que empurram à descentralização, o sistema se estanca, se atasca, e fica cativo pelo peso e pela complexidade de sua própria estrutura organizativa. Ao revés, a descentralização excessiva e a oportunidade e o capricho do mercado podem criar tal clima de incerteza, tantas divisões entre a produção e a realização, que esta também tem que ser compensada pelo movimento de centralização. O ponto de equilíbrio entre estas duas tendências opostas é inerentemente instável” (Harvey, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.160). A superação das antigas corporações monopolistas pela indústria familiar, desta pela moderna empresa multidivisional, e a reconfiguração da última com base em estratégias de integração horizontal o demonstra.

mesmo de produtores independentes aos grandes conglomerados, que passam a comandar seu processo produtivo, de maneira mais ou menos direta.

As *join-ventures*, as terceirizações, as mudanças na estrutura organizativa das grandes corporações, a automação, a informatização, o emprego das novas tecnologias de comunicação e de transporte, a internalização de funções financeiras⁴⁰⁴ e o aumento na capacidade de autofinanciamento, por meio dos mecanismos de alavancagem e das operações no mercado acionário e noutros mercados financeiros; tudo isso competiu para ampliar as bases geográficas (e sociais) da produção especificamente capitalista, para acelerar o tempo de rotação de capital, e para acirrar o processo concorrencial, no interior de um mercado mundial dominado por alguns poucos conglomerados gigantescos, que podem estabelecer alianças temporárias, sobretudo no sentido de derrotar ou de impedir o fortalecimento de outros concorrentes, mas que no momento seguinte tornam a se digladiar. Continuamos longe, portanto, do “superimperialismo” auspiciado por Kautsky⁴⁰⁵.

4. A reafirmação do poder norte-americano

Segundo Tavares,

“a adesão dos Estados Unidos ao neoliberalismo restringiu-se ao terreno do discurso pois, na prática, a potência hegemônica adotou, de início, um *keynesianismo bélico* clássico, sucedido por investimentos em reestruturação industrial e atração de capitais estrangeiros – e seguiu financiando seu consumo doméstico e seu gasto público por meio de um vultoso endividamento amparado na posição cardeal de sua moeda nos mercados financeiros internacionais”⁴⁰⁶.

Nessa passagem, são articuladas três dimensões centrais da dinâmica global da acumulação (e da proeminente posição assumida pela economia norte-americana em seu seio): a afirmação do dólar como moeda mundial, sem os limites impostos pelo lastro-ouro, a correlata predominância dos Estados Unidos nos mercados financeiros globais, e o seu militarismo, ou o emprego efetivo do crescente e inigualável poder bélico estadunidense.

Como se viu acima, o fim do padrão dólar-ouro em favor de um “puro” padrão dólar garantiu aos Estados Unidos uma “liberdade de ação sem precedentes na produção do dinheiro mundial”⁴⁰⁷, que apesar de não ser irrestrita, deu aos EUA e suas corporações importantes vantagens competitivas, seja pela liquidez, seja pela aquisição de recursos energéticos estrangeiros (o que, por sua vez, garantiu aos EUA vantagens de custo), seja pela vantagem de renda,

⁴⁰⁴ “Em meados da década de 1980 os departamentos de crédito ao consumidor da General Motors, da Ford e da Chrysler financiavam mais de 1/3 dos carros vendidos por estes três fabricantes, obtendo tal volume de lucros que adquiriram outras firmas, expandiram a atividade financeira e começaram a proceder a hipotecas [...]. Em 1985, se o departamento de crédito ao consumidor da General Motors estivesse registrado como banco, seria o quinto maior dos Estados Unidos”, de tal forma que a GM teria se tornado “uma instituição bancária que fabricava automóveis para proceder a operações de crédito” (Bernardo, J. “Perspectivas do capitalismo na actual crise econômica”, 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=119>, s/p).

⁴⁰⁵ Cf. p.238-9, adiante.

⁴⁰⁶ Tavares, M.C. “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.74.

⁴⁰⁷ Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.315.

decorrente das depreciações do dólar⁴⁰⁸. Ademais, como constata Fiori, “... nesse novo sistema os Estados Unidos podem determinar – por meio do manejo de sua taxa de juros – não apenas a variação do valor das demais moedas, mas também a dinâmica de curto prazo da economia mundial”⁴⁰⁹.

Sabe-se que, no início dos anos 1980, Wall Street se tornou a praça financeira mais importante do mundo (bem como o “porto seguro” diante de turbulências), que a dívida pública norte-americana se tornou o esteio do processo de securitização, e que, graças à importância de seu mercado consumidor (cada vez mais voraz) e ao poder de senhoriação, os Estados Unidos foram responsáveis por sustentar importante parte da demanda mundial, e fornecer a liquidez necessária ao sistema monetário internacional⁴¹⁰.

Falta considerar melhor a dimensão do belicismo norte-americano no período em questão. A derrota no Vietnã foi seguida por vários outros episódios desfavoráveis aos Estados Unidos, como a falta de apoio aos norte-americanos na guerra do Yom Kipur, em 1973 (entre seu grande aliado Israel, de um lado, e Egito e Síria, de outro); a instauração da República Socialista do Vietnã, em 1976; a autonomização do conflito entre Índia e Paquistão; a perda de seu principal aliado no Oriente Médio com a Revolução Iraniana, em 1979; a invasão soviética do Afeganistão, nesse mesmo ano; a morte de 241 soldados norte-americanos em função do bombardeio de uma base dos Fuzileiros Navais em Beirute, em 1983; e a nova onda revolucionária que atingiu partes da Ásia, África e mesmo das Américas, com destaque para a multiplicação, ante o fracasso do “desenvolvimentismo”, de governos de orientação socialista na África, e o aumento da influência soviética em diversos países, como Etiópia, Moçambique, Guiné Bissau, Madagascar, Zaire, entre outros⁴¹¹ - o que revela a incapacidade norte-americana de lidar com o amplo processo de descolonização que se difundiu na segunda metade do século XX⁴¹². Segundo Arrighi, tanto os países soviéticos quanto os países periféricos pareciam ameaçar a “liderança” norte-americana, a

⁴⁰⁸ Idem, ibidem, p.320. Como defende Gowan, “o significado econômico e político desse novo regime somente pode ser reconhecido quando entendemos o papel da senhoriação” (Gowan, P., op.cit., p.53).

⁴⁰⁹ Fiori, J.L. “Império e pauperização”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.112.

⁴¹⁰ “Até agora a economia norte-americana tem desempenhado o papel de ‘consumidor de última instância’ para o resto da economia mundial, e portanto servido como a locomotiva puxando muitas outras economias grandemente dependentes da exportação para o enorme mercado norte-americano” (Guttmann, R.; Plihon, D. “Consumer Debt at the Center of Finance-Led Capitalism”. CEPN, Paris-Nord (mimeo), janeiro de 2008. Disponível em: www.univ-paris13.fr/CEPN/col_guttmann_plihon_1.pdf, p.28).

⁴¹¹ Fiori também cita aqui as guerras civis em El Salvador, na Guatemala, e na Nicarágua, e a derrota dos governos conservadores na Grécia, em Portugal e na Espanha (idem, “Globalização, hegemonia e império”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.114).

⁴¹² A estratégia de enquadrar o conjunto das nações recém-independentes nos moldes da Guerra Fria foi equivocada, como já havia se evidenciado na Conferência de Bandung, em 1955. “Em parte, porém, as crises militar e de legitimidade do poder mundial dos Estados Unidos expressaram a incapacidade do aparato militar-industrial norte-americano de lidar com os problemas suscitados pela descolonização no mundo” (Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.332).

ponto de o autor afirmar que nesse momento ocorrera uma “inversão das relações de poder no sistema mundial, em favor dos países do Terceiro e Segundo Mundos”⁴¹³.

Foi esse o contexto em que se deflagrou a chamada “Segunda Guerra Fria”. Auxiliados pelo forte aumento dos preços do petróleo, os soviéticos ampliaram consideravelmente seus gastos militares (a uma taxa anual de 4% a 5% em termos reais, durante vinte anos após 1964), e a invasão do Afeganistão pareceu revelar um impulso expansionista do qual há muito não havia sinal. Em reação, estabeleceu-se nos EUA “uma explosão de febre militar”, e uma “retórica apocalíptica”, o que por sua vez tornou bastante palpável, no mundo soviético, a ameaça de uma guerra nuclear⁴¹⁴.

Diante dessa conjuntura, e da recessão que decorreu dos choques de juros no início da década de 1980, além da drástica redução tributária para os ricos⁴¹⁵, a administração Reagan realizou vultosos gastos estatais⁴¹⁶, engajando-se em uma nova corrida armamentista. Buscando dinamizar sua economia doméstica, atender aos interesses da poderosa indústria bélica, fortalecer-se no poder contra os democratas, e reafirmar a supremacia militar norte-americana, apagando a mancha da derrota do Vietnã, os Estados Unidos se engajaram em uma série de empreendimentos militares - como a invasão de Granada (1983), o ataque aéreo à Líbia (1986), e a invasão do Panamá (1989) -, e deram início à “‘revolução militar’ que mudou completamente a concepção política e a base estratégica e logística do poder bélico dos Estados Unidos”⁴¹⁷, com o desenvolvimento de novos sistemas de informação, de bombas teledirigidas, dentre outros “avamços”, muitos das quais desenvolvidos no interior programa “Guerra nas Estrelas”⁴¹⁸. Obviamente, sem prejuízo da insistente defesa da “austeridade fiscal” e das políticas monetárias restritivas⁴¹⁹.

⁴¹³ Idem, *ibidem*, p.333. Que por vez se articulavam entre si para fazer oposição aos interesses norte-americanos; por exemplo, quando se uniram para “para completar o processo de libertação nacional dos últimos resíduos do colonialismo europeu (como nas colônias africanas de Portugal e nos Zimbábue), para guerrear entre si na tentativa de reorganizar o espaço político das regiões circunvizinhas (como na África Oriental, no sudeste Asiático, e na Indochina), e para expulsar do poder os governos que eram clientes dos Estados Unidos (como na Nicarágua e no Irã)” (idem, *ibidem*, p.333).

⁴¹⁴ Hobsbawm, E. J., *op.cit.*, p.244.

⁴¹⁵ Por exemplo, houve uma brutal redução nos impostos corporativos, que em sua faixa mais alta se reduziram de 70% para 28% (Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.35).

⁴¹⁶ “Tendo vencido as eleições com a promessa de equilibrar o orçamento, o governo Reagan deu início a uma das mais espetaculares expansões do endividamento do Estado na história mundial” (Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.328).

⁴¹⁷ Fiori, J.L. “Império e pauperização”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.111. Ao que se poderia acrescentar, por exemplo, o embargo ao Iraque na década de 1990, o qual, como constata Losurdo, causou mais mortes do que o uso de todas as armas de destruição em massa juntas, ao longo da história (Losurdo, D. *A linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p.26).

⁴¹⁸ Como ficou conhecido o *Strategic Defense Initiative*, lançado por Reagan em 1983, que por meio de um sistema de radares, satélites e poderosas armas pretendia criar um impenetrável escudo antimísseis, defendendo os EUA de eventuais ataques soviéticos ou de outros inimigos.

⁴¹⁹ “A retomada da economia do armamento e o financiamento do imenso programa Guerra nas Estrelas foram efetuados, a despeito de todos os discursos ‘reaganianos’ sobre a ortodoxia monetária e orçamentária, mediante o crescimento da dívida federal. A dívida federal do Estado norte-americano elevou-se de US\$ 322 bilhões em 1970 para US\$ 906 bilhões em 1980 e para US\$ 4,061 trilhões em 1992. Em relação ao orçamento federal, o serviço da dívida passou de 12,7% em 1980 para 20,1% em 1990 (Chesnais, F. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: Chesnais, F. (org). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.43). “Em relação ao

Por paradoxal que possa parecer, é possível notar uma relação estreita entre a guinada monetarista e o “keynesianismo militar” de Reagan, já que a prevalência norte-americana no sistema financeiro foi um dos sustentáculos da “Segunda Guerra Fria”. E, segundo Arrighi, teve papel determinante tanto para a derrota definitiva da União Soviética, que se encontrava sinucada em meio à guerra contra o Afeganistão, quanto para o acirramento da submissão de muitos países periféricos. Igualmente determinante foi o usufruto do poder de senhoriação para financiar os empreendimentos bélicos⁴²⁰.

Apesar da ofensiva norte-americana, é pouco verossímil a versão oficial estadunidense, segundo a qual “os EUA tinham travado e ganho a Guerra Fria e destruído completamente o inimigo”. Como constata Hobsbawm, “não há sinal de que o governo americano esperasse ou previsse o colapso iminente da URSS, ou estivesse de alguma forma preparado para ele quando veio”⁴²¹. Em todo caso, a derrocada soviética foi de grande importância, não apenas pela abertura de vastos campos à acumulação de capital, mas também para a afirmação da supremacia bélica norte-americana.

Como constata Arrighi, os inúmeros conflitos em que os EUA se envolveram desde o início da década de 1980 foram conduzidos de tal maneira a impedir qualquer desenlace semelhante ao que passou no Vietnã. Dessa maneira, o engajamento militar norte-americano era ou “indireto” (como na Nicarágua, no Camboja, na Angola, no Afeganistão, e fornecendo apoio militar ao Iraque na Guerra contra o Irã), ou contra inimigos militarmente insignificantes (como Granada ou Panamá), ou ainda exclusivamente por via aérea (como na Líbia)⁴²². Depois da derrocada soviética, os norte-americanos buscaram alçar vôos mais altos, e a invasão iraquiana do Kuwait em 1990 forneceu uma oportunidade para tanto. Mobilizando os mais modernos artifícios midiáticos, criou-se uma guerra *espetacular*, baseada na estratégia da rápida destruição das forças inimigas, seguida pela retirada das tropas americanas⁴²³. Outro exemplo de incursão militar norte-americana, por terra, foi a Guerra do Kosovo, contra um inimigo bastante fraco, em termos bélicos.

Não obstante, segundo Gowan, no início da administração Clinton, “uma revisão histórica e fundamental estava na ordem do dia”⁴²⁴, em face das ameaças que pareciam representar a União Européia e a região do Leste e Sudeste Asiático. A equipe responsável pela política econômica da

orçamento federal, o serviço da dívida passou de 12,7% em 1980 para 20,1% em 1990” (idem, *Tobin or Not Tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. São Paulo: Editora Unesp; ATTAC, 1999, p.29).

⁴²⁰ “O Afeganistão se tornou [...] o Vietnã da União Soviética” (Hobsbawm, E. J., op.cit., p.464). Cf. Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.155, e idem, *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.328.

⁴²¹ Hobsbawm, E. J., op.cit., p.245-6.

⁴²² Arrighi, G. “Hegemony Unravelling”. *Party I. New Left Review*, nº 32, maio-abril de 2005, p.52.

⁴²³ “Quarenta e dois dias de ataques aéreos permitiram uma vitória terrestre em menos de cem horas, com menos de 150 mortes entre as forças aliadas que bombardearam o Iraque e mais de 150 mil mortos iraquianos” (Fiori. “Império e pauperização”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.111).

⁴²⁴ Gowan, P., op.cit., p.120.

nova administração – Robert Rubin à frente - acreditava que o campo decisivo de disputa seria efetivamente o econômico, e giraria em torno da capacidade de dominar os mercados financeiros e o campo das tecnologias de ponta⁴²⁵.

Com base nesses parâmetros, tentou-se em vão isolar a Coreia do Norte, já que o governo norte-coreano se revelou disposto a confrontar militarmente os Estados Unidos, inclusive mobilizando seus artefatos nucleares. O mesmo se deu com a tentativa de isolar a China, mobilizando a retórica da defesa dos direitos humanos, pouco popular na região; além disso, diante do dinamismo da economia chinesa, nem os aliados mais fiéis dos Estados Unidos se engajaram em apoiá-los, para não correr o risco de ver fechadas as portas dos promissores mercados chineses. Diante desses reveses, a administração Clinton engajou-se com mais afinco no estabelecimento de estratégias econômicas “bilaterais, intra-regionais, inter-regionais e multilaterais de uma forma bastante sofisticada”⁴²⁶, combinadas a ameaças de exclusão às economias que hesitavam em aderir aos seus “chamados”.

Cabe frisar, porém, que apesar da queda de investimento na indústria bélica, verificada no período, esta não perdeu sua importância econômica, como revela o peso crescente exercido nas bolsas de valores pelas ações das principais corporações do setor (cujo valor quase quadruplicou entre 1990 e 1997⁴²⁷). E esse movimento só viria a se acirrar com a nova onda militarista norte-americana após os ataques em 11 de Setembro.

5. A dinâmica da crise⁴²⁸

Em meados da década de 1980, Hyman Minsky⁴²⁹, estarrecido com a sequência de crises financeiras nos EUA, lamentava que

⁴²⁵ Idem, ibidem, p.124.

⁴²⁶ Idem, ibidem, p.136.

⁴²⁷ Serfati, C; Mampaey, L. “Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo a um compromisso ‘Guerra sem Limites’?”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.236.

⁴²⁸ Em sua maior parte, as análises conceituais concernentes à dinâmica da crise na atual fase de desenvolvimento capitalista serão apresentadas nos capítulos seguintes; aqui a discussão possui caráter empírico-descritivo. Mas façamos aqui uma digressão. Os padrões recorrentes nas grandes crises financeiras e econômicas produzidas ao longo da história do capitalismo são bastante frisadas por diversos estudiosos; recentemente, Roubini e Mihm o fizeram remetendo aos colapsos de 1825, 1830, 1857, 1873, 1893, 1907, 1929, e inúmeros outros (cf. Roubini, N.; Mihm, S. *A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010). Não obstante, o fato desses autores se concentrarem sobretudo em episódios ocorridos no século XIX insinua algo relevante; por sua abrangência e violência, a Grande Depressão, como vimos, impôs mudanças institucionais e políticas de fôlego, que impactaram fortemente a atuação estatal e empresarial, e a dinâmica da acumulação como um todo, incluindo o processo de geração e a forma assumida pelas crises. No entanto, as tendências fundamentais do desenvolvimento capitalista não foram eliminadas, e nas últimas décadas têm se manifestado de modo cada vez mais cabal, como o demonstra a última crise econômica mundial. Segundo Ricardo Musse, “com o fim da situação de exceção, da assim chamada ‘regulação keynesiana’, o capitalismo retornou ao seu leito habitual. O ímpeto e a dinâmica econômica voltaram a ser ditados pelo mercado e as crises a se suceder com precisão matemática” (Musse, R. “Observações sobre o desastre econômico”, 2008. Disponível em: p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/3028,1.shl, p.1). João Manoel Cardoso de Mello, por sua vez, atesta que “tudo se passa como se tendências fundamentais do capitalismo re-emergissem com intensidade redobrada. O desenvolvimento monstruoso do capital financeiro revelou uma verdade incontestável. Ou por outra, verdade bem conhecida de Marx e Keynes, de Braudel e Polanyi – nós é que andávamos meio entorpecidos pelas décadas de capitalismo domesticado, esquecidos de que o capitalismo é um regime de produção orientado para a busca da riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro. Essa abstração destrutiva aparece com toda a sua força nua e crua no atual rentismo especulativo” (Mello, J.M.C. “A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana”. In: *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.23).

“depois de duas décadas seguras de progresso tranqüilo na sequência da II Guerra Mundial, no final de 1960 a ordem do dia se tornou a turbulência – doméstica e internacional. Surto de inflação acelerada, desemprego crônico e cíclico mais elevado, falências, taxas de juros arrebatadoras, e crises energéticas, nos transportes, no suprimento de comida, no [sistema estatal de] bem-estar, nas cidades, no sistema bancário foram misturados com períodos de atabalhoada expansão”⁴²⁹.

Conforme exposto anteriormente, na década de 1970 os países capitalistas centrais insistiram na mobilização de políticas anticíclicas de cunho inflacionário, o que só alimentou a instabilidade das taxas de câmbio e de juros, tão acentuadas pela destruição do sistema de Bretton Woods, e pela explosiva expansão dos mercados financeiros e dos movimentos internacionais de capitais, *pari passu* à destruição da legislação, das instituições e do conjunto de mecanismos que restringiam a liberdade de operações financeiras.

Já nesse momento a dinâmica geral das crises se distinguiu daquela, característica da “Era de Ouro”, no interior da qual a “repressão financeira” competiu para o arrefecimento da dimensão financeira da crise, e em que as demais dimensões da sobreacumulação foram “reconfiguradas” geográfica e temporalmente⁴³¹. Nas décadas de 1970 e 1980, ao contrário, as crises financeiras se multiplicaram - como, por exemplo, as crises norte-americanas de 1974-5, 1982, 1987, 1989 -, mas não se converteram em grandes depressões. Apesar do discurso anti-estatal, anti-intervencionista, de defesa do mercado e da livre-concorrência, que se tornaram no período uma dominante ideológica, o Estado continuou a operar “sobre a demanda agregada, os ganhos setoriais, e os incrementos das obrigações governamentais nos portfólios”, buscando “estabilizar não somente o emprego e a renda, mas também os fluxos de caixa empresariais (os lucros) e conseqüentemente os valores dos ativos”⁴³²; bem como atuar na condição de prestador de última instância (que nos Estados Unidos é própria ao Fed, à frente de um conjunto de agências governamentais e de certas instituições privadas), “sobre o valor da estrutura de ativos herdada e sobre o refinanciamento disponível para os vários portfólios”.

Desse modo, a monumental intervenção do Estado foi decisiva para arrefecer, de maneira mais ou menos rápida, os abalos e os efeitos recessivos das crises financeiras, mas não sem a contrapartida de enormes pressões inflacionárias, cuja funcionalidade, já analisada anteriormente de uma perspectiva marxista, Minsky também reconhece: “o que ocorreu é que a forma do ciclo de negócios mudou; a inflação substituiu o profundo e amplo fosso das depressões”⁴³³. Outra conseqüência da ação contundente do Estado foi permitir às instituições financeiras a aquisição de

⁴²⁹ Que, como bom keynesiano (nesse aspecto fiel ao seu mestre), dedica-se ardentemente a produzir fórmulas e políticas com vistas ao salvamento do modo de produção capitalista, sobretudo contra o desregramento da especulação desenfreada.

⁴³⁰ Minsky, H.P. op.cit, p.3.

⁴³¹ Cf. sobretudo a seção 3, do Capítulo I, acima.

⁴³² Minsky, H.P. op.cit, p.14.

⁴³³ Idem, ibidem, p.15.

ativos seguros, dando bastante liquidez aos seus portfólios mesmo em meio a uma conjuntura adversa, o que alimentou a “ciranda financeira”.

Ao longo da década de 1980, de modo mais ou menos abrupto, alguns mecanismos de “bem-estar” social, e por conseguinte algumas políticas de transferências unilaterais, entre outras, foram enfraquecidas. Em seu lugar, e em meio a ondas de automação e mudanças na organização produtiva, deu-se a ampliação do exército industrial de reserva, o que, junto ao choque de juros, contribuiu com o controle inflacionário. A elevação dos juros, a contenção da inflação, somados à diminuição e por vezes à eliminação de impostos que incidiam sobre a produção, sobre as transações financeiras e sobre o conjunto dos “abastados”, favoreceram grandemente à dimensão financeira da acumulação⁴³⁴. Igualmente decisivo para a dinâmica da acumulação que então se engendrou foi o galopante endividamento privado, por parte das corporações financeiras e não-financeiras, e também das “famílias”, cujo empenho nos mercados financeiros foi ainda mais intenso do que a queda em suas taxas de poupança. Nisso, contribuíram não só o crédito abundante, a multiplicação dos instrumentos financeiros, o movimento altista das bolsas de valores, e de modo geral o inchaço dos valores dos ativos financeiros, que respaldavam nova contração de empréstimos, mas também o fomento das ideologias “monadizantes” da auto-ajuda – a redução idealista da totalidade social ao plano individual, e a crença cega no poder milagroso do empenho e da abnegação subjetiva desvairada⁴³⁵ – e do consumismo, que acompanha a acelerada obsolescências dos bens de consumo.

Adiante-se, de passagem, que esses processos se encontram imbricados, e de modo algum são inéditos; como já havia exposto Marx, com a reprodução ampliada do capital, faz-se possível para o capitalista incrementar o seu próprio consumo, sem modificar o fundo de acumulação, ou mesmo converter parte do seu fundo de consumo em fundo de acumulação⁴³⁶. Isso lhe permite finalmente sucumbir à tentação do consumismo, distanciando-se do entesourador, cuja ascese “lhe tira a manteiga do pão”⁴³⁷. Assim,

“com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, da acumulação e da riqueza, o capitalista deixa de ser mera encarnação do capital. Ele sente um ‘enternecimento humano’ por seu próprio Adão e torna-se tão culto que chega a ridicularizar a paixão pela ascese, como preconceito do entesourador arcaico. Enquanto o capitalista clássico estigmatiza o consumo individual como

⁴³⁴ “Colocar o capital-dinheiro como elemento central significava derrubar a inflação (que corroía a remuneração sobre o capital-dinheiro), tomar medidas para desregular o setor bancário e financeiro, promover consideráveis reduções tributárias para os ricos, que sempre buscam o setor financeiro e a atividade de *rentier*, e buscar uma política de fortalecimento do dólar” (Gowan, P., op.cit., p.74).

⁴³⁵ Cf. Ehrenreich, B. *Bright-sided: how the relentless promotion of positive thinking has undermined America*. Nova Iorque: Metropolitan Book, 2009.

⁴³⁶ “Com a força produtiva do trabalho cresce a massa de produtos na qual se representa determinado valor e, por conseguinte, também mais-valia de dada grandeza. Com taxa de mais-valia constante e mesmo decrescente, na medida em que ela decresça mais lentamente do que aumenta a força produtiva do trabalho, a massa do mais-produto cresce” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1996, p.237).

⁴³⁷ “Seu esbanjamento [do capitalista – GM] cresce, contudo, com sua acumulação, sem que um precise prejudicar a outra. Com isso desenvolve-se, ao mesmo tempo, no coração do capitalista um conflito fáustico entre o impulso a acumular e o instinto do prazer” (idem, *ibidem*, p.227).

pecado contra sua função e ‘abstinência’ da acumulação, o capitalista moderno é capaz de conceber a acumulação como “renúncia” a seu instinto do prazer”⁴³⁸.

Mas não se trata aqui de mero capricho. O desenvolvimento do modo de produção capitalista impõe a necessidade de o capitalista apelar ao sistema de crédito, e seu êxito é, em parte, proporcional ao grau de confiabilidade e de prosperidade que se é capaz de ostentar. Dessa forma, a produção da suntuosidade se torna uma parte dos “custos de representação do capital”⁴³⁹. Por outro lado, veremos, a dinâmica global da acumulação, catapultada pelas formas “financeiras” do capital, nalguns momentos enseja (e impele) um prolongamento desmedido do consumo produtivo e pessoal dos capitalistas, e mesmo do conjunto das classes sociais, por meio de múltiplas “manifestações” do capital portador de juros.

E assim como outrora, recentemente o Estado foi imprescindível para todos esses desdobramentos, resolutamente comprometido com a abertura de campos para a exploração capitalista, com a transferência de renda em favor do capital, com a alimentação das bolhas financeiras, e, diante das crises, com o salvamento de corporações financeiras e não-financeiras à beira da falência, e com a contenção dos contágios, atuando como emprestador de última instância⁴⁴⁰. Não obstante, veremos no terceiro e no quarto capítulos, esses diferentes mecanismos estão ancorados ao processo global de produção de capital, portanto, sob a égide do movimento das taxas de lucro e de todo um conjunto de fatores que comumente são desconsiderados em favor da saliente dimensão financeira da acumulação, que se torna assim incompreensível e capciosa.

Cabe agora abandonar esse nível de considerações gerais, e tratar, em sua particularidade, de algumas crises deflagradas no período, mesmo que de modo extremamente breve.

*

Até o momento o foco da análise esteve voltado às crises gestadas no epicentro do mercado mundial. No que tange às chamadas crises da dívida dos (cinicamente) designados países “emergentes”, deflagradas no início da década de 1980, suas determinações e conseqüências divergem das crises norte-americanas, e também das crises que seriam produzidas nas décadas seguintes. Há pouco se viu que, depois dos choques nas taxas de juros norte-americanas, subitamente cessou a abundância de créditos que inundavam o mercado mundial (oriunda sobretudo dos excedentes dos países produtores de petróleo, dos déficits norte-americanos, e dos processos de sobreacumulação de capital neste e noutros países), e com os quais se refestelaram

⁴³⁸ Idem, *ibidem*, p.226.

⁴³⁹ “O progresso da produção capitalista não cria apenas um mundo de prazeres. Ele abre com a especulação e o sistema de crédito milhares de fontes de súbito enriquecimento. Em certo nível de desenvolvimento, um grau convencional de esbanjamento, que é ao mesmo tempo ostentação de riqueza e, portanto, meio de obter crédito, torna-se até uma necessidade do negócio para o ‘infeliz’ capitalista. O luxo entra nos custos de representação do capital” (idem, *ibidem*, p.226).

⁴⁴⁰ “Os mercados financeiros contemporâneos apresentam grande inclinação a produzir episódios de euforia e de alavancagem imprudente, o que se contrapõe à sua extrema sensibilidade aos riscos de contração súbita da liquidez. Tais episódios de euforia e alavancagem excessiva terminariam em *crashes* espetaculares não fossem as repetidas intervenções de última instância dos bancos centrais mais poderosos” (Belluzzo, L.G. “Prefácio”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.13).

muitas economias periféricas. Presas numa espiral de endividamento, tais economias ficaram à mercê dos credores e, acima de tudo, do domínio estadunidense, que logo identificou aí a oportunidade de impingir a elas um conjunto de mudanças econômicas “estruturais”, de acordo com seus interesses comerciais, produtivos e financeiros.

Tudo indica que a produção dessas crises, que tiveram efeitos devastadores numa série de países⁴⁴¹, esteve longe de ser algo deliberado, como revelam os enormes esforços envidados pelos Estados Unidos no sentido de conter seus efeitos, em particular no sentido de impedir a falência de grandes bancos credores. Não tardou, o governo norte-americano encontrou uma função estratégica para os então praticamente inertes FMI e Banco Mundial, a de se tornar suas correias de transmissão, no processo de abertura dos mercados internos dos países periféricos ao jugo comercial, produtivo e financeiro norte-americanos; impondo a adoção das chamadas políticas de austeridade fiscal, de controle inflacionário, de manutenção de altas taxas de juros, de destruição de direitos trabalhistas, de alienação do patrimônio estatal por meio das privatizações, e assim por diante. Além do fortalecimento do mando norte-americano, em alguma medida as crises das dívidas garantiram a manutenção de relevantes afluxos de divisas para os países centrais, e contribuíram com a pujança do sistema financeiro internacional.

Também na década de 1980, em meio a crises financeiras, e em franco contraste com as elevadíssimas taxas de crescimento sustentadas entre meados da década de 1950 e meados da década de 1970, gestou-se o círculo de estagnação japonês, do qual esse país até hoje não conseguiu se desvencilhar⁴⁴², e que teve como momento-chave as enormes perdas decorrentes da desvalorização do dólar em 1985, depois que os bancos japoneses se lançaram à aquisição maciça de títulos da dívida norte-americana⁴⁴³. Como foi visto no item 1, acima, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelas oscilações da política econômica, ora francamente permissivas, ora bastante restritivas, por vezes se submetendo aos ditames norte-americanos, noutros momentos buscando autonomia, e assim sucessivamente. A despeito dessas vicissitudes, de relevantes processos econômicos, como a desterritorialização de parte da produção japonesa, em que grandes empresas de alguns setores deslocaram sua produção para diversos países do Leste Asiático,

⁴⁴¹ De acordo com os cálculos de Gowan, na Argentina, por exemplo, o custo da crise de 1980-2 chegou a 55,3% do PIB, no Chile, em 1981-3, a 41%; no Uruguai, em 1981-4, a 31,2%; em Israel, em 1980-3, a 30%, e no México, em 1994-5, a 13,5% (Gowan, P., op.cit., p.88).

⁴⁴² “Desde o início dos anos 90, o Japão atravessa a mais longa e profunda crise do pós-guerra. Que se julgue pelas estatísticas do PIB: no período de recuperação 1956-1973, a taxa média de crescimento do PIB é de 9,2%. Nos anos 80, é de 3,7%, superior à das economias ocidentais na mesma época. Enfim, no período 1992-2002, é somente de 0,7%...” (Sauviat, C. “Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.177).

⁴⁴³ “A partir da década de 1970 houve a abertura do mercado financeiro estadunidense. Em 1979 deu-se a supervalorização do dólar, através de um choque de juros. Entre 1980 e 1985 os bancos japoneses inflaram seus ativos com títulos da dívida americana, em dólar sobrevalorizado [...]. Com a desvalorização do dólar em 1985 e a brusca valorização do ien (o *endaka*) o sistema bancário japonês sofreu perdas consideráveis e entrou em ondas sucessivas de especulação patrimonial que quase o levaram à ruína. Esta é a raiz da crise na qual o Japão se encontra até hoje” (Tavares, M.C., “Apresentação”. In: Chesnais, F., *Tobin or Not Tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. São Paulo: Editora Unesp; ATTAC, 1999, p.5).

sobretudo na década de 1990, e a despeito dos fugazes momentos de recuperação, a economia japonesa manteve-se longe do dinamismo e das altas taxas de crescimento logrados num passado recente.

No início da década de 1990, além da crise financeira japonesa ocorreram importantes crises cambiais e financeiras na Europa – como a chamada crise da libra, em 1992, seguida pela crise da lira italiana, do franco e do Mecanismo da Taxa de Câmbio da União Européia, em 1993 -, precipitadas por incursões especulativas realizadas por um restrito número de “investidores institucionais”, com destaque para alguns fundos *hedge*⁴⁴⁴, junto com os trinta maiores bancos que controlavam os principais mercados cambiais europeus⁴⁴⁵. Nesse episódio, que prenunciou a crise dos países do Leste Asiático, e que se destaca por ter ocorrido no centro do sistema capitalista, revelou-se a capacidade dos investidores institucionais de mobilizar bilhões de dólares para influenciar as cotações dos ativos financeiros. Em particular, vê-se a relevância dos mercados cambiais; pelo fato de a moeda norte-americana servir de base para o sistema financeiro internacional, o qual tem na dívida pública norte-americana seu principal esteio e mecanismo de defesa, a maior parte das operações de securitização é feita em dólar, o que enseja a aferição de significativos ganhos de arbitragem, caso haja uma discrepância considerável entre a taxa de juros praticada internamente e a correspondente flutuação das taxas de câmbio locais relativamente ao dólar⁴⁴⁶. Por sua magnitude, e sua capacidade de alavancagem, os referidos “investidores institucionais” adquiriram o poder de interferir diretamente sobre as cotações das moedas domésticas, por meio de operações nos mercados cambiais.

Alguns anos depois foi a vez do México - à época menina dos olhos do FMI e importante espaço de atuação do capital financeiro internacional -, sofrer com uma profunda crise econômica, no bojo da qual o PIB mexicano contraiu em 5 pontos percentuais, a inflação ficou próxima aos 50%, mais de 25% da chamada população economicamente ativa amargou o desemprego, e mais de dois milhões e meio de pessoas caíram abaixo do chamado “limite da pobreza extrema”⁴⁴⁷. Segundo Chesnais, essa crise se destacou pela rápida conversão da crise financeira em crise bancária, e por seu espraiamento para o conjunto da economia mexicana, e além dela. Com a derrocada do peso, os grandes bancos que haviam entrado de cabeça nos mercados financeiros e oferecido crédito a torto e a direito, tiveram de se desdobrar tentando dar conta das pesadas obrigações em dólar, num contexto em que os depósitos foram sacados por empresas e particulares ávidos por liquidez. A elevação das taxas de juros que se seguiu tornou ainda mais difícil a posição

⁴⁴⁴ Dentre os quais o mais famigerado à época era o Quantum Funds, pertencente a George Soros.

⁴⁴⁵ Chesnais, F., *Tobin or Not Tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. São Paulo: Editora Unesp; ATTAC, 1999, p.32.

⁴⁴⁶ Tavares, M.C. “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.64.

⁴⁴⁷ Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.31-2.

dos bancos, por onerar o refinanciamento de suas dívidas; como resposta, houve um encarecimento geral dos créditos, que desencadeou uma série de falências e uma onda de inadimplência. Para completar, a diminuição do patrimônio dos bancos em decorrência da desvalorização dos ativos financeiros reduziu a sua capitalização abaixo do mínimo previsto internacionalmente, rebaixando a classificação dos bancos pelas agências de risco, e dificultando ainda mais sua captação de recursos externos. Criou-se assim um círculo vicioso em que a economia mexicana apenas decaía⁴⁴⁸.

Na seqüência seria a vez das economias do Leste Asiático, festejadas em função das enormes taxas de crescimento que ostentavam no momento. Apesar da reação em cadeia que se estabeleceu após a crise monetária na Tailândia, é necessário distinguir dois tipos de crise. Com os desequilíbrios nas contas externas tailandesas, em função do aumento das importações, gerou-se uma expectativa de que o governo tailandês desvalorizasse o *baht*⁴⁴⁹. Diante dela, os especuladores calculadamente se apressaram a trocar a moeda tailandesa por dólares, e ao fazê-lo, evidentemente, precipitaram sua desvalorização. Em resposta, como era de se esperar, o governo se esforçou para sustentar o valor da moeda local, comprando-a com suas reservas de moeda forte, mas seu fôlego era curto diante do poder dos “investidores institucionais”. Com o esgotamento das reservas tailandesas, o *baht* despencou, e os mesmos fundos que provocaram sua derrocada lucraram imensamente com sua recompra a preços excepcionalmente baixos.

De outro tipo é a crise sul-coreana. Depois de finalmente ceder às pressões norte-americanas para abrir sua economia para o capital especulativo internacional, condição para o seu ingresso na OCDE⁴⁵⁰, a Coreia do Sul foi vítima de uma avassaladora “profecia auto-realizável”⁴⁵¹; abruptamente, a avidez por investir na próspera Coreia do Sul se converteu em aversão, e os bancos decidiram não rolar seus empréstimos. Desse modo, deflagrou-se a crise, que

⁴⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.311-2.

⁴⁴⁹ “Quando o Japão consegue finalmente desvalorizar sua moeda em 1995, graças ao chamado ‘acordo do Plaza invertido’, isso se combina ao crescimento das importações na Tailândia, induzidas pelo forte crescimento, e com isso há uma rápida piora em suas contas externas. Com o crescimento da desconfiança em relação ao valor da moeda tailandesa, inicia-se o processo de reversão das bolhas de ativos financeiros, que estavam em franca expansão na região desde 1994” (Paulani, L. M. “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. *Revista Estudos Avançados*, n.23 (66), 2009, p.32).

⁴⁵⁰ “Ao ingressar na OCDE, a Coreia foi obrigada a formular um programa de implementação dos Códigos de Liberalização das Movimentações de Capital e Operações Correntes de Invisíveis da OCDE e a endossar a Declaração sobre Investimentos Internacionais e Empresas Multinacionais da OCDE, bem como a Decisão sobre ‘Tratamento Nacional’ da organização” (Gowan, P., *op.cit.*, p.139).

⁴⁵¹ Diante de um ataque especulativo, a reação “natural” das autoridades monetárias seria a de permitir a elevação da taxa de juros, de modo a igualar os ganhos do investimento em moeda doméstica, “cujo taxa de retorno é a taxa de juros doméstica”, aos ganhos do investimento em ativos denominados em moeda estrangeira, “cujo rendimento é a taxa de juros estrangeira mais a taxa de depreciação esperada”. No entanto, o aumento das taxas de juros implica em aumento das dívidas hipotecárias, em diminuição do investimento produtivo e aumento do desemprego, em aumento no custo da dívida, entre outros efeitos. Com isso, por vezes as autoridades se negam a seguir o curso normal, acabando por garantir o êxito do ataque especulativo, a realização da profecia (Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.234).

se somou ao turbilhão que estava atingindo não apenas a Tailândia, mas também a Malásia, a Indonésia, as Filipinas, Cingapura, Hong Kong, etc., com terríveis conseqüências sociais⁴⁵².

Num primeiro momento, a administração Clinton impediu o lançamento de pacotes de “ajuda” pelas instituições “multilaterais”, o que abriu margem para que o Japão buscasse protagonizar o processo de “salvamento” da economia sul-coreana e do conjunto dos países em crise no Leste e Sudeste Asiático, propondo a criação do Fundo Monetário Asiático (FMA), da ordem de 100 bilhões de dólares, e de um plano para a Tailândia. Com isso, o Japão visava reafirmar seu poder político e econômico e sua liderança na região, sobretudo frente aos Estados Unidos, bem como proteger a sua própria economia, dada as relações de dependência que esses mercados têm entre si.

Diante dessa “ameaça” japonesa, foi feita uma articulação exitosa entre Estados Unidos e diversos países da União Européia, para frustrar a criação do FMA. E no bojo da crise sul-coreana foi imposto a esse país o receituário padrão do FMI⁴⁵³: a taxa de juros de curto prazo deveria ser elevada a mais de 21% (uma taxa real de juros superior a 15% !); a política fiscal deveria sofrer um aperto de 1,5% do PIB; a moeda deveria sofrer uma desvalorização de 30% frente ao dólar; e ainda assim a taxa de inflação não poderia ser maior do que 5%. Além disso, foram exigidas mudanças no sistema bancário que acabaram por promover um forte aperto creditício⁴⁵⁴, e ao governo proibiu-se investir em obras públicas, o que até então era usualmente feito para favorecer os conglomerados sul-coreanos. De maneira geral haveria de se cortar gastos públicos (evidentemente não os relativos à rolagem e à amortização da dívida), elevar os impostos, intensificar a abertura comercial e financeira, e assim por diante.

No entanto, “o alívio nos mercados financeiros internacionais quando o acordo entre o FMI e o governo sul-coreano foi finalmente anunciado [no dia 4 de dezembro] durou menos de 24 horas”⁴⁵⁵. Poucos dias depois estourou a crise da Indonésia, e diante da perspectiva de propagação das quebradeiras e da inadimplência sul-coreana, finalmente o FMI e o Tesouro norte-americano

⁴⁵² “À medida que a crise progredia, o desemprego crescia, o PIB despencava e bancos fechavam. A taxa de desemprego quadruplicou na Coreia, triplicou na Tailândia e aumentou em dez vezes na Indonésia, onde quase 15 por cento dos homens que trabalhavam em 1997 perderam seus empregos até agosto de 1998. A devastação econômica foi bem pior nas áreas urbanas na principal ilha do arquipélago indonésio, Java. Na Coreia do Sul, a pobreza urbana quase triplicou, com praticamente um quarto da população caindo na pobreza. Na Indonésia, a pobreza dobrou. Em alguns lugares, como na Tailândia, aqueles que perderam seus empregos nas cidades retornaram às suas casas na área rural. Entretanto, isso colocou uma pressão crescente sobre aqueles do setor rural. Em 1998, o PIB na Indonésia caiu em 13,1 por cento; 6,7 por cento na Coreia e 10,8 por cento na Tailândia. Três anos após a crise, o PIB indonésio ainda estava 7,5 por cento abaixo do patamar pré-crise, e o da Tailândia, 2,3 por cento menor” (Stiglitz, J. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002, p.133-134). Os países que não afundaram em crises foram os que “tinham mantido em grande parte seus controles de capital estavam protegidos dos ataques financeiros que se seguiram: China, Taiwan, Vietnã e Índia” (Gowan, P., op.cit., p.160).

⁴⁵³ Agindo com sua usual arrogância, mas sempre oscilante e incapaz de determinar ou prever com eficácia as conseqüências de seus planos; e sempre afoito em propagandear seus sucessos imediatos, para logo em seguida, em face de cada fuga cambial e a cada elevação ou queda abrupta da bolsa de valores, recuar e ter de elevar brutalmente os recursos disponibilizados e flexibilizar seu uso. Em todo caso, em geral o resultado era o aprisionamento dos países afetados num círculo vicioso recessivo, marcado pela manutenção de altas taxas de juros e de controle inflacionário, e pelos crescentes déficits comerciais e na balança de pagamentos, em decorrência dos vultosos pagamentos dos serviços da dívida e da repatriação dos lucros das transnacionais.

⁴⁵⁴ Gowan, P., op.cit., p.168.

⁴⁵⁵ Idem, ibidem, p.170.

“flexibilizaram” seu “pacote”. No total, para que os países do Leste Asiático sustentassem suas taxas cambiais, o FMI lançou pacotes de empréstimos de emergência que somaram mais de 95 bilhões de dólares. Entretanto, o objetivo declarado não foi alcançado; na prática, como constata um ex-diretor do BIRD acima de qualquer suspeita, “o dinheiro serviu a outro propósito: permitiu que as nações em crise fornecessem dólares às empresas que tomaram empréstimos de bancos ocidentais, para pagar esses empréstimos. Por conseguinte, de certa forma, foi um empréstimo de emergência aos bancos internacionais”⁴⁵⁶. Por outro lado, a crise sul-coreana, que conduziu a falências, à deflação, e a brutais quedas nos valores acionários das empresas, provocou uma onda de aquisições de empresas sul-coreanas, sobretudo por grupos norte-americanos⁴⁵⁷.

Ademais, como assevera Gowan, ao tratar da crise sul-coreana, “a questão importante em relação a esse episódio fundamental é o fato de que o governo dos Estados Unidos procurou utilizar o pânico nos mercados privados, lidando com a moeda coreana e a dívida como uma alavanca política para favorecer seus objetivos políticos na Coreia”⁴⁵⁸, em consonância aos interesses dos grandes fundos financeiros e grandes conglomerados empresariais⁴⁵⁹. Ao promover grande destruição e desvalorização do capital e da força de trabalho, permitindo a aquisição de capital fixo e circulante a preços aviltantes, ou ao abrir brechas para amplos movimentos especulativos e para a compra de ações a preços igualmente baixos, por exemplo, as crises sempre propiciam fortes movimentos de concentração e centralização de capital, e favorecem os grupos econômicos mais vigorosos e menos afetados por ela. Não obstante, chama a atenção a conversão da crise em instrumento a ser mobilizado no sentido de atender a determinados interesses políticos, geopolíticos, e econômicos dos EUA.

Por outro lado, o processo de produção e as conseqüências das crises do Leste Asiático, bastante marcadas pela dinâmica dos mercados secundários, distinguem-se consideravelmente das crises das dívidas ocorridas na primeira metade da década de 1980. Nas palavras de Paulani,

“contrariamente ao mundo das finanças intermediadas (constituídas basicamente por empréstimos bancários), que estava por trás da crise das dívidas latino-americanas pouco mais de uma década antes, o mundo das finanças diretas já então dominante (operado pelos investidores institucionais e marcado pela existência de mercados secundários e forte poder dos ativos derivativos) agudizou as conseqüências do processo de formação e estouro de bolhas, mundializando o impacto das crises. Na esteira da crise asiática, também a Rússia (1998), o Brasil (1999) e, finalmente, a Argentina (2001) passaram por fortes turbulências e acabaram por impor pesadas desvalorizações a suas moedas”⁴⁶⁰.

⁴⁵⁶ Stiglitz, J. op.cit., p.131.

⁴⁵⁷ “O *Los Angeles Times* de 25 de janeiro de 1998 dizia: ‘Empresas americanas vêm grande liquidação na Coreia do Sul’ (...). Durante os primeiros cinco meses de 1998, as empresas americanas tinham comprado o dobro de empresas asiáticas em relação à qualquer ano anterior, gastando 8 bilhões de dólares no total (...). Empresas européias, principalmente aquelas do Reino Unido, Alemanha, e Holanda, também estiveram muito ativas, gastando cerca de 4 bilhões de dólares” (Gowan, P., op.cit., p.174).

⁴⁵⁸ Idem, ibidem, p.173.

⁴⁵⁹ “Mas qualquer que seja a exata relação entre a atividade desses fundos e a atividade do Tesouro americano, eles estavam ambos atuando na mesma direção no verão e no outono americano de 1997” (idem, ibidem, p.153).

⁴⁶⁰ Paulani, L. M. “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. *Revista Estudos Avançados*, n.23 (66), 2009, p.32. Cabe ressaltar de passagem que a despeito da relevante dimensão especulativa dessas

Contradizendo as previsões otimistas do FMI, no início de 1998 os países do Leste e Sudeste Asiático se encontravam no rumo da depressão. Diante da importância destes países como mercado consumidor de insumos primários, o preço desses produtos no mercado mundial despencou, afetando vários países periféricos, geralmente bastante endividados, fragilizados, e sujeitos a ataques especulativos rápidos e fulminantes, devido à grande liberdade gozada pelos capitais especulativos para circular pelos mercados financeiros de todo o mundo⁴⁶¹.

Com o barateamento do petróleo, a Rússia foi a próxima economia a colapsar, vítima de mais uma profecia auto-realizável (novamente anunciada por Soros). Seria mais do mesmo, se não fosse a inesperada reação da administração Yeltsin, que “representava uma camada muito estreita de especuladores cujo dinheiro estava a salvo no centro financeiro anglo-americano”, e que “simplesmente não reconheceu suas dívidas em títulos que tinha emitido para especuladores internacionais”⁴⁶². Sendo mais um episódio numa sequência de “choques” financeiros pelo mundo, a atitude russa abalou bastante a confiança nos mercados financeiros, o que se acentuou com o avanço da crise para outros países periféricos, como o Brasil, que em 1999 teve de desvalorizar o real e permitir a sua flutuação, em meio a grandes ataques especulativos e um acelerado endividamento público, apesar de seu desempenho econômico medíocre.

Diante das crescentes incertezas, muitos investidores direcionaram seus recursos para aplicações mais “conservadoras”, e buscaram refúgio em Wall Street, alimentando a bolha financeira que logo estouraria, tendo como epicentro os Estados Unidos. Cabe retomar aqui algumas considerações sobre o contexto em que essa bolha foi produzida. Em meados da década de 1990 houve uma expressiva recuperação da economia norte-americana, marcada pela redução de juros e de impostos, e pela garantia de crédito abundante e barato pelo Fed, o que estimulou o

crises, como será discutido no capítulo seguinte, não se pode deixar de localizar seu fundamento mais profundo, e suas múltiplas dimensões, em favor de suas formas de manifestação mais imediatas. “Que no período de crise falem meios de pagamento é evidente por isso mesmo. A conversibilidade das letras de câmbio substitui a própria metamorfose das mercadorias, e tanto mais precisamente nesse período quanto mais parte das casas comerciais trabalha meramente a crédito. [...] Num sistema de produção em que toda a conexão do processo de reprodução repousa sobre o crédito, quanto então o crédito subitamente cessa e passa apenas a valer pagamento em espécie, tem de sobrevir evidentemente uma crise, uma corrida violenta aos meios de pagamento. À primeira vista, a crise toda se apresenta, portanto, apenas como crise de crédito e crise monetária. E, de fato, trata-se apenas da conversibilidade das letras em dinheiro. Mas essas letras representam em sua maioria compras e vendas reais, cuja extensão, que ultrapassa de longe as necessidades sociais, está, em última instância, na base de toda crise. Ao lado disso, entretanto, uma enorme quantidade dessas letras representa negócios meramente fraudulentos, que agora vêm à luz do dia e estouram; além de especulações feitas com capital alheio, mas fracassadas; e, finalmente, capitais-mercadorias desvalorizados ou até invendáveis ou refluxos que jamais podem entrar” (Marx, K., *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.20-1). À guisa de exemplo, uma análise mais detida sobre a crise coreana, por exemplo, provavelmente revelaria um processo de sobreacumulação redundante dos vultosos investimentos domésticos e estrangeiros, particularmente japoneses, realizadas nos anos anteriores. Gowan lembra que “um superávit comercial coreano com os Estados Unidos da América de 9,6 bilhões de dólares em 1987 foi transformado em um déficit comercial com os Estados Unidos de mais de 4 bilhões de dólares em 1996” (Gowan, P., op.cit., p.139), resultado da guerra comercial declarada por este país contra a Coreia.

⁴⁶¹ “Entre setembro de 1997 e setembro de 1998 o preço do petróleo baixou 33 por cento, o do trigo caiu 39 por cento, o do cobre caiu 22 por cento” (idem, ibidem, p.175).

⁴⁶² Idem, ibidem, p.176. Ainda nas palavras de Gowan, “ele não buscou negociações, não implorou por mais auxílio. Simplesmente declarou que, embora os investidores ocidentais pensassem ter títulos de curto prazo do governo a uma determinada taxa de juros, eles estavam errados: eles agora tinham títulos de longo prazo a uma taxa de juros muito mais baixa. E embora os investidores ocidentais pensassem ter coberto o seu risco monetário (do colapso do rublo) ligado à posse de títulos, comprando derivativos de bancos russos, eles estavam errados novamente. O dinheiro não iria aparecer” (idem, ibidem, p.177).

endividamento por parte das empresas e das “famílias”; a retomada dos investimentos; o aumento simultâneo das importações e das exportações norte-americanas⁴⁶³; o forte inchaço das bolsas de valores⁴⁶⁴, entre outros fatores. Os efeitos das crises que se multiplicaram no período sobre a economia norte-americana foram ambíguos; tiveram aspectos favoráveis em função do barateamento das matérias-primas e de outros insumos, bem como de produtos industriais de baixo valor agregado, que os países periféricos exportavam para os Estados Unidos. A queda dos preços de produção assim ocasionada, a qual também foi favorecida pela expansão e multiplicação das “maquiladoras”, propiciou a manutenção de baixas taxas de inflação, mesmo em face das políticas monetárias expansionistas. No entanto, por outro lado, a instabilidade internacional, que junto com a valorização do dólar provocou a derrocada das exportações norte-americanas⁴⁶⁵ e a queda da lucratividade do setor manufatureiro, fizeram com que a economia norte-americana se visse à beira da recessão e de um colapso financeiro, e precipitaram uma expressiva baixa nas bolsas de valores.

Uma importante expressão desse abalo foi a bancarrota iminente do Long Term Capital Management (LTCM), um monumental fundo de *hedge*, que gozava de um poder aparentemente inexpugnável. Esse fundo era enorme, possuía um incrível poder de alavancagem⁴⁶⁶, reunia bancos gigantescos, como o UBS, o maior e mais importante banco europeu à época; tinha vínculos umbilicais com diversos governos, parlamentares, administradores de bancos centrais (alguns dos quais inclusive investiam no LTCM), ostentava entre seus funcionários dois ganhadores do Prêmio Nobel de Economia (Sholes e Robert Merton, premiados em 1977) e um ex-vice-presidente do Fed (David Mullins); em suma, um *Titanic*, símbolo do capitalismo hodierno, em que a dimensão financeira da acumulação adquiriu tamanha importância. Diante dos abalos da economia russa, na contramão da tendência amplamente dominante, os sócios do LTCM decidiram comprar maciçamente títulos russos, o que levou ao seu desmoronamento, quando da declaração da moratória pelo governo russo.

Na segunda metade de 1998, em resposta ao seu naufrágio, o Fed protagonizou uma enorme operação de salvamento, reunindo os maiores bancos norte-americanos e diversas outras instituições, sob a política do “*too big to fail*”. Com isso, evidenciou-se tanto a fragilidade dos sistemas financeiro e monetário internacionais, fortemente ameaçados pela falência de um único

⁴⁶³ Diga-se de passagem, apesar da retomada dos investimentos produtivos, os ganhos de produtividade não foram suficientes para dar conta da demanda aquecida; as importações se avolumaram, e se consolidou um déficit na balança comercial sem precedentes, ao qual veio a se somar um também extraordinário déficit na balança de pagamentos, em função do endividamento público e privado.

⁴⁶⁴ “Durante esse período de três anos [1995-1998], o ganho cumulativo no índice Standart and Poor foi de 111 por cento” (Gowan, P., op.cit., p.179).

⁴⁶⁵ “Em 1998, a exportação norte-americana de bens, que havia aumentado a uma taxa anual extraordinária de 13% em 1997, colapsou totalmente, a meros 0,6%” (Brenner, R. op.cit., p.27). Com isso, “entre 1997 e 2000, o déficit do comércio manufatureiro norte-americano aumentou a um fator de 3,5, quebrando novos recordes todo ano, e foi diretamente responsável pela triplicação do déficit da conta de transações correntes no mesmo intervalo” (idem, ibidem, p.30). As economias do Leste Asiático contribuíram para esse resultado, à medida que, depois da crise, dissociaram progressivamente suas moedas do dólar, logrando vantagens competitivas diante de sua valorização (idem, ibidem, p.32).

⁴⁶⁶ Segundo Gowan, esse fundo era capaz de ser alavancado em 250 vezes seu próprio capital (Gowan, P., op.cit., p.93).

fundo, quanto a sempre renovada disposição das autoridades monetários a mover céus e terra para sustentar a ciranda financeira.

Junto com o resgate do LTCM, o Fed promoveu mais três cortes sucessivos nos juros, o que não evitou as bolsas despencarem novamente. Dessa feita, a resposta do Fed foi mais contundente:

“Greenspan bombeou suficiente liquidez no sistema bancário para engendrar uma incrivelmente alta redução das taxas *federal fund* – de 5,5% a menos de 4% em questão de semanas – abrindo o caminho para a última e maior convulsão dos mercados acionários. Enquanto isso, para se certificar que essas intervenções nos mercados de crédito foram totalmente suficientes, o FED também induziu as Government Sponsored Enterprises (GSEs) Fannie Mae and Freddie Mac a disponibilizar aos emprestadores sem precedentes montantes de dinheiro adicional, seus empréstimos totalizando US\$ 600 bilhões nos anos de 1998-1999. A tomada de empréstimo das próprias GSEs para garantir esses adiantamentos somou não menos que 30% do total da tomada de empréstimo no mercado financeiro durante aquele intervalo de dois anos”⁴⁶⁷.

Diante de tais medidas, a bolha acionária retomou sua expansão, sobretudo com o inchaço das ações das empresas de telecomunicações e as “pontocom”. Essas empresas, que estavam no centro da crescente bolha financeira, obtiveram US\$ 1,5 trilhão em empréstimos entre 1996 e 2000, e emitiram mais US\$ 600 bilhões em ações. Em poucos anos foram esticados cabos de fibra ótica capazes de circundar o globo mais de 1500 vezes, e em finais de 2002 a taxa de utilização dessas redes atingia em média meros 2,5 a 3%. Por outro lado, sua lucratividade caiu de US\$ 35,2 bilhões em 1996 para US\$ 5,5 bilhões negativos em 2000. A bolha estava prestes a estourar...

Ignorando essas evidências, no final de 1999 Alan Greenspan ainda disparava: “é seguro afirmar estarmos testemunhando, nesta década da história americana, a mais convincente demonstração da capacidade produtiva de povos livres operando em mercados livres”⁴⁶⁸. Se não fossem seus efeitos desastrosos para um sem-número de espoliados, quão tediosas não seriam essas reiteradas demonstrações de estreiteza intelectual e de falta de memória por parte dos apologistas capitalistas. Apesar de sua extensão, cabe aqui uma pequena digressão, remetendo a uma passagem de *O Capital*,

“em parte devido à simples emissão de letras frias, em parte devido a negócios de mercadorias realizados somente com a finalidade de fabricar letras, todo o processo se complica tanto que a aparência de negócios sólidos e de refluxos rápidos pode subsistir tranqüilamente, depois que os refluxos, na realidade, eram já há muito feitos à custa em parte de prestamistas defraudados, em parte de produtores defraudados. Por isso, os negócios parecem quase exageradamente sadios justamente antes da crise. A melhor prova disso fornecem, por exemplo, os *Reports on Bank Acts* de 1857 e 1858, em que todos os diretores de bancos, comerciantes, em suma, todos os peritos convocados, Lorde Overstone à frente deles, se felicitavam mutuamente pelo florescimento e saúde dos negócios – exatamente um mês antes de rebentar a crise de agosto de 1857. E curiosamente Tooke, em sua *History of Prices*, passa outra vez por essa ilusão, como

⁴⁶⁷ Brenner, R., op.cit., p.27. “A formação e a consolidação da bolha no mercado de ações foi concomitante a um salto no déficit em balança corrente, que passou de 1,7% do PIB em 1997 para 4,5% em 2000” (idem, ibidem, p.66).

⁴⁶⁸ Idem, ibidem, p.285.

historiador, a cada crise. Os negócios estão sempre fundamentalmente sadios e a campanha em pleno avanço, até que subitamente ocorre o colapso”⁴⁶⁹.

Nessa conjuntura aparentemente alvissareira, que entusiasmava o presidente do Fed, o nível de poupança das famílias progressivamente caiu até se tornar fortemente negativo às vésperas da crise, no interior de um processo auto-alimentado, já que o aumento no valor nominal das ações tornava o investimento nelas atrativo, propiciando novas altas. Contando com a durabilidade desse processo, as famílias eram induzidas a diminuir seu nível de poupança, a elevar seu consumo, e a contrair empréstimos para novas rodadas de investimento nas bolsas⁴⁷⁰, em decorrência do que os economistas chamam de “efeito-riqueza” – a relação entre as variações na renda ou na riqueza, bem como as expectativas de alterações no futuro, e seus impactos nas decisões presentes, relativas ao nível de consumo e de poupança -, em grande medida ilusório, como logo ficaria evidente⁴⁷¹. Do lado das empresas, da mesma forma, criou-se um forte estímulo para o endividamento em escala crescente, valendo-se do crédito barato. Cabe repetir, tanto no que tange às famílias, quanto às empresas, o inchaço no valor dos ativos financeiros em sua posse era ele mesmo a garantia para que as instituições bancárias lhe concedessem mais empréstimos.

Quando a crise finalmente se deflagra, o principal motor da economia norte-americana no momento - o referido efeito-riqueza produzido pela constante alta nos preços dos ativos financeiros – é paralisado, a inadimplência sobe exponencialmente, e entre início de julho 2000 e final de junho de 2001 a economia norte-americana vive uma nova fase de recessão⁴⁷². No que tange ao setor das telecomunicações e das empresas “pontocom”, nesse período foram acumuladas perdas que superaram os lucros apresentados entre meados de 1995 e meados de 2000. O resultado geral foi uma cadeia de falências, e a demissão de mais de meio milhão de empregados⁴⁷³. Além disso, à medida que se aprofundava a crise na lucratividade as fraudes nos balanços das grandes corporações se generalizavam, com o aporte dos grandes bancos, que ganhavam muito com cada novo empréstimo, cada nova emissão de ações e bônus, cada nova fusão⁴⁷⁴. Ademais, mobilizou-se fartamente mecanismos de suborno e corrupção, bem como todo tipo de “incentivos” e “malabarismos” contábeis para garantir a essas empresas uma boa aparência econômica.

⁴⁶⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.20-21.

⁴⁷⁰ Chesnais, F. “A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p.61-2.

⁴⁷¹ No caso, trata-se da impressão de se estar mais rico em função de uma valorização dos ativos financeiros que se detém, o que implica em aumento do consumo (da “propensão a consumir”, em linguagem keynesiana), potencializado pelo crédito abundante. Não se pode desprezar possíveis impactos do efeito-riqueza nas decisões de investimento, já que, por exemplo, torna mais promissor o emprego de capital nas indústrias de bens de consumo, e incrementa a capacidade dos empresários em adquirirem créditos. No entanto, ao tratar das últimas bolhas financeiras, a ênfase deve cair sobre seu caráter ilusório.

⁴⁷² Brenner, R., op.cit., p.34. “Apenas nos EUA, foi estimado um volume de empréstimos inadimplentes no valor de US\$ 157,1 bilhões em 2002” (Cintra, M.A.M; Cagnin, R.F. “Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas”. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, dezembro 2007, p.312).

⁴⁷³ Brenner, R., op.cit., p.23-7.

⁴⁷⁴ Idem, ibidem, p.33. À guisa de exemplo, Brenner menciona que as cem grandes corporações listadas no índice Nasdaq 100 declararam nos três primeiros meses de 2001 um lucro de US\$ 19 bilhões, mas posteriormente à deflagração da crise e dos escândalos que se sucederam, tiveram que confessar uma perda de US\$ 82,3 bilhões para o mesmo período.

No final de 2001 o índice Nasdaq tinha caído 60% em comparação com o pico do início de 2000. E em questão de meses, nada menos do que US\$ 5 trilhões viraram fumaça, para utilizar expressão de Brenner⁴⁷⁵. Em 2002 houve nova queda das ações, e entre março e setembro daquele ano, o índice S&P 500 apresentou queda de 185%, e o Nasdaq, de 400%. O valor de mercado das corporações voltou ao patamar de 1996 (US\$ 10,3 trilhões), e tendo ainda como parâmetro o pico atingido às vésperas da crise, até meados de 2002 as ações das empresas de telecomunicações e das “pontocom” perderam 95% de seu valor, e as bolsas mundiais acumularam perdas de mais de US\$ 11,5 trilhões de dólares⁴⁷⁶.

6. A superação da crise de 2001 e a gestão da “mais recente” crise.

A despeito da grande magnitude da crise de 2000-1 sua superação foi rápida, lograda, sobretudo, e paradoxalmente, pelo reforço da dinâmica que a engendrou, por meio de medidas já rotineiras: por um lado, a radical redução das taxas de juros, o aumento da liquidez (viabilizada pela mobilização da senhoriagem)⁴⁷⁷, e a desvalorização do dólar, que não impediu um grande afluxo de mercadorias estrangeiras, junto ao ingresso de torrentes de investimento externo em carteira nos EUA⁴⁷⁸. Por outro lado, foi decisiva a escalada dos gastos militares, que havia sido iniciada ainda sob a gestão Clinton após a guerra da Iugoslávia, mas sofreu uma enorme intensificação sob a gestão Bush, depois do “11 de Setembro”. Tratou-se, segundo Brenner, da articulação conflituosa entre políticas liberalizantes e diferentes tipos de “keynesianismo” (o “tradicional”, o “militar”, e o da “bolsa de valores” ou do “preço dos ativos”⁴⁷⁹), sustentados por um vasto endividamento governamental, que em conjunto significaram “um estímulo ao crescimento econômico sem precedentes na história dos Estados Unidos, exceto em períodos de guerra”⁴⁸⁰.

No entanto, em 2003 os níveis de investimento privado, de emprego e de exportação ainda eram mais baixos que os verificados em 2000, e o desempenho da economia norte-americana continuava medíocre⁴⁸¹. O que, somado ao endividamento crescente por parte do governo norte-americano e à conseqüente deterioração do balanço de transações correntes, intensificou os temores em relação à derrocada do dólar, a alta dos juros, e ao surgimento de uma onda

⁴⁷⁵ Idem, *ibidem*, p.315.

⁴⁷⁶ Cagnin, R.F. “O ciclo dos imóveis e o crescimento econômico nos Estados Unidos 2002-2008”. In: *Estudos Avançados*, 23 (65), 2009, p.152.

⁴⁷⁷ Cf. Paulani, L. M., “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. *Revista Estudos Avançados*, n.23 (66), 2009, p.32-3.

⁴⁷⁸ O qual, por sua vez aprofundaram o déficit na balança comercial, e produziram um enorme déficit na conta de capitais estadunidense (Brenner, R., *op.cit.*, p.21).

⁴⁷⁹ Cf. idem, “What is Good for Goldman Sachs is Good for America: The Origins of the Current Crisis”. Acessível em <http://www.sscnet.ucla.edu/issr/cstch/papers/BrennerCrisisTodayOctober2009.pdf>, 2009.

⁴⁸⁰ Idem, *ibidem*, p.40. De um superávit orçamentário que totalizava 3% do PIB, passou-se a um déficit de 3,6% entre 2000 e 2003 (idem, *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.40).

⁴⁸¹ A média de crescimento do PIB entre 2000 e 2003 foi de 1,6% (idem, *ibidem*, p.41). Cf. idem, *ibidem*, p.3.

deflacionária e estagnante. Em resposta, o Fed, ainda em meados de 2003, baixou a taxa dos fundos federais para 1% (o menor nível desde 1958), o que foi reforçado por mais uma intervenção dos países do Leste Asiático, Japão à frente, adquirindo maciçamente dólares, títulos do governo norte-americano e outros ativos financeiros, para o que expandiram sua emissão monetária, promovendo assim um inchaço de seus próprios ativos financeiros. Ao mesmo tempo, na Europa, temendo a valorização excessiva do euro em relação ao dólar, o Banco Central Europeu foi levado a baixar sua própria taxa de juros de curto prazo ao nível da norte-americana.

Como já se tornara usual, nesse período, mais do que a via do investimento, as grandes corporações buscaram o incremento de sua lucratividade por meio do aumento da taxa de exploração dos trabalhadores e pelo enxugamento de seu quadro de empregados. Ao mesmo tempo, aproveitando-se do crédito abundante e barato, e da queda de juros de longo prazo⁴⁸² - que provocava a redução da lucratividade nas operações usuais de empréstimo -, as corporações mobilizaram fartamente o recurso à recompra de suas ações, e, junto com bancos, fundos de pensão, fundos *hedge*, companhias de seguro etc., em busca de maiores retornos engajaram-se uma vez mais na corrida por inovações e diversificação dos investimentos financeiros, incidindo principalmente sobre os mercados creditício e imobiliário, dinamizados por uma série de medidas do governo norte-americano. Isso porque, com o aumento dos preços residenciais, o acesso a esse mercado se tornava cada vez mais restrito, e havia evidentes indícios de que seu movimento expansivo logo se inverteria. Como será visto no capítulo 4, a resposta foi a difusão dos *subprime*, um tipo de crédito hipotecário redundante do afrouxamento das regras para a tomada de empréstimos imobiliários, que os tornaram acessíveis a faixas mais ampla da população.

Ainda de acordo com Brenner, essa aventura financeira garantiu uma retomada da economia norte-americana, que no auge do ciclo, no ano de 2004, cresceu cerca de 3,6%. Foi ela que teria ensejado o crescimento do consumo e dos investimentos residenciais, o principal motor da economia à época, de tal modo que a economia norte-americana, e em grande medida a economia mundial, estavam assentadas sobre um arranjo bastante instável: dependiam da concatenação de créditos extremamente baratos com um movimento ascendente dos preços dos imóveis. Situação essa que evidentemente não poderia durar, mas que levou o futuro presidente do Fed, Ben Bernanke, a exprimir todo o seu otimismo com o andamento da economia mundial, exaltando a tese da “Grande Moderação”, segundo a qual a era das grandes turbulências econômicas havia sido deixada para trás, substituída por uma dinâmica caracterizada por baixa

⁴⁸² Que apresentava uma trajetória declinante desde 1995, em função dos baixos níveis de investimento, e da abundância de crédito, em grande medida decorrente das volumosas aquisições de ativos baseados em dólares por parte das economias do Leste Asiático, mormente Japão e China, sempre esforçadas em manter baixas as taxas de câmbio de suas moedas, e em estimular a demanda interna norte-americana, em favor de suas exportações.

inflação, altas taxas de crescimento, e suaves recessões. E isso, note-se, em 2004, quando a bolha financeira inflava num ritmo vertiginoso⁴⁸³.

Diga-se de passagem, curioso, mas nada surpreendente é o fato de o comportamento predatório e fraudulento dos executivos e diretores das empresas financeiras e não-financeiras não ter sido coibido após a crise de 2001. Ao contrário, como aponta Brenner, a demissão dos funcionários dos corpos diretivos e executivos das vinte e cinco maiores empresas públicas norte-americanas que faliram em meio à crise, longe de representar uma punição exemplar, foi um endosso de suas práticas, posto que lhes rendeu US\$ 3,3 bilhões. Ademais, “entre 1995 e 1999, o valor das opções de ações lançadas aos executivos americanos mais que quadruplicou, passando de US\$ 26,5 bilhões para US\$ 110 bilhões”. E “em 1992, os executivos-chefes das corporações detinham 2% do total de ações em circulação das corporações americanas; em 2002, eram proprietários de 12% desse total”⁴⁸⁴. Toda essa trajetória iria se reproduzir nos anos seguintes.

Como mencionado, outro elemento de estímulo, mas também de desestabilização da economia norte-americana, foram os gastos militares, principalmente no bojo das invasões do Afeganistão e do Iraque, sob o argumento do combate ao “terrorismo”. Em ambos os episódios, a ofensiva norte-americana foi avassaladora, causando vasta destruição, elevado número de mortos (combatentes e não-combatentes) nos países invadidos, e uma rápida ocupação dos territórios. No entanto, as ocupações não significaram a resolução dos conflitos; ao contrário, a resistência iraquiana e afegã adquiriu caráter de guerrilha, os atentados se multiplicaram, e juntos com eles as baixas do lado invasor. Desse modo, no interior de um plano de largo alcance para a manutenção do domínio global norte-americano, e em seu afã por instituir nos países invadidos governos títeres, e assim convertê-los em novos campos para exploração do capital norte-americano, o governo estadunidense se viu enredado em conflitos muito mais longos e custosos do que havia previsto⁴⁸⁵.

Havia, em tese, quatro possibilidades de financiamento dessas ofensivas militares. A primeira seria a elevação de impostos, mas essa decisão enfrentaria a férrea oposição da base eleitoral de Bush Filho, que em sua campanha prometeu reduzir a carga tributária. Outra

⁴⁸³ Cf. Roubini, N.; Mihm, S. *A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010, p.35. Segundo Brenner, entre 2000 e 2005, o investimento não-residencial e as exportações líquidas tiveram ao todo uma taxa de crescimento negativa, o que revelaria a importância da bolha financeira para o (parco) crescimento do PIB estadunidense no período (Brenner, R. *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.62).

⁴⁸⁴ Idem, *ibidem*, p.35.

⁴⁸⁵ Ainda em 2003, logo no início da guerra do Iraque, a administração Bush estimou que seu custo chegaria a US\$ 50 ou US\$ 60 bilhões. Logo depois essa estimativa subiu para US\$ 200 bilhões. Em 20 de julho de 2010 o serviço de Pesquisa do Congresso norte-americano declarou que havia sido gasto aí mais de US\$ 784 bilhões; já no Afeganistão e em outras operações antiterrorismo foram gastos outros US\$ 321 bilhões. Com isso, a apologética e cinicamente designada “guerra ao terror” seria a segunda mais cara desde a Guerra de Independência, ficando atrás apenas da Segunda Guerra Mundial (cf. a reportagem “Guerra ao terror já custa US\$ 1 trilhão”. Publicado no Jornal Folha de São Paulo, no dia 21/07/2010). Ocorre que, no momento em que foi declarada extinta a Guerra contra o Iraque, os custos estadunidenses com os referidos empreendimentos bélicos ultrapassavam os US\$ 3 trilhões (cf. p.286 adiante).

possibilidade seria recorrer aos empréstimos externos, que de fato aumentaram, mas foram limitados pela necessidade de manutenção de juros baixos para incentivar a economia após o estouro da bolha das empresas “pontocom”, e pela opção de não aumentar o poder de influência dos investidores estrangeiros na economia norte-americana. Não obstante, acentuou-se a imbricação entre os investimentos bélicos e o sistema financeiro, ou entre a “indústria da guerra” e a valorização financeira: cada vez mais, a dinâmica dos mercados financeiros, particularmente norte-americano, amoldou-se à perspectiva de guerras permanentes, pululando pelo mundo; e, após 2001, as ações da indústria bélica passaram a assumir posição de destaque em diversas praças financeiras⁴⁸⁶. Uma terceira possibilidade seria a do autofinanciamento (a guerra “pagando a si mesma”), que se mostrou inviável mesmo com a exploração do petróleo iraquiano, devido aos seus custos astronômicos. Por fim, havia o expediente de, mais uma vez, valer-se dos privilégios de senhoriação, que efetivamente resultou ser a principal fonte de financiamento das guerras contra o Iraque e o Afeganistão⁴⁸⁷, aprofundando o endividamento norte-americano, e ampliando as desconfianças sobre a capacidade de manutenção do dólar como moeda mundial.

Além das bolhas especulativas e do endividamento crônico e crescente das corporações, das “famílias” e do Estado, decisivo nesse período foi também o desempenho da economia chinesa. A despeito das profundas turbulências econômicas que caracterizaram o mercado mundial nas últimas décadas, a economia chinesa logrou sustentar elevadíssimas taxas de crescimento, sobretudo a partir de meados da década de 1990. Como constata Arrighi, “entre 2001 e 2004 [a China] foi responsável por um terço do aumento total do volume mundial de importações”⁴⁸⁸; em poucos anos ela se tornou o maior parceiro comercial do Japão e da Coreia do Norte; e em relação à Índia o volume comercial subiu de US\$ 300 milhões em 1994 para mais de US\$ 20 bilhões em 2005. Ademais, no final de 2004 a China assinou um importante acordo petrolífero com o Irã; em 2000, perdoou dívidas africanas no valor de US\$ 1,2 bilhão, e até 2004 o comércio com países africanos aumentou de menos de US\$ 10 bilhões para mais de US\$ 40 bilhões⁴⁸⁹. Os laços comerciais também se estreitaram com a América do Sul, com destaque para os acordos petrolíferos com a Venezuela. E o mesmo vale para a União Européia, que caminha para se tornar o principal parceiro comercial da China. Já no que tange aos acordos multilaterais, os chineses tiveram importante papel na integração da Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático), e adquiriram papel de destaque no G-20, junto a Brasil, Índia e África do Sul. Ademais, e talvez

⁴⁸⁶ “Símbolo do novo entusiasmo dos investidores pelo setor de armamento (após a bancarrota da ‘nova economia’ e mais ainda depois dos atentados de 11 de setembro de 2001), muitas praças financeiras criaram um índice composto exclusivamente por empresas desse setor” (Serfati, C; Mampaey, L.; *op. cit.*, p.228).

⁴⁸⁷ “Já que os impostos não poderiam ser aumentados, que o empréstimo estrangeiro tinha limites, e que a guerra não estava se autofinanciando, a exploração dos privilégios da *seigniorage* se tornaram o principal fonte de financiamento das guerras do Bush” (Arrighi, G. “Hegemony Unravelling. Party I”. In: *New Left Review*, nº 32, maio-abril de 2005, p.68).

⁴⁸⁸ Idem, *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.216.

⁴⁸⁹ “Já existem no continente africano oitocentas companhias, com novecentos projetos e 80 mil trabalhadores chineses” (Fiori, J.L. “Era uma vez um Imperador chinês”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.215)

ainda mais importante, a China assumiu o papel de principal financiador dos EUA e de espaço privilegiado de investimento do capital norte-americano.

Por fim, deve-se mencionar outros dois processos econômicos que caracterizam o período em vista; em primeiro lugar, com as baixas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos o investimento financeiro em países periféricos se tornou mais atrativo⁴⁹⁰; além disso, ao longo da década de 2000 surgiram nesses países importantes corporações em certos ramos produtivos⁴⁹¹. Oportunamente será analisado o significado desses desenvolvimentos, inclusive do “milagre chinês”.

*

Em suma, após a crise de 2000-1, o que se verificou foi o aprofundamento da trajetória que se estabeleceu em fins da década de 1990, e que tem como esteio o processo de endividamento privado⁴⁹² e o inchaço de bolhas financeiras, respaldado e estimulado pelo Estado⁴⁹³.

Se o Sistema de Bretton Woods poderia ser compreendido como um sistema de crédito bancário, para alguns autores o atual sistema financeiro internacional afigura-se como um sistema de “crédito puro”⁴⁹⁴. Em seu bojo, “as tensões de iliquidez ou de inadimplemento que surgem em algum ponto do sistema são ‘resolvidas’ através da queda de preços dos instrumentos financeiros”⁴⁹⁵, a qual, ultrapassada certa magnitude e extensão, põe em funcionamento o “emprestador de última instância” e as políticas do “*too big to fail*”. Ademais, assume proeminência o sistema financeiro internacional, que compreende um conjunto de mercados “dominados pela ‘lógica dos estoques’”, nos quais

“a especulação não é estabilizadora nem autocorretiva, ao contrário do que procuram afirmar os monetaristas clássicos e os partidários das expectativas racionais, porquanto a

⁴⁹⁰ Cf. Chesnais, F. “Apresentação à edição brasileira”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.25.

⁴⁹¹ “Nos setores específicos do ‘Sul’ – na agroindústria, nas minas e nos metais de base, mas também em menor medida nos bancos e nos serviços financeiros – constata-se uma ênfase análoga àquela do Norte, na centralização e concentração do capital. Em certos setores elas dão origem a oligopólios ‘rejuvenescidos’ e ‘renovados’. Eles combinam um controle importante da *corporate governance*, um gerenciamento moderno e um uso possível das tecnologias de ponta com as formas de exploração mais retrógradas da força de trabalho e do meio ambiente” (idem, ibidem, p.24).

⁴⁹² Que não vem de hoje, como revelam as análises de Aglietta e Orleán: “a mutação mais fundamental que a regulação monopolista imprimiu à demanda de crédito é a expansão extraordinária do crédito às famílias. Ela se refere simultaneamente ao aumento do crédito hipotecário, concedido para a aquisição de habitações, e ao crédito de consumo, para aquisição de bens duráveis, que se tornou o componente dinâmico da produção de massa, durante a grande fase da acumulação intensiva de capital” (Aglietta, M; Orleán, A., op.cit., p.327). E ainda, “tornando-se o suporte de um processo especulativo, o setor imobiliário, que era antigamente a ponta-de-lança da generalização do *American way of life*, é agora um agente da crise inflacionária” (idem, ibidem, p.334).

⁴⁹³ Trajetória que se afigurava insustentável para muitos. Ainda em um momento inicial da produção da bolha imobiliária, alertava Kurz que “... se essa bolha especulativa de hoje em dia explodir, isso seria, em relação à crise mundial de 29, como comparar a queda de alguém do quinquagésimo andar com alguém caindo do andar térreo” (Kurz, R. “Com todo vapor ao colapso”. In: *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF - PAZULIN, 2004, p.34). Retrospectivamente, por seu turno, Brenner identifica no ano de 2001 o início de um novo ciclo econômico, o pior desde o pós-Segunda Guerra Mundial (cf. Brenner, R. “A devastating economic crisis unfolds”. Acessível em <http://www.greenleft.org.au/node/38913>, 2009, s/p; e idem, “What is Good for Goldman Sachs is Good for America: The Origins of the Current Crisis”, op.cit., p. 6).

⁴⁹⁴ “Esse processo de transformações na esfera financeira pode ser entendido como a generalização e a supremacia dos mercados de capitais em substituição à dominância anterior do sistema de crédito comandado pelos bancos” (Belluzzo, L.G. “O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados ‘globalizados’”, op.cit., p.16). Vimos que a noção de “crédito puro” é capciosa, pois escamoteia os múltiplos nexos que unem a dimensão financeira às demais dimensões do processo global de produção de capital.

⁴⁹⁵ Idem, ibidem, p.17.

coexistência entre incerteza, assimetria (de poder e de informação) e mimetismo freqüentemente dá origem a processos auto-referenciais, instáveis e desgarrados dos ‘fundamentos’”⁴⁹⁶.

Ora, uma determinação saliente da atual conjuntura é que nela, a produção e a avaliação do “risco” das operações financeiras, assim como a instabilidade nos mercados financeiros se tornam fundamentais para a aferição de vultosos ganhos, ambicionados por empresas financeiras e não-financeiras, e com impactos sobre o processo concorrencial como um todo.

Ao tratar das particularidades da atual configuração do capitalismo, Belluzzo assevera que

“as tendências que considero as mais importantes: 1) o maior peso da riqueza financeira na riqueza total; 2) o poder crescente dos administradores da massa de ativos mobiliários (fundos mútuos, fundos de pensão, seguros) na definição das formas de utilização da “poupança” e do crédito; 3) a generalização da abertura das contas de capital, dos regimes de taxas flutuantes e do uso de derivativos; 4) as agências de classificação de risco assumem o papel de tribunais, com pretensões de julgar a qualidade das políticas econômicas nacionais”⁴⁹⁷.

Nesse contexto, os mercados financeiros exercem decisiva influência sobre os níveis de liquidez e de preços mundiais, em particular o sistema financeiro norte-americano, o qual, livre das amarras do ouro e abusando do poder de senhoriação, teria atuado, segundo alguns autores, “como grande banco comercial global, gerindo os processos de expansão e retração do crédito e de valorização e desvalorização da riqueza americana e de grande parte da riqueza mundial”⁴⁹⁸. Entretanto, como se buscou demonstrar, não é possível desprezar a influência decisiva dos Estados (sobretudo dos países capitalistas centrais, e dentre eles, dos Estados Unidos), na produção e nos rumos do sistema financeiro internacional, influência essa que evidentemente incide sobre o comportamento dos distintos “investidores”, algumas vezes de modo convergente, outras não.

Encontrando paralelo nas décadas que antecederam imediatamente a Primeira Guerra Mundial, o período atual também é caracterizado pela avassaladora intensificação dos fluxos internacionais de capital⁴⁹⁹, pela crescente integração mundial dos mercados, e pela sincronização dos ciclos econômicos⁵⁰⁰. E aqui, tanto no que tange ao sistema financeiro internacional, quanto ao sistema produtivo, foram determinantes uma série de inovações tecnológicas em setores como o de transporte e o de comunicação, bem como a difusão da automação, catapultada pela

⁴⁹⁶ Idem, “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.177. Cf. Gowan, P., op.cit., p.12.

⁴⁹⁷ Belluzzo, L.G. “Prefácio”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.12

⁴⁹⁸ Cintra, M.A.M.; Cagnin, R.F. “Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas”. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, dezembro 2007, p.297.

⁴⁹⁹ “Antes da Primeira Guerra Mundial, não existiam controles sobre as transações financeiras internacionais e os fluxos de capital internacionais alcançavam níveis elevados. O período entre as guerras mundiais assistiu ao colapso desse sistema, à imposição generalizada de *controles de capital* e ao declínio no movimento internacional de capitais”⁴⁹⁹. O quarto de século seguinte à Segunda Guerra mundial foi, então, marcado pelo progressivo relaxamento dos controles e pela recuperação gradual dos fluxos financeiros internacionais. O período mais recente – a partir da década de 70 – assinala novamente uma fase de elevada mobilidade do capital” (Einchengreen, B. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.23).

⁵⁰⁰ “... esse período assistiu a uma integração mais estreita e mais profunda da economia internacional, enquanto os ciclos de negócios de todos os principais participantes sincronizavam-se e tornavam-se mais pronunciados. Aquele regime, projetado para aumentar a autonomia (por meio da permissão de taxas de câmbio flutuantes e de políticas monetárias independentes) tinha realmente levada à direção oposta” (Hirst, P., Thompson, G., op.cit., p.81).

informatização e pela robótica. Com isso, dentre outros desdobramentos, potencializou-se a dispersão geográfica da produção⁵⁰¹; acirrarou-se o processo competitivo; e alimentou-se os mercados financeiros, ensejando a realização de operações simultâneas, em distintos mercados financeiros pelo mundo afora, em tempo real⁵⁰².

Ao considerar um conjunto de eventos e processos históricos, e ao aventar algumas das características da atual fase de desenvolvimento do capitalismo, a intenção foi produzir uma base sobre a qual se possa situar e articular um conjunto de debates marxistas, os quais, por sua vez, deverão propiciar uma apreensão conceitual sólida sobre a hodierna dinâmica da acumulação de capital.

⁵⁰¹ Ao que se soma processo de automação, catapultado pela informatização e pela robótica.

⁵⁰² Cabe mencionar, não obstante, que integração não deve ser compreendido como algo “oni-abrangente”, e tampouco como mera homogeneização ou nivelamento. Como será discutido na seção 2 do próximo capítulo, o mercado mundial de modo algum deixou de ser um espaço altamente hierárquico.

Parte II: O(s) marxismo(s) diante de desafios impostos pelo capitalismo contemporâneo

Capítulo 3. O capitalismo contemporâneo em noções-chave

Aos intelectuais marxistas, o recente e turbulento evoluir histórico do modo de produção capitalista, apresentado em largos e seletivos traços no capítulo precedente, deu azo a dúvidas, incertezas, espantos, promessas, desilusões, mas também a inúmeros esforços teóricos. Dentre eles, muitos são dignos de cuidadosa consideração, se se compreende que a atual dinâmica da acumulação de capital perfaz uma etapa particular desse modo de produção, com especificidades que por vezes desafiam as conceituações estabelecidas.

Optamos por reunir aqui uma pequena parte dessa produção teórica num conjunto de “*noções-chave*” – *noções*, posto que nem sempre submetidas a uma conceituação propriamente dita -, a saber: a de pós-modernismo (ou pós-modernidade), a de globalização, a de neoliberalismo, a de financeirização, a de hegemonia e a de imperialismo. Trata-se, evidentemente, de noções polissêmicas, que foram desenvolvidas em meio a intensos debates que continuam a se desenrolar, envolvendo intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento e tradições, e recebendo inclusive tratativas que adquiriram popularidade e se difundiram pelos grandes meios de comunicação.

Não é possível fazer jus aqui à riqueza das discussões, e fugir de toda a simplificações redutoras, dada a amplitude (quantitativa e qualitativa) dos debates, e a nossa ignorância frente a algumas de suas dimensões. Por outro lado, para os propósitos deste texto, a seletividade dos temas e das abordagens é imprescindível; priorizaremos os esforços que consideramos mais exitosos na ampliação de nossa compreensão crítica da atualidade, levados adiante por autores que buscaram desenvolver suas análises da “perspectiva da totalidade” sistêmica, e deram a tais noções uma tratativa mais matizada e exaustiva. Por outro lado, ao invés de almejarmos esboçar aqui uma história das idéias digna desse nome, queremos, além da apreender alguns conceitos fundamentais, localizar certas articulações entre o desenvolvimento teórico e o processo histórico subjacente, pressupondo os elementos apresentados no capítulo anterior.

Cabe adiantar, por fim, que não é possível definir uma marcada sucessão cronológica entre as noções visadas; elas coexistem no tempo, e por vezes são empregadas pelos mesmos autores, cumprindo funções diversas. Antes de uma limitação, tentaremos fazer dessa peculiaridade um fio condutor das análises. Começemos, pois, pelas noções de pós-modernidade e de pós-modernismo.

1. Pós-modernidade e pós-modernismo

Parece salutar que principiemos a aproximação ao tema precisando, em linhas gerais, ao que se referem os termos “pós-modernismo” ou “pós-modernidade”: a um movimento estético? A uma estrutura epistemológica ou cognitiva? A uma nova era que teria sido aberta à humanidade? A uma determinada fase de desenvolvimento do capitalismo? Entretanto, reside justamente aí um conjunto de obstáculos. De saída, percebe-se que os próprios termos, pela falta de auto-referenciação, indicam uma etapa de transição, algo indefinida e instável. Por outro lado, o prefixo “pós” denota uma ruptura, seja no tempo, seja na dimensão das formas e dos conteúdos. O desafio logo se agiganta se se considera, junto com Perry Anderson, que a história das vicissitudes do moderno e de suas múltiplas relações com o pós-moderno “ainda é recente demais para uma interpretação desapaixonada que faça justiça a todas as suas contradições”⁵⁰³. Mas coloquemos tais dificuldades de lado, já que nosso escopo aqui é bem mais modesto.

Ora, caso nos fixemos, por exemplo, em fenômenos estéticos e epistemológicos - por vezes subsumidos sob a noção de pós-modernismo, em oposição à de pós-modernidade, que designaria uma época histórica -, notamos que, enquanto a teorização e a subsunção de toda uma gama de vertentes artísticas e teóricas ao conceito de moderno se deram de maneira *post festum*, a mobilização generalizada da noção de pós-moderno não foi nada tardia; na realidade se converteu num rótulo que aderiu a boa parte das obras estéticas e teóricas após a difusão e consagração do termo, na década de 1970. Por outro lado, enquanto o modernismo estético caracteriza-se pelos manifestos, pelas marcadas diferenciações reivindicadas por parte de coletivos coesos e conscientemente inovadores, com base em sólidos princípios políticos e estéticos, o pós-modernismo caracteriza-se sobremaneira pela indiferenciação, pela experimentação descompromissada, numa pretensa fuga ao formalismo e ao doutrinário⁵⁰⁴. Não foi por acaso que, por vezes, a conceituação de pós-modernismo se confundiu com a mera listagem caótica e heterogênea de autores, obras, e gêneros⁵⁰⁵.

Se nos voltássemos, ao contrário, para as formas contemporâneas de sociabilidade, para o atual padrão de desenvolvimento tecnológico, para as formas dominantes de produção e consumo,

⁵⁰³ Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.119.

⁵⁰⁴ “O universo pós-moderno não é de delimitação, mas de mistura, de celebração do cruzamento, do híbrido, do *pot-pourri*” (Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.110). Não obstante, no que tange ao modernismo, e de modo a fugir a mistificações, é mister recordar, como faz Harvey, que o feroz ímpeto de diferenciação e inovação das *vanguardas* também responde à falência das antigas estruturas do “patronato aristocrático, estatal ou institucional”, que lançou os artistas a um renovado espaço competitivo, onde cada qual necessitava vender sua *obra de arte* e valorizar sua assinatura, fortificando a “aura” de seus produtos, que, com sorte, seria traduzida em numerário no mercado de arte (cf, Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p.31).

⁵⁰⁵ “Se o pós-modernismo cobre tudo desde o punk à morte da meta-narrativa, dos fanzines a Foucault, como conceber que um único esquema explanatório possa fazer justiça a uma entidade de uma heterogeneidade tão fantástica assim?” (Eagleton, T. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.30).

e assim por diante, as dificuldades não seriam menores; também aqui prevaleceria a dispersão, o ecletismo, e a apologética falastrona em detrimento da crítica.

Tentemos, então, encontrar um solo mais firme para essa investigação.

1.1 A consagração do pós-modernismo

Não cabe fazer uma genealogia do termo⁵⁰⁶; partamos da generalização de seu uso, na década de 1970. Um marco nesse processo, segundo Anderson, foi a publicação do periódico *Boundary 2 – Revista de Literatura e Cultura Pós-Modernas*, na qual o pós-modernismo foi apresentado pela primeira vez como referência coletiva⁵⁰⁷. Um destacado colaborador da revista, Ihab Hassan, em busca de elementos de radicalização ou de negação do modernismo, teve o mérito de estender suas análises sobre o pós-modernismo a diversos campos da produção estética – como as artes visuais e a música –, e além deles – à tecnologia, e posteriormente à ciência e à filosofia. Com forte veia antimarxista, Hassan pretendia se esquivar à política, a qual encarava com desconfiança, ao mesmo tempo em que decretava a obsolescência das distinções entre esquerda e direita, materialismo e idealismo, base e superestrutura⁵⁰⁸.

Apesar de aglutinar sob a noção de pós-modernismo um espectro bastante amplo e heterogêneo de manifestações culturais, indo do conceitualismo à Andy Warhol, a preferência de Hassan recaía sobre as produções que tinham por referência “as formas exasperadas do modernismo clássico”. Desse modo, bastante decepcionado, em meados da década de 1980, Hassan se viu compelido a avaliar os rumos do pós-modernismo, concluindo que “o próprio pós-moderno mudou, dando, a meu ver, a guinada errada. Encurralado entre a truculência ideológica e a ineficácia desmistificadora, preso no seu próprio *kitsch*, o pós-modernismo tornou-se uma espécie de pilhéria eclética, refinada lascívia de nossos prazeres roubados e descrenças fúteis”⁵⁰⁹.

Mas foi justamente esse pós-modernismo que se generalizou, tendo como principal vetor correntes da arquitetura afirmadas em *Learning from Las Vegas* (1972), de Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour. Nesse pequeno porém contundente texto pululam invectivas contra a arquitetura moderna ortodoxa, em favor de um conformismo cínico ante os imperativos do mercado. Lê-se, por exemplo, que “a faixa comercial [...] desafia o arquiteto a adotar uma visão positiva, não ressentida. Arquitetos estão desacostumados a olhar o ambiente sem julgamentos, porque a arquitetura moderna ortodoxa é progressista, se não revolucionária, utópica e purista: mostra-se insatisfeita com as condições existentes [...]. Os arquitetos têm preferido mudar o

⁵⁰⁶ Sobre suas origens e seus variantes empregos, cf. Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.9-21.

⁵⁰⁷ Idem, ibidem, p.23.

⁵⁰⁸ Idem, ibidem, 26-7.

⁵⁰⁹ Hassan citado por Anderson, P. ibidem, p.28.

ambiente existente, ao invés de melhorar o que está aí”⁵¹⁰. Em oposição a essa arquitetura, dizem os autores: “... os valores de Las Vegas não são questionados aqui. A moralidade da propaganda comercial, os ganhos do jogo e o instinto competitivo não estão em questão aqui”⁵¹¹.

Aproveitando o filão aberto por seu professor Robert Venturi, Charles Jencks adquiriu projeção internacional, num momento em que o pós-modernismo já se tornara dominante na arquitetura, e só viria a vicejar. De acordo com Anderson, “em meados da década de 1980, Jencks festejava o pós-moderno como um civilização mundial de tolerância pluralística e opções superabundantes, uma civilização que ‘tornava sem sentido’ polaridades ultrapassadas como ‘esquerda e direita, capitalista e classe operária’”⁵¹²; e decretava o fim das vanguardas, já que “não há inimigo para derrotar”⁵¹³. O pós-modernismo anunciava a produção de uma “ordem simbólica comum do tipo fornecido por uma religião”, e esse seria seu grande mérito. Desse modo, Jencks não só entoa a cantilena do “fim das ideologias”, mas também parece encontrar no pós-modernismo a resposta que buscava Daniel Bell, em face das “contradições culturais do capitalismo”⁵¹⁴. Escrevendo em meados da década de 1970, Bell constatara que, ao se espriar pelo tecido social, difundindo uma cultura hedonista, o modernismo estaria minando as tradições e os valores que outrora teriam garantido a coesão e a disciplina necessária a uma dinâmica social “saúdável”. À medida que destruiu a “ética protestante” e a “moral do trabalho”, o modernismo teria liberado o fantasma da anomia, e o único modo de exorcizá-lo, aposta Bell, seria o revigoreamento religioso. Em todo caso, há de se imaginar a surpresa desse baluarte da conservação ao descobrir que o antídoto buscado viria na forma da cultura pós-moderna...

Também determinante para a projeção internacional do pós-modernismo foi a teorização que dele fez François Lyotard. A publicação de *A Condição Pós-moderna*, em 1979, teve ampla repercussão, e essa obra logo se tornou uma referência obrigatória do debate em torno do pós-modernismo e da pós-modernidade, de agora em diante relacionados a mudanças decisivas na própria “condição humana”. Segundo Lyotard, a pós-modernidade, fruto do advento da sociedade pós-industrial - tal qual teorizada pelo recém-citado Daniel Bell e por Alain Touraine⁵¹⁵ -, definia uma sociedade constituída como um grande conjunto de jogos de linguagem, diversos e

⁵¹⁰ Venturi, R., Brown, D.S., Izenour, S. *Learning from Las Vegas: the forgotten symbolism of architectural form*. Cambridge: MIT Press, 1995, p.5.

⁵¹¹ Idem, ibidem, p.6.

⁵¹² Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.31.

⁵¹³ Perspectiva que se revelaria duradoura: “hoje, enfatizar a lógica econômica ‘objetiva’ despolitizada contra formas de paixões ideológicas supostamente ‘superadas’ é a forma ideológica predominante, pois a ideologia é sempre auto-referente, ou seja, sempre define a si mesma por meio de uma distância em relação a um Outro rejeitado e denunciado como ‘ideológico’” (Žižek, S. “Multiculturalismo ou a lógica cultural do capitalismo multinacional”. In: Dunker, C.; Prado, J.L (orgs) *Žižek Crítico*. São Paulo: Hacker, 2005, p.23).

⁵¹⁴ Cf. Bell, D. *The cultural contradictions of capitalism*. New York: Basic Books, 1978.

⁵¹⁵ “Nossa hipótese de trabalho é a de que o saber muda de estatuto ao mesmo tempo em que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna” (Lyotard, J-F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p.5).

incomensuráveis entre si⁵¹⁶. Em suas palavras, o termo pós-moderno “designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX. Aqui, essas transformações serão situadas em relação à crise dos relatos”⁵¹⁷.

Assim, a ciência e a filosofia, objeto principal de Lyotard na obra em questão, seriam portanto apenas alguns de tantos jogos de linguagem, sem gozar de qualquer primazia. A “aura” que as recobriu outrora emanaria de duas grandes narrativas justificadoras da modernidade, relacionadas ao iluminismo francês e ao idealismo alemão⁵¹⁸. Em função do próprio desenvolvimento interno das ciências – a “pluralização do argumento” e a “tecnificação da prova” (“na qual aparatos dispendiosos comandados pelo capital e pelo Estado reduzem a ‘verdade’ ao desempenho”) – na pós-modernidade essas narrativas-mestras teriam se esfacelado, e com isso transformou-se o estatuto dos saberes⁵¹⁹, com a prevalência do saber-mercadoria⁵²⁰, e a tecnificação e automatização da reprodução social, sob a égide de especialistas e gestores de distintos matizes⁵²¹. No bojo desse processo, Lyotard saúda a tendência à extensão do “contrato temporário” ao conjunto das dimensões da vida social (empregatícia, evidentemente, mas também amorosa, sexual, política etc.), que levaria ao seu enriquecimento, quando comparado à *rigidez* moderna.

Diga-se de passagem, apesar de não formulá-lo explicitamente aqui, subjacente ao elogio de Lyotard ao advento da pós-modernidade se encontra uma interpretação algo linear da modernidade – e das ditas meta-narrativas que lhe seriam características – como um caminho que conduz invariavelmente ao totalitarismo, de direita ou de esquerda⁵²².

⁵¹⁶ Por jogos de linguagem deve-se entender que “cada uma destas diversas categorias de enunciados deve poder ser determinada por regras que especifiquem suas propriedades e o uso que delas se pode fazer” (idem, *ibidem*, p.17).

⁵¹⁷ Idem, *ibidem*, p.XV. Lyotard define como “moderna” a ciência que se relaciona a metadiscursos que retiram sua legitimidade de “grandes relatos” (idem, *ibidem*, p.XVI). Ao contrário, “simplificando ao extremo, considera-se ‘pós-moderna’ a incredulidade em relação aos metarrelatos” (idem, *ibidem*, p.XVI). Cf. idem, *ibidem*, p.69.

⁵¹⁸ Noutra obra, Lyotard identifica a “narrativa das Luzes”, a “dialética romântica ou especulativa”, e a “narrativa marxista”, todas invariavelmente enredadas na escatologia cristã, e na promessa do retorno “ao significante pleno” (o “Pai único, justo e bom”), como “fim último” (cf. Lyotard, J-F. *Moralidades pós-modernas*. Campinas: Papirus, 1996, p.93-4). Ao contrário do que pressupõe essas “narrativas”, a pragmática social “é um monstro formado pela imbricação de um emaranhado de classes de enunciados (denotativos, prescritivos, performativos, técnicos, avaliativos, etc.) heteromorfos. Não existe nenhuma razão de se pensar que se possa determinar metaprescrições comuns a todos estes jogos de linguagem e que um consenso revisável, como aquele que reina por um momento na comunidade científica, possa abarcar o conjunto das metaprescrições que regulem o conjunto dos enunciados que circulam na coletividade. É ao abandono desta crença que hoje se relaciona o declínio dos relatos de legitimação, sejam eles tradicionais ou ‘modernos’ (emancipação da humanidade, devir da Idéia)” (idem, *ibidem*, p.117-8).

⁵¹⁹ Cf. idem, *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p.71-2.

⁵²⁰ “O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação (*Bildung*) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso. Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado” (idem, *ibidem*, p.5).

⁵²¹ “As funções de regulação, e portanto, de reprodução, são e serão cada vez mais retiradas dos administradores e confiadas a autômatos. A grande questão vem a ser e será a de dispor das informações que estes deverão ter na memória a fim de que boas decisões sejam tomadas. O acesso às informações é e será da alçada dos *experts* de todos os tipos. A classe dirigente é e será a dos decisores. Ela já não é mais constituída pela classe política tradicional, mas por uma camada formada por dirigentes de empresas, altos funcionários, dirigentes de grandes órgãos profissionais, sindicais, políticos, confessionais” (idem, *ibidem*, p.27).

⁵²² Numa passagem nada “diplomática”, vocifera Eagleton: “a modernidade para Lyotard não parece *nada senão* um conto da razão terrorista e do nazismo que é pouco mais do que o término letal do pensamento totalizante. Esse travesti negligente ignora o fato de

Não obstante seu sucesso, como enfatiza Anderson, *A Condição Pós-moderna* não era a mais exaustiva e fiel expressão do pensamento de seu autor⁵²³. Ao invés do “estado geral do conhecimento” de sua época, os principais interesses de Lyotard eram as artes e a política, esta última sempre presente como objeto de reflexão ao longo de sua trajetória. Oriundo de uma esquerda heterodoxa e radical, Lyotard militou entre 1954 e 1964 no grupo *Socialisme ou Barbarie*, e posteriormente foi membro do *Pouvoir Ouvrier*, por mais dois anos. A essa altura, impactado pela integração operária à Quinta República, Lyotard deixou de ver o proletariado como força revolucionária⁵²⁴, e não tardou a se envolver com o levante estudantil de 1968, na França.

Em sua ótica, a classe operária tinha sido substituída pela “juventude” como agente subversivo, e o fomento de estratégias e táticas revolucionárias proletárias foi suplantado pela defesa de condutas votadas à intensificação libidinal e afetiva. Como avalia Anderson, a imagem do capital como um moto perpétuo de desejos, refletida a partir do refluxo da esquerda e do ascenso do consumismo também ofuscou a Lyotard, que levou o argumento ao limite: a dinâmica da acumulação capitalista deveria ser traduzida em termos de uma economia libidinal; a própria experiência da labuta sob condições insalubres, levada à exaustão física, à mutilação, à degradação dos sentidos, e ao massacre de gerações de trabalhadores - no seio da Primeira Revolução Industrial, por exemplo -, era por estes desejada, propiciando-lhes – masoquista ou histericamente – consideráveis doses de prazer (!!!).

Por conseguinte, em seu combate ao reformismo, aparentemente este levou a melhor, e passou a impregnar a crítica de Lyotard. A própria perspectiva de emancipação teria sido abarcada e internalizada pelo capital, que se alimentaria das dissonâncias e dos desafios impostos por setores da sociedade organizados em torno de suas bandeiras particulares. Em suas palavras,

“a emancipação já não se situa como alternativa à realidade, como um ideal a conquistar contra ela e a impor-lhe de fora. É, antes, um dos objetivos que o sistema tenta atingir em um ou outro dos setores do qual é composto, trabalho, imposto, mercado, família, sexo, ‘raça’, escola, cultura, comunicação. Não é em toda parte que ele é bem-sucedido, ele se depara com resistências, internas e externas. Mas os próprios obstáculos que lhe são opostos obrigam o sistema a se tornar mais complexo e a se abrir mais, a promover novos empreendimentos. A emancipação faz-se tangível. O modo real de funcionamento do sistema passa a incluir programas, e estes não são apenas destinados a otimizar o que existe, são também *venture programs*, pesquisas ‘para ver’, que geram mais complexidade e dão lugar a instituições mais ‘flexíveis’”⁵²⁵.

os campos da morte terem sido, entre outras coisas, o rebento de um bárbaro irracionalismo que, tal como alguns aspectos do próprio pós-modernismo, desdenhava a história, recusava a argumentação, estetizava a política e atribuía tudo ao carisma daqueles que contavam as histórias” (Eagleton, T. “Awakening from modernity”. *Times Literary Supplement*, 20 de fevereiro de 1987. Citado por Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p.194).

⁵²³ Ao contrário, em suas próprias palavras, nesse livro, feito por encomenda do governo de Quebec, “construí histórias, me referi a uma quantidade de livros que nunca li. Parece que isso impressionou as pessoas, é tudo um pouco paródia... É simplesmente o pior dos meus livros, que são quase todos ruins; mas este é o pior” (entrevista de Lyotard citada por Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.56).

⁵²⁴ “O movimento operário internacional dissipou-se em instituições locais, cuja única finalidade é defender os interesses desta ou daquela categoria de trabalhadores” (Lyotard, J-F. *Moralidades pós-modernas*. Campinas: Papirus, 1996, p.73).

⁵²⁵ Idem, ibidem, p.69.

Acompanhando essa evolução teórica, outras dimensões da análise de Lyotard sobre o sistema capitalista sofreram mutações, até culminar em formulações igualmente surpreendentes. Em evidente contraposição àquilo que ele apresentava como a meta-narrativa marxista, uma profecia da emancipação da humanidade pelas mãos do proletariado, Lyotard acabou por situar o capitalismo numa longa trama, determinada em última instância pela entropia e pela “neguentropia”: em meio a toda sorte de contingência e interações energéticas um planeta foi berço de formas de vida que passaram a disputar entre si pelo acesso à energia limitada⁵²⁶, coagidos pelo “princípio da seleção mecânica dos sistemas mais bem ‘adaptados’”⁵²⁷. Do jogo evolutivo que assim se produziu surge a espécie humana, que logrou estabelecer um sem-número de formas de agregação, em torno da tarefa de “descobrir, captar e conservar fontes de energia”⁵²⁸; o capitalismo e as democracias liberais aparecem assim como a forma mais eficiente de cumpri-la, em detrimento dos “mundos” comunista e islâmico⁵²⁹. Diante de tamanho triunfo, a única ameaça e o único limite ao desenvolvimento capitalista seria a própria extinção do sol, para o que toda a pesquisa contemporânea buscaria uma resposta, conscientemente ou não.

O capitalismo se torna assim um pequeno episódio numa história de bilhões de anos, como fruto de uma espécie de seleção natural atuante desde os primórdios da galáxia. Ao filósofo talvez fosse reconfortante fazer-se o anunciador dessa epopéia universal, expondo em largos traços a “astúcia da razão energética” que rege nosso destino. Entretanto, evidencia-se que, ao ter como alvo as “meta-narrativas” modernas, particularmente a “marxista”, Lyotard acaba por apelar a uma grandiosa meta-narrativa, que seria pós-moderna por ser, ao mesmo tempo, “física” e “diacrônica”, e sobretudo por não ser tributária da noção de emancipação⁵³⁰. Ora, por um lado, o horizonte da emancipação não havia sido apresentado por ele como determinação necessária às grandes narrativas modernas; por outro, o que seria o êxodo do planeta, e a fuga ao trágico destino ditado pela lei da entropia, senão uma promessa de salvação e de emancipação? Uma promessa, aliás, um tanto ambiciosa, que projeta a emancipação num horizonte espaço-temporal cósmico (“o cosmos é o limite!”). Uma das principais diferenças entre o espantelho que Lyotard aponta como a “grande narrativa marxista” e a narrativa que ele próprio apresenta é que agora a emancipação seria um resultado automático do referido conflito entre entropia e neguentropia⁵³¹. Parece antes uma versão

⁵²⁶ Cf. idem, ibidem, p.83 e p.84.

⁵²⁷ Idem, ibidem, p.85. “Os sistemas mais eficientes tinham mais chances de ser selecionados mecanicamente [...] [e assim], o sistema chamado Homem foi selecionado” (idem, ibidem, p.85).

⁵²⁸ Numa trajetória que teve como “grandes eventos” a revolução neolítica e a revolução industrial (idem, ibidem, p.86).

⁵²⁹ Cf. idem, ibidem, p.87. “A longo prazo, os sistemas abertos conseguiram uma vitória completa sobre todos os outros sistemas, humanos, vivos e físicos, em luta na superfície do planeta Terra. Nada parecia conseguir deter, nem sequer orientar, seu desenvolvimento” (idem, ibidem, p.88).

⁵³⁰ Idem, ibidem, p.97.

⁵³¹ Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.41-2.

caricatural da teleologia idealista, que, no entanto, nada teria aprendido com Hegel, para quem o real está prenhe de possibilidades⁵³².

Mas deixemos de lado esse curioso, porém nada surpreendente desenvolvimento do pensamento de Lyotard. Do lado das artes, esse autor veio a apresentar o pós-modernismo como um movimento de renovação do modernismo, interno e inerente a ele. Tratava-se de uma polêmica contra posições similares a de Charles Jencks e contra a estética arquitetônica que se tornava hegemônica, a qual, em sua acepção, não passava de um requebrar do realismo outrora mobilizado pelos regimes totalitários alemão e soviético, plasmado em ecletismo cínico, sob auspícios do grande capital. Ao contrário, Lyotard prezava as correntes que preservaram o ímpeto e a força das vanguardas, dando destaque ao minimalismo. Como nota Anderson, existe uma acentuada assimetria entre a abordagem estética de Lyotard, e suas teses sobre o conhecimento pós-moderno; enquanto este último é tido como um estágio definido no tempo, fruto de uma longa evolução histórica, a primeira é apresentada como um princípio perene⁵³³.

Outra intervenção de destaque no debate sobre o pós-modernismo e a pós-modernidade, fundamental para sua consagração, foi a de Jürgen Habermas, principalmente em seu discurso “Modernidade – Um projeto incompleto”, e na conferência “Arquitetura Moderna e Pós-Moderna”. A repercussão dessas preleções decorreu tanto do sucesso de que gozava Habermas à época, quanto de sua posição crítica ao pós-modernismo, que segundo ele estaria fortalecendo uma postura neoconservadora anti-modernista, cada vez mais difundida.

Para compreender o lugar assumido por Habermas nesse debate talvez seja necessário remeter a algumas das suas teses fundamentais, já que sua análise do pós-modernismo parece uma “aplicação” do arcabouço analítico que há tempos vinha sendo desenvolvido pelo autor. É conhecida a diferenciação habermasiana entre dois tipos de racionalidade ou de ação racional - a teleológica e a comunicativa⁵³⁴ -, com base nas quais ele propõe uma distinção analítica entre “o

⁵³² Grosseiramente falando, na acepção hegeliana, *atualidade* significa que o processo histórico é sempre perpassado por um conflito entre possibilidade e realidade: o real só é real porque contém em si a sua negação (todos os *seus* “possíveis”). O possível, por sua vez, é potência *deste* real, de um *determinado* real, e só é possível no movimento de sua efetivação, de negação da condição de possibilidade, ao se tornar realidade. A realidade do fato é a sua possibilidade real de “deixar de ser”, de se transformar; e a possibilidade do fato é a sua realidade transformadora. A atualidade é a resolução presente do antagonismo entre o possível e o real, é a superação (passageira) da contradição entre eles. A atualidade contém dentro de si mesma o seu negativo (“o germe de sua destruição”), de tal modo que o atual é um aspecto do real, porque o *real é possibilidade*, ou melhor, é um conjunto de possibilidades.

⁵³³ Idem, *ibidem*, p.38. De acordo com Jameson, no que tange ao pós-modernismo estético, para Lyotard, este seria uma “promessa do retorno e da reinvenção da triunfante reaparição do alto modernismo, dotado de todo seu antigo poder e de vida nova” (Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.84). Entretanto, nota-se que as incoerências na concepção de pós-modernidade de Lyotard já eram explícitas em *A condição pós-moderna*, por exemplo, em meio a sua polêmica contra Habermas. Criticando a “ultrapassada” noção de “consenso”, Lyotard empunhava em seu lugar a noção de “justiça”, que em meio à revolução pós-moderna inexplicavelmente teria preservado sua referência e sua validade. Mas paremos por aqui com essas considerações sobre a obra de Lyotard, já que sua crítica escapa aos nossos propósitos.

⁵³⁴ “Por ‘trabalho’ ou *ação racional teleológica* entendo ou a ação instrumental ou a escolha racional ou, então, uma combinação das duas” (Habermas, J. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968, p.57). “Por outro lado, entendo por *ação comunicativa* uma interação simbolicamente mediada. Ela orienta-se segundo normas de vigência obrigatória que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas, pelo menos, por dois sujeitos agentes. As normas sociais são reforçadas por sanções. O seu sentido objetiva-se na comunicação linguística quotidiana” (idem, *ibidem*, p.58).

enquadramento institucional de uma sociedade ou de um mundo vital sociocultural, e os subsistemas da ação racional relativa a fins que se ‘incrustam’ nesse enquadramento”⁵³⁵, separando assim o “mundo da vida”, definido pelas “tradições culturais, ordens legítimas e indivíduos socializados”⁵³⁶, e o “sistema”.

Apesar de seu projeto de fazer a “Teoria Crítica” “... passar do paradigma da ação teleológica ao da ação comunicativa”⁵³⁷, a totalidade social redundaria da interação dinâmica e complexa entre ambos universos, e seu bom funcionamento, bem como a efetivação de seus potenciais de emancipação, exigiriam que se preservasse, como instâncias autônomas, os subsistemas nos quais vigora a ação teleológica. Segundo Habermas, “... as mudanças revolucionárias que se efetuam sob nossos olhos contêm um ensinamento inequívoco: sociedades complexas não podem se reproduzir se não deixam intacta a lógica da auto-orientação de uma economia regulada pelos mercados”⁵³⁸. Coerentemente com a tese de que não se pode almejar uma alteração substantiva no âmbito do “sistema”, sob o risco da regressão social, e contra as proposições de Marcuse, Habermas crê existir uma “conexão imanente” entre a técnica e a racionalidade teleológica, donde a impossibilidade de uma transformação na essência da técnica⁵³⁹.

Em meio à apresentação desse modelo abrangente e um tanto harmonioso, Habermas é capaz de construir uma teoria democrática alternativa ao liberalismo⁵⁴⁰. Desse modo, ele propugna que, com o advento da sociedade burguesa, entre o Estado e a sociedade civil teria sido criada a esfera pública, na qual ocorre o “uso público da razão estabelecendo um princípio de igualdade entre os indivíduos”, que estabelece e se pauta pela “autoridade do melhor argumento” ou pela “coação não coercitiva do melhor argumento”⁵⁴¹.

Sem dúvida, Habermas está bastante impactado aqui pelo decisivo intervencionismo estatal na economia e pela importância adquirida pelo “Estado de Bem-Estar Social” nos países capitalistas centrais, que o levam a concluir que “a política já não é apenas um fenômeno

⁵³⁵ Idem, *ibidem*, p.60.

⁵³⁶ Idem, “Arquitetura moderna e pós-moderna”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 18, set., 1987, p.258.

⁵³⁷ Idem, *Teoría de La Acción Comunicativa*. 2 vols. Madrid: Taurus, 1987a, p.466, vol.I, p.433.

⁵³⁸ Idem, “Que significa socialismo hoje? Revolução recuperadora e necessidade de revisão de esquerda”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 30, julho de 1991, p.56.

⁵³⁹ Cf. idem, *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968, p.52 e p.53.

⁵⁴⁰ “Temos entendido o capitalismo e o instituto estatal moderno como subsistemas que através dos meios dinheiro e poder se diferenciam do sistema institucional, ou seja, da componente social do mundo da vida. Frente a essa diferenciação o mundo da vida reage de forma característica. Na sociedade burguesa os âmbitos de ação integrados socialmente adquirem frente aos âmbitos de ação integrados sistemicamente, que são a Economia e o Estado, a forma de esfera da vida privada e esfera da opinião pública, as quais guardam entre si uma relação de complementaridade. O núcleo institucional da esfera da vida privada constitui a família pequena, exonerada de funções econômicas e especializadas as tarefas de socialização, a qual da perspectiva do sistema econômico é definida como economia doméstica, por assim dizer, como um entorno do sistema econômico. O núcleo institucional da esfera da opinião pública constituem aquelas redes de comunicação reforçadas inicialmente pelas formas sociais em que se materializa o cultivo da arte, pela imprensa, e mais tarde pelos meios de comunicação de massas. Que possibilitam a participação do público de consumidores da arte na reprodução da cultura e na participação do público de cidadãos na integração social imediata pela opinião pública” (idem, *Teoría de La Acción Comunicativa*. 2 vols. Madrid: Taurus, 1987a, p.452).

⁵⁴¹ Idem, *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.186. Cf. Habermas, J. *Teoría de La Acción Comunicativa*. 2 vols. Madrid: Taurus, 1987a, p.466, vol.I. De fato, como assevera Löwy, “poderíamos resumir o projeto político-cultural de Habermas como uma tentativa de tornar a sociedade burguesa mais fiel à sua própria utopia racionalista” (Löwy, M.; Bensaid, D. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã, 2000, p.220).

superestrutural”, mas torna-se imprescindível para a própria dinâmica da valorização do capital, de modo que “o marco institucional da sociedade repolitizou-se”⁵⁴². Entretanto, por um lado, com essa instrumentalização do Estado, que tem por finalidade última a garantia do “bom funcionamento” da economia, e que leva Habermas a concluir que a “política visa não à realização de fins práticos, mas a resolução de questões técnicas”⁵⁴³, e, por outro, com a colocação do desenvolvimento técnico-científico em primeiro plano, tendo a técnica e a ciência se tornado, supostamente, a principal força produtiva⁵⁴⁴, cria-se uma ideologia que apregoa a total dependência da organização social em relação ao progresso técnico-científico. Segundo Habermas, “o limiar da modernidade caracterizar-se-ia, então, por esse processo de racionalização que se iniciou com a perda da ‘intocabilidade’ do marco institucional pelos subsistemas da ação racional dirigida a fins”⁵⁴⁵. Desse modo, a modernidade seria marcada tanto pela criação de novos espaços sociais organizados comunicativamente, quanto pela sua “colonização” pelas formas de ação características dos subsistemas em que vige a ação regida por fins⁵⁴⁶.

No que tange à discussão sobre o pós-modernismo propriamente dita, de maneira talvez excessivamente sintética⁵⁴⁷, poder-se-ia apresentar a posição de Habermas da seguinte forma: a separação entre arte, ciência e moral - cada qual com sua norma específica (beleza, verdade e justiça) e perfazendo esferas autônomas de valor -, processo característico e inerente à modernidade, libertou enormes potências criativas e de emancipação. No entanto, ao invés de propiciar o enriquecimento da experiência cotidiana, o que se deu foi uma super-especialização que fechou tais esferas à compreensão comum. Não obstante, se com isso o modernismo havia perdido sua vitalidade, a derrota não estaria consumada. Haveria de se estabelecer uma nova interação entre as esferas de valor autônomas e o mundo da vida, derrubando as barreiras criadas à apropriação da cultura pelo conjunto da sociedade. Para tanto, far-se-ia necessário criar óbices à colonização do mundo da vida pelo mercado e pela administração burocrática⁵⁴⁸.

Desse modo, longe de contribuir com tão decisiva tarefa, diversas correntes do pós-modernismo - idealizadoras de um passado perdido, no qual a dinâmica social menos complexa teria propiciado formas de interação humana mais orgânicas e desejáveis -, cumpriram função oposta. Segundo Habermas, “a nostalgia de formas de vida menos diferenciadas às vezes confere a estas tendências a tintura do antimodernismo. Nestes casos elas se combinam ao culto da tradição

⁵⁴² Idem, *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968, p.69.

⁵⁴³ Idem, *ibidem*, p.70.

⁵⁴⁴ Idem, *ibidem*, p.72. Invalidando, segundo Habermas, a teoria do valor-trabalho de Marx.

⁵⁴⁵ Idem, *ibidem*, p.84.

⁵⁴⁶ Cf. idem, *Teoría de La Acción Comunicativa*. 2 vols. Madrid: Taurus, 1987a, p.244 e p.259, vol. II.

⁵⁴⁷ Com base em Habermas, J. “Modernity – An Incomplete Project”. Disponível em: http://www.aphotostudent.com/wp-content/uploads/2009/11/habermas_modernityproject.pdf.

⁵⁴⁸ Em síntese, diante do ascenso do pós-modernismo, a questão-chave que Habermas se coloca é: “devemos sustentar as intenções do Esclarecimento, débeis como possam estar, ou devemos declarar todo o projeto da modernidade uma causa perdida?” (idem, *ibidem*, p.9). Dessa encruzilhada é que Habermas desponta, uma vez mais, como defensor do Esclarecimento.

local e à veneração da banalidade. Esta ideologia da infracomplexidade renega o potencial racional e o sentido específico da modernidade cultural”⁵⁴⁹.

Ora, no que tange especificamente à abordagem de Habermas sobre o tema da arquitetura moderna e pós-moderna, parece-nos precisa a contundente crítica de Otília Arantes, segundo a qual

“a conclusão só pode ser drástica sem ser simplificadora (espero): não é possível dissociar a evolução de conjunto da arte moderna e, em particular e muito menos, da Arquitetura Moderna, de sua forma de inserção no mundo da produção capitalista, diluindo suas aporias na abstração dos ‘equivocos categoriais’, das ‘sobrecargas indevidas’, dos ‘programas extravagantes’ etc. À medida que a forma-mercadoria se generaliza, e no caso da arte de massa, que é sobretudo o caso da arquitetura contemporânea, se estende até a forma-publicidade, a sujeição da funcionalidade estrita à funcionalidade sistêmica, além de fatal, é o primeiro dado do problema e, de modo algum, um acréscimo extrínseco”⁵⁵⁰.

Seria um equívoco concluir, dessa mirada geral, que as trajetórias do modernismo e do pós-modernismo são lineares, sem nuances e contradições, desconsiderando as tensões e o potencial crítico e subversivo que tiveram algumas de suas manifestações, em certo momento. Mas não há dúvida que esse registro fundamental da análise – numa palavra, as imbricações entre a forma-mercadoria ou a forma-capital e a forma estética -, escapa complementemente a Habermas⁵⁵¹.

Diga-se de passagem, como constata Anderson, tanto Lyotard quanto Habermas, a despeito de suas formações marxistas, curiosamente abordaram o tema da pós-modernidade de modo pouco

⁵⁴⁹ Idem, “Arquitetura moderna e pós-moderna”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 18, setembro 1987, p.124

⁵⁵⁰ “A sobrevida da arquitetura moderna segundo Jürgen Habermas”. In: *Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica*. São Paulo: EDUSP, 2001, p.62-3.

⁵⁵¹ Fosse o caso de criticar mais detidamente as teses de Habermas, haveria de se considerar, em primeiro lugar, como esse autor conscientemente “substitui [...] a duplicidade dialética valor/valor de uso pela dualidade estrutural sistema/mundo da vida” (Prado, *ibidem*, p. 1-2), abstraindo de seus objetos a forma social que os reveste e plasma, o próprio conceito de capital. Como constata Prado, “... na reconstrução habermasiana o conceito de capital como valor que se valoriza, como sujeito automático, como substância que é sujeito, desaparece de maneira sub-reptícia. Se isto, por um lado, lhe permite valorizar positivamente o sistema econômico como um processo homeostático que desonera o mundo da vida das tarefas que ele não pode realizar, por outro, isto o leva a subestimar o potencial destrutivo do modo de produção capitalista” (Prado, E. F. S. “Habermas Contra Marx: Crítica e Crítica da Crítica”, 2003. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosNaoPublicados/Habermas_Marx_4.pdf, p.11). Por outro lado, e com esse pano de fundo, seria necessário criticar sua concepção idealista e liberal sobre a “comunicação” e a “linguagem”, por exemplo, recordando as considerações de Adorno e Horkheimer sobre o sistema administrativo “que preforma todos os setores da vida moderna, inclusive a linguagem e a percepção” (Adorno, T. W.; Horkheimer. *A Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p.49), e que dispõe como seus principais “instrumentos da dominação”, “a linguagem, as armas e por fim as máquinas” (*idem, ibidem*, p.48). “Quanto mais as idéias se tornam automáticas, instrumentalizadas, menos alguém vê nelas pensamentos com um significado próprio. São consideradas como coisas, máquinas. A linguagem tornou-se apenas mais um instrumento no gigantesco aparelho de produção da sociedade moderna” (Horkheimer, M. *O Eclipse da Razão*. São Paulo: Centauro, 2002, p.30). Ou ainda, “se fosse permitido especular sobre o estado de reconciliação, não caberia imaginá-lo nem sob a forma de indiferenciada unidade de sujeito e objeto nem sob a de sua hostil antítese: antes, a comunicação do diferenciado. Somente então o conceito de comunicação encontraria seu lugar de direito como algo objetivo. O atual é tão vergonhoso porque trai o melhor, o potencial de um entendimento entre homens e coisas, para entregá-lo à comunicação entre sujeitos, conforme os requerimentos da razão subjetiva. Em seu lugar de direito estaria, também do ponto de vista da teoria do conhecimento, a relação entre os homens como entre eles, e o outro que não eles, Paz é um estado de diferenciação sem dominação, no qual o diferente é compartilhado” (Adorno, T. W. “Sobre sujeito e objeto”. In: *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995, p.184). Numa palavra, “ainda que o conceito de Habermas de ação comunicativa possa ter um elemento crítico [...] ele se apresenta como a afirmação da comunicação num mundo não comunicativo” (Prado, E. F. S. *Pacificação do conflito de classes? In: Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005, p.38). Cf. Adorno, T. W.; Horkheimer. *A Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 31, p.33, p.83, p.138; p.154. Adorno, T. W.. “Introdução sobre o Positivismo na Sociologia Alemã”. In: W. Benjamin, M. Horkheimer, T. W. Adorno, J. Habermas. *Textos Escolhidos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.128; e Horkheimer, M. *O Eclipse da Razão*. São Paulo: Centauro, 2002, p.30-1.

rigoroso, sem fornecer uma “interpretação histórica [...] capaz de defini-lo no tempo ou no espaço”; ao contrário, deram-lhe, por um lado, um “tratamento filosófico superficial sem conteúdo estético significativo”, e por outro, uma “percepção estética sem um horizonte teórico coerente”⁵⁵².

1.2. *Minando os consensos*

Com forte caráter populista, em oposição ao elitismo e ao inconformismo característicos do modernismo, o pós-modernismo se difundiu por todo o globo, tornando-se hegemônico como jamais o modernismo esteve perto de ser. Uma importante característica do pós-modernismo seria a destruição das linhas divisórias - tão caras ao modernismo -, entre a “alta cultura” e a “cultura de massa”, sob a égide do consumismo desenfreado. Assim, uma série de produções estéticas passa a incorporar afirmativamente elementos formais e conteudísticos da indústria cultural, outrora tidos como a antítese da arte⁵⁵³.

Numa primeira mirada, o pós-modernismo teria a função de dar cabo às características conservadoras, rígidas, e castradoras do moderno. Não obstante, fugindo à mera aparência, vê-se que a “tarefa ideológica fundamental do novo conceito, entretanto, deve continuar a ser a de coordenar as novas formas de prática e de hábitos sociais e mentais [...] e as novas formas de organização e de produção econômica que vêm com a modificação do capitalismo – a nova divisão global do trabalho – nos últimos anos”⁵⁵⁴, bem como revestir o que é familiar com novas roupagens⁵⁵⁵, e dissimular – ou estetizar - o velho predomínio do econômico, com seu imperativo do lucro. O sucesso em tais tarefas denota a amplitude e a profundidade do pós-moderno como dominante cultural contemporânea, penetrando de assalto o plano do vivido de importantes contingentes populacionais⁵⁵⁶. O que, não obstante, nada diz sobre a coerência e o rigor das produções teóricas e estéticas pós-modernas, mas sim sobre sua pertença à totalidade social⁵⁵⁷.

Há de se ter presente, portanto, algumas propriedades “empírico-descritivas” do pós-modernismo, certa aderência imediata – apesar de mistificadora – de manifestações pós-modernas ao plano fenomênico. Por exemplo, criticando os filósofos pós-modernos desconstrutivistas, constata Schwarz que “a realidade começava a se parecer com a filosofia, no caso, com a terra movediça postulada pelo desconstrucionismo [...]. Nessas circunstâncias, a desestabilização dos sujeitos, das identidades, dos significados, das teologias – especialidades enfim do exercício de

⁵⁵² Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.53.

⁵⁵³ Jameson, F. “Postmodernism and Consumer Society”. In: *The Cultural Turn. Selected Writings on the Postmodern, 1983-1998*. Londres: Verso, 1998, p.2.

⁵⁵⁴ Idem, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.18.

⁵⁵⁵ Cf. idem, *ibidem*, p.18.

⁵⁵⁶ O pós-moderno “parece estar à vontade nas áreas pertinentes da vida de todos os dias ou do cotidiano; sua ressonância cultural, apropriadamente mais abrangente do que o meramente estético ou artístico, desvia devidamente a atenção da economia, ao mesmo tempo em que permite que fatores econômicos e inovações mais recentes (em *marketing* ou propaganda, por exemplo, mas também na organização de empresas) sejam recatalogados sob o novo título” (idem, *ibidem*, p.18).

⁵⁵⁷ Cf. Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.132.

leitura pós-estruturalista – adquiriu uma dura vigência prática”. Com isso, “... a desconstrução filosófica, apesar do esoterismo, chega a parecer uma descrição vulgarmente empírica de notórios equívocos e desenganos contemporâneos”⁵⁵⁸.

Ainda sobre a dimensão ideológica do pós-modernismo⁵⁵⁹, também chama a atenção uma espécie de bifurcação. Quando se engajam em debates sobre a cultura, os “pós-modernos” se ancoram à categoria de *diferença* – afirmam a pluralidade e a alteridade, geradoras de sinergias e interações criativas etc.⁵⁶⁰ -; ao passo que, ao frisarem o econômico, apelam à categoria de *identidade* – a quebra das barreiras e dos localismos, a integração dos mercados, a livre iniciativa e a igualdade de condições nos espaços competitivos internacionais etc. Desse modo, somos mantidos longe da categoria de *contradição*, que na acepção marxiana redundaria da interação dialética entre identidade, diferença, e oposição, todas elas ideológicas quando tomadas isoladamente⁵⁶¹.

À falta de abordagens concorrentes, no final da década de 1970 os temas do pós-modernismo e da pós-modernidade eram “apanágio da direita”. Foi principalmente por meio do esforço pioneiro de Frederic Jameson que a noção de pós-modernidade foi arrancada do campo conservador e apologético do qual ela era mantida cativa⁵⁶².

⁵⁵⁸ Schwarz, R. “Fim de Século”. In *Seqüências Brasileiras*. 1998, p.158, e p.159, respectivamente. Aproveitemos o ensejo para frisar que em diversos escritos pioneiros, alguns dos quais anteriores aos de Jameson, e realizando uma profícua articulação entre certas análises de Theodor Adorno e de Walter Benjamin, Schwarz desenvolveu uma poderosa crítica às produções pós-modernas em ascensão. Poder-se-ia nesse sentido destacar a crítica ao Tropicalismo (incluindo o Cinema Novo) e ao Teatro de Arena, presente em “Nota sobre vanguarda e conformismo” e em “Cultura e Política, 1964-9: alguns esquemas” (ambos In: Schwarz, R. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008), no interior das quais Schwarz analisa a “anulação entre vanguarda e o popular, entre a cultura ‘séria’ e de consumo”; critica a estética do “disparate” e seu ímpeto “nostálgico” e “melancólico”, bem como “o valor absoluto do novo”, entre vários outros temas e aspectos do pós-modernismos que anos depois seriam considerados por Jameson, Harvey, Eagleton etc.

⁵⁵⁹ Segundo Eagleton, “o pós-modernismo não é, por certo, apenas uma espécie de equívoco teórico. Ele é, entre outras coisas, a ideologia de uma época histórica específica do Ocidente” (Eagleton, T. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.118.), ou uma “linha de pensamento” específica “que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação [...]”. Pós-modernismo é um estilo de cultura que reflete um pouco essa mudança memorável por meio de uma arte superficial, descentrada, infundada, auto-reflexiva, divertida, caudatária, eclética e pluralista, que obscurece as fronteiras entre a cultura ‘elitista’ e a cultura ‘popular’, bem como entre a arte e a experiência cotidiana” (Eagleton, T. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.7).

⁵⁶⁰ Cf. Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.57. “O racismo ‘pós-moderno’ contemporâneo é o *sintoma* do capitalismo tardio multiculturalista, trazendo à luz a contradição inerente ao projeto ideológico liberal-democrático. A ‘tolerância’ liberal perdoa o Outro folclorizado privado de sua substância – como a multiplicidade de ‘cozinhas étnicas’ em uma megalópole contemporânea; entretanto, qualquer Outro ‘real’ é instantaneamente denunciado por seu ‘fundamentalismo’, já que o núcleo da Alteridade reside na regulação de sua *jouissance* [gozo]: o ‘Outro real’ é, por definição, ‘patriarcal’, ‘violento’, nunca o Outro da sabedoria etérea e de costumes charmosos. Sente-se tentado a atualizar aqui a velha noção marcuseana de ‘tolerância repressiva’, concebendo-a agora como a tolerância do Outro numa forma asséptica e benigna, que bloqueia a dimensão da *jouissance* do Outro real” (Zizek, S. “Multiculturalismo ou a lógica cultural do capitalismo multinacional”. In: Dunker, C.; Prado, J.L (orgs) *Zizek Crítico*. São Paulo: Hacker, 2005, p.23. Tradução modificada com base na versão em língua inglesa, disponível em: <http://libcom.org/library/multiculturalism-or-the-cultural-logic-of-multinational-capitalism-zizek>).

⁵⁶¹ O que conduz Ruy Fausto a propugnar, em um texto de 1987 sobre o conceito de Estado, que “no capitalismo contemporâneo não é mais a identidade mas a diferença que oculta a contradição [...]”. A diferença [...] revela a contradição, no sentido, negativo, de que questiona a identidade, mas ao mesmo tempo a mistifica. A diferença enquanto categoria objetiva (não enquanto fim) é talvez a categoria fundamental do reformismo” (Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.319).

⁵⁶² De acordo com Anderson, Jameson teria sido o primeiro e mais importante teórico marxista a assumir “a tarefa dialética” de “abrir caminho através dele [o pós-modernismo] de forma tão completa que nosso entendimento da época emergisse transformado” (idem, *ibidem*, p.78). Diga-se de passagem, a despeito da recepção tão favorável, e mesmo laudatória, da obra de Jameson por Anderson, este não foi levado a rever certas considerações *contra* o “marxismo ocidental”, do qual Jameson seria “o último e talvez

Nas mãos de Jameson, a pós-modernidade se tornava a expressão cultural de uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo⁵⁶³, e não simplesmente uma evolução ou uma ruptura estética e epistemológica. Em suas palavras, a pós-modernidade deveria ser apreendida como “um conceito de periodização cuja função é correlacionar a emergência de novas determinações formais na cultura com a emergência de um novo tipo de vida social e uma nova ordem econômica”⁵⁶⁴, sem, com isso, aderir às ideologias da sociedade pós-industrial e congêneres.

Uma importante dimensão do argumento desse autor, em sua apresentação do pós-modernismo como a “lógica cultural do capitalismo tardio”, é a “simbiose” que teria ocorrido entre o cultural e o econômico⁵⁶⁵. Dessa ótica, com o advento da indústria cultural, e a subsequente perda da “autonomia relativa” de que ela teria desfrutado um dia, longe da extinção da esfera cultural, o que ocorreu foi a sua “explosão”: “uma prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio do social, até o ponto em que tudo em nossa vida social – do valor econômico e do poder do Estado às práticas e à própria estrutura da psique – pode ser considerado como cultural, em um sentido original que não foi, até agora, teorizado”⁵⁶⁶. Mesmo o bom funcionamento dos negócios exigiria, cada vez mais, a mobilização de mecanismos próprios à esfera cultural, bem como da aura de “criatividade”, de “liberdade”, e de “flexibilidade”, de que se arvoram as produções estéticas⁵⁶⁷.

o mais alto representante”. Tomando as próprias análises de Anderson sobre o legado de Jameson, poder-se-ia concluir que a dedicação à crítica do conhecimento e às análises estéticas por parte da Teoria Crítica e de outros autores talvez denotasse não languidez ou falta de ímpeto revolucionário, e tampouco um desespero paralisante ante à terra arrasada resultante da marcha triunfal do capital em suas versões nazi-fascistas, stalinistas, ou mesmo as versões “democráticas” do capitalismo de Estado; mas sim, e justamente, um deslocamento interno à crítica da economia política, num contexto em que a cultura se imbricava com a economia e adquiria proeminência, seja na condição de um ramo da economia – a indústria cultural, a grande mídia, etc. –, seja como elemento de primeira ordem para a legitimação da acumulação capitalista, seja ainda como baliza de todo um conjunto de comportamentos, valores, formas de interação social, e assim por diante.

⁵⁶³ A “dominante cultural da lógica do capitalismo tardio” (Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.72).

⁵⁶⁴ Idem, “Postmodernism and Consumer Society”. In: *The Cultural Turn. Selected Writings on the Postmodern, 1983-1998*. Londres: Verso, 1998, p.3.

⁵⁶⁵ A qual estaria associado à simbiose entre mercado e mídia (cf. Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.282-3).

⁵⁶⁶ Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.74. Cf. Arantes, O.B.F. “A ‘virada cultural’ do sistema das artes”. In: *Margem Esquerda*, n.6, setembro de 2005, p.63.

⁵⁶⁷ “Chegamos à situação paradoxal em que não só os grandes negócios parecem necessitar de iscas culturais, sob a pena de não terem futuro, mas, ainda mais, para que ocorram, são obrigados a incorporar, do gerenciamento à divulgação de seus produtos, valores e modelos de funcionamento do cultural, mais especificamente das artes, deixando-as ao mesmo tempo desarmadas na qualidade de instância crítica” (idem, ibidem, p.73). Nas estratégias de “responsabilidade social” e de “sustentabilidade” tão em voga, que pouco vão além do mero *marketing*, pulsa portanto essa veia pós-moderna. Tendo como foco a produção arquitetônica “pós-moderna”, Otilia Arantes trata da “invenção do cultural (agora de caso pensado) por um *star system* arquitetônico, associado a governantes movidos pela mosca azul da monumentalidade espetacular, capaz de produzir, através de uma política de coalizões, os consensos indispensáveis. Mas não um cultural qualquer, aqui o *turning point* que está nos interessando demarcar, um cultural – da indústria da consciência às grandes fachadas, passando pelas gentrificações pertinentes – paradoxalmente (ou não?) respaldado pela aura libertária da resistência antiprodutivista cuja gênese acabamos de recordar, que assim voltava a se legitimar uma segunda vez, redescobrimo-se plenamente ‘cultural’” (Arantes, O.B.F. “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”. In: *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.45). De fato, como será retomado adiante, merece destaque nesse processo a produção do espaço urbano, elemento central da acumulação, já que as grandes cidades não apenas concentram grande número de indústrias e de serviços, bem como o grosso do mercado consumidor, mas também são elas mesmas um espaço econômico de produção e reprodução capitalista – e um escoadouro de capital sobreacumulado noutras partes –, seja pela indústria da construção civil e congêneres, seja pela aferição da renda da terra, seja ainda pela “valorização” financeira (a especulação com as ações das grandes construtoras e incorporadoras, com títulos de todas as espécies, com hipotecas etc.); três dimensões evidentemente imbricadas, e unificadas por processos de especulação imobiliária, alavancagens, e que tais. No atual contexto, essa importância se reafirma, por meio da difusão do modelo da cidade-negócio pós-moderna, explicitada nos grandes projetos urbanístico-

No cerne desse processo, situar-se-ia a conversão da cultura em mercadoria “vedete”, num mundo espetacular em que a imagem se sobrepõe e assume primazia em relação à própria coisa. “A imagem”, afirma Jameson, “é a mercadoria atual e é por isso que é inútil esperar dela uma negação da lógica da produção de mercadorias; é por isso, finalmente, que toda beleza hoje é meretriz”⁵⁶⁸. Assim, após a “explosão” do cultural, ao invés de sustentar uma tensão crítica ante a realidade formatada pelo rolo compressor capitalista, a um só tempo, e cinicamente, a busca pela fruição associada à beleza estética passa a mascarar e a afirmar tal realidade. Do mesmo modo, teria perdido toda a sua potência crítica aquilo que outrora foi criado e mobilizado para chocar, para romper com as falsas harmonias e explicitar as contradições do existente⁵⁶⁹.

Se fôssemos buscar uma explicação que abarcasse também as mudanças na esfera da produção mencionadas, porém não analisadas por Jameson - notadamente a difusão dos serviços em detrimento da produção industrial *strictu sensu*⁵⁷⁰ -, talvez devêssemos remeter a análises de Marx, seja para pôr de lado todo o entulho ideológico que cerca o tema – e que embasou tantos decretos da obsolescência do marxismo e do surgimento da sociedade “pós-industrial”, e mesmo “pós-capitalista” -; seja para discriminar as determinações pregressas do sistema daquilo que nele é inédito; e finalmente para situarmos essas transformações no interior de um *corpus* teórico abrangente, e ainda assim rigoroso.

Ao fazê-lo, lembraríamos de antemão que “um serviço é nada mais que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho”⁵⁷¹. Logo, serviço é toda atividade laboral cujo efeito útil não pode ser desvinculado da própria atividade, de modo que o seu resultado não se materializa em coisa independente da atividade. Nada tem a ver, por conseguinte, com o caráter produtivo ou improdutivo dessa atividade, e muito menos do ramo da produção no qual ela se situa⁵⁷². Aos tantos que confundem ambas as conceituações, Marx direcionou uma crítica precisa:

arquitetônicos, comumente ligados aos chamados “mega-eventos” (“fóruns econômicos”, “administrativos”, “ambientais”, Olimpíadas, Copa do Mundo, entre outros).

⁵⁶⁸ Jameson, F. *The Cultural Turn. Selected Writings on the Postmodern, 1983-1998*. Londres: Verso, 1998, p.135.

⁵⁶⁹ “... as formas da abstração que pareciam, no período moderno, feias, dissonantes, escandalosas, indecentes ou repugnantes também se transformaram nas formas dominantes do consumo cultural (no sentido mais amplo, do anúncio à estilização das mercadorias, da decoração visual à produção artística) e não chocam mais ninguém; ao contrário, todo o nosso sistema de produção e consumo de mercadorias está baseado, hoje, nessas velhas formas modernistas, que antes eram anti-sociais” (idem, “Cultura e capital financeiro”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.158). Sobre o papel da imagem na contemporaneidade, cf. Zizek, S. “Posfácio: a escolha de Lênin”. In: Zizek, S. (org.) *Às portas da Revolução: escritos de Lênin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.310-19; e, sobretudo, Debord, G. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

⁵⁷⁰ Em *Marxism and form*, diz Jameson que “em termos psicológicos podemos dizer que, como economia de serviços, estamos doravante tão afastados das realidades da produção e do trabalho que habitamos um mundo onírico de estímulos artificiais e experiência via TV: nunca, em nenhuma civilização anterior, as grandes preocupações metafísicas, as questões fundamentais do ser e do significado da vida pareceram tão absolutamente remotas e sem sentido” (Jameson, citado por Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.63).

⁵⁷¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.152. “Serviço não é, em geral, senão uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade” (idem, *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.78). Cf. idem, *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol. I.p.398).

⁵⁷² “O mesmo trabalho, por exemplo, jardinagem, alfaiataria, etc., pode ser realizado pelo mesmo trabalhador a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direto. Em ambos os casos, estamos ante um assalariado ou diarista, mas, num caso trata-se de trabalhador *produtivo*, e noutro, de improdutivo, porque no primeiro caso este trabalhador produz capital e no outro não;

“a mania de definir o trabalho produtivo e o improdutivo por seu conteúdo material original-se [...] da concepção fetichista, peculiar ao modo de produção capitalista, e derivada de sua essência, que considera as determinações formais econômicas, tais como ser mercadoria, ser trabalho produtivo, etc., como qualidade inerente em si mesma aos depositários materiais dessas determinações formais ou categorias”⁵⁷³.

Não obstante, Marx não deu maior atenção ao tema, já que em sua época os serviços constituíam “magnitudes insignificantes se comparados com o volume da produção capitalista”⁵⁷⁴. Ocorre que, há décadas, esse quadro se alterou, tornando necessário considerar as peculiaridades desse amplo conjunto de atividades. Nesse sentido, afigura-se relevante o fato de o serviço não se materializar em “coisa”, independente do trabalho que o produz. Ora, o caráter coisal é uma determinação essencial da mercadoria⁵⁷⁵ e do seu caráter fetichista⁵⁷⁶ - tanto que Marx, em certa altura, é levado a propugnar que, rigorosamente falando, os serviços não produzem mercadorias, apesar de compartilhar todas as demais determinações das mesmas⁵⁷⁷. Parece que o capital foi capaz de suprir essa “carência” (“coisal”) com uma espécie de “duplicação publicitária” da existência das mercadorias e serviços no plano imagético; a imagem efetivou – como simulacro – a existência coisal das “mercadorias-serviço”, e em certo sentido se sobrepôs à mercadoria-coisa; dando origem ao fetichismo próprio ao espetáculo, tal qual teorizado por Guy Debord⁵⁷⁸.

Tamanha revolução repercutiu decisivamente na subjetividade e na psique. Diferentemente de Lyotard, longe de ver uma tendência à multiplicação da libido e a liberação de suas potências, ao analisar a atual fase de desenvolvimento capitalista Jameson aponta para uma degradação do *eu*, concomitante a uma diminuição do afeto. Enquanto o sujeito se fragiliza e empobrece, sua vida psíquica se torna uma “montanha russa”, oscilando da euforia consumista à depressão niilística. A esquizofrenia se torna um padrão psíquico na pós-modernidade, contribuindo para a perda dos cortes geracionais e da própria historicidade. Logo, se outrora a experiência subjetiva dominante era a da alienação, o não-reconhecimento do “sujeito” no mundo objetivo ao seu redor e na sua

porque num caso seu trabalho constitui um momento do processo de autovalorização do capital, e no outro não” (idem, *ibidem*, p. 76).

⁵⁷³ Idem, *ibidem*, p. 78.

⁵⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 76.

⁵⁷⁵ “A mercadoria é, à primeira vista, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.165).

⁵⁷⁶ O fetichismo da mercadoria emana do fato de que “ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos” (idem, *ibidem*, p.198).

⁵⁷⁷ Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.42. Não obstante, poucas páginas depois ele volta a se referir aos serviços como mercadoria.

⁵⁷⁸ Segundo Prado, “... a produção de massa é substituída mais e mais pela produção aparentemente personalizada, que apela aos gostos e desejos de indivíduos postos objetivamente como pessoas despersonalizadas, meramente contemplativas e manipuláveis. Por criação e recriação geram-se cada vez mais necessidades imaginárias de indivíduos cada vez mais narcisistas, de tal modo que as próprias coisas se transfiguram em imagens e representações de que as próprias coisas enquanto tais são apenas suportes. É assim que a produção capitalista em estágio avançado repõe o fetiche da mercadoria, fazendo com que o caráter social do trabalho deixe de se apresentar como naturalidade de coisas, para passar a figurar como artificialidade de um mundo de criações ‘intelectuais’ e ‘artísticas’ da própria indústria cultural. Chega-se, assim, àquilo que Debord chamou de sociedade do espetáculo, que ‘não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens’ [Debord, G. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 14]. Agora, o fetiche passa a ser posto consciente e compulsivamente” (Prado, E.F.S. “Crítica à economia política do imaterial”. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005, p.92-3).

intervenção prática sobre ele, agora a patologia reinante seria a fragmentação psíquica esquizofrênica⁵⁷⁹. Na acepção empregada por Jameson, tomada de Lacan, a onipresença do tempo presente, separado por um abismo intransponível do fluxo histórico, impediria o estabelecimento de cadeias de significação, imprescindíveis para a produção de um senso unitário de realidade⁵⁸⁰.

Não é à toa que diversas vertentes artísticas pós-modernas, mormente no cinema, oscilam entre a melancolia oriunda da perda do sentido histórico - numa busca ilusória pela redenção de um presente vazio de significação no simulacro de um passado qualquer⁵⁸¹ -, e a cristalização do “ultra-espacial”, uma estetização do caráter totalizante da acumulação capitalista.

Do mesmo modo, não surpreende que, dentre os principais recursos e mecanismos do pós-modernismo destaca-se, como marca recorrente, o pastiche, uma “paródia vazia” do passado; uma forma de “parasitismo sobre o velho”. De acordo com Jameson,

“o desaparecimento do sujeito individual, ao lado de sua consequência formal, a crescente inviabilidade de um estilo pessoal, engendra a prática quase universal em nossos dias do que pode ser chamado de pastiche”⁵⁸²; “o pastiche, como a paródia, é o imitar de um estilo único, peculiar ou idiossincrático, é o colocar de uma máscara lingüística, é falar em uma linguagem morta. Mas é uma prática neutralizada de tal imitação, sem nenhum dos motivos inconfessos da paródia, sem o riso e sem a convicção de que, ao lado dessa linguagem anormal que se empresta por um momento, ainda existe uma saudável normalidade lingüística”⁵⁸³.

Em consonância com Jameson, Anderson dirá que “apagando-se num perpétuo presente, os estilos e imagens *rétro* proliferaram como substitutos do temporal”, conduzindo à “perda de

⁵⁷⁹ Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.42. “... O delírio para apelar para qualquer elemento virtual do presente com o intuito de provar que este é um tempo singular, radicalmente distinto de todos os momentos anteriores do tempo humano, parece-nos, por vezes, abrigar uma patologia distintamente auto-referencial, como se nosso completo esquecimento do passado se exaurisse na contemplação vazia, mas hipnótica, de um presente esquizofrênico, incomparável por definição” (idem, ibidem, p.16).

⁵⁸⁰ Nas palavras de Jameson, “o que geralmente chamamos de significado – o sentido ou o conteúdo conceitual de uma enunciação – é agora visto como um efeito-de-significado, como a miragem objetiva da significação gerada e projetada pela relação interna dos significantes. Quando essa relação se rompe, quando se quebram as cadeias da significação, então temos a esquizofrenia sob forma de um amontoado de significantes distintos e não-relacionados” (idem, ibidem, p.53). Matizando-as um pouco, David Harvey reforça tais proposições, acrescentando que o reiterado malogro das promessas modernistas tornava a paranóia outra patologia típica do período. Em suas palavras, “o modernismo dedicava-se muito à busca de futuros melhores, mesmo que a frustração perpétua desse alvo levasse à paranóia. Mas o pós-modernismo tipicamente descarta essa possibilidade ao concentrar-se nas circunstâncias esquizofrênicas induzidas pela fragmentação e por todas as instabilidades (inclusive as lingüísticas) que nos impedem até mesmo de representar coerentemente, para não falar de conceber estratégias para produzir, algum futuro radicalmente diferente. O modernismo, com efeito, não deixava de ter seus momentos esquizóides – em particular ao tentar combinar o mito com a modernidade heróica – havendo uma significativa história de ‘deformação da razão’ e de ‘modernismos reacionários’ para sugerir que a circunstância esquizofrênica, embora dominada na maioria das vezes, sempre estava latente no movimento modernista. Não obstante, há boas razões para acreditar que a ‘alienação do sujeito é deslocada pela fragmentação do sujeito’ (Jameson)” (Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p.57). Em todo caso, longe de se ter esvanecido a experiência da alienação, “o entrelaçamento de simulacros da vida diária reúne no mesmo espaço e no mesmo tempo diferentes mundos (de mercadorias). Mas ele o faz de tal modo que oculta de maneira quase perfeita quaisquer vestígios de origem, dos processos de trabalhos que os produziram ou das relações sociais implicadas em sua produção” (idem, ibidem, p.271).

⁵⁸¹ Simulacro entendido como uma “cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu” (Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.45).

⁵⁸² Idem, ibidem, p.43.

⁵⁸³ Idem, ibidem, p.44-5. Em sua análise do pós-moderno, Eagleton também atribui importância ao pastiche: “talvez haja consenso quanto a dizer que o artefato pós-moderno típico é travesso, auto-ironizador e até esquizóide, e que ele reage à austera autonomia do alto modernismo ao abraçar impudentemente a linguagem do comércio e da mercadoria. Sua relação com a tradição cultural é de pastiche irreverente, e sua falta de profundidade intencional solapa todas as solenidades metafísicas, por vezes através de uma brutal estética da sordidez e do choque” (Eagleton, T. “Awakening from modernity”. *Times Literary Supplement*, 20 de fevereiro de 1987. Citado por Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p.19). Cf. também, Harvey D., ibidem, p.58.

qualquer senso ativo de história, seja como esperança, seja como memória”⁵⁸⁴. Em sentido semelhante, o acento de Zizek recai sobre a falta de *significado histórico do presente*; nesse sentido ele se pergunta: “não seria essa a condição de todos nós hoje em dia? Não estamos divididos entre a lembrança do passado histórico e o presente pós-histórico que não somos capazes de inserir na mesma narrativa com o passado, de modo que o presente é vivenciado como uma confusa sucessão de fragmentos que se evaporam rapidamente de nossa memória?”⁵⁸⁵.

Em meio à degeneração do tempo - ao mesmo tempo em que viceja, segundo Harvey, uma “cultura de museu” e uma “indústria da herança”, que potencializaram a comercialização da história e da cultura⁵⁸⁶ -, o espaço passa a determinar o imaginário⁵⁸⁷, num contexto em que as tecnologias da comunicação fazem com que imagens de todo o mundo circulem freneticamente pelos lares dando a impressão de controle absoluto sobre o espaço “global”⁵⁸⁸. Desse modo, o *espaço* tampouco se mantém incólume face a emergência da pós-modernidade⁵⁸⁹.

São igualmente dignas de nota, ainda no que tange à subjetividade “pós-moderna”, algumas teses inspiradas pelas análises de Lacan, apresentadas em seu famoso “vigésimo seminário”⁵⁹⁰, segundo as quais, grosso modo, o imperativo do superego havia se tornado o “Goza!”, a obrigação do gozo, em substituição à repressão ao gozo que vigorava nos tempos de Freud⁵⁹¹. Tal imperativo

⁵⁸⁴ Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.68 e p.67, respectivamente. “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (Hobsbawm, E. J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p.13).

⁵⁸⁵ Zizek, S. “Posfácio: a escolha de Lênin”. In: Zizek, S. (org.) *Às portas da Revolução: escritos de Lênin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.301. “Em suma, o problema de nossa era pós-histórica não é que não conseguimos nos lembrar do passado, de nossa própria história (há narrativas disso em número mais que suficiente), mas sim que não conseguimos nos recordar do próprio presente – não conseguimos historicizá-lo -, narrá-lo apropriadamente, ou seja, adquirir um mapeamento cognitivo adequado com relação a ele; ou nos referimos a algum trauma impalpável (como o Holocausto) cuja verdade insuportável é que nós mesmos somos (co-)responsáveis por ele, ou construímos esses traumas para poder dar sentido a nosso presente” (idem, ibidem, p.301).

⁵⁸⁶ Cf. Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p.64.

⁵⁸⁷ “Nossa vida cotidiana, nossas experiências psíquicas, nossas linguagens culturais são hoje dominadas pelas categorias de espaço e não pelas de tempo, como o eram no período anterior do alto modernismo” (Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.43). Harvey argumenta que, a despeito de seu caráter evanescente, no modernismo a unificação histórica não está ausente, mas é capciosa; aparece na forma de um *continuum* abstrato e irrefreável, sob a égide do “progresso”. Enquanto os apologistas louvavam uma totalidade fragmentária e antagônica, traduzindo a crescente submissão mundial às forças da valorização do valor num avanço geral da humanidade, para muitos artistas inconformistas – reacionários ou revolucionários - tratava-se de romper com esse *continuum* ideológico e perverso de assalto, num átimo, jogando por terra as expectativas conciliadoras e as veleidades de harmonização; e isso apontando-se ou não para um rearranjo social sob outras bases, num retorno a uma mítica comunidade desfeita – primitiva ou aristocrática -, ou na construção de uma formação social sem clivagens de classe. Nesse sentido, Harvey propõe que “a oposição entre o Ser e o Vir-a-Ser é central na história do modernismo. É preciso vê-la em termos políticos como uma tensão entre o sentido do tempo e o foco do espaço” (Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p.256), levando a resultados permanentemente mutáveis, imersos no torvelinho da acumulação.

⁵⁸⁸ E aqui a invenção de aparatos como o da televisão é determinante. Cf. Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.104; e Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p.63.

⁵⁸⁹ “... O hiperespaço pós-modernista finalmente conseguiu ultrapassar a capacidade do corpo humano de se localizar, de organizar perceptivamente o espaço circundante e mapear cognitivamente sua posição em um mundo exterior mapeável” (Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.70). De acordo com Harvey, o modernismo e o pós-modernismo podem ser compreendidos como certa condição espaço-temporal, rebentos de uma revolução nos conceitos de tempo e espaço; assim, “o pós-modernismo pode ser considerado uma condição histórico-geográfica de uma certa espécie” (Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p.294).

⁵⁹⁰ Cf. Lacan, J. *Séminaire XX*. Paris: Seuil, 1975.

⁵⁹¹ “Não estamos mais diante da velha situação psicanalítica descrita por Freud por meio da idéia de superego – situação que articulava civilização e repressão ao insistir que não podemos gozar porque internalizamos proibições sociais e uma autoridade paterna que culpabiliza o prazer sexual [...]. O que temos hoje é o exato oposto dessa situação. A injunção social diz hoje: ‘Goze de todas as maneiras! Goze sua sexualidade, realize seu eu, encontre sua identidade sexual, alcance o sucesso ou, mesmo, goze uma ascese espiritual’ (Zizek, S. “A paixão pelo real”. Publicado na *Folha de São Paulo*, em 30/11/2003).

abstrato e irrealizável - posto que o gozo necessariamente dimana de uma experiência específica, a qual trai a “pureza” e a “desmesura” exigidas por esse superego contemporâneo⁵⁹² - coaduna-se e impele ao consumismo predatório e sem peias⁵⁹³. Os indivíduos são, portanto, premidos ao trabalho de Sísifo da satisfação de suas pulsões, sempre frustrados em seu intento⁵⁹⁴.

É evidente que não se está diante de uma situação em que caíram as normas, e em que a existência se tornou um exercício de liberdade. Se outrora era preciso abrir mão de seus impulsos e “fazer o que um homem deve fazer” – ou encontrar, por meio do cálculo, o equilíbrio entre a *utilidade marginal* sacada do ócio e a *desutilidade marginal* causada pelo trabalho, no idílico mundo dos economistas marginalistas -; hoje em dia, por bem ou mediante crescentes e cotidianas

⁵⁹² Cf. Safatle, V. “Depois da culpabilidade: figuras do superego na sociedade de consumo”. In: Dunker, C.; Prado, J.L (orgs) *Zizek Crítico*. São Paulo: Hacker, 2005, p.131.

⁵⁹³ Maria Rita Kehl defende que “o imperativo do gozo substituiu a interdição do excesso, e embora gozar plenamente seja impossível para o ser humano, é este gozo que o superego, reproduzindo os discursos dominantes e os valores em circulação, exige dos sujeitos. A perversão, e não a neurose, é o modo dominante, invisível, de organização do laço social” (Kehl, M.R. “Fetichismo”. Disponível em: <http://www.mariaritakehl.psc.br/resultado.php?id=15>). “Se Freud fundou a psicanálise ao vislumbrar, no horizonte de sua época, as razões da insatisfação histórica, é nossa vez de tentar escutar o que mudou desde então, na medida em que a norma produtiva/repressiva foi sendo substituída pela norma do gozo e do consumo” (idem, “Fascismo banal”. Disponível em: <http://www.mariaritakehl.psc.br/resultado.php?id=256>). Vladimir Safatle, por sua vez, assevera: “... com a incitação do gozo como elemento central na lógica da reprodução mercantil do capitalismo, o que proliferam são imagens ideais daqueles que instrumentalizam seus fantasmas e que pautam sua conduta pela exigência irredutível de gozo” (Safatle, V. “Depois da culpabilidade: figuras do superego na sociedade de consumo”. In: Dunker, C.; Prado, J.L (orgs) *Zizek Crítico*. São Paulo: Hacker, 2005, p.129). Ou ainda, “o mundo do consumo pede, por sua vez, uma *ética do direito ao gozo*, pois o que o discurso do capitalismo contemporâneo precisa é da *procura do gozo* que impulsiona a plasticidade infinita da produção das possibilidades de escolha no universo do consumo” (idem, *ibidem*, p.127). Diga-se passagem, tais proposições de Safatle não perdem seu interesse, a despeito do fato de serem apresentadas com base nas desgastadas teses ideológicas de que o capitalismo se converteu numa sociedade do consumo, pós-industrial, teses essas que se sustentam sobre um duplo equívoco, o de analisar o capitalismo com base em seus aspectos e determinações estritamente materiais, em detrimento das formais, e o de separar mecanicamente produção e consumo, ao invés de buscar os múltiplos nexos que se estabelecem entre eles (o que deveria incluir a distribuição e a troca). Em sentido semelhante, cabe mencionar também que o referido processo de esgarçada e de reconfiguração da ascense protestante diante da exigência do consumo, não vem de hoje. Passagens de *O Capital* e dos *Grundrisse* o demonstram: “todos os padrões de medida, todas as bases explicativas ainda mais ou menos justificadas nos limites do modo de produção capitalista desaparecem aqui [quando se trata do sistema de crédito desenvolvido]. O que o comerciante atacadista especulador arrisca é propriedade social, não *dele*. Do mesmo modo torna-se absurda a frase sobre a origem do capital, a partir da poupança, pois aquele demanda justamente que outros devem poupar para ele [...]. A outra frase sobre a abstinência é desmentida frontalmente por seu luxo, que se torna também ele um meio de crédito. Concepções que numa fase menos desenvolvida da produção capitalista ainda tinham sentido tornam-se aqui totalmente sem sentido” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.334); “... cada capitalista, certamente, exige que seus operários economizem, mas somente ao *seus*, porque se contrapõem a ele como operários; mas se previne de exigi-lo ao resto do mundo dos operários, já que estes se contrapõem a ele como consumidores. Não obstante todas as frases piedosas, recorre a todos os meios para incitá-los a consumir, para dar a suas mercadorias novos atrativos, para fazer-lhes crer que tem novas necessidades, etc.” (idem, *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.230).

⁵⁹⁴ Somos remetidos aqui ao conceito de *dessublimação repressiva* de Marcuse (cf. Marcuse, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, em particular o Capítulo 3, da Primeira Parte), uma espécie de “resolução” socialmente *administrada* do conflito entre o princípio de realidade e o princípio do prazer; se a repressão superegógica antes conduzia à sublimação dos impulsos sexuais sob diversas formas que, não obstante, sustentavam as tensões entre ambos os princípios, e portanto algum potencial crítico, a dessublimação emerge como uma forma de adequação ao princípio de realidade, sendo a “libertação” da sexualidade feita sob a égide do capital, ela mesmo tornada mercadoria. Nas palavras do autor, “o poder absorvente da sociedade esgota a dimensão [transcendente] pela assimilação de seu conteúdo antagônico. No domínio da cultura, o novo totalitarismo se manifesta precisamente num pluralismo harmonizador, no qual as obras e as verdades mais contraditórias coexistem pacificamente, sem indiferença (idem, *ibidem*, p.73); logo, “com a integração da esfera da sexualidade ao campo dos negócios e dos divertimentos, a própria repressão é recalçada” (Marcuse, H. *Cultura e Sociedade II*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p.106). Não obstante a pertinência de tais proposições, à luz das considerações sobre o atual estatuto do superego, faz sentido o deslocamento proposto por Safatle, ao propor a vigência contemporânea de um sistema de “insatisfação administrada”: “como, em última instância, toda determinação se mostrará provisória e inadequada diante de um imperativo superegógico que exige o puro gozo, faz-se necessário que o sistema de mercadorias disponibilize determinações de maneira cada vez mais descartável e de maneira cada vez mais rápida, importando-se cada vez menos com o pretensão conteúdo de tais determinações. Em última instância, isto nos faz passar de uma sociedade da satisfação administrada para *uma sociedade da insatisfação administrada*, na qual ninguém realmente acredita nas promessas de gozo veiculadas pelo sistema de mercadorias (já que elas são postas para serem descartadas), a começar pelo próprio sistema, que as apresenta de maneira cada vez mais auto-irônica e ‘crítica’” (Safatle, V. “Depois da culpabilidade: figuras do superego na sociedade de consumo”. In: Dunker, C.; Prado, J.L (orgs) *Zizek Crítico*. São Paulo: Hacker, 2005, p.132).

doses de antidepressivos, neurolípticos, ansiolíticos, etc.⁵⁹⁵, cada um deve se sentir feliz e confortável – mas nunca *saciado* - com seus grilhões. Nas palavras de Zizek,

“Nossa sociedade reflexiva, pós-modernista, que aparenta ser hedonista e permissiva, na realidade é saturada de normas e regulamentos que visam a promover nosso bem-estar (restrições ao cigarro e ao comer, regras contra o assédio sexual). Longe de nos restringir ainda mais, uma identificação étnica forte constitui um chamado libertador de ‘você pode’: você pode violar - não o Decálogo, mas as regras rígidas da coexistência pacífica numa sociedade liberal tolerante; pode comer e beber o que quiser, pode dizer coisas que a correção política proíbe, pode até odiar, lutar, matar e violentar. É ao oferecer esse tipo de pseudolibertação que o superego suplementa a textura explícita da lei simbólica social. A oposição superficial entre prazer e dever é superada de duas maneiras diferentes. O poder totalitário avança ainda mais longe do que o poder autoritário tradicional. O que ele diz, em efeito, não é ‘cumpra seu dever, quer você goste disso, quer não’, mas ‘você deve cumprir seu dever e deve sentir prazer em fazê-lo’. (É assim que funciona a democracia totalitária: não basta que as pessoas sigam seu líder... devem também amá-lo.) O dever se torna prazer. Em segundo lugar, há o paradoxo necessariamente inverso pelo qual o prazer, numa sociedade supostamente permissiva, se transforma em dever. Os sujeitos se sentem na obrigação de se divertir, de ‘curtir a vida’, como se isso fosse uma espécie de dever, e, conseqüentemente, se sentem culpados quando não são felizes. O superego controla a zona na qual esses dois opostos se sobrepõem - na qual a ordem de sentir prazer em cumprir seu dever coincide com o dever de sentir prazer”⁵⁹⁶.

Evidentemente, os efeitos psicopatológicos desse estado de coisas se fazem sentir de modo não menos radical; se, segundo Maria Rita Kehl, a perversão é atualmente o modo dominante de organização do laço social, Safatle argumenta que a ansiedade, a depressão e o cinismo se tornaram os *sintomas* dominantes da contemporaneidade⁵⁹⁷.

Diante de tão decisivos desdobramentos objetivos e subjetivos, surge a questão: sob que condições históricas se deu a emergência da pós-modernidade? Segundo Jameson, haveria dois marcos do advento da pós-modernidade, a saber, a referida subsunção do Inconsciente em decorrência da “ascensão das mídias e da indústria da propaganda”⁵⁹⁸; e a plena submissão da Natureza, relacionada ao avanço capitalista por sobre as formas de produção agrícola arcaicas que

⁵⁹⁵ Não surpreende o dinamismo e a lucratividade da indústria farmacêutica, *pari passu* (ou sempre um passo à frente) da indústria dos diagnósticos, que por sua vez é capaz de identificar uma doença ou um distúrbio para cada padrão comportamental. Uma evidência do avassalador processo de “medicalização da sociedade” em curso é a disseminação do uso de drogas como a ritalina, em terras brasileiras. Nos últimos anos o consumo dessa droga cresceu exponencialmente – sua venda passou de 71 mil caixas em 2000 para 1,1 milhão de caixas em 2008 (cf. Ortega, F; et.al. “A ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas”. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cse/2010nahead/nop1510.pdf) -, sobretudo entre crianças, adolescentes e jovens adultos, seja em reação aos “déficits de atenção”, à “hiperatividade”, e outros diagnósticos aberrantes, proferidos à torto e à direito pelos acomodados serviços das indústrias farmacêuticas; seja como forma de garantir a produtividade ao longo das 12 ou 14 horas que constituem as jornadas de trabalho das multidões de “colaboradores” das empresas, forçados à “vestir a camisa”, entregando-se integralmente – e comumente de bom grado - ao trabalho, que por vezes é “complementado” por outras tantas horas de estudo, suposto meio de “agregação de valor” no “capital humano” de cada “colaborador”. Encontramo-nos afundados no pantanoso reino da reificação.

⁵⁹⁶ Zizek, S. “O superego pós-moderno”. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/19133295/Zizek-O-superego-posmoderno>, p.7.

⁵⁹⁷ “Se alguns dos sintomas mais correntes na atualidade são a ansiedade e a depressão, eles talvez nos indiquem resultados da pressão deste superego vinculado ao puro imperativo de gozo, pois tanto a ansiedade quanto a depressão pressupõem a consciência tácita da incapacidade de sustentar escolhas de objeto [...]. Assim, se o sentimento de culpa aparecia como resultado direto do superego repressivo que impedia o gozo, a depressão e a ansiedade podem aparecer como o resultado dessa nova configuração do superego que exige o gozo incondicional” (Safatle, V. “Depois da culpabilidade: figuras do superego na sociedade de consumo”. In: Dunker, C.; Prado, J.L (orgs) *Zizek Crítico*. São Paulo: Hacker, 2005, p.133). O terceiro sintoma, o cinismo “é o nome correto desta posição subjetiva que é capaz de sustentar identificações socialmente disponibilizadas, ao mesmo tempo em que ironiza, de forma absoluta, toda e qualquer determinidade (idem, ibidem, p.134). Nas palavras de Zizek, “o cínico vive da discórdância entre os princípios proclamados e a prática – toda a sua sabedoria consiste em legitimar a distância entre eles” (Zizek, S. *Eles não sabem o que fazem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p.60; citado por Safatle, V. “Depois da culpabilidade: figuras do superego na sociedade de consumo”. In: Dunker, C.; Prado, J.L (orgs) *Zizek Crítico*. São Paulo: Hacker, 2005, p.134).

⁵⁹⁸ Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.61.

subsistiriam na periferia do sistema antes da “Revolução Verde”⁵⁹⁹. Ao virtual desaparecimento de qualquer formação social pré-capitalista e de qualquer domínio natural preservado da ação humana - extinção da “primeira natureza” - corresponderia a expansão do domínio da cultura como uma “segunda natureza” e sua imbricação com a economia.

Paradoxalmente, dessa ótica, se as condições de emergência do pós-modernismo estiveram ligadas à consumação da modernização capitalista, o modernismo, por seu turno, teria tirado seu impulso vital da incompletude desse processo. Assim como o realismo – que dependeria de certa fé na estabilidade social e no progresso da razão, as quais teriam sido devastadas pelo próprio desenvolvimento capitalista -, o modernismo seria fruto da “dialética da reificação, que se apodera das propriedades e das subjetividades, das instituições e das formas de um mundo pré-capitalista anterior, a fim de destituí-las de seu conteúdo hierático ou religioso”⁶⁰⁰, em meio a um processo caracterizado pela diferenciação interna e pela autonomização ante a totalidade social. As forças criativas, a afirmação da novidade, a veia revolucionária, que caracterizaram uma série de realizações modernistas, teriam como substrato o conflito entre o devir moderno e o tradicional, e a diacronia característica do desenvolvimento capitalista⁶⁰¹. O pós-modernismo, ao contrário, adviria da afirmação plena desse modo de produção; sinteticamente, “o pós-modernismo é o que se tem quando o processo de modernização está completo e a natureza se foi para sempre”⁶⁰². E tamanha conquista estaria relacionada à onda de expansão das empresas multinacionais no pós-guerra⁶⁰³, que teria sido viabilizada pela – e por outro lado reforçado a - revolução nas tecnologias de transporte e de comunicação⁶⁰⁴; estas últimas cada vez mais comprometidas com a concorrência capitalista, ao ponto de terem sua própria natureza alterada, em consonância com a “explosão” do cultural⁶⁰⁵.

⁵⁹⁹ De acordo com Hobsbawm, “a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato” (Hobsbawm, E. J. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.284); no início da década de 1980, por exemplo, cerca de 3% da população britânica, belga e norte-americana trabalhava na agricultura (idem, ibidem, p.284), e em meados dessa década 42% da população mundial era urbana (idem, ibidem, p.288). Em boa parte do mundo a mudança na proporção de camponeses na população total foi vertiginosa: no Japão os camponeses caíram de 52,4% da população em 1947 para 9% em 1985; e números ainda mais impressionantes só não são encontrados na África subsaariana, no sul e sudeste da Ásia continental e na China, regiões que ainda possuem a maioria de sua população no campo (idem, ibidem, p.286). Faz-se necessário ponderar que as exceções perfazem metade da população mundial, mas isso não nega a importância e o vigor do processo de urbanização por todo o mundo, como revela o fato de que em 2008 a população urbana superou a rural.

⁶⁰⁰ Jameson, F. “Cultura e capital financeiro”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.157.

⁶⁰¹ “A nossa condição é mais homogeneamente modernizada, não estamos mais sobrecarregados pelos estorvos das não-simultaneidades e não-sincronicidades [...]. Esse é o sentido em que podemos dizer que o modernismo caracteriza-se por uma modernização incompleta, ou que o pós-modernismo é mais moderno que o próprio modernismo” (idem, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.314). “Por ora, concluímos que o sentimento agudo do Novo no período moderno só foi possível devido à natureza mesclada, desigual e transitória daquele período, no qual o velho coexistia com o que então estava aparecendo” (idem, ibidem, p.315).

⁶⁰² Idem, ibidem, p.13. Em sentido semelhante, cf. Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, Parte I.

⁶⁰³ Cf. Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.74-5.

⁶⁰⁴ Cf. idem, ibidem, p.64; e idem, “Notas sobre a globalização como questão filosófica”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.45.

⁶⁰⁵ Cf. idem, ibidem, p.46.

Mais precisamente, segundo a periodização feita por Jameson, o pós-modernismo corresponderia a um “novo momento do capitalismo”, o qual “pode ser datado do boom do pós-guerra nos Estados Unidos no final da década de 1940 e início da década de 1950 ou, na França, do estabelecimento da Quinta República em 1958. A década de 1960 é em muitos aspectos o período-chave de transição”⁶⁰⁶. Essa delimitação, um tanto imprecisa, corresponde em grande medida àquela feita por Mandel, em *O Capitalismo Tardio*, obra determinante para a trajetória e a produção intelectual de Jameson, como ele próprio não cansou de reconhecer⁶⁰⁷. Dessa forma, Jameson acaba reproduzindo as dificuldades de periodização do próprio Mandel, o qual, como constata Paul Singer, buscou apresentar os “trinta anos dourados” – ou o advento da onda longa com tonalidade expansionista, iniciada no imediato pós-Guerra – principalmente como resultado da “terceira revolução tecnológica”, que teria como fundamento a automação e a manipulação da energia nuclear. No entanto, o dinamismo tecnológico que caracterizou essa fase, e contribuiu com o acelerado ritmo da acumulação de capital que a caracterizou, deveu-se à generalização das tecnologias produzidas no ciclo anterior; antes ao motor elétrico e a explosão, do que à energia nuclear, por assim dizer⁶⁰⁸.

Procurando desenvolver as teses de Jameson, Perry Anderson propugna que o modernismo originou-se da combinação de três fatores: uma formação social ainda em tensão com aquela que lhe precedeu, e em processo de consolidação sob *bases predominantemente agrárias*; o advento de radicais inovações tecnológicas, mas ainda pouco difundidas; e a possibilidade palpável de amplos levantes revolucionários. A Primeira Guerra Mundial teria representado um abalo desse quadro, com a destruição da velha ordem na Rússia, na Alemanha e na Áustria-Hungria, e com a debilitação geral da aristocracia fundiária. Não obstante, a difusão global da moderna organização industrial e do consumo de massa ainda estava por ocorrer, de tal modo que o combustível do modernismo continuava abundante. A situação apenas se alteraria com a Segunda Guerra Mundial, que teria enterrado definitivamente as elites agrárias, espalhado por todo o mundo não-soviético os padrões de consumo outrora exclusivos aos Estados Unidos e às democracias liberais, e afastado o espectro da revolução mundial. Apesar da sobrevida do modernismo nas duas ou três décadas que sucederam o fim do conflito mundial, nesse período sua energia vital evanesceu⁶⁰⁹. Desse modo,

⁶⁰⁶ Idem, “Postmodernism and Consumer Society”. In: *The Cultural Turn. Selected Writings on the Postmodern, 1983-1998*. Londres: Verso, 1998, p.3.

⁶⁰⁷ Em suas palavras, Mandel teria sido o autor que “pela primeira vez teorizou um terceiro estágio do capitalismo de uma perspectiva marxista. Foi isso que tornou possíveis meus pensamentos sobre o ‘pós-modernismo’, e eles devem portanto ser entendidos como uma tentativa de teorizar a lógica específica da produção cultural deste terceiro estágio, e não como mais uma crítica cultural desencarnada, ou um diagnóstico do espírito da época” (idem, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.397).

⁶⁰⁸ De acordo com Singer, “o que dominou a dinâmica do período 1945/67 não foi nem uma nem outra dessas inovações tecnológicas, mas a grande expansão das indústrias produtoras de bens duráveis de consumo (sobretudo do automóvel), de produtos petroquímicos, insumos industriais para a agricultura, de meios de transporte (navios, aviões) e de armamentos, além do grande crescimento da aviação comercial, da mecanização da construção civil etc. etc.” (Singer, P. “Apresentação”. In: Mandel, E. *O capitalismo tardio*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.XIX).

⁶⁰⁹ Cf. Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.97.

enquanto o modernismo adveio do assíncrono, da interação criativa entre tecnologia e arte, da perspectiva da transformação radical nas formas de sociabilidade, o pós-modernismo “suruiu da combinação de uma ordem dominante desclassificada⁶¹⁰, uma tecnologia midiaticizada e uma política sem nuances”⁶¹¹.

Apesar de evocar brevemente outros fatores, Terry Eagleton relaciona o advento do pós-modernismo à configuração assumida pelo conflito de classes no capitalismo contemporâneo; no entanto, ao invés do desaparecimento da classe burguesa, ele enfatiza a derrota da classe operária⁶¹². Assim, ele nos convida a imaginar

“um movimento radical que tenha sofrido uma derrota estrondosa, Tão estrondosa, de fato, que parecia improvável que saísse do ostracismo antes do decurso de uma vida, quando muito. A derrota que me ocorre não se resume ao desprezo tão tristemente familiar à esquerda política, e sim representa uma repulsa de tal modo definitiva, que pareceu desacreditar até mesmo os paradigmas que essa política tradicionalmente cultivou”⁶¹³.

É evidente que esse esforço é aqui dispensável. Diante de tal insucesso, que corresponderia às derrotas sofridas pelas forças de esquerda pós-1968, Eagleton enumera várias posturas recorrentemente assumidas por parte daqueles sobrepujados; umas mais, outras menos disseminadas, mas todas conservadoras⁶¹⁴. Diante disso, pergunta Eagleton,

“a história, no sentido da modernidade, chegou ao fim porque triunfamos na solução de seus problemas, ou porque eles agora parecem (a quem?) pseudoproblemas, ou porque acabamos desistindo da empreitada? [...]. É de se esperar que essa utopia prematura venha acompanhada de uma celebração da cultura popular como sendo positiva por inteiro, como inegavelmente democrática em vez de positiva e manipulativa ao mesmo tempo. Os radicais, como todo mundo,

⁶¹⁰ “O pós-modernismo é o que ocorre quando, sem qualquer vitória, esse adversário [a burguesia] desaparece” (idem, *ibidem*, p.102), substituído por uma camada de gestores *yuppies*.

⁶¹¹ Idem, *ibidem*, p.108.

⁶¹² “De onde mais que o pós-modernismo possa brotar – da sociedade ‘pós-industrial’, do último fator de descrédito da modernidade, da recrudescência da vanguarda, da transformação da cultura em mercadoria, da emergência de novas forças políticas vitais, do colapso de certas ideologias clássicas da sociedade e do sujeito – ele não deixa de ser, acima de tudo, o resultado de um fracasso político que ele ou jogou no esquecimento ou com o qual ficou o tempo todo brigando em pensamento” (idem, *ibidem*, p.30).

⁶¹³ Idem, *ibidem*, p.11. Recentemente, no Brasil, também como resultado de uma derrota histórica das esquerdas – que não decorreu de uma ofensiva das “forças da ordem”, mas da conversão de importantes organizações de esquerda em forças da ordem –, somado a um contexto econômico menos miserável do que aquele característico das décadas de 1980 e 1990, surgem ecos pós-modernos (Cf. o debate em torno do artigo “A Esquerda fora do Eixo”, em www.passapalavra.info/?p=41221), junto com o avanço da militarização da sociedade brasileira, que por sua vez caminha *pari passu* ao reacionarismo de amplas camadas da população e à insignificância de qualquer projeto político anti-capitalista.

⁶¹⁴ Uma delas seria a perseverança em posições tão amplamente execradas, por hábito, nostalgia, fé recalcitrante ou ainda um cego otimismo, que em tudo identificaria o amadurecimento das “condições pré-revolucionárias”. Outra seria a guinada à direita, expiando a vergonha do passado “radical” por meio de virulentos ataques a tudo que outrora se esteve perto de defender. Nesse ambiente inóspito, uns teriam se lançado a exaltar as minorias e as “margens” do sistema, as periferias, como se fossem “valores em si”, pequenas fissuras em que se preservaria alguma liberdade, no interior do sistema inexpugnável. E de modo entusiasta, estes e outros passaram a cultivar a ambiguidade e a indeterminação, a diversidade ou a alteridade, ou o jogo sem-fim das pequenas transgressões, que teria em objetos como a sexualidade, o corpo e a linguagem seus mais férteis campos. Por fim, outros acabaram por projetar o “horizonte revolucionário” na presente configuração do capitalismo, reconhecendo nos incessantes estímulos ao gozo inalcançável e ao consumismo desenfreado, a liberdade que não mais conseguem enxergar dentre as possibilidades que compõe o atual. Daí a pressa em se decretar o fim da história. Nos termos do autor, “como no conformismo darwiniano, boa parte da esquerda cultural assumiu a forma de seus ambientes históricos: se vivemos numa época em que não conseguimos desafiar com sucesso o capitalismo, então para todos os efeitos ele não existe” (idem, *ibidem*, p.32). Por outro lado, explica Zizek, “quando, há cerca de uma década, Francis Fukuyama lançou sua tese pseudo-hegeliana sobre o ‘fim da história’, ele tinha razão, ainda que não pelos motivos que imaginava: na medida em que o oposto da história é a natureza, o ‘fim da história’ significa que o próprio processo social é cada vez mais ‘naturalizado’, vivenciado como uma nova forma de ‘destino’, como uma força cega e incontrolável” (Zizek, S. “Posfácio: a escolha de Lênin”. In: Zizek, S. (org.) *Às portas da Revolução: escritos de Lênin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.319).

podem acariciar seus grilhões, decorar suas celas de prisão, rearrumar as cadeiras no convés do Titanic e descobrir a verdadeira felicidade na carência absoluta”⁶¹⁵.

David Harvey, por sua vez, propondo-se a investigar o conceito de pós-modernidade como condição histórica⁶¹⁶, sustenta que a própria trajetória do modernismo auspiciava o advento do pós-modernismo⁶¹⁷, que teve como marco as agitações políticas de 1968⁶¹⁸ e sua derrocada, dando azo à “total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico que formavam uma metade do conceito baudelaireano de modernidade [...]. O pós-modernismo nada, e até se esboça, nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança, como se isso fosse tudo o que existisse”⁶¹⁹.

Se várias dessas proposições de Jameson, Anderson, Eagleton e Harvey são pertinentes e lançam luz a importantes dimensões da atual fase da acumulação capitalista, a fundamentação historiográfica e a ancoragem do pós-modernismo a uma teoria abrangente – sobretudo no que tange a uma apreensão conceitual rigorosa de sua evolução econômica, como cobra Anderson do “marxismo ocidental” - ainda se afiguram insuficientes. Consideremos, então, alguns outros aspectos da abordagem de Harvey.

Remetendo a análises marxianas consagradas, Harvey defende que o fundamento da “alteridade” louvada pelos pós-modernos e pelo atual senso comum continuaria sendo a contradição entre capital e trabalho, a forma social dominante e totalizadora e seu “outro” (sua substância e sua negação)⁶²⁰. Ademais, ele desenvolve uma analogia entre o dinheiro e as características essenciais do pós-modernismo, num contexto em que o dinheiro mundial havia perdido seu lastro material. Em seus próprios termos,

⁶¹⁵ Idem, *ibidem*, p.27.

⁶¹⁶ Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2010, p.9.

⁶¹⁷ Em algumas de suas expressões, como foi o caso do expressionismo abstrato, a ausência de qualquer ímpeto crítico parecia anteciper a despolitização comumente associada ao pós-modernismo, e a sua disposição em afirmar o existente. No caso do “alto modernismo”, segundo Harvey, “... parecia que essa arte e essa cultura não podiam senão monumentalizar o poder corporativo ou estatal, ou o ‘sonho americano’, como mitos auto-referenciais, projetando um certo vazio de sensibilidade no lado da formulação de Baudelaire que se apoiava nas aspirações humanas e nas verdades eternas” (idem, *ibidem*, p.44). Cf. Žižek, S. “Posfácio: a escolha de Lênin”. In: Žižek, S. (org.) *As portas da Revolução: escritos de Lênin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.281-2. Talvez forçando um pouco o argumento, diz Harvey que “há mais continuidade do que diferença entre a ampla história do modernismo e o movimento denominado pós-modernismo. Parece-me mais sensível ver este último como um tipo particular de crise do primeiro, uma crise que enfatiza o lado fragmentário, efêmero e caótico da formulação de Baudelaire [...] enquanto exprime um profundo ceticismo diante de toda prescrição particular sobre como conceber, representar ou exprimir o eterno e o imutável” (Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2010, p.111). No entanto, há de se concordar com Jameson, quando ele assevera: “... mesmo se todos os elementos constitutivos do pós-modernismo fossem idênticos e contínuos aos do modernismo – e a meu ver é possível demonstrar que esse ponto de vista errôneo, mas somente uma análise ainda mais ampla do próprio modernismo poderia refutá-lo – os dois fenômenos ainda continuariam radicalmente distintos em seu significado e função social, devido ao posicionamento muito diferente do pós-modernismo no sistema econômico do capitalismo tardio e, mais ainda, devido à transformação da própria esfera da cultura na sociedade contemporânea” (Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007, p.31). Diga-se de passagem, a despeito das coincidências em suas abordagens, Harvey inclui Jameson no que ele identifica como uma “ala da reação pós-moderna”, exemplificada por Baudrillard, e Virilio, a qual apelaria a uma hiper-retórica que corre o risco de replicar acriticamente a dinâmica social visada (pós-moderna), e que periga “decair na mais alarmante irresponsabilidade” (Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2010, p.316), talvez estetizando seu objeto, ou menoscabando seus aspectos opressores.

⁶¹⁸ De acordo com Harvey, 1968 deve ser visto como “o arauto cultural e político da subsequente virada para o pós-modernismo” (idem, *ibidem*, p.44).

⁶¹⁹ Idem, *ibidem*, p.49. “O caráter imediato dos eventos, o sensacionalismo do espetáculo (político, científico, militar, bem como de diversão) se tornam a matéria de que a consciência é forjada” (idem, *ibidem*, p.57).

⁶²⁰ Cf. idem, *ibidem*, p.101.

“pela primeira vez na história, o mundo passou a se apoiar em formas imateriais de dinheiro – isto é, dinheiro registrado avaliado quantitativamente em números de alguma unidade monetária designada (dólares, ienes, marcos alemães, libras esterlinas etc.) [...]. Na realidade, pode-se alegar que o crescimento do mercado de arte (com sua preocupação com a assinatura do autor) e a forte comercialização da produção cultural a partir de mais ou menos 1970 têm tido muito que ver com a busca de meios alternativos de armazenar valor em condições em que as formas monetárias comuns são deficientes”⁶²¹.

Também digno de menção é o paralelo que Harvey estabelece entre a afirmação da ficção em detrimento da função – principalmente por parte dos arquitetos pós-modernos -, e a proliferação do capital fictício⁶²². Por fim, cabe remeter ao “pano de fundo” econômico da emergência do pós-modernismo. Como se viu no capítulo anterior, em busca da retomada do crescimento e da elevação das taxas de lucro, e em meio ao combate à “rigidez” - que atingia os contratos de trabalho; as formas predominantes de investimento em capital fixo; o tipo de organização industrial e de planejamento produtivo dominante nos setores fordistas; as políticas governamentais assistenciais e previdenciárias, que consumiam montantes cada vez maiores de recursos para manter sua legitimidade, entre outros -; “a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação”⁶²³. Desse modo, um vertiginoso desenvolvimento tecnológico e organizacional; o descentramento da produção e sua reestruturação em escala global⁶²⁴, tendo como marca distintiva o estabelecimento de amplos e complexos sistemas de terceirização⁶²⁵; a redução do tempo de circulação do capital; a destruição dos direitos trabalhistas; as inovações financeiras; a produção “personalizada” (de escopo) e planejada para o aproveitamento das “externalidades de rede”⁶²⁶; tudo isso caracterizaria o novo “regime de acumulação”. Em seu bojo, a relação entre centralização e descentralização, e entre livre concorrência e monopólio teriam assumido formas “fundamentalmente novas”⁶²⁷. E do mesmo modo, teria ocorrido “a completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira”⁶²⁸.

⁶²¹ Idem, *ibidem*, p.268. Cf. p. 40 acima.

⁶²² Idem, *ibidem*, p.104.

⁶²³ Idem, *ibidem*, p.140.

⁶²⁴ Que longe de tornar desimportante as especificidades espaciais locais, fez com que assumissem papel decisivo: “aproximando-nos assim do paradoxo central, quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital” (idem, *ibidem*, p.267).

⁶²⁵ “Novos sistemas de coordenação foram implantados quer por meio de uma complexa variedade de arranjos de subcontratação (que ligam pequenas firmas a operações de larga escala, com frequência multinacionais), através da formação de novos conjuntos produtivos em que as economias de aglomeração assumem crescente importância, quer por intermédio do domínio e da integração de pequenos negócios sob a égide de poderosas organizações financeiras ou de *marketing*” (idem, *ibidem*, p.150).

⁶²⁶ “As economias de escopo derrotaram as economias de escala” (idem, *ibidem*, p.148).

⁶²⁷ Idem, *ibidem*, p.150.

⁶²⁸ Idem, *ibidem*, p.152. “O que parece realmente especial no período iniciado em 1972 é o florescimento e transformação extraordinária dos mercados financeiros” (idem, *ibidem*, p.181).

Ora, como se viu, ao tratar dos movimentos de concentração e centralização do capital, da articulação entre concorrência e monopólio etc., lida-se com tendências gerais e por vezes contraditórias da acumulação, que em função de um vasto conjunto de fatores econômicos, políticos, culturais, científicos e tecnológicos, por vezes se intensificam, por vezes retrocedem⁶²⁹. Desse modo, a ênfase na novidade revela certo “entusiasmo” de Harvey com o mote da nova flexibilidade, postura que contradiz seus próprios estudos conceituais⁶³⁰. Não obstante, há de se concordar ao menos parcialmente quando, visando a situação dos países capitalistas centrais, o autor afirma ser temerário “fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente”⁶³¹.

Juntando os elementos expostos, é possível notar que o “pós-modernismo”, em sua acepção marxista, concerne a processos sociais que não apenas exprimem a reconfiguração da dinâmica global de acumulação de capital, que acabou por conformar uma nova fase de desenvolvimento desse modo de produção, mas que compreendem uma dimensão fundante dele. Seu caráter multifacético está imbricado com a atual dinâmica da acumulação de inúmeras maneiras, dentre as quais, analítica e sinteticamente, podem ser destacadas as seguintes.

Em termos mais abstratos, o nexos social estabelecido pela mediação do dinheiro - universal, efêmero, superficial, “democrático” dentre os que o carregam em seus bolsos⁶³², que enseja a dispersão da dinâmica econômica por um sem-número de lugares, envolvendo em miríades de fugidias transações incontáveis pessoas, mas que tudo quantifica, iguala, substitui -; tal nexos se coaduna à fragmentação, ao culto à liberdade de troca, ao consumismo, ao fugaz, típicos do pós-modernismo, cuja “operação elementar” seria a de garantir o “acesso ao objeto”, a virtualmente qualquer objeto, mas que antes tenha sido “privado de sua substância”⁶³³. Igualmente,

⁶²⁹ Cf. p.105-7 desta tese.

⁶³⁰ De modo a desfazer essa impressão, o autor reconhece que “a insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilidade e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta [...]. O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-se cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa consideração. E as consequências ideológicas e políticas da superacentuação da flexibilidade no sentido estrito de técnica de produção e de relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau de imperativo da flexibilidade” (idem, *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2010, p.178-9). Não obstante, estas parecem ponderações enxertadas, provavelmente depois da recepção de críticas.

⁶³¹ Idem, ibidem, p.179.

⁶³² “Ele [o possuidor de dinheiro] carrega seu poder social, bem como seu nexos com a sociedade, no bolso” (idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.84, tradução modificada com base em Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.77). “Tão naturalmente aleatória como a qualitativa é a articulação quantitativa do organismo social de produção, que representa seus *membra disjecta* [membros dispersos] no sistema da divisão do trabalho. Nossos possuidores de mercadorias descobrem por isso que a mesma divisão de trabalho, que os torna produtores privados independentes, torna independentes deles mesmos o processo social de produção e suas relações dentro desse processo, e que a independência recíproca das pessoas se complementa num sistema de dependência reificada universal” (idem, ibidem, p.231).

⁶³³ Žizek, S. “Posfácio: a escolha de Lênin”. In: Žizek, S. (org.) *Às portas da Revolução: escritos de Lênin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.181.

a afirmação pós-moderna da diferença e da alteridade expressa e oculta o fundamento da relação contraditória entre trabalho e capital⁶³⁴. Ora, como mencionado acima, se se congela qualquer um dos momentos da contradição (identidade, diferença, oposição, oposição contraditória), seu movimento é dissimulado e, desse modo, afirmado. Em suma, vê-se que o pós-modernismo exprime de um modo específico – e não apenas enquanto *ideologia* – o movimento da *abstração real*, inerente à forma-capital⁶³⁵.

No que tange ao sistema monetário internacional sob o padrão “dólar-dólar”, caracterizado pela “dessubstancialização” do dinheiro, as mercadorias “artísticas” ou “culturais”, na condição de valores de uso e de suportes de grandes valores, por vezes cumprem a função de um suposto “porto seguro”, uma referência material da riqueza abstrata, buscada pelos capitalistas diante de abalos no movimento de valorização do valor.

Por outro lado, faz-se necessário destacar não apenas a relevância política e ideológica dos ramos produtivos mais diretamente relacionados ao pós-modernismo, próprios à indústria cultural e ao setor de comunicação – mobilizada sobretudo pelas elites dos países capitalistas centrais –, mas também sua importância propriamente econômica, e sua posição de destaque no processo de retomada do crescimento do mercado mundial no pós-Segunda Guerra Mundial, e na conseqüente dispersão geográfica da produção e integração produtiva (hierárquica)⁶³⁶. Foi visto como determinações próprias à produção estética sob a indústria cultural – o pretenso caráter único e exclusivo dos chamados “bens culturais”, sobretudo das “obras de arte”, a subsunção espetacular da coisa pela imagem, nas mais diversas dimensões da existência, e a exigência narcisista de uma produção “personificada”, uma singularidade simulada de supostos “sujeitos” cada vez mais pobres em determinações – ligada à busca por economias de escopo; esse conjunto de determinações, dizíamos, passou a “recobrir” boa parte da produção e da distribuição capitalista (com destaque para a referida produção capitalista do espaço). Ademais, somando-se à cultura pós-moderna do “gozo”, aos mecanismos de “dessublimação repressiva” ou de “insatisfação administrada”, ligados à venalidade generalizada⁶³⁷ – afirmada de maneira tão entusiástica pelos

⁶³⁴ O qual se constitui em *totalidade formal* por meio de uma dupla redução – de si próprio, à condição de capital constante, e a de seu *outro*, o trabalho vivo, à condição de capital variável –, de modo a subsumir sua substância, a força de trabalho, fazendo-lhe oposição na forma de capital constante; e isso, ao mesmo tempo em que bloqueia a constituição do trabalho em totalidade, impedindo-o de se apropriar integralmente daquilo que produziu Cf. Grespan, J. L. “A Dialética do Averso”. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã/CEMARX/IFCH, 2003.

⁶³⁵ Tematizada por Marx já na análise da forma-mercadoria: “ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.168). Numa palavra, “esta redução aparece como uma abstração, mas é uma abstração que se faz diariamente no processo da produção social” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.34), não sendo portanto, um mero produto do cérebro humano ou uma simples “fantasmagoria”.

⁶³⁶ Um indicativo dessa importância é o estouro da Nasdaq, e a conseqüente derrocada das empresas “pontocom”, em 2001-2.

⁶³⁷ Expresso tão cabalmente pela “cultura” do *funk*, que se espalhou pelo Brasil como fogo na palha, sobretudo nas periferias dos grandes centros urbanos, e que já competiu para formar toda uma geração de jovens – homens e mulheres – sob a égide da infantilização, da afirmação do consumismo e da ostentação material, da mercantilização e da super-exposição dos corpos, e do aviltamento da sexualidade, num elogio à dominação patriarcal e à violência sado-masoquista.

pós-modernos -, tais determinações estão na base do consumismo desenfreado e da produção de uma demanda efetiva sustentada por um endividamento (público e privado) crônico, mais uma característica distintiva da hodierna dinâmica da acumulação de capital.

Salta igualmente à vista que o elogio à dispersão, à fragmentação, ao efêmero, bem como a perda de referência no fluxo histórico, suprimido pela aceleração do tempo histórico e por sua “presentificação” absoluta (esquizofrênica), são fatores que alimentam a montanha russa do jogo bursátil e dos demais mercados financeiros, articulando-se à multiplicação de crises financeiras e econômicas, que reiteradamente resultam na reposição intensificada das condições e da dinâmica econômica e social que as engendraram. O “eterno presente” esquizofrênico - a perda de qualquer sentido unitário da história, da totalidade social, e da própria subjetividade -, ligado à falta de um horizonte político transcendente - o fatalismo da sempre renovada “grade de ferro”, travestida de auto-realização -, revela-se um campo aberto para a cultura da auto-ajuda, e das promessas de salvação individual, de cunho pentecostal ou neopentecostal⁶³⁸, ligadas à “mercantilização” da religião⁶³⁹. Não se pode ignorar essa “cultura”, ao se tratar do crescente engajamento nos mercados financeiros, outro pilar do referido endividamento crônico.

Outra importante coordenada aqui, como se viu, consiste na derrota histórica da classe trabalhadora e no solapamento das perspectivas políticas anticapitalistas, os quais remete à Era de Ouro do capitalismo, que teve como traço decisivo da dinâmica social, sobretudo nos países capitalistas centrais, a burocratização e a integração sistêmica das organizações operárias⁶⁴⁰. Diante do fim da “ameaça vermelha”, e num contexto de queda nas taxas de lucro, as elites lançaram-se numa luta ferrenha contra as organizações trabalhistas, engajaram-se em solapar as

⁶³⁸ Cf. Mariano, R. “Expansão Pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal”. In: *Estudos Avançados*, 18(52), 2004.

⁶³⁹ Que também passa a reproduzir a lógica das economias de escopo, e a se moldar a cada “categoria” de sofrimento social e psíquico - criando os cultos para os desempregados, para os dependentes químicos, para as vítimas de violência doméstica, para os endividados, para os solitários, etc. -, mas também a cada forma de identificação social e de *hobbies* (a igreja dos surfistas, dos “metaleiros” etc.).

⁶⁴⁰ Como já constataria Horkheimer, no limiar das décadas de 1930 e 1940, os partidos de esquerda progressivamente circunscreveram-se à luta legislativa-parlamentar com vistas a tornar menos árdua a vida dos trabalhadores, ao passo que os sindicatos buscaram melhorias para os estratos mais “qualificados” dos trabalhadores, de tal forma que nessas organizações nada sobrou da crítica ao trabalho e das posições revolucionárias; paulatinamente, “o líder e sua claqué se tornaram tão independente na organização da classe trabalhadora quanto o é o conselho de diretores num monopólio industrial em relação aos seus acionistas. Os meios de poder, por um lado as reservas financeiras da firma, e por outro os fundos do partido ou do sindicato, estão à disposição do líder para o uso contra qualquer problema [...]. Nas democracias ocidentais os líderes das grandes organizações da classe trabalhadora encontram-se na mesma relação com seus membros que os executivos do estatismo integral em relação à sociedade como um todo: eles mantêm as massas, de quem eles se encarregam, sob a mais estrita disciplina, hermeticamente afastadas de elementos incontrollados, e toleram a espontaneidade somente como um resultado de seu próprio poder” (Horkheimer, M. “The Authoritarian State”. In: Arato, A.; Gebhardt, E. *The essential Frankfurt school reader*. New York: Continuum, 1990, p.98). Afinal, “*integração é o preço que indivíduos e grupos têm que pagar para prosperar sob o capitalismo*” (idem, ibidem, p.99). Desse modo, as estruturas do capitalismo de Estado se espalharam para o conjunto da sociedade, submetendo-a à administração burocrática. Em meio a esse processo, segundo Marcuse, “o mundo tende a tornar-se o material da administração total, que absorve até os administradores. A teia da dominação tornou-se a teia da própria razão, e esta sociedade está fatalmente emaranhada nela” (Marcuse, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p.162), e assim, a técnica assume um papel central, não só por se constituir como instrumento da dominação, mas também por legitimá-la: por um lado, na medida em que o avanço tecnológico traz alguns “benefícios” materiais para parcelas da população, os quais são propalados como sinônimos de realização pessoal; por outro, posto que a premência do progresso tecnológico se sustenta por meio da crença de que o estado atual de coisas é o único tecnicamente possível, e que só mediante avanços técnicos ele poderia melhorar. Nesse contexto as forças produtivas, ao invés de fornecer as bases para a crítica da realidade existente, competem para bloqueá-la; e assim, a técnica e a ciência se tornam, elas próprias, ideologia (cf. idem, ibidem, p.36 e p.41).

dispendiosas estruturas de bem-estar social, e, sobretudo, em aumentar o exército industrial de reserva – jogando por terra boa parte do poder de barganha dos sindicatos – assim como os lucros, em detrimento dos salários⁶⁴¹. Adiante, veremos que a ideologia pós-modernista favoreceu e legitimou a “contra-revolução neoliberal” e o credo do “*there is no alternative*”; não obstante, ante a realidade social que ajudou a reproduzir – marcada por recorrentes crises econômicas, pela brutal concentração de renda em favor do grande capital, por elevadas taxas de desemprego, entre outros –, foram engendrados nalguns países processos populares de reação organizada, que tornaram a conjuntura pouco propícia à euforia pós-moderna, e às cantilenas sobre o fim da história e dos conflitos de classe. Destacam-se nesse sentido a experiência zapatista, no México, a experiência piquetera, na Argentina, entre outras; porém, no momento em que essa tese é escrita, e na esteira da crise econômica mundial, ocorrem ao redor do globo sublevações, greves gerais e outros processos político-organizativos dignos de nota, em sua maioria empunhando bandeiras próprias à “esquerda”, e alguns inclusive ostentando caráter anticapitalista⁶⁴².

Cabe considerar ainda que não só a “estética da sordidez e do choque” pós-modernista, à qual se referia Eagleton, mas vários de seus aspectos formais, ideológicos, subjetivos e mercadológicos competem para um avanço no velho esforço capitalista de estetização da política e da guerra⁶⁴³; por essa via, o pós-modernismo se coaduna ao militarismo característico da atual fase do desenvolvimento capitalista, favorecendo a indústria bélica, ela própria relevante campo de investimento capitalista, e elemento decisivo na conformação e na dinâmica do sistema interestatal, bem como na organização geográfica da produção capitalista em escala global.

⁶⁴¹ Como sempre, há distância entre intenção e gesto, e veremos no item 2 do último capítulo deste texto que os dirigentes empresariais e estatais não tiveram o êxito esperado no rebaixamento das compensações dos trabalhadores, e tampouco na elevação da taxa de lucro, a qual responde a diversos fatores e tendências que escapam à intencionalidade dos capitalistas, devido ao caráter anárquico da produção global de capital.

⁶⁴² A experiência mais notável é a da “Primavera Árabe”, como ficou conhecido o conjunto de maciças revoltas populares no Egito, na Tunísia, na Líbia, na Síria, e em diversos outros países da região; o que, na esteira do desemprego galopante e do arrocho contra a população trabalhadora decorrente da crise econômica mundial, inspirou amplos protestos na Europa, marcado pelas ocupações de praças em Atenas, Madri, Barcelona, Lisboa, Berlim, Frankfurt, Paris, Londres, e em centenas de outras cidades européias, e por greves em diversos países, com destaque para as greves gerais na Grécia e na Espanha. Por sua vez, a agitação européia catalisou o movimento Occupy Wall Street, que se disseminou por diversos países. De maneira impressionista, já que nosso conhecimento sobre tais processos é extremamente superficial, diríamos que o quadro geral não é muito alvissareiro; no que tange ao Oriente Médio, onde os protestos adquiriram maior magnitude e radicalidade, como era de se esperar a onda de contestação foi em grande parte contida por meio de uma repressão desmedida, e há grande controvérsia sobre seus desdobramentos nos próximos anos. Fora daí, e a despeito das iniciativas de criação de conselhos e de outras formas de organização e mobilização permanentes em bairros de diversas cidades européias, via de regra a ação dos “Indignados”, como o próprio nome indica, é marcada pelo ecletismo, pela despolitização, e pela falta de uma perspectiva político-organizativa minimamente delineada, que pudesse se manifestar em definições estratégicas com alguma consistência, para que perdessem o caráter tão marcadamente espontaneísta, ingênuo e moralizante.

⁶⁴³ “Todos os esforços para estetizar a política convergem para um ponto. Esse ponto é a guerra. [...] [Na] época de Homero, a humanidade oferecia-se em espetáculo aos deuses olímpicos; agora, ela se transforma no espetáculo para si mesma. Sua auto-alienação atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem. Eis a estetização da política, como a prática do fascismo” (Benjamin, W. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996, pág. 196). Diga-se de passagem, tal proposição benjaminiana perderia parte de seu viço diante do caráter ostensivamente *espetacular* da Guerra do Golfo, episódio emblemático de um sem-número de catastróficos conflitos bélicos que pulularam pelo mundo após a Segunda Guerra Mundial, auspiciada por Benjamin nesse brilhante ensaio.

Decerto, não é possível explorar aqui todas as imbricações entre essas distintas facetas da pós-modernidade e a hodierna dinâmica global da acumulação de capital. Apesar de se relacionar ao tema do neoliberalismo e da financeirização⁶⁴⁴, como vimos há pouco, bem como ao tema da hegemonia e do imperialismo⁶⁴⁵, passemos da noção de pós-modernidade à noção da globalização, que se disseminou antes e mais amplamente que as demais.

2. Globalização.

Dentre as noções discutidas nesse capítulo, a de globalização foi, provavelmente, a mais difundida e debatida, e, ao mesmo tempo, talvez seja a mais impermeável a uma tratativa teórica rigorosa, dado o acúmulo de significações que recebeu, e a montanha de preconceitos e mistificações que cercam o tema⁶⁴⁶. Em geral, este remete a um conjunto de radicais mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais, designando, por conseguinte, uma época histórica⁶⁴⁷. Entretanto, sem com isso desqualificar tudo o que se produziu em torno dessa noção, o traço mais

⁶⁴⁴ Em meio à sua discussão acerca da condição pós-moderna, Harvey assevera: “duas conclusões básicas (embora provisórias) se seguem. Em primeiro lugar, se quisermos procurar alguma coisa verdadeiramente peculiar (em oposição ao ‘capitalismo de sempre’) na atual situação, deveremos concentrar o nosso olhar nos aspectos financeiros da organização capitalista e no papel do crédito. Em segundo, se deve haver alguma estabilidade de médio prazo no atual regime de acumulação, é nos domínios das novas rodadas e formas de reparo temporal e espacial que é mais provável encontrar elementos” (Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2010, p.154). Em textos mais recentes, quando já era intenso o debate em torno do tema da financeirização, Jameson também associa algumas determinações do pós-modernismo ao reino das finanças: “peso ou corpo e sua atenuação progressiva já não propõe o não-corpo ou o espírito como seus opostos. Do mesmo modo, onde a planta livre propunha o cancelamento de um antigo espaço burguês, o novo tipo isométrico e infinito não cancela nada, mas simplesmente desenvolve sob seu próprio impulso como uma nova dimensão. Sem querer abusar do argumento, parece-me surpreendente que a dimensão abstrata ou sublimação materialista do capital financeiro tenha algo da semi-autonomia do espaço cibernético” (Jameson, F. “O tijolo e o balão: arquitetura, idealismo e especulação imobiliária”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.203). Cf. idem, “Notas sobre a globalização como questão filosófica”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002.

⁶⁴⁵ “Pode-se dizer que o pós-modernismo é o primeiro estilo global especificamente norte-americano” (Anderson, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.76).

⁶⁴⁶ Este seria um dos poucos pontos nos quais concordamos com Ulrich Beck, quando ele diz que “globalização é, com toda certeza, a palavra mais usada – e abusada – e a menos definida dos últimos e dos próximos anos; e também a mais nebulosa e mal compreendida, e a de maior eficácia política” (Beck, U. *O que é globalização? Equívocos do globalismo; respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.44). Belluzzo é peremptório ao dizer que “globalização é um conceito demasiado impreciso, enganoso e carregado de contrabandos ideológicos” (Belluzzo, L.G. “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.184); no que é seguido por Fiori: “não há dúvida que a palavra ‘globalização’ foi cunhada no campo próprio das ideologias transformando-se, nesta última década [trata-se da década de 1990], num lugar-comum de enorme conotação positiva, apesar de sua visível imprecisão conceitual [...]. Poucas palavras possuem tamanha força política neste final de século XX” (Fiori, J.L. “Apresentação”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.7; cf. Fiori, J.L. “Globalização, hegemonia e império”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.88). Como constata Paulo Nogueira Batista Jr, no Brasil o tema da globalização tomou de assalto o debate intelectual e os meios de comunicação. Em suas palavras, “o assunto virou uma verdadeira mania nacional. A atitude varia do encantamento ao pânico, do fascínio à repulsa. Mas há um quase consenso de que se trata de um debate altamente prioritário” (Batista Jr. In: Hirst, P., Thompson, G. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p.9). O que, aliás, não representaria qualquer vantagem; pelo contrário, “o fascínio pela ‘globalização’ é revelador do estado de prostração mental e desarmamento intelectual em que se encontram países como o Brasil” (idem, “O círculo de giz da ‘globalização’”. In: Batista Jr, P.N. *A Economia Como Ela É...* São Paulo: Boitempo, 2000, p.42).

⁶⁴⁷ “Estas são algumas dentre as categorias do pensamento político que parecem desafiadas pelos dilemas e horizontes que se abrem com a globalização: sociedade civil, Estado, partido político, sindicato, movimento social, opinião pública, povo, classe social, cidadania, soberania, hegemonia, entre outras” (Ianni, O. “Mídia, política e hegemonia”. In: Santos, T. (coord) *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004, p.264, p.262).

saliente e dominante do debate parece ser seu caráter ideológico, que inclusive contaminou muitos críticos⁶⁴⁸.

Apesar de diversos teóricos dignos de cuidadosa consideração terem mobilizado o termo, de maneira mais ou menos crítica, no geral o situaram em planos específicos, bastante distintos das acepções mais correntes. Intelectuais como Maria da Conceição Tavares, José Luis Fiori, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Samir Amin, François Chesnais, Peter Gowan, Gerárd Dumenil, Robert Guttman, entre vários outros, compreendem a “globalização” sobretudo como a integração mundial dos mercados financeiros e o aumento da importância das “finanças” em escala global, relacionando esse ascenso a uma re-afirmação da hegemonia norte-americana. Longe de um processo meramente natural e anárquico, entendem que as grandes mudanças em curso teriam sido promovidas ativamente pelos Estados Unidos, e, quando necessário, impostas ao restante de mundo por meios diversos⁶⁴⁹.

Peter Gowan, por exemplo, assevera que

“esse novo regime monetário e financeiro foi um dos motores centrais dos mecanismos de engrenagem de toda a dinâmica conhecida como globalização. E não foi de modo algum uma consequência espontânea da economia orgânica ou dos processos tecnológicos, mas um resultado político mais profundo de escolhas políticas feitas por sucessivos governos e um país: os Estados Unidos”⁶⁵⁰.

Por seu turno, François Chesnais identifica a globalização ao advento de um novo regime de acumulação, e assim, considera que

“esse termo é melhor definido como um regime econômico e político internacional que segue da adoção, por praticamente todos os governos e as elites políticas no mundo, de políticas de liberalização, desregulação e privatização assim como da ideologia e das políticas domésticas de *laissez-faire* e de *enrichissez-vous* [enriqueça a si próprio]”⁶⁵¹.

Ademais, ainda segundo esse autor a globalização exprimiria o reforço da supremacia norte-americana em escala global, tornada pela primeira vez incontestável e sem concorrentes⁶⁵².

⁶⁴⁸ À guisa de *mea culpa*, David Harvey reconhece que “o fato de nós termos incorporado o conceito [de globalização] de modo tão acrítico nos anos 1980 e 1990, permitindo que ele deslocasse os conceitos politicamente bem mais ponderáveis de imperialismo e de neocolonialismo, deveria fazer pensar” (Harvey, D. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004, p.28).

⁶⁴⁹ Cf. Tavares, M. C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997; Fiori, J.L. *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007; Belluzzo, L.G. “O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados ‘globalizados’”. *Economia e Sociedade*. Campinas, junho de 1995. Disponível em <http://xa.yimg.com/kq/groups/22137107/731865683/name/01-BELLUZZO.pdf>; Carneiro, R. “Globalização e integração periférica”. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 126, jul. 2007; Amin, S. *Capitalism in the age of globalization: the management of contemporary society*. London: Zed Books, 2000; Chesnais, F. “Globalization against development”. In: *Internacional Socialism Journal*, n.102, 2004; Gowan, P. *A Roleta Global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003; Duménil, G.; Lévy, D. “O Neoliberalismo sob a Hegemonia Norte-Americana”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005; Guttman, R. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, 82, novembro de 2008.

⁶⁵⁰ Gowan, P. *A Roleta Global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.24.

⁶⁵¹ Chesnais, F. “Globalisation against development”. In: *Internacional Socialism Journal*, n.102, 2004, p.4.

⁶⁵² Idem, *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.41. “Hoje em dia, visto que nenhum Estado pode confrontá-los militarmente e que nenhum vai questioná-los no plano do sistema de propriedade dos meios de produção, os Estados Unidos gozam de uma situação sem precedentes na História. A rivalidade entre modos de organização do capitalismo (capitalismo ‘renano’, ‘nipônico’ ou ‘anglo-saxônico’) não pode ir muito longe, depois de os Estados Unidos imporem para eles próprios, exatamente as regras de jogo mais convenientes para eles próprios, calcadas nas necessidades do capital financeiro de características rentistas, de que são o epicentro” (idem, ibidem, p.19). Em sua apresentação à obra *Tobin or Not Tobin?*, de Chesnais, Maria da Conceição

Já Robert Brenner relaciona a globalização diretamente à hegemonia norte-americana. Em suas palavras,

“por volta dos anos 1990 os Estados Unidos atingiram o principal objetivo de sua política externa do período pós-guerra: assegurar a propriedade e as prerrogativas capitalistas em todo o planeta. Precisamente por isso os Estados Unidos puderam então orientar a sua política externa para a abertura neoliberal dos mercados mundiais, processo este também conhecido como globalização”⁶⁵³.

Deste ponto até se chegar ao tema do imperialismo, como o fazem o próprio Brenner, ou mesmo Frederic Jameson em textos mais recentes, é um curto percurso. Nesse sentido, o último indaga:

“... ao falar do enfraquecimento do Estado-nação não estaremos na verdade descrevendo a subordinação de outros Estados-nações ao poderio americano, seja através do consentimento ou da colaboração, seja através do uso de força bruta e de ameaças econômicas? Por traz desses temores está uma nova versão do que antes se chamava de imperialismo, cujas formas compõem agora uma verdadeira dinastia”⁶⁵⁴.

Já Ellen Woods falará na “globalização como uma forma de imperialismo”⁶⁵⁵. De modo igualmente contundente, o famoso economista John Kennedy Galbraith, acima de qualquer suspeita de “esquerdismo”, assevera que “globalização [...] não é um conceito sério. Nós, os americanos, o inventamos para dissimular a nossa política de entrada econômica nos outros países”⁶⁵⁶.

Por seu turno, diversos autores irão associar a globalização ao tema do neoliberalismo, seja como ideologia própria a esse arcabouço de transformações econômicas, políticas e sociais⁶⁵⁷, seja, inversamente, como substrato econômico da ideologia neoliberal⁶⁵⁸.

Para o conjunto dos teóricos do “sistema mundial”, por outro lado, esse debate talvez se afigure mais suspeito, posto que sua atenção se volta, desde sempre, para o âmbito global e para as

Tavares assevera que, “o resultado da diplomacia do dólar e das políticas de desregulamentação que os EUA impingiram ao mundo tornaram-nos, ao mesmo tempo, a nação mais poderosa e a mais endividada da Terra. São hoje os ‘senhores da guerra’ tanto nas armas quanto no dinheiro financeiro internacional” (Tavares, M.C., “Apresentação”. In: Chesnais, F., *Tobin or Not Tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. São Paulo: Editora Unesp; ATTAC, 1999, p.5).

⁶⁵³ Brenner, R. “Um novo imperialismo?”. In: Santos, T. (coord) *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004, p.25.

⁶⁵⁴ Jameson, F. “Globalização e estratégia política”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.18.

⁶⁵⁵ Woods, E.M. “Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar”. In: *Crítica Marxista*, n.19, 2004, p.56. Já Quartim de Moraes assevera que “caracterizá-lo [o tempo presente] como tempo da ‘globalização’ implica ocultar sua essência imperialista, isto é, o aprofundamento da dominação do planeta pelos grandes conglomerados capitalistas [...]. A ‘nova ordem’ imperialista tirou força dos Estados nacionais, enquanto suportes político-burocráticos e instâncias de regulamentação da produção capitalista, não para instaurar um ‘mundo sem fronteiras’ e sim para recentrar suas instâncias decisórias em grandes blocos regionais de força desigual. Ela não supera, nem muito menos suprime, os velhos antagonismos. Apenas muda a escala em que eles se articulam” (Moares, J.Q. “A Miragem Global e a Rearticulação Imperialista”. In: *Crítica Marxista*, vol1, n.3, 1996, p.145).

⁶⁵⁶ Entrevista citada em Batista Jr, “Globalização: um mito destrutivo”. In: Batista Jr, P.N. *A Economia Como Ela É...* São Paulo: Boitempo, 2000, p.58.

⁶⁵⁷ “De fato, a ideologia da globalização é um desdobramento do chamado neoliberalismo” (idem, “A cortina de fumaça da ‘globalização’”. In: Batista Jr, P.N. *A Economia Como Ela É...* São Paulo: Boitempo, 2000, p.48).

⁶⁵⁸ “O fenômeno da globalização surge então como processo econômico, o neoliberalismo como uma ideologia que lhe dá direção e sentido” (Figueiredo, E.L. “Globalização, neoliberalismo e a estratégia do poder”. In: Santos, T. (coord) *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004, p.260, grifos do autor).

relações inter-estatais. Grosso modo, autores como Immanuel Wallerstein⁶⁵⁹ e Giovanni Arrighi⁶⁶⁰ - aos quais retornaremos -, fortemente influenciados pela obra de Braudel, analisam a história do capitalismo como a sucessão de sistemas-mundiais; ou seja, sempre de uma perspectiva global, e associando as transformações em curso a tendências secularmente estabelecidas. Já Andre Günter Frank, por exemplo, nega tal sucessão em favor da tese de que existe um único sistema-mundo, que se reproduz há milênios, à custa de constantes reconfigurações⁶⁶¹. Grosseiramente falando, esse sistema de origem afro-eurasiana existiria há 5 milênios, e teria se expandido paulatinamente, movido pela acumulação de capital, primeiro pela Ásia Central, depois atingindo a China, a Índia, e a Europa, e finalmente, o mundo inteiro. Até o século XVIII seu centro estava localizado na Ásia, tendo então se deslocado temporariamente para o Ocidente, para logo retornar (movimento que estaríamos vivenciando hoje)⁶⁶².

Em função dos referidos “deslocamentos”, a contribuição teórica de alguns dos teóricos citados ao debate acerca do capitalismo contemporâneo, será, portanto, considerada nas seções seguintes deste capítulo. Aqui, iremos nos limitar apenas a breves considerações sobre algumas das versões apologéticas acerca da “globalização”, e sobre certas críticas que elas receberam (a tese da globalização como mito, a crítica ao “globalitarismo”, e algumas considerações marxistas acerca do mercado mundial contemporâneo).

2.1. O fim dos Estados-nacionais e a fé na globalização

Um dos pontos nodais do debate em torno da “globalização” se refere ao atual estatuto dos Estados-nação⁶⁶³. Foi grande a grita sobre sua obsolescência, ou sobre sua radical reestruturação, e

⁶⁵⁹ Wallerstein, I. O sistema mundial moderno, o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia (1600-1750). 2 vols. Porto: Afrontamento, 1974.

⁶⁶⁰ Arrighi, G., *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

⁶⁶¹ Frank, A. G. (ed.) *The world system: five hundred years or five thousand?* London: Routledge, 1996.

⁶⁶² Caso quiséssemos mapear em linhas gerais os distintos posicionamentos diante do debate, o que fugiria ao escopo desta seção e ao “espírito” do capítulo -, poderíamos mencionar ainda um grupo heterogêneo de autores – como Habermas, em *A constelação pós-nacional: ensaios políticos* (São Paulo: Littera Mundi, 2001), e Dreifuss, em *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização* (Petrópolis: Vozes, 1996) - que assumem a globalização como fenômeno novo, mas eivado de contradições, que abriam brechas para importantes transformações sociais. Tal fenômeno teria sido engendrado pela revolução microeletrônica e por uma série de inovações nas tecnologias de transporte e comunicação, as quais teriam integrado a economia e as finanças mundiais, assim como as distintas culturas. Dessa perspectiva, o lócus da acumulação seria o mercado mundial, não mais submetido às veleidades nacionais. Outro grupo seria o dos teóricos da dependência de orientação marxista, como Theotônio dos Santos (*A teoria da dependência: balanço e perspectiva*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000), e Ruy Mauro Marini (*América Latina: dependência e integração*, São Paulo: Brasil Urgente, 1992), que ao invés de identificarem a dissolução dos Estados-nacionais, ou a convergência dos processos de desenvolvimento nacional em escala global, no interior de um mercado mundial nivelador, analisam as estruturas mundiais de exploração com base numa divisão internacional do trabalho e nas hierarquias estabelecidas entre nações. Enfim, a lista é inesgotável.

⁶⁶³ De acordo com o levantamento de Arrighi e Beverly Silver, trata-se de uma ampla discussão, que remete ao final da década de 1960, quando Kindleberger já falava da superação do Estado-nação como unidade econômica (Kindleberger, C. *American Business Abroad*. New Haven: Yale University Press, 1969, p.297); no que ele logo seria seguido por Hymer, S; Rowthorn, R. “Multinacional Corporations and Internacional Oligopoly: The Non-American Challenge”. In: Kindleberger, C.P. (ed). *The Internacional Corporation: a Symposium*. Cambridge: MIT Press, 1970; Vernon, R. *Sovereignty at Bay: The Multinacional Spread of U.S. Enterprise*. Nova Iorque: Basic cBooks, 1971; Barnet, R.; Muller, R. *Global Reach: The Power of the Multinacional Corporations*. Nova Iorque: Simon and Schustet, 1974; Sklar, R. “Postimperialism: a Class Analysis of Multinacional Corporate Expantion”. *Contemporary Politics*, n.9, I, 1976; entre outros, nos primeiros anos da década de 1970. Vinte anos depois essa tese se espalhou, em meio ao debate sobre a globalização. Cf. Dicken, P. *Global Shift: The Internationalization of Economic Activity*. Nova

se multiplicaram as saudações a uma *nova ordem mundial transnacional sem fronteiras*. No final da década de 1980 e início da década de 1990, um autor como Ohmae tratou dos Estados-nacionais como meros administradores locais das condições nas quais o capital transnacional deve florescer; incapazes de influir no nível de emprego e da atividade econômica, a eles caberia investir em infra-estrutura e bens públicos para reduzir os custos de produção das empresas⁶⁶⁴. Ademais, ele aponta o surgimento e o fortalecimento de grandes corporações “sem Estado”, que seriam a força motriz de uma economia mundial interligada, porém centrada nos EUA, na Europa e no Japão. Nesse contexto, qualquer intervenção estatal por meio de políticas industriais e macroeconômicas estaria fadada a provocar distorções, já que seu raio de atuação se limita ao plano doméstico, enquanto as decisões empresarias estariam voltadas ao âmbito global. Tendo este âmbito em consideração, as grandes corporações teriam a capacidade de alocar seus recursos e de estabelecer estratégias racionais e eficientes para suprir de modo eficaz as demandas específicas de cada mercado nacional. Seriam, portanto, a encarnação contemporânea dos “agentes racionais” que dispõem de informação perfeita, de que falam os manuais de economia.

Já Horsman e Marshall argumentam que, na era da globalização, o capital transnacional se tornara livre para se locomover pelo mundo, ao contrário do trabalho, que enfrentaria diversas barreiras para migrar de um país a outro; desse modo, far-se-ia necessário uma readaptação dos trabalhadores a um contexto em que se tornaram anacrônicos os direitos trabalhistas, os sistemas de seguridade social, e as políticas públicas que se contrapõem aos interesses do capital transnacional, do qual os Estados dependem⁶⁶⁵.

Ulrich Beck, por sua vez, defende que “*globalização* significa [...] os *processos*, em cujo andamento os Estados nacionais vêem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores internacionais”⁶⁶⁶. E tais autores se resumiriam, fundamentalmente, ao grande capital transnacional:

“a globalização viabilizou algo que talvez já fosse latente no capitalismo, mas ainda permanecia oculto no seu estágio de submissão ao Estado democrático do bem-estar, a saber: que

Iorque: Guilford Press, 1992; Ohmae, K. *The Borderless World*. Londres: Collins, 1990; Sklair, L. *Sociology of the Global System*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991; Reich, R. *The Work of Nations: Preparing Ourselves for Twenty-First Century Capitalism*. Nova Iorque: Random House, 1992; Barnett, R.; Cavanagh, J. *Global Dreams: Imperial Corporations and the New World Order*. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1994; Horsman, M.; Marshall, A. *After the Nation State*. Londres: HarperCollins, 1994; Waters, M. *Globalization*. Nova Iorque: Routledge, 1995; entre outros.

⁶⁶⁴ Ohmae, K. op.cit. “Meu ponto é simples: num mundo sem fronteiras o interesse nacional tradicional – que se tornou pouco mais do que um disfarce para o subsídio e o protecionismo – não tem mais lugar relevante” (idem, *The end of the Nation State*. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1996, p.64).

⁶⁶⁵ Horsman, M.; Marshall, A. op.cit.

⁶⁶⁶ Beck, U. op. cit, p.30. Sem discordar totalmente dessa caracterização, Gilpin propugna que a globalização foi, de alguma forma, “autorizada e fomentada” pelos estados nacionais (cf. Gilpin, R.. *The Political Economy of International Relations*. Princeton, 1987).

pertence às empresas, especialmente àquelas que atuam globalmente, não apenas um papel central na configuração da economia, mas a própria sociedade como um todo”⁶⁶⁷.

Longe de dar origem a uma nova ordem mundial, dominada por uma potência hegemônica ou por instituições multilaterais, a globalização rivalizaria esse tipo de organização. Segundo Beck, “globalização significa também: negação do Estado mundial. Mais precisamente: sociedade mundial sem Estado mundial e sem governo mundial. Está se disseminando um capitalismo global desorganizado, porque não há poder hegemônico ou regime internacional econômico ou político”⁶⁶⁸.

Em poucas palavras, “a economia de atuação global enterra os fundamentos do Estado e da economia nacional”⁶⁶⁹, os quais seriam também pilares da própria modernidade. Assim, amparada pelo credo e pelas políticas neoliberais, “a globalização econômica é tão-somente a realizadora, nesta perspectiva sombria, daquilo que a pós-modernidade pôs em curso, em termos intelectuais, e a individualização, em termos políticos: a dissolução da modernidade”⁶⁷⁰. E contra aqueles que vêem a globalização apenas como “mais do mesmo”, Beck enumera uma série de inovações, dentre as quais cabe destacar o novo alcance global das ações individuais cotidianas, a consciência geral acerca desse novo “lugar” que ocuparíamos, individual e coletivamente, a percepção da alteridade, a preocupação com os riscos ecológicos em escala mundial, entre outros⁶⁷¹.

De modo muito mais entusiástico que Beck – o qual, apesar de considerar a “*globalidade*” como “*uma condição ineludível do intercâmbio humano neste fim de século*”, apresenta-se como um crítico da “ideologia neoliberal do globalismo”, caracterizada por um pensamento binário e unilateral, pela “unidimensionalidade econômica”, e pelo autoritarismo político⁶⁷² - Rosenau defende que a globalização deu origem a uma “pós-política internacional”, caracterizada pelo surgimento de novos atores relevantes no cenário internacional, outrora dominado exclusivamente pelos Estados nacionais; trata-se de organizações internacionais, empresas, organizações não-governamentais e movimentos sociais transnacionais. Com isso, a economia perderia seu papel central, dando lugar a uma política mundial policêntrica, na qual as disputas pelo poder seriam

⁶⁶⁷ Beck, U. op. cit, p.14. “Trata-se da libertação das amarras do trabalho e do Estado, tais como estes surgiram nos séculos XIX e XX” (idem, ibidem, p.15). “Pode-se então afirmar: a questão da globalização na virada para o século XXI representa, para as empresas que fazem negócios transnacionais, o mesmo que a questão das classes sociais representava para o movimento dos trabalhadores no século XIX, mas com uma diferença essencial: enquanto o movimento dos trabalhadores atuava como poder de oposição, as empresas globais atuam até este momento sem oposição (transnacional)” (idem, ibidem, p.14).

⁶⁶⁸ Idem, ibidem, p.33.

⁶⁶⁹ Idem, ibidem, p.15.

⁶⁷⁰ Idem, ibidem, p.25; cf. idem, ibidem, p.26.

⁶⁷¹ “Aqueles que demonstram ceticismo perante a globalidade se perguntam, o que há de novo? E respondem: nada que seja relevante. Mas são desmentidos pela história, pela teoria e pela experiência. Não só a vida e a ação cotidiana que ultrapassam as fronteiras do Estado nacional com o auxílio de redes de comunicação interativas e interdependentes; também é nova a consciência desta transnacionalidade (na mídia, no consumo, no turismo); é novo o ‘desteramento’ da comunidade, do trabalho e do capital; também é nova a consciência global dos riscos ecológicos com seus respectivos campos de atuação; é nova também a ampla percepção do Outro transcultural na própria vida e todas as convicções contraditórias que resultam desta convivência; são novos os terrenos da circulação da ‘indústria cultural global’ (Scott Lash/ Jonh Urry); também são novidades o nascimento de um novo modelo europeu de Estado, a quantidade e o poderio de atores, instituições e acordos transnacionais; e é nova também, por fim, a escala da concentração econômica, que no entanto será freada pela futura concorrência do mercado mundial” (idem, ibidem, p.33).

⁶⁷² Idem, ibidem, p.38 e p.225, respectivamente.

perpassadas também por questões culturais, ambientais, entre outras. Em meio a essas transformações, as tecnologias de informação e de comunicação seriam determinantes;

“a tecnologia eliminou distâncias geográficas e sociais com o auxílio de aviões supersônicos, computadores, satélites e todas as outras inovações que permitem hoje, mais do que nunca, que pessoas, idéias e produtos atravessem tempo e espaço da forma mais segura e mais rápida. Foi a tecnologia, em resumo, que reforçou a interdependência entre comunidades locais, nacionais e internacionais, numa medida que não foi experimentada por nenhum outro período da história”⁶⁷³.

Caso pretendêssemos apresentar uma mostra minimamente representativa das principais posições laudatórias e ideológicas da globalização, essa exposição se alongaria uma enormidade⁶⁷⁴. Antes de passarmos, com base nessas poucas posições apresentadas em grossos traços, à consideração de posições críticas e contestatórias sobre o tema, convém mencionar que mesmo no campo da crítica social, a tese da obsolescência do Estado nacional também reverberou. “Cabe reconhecer, desde o início”, afirma Otávio Ianni, “que está em curso uma crise generalizada do Estado-Nação”⁶⁷⁵, em decorrência da primazia assumida pelas grandes corporações transnacionais, cujo inigualável poder de fogo (político, econômico, cultural etc.) teria permitido que submetessem os Estados nacionais aos seus interesses, e livrado-nos de todo tipo de constrangimento impostos por interesses que não o dos seus concorrentes empresariais⁶⁷⁶. Já Hobsbawm é levado a dizer que “quando a economia transnacional estabeleceu seu domínio sobre o mundo, solapou uma grande instituição, até 1945 praticamente universal: o Estado territorial”⁶⁷⁷.

Robert Kurz também identifica uma tendência à dissolução dos Estados-nacionais. Segundo ele, a globalização seria uma “palavra-chave” que “representa a globalização dos mercados e a produção de um capital mundial imediato”, algo “novo”, baseado “nas novas forças produtivas da microeletrônica”⁶⁷⁸. É nesse contexto que “os nomes nacionais do capital passam a não ser mais que o manto de uma reprodução dispersa e em fase de dissolução”⁶⁷⁹.

⁶⁷³ Rosenau, J.N. *Turbulence in World Politics*. Brighton: Princeton University, 1990, p.7.

⁶⁷⁴ Por exemplo, teríamos de destacar as proposições de Robert Reich (*O trabalho das Nações*. São Paulo: Educator, 1993); de Francis Fukuyama (*O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992); bem como os opositores da tese da “McDonaldização do mundo”, segundo a qual estaria em curso uma homogeneização cultural em escala global, com a violenta difusão (e quiçá a imposição) da cultura popular norte-americano. Ao contrário, autores como Robertson, Appadurai, Albrow, Featherstone, vêem a globalização está pondo as classes subalternas na defensiva” (idem, ibidem, p.264). Nesse sentido, diz ele, “a globalização está pondo as classes subalternas na defensiva” (idem, ibidem, p.264).

⁶⁷⁵ Ianni, O. “Mídia, política e hegemonia”. In: Santos, T. (coord) *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004, p.263.

⁶⁷⁶ “Como o Estado está crescentemente obrigado a atender às condições e injunções das organizações multilaterais e das corporações transnacionais, as orientações das forças predominantes na sociedade civil, em termos de povo, setores sociais subalternos ou a maior parte das classes assalariadas, não encontram condições políticas ou jurídico-políticas de realização” (idem, ibidem, p.264). Nesse sentido, diz ele, “a globalização está pondo as classes subalternas na defensiva” (idem, ibidem, p.264).

⁶⁷⁷ Hobsbawm, E. J. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.413. E ainda, “... pela primeira vez na história a Era de Ouro criara uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado (‘transnacionalmente’) e, portanto, também, cada vez mais, por sobre as barreiras da ideologia de Estado. Em decorrência, as idéias consagradas das instituições de todos os regimes e sistemas ficaram solapadas” (idem, ibidem, p.19).

⁶⁷⁸ “Tal desenvolvimento permite buscar os mercados do mundo inteiro através dos satélites, que revela os novos potenciais de comunicação e de comando” (Kurz, R. “Com todo vapor ao colapso”. In: *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF - Pazulin, 2004, p.26). “Portanto, o que constitui o *One World*, o que propriamente foi internacionalizado e globalizado, foram única e exclusivamente as formas econômicas de circulação do dinheiro e do mercado” (idem, “*One World* e nacionalismo terciário”. In: *Os últimos combates*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis:Vozes, 1997, p.59). E Kurz enfatiza o caráter antagônico desse processo:

Sem propugnar o fim do Estado-nação, Zizek considera que a atual dinâmica do mercado mundial, no qual o capital teria passado a atuar diretamente, promovera uma radical reconfiguração do sistema inter-estatal, rompendo com a clássica articulação colônia-metrópole. Segundo ele, após terem superado a dependência em relação ao seu país de origem, as multinacionais estariam reduzindo o conjunto dos países à condição colonial:

“como, então, o universo do Capital se relaciona com a forma de Estado-nação em nossa era de capitalismo global? O melhor modo de designar essa relação talvez seja ‘auto-colonização’: com o funcionamento multinacional direto do Capital, já não estamos lidando com a oposição padrão entre metrópole e países colonizados; uma empresa global corta, por assim dizer, seu cordão umbilical com a nação-mãe e trata o seu país de origem como mais um território a ser colonizado”. Atualmente, há “o paradoxo da colonização em que só há colônias, sem país colonizador – o poder colonizador não é mais um Estado-nação, mas diretamente a empresa global”⁶⁸⁰.

Igualmente sem decretar o fim dos Estados-nacionais, Arrighi também constata a autonomização das grandes multinacionais frente a eles, bem como o crescente poder das grandes empresas em impor aos Estados suas próprias leis. E tal desenvolvimento talvez estivesse competindo para a “decadência do moderno sistema interestatal como *locus* primário do poder mundial”⁶⁸¹.

Ainda no campo do marxismo, João Bernardo considera que “a transnacionalização criou uma nova geografia econômica, em que os espaços nacionais se fragmentam numa grande quantidade de micro-regiões e em que o desenvolvimento de uma destas micro-regiões contribui mais para acelerar o desenvolvimento de outras micro-regiões de outros países do que para suscitar o desenvolvimento integrado de um espaço nacional”⁶⁸²; no bojo desse processo, “nas últimas décadas os países deixaram de constituir verdadeiras unidades econômicas e, portanto, os Estados e os respectivos governos perderam a primazia”⁶⁸³.

2.2. A globalização como mito e como fenômeno histórico

Em resposta aos decretos de obsolescência dos Estados-nacionais, Belluzzo constata que “o Estado está cada vez mais envolvido na sustentação das condições requeridas para o bom desempenho das suas empresas na arena da concorrência generalizada e universal”⁶⁸⁴. Em sentido

“a globalização de uma ‘economia da minoria’ tem como consequência direta a ‘guerra civil mundial’ em todos os países e em todas as cidades” (idem, “Perdedores globais”. In: *Os últimos combates*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1997, p.141).

⁶⁷⁹ Idem, “Pós-Imperialismo”. In: *Os últimos combates*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1997, p.71.

⁶⁸⁰ Zizek, S. “Multiculturalismo ou a lógica cultural do capitalismo multinacional”. In: Dunker, C.; Prado, J.L (orgs) *Zizek Crítico*. São Paulo: Hacker, 2005, p.32.

⁶⁸¹ Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.74.

⁶⁸² Bernardo, J. “Ainda acerca da crise econômica. 4) o problema da produtividade”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p.

⁶⁸³ Idem, “Sete reflexões sobre a actual crise”, 2008. Disponível em: spectrum.weblog.com.pt/arquivo/2008/12/sete_reflexoes.html, s/p.

⁶⁸⁴ Belluzzo, L.G. “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.192. “O capital não depende menos do que antes dos Estados territoriais. De certa maneira, depende ainda mais e, certamente, o mundo é mais do que nunca um mundo de Estados-nações. O capitalismo não criou o Estado-nação, mas não se trata de uma casualidade que o período em que os imperativos capitalistas se disseminaram até

semelhante, Fiori assevera que “a globalização não está eliminando os estados, apenas está redefinindo as suas hierarquias e seus espaços e graus de autoridade no exercício de suas soberanias”⁶⁸⁵: “...ocorreu no século XX a universalização e não a morte dos Estados nacionais”⁶⁸⁶. Desse modo, boa parte dos anunciadores da era pós-estatal estariam ancorados a uma noção ideológica de soberania⁶⁸⁷, contra a qual contrastariam o atual estado de coisas. Giovanni Arrighi e Beverly Silver, por seu turno, consideram que “nossas percepções da atual crise de soberania estatal são distorcidas pela superestimação da verdadeira importância dos ‘Estados-nacionais’ como a unidade básica da política mundial na era moderna”⁶⁸⁸. Ao invés de se voltar todas as atenções para o âmbito nacional, dever-se-ia conceder proeminência às formas por meio das quais os distintos Estados se articulam num sistema inter-estatal mundial⁶⁸⁹.

Ainda em oposição à apologética reinante, Hirst e Thompson denunciam a globalização como um mito, “um mito conveniente a um mundo sem ilusões, mas também um mito que rouba a esperança”, e transforma em fatalidades processos sociais que nada teriam de “naturais” e inexpugnáveis⁶⁹⁰.

abranger todo o planeta seja também o período no qual o Estado-nação tenha se tornado, no cômputo geral, a forma política mais ou menos universal” (Woods, E.M. op.cit., p.53).

⁶⁸⁵ Fiori, J.L. “Globalização, hegemonia e império”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.134.

⁶⁸⁶ Idem, “O mito da morte dos Estados nacionais”, *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.77. Em sentido parecido, propugna Chesnais que “a mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais” (Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.18), tese repetida alguns anos depois: “a mundialização do capital não apaga a existência dos Estados nacionais, nem as relações políticas de dominação e de dependência entre estes. Ela acentuou, ao contrário, os fatores de hierarquização entre países” (idem, “Mundialização: o capital financeiro no comando”, *Revista Outubro*, n.5, 2000, p.14). Cf. idem, “A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações”. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002, p.36).

⁶⁸⁷ “Não é fácil desfazer-se da visão ‘ontológica’ da soberania que nos legou a filosofia política clássica e que permanece viva no imaginário coletivo: a idéia de um poder supremo, absoluto, perpétuo, indivisível e inalienável” (Fiori, J.L. “Globalização, hegemonia e império”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.134).

⁶⁸⁸ Arrighi, G. Silver, B.J. (orgs). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, p.37.

⁶⁸⁹ Bem longe da compreensão de que um espaço mundial não-hierárquico e economicamente homogêneo estaria tomando lugar da velha estrutura inter-estatal desigual e segmentada, Arrighi teoriza sobre a noção de semiperiferia, (cf. Arrighi, G. “A ilusão desenvolvimentista: uma reconceitualização da semiperiferia”. In: A ilusão do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p.207-30), analisando as categorias de troca desigual, de transferências unilaterais de trabalho e de capital, bem como as estratégias que estariam abertas aos países periféricos, semi-periféricos e os do núcleo-orgânico do sistema interestatal, numa “hierarquia de riquezas” e de relações de exclusão e de exploração estabelecidas em escala mundial. Cabe destacar duas conclusões do autor; a de que, em termos sistêmicos, a semi-periferia cumpriria uma importante função estabilizadora; tendo como principal função a de aliviar as tensões advindas da polarização excessiva entre o núcleo orgânico e a periferia do capitalismo, bem como meio de minimizar o “congestionamento” de capital no núcleo orgânico (idem, ibidem, p.242); a segunda conclusão, baseada em estudos empíricos do período compreendido entre 1938 e 1983, é a de que a mobilidade, tanto ascendente quanto descendente, na “hierarquia de riqueza da economia capitalista mundial”, foi algo bastante raro (idem, ibidem, p.223-30), e essa a tendência persistiria.

⁶⁹⁰ Hirst, P., Thompson, G. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p.20. No mesmo sentido, Batista Jr. assevera que “‘globalização’ é um mito que exagera o peso e o alcance das forças econômicas de âmbito internacional” (Batista Jr., P.N. “O círculo de giz da ‘globalização’”. In: Batista Jr, P.N. *A Economia Como Ela É...* São Paulo: Boitempo, 2000, p.42). Nessa linha de denúncia dos “mitos” em torno da globalização, cf. Bairoch, P. “Globalization Myths and Realities: One Century of External Trade and Foreign Investment”. In: Boyer, R.; Drache, D. (Eds). *States Against Markets: The Limits of Globalization*. Londres: Routledge, 1996; Wade, R. “Globalization and Its Limits: Reports of the Death of the Nacional Economy are Greatly Exaggerated”. In: Berger, S.; Dore, R. (eds). *Nacional Diversity and Global Capitalism*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1996.

Em seu livro dedicado ao tema, o ponto de partida de David Harvey é a constatação da notoriedade adquirida pelo termo, junto com seu caráter ideológico, legitimador. Nos dizeres do autor,

“... ‘globalização’ parece ter adquirido proeminência pela primeira vez quando a American Express fez propaganda do alcance global de seu cartão na metade dos anos 1970. O termo difundiu-se a partir disso como fogo no capim seco na imprensa financeira e de negócios, principalmente como legitimação para a desregulamentação dos mercados financeiros”⁶⁹¹.

Ao respaldar os ataques às estruturas estatais de bem-estar social, ao legitimar o combate às organizações operárias, e ao produzir a euforia empresarial em torno da perspectiva de abertura comercial e financeira e de integração mundial, a globalização “veio a ser, em resumo, um conceito central associado ao admirável mundo novo do neoliberalismo globalizante”⁶⁹². De tal modo que,

“em meus momentos de maior cinismo”, confessa Harvey, “me pego a pensar que foi a imprensa financeira que nos induziu a todos (e me incluo aí) a pensar em ‘globalização’ como algo novo, quando tudo não passou de um artifício publicitário destinado a tirar o maior proveito possível de um ajuste necessário do sistema financeiro internacional”⁶⁹³.

Insistindo no combate ao caráter ideológico da noção de globalização, Zizek enfatiza a necessidade de se rejeitar enfaticamente sua faceta “multiculturalista”, a cantilena da integração global das distintas “tribos”, que comporiam um rico mosaico de culturas coexistentes. Em suas palavras, “a problemática do multiculturalismo – a coexistência híbrida de diversos mundos da vida culturais – que hoje se impõe é a forma de aparecimento do seu oposto, da presença maciça do capitalismo como sistema mundial universal, atesta a homogeneização sem precedentes do mundo contemporâneo”⁶⁹⁴. Ademais, a afirmação multiculturalista da “tolerância”, como se viu na seção anterior, seria a expressão ideal da nova e radical intolerância, que aceita o Outro sob a condição de que nenhuma determinação que o constitui enquanto tal possa se manifestar, sob pena de relegá-lo ao nada seletivo grupo dos *homo sacer*⁶⁹⁵.

Contra o mito da globalização, Hirst e Thompson defendem que “em certos aspectos, a economia internacional atualmente é menos aberta e integrada do que o regime que prevaleceu de 1870 e 1914”, que “empresas genuinamente transnacionais parecem ser relativamente raras”, e não apresentariam uma tendência anormal ao crescimento, comparado às empresas não-transnacionalizadas; ademais, “a economia mundial está longe de ser genuinamente ‘global’”, sendo o grosso das transações econômicas (comércio, investimento e finanças) concentrados na tríade Europa, Japão e Estados Unidos, a qual exerce influência central sobre os mercados por todo

⁶⁹¹ Harvey, D. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004, p.27.

⁶⁹² Idem, ibidem, p.27.

⁶⁹³ Idem, ibidem, p.89.

⁶⁹⁴ Zizek, S. “Multiculturalismo ou a lógica cultural do capitalismo multinacional”. In: Dunker, C.; Prado, J.L (orgs) *Zizek Crítico*. São Paulo: Hacker, 2005, p.35.

⁶⁹⁵ Agambem, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

o mundo, inexistindo a propalada desregulamentação e liberdade concorrencial⁶⁹⁶. Segundo os autores, entre 1870 e 1913 o comércio exterior mundial cresceu a uma taxa média de 3,4% ao ano; entre 1913 e 1950, essa taxa média retrocedeu a pouco menos de 1%. Já entre 1950 e 1973, ela saltou para 9%; e entre 1973 e meados de 1980, ela voltou a se aproximar da taxa prevalecente no primeiro período considerado⁶⁹⁷.

Apesar de identificar importantes fatos e transformações históricas ocorridas a partir da “turbulência de 1972-73”, os autores as tomam como desenvolvimentos de processos históricos em curso, e não como “novidades absolutas”⁶⁹⁸.

Numa linha de argumentação distinta, e com outra orientação teórica, Milton Santos buscou criticar a fábula do mundo sem fronteiras - a “aldeia global” -, construída em torno do destrutivo culto ao consumismo. Nesse sentido, contra as perspectivas positivadoras e harmoniosas acerca da globalização, ele cunhou a noção de globalitarismo, uma espécie de consenso totalitário global votado à afirmação do mercado e à reprodução de uma ordem social crescentemente desigual. Da mesma maneira, ele se opôs à tese do esvaziamento do Estado, sustentando que, pelo contrário, teria havido o fortalecimento de um “mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras que comandam o território com apoio do Estado”⁶⁹⁹.

Nesse contexto, “nossa grande tarefa, hoje” seria “a elaboração de um novo discurso, capaz de desmistificar a competitividade e o consumo e de atenuar, senão, desmanchar, a confusão dos espíritos”⁷⁰⁰, de modo a abrir caminhos para localizar e efetivar o conjunto de potenciais que a

⁶⁹⁶ Hirst, P., Thompson, G. *op. cit.*, p.15. No mesmo sentido, Batista Jr. apresenta um amplo conjunto de dados sobre variáveis empíricas relevantes no interior dos debates acerca da “globalização” (tais como a proporção entre comércio exterior e produção, entre IED recebido e formação bruta de capital fixo, os fluxos migratórios, os movimentos líquidos de capital e outras), cf. Batista Jr., P.N. “O círculo de giz da ‘globalização’”. In: Batista Jr., P.N. *A Economia Como Ela É...* São Paulo: Boitempo, 2000.

⁶⁹⁷ Hirst, P., Thompson, G.; *op. cit.*, p.43. Destes, e de um vasto conjunto de análises empíricas, os autores propugnam que “como conclusão preliminar, podemos dizer que a economia internacional era de muitas maneiras mais aberta no período pré-1914 do que tem sido, em qualquer momento, desde aquela época, inclusive do que no final da década de 70 em diante. O comércio internacional e os fluxos de capital, tanto entre as próprias economias rapidamente industrializadas quanto entre estas e seus diversos territórios coloniais, eram mais importantes em relação aos níveis do PIB antes da Primeira Guerra Mundial do que provavelmente são hoje” (idem, *ibidem*, p.57). Ao recordar que o recente boom do mercado mundial encontra precedentes noutras fases de desenvolvimento do sistema capitalista, Gowan assevera que a “internacionalização das finanças fora de Londres foi mais extensa e profunda no período anterior [entre meados da década de 1860 e o início da Primeira Guerra Mundial] do que no período atual. Somente os bancos britânicos tinham mais de oito mil filiais pelo mundo” (Gowan, P. *A Roleta Global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.117).

⁶⁹⁸ A saber, a derrocada do sistema de Breton Woods, a crise inflacionária nos países centrais, relacionada à derrota norte-americana no Vietnã, às crises do petróleo e a falência do keynesianismo; a conseqüente corrida das grandes empresas financeiras e industriais em busca de mercados e de outros espaços de investimento, de modo a minimizar as dificuldades domésticas; o abandono dos controles cambiais e a desregulamentação de mercados financeiros que conduziram à sua internacionalização, com a participação ativa dos governos centrais; a tendência à desindustrialização nos Estados Unidos e Inglaterra, e o crescente desemprego na Europa; a chegada de novos competidores no comércio exterior, dada a industrialização de países periféricos, e o advento do “pós-fordismo”, que compreende formas mais flexíveis de organização industrial e de produção (idem, *ibidem*, p.19-20). Em sentido semelhante, cf. Giddens, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da terceira via*. Rio de Janeiro: Record, 1999), e Nye, J. *(The paradox of American Power: why the world's only superpower can't go it alone*. New York: Oxford University Press, 2002).

⁶⁹⁹ Santos, M. “A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas”. Terra Livre, 1991, n. 9, p.13. Harvey é outro autor que se opõe à tese de que os Estados nacionais estariam fadados a desaparecer, e nesse sentido ele apela até para dados quantitativos: se em 1500 havia cerca de 500 unidades políticas na Europa, em 1920 esse número era de 23, elevando-se recentemente para mais de 50 (Harvey, D. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004, p.68).

⁷⁰⁰ Santos, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000, p.55.

nova realidade produziria, em termos de intercâmbio cultural, de circulação de pessoas e coisas, de ganhos de produtividade etc.⁷⁰¹.

Por sua vez, depois de considerar que a dinâmica do capital sempre teve uma dimensão global, baseando-se numa análise sobre a atualidade do *Manifesto Comunista*, Harvey aponta quatro “mudanças recentes na dinâmica da globalização”, a saber, a desregulamentação financeira que se espalhou pelo mundo a partir do início dos anos 1970; as ondas de inovação tecnológica que se sucedem e se espalham em ritmos sem precedentes; a “revolução da informação” e o desenvolvimento global da mídia e das comunicações, que impactam fortemente as formas de produção e consumo, o imaginário social, a produção de necessidades, etc.; e finalmente, a revolução dos transportes, que igualmente contribui para alterar profundamente as concepções de tempo e espaço⁷⁰². Ademais, o referido processo de dispersão e fragmentação da produção; a multiplicação de fusões e *join-ventures*; a proletarianização e a “feminização” da força de trabalho; a mudança no papel do Estado - que minimiza sua atuação como provedor de serviços sociais, ao mesmo tempo em que intensifica seu intervencionismo no sentido de fomentar a acumulação -; a multiplicação de arranjos e de acordos multilaterais⁷⁰³; assim como a acelerada urbanização (e mesmo de “hiperurbanização”), que se intensifica a partir da década de 1950, e atribui às cidades e à competição entre centros urbanos importância decisiva no interior do processo global de acumulação de capital, tudo isso seria característico do atual padrão de ‘globalização’ do capital.

Desse conjunto heterogêneo de proposições acerca da globalização, poder-se-ia dizer, à guisa de síntese, que em vista da regressão do mercado mundial entre as Guerras Mundiais⁷⁰⁴, seu desenvolvimento contemporâneo de fato fornece fundamento histórico às tratativas apologéticas acerca do “mundo globalizado”⁷⁰⁵. Desse modo, a comparação entre a contemporaneidade e a “*belle époque*” de fato contribui para combater a idealização dos fenômenos identificados como próprios à globalização; ademais, é evidente que a investigação empírica é, sob qualquer circunstância, imprescindível. Contudo, arrolar um conjunto de dados e estatísticas não resolve facilmente a questão acerca de qual momento a economia internacional esteve mais “integrada”⁷⁰⁶.

⁷⁰¹ “A materialidade que o mundo da globalização está recriando permite um uso radicalmente diferente daquele que era o da base material da industrialização e do imperialismo” (idem, *ibidem*, p.164).

⁷⁰² Idem, *ibidem*, p.89-92.

⁷⁰³ Idem, *ibidem*, p.92-7.

⁷⁰⁴ Segundo Hobsbawm, “a globalização da economia dava sinais de que parara de avançar nos anos entreguerras. Por qualquer critério de medição, a integração da economia mundial estagnou ou regrediu [...]. Durante os quinze anos que precederam 1914, quase 15 milhões de pessoas desembarcaram nos EUA. Nos quinze anos seguintes, o fluxo diminuiu para 5,5 milhões, e durante a década de 1930 e a guerra, parou quase por completo: menos de 750 mil pessoas entraram nos EUA [...]. Entre 1927 e 1933, os empréstimos internacionais caíram mais de 90%” (Hobsbawm, E. J. op.cit., p.93).

⁷⁰⁵ “Durante a breve ‘era dourada’ do pós-guerra – por meio da aceleração do comércio, do novo grau de investimento direto estrangeiro, e da crescente internacionalização das finanças – a globalização capitalista foi revivida, e posteriormente revigorada por meio da resposta neoliberal à crise econômica dos anos 1970” (Panitch, L.; Gindim, S. “Global Capitalism And American Empire”. Disponível em: http://journal.alternatives.ca/IMG/pdf/Panitch_Gindim.pdf, p.4).

⁷⁰⁶ Igualmente sobre uma ampla base de dados acerca dos aspectos comerciais e financeiros do que chamam de a globalização de “hoje” e a de “ontem”, ou seja, aquela do auge do padrão-ouro, na virada do século XIX para o século XX, Bordo, Eichengreen e Irwin argumentam que o mundo de hoje se encontra muito mais integrado (Bordo, M.D.; Eichengreen, B.; Irwin, D.A. “Is Globalization Today Really Different Than Globalization a Hundred Years Ago?”. Texto preparado para o Brookings Trade Policy

E constatar o desenvolvimento do mercado mundial, uma tendência própria à acumulação capitalista, não implica em se fazer coro junto aos apologistas burgueses. Indo mais longe, talvez a própria questão esteja mal colocada, ou as respostas a ela tenham pouca relevância. Pelo contrário, os esforços deveriam se voltar à apreensão conceitual da atual configuração do mercado mundial, e é nesse sentido que se deve considerar a dinâmica desse mercado nas fases pretéritas do capitalismo, ao invés da busca pela quantificação do nível de desenvolvimento do mercado mundial.

Assim, de modo a proceder à desmistificação da noção de globalização e apreender criticamente as transformações sistêmicas efetivas que deram azo a esse debate, cabe traduzi-las em conceitos e em análises acerca das tendências que lhe produziram. Para tanto, seria preciso mobilizar os conceitos de concentração e centralização de capital; considerar a produção de mais-valia relativa e a subordinação da ciência e da tecnologia ao processo de valorização do capital; tratar da produção capitalista do espaço global, e da tendência à supressão do espaço pelo tempo; e evocar os conceitos de acumulação primitiva (e de “acumulação por espoliação”, teorizada por David Harvey), e de imperialismo, dentre outras categorias, que serão discutidas nas seções seguintes. Prossigamos, pois, mas não sem antes dizer algo sobre o debate acerca da obsolescência do Estado-nacional.

Ora, se se intensificou nas últimas décadas, ninguém ousaria dizer que a atuação do grande capital em escala mundial é novidade. Já o demonstramos quando da análise dos conceitos de concentração e centralização de capital; de resto, cabe remeter ao conceito de mercado mundial. Segundo Marx, “é, portanto, o caráter multilateral de sua origem, a existência do mercado como mercado mundial, que caracteriza o processo de circulação do capital industrial”⁷⁰⁷; “o próprio mercado mundial constitui a base desse modo de produção [...]. A necessidade imanente ao mesmo [o modo de produção capitalista], no sentido de produzir em escala cada vez maior, leva à constante expansão do mercado mundial, de tal modo que aqui não é o comércio que revoluciona a indústria, mas é a indústria que constantemente revoluciona o comércio”⁷⁰⁸. Desse modo, “a tendência a criar o mercado mundial está dada diretamente no próprio conceito de capital”⁷⁰⁹; e a

Forum, sobre “Governing in a Global Economy”, ocorrido em abril de 1999, e revisado em maio de 1999. Disponível em: <http://www.econ.berkeley.edu/~eichengr/research/brooking.pdf>.

⁷⁰⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.81.

⁷⁰⁸ Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.250. “os fenômenos que examinamos neste capítulo [o capítulo VI: “O efeito da mudança de preços”] pressupõem, para seu pleno desenvolvimento, o sistema de crédito e a concorrência no mercado mundial, o qual constitui de maneira geral a base e a atmosfera vital do modo de produção capitalista” (idem, *ibidem*, p.85).

⁷⁰⁹ Idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.360. Ou ainda, “mas só o comércio exterior, a transformação do mercado em mercado mundial, faz o dinheiro evoluir para dinheiro mundial e o *trabajo abstracto* para trabalho social. A riqueza abstrata, valor, dinheiro, e em consequência o trabalho abstrato desenvolvem-se na medida em que o trabalho concreto se torna uma totalidade – que abrange o mercado mundial – de maneiras diferentes de trabalho. A produção capitalista assenta no valor ou na conversão do trabalho contido no produto, em trabalho social. Mas isso só é possível na base do comércio exterior e do mercado mundial. E constitui pressuposto e ao mesmo tempo resultado da produção capitalista” (idem, *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1302-1303).

investigação sobre o atual grau de integração comercial e financeira do mercado mundial⁷¹⁰, inscrito nessa tendência, obviamente deve levá-la em consideração.

Como discutiremos adiante, a consolidação do capitalismo se dá, evidentemente, em articulação com a estruturação dos modernos Estados-nacionais e dos modernos sistemas interestatais. Os nexos e as tensões entre os âmbitos nacionais e o âmbito global da acumulação são inerentes ao capital, e se encontram em constantes reconfigurações. Ninguém negaria, por exemplo, a manutenção da importância dos Estados-nacionais como espaços de reprodução da classe trabalhadora e de contenção dos conflitos de classes, por meio dos sistemas educacional, legal, prisional, médico, de segurança pública etc. Não obstante, o grau e a maneira como se dá a realização da tendência “internacionalista” da acumulação interfere no papel, no rol de ações próprias ao Estado, e na própria constituição do sistema inter-estatal, mas não parece implicar em sua destruição, e tampouco na perda da sua importância econômica. Ao contrário, a vulgata do Estado como mero “comitê executivo da burguesia” parece uma descrição cada vez mais fiel da realidade, com os espaços de decisão estatais se esvaziando, diante da imbricação entre o capital transnacional e as burocracias nacionais, estas em posição subalterna. Nem por isso a mobilização do aparato estatal se tornou menos importante para a valorização do capital, longe disso.

Ademais, como constatou João Bernardo numa passagem citada acima, a atual dinâmica da concorrência capitalista reforçou a importância dos espaços locais de acumulação (das “micro-regiões”, integradas globalmente); ou seja, a crescente transnacionalização do capital não tornou supérflua a produção do espaço e das regiões, mas tornou a acumulação mais sensível às particularidades locais (internas ou não a um mesmo espaço nacional), e acirrou a relevância do ambiente construído, como veremos no último item deste capítulo. Desse modo, continua vigente a tendência ao desenvolvimento desigual e combinado, identificada por Trotsky, e diferentemente do que parece propor Jameson, quando considera que o pós-modernismo é expressão de um capitalismo que, ao se afirmar plenamente em escala global, deu fim às “não-simultaneidades” e ao “assíndeto” que alimentaram o modernismo.

3. Neoliberalismo

Em suas acepções mais abrangentes, da mesma forma como ocorre com a noção de globalização, o neoliberalismo é tido como uma fase histórica⁷¹¹, mas sua concepção mais corrente é como doutrina ou ideologia. Nem por isso o neoliberalismo seria menos importante; ao contrário,

⁷¹⁰ “Em 1875, ao comentar que os mercados de ações haviam caído ao mesmo tempo, o banqueiro e barão Karl Mayer von Rothschild, fez uma observação simples, mas memorável: ‘O mundo inteiro se tornou um centro financeiro’” (Roubini, N.; Mihm, S. *A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010, p.137).

⁷¹¹ “O capitalismo entrou em uma nova fase que se convencionou chamar de Neoliberalismo” (Duménil, G.; Lévy, D. “O Neoliberalismo sob a Hegemonia Norte-Americana”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.87).

apelando fartamente a tradições, costumes e valores arraigados, o neoliberalismo teria afetado as distintas dimensões da vida social, desde a divisão do trabalho, até as formas correntes de relacionamento amoroso, passando pelas instituições e políticas estatais, pelo desenvolvimento tecnológico, pela produção teórica etc. Trata-se, como veremos mais detidamente na seção seguinte, de uma dimensão elementar da hegemonia; segundo Harvey, “... o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”⁷¹². Em sentido parecido, Perry Anderson constata que, “provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes”⁷¹³. E se o neoliberalismo está ligado à hegemonia de maneira geral, também se relaciona à hegemonia norte-americana, em particular, como constata Jameson: “é preciso ressaltar que a ideologia neoliberal que, para Gray [John Gray, autor de *False Dawn*] alimenta a globalização do mercado livre, é um fenômeno especificamente americano”⁷¹⁴. Indo um pouco adiante, questionam Duménil e Lévy,

“o que é essa ordem neoliberal? Em um primeiro momento, nós a caracterizaremos como uma nova hegemonia financeira. Mas, considerada do ponto de vista das relações internacionais, essa ordem capitalista neoliberal só pode ser entendida no contexto geral do imperialismo contemporâneo. A hegemonia neoliberal da finança se soma e se combina à hegemonia do país dominante no seio da coalizão dos países imperialistas, a dos Estados Unidos”⁷¹⁵.

Apesar de ter se afirmado de modo tão cabal durante as décadas de 1980 e 1990, a história do neoliberalismo é mais longa, e cabe atentar para alguns de seus aspectos.

3.1. Antecedentes “teórico-ideológicos”

Segundo a síntese esquemática de Milton Friedman, o neoliberalismo enquanto doutrina teria se originado do confronto entre “liberdade” e “bem-estar”, ou entre a “liberdade” e o “coletivismo”. Dessa ótica, o neoliberalismo seria uma reação ao ascenso do “coletivismo”, o qual teria germinado em reação ao sucesso do utilitarismo benthaminiano na Inglaterra do século XIX (!), e encontrado fértil terreno para crescer e se multiplicar na terra arrasada pelas guerras mundiais⁷¹⁶. Em suas palavras,

⁷¹² Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.13. “O neoliberalismo representa uma ‘nova forma de regra social’” (Panitch, L.; Gindim, S. “Global Capitalism And American Empire”. Disponível em: http://journal.alternatives.ca/IMG/pdf/Panitch_Gindim.pdf, p.21).

⁷¹³ Anderson, P. “Balanço do neoliberalismo”. In: Sader, E; Gentili, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.23.

⁷¹⁴ Jameson, F. “Globalização e estratégia política”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.29.

⁷¹⁵ Duménil, G.; Lévy, D. “O Neoliberalismo sob a Hegemonia Norte-Americana”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.88.

⁷¹⁶ “O neoliberalismo nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (Anderson, P. Balanço do

“a relação entre liberdade política e econômica é complexa e de modo algum unilateral. No início do século XIX, Bentham e os filósofos radicais estavam inclinados a considerar a liberdade política como um instrumento para a obtenção da liberdade econômica [...]. O triunfo do liberalismo de Bentham no século XIX na Inglaterra foi seguido por uma reação que levou a uma crescente intervenção do governo nos assuntos econômicos. Esta tendência para o coletivismo foi grandemente acelerada, tanto na Inglaterra como em outros lugares, pelas duas guerras mundiais. O bem-estar, em vez da liberdade, tornou-se a nota dominante nos países democráticos. Reconhecendo a ameaça implícita ao individualismo, os descendentes intelectuais dos filósofos radicais – Dicey, Mises, Hayek e Simons, para mencionar somente alguns – temeram o movimento continuado em direção ao controle centralizado da atividade econômica se constituiria no *The Road of Serfdom*, como Hayek intitulou sua penetrante análise do processo. Sua ênfase foi colocada na liberdade econômica como instrumento de obtenção da liberdade política”⁷¹⁷.

Malgrado a pobreza e os disparates do “relato”, vê-se a importância atribuída ao papel desempenhado por um conjunto de intelectuais⁷¹⁸ que, partilhando uma preocupação comum e decisiva - a defesa dos “valores centrais da civilização” sob ameaça do “coletivismo” soviético -, foi convocado por Hayek, e constituiu, em 1947, a Sociedade Mont Pèlerin, segundo Anderson, uma “espécie de franco-maçonaria neoliberal”⁷¹⁹. À época, esse ilustre time se encontrava em difícil situação, nadando, isolado, contra a corrente; recalcitrante, efetivamente tal “sociedade” passou décadas se embatendo contra o consenso “keynesiano”, até finalmente triunfar no bojo da crise econômica mundial dos anos 1970.

De modo a compreender melhor a importância da Sociedade Mont Pèlerin e os fundamentos teóricos do neoliberalismo, cabe remeter à obra de Hayek, na qual se pode encontrar proposições um tanto surpreendentes, sobretudo quando se imagina que o pensamento de Hayek embasa o *mainstream* econômico que há décadas vêm dominando não só os institutos de pesquisa econômica e os departamentos de economia da maioria das universidades, mas também os periódicos e noticiários, as burocracias estatais, entre outras instituições.

Em sua obra de maior sucesso, *O Caminho da Servidão*, desde a primeira hora Hayek explicita quem são seus inimigos, e o que ele busca combater. O livro é dedicado “aos socialistas de todos os partidos”, à época um público bastante amplo; seu alvo mais imediato é o Partido Trabalhista britânico, na eminência de ganhar as eleições gerais em 1945, mas seus golpes são

neoliberalismo. In: Sader, E; Gentili, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9).

⁷¹⁷ Frideman, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Artenova, 1977, p.19-20.

⁷¹⁸ Com destaque para o próprio Friedman, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Lionel Robbins, Walter Lipman, entre outros.

⁷¹⁹ Anderson, P. “Balanço do neoliberalismo”. In: Sader, E; Gentili, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9. Cabe transcrever um trecho do terminante manifesto de fundação da “sociedade”: “Os valores centrais da civilização se acham em perigo. Em grandes extensões da superfície da terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humana já desapareceram. Noutras, acham-se sob a constante ameaça do desenvolvimento das atuais tendências políticas. A posição do indivíduo e o grupo autônomo se acham progressivamente solapados por avanços do poder arbitrário. Mesmo o mais precioso bem do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e de reflexão, encontra-se ameaçado pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição minoritária, buscam apenas galgar uma posição de poder a partir da qual possam suprimir e obliterar todas as concepções que não a sua /. O grupo sustenta que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos pela ascensão de uma concepção de história que nega todos os padrões morais absolutos e de teorias que questionam o caráter desejável do regime de direito. Ele sustenta ainda que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos por um declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; porque, sem o poder e a iniciativa difusos associados a essas instituições, torna-se difícil imaginar uma sociedade em que se possa efetivamente preservar a liberdade” (disponível em: www.motpelerin.org/aboutmps.html).

dirigidos ao “coletivismo” de modo geral⁷²⁰. Na verdade, Hayek identifica “planejamento”, “coletivismo” e “marxismo”, e os associa diretamente à servidão e ao totalitarismo⁷²¹.

Apesar de ter sido produzida em meio a pesquisas sobre os “problemas da teoria econômica pura”, a investigação acabou por deslocar o foco de Hayek para a busca de uma “explicação sobre o que uma ordem de mercado adequadamente orientada exige e pode alcançar. Foi sobretudo a esse último problema que dediquei o trabalho que realizei desde então nesse campo”⁷²². Tanto que, em obra mais tardia, Hayek sustenta que “nossa civilização depende, não apenas para suas origens mas também para a sua preservação, daquilo que pode ser precisamente descrito somente como uma ordem estendida de cooperação humana, uma ordem mais comumente, ainda que de maneira algo enganosa, conhecida como capitalismo”⁷²³. A despeito da sofisticação que por vezes recobre a argumentação de Hayek, com frequência a superioridade da ordem mercantil é sustentada empiricamente de modo bastante simples: “... não há nenhum meio conhecido, além da distribuição dos produtos em um mercado competitivo, para informar aos indivíduos que direção os seus diversos esforços devem tomar, de modo a contribuir tanto quanto possível para o produto total”⁷²⁴. Ora, se o capitalismo existe, tendo triunfado sobre outros modos de produção em meio a uma evolução competitiva milenar, sua primazia é auto-evidente: trata-se daquilo que a humanidade logrou produzir de melhor, mesmo que de maneira inconsciente (ou justamente por isso)⁷²⁵.

Numa palavra, segundo Hayek, “não há alternativa: ou a ordem estabelecida pela disciplina impessoal do mercado, ou a ordem comandada pelo arbítrio de alguns indivíduos”⁷²⁶. Eis a origem da famigerada *TINA* (“*There is No Alternative*”), máxima comumente associada à Margaret

⁷²⁰ “Se já não está em voga acentuar que ‘agora todos somos socialistas’, isso ocorre apenas porque o fato é demasiado óbvio” (Hayek, F.Von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, p.34). E “... todas as consequências de que trataremos neste livro decorrem dos métodos coletivistas, independentemente dos fins para os quais são usados” (idem, ibidem, p.56). Nesta acepção, “coletivismo” indica “todos os tipos de ‘economia planificada’” (idem, ibidem, p.57).

⁷²¹ Em certa altura de *O Caminho da Servidão*, Hayek concorda com F.A. Voigt quando este assevera que “... o marxismo levou ao fascismo e ao nacional-socialismo porque, em essência, marxismo é fascismo e nacional-socialismo” (citado por Hayek, F.Von, ibidem, p.51). Diga-se de passagem, em nenhum momento do livro uma obra de Marx é referenciada. Do mesmo modo, em *The Fatal Conceit*, Marx é o terceiro nome próprio mais citado neste livro, depois do nome do próprio Hayek e o de David Hume, respectivamente. Entretanto, muito diferentemente do que ocorre com Hume, com ele próprio e com diversos outros autores, em nenhum momento Hayek transcreve qualquer fragmento de uma obra de Marx. Não é à toa que não existe qualquer livro de Marx entre as várias páginas de referências bibliográficas do trabalho em questão, ao passo que, a guisa de comparação, Hayek cita 25 obras de sua própria lavra.

⁷²² Cf. idem, ibidem, p.23-4.

⁷²³ Idem, *The fatal conceit: the errors of Socialism*. (The collected Works of F. A. Hayek. Vol I). Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p.6.

⁷²⁴ Idem, ibidem, p.7. “O mercado é o único método conhecido de prover informação possibilitando os indivíduos a julgar as vantagens comparativas de diferentes usos dos recursos dos quais eles possuem conhecimento imediato e através do uso, queiram eles ou não, eles atendem as necessidades de distantes indivíduos desconhecidos. Este conhecimento disperso é essencialmente disperso, e não pode ser juntado e confiado a uma autoridade encarregada da tarefa de deliberadamente criar ordem” (idem, ibidem, p.77).

⁷²⁵ Buscando extrair consequências práticas dessa tese, Hayek chega até a propugnar que, por interferirem nesse processo de “seleção natural”, tornar-se-iam pouco recomendáveis, por conseguinte, intervenções políticas humanitárias, levadas adiante pela “comunidade internacional” em favor dos países pobres. “Os países avançados, ao ajudar a populações como as do Sahel a aumentar, estão aumentando expectativas, criando condições envolvendo obrigações, e portanto assumindo uma séria responsabilidade em relação a qual eles provavelmente irão falhar mais cedo ou mais tarde” (idem, ibidem, p.125).

⁷²⁶ Idem, *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, p.181.

Tatcher. Gozando da liberdade necessária, o sistema de mercado seria quase que uma dádiva da natureza, atuando para o bem comum, independente da posição que se ocupa nele. “Os proletários”, sustenta Hayek, “são uma população *adicional* que, sem as novas oportunidades de emprego, nunca teria crescido”⁷²⁷. Imaginem quão odiosa afiguraria à Hayek a ingratitude das parcelas proletárias organizadas em classe, empunhando a bandeira do socialismo! Aliás, para o autor a vitória do capitalismo sobre o socialismo real seria uma questão de vida ou morte: “a disputa entre a ordem de mercado e o socialismo é não menos do que uma questão de sobrevivência. Seguir a moralidade socialista seria destruir boa parte da atual humanidade e empobrecer bastante o resto”⁷²⁸. E o pior (!): significaria romper com toda a tradição de pensamento e com os valores sobre os quais vem se estruturando o mundo ocidental há milênios!⁷²⁹

Haveria, por conseguinte, uma espécie de “mutualismo” entre capitalistas e proletários; os últimos, menos capazes e municiados, contribuiriam com sua força de trabalho para a prosperidade dos primeiros, como que em retribuição à benesse da vida que, originalmente, estes teriam concedido aos proletários. Eis aqui o antigo mito da “acumulação originária”, tão incisivamente criticada por Marx e outros importantes intelectuais, marxistas e não-marxistas, como é o caso de Karl Polanyi, em seu célebre *A Grande Transformação*...

Da mesma forma como eterniza o mercado, Hayek é capaz de encontrar a “propriedade privada” nos primórdios da humanidade, a qual se aperfeiçoaria e se expandiria progressivamente, até os dias de hoje⁷³⁰. E o mesmo valeria para as “leis abstratas” que garantem essa propriedade e para o Estado⁷³¹, no interior de uma formação social votada, sempre de acordo com Hayek, à proliferação e à satisfação de necessidades humanas, e não ao lucro ou a outros objetivos econômicos *strictu sensu*⁷³².

⁷²⁷ Idem, *The fatal conceit: the errors of Socialism*. (The collected Works of F. A. Hayek. Vol I). Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p.123. “Portanto sem os ricos – sem aqueles que acumularam capital – aqueles pobres que puderam vir a existir seriam de fato muito mais pobres, tirando sua subsistência das terras marginais onde todas as secas iriam matar a maior parte das crianças que eles estariam tentando criar. A criação do capital alterou tais condições mais do que qualquer outra coisa. Ao se tornar o capitalista capaz de empregar outras pessoas para seus próprio propósitos, sua habilidade de alimentá-las serviram então a ele e a elas” (idem, ibidem, p.124).

⁷²⁸ Idem, ibidem, p.7. Seu medo e sua ojeriza em relação ao socialismo o levavam a ver a disputa sempre aberta e iminente. Em certa altura do livro ele diz que “o socialismo constitui uma ameaça para o bem-estar da raça humana presente e futuro, no sentido de que nem o socialismo ou qualquer outro substituto da ordem de mercado conhecido poderia sustentar a corrente população mundial” (idem, ibidem, p.121), desse modo, diz ele que boa parte da população “iria sofrer e morrer” (idem, ibidem, p.120), caso o socialismo triunfasse sobre o capitalismo.

⁷²⁹ “A tendência moderna ao socialismo não implica apenas um rompimento definitivo com o passado recente, mas com toda a evolução da civilização ocidental [...]. Renunciamos progressivamente não só ao liberalismo dos séculos XVIII e XIX, mas ao individualismo essencial que herdamos de Erasmo e Montaigne, de Cícero e Tácito, de Péricles e Tucídides” (idem, *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, p.40).

⁷³⁰ Idem, ibidem, p.30.

⁷³¹ Cf. Idem, ibidem, capítulo 2.

⁷³² “Rigorosamente falando, não existe ‘interesse econômico’, mas apenas fatores econômicos que condicionam nossos esforços pela obtenção de outros fins [...]. Se lutamos pelo dinheiro, é porque ele nos permite escolher da forma mais ampla como melhor desfrutar os resultados de nossos esforços [...]. [O] dinheiro é um dos maiores instrumentos de liberdade já inventados pelo homem” (idem, ibidem, p.99).

Trata-se, evidentemente, de uma concepção vulgar na acepção marxiana do termo⁷³³, posto que Hayek se atém à esfera da circulação, revitaliza a seu modo as velhas “robinsonadas”⁷³⁴ e a “mão invisível” de Smith⁷³⁵, e tem como objetivo último a apologia da ordem burguesa que supõe “tradicional”. No entanto, por outro lado, a abordagem de Hayek supera o ponto de vista vulgar, pelo reconhecimento cínico, afirmativo, e fatalista do fetichismo capitalista, uma dimensão social que se oculta sob a esfera da aparência. Em suas palavras,

“para entender nossa civilização é preciso perceber que a ordem entendida resulta não do desígnio ou intenção humanos mas espontaneamente: ela surge de conformações não intencionais a certas práticas tradicionais e largamente *morais*, muitas das quais os homens tendem a desgostar, cuja significância eles usualmente falham em entender, cuja validade eles não podem provar, e que não obstante se espalham rapidamente por meio de uma seleção evolucionária – o aumento comparativo de população e riqueza – daqueles grupos que acabam por segui-los”⁷³⁶.

Além da sustentação meramente empírica da superioridade do sistema de mercado, histórica e teoricamente ela se explicaria pelo progressivo aumento da “complexidade” social. A sofisticação da produção e a intensificação da divisão do trabalho imporiam, por um lado, a descentralização da produção, e por outro, a sua coordenação por meio dos mecanismos de mercado, já que nenhuma pessoa ou grupos de pessoas seriam capazes de controlar de maneira centralizada esse amplo metabolismo social, determinando o que e como produzir, bem como as formas corretas de alocação de insumos e de distribuição dos produtos. Nesse sentido, assevera Hayek que

“... é a própria complexidade da divisão do trabalho no mundo moderno que faz da concorrência o único método pelo qual essa coordenação pode se produzir de modo eficaz [...]. Como a descentralização tornou-se necessária porque ninguém pode equilibrar de maneira intencional todos os elementos que influenciam as decisões de tantos indivíduos, a coordenação não pode, é claro, ser efetuada por ‘controle consciente’, mas apenas por meio de uma estrutura que proporcione a cada agente as informações de que precisa para um ajuste efetivo de suas decisões às dos demais. E, como nunca se podem conhecer todos os pormenores das modificações que influem constantemente nas condições da oferta e da procura das diferentes mercadorias, e nenhum órgão tem a possibilidade de reuni-los e divulgá-los com suficiente rapidez, torna-se necessário algum sistema de registro que assinale de forma automática todos os efeitos relevantes das ações individuais – sistema cujas indicações serão ao mesmo tempo o resultado das decisões individuais e

⁷³³ “Os economistas vulgares – que é mister distinguir bem dos economistas pesquisadores que criticamos – na realidade traduzem as idéias, motivos etc. dos titulares da produção capitalista, prisioneiros do sistema e nos quais ela só se reflete em sua aparência superficial. Efetuam essa tradução em linguagem doutrinária e segundo o prisma da camada dominante, os capitalistas, portanto, sem ingenuidade e sem objetividade, mas com finalidade apologética” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1494).

⁷³⁴ “Os economistas têm uma maneira singular de proceder. Não existem para eles senão duas espécies de instituições, as da arte e as da natureza. As instituições da feudalidade são as instituições artificiais, as da burguesia são instituições naturais. Eles se parecem nisto com os teólogos que, eles também, estabelecem duas espécies de religião. Toda religião que não é a sua é uma invenção dos homens, enquanto que a sua própria religião é uma emanção de Deus. Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que se trata de relações nas quais se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas de acordo com as leis da natureza. Logo, estas relações são elas mesmas leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem reger sempre a sociedade. Assim, já existiu história, mas não existe mais” (idem, *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985, p.104).

⁷³⁵ “Adam Smith foi o primeiro a perceber que nós temos nos deparado com métodos de ordenação da cooperação econômica humana que excedem os limites de nosso conhecimento e percepção” (Hayek, F.Von. *The fatal conceit: the errors of Socialism*. (The collected Works of F. A. Hayek. Vol I). Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p.14).

⁷³⁶ Idem, *ibidem*, p.6. Segundo Hayek, o “ponto básico de meu argumento” é que “a moral, incluindo especialmente, nossa instituições de propriedade, liberdade e justiça, são não uma criação da razão humana mas um dom conferido a ele pela evolução cultural” (idem, *ibidem*, p.52).

a orientação para estas [...]. É justamente essa função que o sistema de preços desempenha no regime de concorrência, e que nenhum outro sistema sequer promete realizar”⁷³⁷.

Como argumenta Prado, a posição de Hayek é bastante particular, sobretudo à luz da atual ortodoxia econômica. Como vimos, esse autor não sustentou a superioridade do mercado simplesmente em nome da racionalidade. Aliás, a busca por intelecção de tudo o que existe estaria antes colocando em xeque os fundamentos do capitalismo, cujo funcionamento – assim como os desígnios de Deus - escaparia ao alcance da compreensão humana⁷³⁸. Como se viu, trata-se de um sistema essencialmente descentralizado, que por meio dos mecanismos de formação de preços estaria a todo o tempo sendo reajustado, de acordo com as mutáveis condições da produção, por meio da reunião de um sem-número de informações que se retroalimentam, e que não poderiam ser computadas nem pelo mais potente dos processadores de dados. Em meio a essa dinâmica social, a ignorância dos indivíduos e, sobretudo, a aceitação dessa incompreensão seria antes uma

⁷³⁷ Idem, ibidem, p.68. “Longe, portanto, de tornar mais necessário o dirigismo central, uma maior complexidade exigirá mais do que nunca o emprego de uma técnica que não dependa de controle consciente” (idem, *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, p.69; cf. idem, ibidem, p.76). Cabe recordar que Weber também recorria freqüentemente ao argumento da crescente complexidade das relações sociais, mas com o fito de explicar a existência e a primazia assumida pelas organizações burocráticas à época, segundo ele igualmente irrevogável. Em suas palavras, “cada vez mais, a sorte material das massas depende do funcionamento constante e correto das organizações burocráticas de capitalismo privado. A idéia de eliminar essas organizações torna-se cada vez mais utópica” (Weber, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1963, p.265). Esse desenvolvimento inelutável se relacionaria ao processo de racionalização característico da modernidade, e sobretudo ao papel adquirido pela técnica, cerne da organização burocrática (idem, *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p.531). Definido com base em parâmetros fundamentalmente quantitativos de eficiência e eficácia, redução de custos, aumento da produtividade, e assim por diante, a burocracia teria prevalecido sobre as demais formas de organização social (idem, ibidem, p.212), de tal maneira a preservar sua primazia mesmo no interior de formações sociais noutros aspectos tão distintas quanto o capitalismo e o socialismo (idem, “Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal”. In: *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, p.24). “Certamente”, ponderava Weber, “a burocracia não é, de modo algum, a única forma moderna de organização, do mesmo modo que a fábrica não é, nem de longe, a única forma de empresa industrial. mas ambas são aquelas que imprimem seu timbre na era atual e no futuro previsível. À burocratização pertence o futuro” (idem, *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p.540).

⁷³⁸ Noutro trecho bastante extenso, Hayek assevera que “a confusão prevalecente deve-se amplamente ao erro de tratar a ordem que o mercado produz como uma ‘economia’ no sentido estrito da palavra [...] [que] vem a ser uma organização ou arranjo no qual alguém aloca recursos deliberadamente conforme uma ordem unitária de fins. A ordem espontânea produzida pelo mercado [...] difere daquela porque não assegura aquilo que a opinião geral considera como a necessidade mais importante antes da menos importante. Essa é a principal razão pela qual as pessoas fazem objeções a ela. Na verdade, todo socialismo não é mais do que a demanda para que a ordem de mercado (ou catalaxia, como gosto de chamá-la, para prevenir confusão com a ‘economia’ propriamente dita) seja transformada numa economia no sentido estrito, na qual uma escala de importância comum determina as várias necessidades que devem ser satisfeitas e quais não devem sê-lo” (Hayek, F.Von. “Competition as a Discovery Procedure”. In: *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978, p.182). Não fossem eles cínicos, seria desconcertante para os economistas neoclássicos, em sua maioria neoliberais convictos, saber-se jogados a segundo plano, ou mesmo convertido em inimigos, pelo proeminente Hayek. A tais economistas talvez fosse surpreendente também o fato de Hayek ser um crítico do *laissez-faire* vulgar. Em suas palavras, “a doutrina liberal [...] não nega, mas até enfatiza que, para a concorrência funcionar de forma benéfica, será necessário a criação de uma estrutura legal cuidadosamente elaborada, e que nem as normas legais existentes, nem as do passado, estão isentas de graves falhas” (idem, *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, p.59). Ele tampouco se opunha ao desenvolvimento de um sistema de serviços sociais estatais, desde que estes não prejudicassem a concorrência. E arremata, “em nenhum sistema racionalmente defensável seria possível o Estado ficar sem qualquer função” (idem, ibidem, p.60). Cf. Prado, E.F.S. “A Dialética de Engels a Marx e o Evolucionismo de Hayek”. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosNaoPublicados/Dialetica_evolucionismo.pdf; e Paulani, L.M. *Modernidade e Discurso Econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.97-136. “... Existem campos em que esse anseio de inteligibilidade não pode ser de todo satisfeito, e onde ao mesmo tempo a recusa a submeter-se a tudo que não podemos compreender leva ao colapso da civilização. Uma civilização complexa como a nossa baseia-se necessariamente no ajustamento do indivíduo a mudanças cuja causa e natureza ele não pode compreender” (Hayek, F.Von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, p.186). “Foi a submissão às forças impessoais do mercado que possibilitou o progresso de uma civilização que, sem isso, não se teria desenvolvido. É, portanto, submetendo-nos que ajudamos dia a dia a construir algo cuja magnitude supera a nossa compreensão” (idem, ibidem, p.186). Sem dúvida, Hayek tem toda a razão quando se declara um conservador.

virtude e uma exigência⁷³⁹. Não é a toa que parte importante da defesa do mercado seja apresentada por Hayek em termos “morais”⁷⁴⁰, e que o mesmo considere a superstição, os tabus, os totens, as crenças mágicas, e, sobretudo, a religião, como elementos imprescindíveis para a concretização dessa magnífica e cada vez mais perfeita “ordem do mercado”.

Lentamente as idéias de Hayek e de seus pares se tornaram conhecidas, angariando adeptos ao redor do mundo. No entanto, uma radical mudança conjuntural se fez necessária para que as teses “neoliberais” triunfassem; sob o impacto das mobilizações, protestos e sublevações que havia pouco se espalharam pelo mundo, e diante da crise econômica mundial que iniciava, ao longo da década de 1970 evidenciou-se para muitos membros da elite norte-americana e de outros países que era preciso intervir pesadamente nas instituições de pesquisa, “universidades, escolas, meios de comunicação, mercado editorial e cortes de justiça”, no sentido de criar uma cultura pró-capitalista e aplacar os ânimos inconformistas. De acordo com Harvey,

“a neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual. No tocante a isso, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado ‘pós-modernismo’, que havia muito espreitava no ninho, mas agora podia surgir, emplumado, como dominante tanto cultural quanto intelectual. Foi esse o desafio que as corporações e as elites de classe se puseram a aprimorar nos anos 1980”⁷⁴¹.

Nesse sentido, Harvey destaca a atuação da Câmara de Comércio, que ganhou vulto e mobilizou grandes somas de dinheiro para fomentar e divulgar pesquisas, e para fazer *lobby* parlamentar. Em meio a tais esforços, as proposições neoliberais, outrora circunscritas a pequenos círculos e a poucas instituições, como a Universidade de Chicago, difundiram-se e ganharam em notoriedade e respeitabilidade, como atestam os prêmios Nobel entregues a Hayek e Friedman, em 1974 e em 1976, respectivamente.

3.2. Antecedentes “práticos”

Sem fazer justiça à iniludível e decisiva dimensão prática dos seus referidos antecedentes teóricos e ideológicos, digamos, por assim dizer, que a difusão neoliberal teve também seus precedentes “práticos”, e aqui a experiência chilena se destaca. Como descreve Harvey, em meio às políticas contra-insurrecionais desenvolvidas pelos Estados Unidos, no bojo da Guerra Fria,

⁷³⁹ Segundo Prado, “a visão de sociedade de Hayek é também sistêmica. Eis que, para ele, todos os fenômenos da vida, da sociedade e da mente têm de ser compreendidos como manifestações de sistemas complexos, ou seja, ‘todos’ formados por interações de muitos elementos e que funcionam organizadamente. Tais sistemas apresentam, por isso, certos padrões ou regularidades de comportamento, os quais podem ser apreendidos de modo abstrato pela ciência, inclusive por meio de fórmulas matemáticas. Como, entretanto, essas fórmulas cobrem apenas parte das relações de causas e efeitos, mostram-se imprecisas quantitativamente, contêm elementos estocásticos, elas são incapazes de especificar instâncias particulares dos fenômenos que descrevem. Os sistemas complexos não podem ser conhecidos em suas determinações concretas particulares e, em consequência, não se submetem à pretensão desmedida do saber que se baliza pelo critério científico da previsão e do controle” (Prado, E.F.S. *op.cit.*, p.3)

⁷⁴⁰ O socialismo é “um sistema que a nós se afigura a negação dos melhores valores morais” (Hayek, F.Von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, p.144).

⁷⁴¹ Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.52.

desde a década de 1950 os economistas chilenos recebiam financiamento norte-americano para estudarem na Universidade de Chicago, onde o pensamento de Friedman já predominava. Depois de se tornarem hegemônicos na Universidade Católica do Chile, tais economistas exerceram importante papel como opositores de Allende, sendo financiados pelas elites chilenas. Em 1975 eles passam a controlar as políticas econômicas no governo Pinochet, e depois de negociarem empréstimos com o Fundo Monetário Internacional, engajam-se na promoção de uma série de políticas liberalizantes, como a reversão das nacionalizações levadas a efeito pelo governo Allende, a privatização dos ativos públicos e da seguridade social, a destruição de barreiras comerciais, o estímulo ao investimento estrangeiro e a garantia à livre expatriação dos lucros, a liberalização da exploração dos recursos naturais, entre outras. Diga-se de passagem, a recuperação econômica chilena na segunda metade da década de 1970 durou pouco, e logo se reverteu em profunda crise no início da década seguinte, o que só levou à agudização das “reformas” neoliberais⁷⁴².

Outro caso emblemático, que ajudou a fomentar a neoliberalização nos Estados Unidos e alhures, foi o da crise econômica e social da cidade de Nova Iorque. Entre outros fatores, com a desindustrialização da década de 1960 e a forte suburbanização, que pauperizou o centro da cidade, a insatisfação popular se proliferou, manifestando-se numa série de revoltas. Num primeiro momento, uma resposta a elas foi a ampliação dos gastos estatais, sobretudo federais, no sentido de expandir os serviços públicos e o emprego, mas a crise fiscal do início dos anos 1970 bloqueou esse caminho. Com a conseqüente diminuição dos aportes financeiros federais, a municipalidade recorreu aos bancos e a outras instituições financeiras, mas em 1975 um conjunto de bancos de investimentos liderados pelo Citibank negou-se a rolar a dívida da cidade.

Diante da bancarrota eminente, a municipalidade acabou cedendo a administração do orçamento da cidade a um grupo de instituições recém-criadas, que priorizava o pagamento de dividendos aos acionistas, em detrimento de outros objetivos. Tais empresas cortaram gastos em serviços sociais e investimentos públicos, congelaram os salários, solaparam o poder dos sindicatos, e passaram a cobrar taxas por serviços outrora gratuitos. Tratou-se de um “golpe das instituições financeiras”, segundo Harvey, “tão eficaz quanto o golpe militar que ocorrera antes no Chile”, no bojo do qual “o bem-estar corporativo tomou o lugar do bem-estar social”⁷⁴³.

E essa guinada política e econômica foi acompanhada por outra, mais propriamente cultural, no bojo da qual o pós-modernismo floresceu. Segundo Harvey, foi aí que “Nova Iorque se tornou o epicentro da experimentação cultural e intelectual pós-moderna”⁷⁴⁴.

⁷⁴² Idem, *ibidem*, p.18-9.

⁷⁴³ Idem, *ibidem*, p.55 e p.56, respectivamente.

⁷⁴⁴ Idem, *ibidem*, p.57.

3.3. O neoliberalismo ganha o mundo

A transposição dessas estratégias locais, particularmente em Nova Iorque, para o âmbito nacional não demorou, mas pressupôs, ainda de acordo com Harvey, que as grandes corporações colocassem a seu serviço o Partido Republicano e sua base popular. Isso foi possibilitado pelas alterações na legislação eleitoral da década de 1970, quando se permitiu que as corporações fizessem contribuições ilimitadas a partidos políticos e a comitês de ação política (CAPs), que por sua vez podiam doar 5 mil dólares a cada candidato. Entre 1974 e 1982 o número de CAPs corporativos saltou de 89 a 1467, e as grandes corporações submeteram por completo tanto o Partido Republicano, quanto o Democrata.

Nesse mesmo período os republicanos estabeleceram uma aliança com a direita cristã, e com isso ampliaram e consolidaram uma base eleitoral maciça, a qual podia ser facilmente mobilizada tanto pela religião e pelo nacionalismo, quanto pelo racismo, a homofobia, e o patriarcalismo. Com o tempo, toda e qualquer voz dissonante no interior do Partido Republicano foi silenciada, e o fortalecimento que se seguiu foi determinante para o êxito do neoliberalismo nos Estados Unidos, junto com fatores da conjuntura internacional, em particular a “Segunda Guerra Fria”, que eclodiu em 1978 com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental, o que fortaleceu o ideário neoliberal.

Vimos no capítulo anterior que a recessão norte-americana iniciada em 1979 havia sido, até então, a pior desde a Grande Depressão. Nesse contexto de crise, de desemprego crescente, e de polarização contra a “ameaça” soviética, em que se acirraram os ânimos nacionalistas e conservadores, e se enfraqueceram as organizações trabalhistas, é que ascendeu um governo republicano forte o suficiente para promover uma guinada no conjunto de políticas estatais, que viria a ter efeitos profundos e duradouros⁷⁴⁵.

No plano doméstico, a administração Reagan elegeu as organizações dos trabalhadores como principal inimigo, e longe das propaladas “flexibilizações” e “desregulamentações”, promoveu uma estrita regulamentação do trabalho; e por meio de instituições como o *National Labour Relations Board*, de leis e de decretos, engajou-se em destruir todo tipo de legislação e de mecanismo que parecesse beneficiar o trabalho em detrimento do capital. A vitória de Reagan contra o sindicato dos controladores de voo, o PACTO, uma organização que reunia exclusivamente trabalhadores qualificados e bem remunerados⁷⁴⁶, foi um marco da ofensiva contra as organizações de trabalhadores.

⁷⁴⁵ Cf. p.75-80, deste texto.

⁷⁴⁶ Idem, ibidem, p.34.

O passo seguinte foi atacar as frágeis estruturas de bem-estar social norte-americanas, de modo tão brutal que Hobsbawm é levado a subestimar a importância geopolítica das medidas governamentais, e a concluir que “a Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o ‘Império do Mal’ no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado de Bem-Estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor”⁷⁴⁷. De todo modo, essa asserção chama a atenção para o ímpeto dessa administração em consolidar um diferente “modelo” de gestão do Estado, que foi aperfeiçoado pelos governos subsequentes. Não obstante, a despeito deste ímpeto e da grita por “austeridade”, como vimos, Reagan sustentou altíssimos níveis de gastos, sendo chamado por Brenner de “o maior keynesiano que já existiu”⁷⁴⁸.

Na Inglaterra o processo de ascenso neoliberal foi distinto, e pressupôs a superação de obstáculos talvez maiores que os existentes nos Estados Unidos, dentre os quais se destacavam a existência de um forte e atuante Partido Trabalhista, então bastante comprometido com as pautas sindicais tradicionais; o sólido e abrangente aparato estatal de bem-estar social; a inexistência de algo que se assemelhasse à direita cristã norte-americana, que se pudesse mobilizar; o menor engajamento das corporações nas querelas políticas, entre outros fatores⁷⁴⁹. Por outro lado, havia fatores que impulsionaram tal ascenso, como as tensões sociais geradas pelos fluxos migratórios oriundos das ex-colônias britânicas, e a crescente pressão das poderosas “altas finanças” (monetaristas) encasteladas na *City*, contra o intervencionismo econômico estatal e os vultosos gastos “sociais”. Na batalha que se deflagrou, a influência exercida pelos grandes grupos financeiros sobre a mídia, bem como o investimento em pesquisa e divulgação – no que se destaca a criação do *Institute of Economic Affairs*, em 1955, o *Centre for Policy Studies*, em 1974, e o *Adam Smith Institute*, em 1976, cuja corrente teórica dominante era tributária de Hayek e companhia – também foram decisivos para forjar os novos e necessários consensos⁷⁵⁰.

Com a crise de estagflação da década de 1970 – a inflação e o desemprego subindo às alturas e na eminência de uma crise orçamentária – o conflito entre o “liberalismo embutido” (outra designação do “keynesianismo”, empregada por Harvey) e o neoliberalismo chegou a seu momento decisivo. Em reação às greves dos mineiros de 1972 e de 1974 – a última havia ocorrido em 1926 – o governo conservador assume uma postura intransigente, mas à falta de uma correlação de forças favorável, é levado a decretar estado de emergência e a convocar eleições, nas

⁷⁴⁷ Hobsbawm, E. J. op.cit., p.245.

⁷⁴⁸ Brenner, R. “What is Good for Goldman Sachs is Good for America: The Origins of the Current Crisis”. Acessível em <http://www.sscnet.ucla.edu/issr/cstch/papers/BrennerCrisisTodayOctober2009.pdf>, 2009, p.18. E teria feito escola, segundo Arrighi: “inclusive Bush – e antes que ele Reagan – a pesar de toda sua ideologia de livre mercado, recorreram a um tipo extremo de financeirização do gasto de corte keynesiano. Sua ideologia é uma coisa, o que realmente fazem é outra” (entrevista de Giovanni Arrighi a David Harvey, publicada em 26 de maio de 2009, na Revista Rebellion http://www.rebellion.org/noticia_pdf.php?id=85959, p.15). De tal modo que Dicky Cheney teria dito que “Reagan nos ensinou que os déficits não importam” (citado por Arrighi, G. “Hegemony Unravelling”. Party I. In: New Left Review, nº 32, maio-abril de 2005, p.71).

⁷⁴⁹ David, H. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.65.

⁷⁵⁰ Idem, ibidem, p.67.

quais os trabalhistas retornam ao poder e negociam o fim da greve concedendo muitas das reivindicações dos mineiros. No entanto, os déficits orçamentários e a deterioração da balança de pagamentos se tornam explosivos, levando o governo trabalhista a recorrer ao FMI, e a aceitar as políticas de “austeridade” preconizadas por essa instituição. As subseqüentes reduções nos gastos públicos, que afetaram sobretudo as estruturas de bem-estar social, colocaram os trabalhistas em conflito com sua base social, e deram origem a uma nova, porém muito mais ampla, onda de greves, em 1978. Aproveitando-se dessa conjuntura, os conservadores valeram-se da grande mídia para lançar uma forte campanha contra os sindicatos e os trabalhistas, minando a popularidade da qual gozavam, e é nesse contexto que Margareth Thatcher ascende ao poder, obtendo grande maioria no parlamento⁷⁵¹.

Nos anos que se seguiram o monetarismo reinou absoluto, o desemprego disparou, e, não obstante, a taxa de sindicalização e o poder dos sindicatos declinaram. À exemplo do episódio Reagan X PACTO, Thatcher provocou uma nova greve de mineiros, ao anunciar o fechamento de minas e uma nova regulamentação do trabalho. Desta vez, ao final de uma batalha de mais de um ano, os conservadores obtiveram uma paradigmática vitória, a qual foi reforçada pela abertura comercial, que solapou uma parte importante da indústria tradicional inglesa e, com ela, importantes sindicatos. Segundo Harvey, “o efeito geral, em apenas dez anos, foi transformar o Reino Unido num país de salários relativamente baixos e com uma força de trabalho relativamente obediente”⁷⁵².

Outra importante medida da administração Thatcher foi a privatização de empresas como a British Aerospace, a British Telecon, a British Airways, e de várias outras no setor de transportes e nos de produção de aço, de petróleo, de eletricidade, de carvão, de água, de gás, entre outros⁷⁵³.

Ao resumir os principais feitos da administração Thatcher, diz Anderson que

“os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água”⁷⁵⁴.

Em vista desse conjunto de intervenções, Anderson é levado a defender que “esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado”. Não obstante, apesar da redução dos impostos das camadas mais abastadas da população, “após quatorze anos no poder, o mais ideológico dos regimes de livre mercado, a

⁷⁵¹ Idem, ibidem, p.68.

⁷⁵² Idem, ibidem, p.69.

⁷⁵³ Idem, ibidem, p.70.

⁷⁵⁴ Anderson, P. “Balanço do neoliberalismo”. In: Sader, E; Gentili, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.12.

Grã-Bretanha tchatcherista, na verdade taxava seus cidadãos um tanto mais pesadamente do que eles o tinham sido sob os trabalhistas”⁷⁵⁵.

Voltando-se a atenção aos países europeus continentais, vê-se que no norte da Europa foi eleita uma série de governos conservadores⁷⁵⁶; no entanto, estes foram mais comedidos na implementação do neoliberalismo, priorizando as políticas de austeridade e de redução de impostos que incidiam sobre as classes dominantes, mas evitando declarar guerra às organizações trabalhistas às estruturas de bem-estar social. Ao mesmo tempo, nos países tradicionalmente conservadores do sul da Europa, em que há pouco imperavam figuras como Franco, Salazar, e De Gaulle, foram eleitos governos de “esquerda”⁷⁵⁷. Apesar de um ou outro esforço real para levar a cabo políticas que colocavam em primeiro plano a preservação dos empregos e do Estado de bem-estar social, como realizaram em vão Mitterrand e Papandreu⁷⁵⁸, a maior parte desses governos, com destaque para o de González, na Espanha, aderiu ao monetarismo e ao conjunto das políticas neoliberais⁷⁵⁹. E isso foi ainda mais contundente em países como a Austrália e a Nova Zelândia⁷⁶⁰.

Logo, a despeito de algumas resistências localizadas no tempo e no espaço, à medida que o neoliberalismo se hegemonizava, “os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais”⁷⁶¹.

Segundo Anderson em seu balanço geral do neoliberalismo até meados da década de 1990, no que tange aos países capitalistas centrais a consolidação neoliberal produziu, entre outros fatores, expressiva queda na inflação, duplicação das taxas médias de desemprego, e fortes reduções na tributação das elites; ou seja, foi bem sucedida em alguns de seus principais objetivos⁷⁶². Entretanto, contrariando a consensual grita por “austeridade fiscal”, “flexibilidade” nas relações trabalhistas, redução de gastos públicos, “o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais”⁷⁶³. Segundo Anderson, duas razões básicas explicariam este paradoxo: o aumento desse tipo de dos gastos decorrente do desemprego galopante, e o crescimento demográfico dos aposentados na população. No entanto, há de se considerar também o papel ativo do Estado nos vários tipos de políticas de redistribuição

⁷⁵⁵ Hobsbawm, E. J. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.401.

⁷⁵⁶ Por exemplo, em 1982, Kohl derrotou o regime social-liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha, e em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão de direita, o governo de Schluter.

⁷⁵⁷ Como o de Mitterrand, na França; o de González, na Espanha; Soares, em Portugal; Craxi, na Itália; Papandreu, na Grécia.

⁷⁵⁸ Anderson, P. “Balanço do neoliberalismo”. In: Sader, E; Gentili, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.13.

⁷⁵⁹ “Desde o início o regime do partido no poder se mostrou firmemente monetarista em sua política econômica: grande amigo do capital financeiro, favorável ao princípio de privatização e sereno quando o desemprego na Espanha rapidamente alcançou o recorde europeu de 20% da população ativa” (idem, ibidem, p.13).

⁷⁶⁰ “Na Nova Zelândia, provavelmente o exemplo mais extremo de todo o mundo capitalista avançado, desmontando o Estado de bem-estar muito mais completa e ferozmente do que Thatcher na Inglaterra” (idem, ibidem, p.14).

⁷⁶¹ Idem, ibidem, p.14.

⁷⁶² “No conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80 [...]; Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7% [...]; A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80 [...] a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80” (idem, ibidem, p.15).

⁷⁶³ Idem, ibidem, p.16.

de renda em favor das elites, como o “saneamento” de empresas às vésperas de sua privatização; os empréstimos a baixas taxas de juros e os subsídios a empresas de diversos setores da produção; o engajamento das políticas monetárias em favor do mercado financeiro; entre muitos outros⁷⁶⁴.

Dando continuidade a esse breve panorama da marcha triunfal do neoliberalismo pelo mundo, consideremos agora o mundo soviético que se esfacelava. Aqui, o ascenso neoliberal foi avassalador, o que levou Anderson à conclusão de que “não há neoliberais mais intransigentes no mundo do que os ‘reformadores’ do Leste”⁷⁶⁵, os quais levaram a cabo, com todo o vigor, a chamada “Terapia de Choque”, que teve como importante proponente e divulgador o economista e “consultor” Jeffrey Sachs. Este, supondo-se o Lênin do neoliberalismo, em artigo cinicamente intitulado “O que deve ser feito?” (publicado em 13 de janeiro de 1990 no *The Economist*), propõe um “modelo” de intervenção que se distinguiria por sua preocupação em antecipar o padrão de comportamento interativo das principais forças econômicas e políticas no interior dos países-alvo, diante das reconfigurações impostas em favor do grande capital e das potências ocidentais, e sob o signo da “restauração da democracia”, das “liberdades individuais” e do “progresso material” para o conjunto das populações afetadas.

Curiosamente, Sachs propõe que essa revolução social, política e econômica poderia ser rigorosamente planejada, e os passos corretos a serem dados, determinados de antemão. Como corolário, haveria um único caminho possível, que deveria ser forçosamente tomado; desvios em relação a ele não deveriam ser tolerados... De fato, as políticas de “neoliberalização” se tornaram “imperativos categóricos”, e seus defensores por vezes se converteram em fanáticos. Por detrás do “consenso” neoliberal se escondia um ímpeto totalitário, próprio ao capital.

Sintetizando os passos fundamentais propostos pelo modelo de Sachs, teríamos de saída a eliminação dos subsídios estatais e dos controles de preços, que deveriam ser completamente liberalizados, bem como a instauração de mecanismos de controles salariais. Por outro lado, haveria de se promover um grande aperto monetário e creditício, que deveria levar a uma reestruturação produtiva e à eliminação das empresas menos eficientes, sob a pressão das leis da concorrência capitalista em âmbito doméstico. A concorrência internacional também seria determinante aqui, e sua atuação pressuporia a destruição de barreiras comerciais e a instituição da conversibilidade do câmbio. O eixo do desenvolvimento econômico das economias-alvo deveria se tornar o comércio internacional, e outro ponto-chave seria a privatização da economia e sua total abertura aos investimentos externos diretos.

⁷⁶⁴ Cf. a crítica das teses subconsumistas da crise, no item 2 do último capítulo deste texto.

⁷⁶⁵ Idem, *ibidem*, p.17.

No que tange à sua implementação prática, as propostas de Sachs oscilaram, mas foram sempre caracterizadas pela falta de aprofundamento⁷⁶⁶. No início dos anos 1990, Sachs propunha a venda das empresas estatais em leilões, compradas à vista, mas depois modificou a proposta, sugerindo que entre 10% a 20% das ações das empresas fossem entregues aos trabalhadores, e que outra parcela dessas empresas fosse entregue às “famílias”, na forma de cotas em fundos de investimentos privados. Tal procedimento evidentemente impossibilitava a distribuição mais ampla e igualitária da propriedade das empresas, favorecendo amplamente as grandes corporações estrangeiras e as castas mafiosas que acumularam fortunas no “mercado negro”, em detrimento dos grandes contingentes da população que não dispunham de capital-dinheiro para adquiri-las.

Para termos uma noção mais concreta dos resultados efetivos da Terapia de Choque, tomemos o caso da “transição” russa, focando particularmente o processo de privatização da economia. Este foi desenvolvido em dois níveis básicos⁷⁶⁷. O primeiro envolvia as empresas “não-estratégicas”, que deveriam ser compradas em leilões com *vouchers* distribuídos a toda população; tratava-se, portanto, de uma forma de “pulverização” da propriedade privada dessas empresas, estratégica para generalizar essa forma de propriedade. Esse processo propiciou o acúmulo de patrimônio a uma ampla parcela dos estratos médios da burocracia soviética, ao mesmo tempo em que contribuiu para a pauperização do grosso da população, já que gerações que mal sabiam o que era dinheiro, e muito menos ações de empresas, enquadram e penduraram nas paredes de suas salas os certificados de posse, trocaram-nos por litros de vodka, ou entregaram, por vezes gratuitamente, aos gestores das fábricas em que trabalhavam, com quem estabeleciam relações de fidelidade quase que filiais. Isso porque o planejamento soviético central – que tornou crônicas a escassez de recursos, as filas imensas nos estabelecimentos de distribuição de produtos, e a falta de víveres elementares – produziu como seu complemento necessário uma estrutura paternalista de favores e de complexas relações de escambo e arranjos inter-empresas, que geralmente se valia do “mercado negro”. Desse modo, essa onda de privatização ficou conhecida como a “privatização da *nomenklatura*”⁷⁶⁸.

O segundo nível da privatização, a privatização “em dinheiro”, envolvia grandes empresas do setor petrolífero, da metalurgia de ferrosos e não-ferrosos, da produção de gás, entre outros. Esse processo foi caracterizado pela corrupção, pela subavaliação das empresas, por toda a sorte de favorecimentos, de modo que uma minoria de magnatas, e de grandes empresários nativos –

⁷⁶⁶ Cf. o artigo de Peter Gowan, “A Teoria e a Prática do Neoliberalismo para o Leste Europeu”, em Gowan, P. *A Roleta Global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

⁷⁶⁷ Isso sem mencionar um “terceiro nível de privatização”, a espoliação e o contrabando, puros e simples, com destaque para a apropriação privada e a comercialização de boa parte do monumental arsenal bélico soviético.

⁷⁶⁸ Pomeranz, L. “A nova Rússia: resultados da transformação sistêmica”. IPE-USP (Seminários Acadêmicos), 2004. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos2/anovarussia.pdf, p.6.

cabe repetir, via de regra enriquecidos por atividades mafiosas - e estrangeiros se apropriou de um patrimônio monumental a “preço de banana”.

Tomado em seu conjunto, o processo de privatização implementado na Rússia implicou numa monumental redistribuição e concentração de renda. Valendo-se de dados fornecidos por órgãos estatais como o *GOSKOMSTAT*, bem como de investigações feitas por outros pesquisadores, Pomeranz fornece importantes indicadores para a análise da evolução da distribuição de renda na Rússia, entre o início da década de 1990 e o início dos anos 2000. Utilizando como indicador o PM – “mínimos de subsistência per capita” -, que ajusta a renda à capacidade de consumo, a autora constata uma brutal concentração de renda, concomitante ao empobrecimento de grandes contingentes populacionais, em uma extensão e um grau que as gerações anteriores desconhecera. Segmentando a população russa em quatro níveis, Pomeranz sustenta que no final da década de 1980, 24,8% da população pertencia à camada inferior, 31,3% à camada média inferior, 33,9% à camada média superior, e 10% à camada superior⁷⁶⁹. Em 2000, 76,9% da população perfazia a camada inferior, 19,4% a camada média inferior, 3,2% a camada média superior, e apenas 0,4% a camada superior (!). Além disso, a renda média da camada inferior caiu consideravelmente, ao passo que a renda média na camada superior foi às alturas. O processo de “transição” russa, por conseguinte, produziu rapidamente um número enorme de pobres e miseráveis, de um lado, e um restrito número de bilionários, de outro.

Afora essa verdadeira tragédia social, da perspectiva do desempenho econômico, ou melhor, dos objetivos declarados pelos “reformadores” – crescimento econômico, equilíbrio no balanço de pagamento, com destaque para a redução da dívida pública etc. - a revolução neoliberal na Rússia também foi um fiasco, como revelou cabalmente a moratória declarada em 1998.

Cabe destacar que as “terapias de choque” no Leste europeu foram antecedidas, e em parte inspiradas, por certas intervenções neoliberais na América Latina. Segundo Anderson, “se o Chile, nesse sentido, foi a experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente, a América Latina também proveu a experiência-piloto para o neoliberalismo do Oriente pós-soviético. Aqui me refiro, bem entendido, à Bolívia, onde, em 1985, Jeffrey Sachs já aperfeiçoou seu tratamento de choque, mais tarde aplicado na Polônia e na Rússia”⁷⁷⁰.

Essa experiência algo precoce de modo algum foi isolada, e se replicou na década seguinte, quando os países da América Latina se tornaram alvos prioritários do chamado “Consenso de Washington” - um documento escrito em 1989 pelo economista John Williamson que prescreve aos países periféricos endividados e dependentes reformas tributárias; privatizações; desmanche da legislação trabalhista; defesa do direito à propriedade intelectual; destruição de subsídios e de

⁷⁶⁹ Idem, *ibidem*, p.19.

⁷⁷⁰ Idem, *ibidem*, p.20.

barreiras comerciais; além da diminuição dos gastos públicos e a “austeridade fiscal” -, que lhes foi imposto sob a batuta do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Vimos no capítulo anterior, e retomaremos na próxima seção, que desde a segunda metade da década de 1970 os países latino-americanos adentraram uma espiral de endividamento, aproveitando-se da enorme liquidez que inundava o mercado mundial, sobretudo com a reciclagem dos petrodólares. Com o “golpe” monetarista de Volcker, essa conjuntura mudou radicalmente, colocando em xeque uma série de economias periféricas, e deixando-as à mercê das investidas neoliberais. Como relata Serfati⁷⁷¹, em 1985 o governo norte-americano criou o chamado Plano Baker (em referência ao então Secretário do Tesouro), que disponibilizaria a quinze países periféricos endividados cerca de US\$ 29 bilhões, em troca da adoção de políticas de “austeridade”, de privatização, de destruição de barreiras à entrada de capital estrangeiro e de aquisição de empresas nacionais por grupos estrangeiros. México, Argentina, Chile, Marrocos, Nigéria e Filipinas aceitaram o Plano, que em 1989 foi substituído pelo Plano Brady. Como resultado, ao invés de eliminar ou reduzir significativamente as dívidas, estas foram antes consolidadas, por meio de um processo de securitização e da criação de mercados dos títulos designados como *Obligations Brady* (obrigações Brady), cujas cotações atingiram em 1994 os US\$ 154 bilhões (cerca de 85% da dívida negociável dos países latino-americanos)⁷⁷².

Ao invés de tentar lançar uma mirada geral sobre os processos específicos de consolidação do neoliberalismo nos países latino-americanos, consideremos uma seqüência de eventos ocorridos no México, como caso emblemático. Esse país foi duramente afetado pela crise mundial do início dos anos 1970, e a principal reação diante dela foi a estatização de empresas falidas ou próximas à falência, de modo que o número de empresas estatais mais do que dobrou entre 1970 e 1980. Para sustentá-las, o governo mexicano contraiu vultosos empréstimos, favorecido pela descoberta de reservas petrolíferas e do excesso de liquidez no mercado mundial⁷⁷³.

Porém, com o choque da taxa de juros norte-americana, a queda do preço do petróleo e a redução da demanda norte-americana por produtos mexicanos, o governo mexicano declara moratória em agosto de 1982. Reagindo à fuga de capitais, a administração Portillo nacionalizou

⁷⁷¹ Serfati, C. “A Economia Política da Finança Global”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, nº 18, junho 2006, p.9-10.

⁷⁷² Diga-se de passagem, como constata Chesnais, com razão, a securitização das dívidas dos países periféricos não foi tão relevante para a consolidação desses pujantes mercados financeiros quanto a das dívidas dos países centrais. “Em termos de valores absolutos de transferências financeiras, a dívida pública decisiva não foi a do Terceiro Mundo, mas a dos países avançados” (Chesnais, F. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.42). “Desde 1984-85, todos os outros países do G7 adotaram a nova tendência do financiamento dos déficits orçamentários pelo apelo ao mercado de obrigações liberalizado e da oferta de taxas de juros reais positivas. Essa tendência fez dos mercados de obrigações públicas – o que o FMI chamou de ‘espinha dorsal’ dos mercados de obrigações internacionais – o lugar onde se detém uma fração variável, mas sempre elevada, de ativos financeiros mundiais” (idem, ibidem, p.43). Desse modo, Chesnais é levada a dizer que a dívida pública “é o pilar do poder das instituições que centralizam o capital portador de juros” (idem, ibidem, p.44).

⁷⁷³ Entre 1972 e 1982 a dívida externa mexicana saltou de US\$ 6,8 bilhões para US\$ 58 bilhões (Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.108).

os bancos, aumentando o descontentamento dos grandes banqueiros e empresários. Nessa conjuntura bastante conturbada se inicia o governo De La Madri, que acaba por aceitar as imposições do “triunvirato” formado pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo Tesouro norte-americano, os quais condicionaram os seus empréstimos à adoção de políticas draconianas de cortes orçamentários, privatizações, abertura comercial, desregulamentação (ou nova regulamentação) financeira⁷⁷⁴, destruição de direitos trabalhistas, formando um pacote que logo seria implementado em inúmeras economias periféricas em crise.

Entre 1983 e 1988, a inflação mexicana, que era de apenas 3 ou 4 % na década de 1960, chegou a bater os 100%, o desemprego disparou, a renda *per capita* caiu a uma taxa média de 5% ao ano, e os salários reais perderam entre 40 e 50% de seu valor⁷⁷⁵. Entre 1988 e 1994 reduziu-se à metade o emprego no setor público, o número de empresas estatais caiu de 1100 em 1982 para 200 em 2000. Em 1991, o governo Salinas iniciou a privatização das terras comunais que se encontravam protegidas pelo sistema *ejido* desde a Revolução Mexicana de 1910, levando com isso à expulsão de grandes contingentes populacionais, sobretudo indígenas, lançados à miséria nas grandes cidades⁷⁷⁶. Por outro lado, como não poderia deixar de ser, nessa conjuntura as grandes corporações norte-americanas, valendo-se da desvalorização do peso, lucraram abundantemente, assim como certos empresários mexicanos⁷⁷⁷.

Para levar adiante essa incursão por episódios que elucidam a trajetória do neoliberalismo, teríamos que tratar de casos como o da Coreia do Sul, o da Argentina, o do Brasil – que serão brevemente considerados na seção seguinte – e inclusive o do Iraque pós-invasão norte-americana, um verdadeiro laboratório neoliberal⁷⁷⁸. No entanto, à guisa de conclusão, limitemo-nos a dizer algo sobre um caso bastante particular, a experiência chinesa, que no bojo do vagalhão neoliberal se lançou à competição internacional, e em duas décadas se elevou à condição de potência mundial⁷⁷⁹.

⁷⁷⁴ Ao contrário do que propugnam Chesnais e outros teóricos da “financeirização”, como será visto, afigura-se problemático aqui o emprego do termo “desregulamentação”, pois não se trata de uma destruição pura e simples de qualquer tipo de restrição às finanças, que deixaria em seu lugar um vazio, mas de um novo sistema institucional, que inclui em si espaços de indefinição e amplas margens para novos produtos e operações financeiras, e que foi resultado de uma série de políticas e de ações cada vez mais deliberadas. Cf. Gowan, P. *op.cit.*, p.55 e p.65; e Serfati, C. “A Economia Política da Finança Global”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, nº 18, junho de 2006, p.7 e p.11.

⁷⁷⁵ Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.109.

⁷⁷⁶ Idem, *ibidem*, p.111-12.

⁷⁷⁷ A lista das pessoas mais ricas do mundo, divulgada pela revista Forbes, revelou que 24 mexicanos adentraram o seleto grupo dos bilionários na primeira metade da década de 1990 (idem, *ibidem*, p.113); em 2005, o México ocupava o nono lugar na lista dos países com maior número de bilionários (idem, *ibidem*, p.114), e nos últimos anos o posto de “homem mais rico do mundo” foi “conquistado” pelo magnata oriundo do setor das telecomunicações, Carlos Slim.

⁷⁷⁸ Em 2003, após a invasão do Iraque pelas tropas norte-americanas, o chefe da Coalition Provisional Authority, Paul Bremer, promulgou decretos segundo os quais a economia deveria ser totalmente privatizada e aberta às empresas estrangeiras, que poderiam expatriar livremente os lucros; as barreiras comerciais foram derrubadas, sem distinção entre setores “estratégicos” e “não-estratégicos”; foi instituído um imposto único altamente regressivo; a sindicalização foi restringida e proibida nalguns setores, e o direito à greve foi abolido (idem, *ibidem*, p.16).

⁷⁷⁹ “A espetacular emergência da China como potência econômica global a partir de 1980 foi em parte uma consequência não pretendida da virada neoliberal no mundo capitalista avançado” (idem, *ibidem*, p.132).

Às vésperas das reformas de Deng Xiaoping o Estado chinês ocupava quase todos os espaços da economia; os setores estratégicos eram dominados pelas Empresas de Propriedade do Estado (EPEs), as quais garantiam estabilidade de emprego aos seus funcionários, além de diversos benefícios sociais e previdenciários, e apresentavam um bom desempenho produtivo. Além disso, os governos distritais, municipais e provinciais detinham o controle de uma série de empresas estatais. No meio rural, a produção era estruturada em torno de sistemas comunais, de desempenho medíocre. Os trabalhadores agrícolas detinham muito menos benefícios, e de modo a evitar o êxodo rural, tinham sua circulação pelo território chinês rigidamente controlada. Como um todo, as diferentes estruturas produtivas estavam submetidas a sistemas regionais de planejamento, que determinavam as metas e os meios gerais de alcançá-las. O papel dos bancos era restrito, e se resumia a proporcionar recursos para investimentos não incluídos no orçamento estatal.

No bojo das referidas reformas, os sistemas comunais foram paulatinamente substituídos por um “sistema de responsabilidade social”. De início, foi concedido aos agricultores o direito de vender sua produção excedente no mercado⁷⁸⁰, sem submetê-los aos preços estatais, que, na prática, logo foram eliminados; com o tempo os agricultores puderam arrendar suas terras, contratar mão-de-obra assalariada, e vender toda sua produção no mercado. A produção agrícola disparou, mas nem por isso a desvantagem dos trabalhadores rurais em relação aos urbanos foi eliminada; ao contrário, com a destruição do sistema comunal, vários serviços outrora acessíveis gratuitamente passaram a ser cobrados dos agricultores, e, relativamente aos trabalhadores urbanos, suas rendas declinaram fortemente. Como resultado, grandes massas foram forçadas a migrar ilegalmente para as grandes cidades⁷⁸¹.

Ademais, com base nos ativos outrora em mãos das comunas foram criadas as Empresas de Cidades e Vilas (ECVs)⁷⁸², sob controle dos governos locais, e inseridas num quadro que estimulava a iniciativa e a competição no mercado. Além disso, permitiu-se e se fomentou a criação de inúmeras empresas privadas e, posteriormente, abriu-se a economia para investimentos estrangeiros⁷⁸³, que passaram a se associar às ECVs e às EPEs, e em muitos casos a suplantá-las. O

⁷⁸⁰ No bojo do Sistema de Responsabilidade Familiar, vigente entre 1978 e 1983. Cf. Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.375

⁷⁸¹ A taxa de urbanização chinesa alcançava uma média de 15% na primeira metade da década de 2000. Em 1983 foi concedida, pela primeira vez no período de uma geração, a permissão para que trabalhadores deixassem suas aldeias, podendo se dedicar ao comércio de longa distância e ao setor de transporte. Posteriormente eles foram autorizados a trabalhar em cidades vizinhas (idem, *ibidem*, p.367).

⁷⁸² Ou Empresas de Aldeias e de Municípios, em outras traduções. Segundo Arrighi, sua criação se relaciona à descentralização fiscal em curso, que garantiu aos governos locais melhores condições para intervir no desenvolvimento econômico da região, e à mudança nos processos avaliativos dos quadros governamentais, que passaram a ser feitos com base no desempenho econômico. “Sendo financeiramente auto-suficientes em sua maioria, elas também se tornaram os principais agentes da realocação de excedentes agrícolas para a realização de atividades industriais com uso intensivo de mão-de-obra que pudessem absorver produtivamente o excesso de trabalhadores rurais” (idem, *ibidem*, p.367).

⁷⁸³ Esse processo transcorreu por etapas: primeiro criou-se zonas econômicas especiais (ZEEs) no sul da China, onde as empresas estrangeiras gozavam de isenções de impostos, liberdade para remeterem seus lucros ao exterior, e investimentos em infra-estrutura. Não obstante, os resultados foram decepcionantes, e a resposta foi a criação de cidades costeiras abertas e regiões econômicas abertas. Em 1995 todo o país foi aberto ao investimento externo, que colocou em dificuldades as ECVs e as EPEs, e produziu uma onda de falências, entre 1997 e 1998.

sistema bancário estatal agigantou-se, e se tornou o principal fornecedor de crédito às empresas estatais e privadas.

Nesse processo, o outrora sólido sistema de proteção trabalhista foi se deteriorando; as ECVs logo se notabilizaram pelos salários aviltantes e por não garantirem qualquer benefício aos seus empregados, e as EPEs enveredaram pelo mesmo caminho. Apesar da maior autonomia e “flexibilidade” que adquiriram, face à competição a que foram submetidas tais empresas viram piorar seus desempenhos, e em 1993 foram transformadas em empresas públicas de responsabilidade limitada ou em empresas por ações. Já em 1994 as EPEs se tornaram cooperativas por cotas, e na década de 2000 o governo chinês permitiu que elas fossem totalmente adquiridas por empresas estrangeiras.

Em 1978 o comércio exterior perfazia 7% do PIB chinês, enquanto na primeira metade da década de 1990 essa porcentagem subiu a 40%, e não mais declinou. Nesse período a participação da China no mercado mundial multiplicou-se por quatro, e em 2002 o investimento externo direto já respondia por 40% do PIB da China⁷⁸⁴. Entre 1998 e 2008 “as exportações chinesas haviam crescido, em termos de dólares, a uma taxa média anual de 23%, mais do dobro da taxa de crescimento do comércio mundial”⁷⁸⁵; desse modo, “a China ultrapassou a Alemanha e tornou-se em 2009 o maior exportador mundial. Em 1999 as exportações chinesas haviam correspondido a 3% das exportações totais, mas no final de 2009 chegaram quase a 10%, tanto quanto o Japão no máximo que este país atingira, em 1986”⁷⁸⁶.

É evidente que esse desempenho *sui generis* da economia chinesa não decorreu apenas dos baixos custos da mão-de-obra e da legislação industrial e trabalhista permissiva, que de modo algum constituem fatores desprezíveis⁷⁸⁷; nas últimas duas décadas a produtividade do trabalho foi incrementada a taxas elevadas⁷⁸⁸. Ademais, principalmente a partir da segunda metade da década de 1990 o governo chinês adotou uma política de investimentos colossais em mega-obras, relativas à infra-estrutura e a criação de parques industriais (desvio do curso de rios, hidrelétricas gigantescas, quilômetros e quilômetros de estradas e rodovias, trens-balas, criação de grandes cidades planejadas, etc.), o que foi reforçado por pesados investimentos japoneses, e também sul-

⁷⁸⁴ Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.146.

⁷⁸⁵ Bernardo, J. “Ainda acerca da crise econômica. 3) a China em primeiro plano”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p.

⁷⁸⁶ Idem, ibidem, s/p.

⁷⁸⁷ Em 2008 a compensação média dos operários industriais chineses era de US\$ 1,36 por hora, cerca de 4,2% da compensação dos operários industriais norte-americanos (Kliman, A. *The failure of capitalist production: Underlying causes of the great recession*. Londres: Pluto Press, 2012, p.186). Ademais, diz Kliman, “minha estimativa indica que [em 2008] a produtividade do trabalho chinesa estava próxima a 8,3% do nível norte-americano” (idem, ibidem, p.226).

⁷⁸⁸ “De acordo com um estudo efectuado por Harry Wu, da Universidade Hitotsubachi, e por Vivian Chen e Bart van Ark, da Conference Board, uma organização de pesquisa econômica sustentada por administradores de empresa, enquanto os custos das grandes empresas chinesas com a sua força de trabalho triplicaram entre 1995 e 2004, o *output* por trabalhador mais do que quintuplicou. Este aumento da produtividade levou os custos unitários do trabalho nas maiores empresas a caírem 43%, residindo aqui o fundamento mais sólido da posição hegemônica que a China começou a ocupar” (Bernardo, J. “Ainda acerca da crise econômica. 3) a China em primeiro plano”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p).

coreanos, os quais, junto com Taiwan, fornecem também importante parcela da mão-de-obra qualificada que trabalha na China⁷⁸⁹. Por outro lado, pouco se fala sobre isso, mas também foram feitas grandes inversões nas chamadas políticas sociais⁷⁹⁰.

Nota-se, assim, que na China a afirmação desmedida do lucro e do mercado não eliminou o dirigismo estatal⁷⁹¹. Ao contrário, desenvolveu-se uma versão chinesa do keynesianismo; como constatou João Bernardo, “num paradoxo que decerto os neoliberais não esperariam, na China os mecanismos do mercado serviram para reforçar o capitalismo de Estado”⁷⁹².

Por outro lado, também na China, as desigualdades sociais já gritantes no período precedente, sobretudo entre as massas rurais e urbanas, apenas se agravaram, ao mesmo tempo em que

“uma cultura consumista em ascensão surgiu nos principais centros urbanos, a que as crescentes desigualdades somam suas características específicas, como as comunidades fechadas e protegidas, com residências de alto nível (que trazem nomes como Beverly Hills) e espetaculares zonas privilegiadas de consumo, restaurantes e casas noturnas, centros de compra e parques temáticos em muitas cidades”⁷⁹³.

Por fim, diga-se também de passagem, em sintonia com tendências prevaletentes nos Estados Unidos, Harvey identifica um ascenso neoconservador na China. Em suas palavras, “... o autoritarismo, o apelo ao nacionalismo e a retomada de certas pressões de cunho imperialista sugerem que a China pode estar caminhando, ainda que de uma direção bem distinta, para uma confluência com a maré neoconservadora que hoje percorre com vigor os Estados Unidos”⁷⁹⁴.

*

Em meio a essa longa discussão, faltou salientar a singularidade do neoliberalismo, em oposição ao liberalismo “clássico”, o que, assevera Prado, é imprescindível para compreendê-lo. Em suas palavras,

“o liberalismo clássico compreendia o sistema econômico como ordem natural que se expandiria e se desenvolveria fortemente desde que as restrições mercantilistas e feudais fossem eliminadas. O neoliberalismo vê o sistema econômico como uma ordem moral frágil que precisa ser protegida da democracia de massas, das políticas de bem-estar social e das aspirações socialistas. No primeiro caso, o Estado apenas precisava atuar apenas como ‘guarda-noturno’; no segundo, ele

⁷⁸⁹ Por exemplo, no último período, a China criou três conglomerados industriais básicos; o delta do Rio Pérola (especializado em indústrias intensivas em mão-de-obra, “em produção e montagem de peças de reposição”); o delta do Yang-tsé (especializado em indústrias intensivas em capital, e na produção automobilística, de semicondutores, de computadores e de celulares), e Zhongguan Cun, o “Vale do Silício” da China (Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.362). Diga-se de passagem, um dos resultados desses investimentos e do estrondoso crescimento da economia chinesa, que há tempos vêm sustentando taxas médias de crescimento próximas ou superiores a 10%, foi a destruição ambiental numa intensidade incrível. Por exemplo, em dez anos o “desenvolvimento” chinês fez com que dezesseis de suas cidades dominassem o *rank* das vinte piores cidades do mundo em termos de qualidade do ar (Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.187).

⁷⁹⁰ “Em Janeiro de 2009 o governo chinês anunciou para o período de 2009-2011 um gasto suplementar de 850 bilhões de yuans, equivalentes então a 125 bilhões de dólares, destinado a fornecer assistência médica básica a pelo menos 90% da população em 2011” (Bernardo, J. “Ainda acerca da crise econômica. 6) a crise do neoliberalismo”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p).

⁷⁹¹ Cf. Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.362.

⁷⁹² Bernardo, J. “Ainda acerca da crise econômica. 6) a crise do neoliberalismo”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p.

⁷⁹³ Idem, ibidem, p.159. Ademais, “a China é hoje o maior mercado do mundo de Mercedes-Benz” (idem, ibidem, p.154).

⁷⁹⁴ Idem, ibidem, p.163.

tem de se comportar como ‘promotor de mercado’. Na perspectiva neoliberal o mercado (na verdade, todo o sistema de operação do capital) torna-se um valor absoluto⁷⁹⁵.

Assim, ao contrário do que reza o credo neoliberal⁷⁹⁶, o qual comumente sataniza o Estado, vê-se que este não é menos importante hoje do que foi há meio século. Ao contrário, o Estado neoliberal se encontra integral e inescapavelmente comprometido com a criação e manutenção das condições para o desenvolvimento da acumulação e para ampliar o domínio das elites⁷⁹⁷. Não obstante, protegida sob uma aura de neutralidade e objetividade, e pelo culto da técnica e dos especialistas, uma minoria foi encarregada da mobilização do aparato estatal e da tomada de decisões fundamentais, que supostamente escapariam à política e ao alcance da população em geral. Pelo contrário, fazer das questões elementares da economia objeto de debate geral significaria abalar as leis fundamentais de funcionamento dos mercados, acabando por solapar justamente as liberdades democráticas que tanto se almeja.

Assim, denuncia Harvey,

“tem constituído um talento especial da teoria neoliberal a capacidade de oferecer uma máscara benevolente, plena de palavras que soam prodigiosamente positivas, como liberdade de ação, liberdade de pensamento, escolha e direitos, para ocultar as realidades extremamente desagradáveis da restauração ou reconstituição do poder de classe nu e cru, tanto no plano local como no transnacional, porém mais especificamente nos principais centros financeiros do capitalismo global”⁷⁹⁸.

Por outro lado, quando as consequências negativas das políticas neoliberais vêm à luz, os apologistas invocam a cantilena da inelutabilidade; ora, se este sistema político e econômico não é perfeito, ele é simplesmente o melhor que foi possível à humanidade produzir. Nesse caso, o neoliberalismo

“surge como um sistema de relações sociais assimétricas e polarizadas e que gera inerentemente exclusão, mas com o qual é preciso se conformar já que ele vem a ser o único que permite a liberdade e a democracia representativa [...]. A contradição entre o trabalho e o capital não é, pois, ocultada; ela aparece de certo modo, mas é apresentada como uma espécie de moto-perpétuo concorrencial necessário à boa sociedade, para o qual não há – diz o neoliberalismo – alternativa”⁷⁹⁹.

⁷⁹⁵ Prado, E.F.S. “Capital Financeiro e Capitalismo Contemporâneo: qual a relação?”, 2012. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-posicao-2.pdf>.

⁷⁹⁶ “Segundo o qual os problemas serão mais bem resolvidos quanto mais espaço se der à lei do mercado” (Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.22).

⁷⁹⁷ O Estado neoliberal “deve ser, pois, um Estado que cria ativamente as condições para a acumulação de capital, que protege os monopólios das crises econômicas, que enfraquece o poder dos sindicatos de trabalhadores assalariados, que despoja os trabalhadores da seguridade social, que privatiza as empresas públicas, que transforma a oferta de bens públicos (como as estradas, os portos, etc.) em serviços mercantis, que não só levanta, enfim, os obstáculos ao funcionamento dos mercados e das empresas, mas é capaz de criar as condições para estas últimas operem de modo lucrativo” (Prado, E.F.S. “Pós-grande indústria e neoliberalismo”. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005, p.132-3.) Ou ainda, “com o neoliberalismo, o Estado torna-se diretamente comprometido com a recuperação e manutenção da taxa de lucro num nível adequado para a continuidade do capitalismo” (idem, ibidem, p.133).

⁷⁹⁸ Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.129.

⁷⁹⁹ Prado, E.F.S. “Pós-grande indústria e neoliberalismo”. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005, p.134.

De modo contundente, Paulo Arantes considera o neoliberalismo um “rolo compressor de frases feitas e abstrações mortíferas” e a “utopia da exploração sem limites”⁸⁰⁰. Traçando analogias entre o neoliberalismo e o marxismo vulgar, Arantes propugna que ambos constituem “aparatos ideológicos igualmente predadores e ‘totalitários’”⁸⁰¹, compartilhando uma “pretensão ingênua à cientificidade (o círculo inescapável da razão), a evocação escatológica do futuro radioso, a indiferença com respeito aos seus próprios fracassos (a irrefutabilidade das próprias teorias de abrangência máxima, que, por definição, não se deixam desmentir nem corroborar pelo varejo das evidências empíricas), mas sobretudo o paroxismo farsesco da determinação econômica em última instância”⁸⁰². Não obstante, “... o fundamentalismo do ‘pensamento único’ não seria tão avassalador se a realidade não lhe correspondesse com um economicismo fundamentalista [...], tudo se passa como se na ruptura de época que estamos atravessando, ideologia e realidade corressem uma para outra”⁸⁰³.

Além do forte presença estatal, em todos os casos considerados, vimos que a consolidação do neoliberalismo implicou em grande concentração de renda⁸⁰⁴ - no bojo de uma guerra ostensiva contra os trabalhadores e suas organizações políticas⁸⁰⁵ -, e em estagnação econômica⁸⁰⁶. De acordo com as estimativas do Banco Mundial, enquanto a taxa agregada de crescimento global superou um pouco os 3% ao ano, entre 1960 e 1973, na década de 1970, ela caiu para aproximadamente 2,5%, trajetória que se manteve na década de 1980 (chegando a cerca de 1,5%), até se reduzir a aproximadamente 1%, na década de 1990. Entre 1973 e 2008, essa taxa não atingiu os 1,5%⁸⁰⁷. No que tange à concentração de renda, nos Estados Unidos, por exemplo, vemos que, antes da Segunda Guerra Mundial, o 1% mais rico da população norte-americana detinha cerca de 16% da renda nacional, parcela que caiu para menos de 8% depois do fim do conflito, e assim permaneceu por trinta anos. Com a crise do início da década de 1970 essa parcela tendeu a cair, até a “revolução neoliberal”, que fez com que os níveis de concentração de renda chegassem próximos

⁸⁰⁰ Arantes, P.E. “O ‘Pensamento Único’ e o Marxista Distraído”. In: *Zero à Esquerda – Paulo Eduardo Arantes*. São Paulo. Conrad Editora do Brasil, 2004. (Coleção Baderna), p.122. “O momento atual de reunificação do mercado mundial (a ‘livre empresa’), inaugurado pelo neoliberalismo a partir de 1980, estendeu-se ao conjunto do planeta com a queda soviética. O caos que gerou atesta seu caráter de ‘utopia permanente do capital’” (Amin, S. “Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p.88).

⁸⁰¹ Arantes, P.E., op.cit., p.123.

⁸⁰² Idem, ibidem, p.128.

⁸⁰³ Idem, ibidem, p.121.

⁸⁰⁴ “Constatamos que a parte da renda destinada à remuneração do trabalho cai sistematicamente entre 1980 e 2005 nos países avançados. É o efeito prático mais direto do neoliberalismo” (Dowbor, L. “A crise financeira sem mistérios”. Disponível em: <http://diplo.org.br/2009-01.a2772>, p.9).

⁸⁰⁵ “A contra-revolução monetária de Reagan-Thatcher se orientou realmente a socavar este poder [dos trabalhadores], esta capacidade das classes trabalhadores de se proteger, e se este não foi seu único objetivo, foi um dos principais” (Arrighi, G. Entrevista a David Harvey. Publicada em 26 de maio de 2009, na Revista Rebellion http://www.rebellion.org/noticia_pdf.php?id=85959, p.15).

⁸⁰⁶ “As políticas neoliberais não inverteram o sentido da taxa de crescimento mundial. Ao contrário, elas foram contemporâneas do prosseguimento de sua redução (Chesnais, F. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: Chesnais, F. (org). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.59).

⁸⁰⁷ Cf. Kliman, A. op.cit, p.53, e Chesnais, F. (org). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.59.

ao nível pré-Segunda Guerra. Ademais, “o 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos *CEOs* (*Chief Executive Officer*) passou de apenas 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000”⁸⁰⁸.

Se Harvey está correto ao defender a tese de que, em síntese, a neoliberalização consiste em “um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas”⁸⁰⁹ - de tal modo que suas dimensões ideológicas, políticas, culturais, psíquicas etc. estariam, portanto, a serviço desse duplo objetivo -; vemos que este foi plenamente exitoso apenas na consumação da última dessas metas. Em suas palavras, “a principal realização substantiva da neoliberalização foi, no entanto, redistribuir, em vez de criar, riqueza e renda”⁸¹⁰.

Não obstante, como mais uma vez aponta acertadamente Prado, não se pode explicar a gênese e o alcance do neoliberalismo simplesmente como resultado de um conjunto de políticas deliberadas, como parecem julgar diversos dos autores citados⁸¹¹, e mesmo como um produto da configuração assumida pela luta de classes na segunda metade do século XX. Ao contrário, faz-se necessário considerar uma série de determinações próprias ao “evoluir da relação de capital em suas formas historicamente determinadas”⁸¹².

Para avançarmos nesse caminho, consideramos agora a dimensão mais propriamente financeira da atual dinâmica de acumulação de capital.

4. Financeirização

“Creio que todos concordarão”, diz Jameson, “que o capital financeiro, junto com a globalização, é um dos traços distintivos do capitalismo tardio, ou seja, do atual estado peculiar das

⁸⁰⁸ Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.26.

⁸⁰⁹ Idem, ibidem, p.27. Em sentido parecido, diz Wallerstein que “Margaret Thatcher lançou o chamado neoliberalismo, que era na realidade um conservadorismo agressivo de um tipo que não era visto desde 1848, e que envolveu uma tentativa de reverter a redistribuição do Estado de Bem-Estar, de modo a beneficiar as classes superiores e não as classes mais baixas” (Wallerstein, I. “Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo”. In: *Uma nova fase do capitalismo?*. São Paulo: Xamã, 2003, p.80). Do mesmo modo, Chesnais propugna que “o objetivo do neoliberalismo, cuja expressão foi a ‘revolução conservadora’ de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan, era recolocar o poder e a riqueza tão plenamente quanto possível nas mãos da fração superior das classes capitalistas e das instituições onde se concentra sua capacidade de ação (Chesnais, F. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: Chesnais, F. (org). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.58-9). Duménil e Lévy, por seu turno, dizem que “o que o define [o neoliberalismo], para falar mais precisamente, é a reafirmação (e as formas) de um poder de classe” (Duménil, G.; Lévy, D. “O Neoliberalismo sob a Hegemonia Norte-Americana”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.88). Cf., ainda, Panitch, L.; Gindim, S. “Global Capitalism And American Empire”, p.19.

⁸¹⁰ Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.41-2.

⁸¹¹ Por exemplo, diz Plihon: “são, pois, escolhas políticas alicerçadas sobre a doutrina neoliberal – efetuadas pelos governos dos principais países industrializados e depois impostas ao resto do mundo, no contexto do Consenso de Washington – que estão na origem da passagem a essa nova fase do capitalismo” (Plihon, D. “As grandes empresas fragilizadas pela finança”. In: Chesnais, F. (org). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.135).

⁸¹² Prado. E.F.S. “Capital Financeiro e Capitalismo Contemporâneo: qual a relação?”. Disponível em: Prado. E.F.S. “Capital Financeiro e Capitalismo Contemporâneo: qual a relação?”. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-posicao-2.pdf>, p.3.

coisas”⁸¹³. De fato, trata-se de uma constatação amplamente consensual. No entanto, quando passamos ao plano da análise teórica, mesmo dentre os marxistas esse consenso se desfaz. Considerar-se-á aqui duas abordagens distintas e nalguns aspectos concorrentes, sobretudo com base na obra de Chesnais e de Robert Brenner.

4.1. As teses da “mundialização” e da “financeirização” do capital, e a noção de “regime de acumulação com dominância financeira”.

Há anos um conjunto de autores, oriundos de países diversos, dedica-se à investigação daquilo que identificam como o processo contemporâneo de mundialização e de financeirização do capital, empregando noções de regime de acumulação e de modo de regulação “financeirizados” ou “com dominância financeira”⁸¹⁴. François Chesnais, bastante conhecido nos meios marxistas, chegou ao tema por meio de uma longa investigação sobre a configuração e a dinâmica dos grandes conglomerados multinacionais do setor industrial e de serviços, investigação essa que deu origem à obra *A mundialização do capital*. À luz de sua produção teórica vindoura, nesse momento, à “financeirização”, da qual Chesnais já falava, era atribuída ainda um papel subordinado, em favor da grande empresa multinacional, caracterizada por ter no mercado mundial seu campo de atuação. No entanto, já no prefácio à edição brasileira dessa obra, escrito dois anos depois, ao focar o desenvolvimento dos mercados de eurodólares, de eurobônus e de euro-ações, bem como a proliferação de outros mercados *offshore* e de paraísos fiscais, Chesnais identificara a existência de um novo “estilo de acumulação”, baseado em imensas massas de capital monetário concentradas nos fundos de pensão, nos fundos mútuos, e nos fundos de *hedge*⁸¹⁵.

⁸¹³ Jameson, F. “O tijolo e o balão: arquitetura, idealismo e especulação imobiliária”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002.p.173.

⁸¹⁴ Dentre eles, estão Gérard Duménil, Dominique Lévy, Michel Husson, Claude Serfati, Catherine Sauviat, Dominique Plihon, Suzanne de Brunhoff, Robert Guttman, Frédéric Lordon, André Orléan, André Gauron, e François Chesnais. Aqui no Brasil, José Braga emprega de modo pioneiro a noção de dominância financeira; já em 1985, diz ele que “a valorização e a concorrência operam sob a dominância da lógica financeira [...] [Não] se trata mais de que os capitalistas se utilizem da intermediação financeira para um processo de produção que é o meio de valorização [...] [e busquem] valorizar-se simultaneamente através do processo de renda (vinculado diretamente à produção) e do processo de capitalização” (Braga, J.C.S. *A Temporalidade da Riqueza*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Unicamp, 1985, p.374-5). Mais recentemente, esse autor defende que, “no capitalismo contemporâneo, segundo nossa hipótese, a *financeirização é o padrão sistêmico de riqueza*” (idem, “Financeirização global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.195). Diga-se de passagem, em seu último artigo publicado ainda em vida, Sweezy defende que “as três tendências mais importantes na história recente do capitalismo, no período que começa na recessão de 1974-5: 1) a diminuição da taxa geral de crescimento; 2) a proliferação das corporações multinacionais monopolistas (ou oligopolistas) em escala mundial; e 3) o que pode ser chamado de financeirização do processo de acumulação de capital” (Sweezy, P.M. “More (or Less) on Globalization”. *Monthly Review*. Vol.49, n.4, setembro de 1997, p.3-4). Sempre em sua esteira, seus fiéis seguidores e colaboradores da *Monthly Review* teorizaram sobre uma suposta transição do capitalismo industrial monopolista para o capitalismo financeiro monopolista (cf. Foster, J.B.; McChesney, R.W.; Jonna, R.J. “The Internationalization Of Monopoly Capital”. *Monthly Review*, Vol. 63, n.2, junho de 2011. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2011/06/01/the-internationalization-of-monopoly-capital>, p.17; cf. Peet, R. “Contradictions of Finance Capitalism”. *Monthly Review*, vol.63, n.7, dezembro de 2011. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2011/12/01/contradictions-of-finance-capitalism>, p.4).

⁸¹⁵ Segundo a “Introdução Geral” de Chesnais ao livro *A mundialização financeira*, publicado em 1996, “o livro anterior [*A mundialização do capital*] havia sido escrito partindo da idéia de que a mundialização do capital constituía uma etapa a mais no processo de internacionalização do capital produtivo [...]. A partir dos dados e das análises reunidos neste novo livro, um deslocamento qualitativo se impõe. É da esfera financeira que é necessário partir se desejarmos compreender o movimento em seu conjunto” (Chesnais, F. (org) *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p.7).

Pode-se dizer que o regime de acumulação com dominância financeira corresponde a uma fase particular do desenvolvimento capitalista, a qual teria surgido na década de 1980, no bojo da “contra-revolução neoliberal” catapultada pelas administrações de Thatcher e Reagan⁸¹⁶. O “capital financeiro” - o “capital [que] busca fazer dinheiro sem sair da esfera financeira”⁸¹⁷ -, ou o “capital fictício”, nas designações de Chesnais, “não foi levado ao lugar que hoje ocupa por um movimento próprio [...]. Antes que ele desempenhasse um papel econômico e social de primeiro plano, foi necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento dos capitais e desregulamentar e desbloquear seus sistemas financeiros”⁸¹⁸, estimulando grandes ondas financeiras, em meio às quais se destacaram o desenvolvimento dos mercados *off-shore*, a reciclagem dos petrodólares, e a securitização das dívidas.

A partir desse momento ter-se-ia consolidado uma totalidade comandada pelas finanças, caracterizada por uma rígida hierarquia – dentro da qual, por dispor da mais importante praça financeira e da moeda mundial, o sistema financeiro norte-americano preponderaria sobre os demais -, pela falta de controle e de supervisão por parte de órgãos reguladores e fiscalizadores, e pelo fato de a integração entre mercados ser prerrogativa dos próprios operadores, que teriam no mimetismo um traço central de seu comportamento⁸¹⁹.

Segundo José Braga, no bojo desse processo ocorre forte substituição das moedas por ativos financeiros, e é gestado um quadro de severa fragilidade financeira, no interior do qual os bancos e instituições financeiras

“promovem a interpenetração dos mercados creditício e de capitais; alimentam a expansão autonomizada da circulação financeira (nacional e mundial); atuam como centros privados de emissão monetária, através dos ativos de tipo quase-moeda; ampliam a liquidez, em grau significativo, à margem do Banco Central; dão à gestão da riqueza o caráter de gestão de ativos (*professional and performance-oriented asset management*)”⁸²⁰.

Em síntese, o regime de acumulação com dominância financeira consiste em “um sistema de relações econômicas e sociais internas e internacionais cujo centro é a finança e que está apoiado nas instituições financeiras e políticas do país hegemônico em escala mundial”, cuja função seria a de garantir a aferição de rendas financeiras em escala mundial, com grande impacto sobre as “principais grandezas macroeconômicas”⁸²¹.

⁸¹⁶ O “mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais” (idem, “Introdução”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 36).

⁸¹⁷ Idem, “Introdução”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35. Ou o “capital portador de juros (também designado ‘capital financeiro’ ou simplesmente ‘finança’)” (idem, “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.37).

⁸¹⁸ Idem, *ibidem*, p.37.

⁸¹⁹ Idem, *ibidem*, p.12.

⁸²⁰ Braga, J.C.S. “Financeirização global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.206.

⁸²¹ Chesnais, F. “Apresentação à edição brasileira”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.26, e idem, “Mundialização: o capital financeiro no comando”, *Revista Outubro*, n.5, 2000, p.16, respectivamente. Cf. idem, “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e

No intuito de apresentar uma definição mais rigorosa, Chesnais fala de um regime marcado pela preponderância do “capital portador de juros”, remetendo à Marx⁸²². Seria essa forma do capital, ávida por valorização rápida e por liquidez, que presidiria o funcionamento global da economia, e residiria aqui a novidade: se foi Marx quem definiu a possibilidade de supremacia do capital portador de juros sobre as demais formas de capital⁸²³, à luz de seu contexto histórico, ele a teria circunscrito a períodos curtos, situados no final da fase ascendente do ciclo econômico. Ao contrário, atualmente tal domínio teria adquirido “caráter estrutural”, prolongando-se no tempo.

Por outro lado, as crises características da atual fase da acumulação apresentariam traços que a distinguem das crises “clássicas” de sobreacumulação: em primeiro lugar, não expressariam a culminância de um processo duradouro de expansão econômica, um aspecto de seu “transbordamento”, mas se sucederiam em meio a um período estendido de estagnação ou de parco crescimento; nesse sentido, e isso tem grande relevância teórica, as crises financeiras contemporâneas não prenunciariam amplos processos de desvalorização e destruição de massas de capital pouco produtivo e competitivo, no bojo dos quais a produção e o comércio se estancariam ou retrairiam momentaneamente, até a ativação suficiente das causas contra-atuantes e a retomada da fase ascendente do ciclo econômico⁸²⁴.

Mas, o que explica essa monumental migração de grandes massas de capital em busca de valorização financeira⁸²⁵? A resposta de Chesnais é simples: as crescentes dificuldades de se lograr uma taxa aceitável de lucro na esfera produtiva⁸²⁶, sobretudo ao longo da década de 1970; ou seja, a base desse processo residiria na existência de grandes massas de capital impossibilitadas de

políticos”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.52; e também idem, “A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: *Uma nova fase do capitalismo?*. São Paulo: Xamã, 2003, p.46).

⁸²² Idem, “A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações”. Revista *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002, p.4.

⁸²³ “A hipótese de um regime de acumulação submetido a uma finança que se poderia constituir - momentaneamente - como uma potência econômica e social ‘autônoma’, frente à classe operária e também a outras frações do capital, foi vislumbrada por Marx. Ele a associa ao fetichismo particular da forma dinheiro, levado à sua forma extrema” (idem, “A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p.46). Noutro texto, Chesnais afirma que Marx “foi o primeiro, e em muitos aspectos o único teórico do capitalismo que desentranhou plenamente seu caráter de capital fictício” (Chesnais, F. “Raiz, gênese y consecuencias do crash bursátil”. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/print/revista-herramienta-n-22/raiz-geneses-y-consecuencias-del-crash-bursatil>, p.2).

⁸²⁴ Cf. Chesnais, F. “Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica”. In: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p.252.

⁸²⁵ Em 1980 o volume de transações transnacionais norte-americanas com ativos financeiros perfazia 9,3% do PIB desse país, e saltou para 109,4% do PIB em 1992. No mesmo período, no Japão essa marca sobe de 7% para 70%; na Alemanha, de 7,5% para 91,2%; e na Inglaterra, de 266% para 1015,8% (cf. Tavares, M.C. “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.60). Segundo Paulani, entre 1981 e 2007, “o PIB mundial cresceu 314%, ou 4,1 vezes, enquanto a riqueza financeira mundial cresceu, no mesmo período, 1.292%, ou 13,9 vezes” (Paulani, L. M., “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. Revista *Estudos Avançados*, n.23 (66), 2009, p.29-30), desconsiderando-se nesse cálculo, evidentemente, o valor dos derivativos. Sobre a evolução da porcentagem dos ativos financeiros em posse dos fundos de pensão, dos fundos mútuos e das companhias de seguro em relação ao PIB dos países centrais, cf Chesnais, F. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.45-46, e idem, *Tobin or Not Tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. São Paulo: Editora Unesp; ATTAC, 1999, p.34.

⁸²⁶ “As taxas de lucro, que atingem mais de 20% no início dos anos 1960, caem para cerca de 12% em 1982 ou 1983” (Duménil, G.; Lévy, D., *Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo*. In: *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p.18-9).

aplicação ou reaplicação à esfera produtiva. Em suas palavras, “a reconstituição de uma massa de capitais procurando se valorizar fora da produção, como capital de empréstimo e de aplicação financeira, tem por origem o esgotamento progressivo das normas de consumo e a baixa rentabilidade dos investimentos industriais (fato visível nas estatísticas)”⁸²⁷.

Tendo, por conseguinte, origem na “indústria”, e diante de condições cada vez mais privilegiadas para tanto, o capital aplicado nos circuitos financeiros experimentaria múltiplos mecanismos de expansão (fictícia), mas nem por isso deixaria de depender de sucessivas punções *contra* a esfera produtiva⁸²⁸. Logo, por seu caráter fundamentalmente rentista, esse regime de acumulação provocaria verdadeiras sangrias na esfera produtiva, sua fonte vital, e com isso estariam sendo engendradas crises cada vez mais abrangentes, devido à falta de investimentos produtivos e à natureza crescentemente especulativa, e mesmo fraudulenta, da dinâmica global da acumulação. Mesmo os movimentos de fusão e aquisição, que em *A mundialização do capital* por vezes eram apresentados como mecanismos de “reestruturação produtiva” das grandes empresas e como indícios da importância da esfera produtiva, são revelados agora como seu oposto: instrumentos de submissão da indústria às finanças, cuja manipulação visa ao inchaço especulativo do valor nominal dos ativos e à realização de mega-operações de alavancagem - e é nesse registro que teriam se multiplicado as operações “fora do balanço” e as fraudes contábeis -, e não ao nível e à qualidade da produção futura, de tal modo que se tornaram comuns os casos de sucateamento, de desmembramento e de venda de empresas outrora unitárias e produtivas. Dessa maneira, a financerização, que também dependeria fartamente da transferência de recursos para a esfera financeira por meio da dívida pública e de diversas políticas estatais deliberadas, estaria antes prejudicando o motor da acumulação de capital⁸²⁹. Eis o “caráter insaciável das finanças”⁸³⁰,

⁸²⁷ Idem, *ibidem*, p.40; cf. idem, *ibidem*, p. 17. No mesmo sentido, cf. Guttman, R. “As mutações do capital financeiro”. In: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p.66, e Gowan, P. *op.cit.*, p.201).

⁸²⁸ “A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações. Os capitais que os operadores financeiros põem para valorizar, através de suas aplicações financeiras e das arbitragens entre diversos tipos de ativos, nasceram invariavelmente no setor produtivo e começaram por assumir a forma de rendimentos que se constituíram na produção e intercâmbio de bens e serviços. Uma parcela desses rendimentos – hoje em dia uma parcela elevada - é captada ou canalizada em benefício da esfera financeira, e transferida para esta. Só depois dessa transferência é que podem se dar, dentro do campo fechado da esfera financeira, vários processos de valorização, em boa parte fictícios, os quais fazem inchar ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros” (Chesnais, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 15). “Em suma, a esfera financeira é um dos campos de valorização do capital, que deve gerar lucros como em qualquer outro setor. O problema, de ordem macroeconômica e também de ordem ético-social é que, devido às características próprias da moeda, tais lucros formam-se sucessivamente a transferências provenientes da esfera da produção, onde são criados o valor e os rendimentos fundamentais” (idem, *ibidem*, p.240-1). “A crise em gestação carrega a marca de um regime de acumulação predominantemente financeira que é voltado de forma tão forte para a apropriação e a centralização de riquezas que acaba por desconhecer as condições de sua criação (idem, “Os *crashes* financeiros asiáticos e os mecanismos de propagação internacional de crise econômica”. In: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p.296). Cf. Gowan, P. *op.cit.*, p.34, e Guttman, R.; Plihon, D. “Consumer Debt at the Center of Finance-Led Capitalism”. CEPN, Paris-Nord, 2008. Disponível em: www.univ-paris13.fr/CEPN/col_guttman_plihon_1.pdf, p.5.

⁸²⁹ Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.15. Segundo José Carlos Braga, “o Estado passa em pleno auge neoliberal a ser o garantidor, o corregulador, o orquestrador da macroeconomia da riqueza financeira por meio da macroestrutura financeira público-privada [...]. Verificou-se ao longo dos últimos tempos um Estado cada vez menos da macroeconomia do emprego e da renda (nesse caso é o Estado mínimo, vale o liberalismo) para ser um Estado da macroeconomia da riqueza financeira (nesse caso, o Estado máximo, interventor)” (Braga, J.C., “Crise sistêmica da financerização e a incerteza das mudanças”. In: *Estudos Avançados*, 23 (65), 2009, p.93).

que se soma ao seu caráter “despótico”, relacionado à submissão de governos nacionais aos seus anseios arrivistas⁸³¹.

Nessa abordagem, as finanças e a produção teriam “lógicas” bastante distintas; haveria uma nítida “exterioridade” das primeiras em relação à última. No entanto, “a finança conseguiu alojar a ‘exterioridade da produção’ no próprio cerne dos grupos industriais”⁸³². Logo, e sobretudo mediante a compra das ações das grandes empresas por investidores financeiros⁸³³, estaria sendo imposta uma lógica imediatista (“curto-prazista”) e destrutiva à esfera produtiva⁸³⁴; com isso, toda a dinâmica da empresa se voltaria à promoção, a todo custo, inclusive por meio de fraudes, de inchaços nos preços das ações, e na mobilização de recursos para serem valorizados nos mercados financeiros, em detrimento da sustentação da produção a médio e longo prazo⁸³⁵. Assim, no interior das grandes corporações, generalizou-se um arranjo no qual os tomadores de decisão gozavam de grande autonomia, e a coordenação de suas ações era dificultada pela estrita separação entre departamentos, pelas regras de sigilo e de competição entre os funcionários por maiores remunerações, sempre e cada vez mais atreladas ao desempenho financeiro das empresas, e pela inexistência de estruturas internas adequadas para o planejamento e o controle das operações. Ademais, as operações fora do balanço e a multiplicação de instituições para transferência de riscos e para se escapar à fiscalização e à tributação reforçavam essa estrutura interna auto-referenciada, e

⁸³⁰ Chesnais, F. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.62.

⁸³¹ Ao remeter às crises cambiais no sistema monetário europeu, nos anos de 1992 e de 1993, propugna Chesnais que “... são os fundos de pensão e os fundos mútuos de investimento que decidem o resultado do conflito travado no mercado cambial, em detrimento dos governos e a favor do melhor meio de lhes impor suas exigências” (Chesnais, F., *Tobin or Not Tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. São Paulo: Editora Unesp; ATTAC, 1999, p.33). Cf. Serfati, C. “O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia”. In: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p.146.

⁸³² Chesnais, F. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 54.

⁸³³ Cf. idem, ibidem, p.37, e idem, “Mundialização: o capital financeiro no comando”, *Revista Outubro*, n.5, 2000, p.8.

⁸³⁴ “Sob influência da esfera financeira e da preferência pela liquidez, o horizonte temporal de valorização do capital industrial tende a reduzir-se cada vez mais e a alinhar-se, mundialmente, ao que diversos autores norte-americanos caracterizaram como ‘short-termism’” (idem, *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.16). Focando o sistema bancário, Ricardo Carneiro também trata do desenvolvimento do “curto-prazismo”, por meio da “financeirização dos balanços”. Uma vez que uma parte crescente dos depósitos bancários passa a pagar juros, em detrimento dos depósitos à vista ou não remunerados, por um lado os custos do passivo bancário aumenta, posto que os saldos de caixa também devem ser remunerados; por outro, aumenta a autonomia desses passivos em relação à reserva bancária, por meio da conversão de dinheiro em poder do público em depósito remunerado. Ademais, com a securitização dos empréstimos aumenta a liquidez dos ativos, que são constantemente reavaliados diante das oscilações das taxas de juros. Assim, para se proteger e para se valer das possibilidades de auferir ganhos rápidos e vultosos, os bancos são levados a restringir a duração dos ativos (Carneiro, R. “Globalização e integração periférica”. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 126, jul. 2007, p.16). “Nesse contexto, de ampliação de liquidez dos ativos e acesso ampliado a passivos remunerados, a questão bancária chave deixa de ser a gestão de liquidez e passa a ser a gestão da solvência” (idem, ibidem, p.15). Cf. Guttman, R. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, 82, novembro de 2008, p.27.

⁸³⁵ “O preço da ação é, portanto, a variável-chave em torno da qual a gestão corporativa organiza a sua atuação, incitando aquisições frequentes de ações, o uso de ações como moeda, o afrouxamento das normas contábeis e a manipulação de demonstrações financeiras” (idem, ibidem, p.12). Segundo Gowan, “... a relação entre o setor produtivo e o setor financeiro é aquela onde o setor produtivo é determinante, mas o setor financeiro é dominante” (Gowan, P. *A Roleta Global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.35), e os instáveis equilíbrios que se estabelecem respeitam em boa medida o ciclo financeiro (idem, ibidem, p.36). Para Guttman, “o capitalismo dirigido pelas finanças tem dado prioridade ao capital fictício, cujos novos condutos, como derivativos ou valores mobiliários lastreados em ativos, estão a vários níveis de distância de qualquer atividade econômica real de criação de valor” (Guttman, R. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. *Novos Estudos CEBRAP*, 82, novembro de 2008, p.22).

por vezes autista. Por outro lado, extrapolando os limites internos dos conglomerados, os auditores externos eram bastante ineficientes, e as agências de classificação de risco eram incapazes de realizar avaliações objetivas, dado sua implicação direta nos mercados e nas empresas que elas deveriam julgar.

Teria havido, desse modo, uma inversão sem precedentes na história. Nas palavras de Chesnais,

“o caráter de fetiche das relações capitalistas foi multiplicado por dez com o ressurgimento, numa escala sem precedente histórico, das operações do capital que conserva a forma dinheiro e se valoriza por punções nas rendas formadas na produção de valor e de mais-valia, mas sem sair da esfera financeira. [...] No momento em que Marx escrevia [...] as operações do capital dinheiro eram ainda de um montante muito pequeno. Elas eram, sobretudo, subordinadas ao movimento do capital industrial e não pretendiam reger a atividade social, de parte à parte, como hoje”⁸³⁶.

Dessa maneira, a lógica do capital financeiro estaria “colonizando” não somente a produção, mas o conjunto das esferas da vida social contemporânea⁸³⁷.

Diga-se de passagem, em obras mais recentes, Chesnais restringe enfaticamente da existência do “regime financeirizado” aos Estados Unidos, percebendo que em nenhum outro país haveria as condições para sua emergência⁸³⁸. Nesse sentido, diz ele, seria preciso corrigir um “efeito óptico deformante” compartilhado por boa parte das análises sobre o capitalismo contemporâneo, que à luz da importância assumida pelos Estados Unidos, considera a dinâmica da

⁸³⁶ Idem, *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.18. Cf. idem, ibidem, p.239. De modo ainda mais enfático, Carcanholo e Nakatani sustentam que, atualmente, “o *capital industrial* converte-se em *capital especulativo* e sua lógica fica totalmente *subordinada* à especulação e *dominada* pelo parasitismo” (Carcanholo, R; Nakatani, P. *Capital especulativo parasitário versus capital financeiro*. Revista *Problemas del Desarrollo*, vol 32, nº 124. México, D.F., janeiro-março de 2001. Disponível em <http://www.rebelion.org/docs/24722.pdf>, p.3). Cf. também Carcanholo, R; Sabadini, M.S. “Capital fictício y ganancias ficticias”. *Herramienta* (Buenos Aires), v. 37, 2008.

⁸³⁷ “A propensão do capital portador de juros para demandar da economia ‘mais do que ela pode dar’ é uma consequência de sua exterioridade à produção. É uma das forças motrizes da desregulamentação do trabalho, assim como das privatizações. Mas ela tende, também, a modelar a sociedade contemporânea no conjunto de suas determinações” (Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 61). No mesmo sentido, Paulani assevera que “o fato de sua exterioridade em relação à produção ter se alojado no seio mesmo da esfera produtiva é que explica um sem-número de mudanças aí ocorridas, seja na relação de trabalho (crescimento do trabalho precarizado e informal, do número de trabalhadores temporários, autônomos e em tempo parcial etc.), seja na forma de gestão do processo de trabalho (trabalhadores flexíveis, toyotismo), seja ainda na organização do processo produtivo como tal (generalização do *Just in time*, costumeirização da produção, deslocalizações produtivas)”. E que “a prevalência da valorização financeira é qualitativa mais do que quantitativa”, e “a produção de renda e riqueza real passa a se dar sob a lógica dos imperativos da valorização financeira” (Paulani, L.M. op.cit., p.28). Ainda nesse texto, com base no caso do Brasil, Paulani trata mais detidamente do papel assumido pelos países periféricos no interior do novo modo de regulação. Em suas palavras, o “Brasil foi personagem da história da financeirização do capitalismo desde seu começo”. Em primeiro lugar, para cá afluíram quantidades expressivas de divisas no processo que culminaria com as chamadas crises da dívida dos países “subdesenvolvidos”. Depois disso, no decorrer da década de 1990 foi implementado todo o receituário proposto pelos Estados Unidos (geralmente por meio de suas correias de transmissão, o FMI, o Bird, etc.) para a inserção dos países periféricos no sistema financeiro mundial, como a desregulamentação e liberalização financeira e comercial, a estabilização monetária, a “reforma” da previdência, e que tais. Com isso, estabeleceu-se no Brasil uma daquelas poucas praças financeiras com alguma relevância, localizada fora das potências centrais, cumprindo um importante papel de ensejar ganhos financeiros extraordinários, em função das mais elevadas taxas de juros do planeta – à custa de um imenso endividamento público -, e na década de 2000, por meio das ondas de valorização do real, à mercê das operações com derivativos. Alguns dos efeitos imediatos dessa inserção no processo de mundialização financeira foram a queda de aproximadamente 40% na taxa de acumulação de capital fixo nos primeiros anos da década de 1980 – que se manteve nesse nível por mais de vinte anos -; além disso, os estoques de ativos financeiros cresceram num ritmo muito superior ao do estoque de ativos produtivos (a relação entre um e outro passou de “15% em 1992 para cerca de 75% em 2008”). Cf. idem, ibidem, p.34 e p.35.

⁸³⁸ Cf. Chesnais, F. “A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações”. Revista *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002, p.17.

acumulação meramente como uma “projeção sistêmica da hegemonia norte-americana”⁸³⁹. Outra novidade consistiria na constatação de que o capital estaria se desprendendo ainda mais de suas origens nacionais; se até então o grande capital “triático” - dos Estados Unidos, Europa e Japão, e suas respectivas áreas de influência direta - era o principal tributário do processo de mundialização, seja na forma das transnacionais, dos bancos e dos fundos de investimento, agora os espaços de valorização estariam se ampliando. Chesnais propugna que, “doravante é na condição de capital concentrado, *em qualquer lugar onde ele se forma ou se consolida*, que as instituições do regime liberalizado, desregulamentado e privatizado operam”⁸⁴⁰.

Como se pode ver, as análises de Chesnais e de alguns de seus colegas de pesquisa, ricas em dados empíricos, fornecem importantes contribuições para a compreensão acerca da gênese e do funcionamento da hodierna “financeirização”. No entanto, faz-se necessário pôr em relevo algumas deficiências dessa abordagem.

Em primeiro lugar, chama a atenção a imprecisão conceitual das análises desse autor⁸⁴¹, o qual emprega, em geral indistintamente, termos como “capital financeiro” (“*financier capital*”), “capital-dinheiro” (“*capital-argent*”), “capital de aplicação financeira” (“*capital de placement financier*”), geralmente traduzido no Brasil, de modo errôneo, como capital portador de juros), e “capital fictício” (“*capital fictif*”). Isso a despeito do fato de ser justamente a dimensão financeira da acumulação seu principal objeto de análise.

Primeiramente, no interior da obra de Marx não aparece uma noção como a de “capital de aplicação financeira”, que parece corresponder simplesmente a um montante monetário que é direcionado aos “mercados financeiros”; uma noção “vulgar”, por conseguinte. No entanto, em sua acepção marxiana - reivindicada por Chesnais e vários de seus colaboradores -, capital financeiro, capital-dinheiro, capital portador de juros e capital fictício são conceitos propriamente ditos, distintos entre si, e de grande complexidade, que não lograremos explorar na breve tratativa que daremos a eles agora.

A conceituação de capital financeiro (termo que não aparece na madura crítica marxiana à economia política) remete imediatamente à obra homônima de Hilferding, mas também ao

⁸³⁹ Idem, “Apresentação à edição brasileira”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.23. Pierre Salama e Mmmadou Camara, em texto da mesma coletânea, distinguem três tipos gerais de inserção dos países periféricos no interior do processo de mundialização; em suas palavras, “a África permanece uma região inserida pela dívida, enquanto a América Latina é mais pelos investimentos em carteira e a Ásia pelos investimentos diretos” (Salama, P.; Camara, M., “A inserção diferenciada com efeitos paradoxais dos países em desenvolvimento na mundialização financeira”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p 222).

⁸⁴⁰ Chesnais, F. “Apresentação à edição brasileira”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.22. “Durante os últimos quinze anos, e em particular durante a última etapa, desenvolveram-se, em determinados pontos do sistema, grupos industriais capazes de integrar-se como sócios de pleno direito nos oligopólios mundiais. Tanto na Índia como na China se formaram verdadeiros e fortes grupos econômicos capitalistas” (idem, “Como la crisis de 29, o más... Un nuevo contexto histórico”. Disponível em http://www.archivohile.com/Debate/crisis_08_09/crisis00038.pdf, p.3).

⁸⁴¹ Também criticada por Victor Klagsbrunn, em Klagsbrunn, V.H. “Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira”. In: *Crítica Marxista*, n. 27, 2008.

conjunto dos debates acerca do imperialismo, no interior dos quais se destacam Hobson, Rosa Luxemburgo, Lênin, Bukharin, Kautsky, e vários outros⁸⁴². À guisa de exemplo, de acordo com Hilferding o capital financeiro seria o resultado da crescente imbricação entre o capital industrial e o capital bancário, ou do empenho do capital bancário em atividades produtivas, sua *conversão* em capital industrial⁸⁴³.

Já o conceito marxiano de capital-dinheiro está longe de se identificar com essa acepção de capital financeiro; em oposição ao capital-mercadoria – a mercadoria recém-saída do processo produtivo, contendo mais-valia a ser realizada na circulação - e ao capital-produtivo – os meios de produção e a força de trabalho combinados no interior da empresa -, o capital-dinheiro simplesmente designa uma das formas – a forma-dinheiro - que o capital necessariamente assume no interior do processo de valorização, com referência à produção imediata, ou seja, o dinheiro enquanto capacidade de aquisição dos elementos produtivos⁸⁴⁴. Se o considerarmos em escala social, uma parte desse capital assume temporariamente a forma de tesouro, e outra, *ao ser emprestada*, adentra o circuito do comércio de dinheiro, e se converte em *capital portador de juros*, o *capital* em forma-dinheiro que é comercializado como *mercadoria*, um poder social, a potência de adquirir força de trabalho e meios de produção. Nessa condição, o dinheiro adquire um valor de uso particular, que é o de funcionar como capital, o de propiciar lucro (médio), mediante o devido investimento⁸⁴⁵.

⁸⁴² Cf. p. 238-40 adiante.

⁸⁴³ “A dependência da indústria com relação aos bancos é portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção [...]. O poder dos bancos cresce, eles se tornam fundadores e, finalmente, os soberanos da indústria, cujo lucro usurpam como capital financeiro, exatamente como o usurário se apoderava, outrora, do seu ‘juro’, do rendimento do trabalho dos camponeses e da renda do senhor da terra” (Hilferding, R. *O capital financeiro*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.219).

⁸⁴⁴ Cf. Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984 p.260.

⁸⁴⁵ Ao ser emprestado, o dinheiro “produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não-pago, mais-produto e mais-valia, e apropriar-se dele. Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria” (idem, *ibidem*, p.255). Apesar de não serem independentes, deve-se distinguir entre a demanda por dinheiro como meio de pagamento e crédito, relacionada à produção de novos valores, e a demanda como meio de compra, relacionada à realização. Em geral a primeira se encontra aquecida na fase ascendente do ciclo econômico, ao passo que a segunda é um índice da sobreacumulação. Ademais, deve-se notar que a demanda por dinheiro não é exclusiva dos capitalistas industriais, e tampouco da classe capitalista como um todo, mas tanto capitalistas quanto trabalhadores (e a sociedade como um todo) frequentemente buscam crédito para consumo, para financiamento imobiliário, entre outros. Portanto, a demanda por dinheiro provém da circulação de capital e de renda, e aqui também existe uma imbricação, posto que a concessão de crédito para consumo pode produzir efeitos similares aos da concessão de crédito aos capitalistas que possuem mercadorias não vendidas em seu estoque. Por sua vez, a oferta de dinheiro a juros está relacionada à disposição por parte dos industriais, financistas, comerciantes, e mesmo do Estado e dos trabalhadores a não deixar ociosos seus excedentes monetários, colocando-os em circulação como capital a juros. Tal oferta evidentemente não é independente do momento do ciclo econômico, mas pode se descolar até certo ponto do andamento da acumulação. Pode ser impactada por alterações nos fluxos de dinheiro-mercadoria, ou pela impressão exagerada ou insuficiente de dinheiro inconvertível, pode sofrer interferência direta dos processos distributivos, ou pode ser modificada rapidamente em função das mudanças de expectativas (que, por exemplo, determina fortemente a circulação de dívidas e de capital fictício). A despeito dessa complexidade, pode-se dizer que as condições

Anteriormente, falou-se da relação intrínseca entre o desenvolvimento do sistema de crédito e da grande indústria. Sem alongar demasiado a argumentação, haveria de se recordar do papel do sistema de dívida pública e do sistema internacional de crédito – público e privado - ao qual este deu origem, no interior da acumulação primitiva. Nas palavras de Marx, o sistema de crédito público é

“uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante. Porém, abstraindo a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que atuam como intermediários entre o governo e a nação — como também os arrendatários de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo do Estado rende o serviço de um capital caído do céu — a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia”⁸⁴⁶.

As origens desse sistema de crédito público são encontradas nas cidades-Estado italianas, e a partir daí ele se torna um fator determinante para a dinâmica do mercado mundial⁸⁴⁷, tendo se erguido por necessidade do corrompido corpo burocrático absolutista, mas também como meio de financiamento da guerra, e de outras atividades próprias ao Estado⁸⁴⁸. Sua base é o sistema tributário estatal, que incidia sobremaneira sobre os meios de subsistência, penalizando os pobres, estimulando as revoltas camponesas, e disciplinando os trabalhadores⁸⁴⁹.

Há de se reiterar também a importância do crédito no interior do processo de concentração e centralização de capital; na redução do tempo de rotação; na garantia da continuidade do

de demanda e oferta de capital portador de juros, determinadas em particular pela concorrência entre capitalistas monetários e industriais, bem como por fatores convencionais (“costume, tradição legal etc.”) e por contingências, acabam por conformar a taxa de juros como “grandeza efetiva”, a qual “não é de modo algum determinável por nenhuma lei”, encontrando na taxa média de lucro seu limite máximo (afora casos excepcionais), porém, sem um limite mínimo definido (idem, *ibidem*, p.269-77).

⁸⁴⁶ Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1996, p.373-4.

⁸⁴⁷ Segundo Marx, “o sistema de crédito público, isto é, das dívidas do Estado, cujas origens encontramos em Gênova e Veneza já na Idade Média, apoderou-se de toda a Europa durante o período manufatureiro. O sistema colonial com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais serviu-lhe de estufa. Assim, ele se consolidou primeiramente na Holanda. A dívida do Estado, isto é, a alienação do Estado — se despótico, constitucional ou republicano — imprime sua marca sobre a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos é — sua dívida de Estado” (idem, *ibidem*, p.373).

⁸⁴⁸ “Com as dívidas do Estado surgiu um sistema internacional de crédito, que freqüentemente oculta uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo. Assim, as vilezas do sistema veneziano de rapina constituem uma das tais bases ocultas da riqueza de capital da Holanda, à qual a decadente Veneza emprestou grandes somas em dinheiro. O mesmo passou-se entre a Holanda e a Inglaterra. Já no início do século XVIII, as manufaturas da Holanda estavam bastante ultrapassadas e ela havia cessado de ser nação dominante do comércio e da indústria. Um de seus principais negócios de 1701 a 1776 torna-se, por isso, emprestar enormes capitais, especialmente a seu poderoso concorrente, a Inglaterra. Uma relação análoga existe hoje entre a Inglaterra e os Estados Unidos. Muito capital que aparece hoje nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, é sangue infantil ainda ontem capitalizado na Inglaterra” (idem, *ibidem*, p.375).

⁸⁴⁹ “O regime fiscal moderno, cujo eixo é constituído pelos impostos sobre os meios de subsistência mais necessários (portanto, encarecendo-os), traz em si mesmo o germe da progressão automática. A super-tributação não é um incidente, porém muito mais um princípio. Na Holanda, onde esse sistema foi primeiramente inaugurado, o grande patriota de Witt o celebrou por isso em suas máximas, como o melhor sistema para manter o trabalhador assalariado submisso, frugal, diligente e [...] sobrecarregado de trabalho” (idem, *ibidem*, p.375).

processo produtivo, a qual em sua ausência permaneceria contingente⁸⁵⁰; no aumento da velocidade do dinheiro e na economia de meios de circulação e de pagamento (redução de “falsos custos” de produção, na medida em que a circulação de dinheiro como meio de pagamento e a manutenção de tesouros - “capital monetário em potencial: reserva de meios de compra, reserva de meios de pagamentos, capital desocupado que, em forma-dinheiro, espera sua aplicação” - implicam em diversas atividades contábeis, de compensação, de cobrança, entre outras, que envolvem trabalhos os quais são reduzidos quando se tornam função de uma categoria específica de capitalistas⁸⁵¹), e na diminuição da necessidade de entesouramento; na formação das grandes sociedades por ações; no incremento da mobilidade do capital; na conformação das taxas médias de lucro⁸⁵², e, por conseguinte, no aprimoramento da lei do valor⁸⁵³.

Com esse tipo de análise se desfaz a imagem de um capitalismo puramente concorrencial e industrial, que viria a ser avassalado por uma torrente monopolista e especulativa, capitaneada por banqueiros e financistas misantropos. Sob a base do dinheiro como meio de pagamento - os adiantamentos feitos entre produtores, entre comerciantes, e entre uns e outros, e a crescente especialização dos emprestadores de dinheiro -, o sistema de crédito evoluiu como produto e como motor do desenvolvimento capitalista, servindo inclusive de elemento ordenador da produção em escala local, regional e mesmo global, mas também como veículo de incursões especulativas e

⁸⁵⁰ Idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.26.

⁸⁵¹ Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.238.

⁸⁵² “O nivelamento dos valores a preços de custo só se dá porque o capital individual funcional como alíquota da totalidade do capital da classe e ainda porque a totalidade do capital da classe se reparte pelos diferentes ramos particulares segundo as necessidades da produção. O veículo é o crédito. O crédito possibilita e facilita esse nivelamento, e além disso uma parte do capital – sob a forma de capital-dinheiro – revela-se na realidade um material comum com que opera a classe toda. Este [é] um significado do crédito. O outro é a tentativa incessante do capital de encurtar as metamorfoses por que tem de passar no processo de circulação” (idem, *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1554).

⁸⁵³ Num trecho de *O Capital* é sintetizado o papel do sistema de crédito da seguinte forma: “I. Desenvolvimento necessário do mesmo [do sistema de crédito] para efetivar a equalização da taxa de lucro ou o movimento dessa equalização, sobre a qual a totalidade do sistema de produção capitalista se assenta. / II. Diminuição dos custos de circulação” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.331), mediante a economia do dinheiro através do crédito: “ao cair totalmente fora de grande parte das transações”; “ao acelerar a circulação do meio circulante”, e ao substituir o dinheiro de ouro por papel; ao acelerar “por meio do crédito, [as] distintas fases de circulação ou da metamorfose das mercadorias e também da metamorfose do capital e, com isso, aceleração do processo de reprodução em geral”; e também mediante “contração dos fundos de reserva, o que se pode considerar sob dois aspectos: por um lado, como decréscimo do meio circulante e, por outro, como limitação da parte do capital que tem sempre de existir em forma-dinheiro [...]”. “III. Formação de sociedades por ações”, ensejando “1) Enorme expansão de escala de produção e das empresas, que era impossível para capitais isolados (...). 2) O capital, que em si repousa sobre um modo social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e forças de trabalho, recebe aqui diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em antítese ao capital privado, e suas empresas se apresentam como empresas sociais em antítese às empresas privadas. É a abolição [*Aufhebung*] do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista. 3) Transformação do capitalista realmente funcionante em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em meros proprietários, simples capitalistas monetários” (idem, *ibidem*, p.331 e p.332, respectivamente). “O sistema de crédito acelera, portanto, o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial” (idem, *ibidem*, p.318), e “... o crédito oferece ao capitalista individual, ou àquele que passa por tal, uma disposição dentro de certos limites, absoluta de capital alheio e propriedade alheia e, em consequência, de trabalho alheio. Disposição sobre capital social, não próprio, dá-lhe disposição sobre trabalho social” (idem, *ibidem*, p.333-334). Cf. Marx, K., Engels, F. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers, 1965, p.317.

fraudulentas, e fonte de crescentes incertezas no que tange à possibilidade de realização futura, sob condições adequadas, da produção e da circulação⁸⁵⁴.

No bojo desse desenvolvimento, torna-se impossível adentrar e se manter em praticamente qualquer ramo de produção em condições competitivas sem tomar empréstimos, ou mesmo sem abrir o capital nas bolsas de valores, realizar amplas operações de alavancagem, e assim sucessivamente. O capital portador de juros torna-se elemento onipresente na vida econômica, e com isso, o fetichismo do capital se aprofunda, à medida que, ao prestador, seu dinheiro “gera mais dinheiro” como num passe de mágica, indiferente em relação à forma como o dinheiro emprestado é empregado⁸⁵⁵. Ademais, devido à difusão e à importância que o capital portador de juros adquire no interior do processo global de produção de capital, e pelo caráter aparentemente mais objetivo dos juros como uma “grandeza efetiva” - um “fato dado e tangível”, expresso diariamente nos índices da Bolsa de Valores -, em oposição ao lucro médio - uma tendência de difícil apreensão -, surge a noção de que são as distintas variedades de juros que constituem o rendimento próprio ao capital como tal, independente das atividades industriais e comerciais. Desse modo, é na forma-juro que “se extingue toda mediação, completa-se a *configuração fetichista* do capital e a idéia do *fetichismo-capital*”⁸⁵⁶.

Não obstante, não é apenas o dinheiro (crédito) que pode assumir a forma de capital portador de juros; independente da maneira como ocorre o reembolso, tudo aquilo que é emprestado visando à aferição de certo rendimento no futuro – uma máquina, um edifício, um

⁸⁵⁴ “A auto-expansão do capital baseado na natureza contraditória da produção capitalista permite um desenvolvimento verdadeiramente livre somente até certo ponto, posto que ele constitui de fato um grilhão e uma barreira imanentes à produção, que são continuamente quebradas por meio do sistema de crédito. O sistema de crédito acelera, portanto, o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, os quais, enquanto bases materiais da nova forma de produção, devem ser desenvolvidos até certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com isso, os elementos da dissolução do antigo modo de produção” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.318). Cf. idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.82 e p.106-7. “O sucesso e o insucesso levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação na escala mais alta. A expropriação estende-se aqui dos produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. Essa expropriação constitui o ponto de partida do modo de produção capitalista; sua realização é seu objetivo; trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, os quais, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte sua propriedade social, como já são seu produto social. Essa expropriação apresenta-se, porém, no interior do próprio sistema capitalista como figura antitética, como apropriação da propriedade social por poucos; e o crédito dá a esses poucos cada vez mais o caráter de aventureiros puros. Uma vez que a propriedade existe aqui na forma de ação, seu movimento e transferência tornam-se resultado puro do jogo da Bolsa, em que os pequenos peixes são devorados pelos tubarões e as ovelhas pelos lobos da Bolsa”. (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.317).

⁸⁵⁵ “Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetichismo automático está elaborado em sua pureza, valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca do seu nascimento. A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro, consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo” (idem, *ibidem*, p.294).

⁸⁵⁶ Cf. idem, *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1502; e idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.280. Trata-se de uma nova inversão, “como se os juros fossem o produto típico do capital, a matéria primária, e o lucro, na forma do ganho empresarial, fosse um mero acessório e um subproduto do processo de reprodução” (idem, *ibidem*, p.294). “... essa ossificação e autonomização das duas partes do lucro bruto contra si, como se originassem de duas fontes essencialmente diversas, tem de se consolidar para a classe capitalista inteira e para o capital global” (idem, *ibidem*, p.266).

determinado insumo -, é recoberto por essa forma, mesmo quando não é empregado em atividades produtivas⁸⁵⁷.

Trata-se de um duplo movimento, distintivo da totalitária forma-capital, a qual, por um lado, tudo subsume à dinâmica da acumulação de modo voraz, por meio de uma apropriação mais ou menos violenta, para depois plasmar à sua imagem e semelhança; ao fazê-lo, por outro lado, produz formas que tendem a se autonomizar entre si, apesar de sua co-pertinência. Desse modo, “coisas que em si e para si não tem valor”⁸⁵⁸, são arrebatadas pela forma-mercadoria, da mesma forma que coisas que em si e para si não são capital podem assumir a forma de capital portador de juros, por exemplo⁸⁵⁹. O mesmo pode ser dito das formas “antediluvianas” do capital, o capital usurário e o capital comercial⁸⁶⁰. Apesar de sua existência anteceder a do capital industrial, o capital usuário se torna a base do capital portador de juros sob a égide do capital industrial⁸⁶¹. Ocorre que, tão logo consolidada, essa forma adquire um movimento próprio, descolando-se do capital produtivo; como se viu, o capital portador de juros deve sua existência à virtualidade de ser convertido em elementos de produção e ensinar a obtenção de lucro médio. Porém, o suposto capitalista “funcionante” pode muito bem ter consumido o capital-dinheiro (potencial) que ele tomou emprestado na forma de renda, ou pagando uma dívida pretérita, tendo que arcar com o compromisso estabelecido com o credor mesmo sem ter promovido os investimentos produtivos que redundariam efetivamente em valorização do capital. Ainda assim a forma capital portador de juros só seria desfeita se a dívida não pudesse ser paga de modo algum, o que equivaleria a uma destruição de capital.

Igualmente, mesmo algo que nunca foi e nem será capital também pode assumir a forma de capital portador de juros, como é o caso dos títulos da dívida pública. Chegamos aqui ao conceito de capital fictício, que se refere também às ações, e a todo um conjunto de instrumentos

⁸⁵⁷ “Mercadorias emprestadas como capital podem ser emprestadas tanto como capital fixo quanto circulante, dependendo de suas propriedades. Dinheiro pode ser emprestado em ambas formas. Ele pode ser emprestado como capital fixo, por exemplo, se ele é pago na forma de uma anuidade, por meio da qual uma porção do capital flue de volta com juros. Certas mercadorias, como casas, navios, máquinas, etc., podem ser emprestadas somente como capital fixo devido à natureza de seus valores-de-uso. Ainda assim, todo capital emprestado, qualquer que seja sua forma e como quer que o reembolso seja modificado pela natureza de seu valor de uso, é sempre apenas uma forma particular do capital monetário. Pois o que se empresta aqui é sempre determinada soma de dinheiro e sobre essa soma é calculado o juro” (idem, *ibidem*, p.259). Cf. idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.118.

⁸⁵⁸ Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1996, p.226.

⁸⁵⁹ “Se se quiser chamar o juro de preço do capital monetário, então essa é uma forma irracional de preço, completamente em contradição com o conceito do preço da mercadoria. O preço se reduz aqui a sua forma puramente abstrata e sem conteúdo, ou seja, ele é determinada soma de dinheiro paga por qualquer coisa que, de uma maneira ou de outra, figura como valor de uso” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.265).

⁸⁶⁰ Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.107.

⁸⁶¹ “A formação do capital produtor de juros, sua dissociação do capital industrial, é produto necessário do desenvolvimento do capital industrial, do próprio modo de produção capitalista” (idem, *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1511). O capital comercial, por sua vez, passa a participar da formação – e da percepção – do lucro médio, por sua capacidade de acelerar a rotação de capital e reduzir os “falsos custos de produção”, ou seja, pelo papel subsidiário que cumpre à produção industrial (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.216).

financeiros que, representando nominalmente certo montante de capital ou exprimindo indiretamente os processos de extração e de realização da mais-valia, autonomizam-se em relação a eles, por meio de um processo de capitalização⁸⁶². Noutras palavras, mesmo sem ser ela própria um capital, a propriedade de um capital fictício dá o direito ao recebimento de certo juro.

No caso de um título da dívida pública, por exemplo, seu caráter fictício é evidente, já que, em sua quase totalidade, tais títulos estão garantidos pela arrecadação futura de impostos, e não diretamente por uma atividade produtiva. Ademais, sendo comercializáveis, e possuindo, via de regra, uma liquidez tanto maior quanto mais desenvolvidos os mercados financeiros, os “preços” de tais títulos adquirem um movimento próprio. Já no caso das ações de determinada empresa, que exprimem uma parcela do capital “real” da empresa, e cuja posse permite a aferição de rendimentos – *mas não dá o direito de dispor diretamente sobre aquele capital “real”* -, seu caráter fictício dinama justamente dessa “duplicação” - “em papel” - do capital da empresa, que enseja o movimento autônomo do preço das ações no interior do jogo bursátil⁸⁶³. Além disso, à medida que os bancos e outras instituições financeiras adquirem a capacidade de aumentar a base monetária por meio da emissão de notas que não correspondem aos depósitos e ao conjunto do capital-dinheiro que possuem, eles produzem capital fictício, de tal forma que uma parte importante da massa monetária é fictícia⁸⁶⁴.

Em certo sentido, outra “fonte” de capital fictício é a propriedade da terra, por garantir ao seu detentor a extração de renda, seja ela absoluta, diferencial ou de monopólio. Afinal, o que são

⁸⁶² “A formação do capital fictício chama-se capitalização. Cada receita que se repete regularmente é capitalizada em si calculando na base da taxa média de juros, como importância que um capital, emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.11; cf. idem, ibidem, p.10). “O movimento autônomo do valor desses títulos de propriedade, não apenas dos títulos da dívida pública, mas também das ações, confirma a aparência, como se eles constituíssem capital real ao lado do capital ou do direito ao qual possivelmente dêem título. É que se tornam mercadorias cujo preço tem um movimento e uma fixação peculiares [...]. O valor de mercado desses papéis é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pela receita real, mas também pela esperada, calculada por antecipação” (idem, ibidem, p.11 e p.12, respectivamente). Aqui, “toda conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida” (idem, ibidem, p.11). “A acumulação desses direitos, segundo o pressuposto, deriva da acumulação real, isto é, da transformação do valor do capital-mercadoria etc. em dinheiro; não obstante, a acumulação desses direitos ou títulos difere, como tal, tanto da acumulação real, da qual deriva, quanto da acumulação futura (do novo processo de produção), que é mediada pelo empréstimo de dinheiro” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.44)

⁸⁶³ Cabe frisar, as ações “tornam-se formas do capital portador de juros, não apenas por assegurar certos rendimentos, mas também porque, pela venda, pode ser conseguido seu reembolso como valores-capitais” (idem, ibidem, p.20).

⁸⁶⁴ “Na medida em que o Banco emite notas, que não são cobertas pela reserva metálica guardada em seus cofres, ele cria signos de valor que constituem para ele não apenas meios de circulação, mas também capital adicional, ainda que fictício, no valor nominal dessas notas sem cobertura. E esse capital adicional proporciona-lhe lucro adicional” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.69), ou ainda, “mesmo supondo-se que a forma em que existe o capital de empréstimo seja meramente a de dinheiro real, ouro ou prata, da mercadoria cuja matéria serve de medida dos valores, ainda assim uma grande parte desse capital monetário é sempre necessariamente apenas fictícia, isto é, títulos sobre valores” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.43); “...nesse sistema de crédito tudo se duplica e triplica e se transforma em mera quimera, isso também se aplica ao ‘fundo de reserva’, onde por fim se supunha agarrar algo sólido” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.15). É evidente que um possível efeito dessa emissão promovida pelas instituições financeiras, bancos em particular, no que se refere à concorrência por capital portador de juros é a desvalorização desse capital, em decorrência da redução da taxa de juros. Já no que tange ao dinheiro como meio de circulação, a emissão pode desencadear um processo inflacionário, provocando a desvalorização do dinheiro em relação ao conjunto das demais mercadorias.

as hipotecas senão títulos sobre renda futura? As quais, diga-se de passagem, desenvolvem no interior dos mercados derivativos e junto a outros tipos de capital fictício, a faculdade de dar origem a um sem-número de novos instrumentos financeiros, que por sua vez servem de base a outros tantos, e assim sucessivamente, no bojo de operações cada vez mais *sofisticadas*. Veremos no próximo capítulo o alcance desse tipo de operação quando da análise dos *subprimes* e da crise financeira que se deflagrou em 2007-2008.

Cabe frisar, por fim, que o capital fictício não consiste meramente numa excrescência pernóstica, como parece acreditar Chesnais; por meio dele, os produtores encontram renovados meios de refinar suas dívidas sobre uma base anual, ou lançar ações no mercado sobre a sua produção de mais-valia futura, o que garante plasticidade e liquidez ao seu capital, e proporciona mecanismos de ajustes nos preços das ações em função da variação na produção de mais-valia (preços que exprimem em alguma medida as variações do valor da reserva de capital fixo). Além disso, o capital fictício permite a intervenção de intermediários financeiros capazes de combinar os riscos a fim de equilibrar os pedidos e a concessão de empréstimos. Em suma, ao aparecer como fonte autônoma de rendimento, ou melhor, como a forma-capital por excelência, o capital fictício, junto a todas as formas de capital portador de juros, interfere nas decisões de investimento, lança sinais (corretos ou não) sobre a evolução dos preços e do nível de produção, atua, portanto, como elemento ordenador da produção e dos fluxos de capital (fictício e real); cria e aperfeiçoa os canais para a circulação internacional de capital; influencia a formação da taxa de juros, e assim por diante. Por outro lado, o desenvolvimento e a multiplicação do capital fictício também comprometem crescentes massas de trabalho vivo com o pagamento de obrigações pretéritas⁸⁶⁵, dá azo a uma migração exacerbada do capital para os mercados financeiros, enseja movimentos especulativos predatórios e de cunho instabilizante, formadores de bolhas financeiras etc.

Mais especificamente, deve-se insistir, apesar de se situarem no centro de suas teorizações, em grande medida Chesnais não considera que os mercados de derivativos, mediante a alavancagem e outros mecanismos financeiros, propiciam colossais concentrações de capital em forma monetária, e em termos mais gerais constituem instrumentos ímpares para a concentração e a centralização de capital⁸⁶⁶; ademais, dentro de limites mais ou menos estreitos, evidentemente, competem para superar a fixidez do capital produtivo, acelerar o tempo de rotação do capital, minimizar o risco de certas operações produtivas, e reduzir custos próprios à circulação do capital monetário⁸⁶⁷. Enfim, somos aqui mais uma vez remetidos à tese da imbricação entre o

⁸⁶⁵ Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p.139. Cf. idem, *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.271.

⁸⁶⁶ Cf. Aglietta, M. *A Theory of Capitalist Regulation: the US experience*. Londres: Verso, 2000, p.266).

⁸⁶⁷ É certo que o *risco* que justifica e legitima as operações de *hedge* em grande medida é artificialmente produzido e manipulado pelos grandes especuladores; no entanto, serve de instrumento de precificação e compete para identificar os mais heterogêneos e complexos instrumentos financeiros, que são expressões do processo de redução do capital à *mercadoria-capital* (cf.p. 89-90 acima). Num repuxo, reflete sobre a dimensão produtiva ou *real* da acumulação, e contribui para a circulação de capital.

aperfeiçoamento da concorrência e da realização da lei do valor, e o desenvolvimento de mecanismos “monopolistas”.

Afora a falta de rigor conceitual, pode-se destacar, que ao praticamente não passar em perspectiva outros momentos históricos em que as finanças floresceram - como o período que antecedeu o grande *crash* de 1929 ou a grande depressão de final do século XIX -, Chesnais falha em determinar a especificidade histórica do atual momento da acumulação. Além disso, ressentem-se a ausência de uma explicação consistente acerca das causas da compressão das taxas médias de lucro na segunda metade da década de 1960; Chesnais praticamente se resume a constatá-la.

Ademais, ao perceber o caráter excludente do regime de acumulação financeirizado e a estruturação hierárquica do mercado mundial, com base nos relativamente poucos fluxos de investimento externo direto e de mercadorias entre países centrais e periféricos, o papel desempenhado por países alheios à “Tríade” (EUA, Europa e Japão) foi pouco considerado, sendo, por exemplo, recente, e ainda assim exígua, a atenção dispensada à China e aos países que compunham o mundo soviético. Analogamente, como o próprio Chesnais viria a reconhecer, ele incorreu no erro de apreender a dinâmica da acumulação como uma mera “projeção sistêmica da hegemonia norte-americana”.

No que tange às análises dos principais “agentes” do sistema financeiro internacional, Chesnais por vezes esquece de mencionar as companhias de seguros, e de analisar o papel dos bancos de investimento. Por outro lado, discute pouco as imbricações entre os investidores institucionais, como, por exemplo, a assunção da gestão dos recursos dos fundos de pensão por fundos mútuos, companhias de seguro e bancos comerciais e de investimento. Da mesma forma, em sua ênfase no ineditismo da condição atual, eleva os investidores institucionais à condição de protagonistas da “financeirização”, em detrimento dos “tradicionais” bancos comerciais e de investimento, que como vimos não foram decisivos apenas para o desenvolvimento dos mercados financeiros, mas depois de um período de retrocesso voltaram a assumir a primazia em seu bojo, criando eles mesmos seus fundos mútuos e de *hedge*, e encabeçando grandes conglomerados financeiros⁸⁶⁸.

Por fim, como constata Victor Klagsbrunn, à medida que se sucedem os textos, as conexões entre a dimensão financeira e a dimensão “produtiva” da acumulação são cada vez menos exploradas por Chesnais; são ignorados mesmo aspectos mais diretos e aparentes, como a percepção de dividendos pelos acionistas, que a despeito das abundantes fraudes, operações “fora do balanço” e outras tantas manipulações, guarda relação com o desempenho não-financeiro das empresas⁸⁶⁹.

⁸⁶⁸ Cf. p. 91-3 acima.

⁸⁶⁹ Sobre este e o último ponto, cf. Klagsbrunn, V.H. “Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira”. In: *Crítica Marxista*, n. 27, 2008.

As parciais objeções feitas acima talvez indiquem dois problemas de fundo: a tendência de Chesnais a superestimar a importância teórica das estatísticas e dados empíricos (apresentados sem maiores explicações metodológicas, e sem problematizá-los), como se se tratasse da própria análise crítica, ao invés de serem tidos como a base por sobre a qual se faz necessário estruturar um sólido aparato conceitual. O outro problema é que, em certos aspectos, Chesnais acaba hipostasiando o “ineditismo” da hodierna financeirização; se é por si evidente que cada contexto histórico é único e deve ser investigado em sua singularidade, também não se pode negar que sua compreensão exaustiva demanda localizá-lo no interior do processo histórico do qual faz parte.

Parece-nos que é à deficiência nos marcos conceituais da obra de Chesnais - que explora poucos aspectos do conceito de capital, e ainda assim, trata deles de maneira excessivamente passageira - que se deve o seu impulso a revestir a crítica ao capitalismo de elementos “morais”, beirando um reformismo de cunho keynesiano, que apesar de conter traços críticos, não consegue superar de todo a superfície dos fenômenos. Aliás, em mais de um momento Chesnais remete à denúncia de Keynes contra o caráter “anti-social” e o poder opressor do capital rentista, que deveria sofrer uma “eutanásia progressiva”⁸⁷⁰.

Em seu afã de criticar o caráter destrutivo e predatório do capitalismo em sua atual fase de desenvolvimento, por vezes Chesnais acaba por se mostrar nostálgico em relação ao período que a antecedeu, e quase chega a diferenciar um “bom” e um “mau” capitalismo: um industrial, conectado às necessidades sociais e disciplinado pelas estruturas regulatórias keynesianas, e um financeiro, desregrado, voraz e cego a quaisquer necessidades que não a dos ganhos rápidos e vultosos. Eis um sentido bastante problemático da “exterioridade” das finanças em relação à produção, da qual fala Chesnais.

Assim, vimos que, ao constatar a contradição essencial do regime de acumulação financeirizado, relativa à necessidade de transferência de recursos da esfera produtiva para a esfera financeira⁸⁷¹, Chesnais a caracteriza como um problema “de ordem macroeconômica e também de ordem ético-social”. Do mesmo modo, transcrevemos uma passagem na qual o autor qualifica os amplos processos de endividamento público e privado que se generalizaram nas últimas décadas como um “verdadeiro câncer da economia mundial”⁸⁷². Noutra passagem, fala-se do “*parasitismo financeiro que está gangrenando o capitalismo mundial*”⁸⁷³, e se denuncia uma “estrutura de

⁸⁷⁰ Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.15-6; cf. idem, ibidem, p.251. Ou ainda citando Keynes por extenso: “uma taxa de juros muito menor do que a que reinou até agora [...]; este estado de coisas seria perfeitamente compatível com certo grau de individualismo, mas isso não suporia menor eutanásia do rentista e, por isso, a eutanásia do poder opressor, do caráter patrimonial, do capitalismo de explorar o valor conferido ao capital por sua raridade. O juro atualmente não remunera nenhum sacrifício verdadeiro, não mais do que a renda da terra” (Keynes citado por Chesnais, F. ibidem, p.51).

⁸⁷¹ “O coração do problema [do capitalismo contemporâneo] está na acumulação financeira enquanto tal, na concentração de capital que imperativamente deve se valorizar em investimentos financeiros e bursáteis” (Chesnais, F. “Raiz, gênese e consequência do crash bursátil”. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/print/revista-herramienta-n-22/raiz-genesis-y-consecuencias-del-crash-bursatil>, p.3).

⁸⁷² Cf. p.78 deste texto.

⁸⁷³ Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.19

distribuição de renda em favor das *receitas da usura*”⁸⁷⁴. Além disso, reclama-se da “*legitimidade social análoga à dos capitais voltados para a acumulação industrial*” que os fundos especulativos estariam adquirindo “com o apoio dos grandes meios de comunicação e também de John Major e gente como ele no G7”⁸⁷⁵. Em síntese, Chesnais assevera: “a esfera financeira representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades dos operadores e as *necessidades mundiais*”⁸⁷⁶.

Ao menos remotamente, tais proposições de Chesnais fazem lembrar os anátemas proudhonistas contra aquilo que consideravam a origem de todo o “mal” capitalista: os “privilégios” dos metais preciosos e dos bancos, os quais existiriam não em função das “necessidades do público” – as “necessidades da circulação” -, mas antes negariam seus “serviços” justamente quando mais o público deles necessitava, e isso, devido ao torpe imperativo de manter em certo nível suas reservas metálicas⁸⁷⁷. Contra essa posição, há mais de 150 anos Marx se viu forçado a lembrar que os bancos são pautados pelos mesmos interesses que as demais forças capitalistas; e a demonstrar que o desenvolvimento e a autonomização do capital bancário e da própria forma-dinheiro, com todas as “complicações e contradições” que implicam, são inerentes à forma-capital, e não podem ser compreendidas, e tampouco combatidas, sem essa perspectiva totalizante⁸⁷⁸.

Ora, no interior do modo de produção capitalista a força universalizante é o próprio capital, em seu processo de reprodução em escala sempre ampliada. Se se pode falar em “necessidades mundiais”, sem maiores classificações (sem especificar as clivagens de classe etc.) estas são as da acumulação de capital. Desse modo, torna-se bastante frágil opor os interesses dos especuladores a tais “necessidades mundiais” abstratas. No mesmo sentido, evidencia-se que são mal-direcionadas as forças que intentam afrontar o capital com a bandeira da ética ou da justiça, já que toda e qualquer formação social é uma totalidade a qual corresponde um conjunto de instituições, regras, padrões de conduta, tradições, saberes, que conformam um mais ou menos coerente e adequado

⁸⁷⁴ Idem, *ibidem*, p.31. “A finalidade dela” – ou seja, da propriedade patrimonial constituída por títulos de propriedade mobiliária e imobiliária – “não é nem a criação de riquezas que aumentem a capacidade de produção, mas o ‘rendimento’” (idem, “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 50).

⁸⁷⁵ Idem, *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.269. grifo meu.

⁸⁷⁶ Idem, *ibidem*, p.239, grifo meu.

⁸⁷⁷ Cf. Darimon citado por Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.42.

⁸⁷⁸ “Assim como é impossível eliminar complicações e contradições, derivadas da existência do dinheiro junto às mercadorias particulares, transformando a forma do dinheiro (ainda que algumas dificuldades relativas a uma forma inferior podem ser evitadas mediante [o emprego de] uma forma superior), do mesmo modo é impossível eliminar o dinheiro enquanto o valor de troca siga sendo a forma social dos produtos. É necessário entender claramente este ponto para não se propor tarefas impossíveis e reconhecer os limites dentro dos quais as reformas monetárias e as transformações no âmbito da circulação podem reorganizar as relações de produção e as relações sociais que descansam sobre elas” (idem, *ibidem*, p.70-71).

sistema moral e de justiça⁸⁷⁹. Novamente, haveria de se localizar e minar os fundamentos de tais sistemas, e só no bojo desse processo prático-revolucionário que se tornaria cabível a discussão sobre ética e justiça.

Em suma, o capital se constitui enquanto totalidade *por meio de suas formas* “produtiva” (capital fixo e capital circulante, ou capital constante e variável) ou “financeira” (capital portador de juros), de tal maneira que elas não podem ser isoladas entre si; novamente, sua autonomização deve ser analisada junto com sua unidade, sua co-pertinência. Diante das múltiplas imbricações entre o capital produtivo e o capital portador de juros, e mesmo entre as distintas formas assumidas pelo último, as considerações de Chesnais sobre a exterioridade do “capital financeiro” em relação à produção, bem como sobre os limites de seu domínio se revelam bastante insuficientes⁸⁸⁰.

4.2. O “longo declínio” da economia mundial

Fortemente embasado em investigações empíricas, em seus trabalhos relativamente recentes⁸⁸¹, Brenner procura compreender os motivos do “longo declínio” da economia mundial, modo como ele designa a duradoura fase caracterizada por baixas taxas de crescimento econômico, que teria sido inaugurada no início da década de 1970. Numa palavra, a principal explicação que ele fornece, tendo como uma das variáveis-chave a trajetória das taxas médias de lucro⁸⁸², consiste no excesso de capacidade do setor de manufaturados, em escala mundial. Em meio a seu esforço, Brenner tenta desnudar a relação entre a dinâmica da produção e as bolhas financeiras, de certa forma se opondo a teses sobre a “autonomia das finanças”. Diga-se de passagem, referindo-se à noção de dominância financeira, ele assevera:

“a idéia de um capitalismo dominado pelas finanças é uma contradição em termos, porque, falando de modo geral – há exceções significantes, como o empréstimo ao consumidor – a realização de lucro financeiro sustentável depende da realização sustentável de lucro na economia real. Para responder à queda na taxa de lucro na economia real, alguns governos, guiados pelos

⁸⁷⁹ “A justiça das transações que se efetuam entre os agentes da produção baseia-se na circunstância de se originarem das relações de produção como consequência natural. As formas jurídicas em que essas transações econômicas aparecem como atos de vontade dos participantes, como expressões de sua vontade comum e como contratos cuja execução pode ser imposta à parte individual por meio do Estado não podem, como simples formas, determinar esse conteúdo. Elas apenas o expressam. Esse conteúdo é justo contanto que corresponda ao modo de produção, que lhe seja adequado. É injusto, assim que o contradizer” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita: Livro III, tomo IV. 1984a, p.256). Polemizando contra Ricardo, já em 1844, dizia Marx: “mas Ricardo deixa a economia política falar a sua própria linguagem. Se ela não fala em termos morais, a culpa não é de Ricardo [...]. Além disso, a antítese entre a moral e a economia política não passa de mera aparência; é ao mesmo tempo uma antítese e uma ausência de antítese. A economia política exprime apenas, à sua maneira, as leis morais” (idem, *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Lisboa: Edições 70, 1993, p.212). Ou, mais tardiamente, “Ricardo não é vil quando equipara os proletários à maquinaria ou à besta de carga ou à mercadoria, porque (de seu ponto de vista) incentiva a produção serem eles apenas maquinaria ou besta de carga ou porque na realidade são meras mercadorias na produção burguesa. Isso é estóico, objetivo, científico. Ricardo, desde que atue sem *pecar* contra sua ciência, é sempre filantropo, como o era na prática” (idem, *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.551).

⁸⁸⁰ Para ouvi-lo uma vez mais, cf. Chesnais, F. “Raíz, gênese e consequência do crash bursátil”. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/print/revista-herramienta-n-22/raiz-genesis-y-consecuencias-del-crash-bursatil>, p.5.

⁸⁸¹ Particularmente o *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005*. New York: Verso, 2006, e em *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

⁸⁸² Idem, *ibidem*, p.47.

Estados Unidos, encorajaram uma guinada para as finanças por meio da desregulamentação do setor financeiro. Mas, porque a economia real continuava a decair, o principal resultado da desregulamentação foi a intensificação da competição no setor financeiro, a qual dificultou a realização de lucros e encorajou uma ainda maior especulação e assunção de riscos”⁸⁸³.

No bojo de enormes taxas de crescimento, no pós-Segunda Guerra, teriam sido gestados, segundo Brenner, importantes obstáculos à acumulação de capital, como a formação de um considerável estoque de capital fixo, que desencorajava a entrada de novos concorrentes e desestimulava o desenvolvimento tecnológico; a constituição de uma oferta de produtos agrícolas relativamente inelástica, em função do reduzido exército industrial de reserva no campo, que levou a um rápido aumento salarial na esteira da expansão do emprego; e o crescente investimento no exterior por parte das corporações norte-americanas, combinando o uso de tecnologia avançada com baixos salários, mormente numa Europa em processo de reconstrução⁸⁸⁴. Tanto a compressão dos investimentos quanto a fraca introdução de inovações produtivas seriam determinantes para o advento do “longo declínio”, mas a ênfase recai sobre o aumento da concorrência européia - com destaque para a Alemanha - e japonesa. Segundo Brenner, quando do reerguimento dessas economias, os produtores do setor de manufaturados, que empregavam técnicas produtivas eficientes e aproveitavam custos de produção mais baixos que os norte-americanos, passaram a se dedicar à exportação; no entanto, sua produção não era complementar, mas antes competia a dos norte-americanos. Todos esses fatores combinados conduziram à derrocada das taxas médias de lucro nos setores de manufaturados e de não-manufaturados, primeiramente nos Estados Unidos, mas logo atingindo o conjunto da economia mundial, em função do excesso de capacidade⁸⁸⁵.

O período que se seguiu, constata Brenner, foi caracterizado por enormes turbulências e grandes vicissitudes nas políticas econômicas. Com a desvalorização do dólar ao longo da década de 1970 os exportadores norte-americanos foram beneficiados, mas o enorme excesso de capacidade produtiva que se havia acumulado no período anterior teria impedido a efetiva recuperação de suas taxas de lucro. Por outro lado, a queda do dólar teve como corolário o aumento relativo dos custos de produção das demais economias, afetando duramente a Alemanha e o Japão, e jogando por terra a lucratividade no setor dos manufaturados também nesses países. “Foi o declínio das taxas de lucro desse setor [de manufaturados] por todas as economias capitalistas avançadas”, sempre segundo Brenner, “o principal responsável pela projeção da

⁸⁸³ Idem, “Entrevista a Seongjin Jeong”, concedida em 22 de dezembro de 2008. Acessível em: <http://hap.blogger.hr/post/interview-with-robert-brenner-on-the-current-crisis/1215794.aspx>). Nota-se que, por si só, tais proposições não confrontam efetivamente as teses que expusemos na sessão anterior; basta recordar as diversas passagens nas quais Chesnais enfatiza ser a produção a fonte de todo valor, inclusive residindo aí a principal contradição da acumulação “financeirizada”. No entanto, veremos que Brenner se esforça para estabelecer uma relação mais direta entre o setor internacional de manufaturados e a trajetória das finanças, produzindo análises e explicações distintas acerca da atual fase do desenvolvimento capitalista.

⁸⁸⁴ Idem, *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.56.

⁸⁸⁵ “... a taxa média de lucro do setor de manufaturados no ciclo econômico entre 1969 e 1973 caiu 29,5% comparada às dos ciclos do período entre 1948 e 1969, ao passo que a taxa média de lucro do setor de não-manufaturados caiu em apenas 5,4% nesse intervalo” (idem, *ibidem*, p.59).

economia mundial de um longo boom num longo declínio entre 1965 e 1973”, o qual se prolongaria até os dias de hoje⁸⁸⁶.

Ainda no que se refere ao período citado, em resposta a essa conjuntura adversa, ter-se-ia criado uma tendência generalizada ao refreamento dos preços, cuja alta poderia ter favorecido os lucros noutro contexto. Como ponto central de seu argumento, Brenner sustenta que o declínio que então se verificou⁸⁸⁷ não foi determinado nem pelo fortalecimento dos trabalhadores organizados, que eventualmente teriam imposto aos patrões um aumento exacerbado dos salários reais, e tampouco por algum tipo de esgotamento tecnológico. Para prová-lo, apresenta dados segundo os quais, ao mesmo tempo em que as taxas de lucro decaíam, entre 1965 e 1973, a produtividade aumentou a uma taxa de 3,3%, mais alta do que a média de 2,9% sustentada entre 1950 e 1965; e, nesse mesmo período, os salários reais cresceram a uma pouco expressiva nada extraordinária taxa de 1,9%, menor que os 2,2% de crescimento entre 1958 e 1965, e os 3,6% entre 1950 e 1958⁸⁸⁸.

Diferente teria sido a situação do período subsequente, marcado por estagnação econômica, a despeito da forte transferência de renda em favor do capital, devida à contenção dos salários reais, em meio a ofensivas que minaram as formas de organização dos trabalhadores, reduzindo sobremaneira seu poder reivindicativo⁸⁸⁹. Uma vez mais, em função da fixidez de grandes volumes de seu capital ao invés de ocorrer um redirecionamento dos investimentos rumo a outros ramos e setores que apresentavam taxas de lucro mais elevadas, ou mesmo àqueles ainda inexplorados, os grandes produtores teriam reagido à sobreprodução com novas rodadas de investimento, buscando ganhos de produtividade mediante inovações tecnológicas e organizacionais. Com isso, apenas aprofundaram o excesso de capacidade, reforçado pelo surgimento de novos competidores, oriundos de países de produção industrial pouco desenvolvida, que passaram a exportar produtos de baixo valor agregado⁸⁹⁰.

Uma estratégia fundamental do governo norte-americano na década de 1970, de consequências duradouras, foi transferir o ônus advindo da baixa lucratividade aos concorrentes estrangeiros. Assim, ao romper com o sistema de taxas de câmbio fixas, à revelia e contra a vontade das demais economias centrais, em particular França, Alemanha e Japão, os Estados Unidos puderam se lançar livremente a políticas monetárias expansionistas e a um forte ciclo de

⁸⁸⁶ Idem, *ibidem*, p.58. “A performance econômica nos Estados Unidos, Europa ocidental e Japão, [medida] por virtualmente qualquer indicador – crescimento do produto, investimento, emprego e salários – deteriorou-se, década por década, ciclo de negócios por ciclo de negócios, desde 1973” (idem, “A devastating economic crisis unfolds”. Acessível em <http://www.greenleft.org.au/node/38913>, 2009, s/p).

⁸⁸⁷ Tomando o setor privado em agregado, as taxas médias de lucro caíram expressivamente: cerca de 30% nos Estados Unidos, e 20% no âmbito do G-7, entre 1965 e 1973 (idem, *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.62).

⁸⁸⁸ Idem, *ibidem*, p.64.

⁸⁸⁹ Nesse sentido, Brenner enfatiza a grande queda na parcela da população economicamente ativa sindicalizada nos Estados Unidos, que atingiu uma baixa histórica em 2000, de 9% (idem, *ibidem*, p.302).

⁸⁹⁰ Idem, *ibidem*, p.68.

endividamento, que visariam o estímulo ao crescimento econômico interno, tendo como ingrediente-chave a destruição de empecilhos à movimentação de capitais.

Apesar de centrar sua atenção na dinâmica do setor de manufaturados e na evolução das taxas de lucro, Brenner identifica, a partir do final da década de 1970, uma nítida “guinada para as finanças”⁸⁹¹, a qual em grande medida decorreria do círculo vicioso da sobreprodução que teria acometido a produção mundial, e particularmente a norte-americana. Assim, a importância das finanças só viria a se crescer a partir de então, consolidando-se com toda a força sob o governo Clinton⁸⁹². Mas já na década de 1980 se formaram importantes bolhas financeiras; acompanhando o enorme endividamento das empresas não-financeiras, em função da contração de empréstimos para os processos de fusão e de aquisição, e para a recompra de suas próprias ações, de modo a elevar seus preços⁸⁹³.

Como vimos, não tardou e a crise norte-americana veio para dar cabo dessa fase de prosperidade. Escrevendo em 2001, Brenner arrolava sinais de um ingresso dos Estados Unidos numa fase recessiva⁸⁹⁴; sua descrição indicava uma aposta no alastramento e no aprofundamento da crise – e mesmo na deflagração de uma monumental “explosão financeira”, num prazo mais ou menos curto⁸⁹⁵ -, mas ele foi bastante cauteloso para não afirmá-lo. Ao contrário, constatou haver certa margem de manobra para a tomada de medidas que debelassem a crise e minimizassem seus efeitos. Mesmo assim, não é possível encontrar em *O boom e a bolha* nada que apontasse para uma possível guinada da economia mundial, rompendo com o círculo vicioso característico do “longo declínio”.

Em suma, Brenner não busca estabelecer um modelo evolutivo geral para o capitalismo. Seu foco é a contemporaneidade, e, como vimos, o seu argumento é basicamente esse: num característico quadro de desenvolvimento desigual; os Estados Unidos assumiram a dianteira na corrida pelo poder econômico mundial, a qual se determina pela força e sofisticação da produção industrial. Os países “retardatários” seguiram seu rastro, e na medida em que ganharam produtividade, passaram a competir diretamente com a “economia-líder”, já que sua base e seus ramos produtivos passaram a se assemelhar, em função do caráter mimético de seu desenvolvimento. Com isso, estabeleceu-se uma tendência à sobrecapacidade produtiva, à queda de preços, e à baixa na lucratividade industrial, que por sua vez redundou em menores inversões produtivas, acirrando a tendência ao “longo declínio”. E, junto a ela, deu-se um crescente

⁸⁹¹ Idem, ibidem, p.79.

⁸⁹² “Foi a era de Bill Clinton, de Robert Rubin e de Alan Greenspan, muito mais do que a de Ronald Reagan e de Donald Reagan, que testemunhou a verdadeira ascensão do setor financeiro” (idem, ibidem, p.139).

⁸⁹³ Esse endividamento cresceu nesse período a uma taxa média de 10,3% (idem, ibidem, p.87).

⁸⁹⁴ Idem, ibidem, p.334.

⁸⁹⁵ Idem, ibidem, p.358.

redirecionamento de capital para investimentos financeiros, de cunho mais e mais especulativo e avessos à produção industrial.

As investigações de Brenner têm o mérito de questionar algumas teses canônicas sobre a crise do início da década de 1970; de combater, com base em evidências estatísticas, as falsas euforias e o tolo otimismo em relação à dinâmica da economia mundial; bem como de acompanhar de perto as vicissitudes do setor manufatureiro, articuladas à evolução do setor financeiro. Porém, suas teses também se mostram suscetíveis a críticas.

Um ponto chave - e bastante polêmico – da argumentação de Brenner é a crítica à noção de que a elevação dos salários reais teria sido determinante para a queda da lucratividade em finais da década de 1960; com isso, é minimizado o papel exercido pelos trabalhadores organizados sobre a dinâmica da crise mundial que se precipitou nessa época. Polemizando contra Brenner, Arrighi argumenta que os trabalhadores tinham à época enorme peso político, o qual explicaria a “explosão salarial” do período, e a impossibilidade do estabelecimento de políticas deflacionárias e de arrochos salariais que teriam efeitos anticíclicos. Segundo Arrighi, tanto a queda de lucro, quanto o abandono do padrão dólar-ouro não poderiam ser explicados sem se levar em consideração a participação dos trabalhadores organizados nos países centrais. E Brenner o teria ignorado por se ater apenas ao caso norte-americano das décadas de 1950 e 1960.⁸⁹⁶. Seria também por esse motivo que, “embora às vezes mencione a inflação de preços, Brenner costuma esquecer o caráter particularmente inflacionário da retração que descreve, ainda mais extraordinário quando comparado ao forte caráter deflacionário da retração do século XIX”⁸⁹⁷.

Ainda de acordo com Arrighi, o principal elemento para a crise de lucratividade e o colapso do padrão dólar-ouro teria sido o fracasso norte-americano na Guerra do Vietnã e seus impactos na balança de pagamentos dos EUA⁸⁹⁸. E sobre isso Brenner de fato falou muito pouco. Ademais, Arrighi afirma que a desvalorização do dólar, que teria servido para transferir parte das dificuldades enfrentadas pelos EUA ao Japão e à Alemanha, visava “livrar o governo norte-americano das restrições monetárias em sua luta pelo domínio do Terceiro Mundo”⁸⁹⁹, já que teriam surgido importantes ameaças à hegemonia norte-americana decorrentes do declínio do poder e prestígio dos Estados Unidos, as quais teriam chegado ao ápice com a Revolução Iraniana, a segunda crise do petróleo, a invasão do Afeganistão pela URSS e aos ataques especulativos

⁸⁹⁶ “... Infelizmente, o foco concentrado na única ‘árvore’ de um episódio de conflito de classes local e de curto prazo impede que Brenner veja a ‘floresta’ do fluxo multinacional nascente de conflitos por salários e condições de trabalho que, entre 1968 e 1973, culminou com o que E. H. Phelps Brown denominou, com toda a justiça, de ‘explosão salarial’”(Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.136).

⁸⁹⁷ Idem, ibidem, p.137.

⁸⁹⁸ Nas palavras de Arrighi, “... o custo da guerra, inclusive o custo dos programas que visavam conter a maré de oposição interna, não só contribuiu para o arrocho do lucro como também foi a causa mais fundamental do colapso do regime de câmbio fixo de Bretton Woods e da enorme desvalorização do dólar americano que se seguiu” (idem, ibidem, p.144).

⁸⁹⁹ Idem, ibidem, p.145.

contra o dólar⁹⁰⁰. Além disso, “mesmo excluindo a China, a participação global do Sul no valor agregado da indústria subiu de 10,7% em 1975 para 17% em 1998, e sua participação na exportação mundial de manufaturados cresceu ainda mais depressa, de 7,5% em 1975 para 23.3% em 1998”⁹⁰¹. Desse modo, ao não dar a devida atenção à periferia do sistema Brenner deixa escapar um importante elemento para a análise da concorrência capitalista, que exerce papel central em sua obra.

Numa palavra, segundo Arrighi, o principal limite dos esforços de Brenner teria sido a negligência no que tange à dimensão da “luta pelo poder”, no âmbito do sistema interestatal. No entanto, a crítica não pára por aqui. Arrighi considera que a retomada da lucratividade no final do século passado deveu-se à financeirização dos processos de acumulação de capital. Com base nos estudos de Greta Krippner, Arrighi questiona as proposições de Brenner, segundo as quais uma reação típica das grandes empresas diante do aumento concorrencial teria sido o aumento dos investimentos na tentativa de baratear seus custos; ao contrário, a principal reação teria sido o desvio de seus recursos para o âmbito financeiro, em detrimento do produtivo (o que, como se viu, Brenner também analisou). Nesse sentido, e divergindo também da concepção de Chesnais, Arrighi propugna que “... a indústria não só domina como conduz essa tendência à ‘financeirização’ da economia não-financeira”⁹⁰².

Outras objeções foram feitas às teses de Brenner, as quais, de acordo com Charlie Post e Mary Malloy se baseiam num caso excepcional, do pós-Segunda Guerra norte-americano. Segundo esses autores, os efeitos da Segunda Guerra e da Grande Depressão, mormente as mega-desvalorizações do capital fixo e a contenção da concorrência internacional, de fato foram determinantes para a fase de prosperidade que se seguiu; porém, Brenner erraria em convertê-los em condições imprescindíveis para qualquer movimento de retomada vigorosa da acumulação de capital. Haveria nesse sentido “contra-exemplos” históricos, como a recuperação das taxas de lucro de 1894-1905, e inclusive a de 1981, episódios nos quais a repressão salarial teria sido fator determinante⁹⁰³.

Esses mesmos autores questionam a interpretação de Brenner acerca do material empírico e do instrumental estatístico que ele mobiliza. Segundo eles, de acordo com os próprios dados apresentados por Brenner, algumas de suas proposições deveriam ser questionadas; por exemplo, ele atribui grande importância à queda da lucratividade do setor manufatureiro norte-americano entre 1966 e 1971, de 50%, mas não frisa que nos biênios de 1950-1 e de 1958-9 a queda foi de 45% (se a base de dados escolhida se iniciasse no ano de 1945, a queda da lucratividade nesses

⁹⁰⁰ Idem, *ibidem*, p.145.

⁹⁰¹ Idem, *ibidem*, p.142.

⁹⁰² Idem, *ibidem*, p.150-1.

⁹⁰³ Post, C.; Malloy, M.C. “A Reply to Robert Brenner”. Disponível em: <http://www.solidarity-us.org/node/888>, s/p.

dois momentos da década de 1950 teria sido ainda maior). Além disso, as evidências empíricas seriam bem diferentes se Brenner mobilizasse certas ferramentas estatísticas; por exemplo, nalguns momentos a trajetória da taxa de lucro afigurava-se muito distinta se Brenner minimizasse a influência das vicissitudes da demanda, ajustando seus dados em função das variações da capacidade produtiva. Nas palavras dos autores “a queda na taxa de lucro entre 1966 e 1971, que é o cerne da tese de Brenner, seria inexpressiva comparada a fases anteriores se ele ajustasse seu material em função dos efeitos das flutuações na demanda”⁹⁰⁴. Já Thomas Martin argumenta que não havia sobrecapacidade antes do final de 1969, e que entre 1967 e 1996 a média da capacidade utilizada foi de 81,1%, muito pouco abaixo da média de 82,4% vigente entre 1948 e 1965⁹⁰⁵.

Hoveman⁹⁰⁶, por sua vez, constata que Brenner identifica o fenômeno do aumento da composição técnica do capital, a crescente fixação do capital em enormes estruturas produtivas, e o crescimento da produtividade daí decorrente como processos favoráveis à lucratividade - tanto à taxa quanto à massa de lucro. O problema para ele seria a superprodução⁹⁰⁷, o fato de se multiplicarem unidades produtivas de um mesmo ramo, concorrendo entre si, de tal modo a inundar com mercadorias não-complementares um mercado sem capacidade de absorvê-las. Ao contrário, junto à crítica dos argumentos subconsumistas, como o de Post e Malloy, e a tese do *profit squeeze*, de certa forma advogada por Arrighi, sustentaremos no último capítulo deste texto que é a sobreacumulação, e não a mera superprodução, que se encontra no cerne das crises em questão, e que explica a queda da taxa de lucro efetivamente verificada no período visado por Brenner.

Ademais, diga-se de passagem, a estruturação da produção em escala global, o dinamismo da concorrência no mercado mundial, a importância crescente da produção (e destruição) capitalista do espaço e das regiões, o vertiginoso aumento da mobilidade do capital, esses e outros processos já considerados contradizem a concepção de Brenner sobre o caráter estritamente mimético da concorrência capitalista. Por outro lado, já se viu que os grandes conglomerados transnacionais, personagens dominantes no mercado mundial, estruturam suas estratégias em escala global, e não se submetem a essa divisão estanque entre Estados-nação, acometidos por uma miopia localista.

Em todo caso, ainda não se dispõe aqui de um quadro conceitual suficientemente abrangente para considerar todos esses pontos de modo mais conclusivo. Busquemos complementá-lo, considerando agora as duas últimas noções-chave que falta abordar.

⁹⁰⁴ Idem, *ibidem*, s/p.

⁹⁰⁵ Martin, T. “The world market in upswing and turbulence”. Disponível em: http://www.workersliberty.org/system/files/brenner-8_0.pdf, s/p.

⁹⁰⁶ Hoveman, R. “Brenner and crisis: a critique”. Disponível em: <http://pubs.socialistreviewindex.org.uk/isj82/hoveman.htm>.

⁹⁰⁷ Aliás, com igual facilidade, no texto de Brenner sobre capacidade, sobre-produção, e baixas nas taxas de lucro se tornam sinônimos.

5. Hegemonia e Imperialismo

Vimos nas seções precedentes a recorrência do tema da hegemonia nas análises dos autores que se propuseram a interpretar o capitalismo contemporâneo. É fato que, na década de 1970, muitos foram os que auspiciaram a queda dos Estados Unidos como principal potência mundial, no bojo da crise econômica que se alastrou pelo mundo, e diante da perda de competitividade das empresas norte-americanas, da derrota na Guerra do Vietnã e de outros acontecimentos,. No entanto, ao conquistar a primazia financeira, ao garantir a manutenção do dólar como moeda mundial, agora livre das restrições impostas pela referência ao ouro; ao reafirmar seu poderio militar em meio à “Segunda Guerra Fria”; ao consolidar sua proeminência cultural e ideológica, por meio da universalização do pós-modernismo e do neoliberalismo, dentre vários outros fatores; e, finalmente, com a derrocada soviética, a categoria de hegemonia se difunde amplamente, inclusive nos meios de comunicação de massa, e muitos intelectuais passam a compartilhar a tese de que “nada de essencial do mundo contemporâneo pode se explicado sem uma compreensão minimamente adequada da hegemonia norte-americana”⁹⁰⁸.

Existe certo consenso em torno da idéia de que a hegemonia não pode ser confundida simplesmente com dominação, e tampouco circunscrita ao âmbito da economia ou do poderio bélico⁹⁰⁹. Tal perspectiva com frequência tem por referência a obra de Gramsci, reinterpretada por diferentes óticas. Diz Ceceña, por exemplo, que “... por hegemonia entendemos a capacidade de universalizar a própria visão de mundo”; trata-se da “capacidade de gerar uma concepção universal do mundo a partir dela mesma, de dominar através do consenso e de reproduzir as formas de dominação nos espaços dos dominados”⁹¹⁰.

Um dos autores que se debruçou sobre o tema de modo mais profícuo foi Giovanni Arrighi, e optamos por fazer de algumas de suas teses uma espécie de eixo desta seção. Em *O Longo Século XX*, Arrighi procura comprovar a tese braudeliana de que os chamados processos de “financeirização” não são um fenômeno contemporâneo, mas antes parte de um ciclo sistêmico próprio ao modo de produção capitalista deste seus primórdios. Em suas palavras,

⁹⁰⁸ Sader, E. “Hegemonia e contra-hegemonia”. In: Ceceña, A.E. (org) *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.15. “A maioria das interpretações e análises sobre a guinada adotada pela política estadunidense e sobre suas repercussões no conjunto mundial coloca no centro o debate sobre a hegemonia” (Ceceña, A.E. “Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites”. In: Ceceña, A.E. (org) *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.35).

⁹⁰⁹ Cf. Sader, E. “Hegemonia e contra-hegemonia”. In: Ceceña, A.E. (org) *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.17.

⁹¹⁰ Ceceña, A.E. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.112 e p.8, respectivamente. Com forte viés foucaultiano, Ana Esther Ceceña defende que, “o que Gramsci está realmente pondo em questão não é o uso da força, e sim o lugar difuso e o conteúdo multidimensional do poder /. A hegemonia, nestes termos, não pode ser circunscrita ao poder econômico ou militar, ainda que estes sejam parte dos argumentos de construção dos discursos de verdade” (idem, “Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites”. In: Ceceña, A.E. (org) *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.37). Nesse sentido, ela centra sua atenção no campo da ciência e da tecnologia (cf. idem, *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.113-4; idem, “Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites”. In: Ceceña, A.E. (org) *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.41).

“nesse esquema [o esquema interpretativo braudeliano], o capital financeiro não é um etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna. Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes da destruição recorrente de ‘antigos’ regimes e da criação simultânea de ‘novos’”⁹¹¹.

De sua perspectiva, é inerente à formação social capitalista o estabelecimento de uma “economia-mundo” ou de um “sistema-mundial” específico. Trata-se de determinado espaço geográfico, organizado hierarquicamente em torno de um núcleo central⁹¹², que exerce papel central na consolidação e manutenção (e ocaso) do *regime de acumulação* vigente em escala mundial, sendo o motor do “*ciclo sistêmico da acumulação*” que corresponde a tal regime⁹¹³. Na fase inicial do ciclo, o núcleo impulsionaria a expansão da riqueza material, que Arrighi expressa em D-M (numa canhestra analogia ao circuito da mercadoria), seguida por uma fase de declínio, marcada pelo acirramento da competição inter-estatal, pela expansão da riqueza financeira, M-D⁹¹⁴, e por profundas turbulências econômicas, políticas, sociais, bélicas etc. (o “caos sistêmico”⁹¹⁵). Com isso, dar-se-ia o desfecho do ciclo, e a substituição de um núcleo central por outro, sob a égide de “duas tendências complementares: a de sobreacumulação de capital e a da intensa competição inter-estatal por capital móvel”⁹¹⁶. O primeiro ciclo sistêmico de acumulação que Arrighi identifica remete às cidades-Estado italianas, nos idos dos séculos XIII e XIV; o ciclo subsequente, holandês, daria início à sucessão de hegemonias. A partir daí, cada núcleo central teria uma abrangência e um poder superior ao que lhe antecedeu, e internalizaria funções e custos que o anterior teria deixado fora de seu domínio⁹¹⁷.

⁹¹¹ Idem, ibidem, p.IX-X; cf. idem, ibidem, p.166. Assim, “os ciclos sistêmicos de acumulação, ao contrário da logística de preços e dos ciclos de Kondratieff, são, portanto, fenômenos intrinsecamente capitalistas” (Arrighi, G., *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.8). Diga-se de passagem, a filiação braudeliana de Arrighi não é acrítica. Em suas palavras, “Braudel é uma fonte incrivelmente rica de informação sobre os mercados e o capitalismo, mas carece de um marco teórico. Ou mais precisamente, como assinalou Charles Tilly, Braudel é tão eclético que tem inúmeras teorias parciais, a soma das quais não é uma teoria. Não é possível simplesmente apoiar-se em Braudel; deve-se aproximar-se dele com uma idéia clara sobre o que se está buscando e sobre o que se quer extrair dele” (entrevista de Giovanni Arrighi a David Harvey, publicada em 26 de maio de 2009, na Revista Rebellion http://www.rebellion.org/noticia_pdf.php?id=85959, p.8).

⁹¹² Cf. Braudel, F. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p.68-9.

⁹¹³ “As expansões e reestruturações da economia capitalista mundial têm ocorrido, antes, sob a liderança de determinadas comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais, singularmente bem-posicionados para tirar proveito das conseqüências não pretendidas dos atos de outros agentes. O que entendemos por regime de acumulação em escala mundial são as estratégias e estruturas mediante as quais esses agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial” (Arrighi, G., *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.10).

⁹¹⁴ Cf. idem, ibidem, p.6, p.88, e idem, “Hegemony Unravelling. Part II”. In: New Left Review, nº 33, maio-junho de 2005, p.4-6.

⁹¹⁵ “Por caos sistêmico nós entendemos a situação de severas e aparentemente irremediáveis desorganizações sistêmicas” (Arrighi, G.; Silver, B.J. (orgs). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, p.33).

⁹¹⁶ Arrighi, G. Silver, B.J. (orgs). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, p.31.

⁹¹⁷ “O principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade” (Arrighi, G., *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.10).

Na acepção de Arrighi, hegemonia se refere “especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”, por meio de um poder que “é algo maior e diferente da ‘dominação’ pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da ‘liderança intelectual e moral’”⁹¹⁸. Trata-se, grosso modo, da capacidade de “convencer” as demais potências que a liderança que o país hegemônico exerce catapulta o desenvolvimento geral do sistema, e acarreta benefícios a todos que o compõe⁹¹⁹.

De uma perspectiva mais nuançada, Arrighi argumenta que o capitalismo se desenvolveu simultaneamente, por um lado, por meio de sua identificação com determinados Estados (que em certa altura se tornaram hegemônicos), e por outro, guardando autonomia face aos Estados particulares, por meio de grandes organizações empresariais que atuavam em diferentes espaços pelo mundo. Nesse sentido, o autor distingue dois “modos opostos de governo ou de lógica de poder”, o capitalismo propriamente dito, e o territorialismo⁹²⁰. A lógica territorialista evidentemente teria como foco principal a extensão territorial dos domínios governamentais e o contingente populacional que eles compreendem, ao passo que a lógica capitalista tomaria como objetivo último a acumulação de capital. E desde os primórdios do capitalismo a dialética entre ambas as lógicas teria determinado a construção dos sistemas-mundiais⁹²¹.

De modo a não fugirmos aos nossos propósitos, deixemos de lado o conjunto da análise de Arrighi sobre a sucessão dos ciclos sistêmicos da acumulação desde Gênova até os dias de hoje. Consideremos apenas algumas proposições sobre o atual ciclo, que corresponde à hegemonia norte-americana.

De acordo com Arrighi, são vários os fatores que explicam o forte desenvolvimento capitalista dos EUA, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX: sua grande dimensão territorial, seu mercado interno em expansão, a abundância de recursos naturais, sua insularidade, os desenvolvimentos tecnológicos logrados, que lhe trouxeram vantagens comerciais e o predomínio no comércio dos oceanos Atlântico e Pacífico, o poder de atração de mão-de-obra e de capital, este último oriundo sobretudo da Inglaterra, que encontrou ali um importante e lucrativo escoadouro das divisas que a inundavam, entre outros. Porém, numa palavra, a grande conquista norte-americana (em relação à Inglaterra) foi a internalização daquilo que Arrighi designa por

⁹¹⁸ Idem, *ibidem*, p.27-8.

⁹¹⁹ Idem, *ibidem*, p.30; cf. também Arrighi, G.; Silver, B.J. (orgs). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, p.26 e p.27.

⁹²⁰ Idem, *ibidem*, p.33.

⁹²¹ “Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital” (Arrighi, G., *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.33). “Essa dialética entre capitalismo e territorialismo é anterior ao estabelecimento, no século XVII, de um sistema interestatal pan-europeu. Suas origens residem na formação, dentro do sistema medieval de governo, de um subsistema regional de cidades-Estados capitalistas no norte da Itália” (idem, *ibidem*, p.36).

“custos de transação”⁹²². Trata-se de uma revolução organizacional, que se teria gestado nesse período, por meio da integração não só horizontal, mas principalmente vertical, conduzindo à imbricação da produção em massa com distribuição em massa. Muito diferente, portanto, do padrão característico do domínio britânico, marcado antes pela “clivagem” entre produção e distribuição⁹²³. Ademais, em oposição à Inglaterra, os Estados Unidos seriam uma “economia nacional auto-centrada”; é fato que estes, assim como a Inglaterra, cumpriram com a precípua condição de reestruturar o sistema interestatal, porém, “em comparação com o imperialismo de livre-comércio, as instituições da hegemonia norte-americana restringiram consideravelmente os direitos e poderes de as noções soberanas organizarem relações com outros Estados e com seus próprios cidadãos como lhes aprouvesse”⁹²⁴. E o livre-comércio norte-americano se distinguiria do britânico, pois, apesar da resistência do capital financeiro norte-americano, o primeiro consistiria simplesmente no estabelecimento de negociações bi e multilaterais entre países com o intuito de abrir novos mercados para os produtos e para o capital dos EUA⁹²⁵. Outra importante “internalização” promovida pelos Estados Unidos seria a do próprio imperialismo, como se revela nos sistemáticos massacres das populações nativas⁹²⁶.

Em suma, sob a hegemonia norte-americana ter-se-ia criado uma vigorosa tendência à “internalização” do comércio mundial em gigantescas empresas transnacionais, que expressaria a “prevalência” do investimento direto em relação ao comércio⁹²⁷. Assim, o ciclo sistêmico norte-americano seria marcado, antes de tudo, pela emergência de um “capitalismo das corporações”⁹²⁸, de cunho progressivamente multinacional, e favorecido pelo controle norte-americano sobre a liquidez mundial, e por sua postura intervencionista⁹²⁹. As corporações teriam adquirido tamanha proeminência e dimensão, que passaram a exercer plenos controles sobre os níveis de produção e dos preços, mesmo no longo prazo. Nesse sentido, segundo Arrighi, enquanto a Inglaterra teria *dominado* o mercado mundial, os Estados Unidos o teriam *superado*⁹³⁰.

⁹²² Cf. idem, ibidem, p.247.

⁹²³ Idem, ibidem, p.248 e p.291.

⁹²⁴ Idem, ibidem, p.67; cf. idem, ibidem, p.65.

⁹²⁵ Cf. idem, ibidem, p.303, p.290, e idem, *Geometry of Imperialism: the limits of Hobson's paradigm*. Londres: NBL, 1978, p.85.

⁹²⁶ Idem, ibidem, p.83. Para “fora”, segundo Arrighi, apesar da anexação do Alaska, da pressão sobre o Canadá e sobre as Ilhas Havaianas, que viriam a ser posteriormente anexadas, da anexação das Filipinas, da ocupação do Panamá, entre outros processos, os Estados Unidos seriam “pouco imperialistas”.

⁹²⁷ Idem, *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996, p.73.

⁹²⁸ Idem, ibidem, p.303; cf. idem, *Geometry of Imperialism: the limits of Hobson's paradigm*. Londres: NBL, 1978, p.131.

⁹²⁹ Cf. Arrighi, G. Silver, B.J. (orgs). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, p.140). Para uma comparação entre as “companhias por ações cartelizadas” e as “corporações multinacionais”, cf. idem, ibidem, p.144. “O governo norte-americano desempenhou um papel tão decisivo na promoção da expansão transnacional do capital corporativo dos Estados Unidos quanto na criação de condições para sua consolidação doméstica. Ele proveu às corporações norte-americanas operando no exterior com incentivos fiscais e esquemas de segurança, assim como proteção política e militar [...]. Mais importante, ele contribuiu decisivamente para tornar a Europa ocidental uma arena primária do investimento exterior direto norte-americano” (idem, ibidem, p.139).

⁹³⁰ Idem, ibidem, p.296-99.

Não obstante, como teria ocorrido nos ciclos sistêmicos da acumulação precedentes, o sucesso econômico norte-americano foi acompanhado pelo acirramento da concorrência internacional, que se deu *pari passu* à reestruturação dos países beligerantes, a qual, somada à corrida armamentista com a URSS e os revezes na Guerra do Vietnã, teria produzido a crise “sinalizadora” do fim da hegemonia norte-americana, entre 1968 e 1973⁹³¹.

Aqui são atingidos os limites temporais da análise histórica de Arrighi em *O Longo Século XX*, escrito na primeira metade da década de 1990. Crendo estar diante da crise terminal da hegemonia norte-americana, à luz daquele contexto, ele assevera que

“historicamente, as crises de superacumulação que marcaram a transição de uma estrutura organizacional para outra também criaram condições para a emergência de agentes governamentais e empresariais cada vez mais poderosos, capazes de solucionar tais crises através de uma reorganização da economia capitalista em bases sempre maiores e mais amplas. Como antecipamos na Introdução, contudo, esse processo é necessariamente limitado no tempo. Cedo ou tarde, ele está fadado a atingir uma etapa em que a crise de superacumulação não consegue criar um agente suficientemente poderoso para recompor o sistema em bases maiores e mais amplas. Há sinais de que talvez tenhamos entrado nessa etapa”⁹³².

O primeiro desses sinais seria o rebaixamento de todo um conjunto de países e regiões à condição de “supérfluos”, palcos de crescentes conflitos, sob as mais diversas roupagens. A escalada da violência em âmbito mundial também revelaria a esgarçada do sistema interestatal, e mesmo a derrocada “do moderno sistema de Estados territoriais como *locus* primário do poder mundial”⁹³³. Outro aspecto teria sido a superação das multinacionais por corporações transnacionais, emancipadas da batuta de qualquer governo nacional⁹³⁴, o que teria minado os marcos regulatórios do mercado mundial⁹³⁵. Nesse contexto, disseminou-se a informalidade e a proliferação de “distritos industriais marshalianos”, em que empresas se valem das externalidades de rede, e exploram as economias de escopo, a produção sob medida ao invés da maciça; tratar-se-ia do surgimento de uma tendência à concentração sem centralização⁹³⁶.

No entanto, o ocaso do capitalismo em um novo caos sistêmico de proporções e intensidade sem precedentes – de consequências imprevisíveis, mas pouco auspiciosas – não seria a única alternativa. Haveria também a possibilidade de os Estados Unidos e outras potências ocidentais empregarem seu peso político e econômico, bem como sua capacidade acumulada de

⁹³¹ Cf. Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.332. “Crise sinalizadora – que é a mudança do comércio e da produção para a intermediação financeira e para a especulação – é o sinal de que a possibilidade para se continuar lucrando com o reinvestimento de capital na expansão material da economia mundial alcançou seu limite” (idem, Postscript to the Second Edition of *The Long Twentieth Century*, 2009. Disponível em: www.soc.jhu.edu/people/arrighi/publications, p.1).

⁹³² Idem, *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.342

⁹³³ Idem, *ibidem*, p.343.

⁹³⁴ “Esse enfraquecimento das capacidades regulatórias dos Estados é ao mesmo tempo o mais distintivo produto da hegemonia norte-americana e o principal fator que contribui com a atual tendência no sentido da informalização na organização das empresas” (Arrighi, G. Silver, B.J. (orgs). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, p.147).

⁹³⁵ Cf. idem, *ibidem*, p.278.

⁹³⁶ Idem, *ibidem*, p.149.

gestão do Estado e da guerra, para redirecionarem ao seu favor os capitais que se multiplicavam nos novos centros da acumulação. Mobilizando instituições supranacionais, como o FMI e o Conselho de Segurança da ONU – que na década de 1980 teriam sido alçados, respectivamente, aos postos de “ministério das finanças mundiais” e de “ministério de policiamento mundial”⁹³⁷ -, construir-se-ia assim um “império realmente global”.

A terceira e última alternativa apresentada em *O Longo Século XX* – na qual Arrighi parece depositar suas fichas - seria a assunção da hegemonia mundial pelas economias orientais, Japão à frente⁹³⁸. Nas palavras de Arrighi,

“sob ambos os pontos de vista, a façanha japonesa destaca-se em muito da de todos os outros [países “emergentes”], dentro ou fora do leste asiático. A rapidez e a extensão com que o Japão abocanhou uma parcela maior da renda e da liquidez mundiais não têm paralelo na economia mundial contemporânea. Elas puseram a classe capitalista japonesa numa categoria à parte, como verdadeira herdeira das classes capitalistas genovesa, holandesa, britânica e norte-americana, na época de seus respectivos grandes saltos à frente como novos líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital”⁹³⁹.

Outro indício dessa ascensão seria a assunção, pelo Japão, de posições independentes no cenário geopolítico internacional, em reação aos prejuízos acarretados após o Acordo do Plaza⁹⁴⁰.

Em textos mais recentes, a interpretação e os prognósticos de Arrighi sofrem mudanças; aquela “crise terminal” da hegemonia norte-americana passa a ser vista como uma “crise sinalizadora”, e a chamada crise do “*subprime*”, esta sim, expressaria o fim da primazia norte-americana, junto à progressiva perda de legitimidade dos Estados Unidos como potência-lider no mercado mundial⁹⁴¹. Em suas palavras, “apesar de todos seus limites, o projeto condensado,

⁹³⁷ Arrighi, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.343.

⁹³⁸ Cf. idem, ibidem, p.344.

⁹³⁹ Idem, ibidem, p.347. O que foi reforçado pela ascensão das economias do sudeste asiático desde a década de 1970, sobretudo os chamados Tigres Asiáticos (Cingapura, Taiwan, Coreia do Sul, e Hong Kong), a qual muito deveu aos investimentos, às transferências unilaterais e à diplomacia norte-americanas, que mitigou as dissensões e a aversão regional contra o passado colonialista japonês; cf. idem, ibidem, p.349-53.

⁹⁴⁰ Ao contrário, sobre a suposta ameaça japonesa à hegemonia norte-americana, Gowan constata em meados da década de 1990 que o mercado financeiro japonês “é pequeno demais para sustentar o iene como moeda mundial e a economia japonesa é bastante fechada em termos comerciais” (Gowan, P. *A Roleta Global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.119).

⁹⁴¹ “... mostrei-me ambíguo sobre em que momento nos encontrávamos no princípio da década de 1990, quando escrevi o *Longo Século XX*. Pensava que de algum modo a *belle époque* dos Estados Unidos estava acabada, quando na realidade estava apenas começando. Reagan a preparou provocando uma recessão importante, que criou a continuidade de condições para a subsequente expansão financeira, mas foi Clinton quem realmente presidiu a *belle époque* que depois terminou no colapso da década de 2000, especialmente da Nasdaq. Com a explosão da bolha da habitação, o que estamos observando agora é, com toda a claridade, a crise terminal da centralidade financeira e da hegemonia estadunidense” (Arrighi, G. Entrevista a David Harvey, publicada em 26 de maio de 2009, na Revista Rebelion http://www.rebelion.org/noticia_pdf.php?id=85959, p.23). Recorde-se que, num artigo de 1986, supracitado, em que Tavares analisa a “tendência a uma nova divisão internacional do trabalho em que os EUA passariam realmente a ser uma potência verdadeiramente cêntrica capaz de reordenar a economia mundial, com base num novo tipo de transnacionalização da sua própria economia nacional” (Tavares, M.C. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.29), a autora já propugnava que as políticas econômicas internas e externas norte-americanas desde o final da década de 1970 teriam o fito de reverter a tendência à perda da hegemonia e restabelecer o controle norte-americano sobre o sistema financeiro internacional, sobretudo por meio da “diplomacia do dólar forte” (idem, ibidem, p.30). Tratava-se, portanto, de uma tentativa consciente de reafirmar a posição do dólar como moeda mundial, e reestruturar a força de hegemonia norte-americana, tese que é reforçada e desenvolvida num artigo mais recente: “... a concentração de poder político e financeiro existente no mundo contemporâneo não é resultado espontâneo do aumento da competição e da eficiência dos ‘mercados globalizados’, mas de uma política deliberada de retomada da hegemonia mundial, a partir da década de setenta, quando a potência norte-americana parecia entrar em decadência”

militarizado, de governo mundial lançado por Truman foi qualificado e percebido por um grande número de detentores de poder em âmbito nacional como proteção legítima”⁹⁴². A própria Guerra Fria era tida como legítima, em função da necessidade de reconstrução européia e japonesa, e da proteção contra a ameaça soviética. Entretanto, entre outros fatores, com a derrota na Guerra do Vietnã, e a turbulência econômica que se estabeleceu, “a Administração de Reagan iniciou a transformação da proteção legítima em proteção extorsiva”⁹⁴³, evidenciada na submissão econômica do Japão, na deflagração da “Segunda Guerra Fria”, no recrudescimento da repressão contra as vozes dissonantes nos países da periferia do capitalismo, na deslegitimação das Nações Unidas, na conversão ainda mais acentuada das instituições “multilaterais”, como o FMI e o Banco Mundial, em correias de transmissão dos interesses norte-americanos, e na cobrança de “seus clientes mais ricos e dependentes militarmente (sobretudo a Arábia Saudita, o Kuwait, os Emirados Árabes Unidos, a Alemanha e especialmente o Japão)” por “proteção”⁹⁴⁴. Em episódios como a Guerra do Golfo e as missões de cunho “humanitário” em Kosovo e na Bósnia, os Estados Unidos, “como os gângsteres da década de 1930”, efetivamente forçaram seus aliados a pagar parte importante da conta⁹⁴⁵.

No entanto, foi durante a administração de “Bush Filho” que esse processo teria se acirrado, sobretudo com a invasão do Afeganistão e do Iraque, em que se produziu, sempre de acordo com Arrighi, “uma situação comparável à Guerra do Vietnã”. A provável derrota norte-americana, auspícia Arrighi, “será vista como tendo precipitado sua crise terminal”, e mesmo o

(idem, “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.57). Gowan, por sua vez, assevera que “o governo Nixon estava determinado a romper uma série de disposições institucionalizadas, que limitavam o domínio dos Estados Unidos na política monetária internacional, de modo a estabelecer um novo regime que lhe daria um poder monocrata sobre os negócios monetários internacionais” (Gowan, P. *A Roleta Global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.45). Cf. Panitch, L.; Gindim, S. “‘Imperialism and global political economy’: A reply to Callinicos”. <http://www.socialistproject.ca/theory/CallinicosReply.pdf>, p.2 e p.4.

⁹⁴² Arrighi, G. “Hegemony Unravelling”. Party II. In: *New Left Review*, nº 33, maio-junho de 2005, p.28.

⁹⁴³ Idem, ibidem, p.30. No original, “racket protection”, uma prática tradicionalmente relacionada à máfia, a extorsão de dinheiro como suposta “proteção” contra riscos que são produzidos pelo próprio “protetor”. Prática essa que nos é familiar, e tem se disseminado por cidades de vários estados brasileiros nos últimos anos, por meio da ação de organizações para-policiais, usualmente designadas como “milícias”. Cabe constatar que também aqui Conceição Tavares foi presciente: “há algum tempo atrás, tudo levava a crer que os EUA tinham perdido a capacidade de liderar a economia mundial de uma maneira benéfica. Isso continua a ser verdade. Mas por outro lado os americanos, indiscutivelmente, deram, de 1979 a 1983, uma demonstração de sua capacidade maléfica de exercer sua hegemonia e de ajustar todos os países, através da recessão, ao seu desiderato. E o fizeram, está claro, com uma arrogância e com uma violência sem precedentes” (Tavares, M.C. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.37). Ou ainda, “na medida em que venham a abdicar do papel de gestores hegemônicos da ordem internacional numa tentativa de imporem-se como centro de comando imperial, os EUA poderão introduzir um forte elemento de instabilidade institucional na correlação de forças precárias, ainda que nitidamente definida, que hoje lideram” (idem, “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.84). Cf. Panitch, L.; Gindim, S. “Global Capitalism And American Empire”. Disponível em: http://journal.alternatives.ca/IMG/pdf/Panitch_Gindim.pdf, p.29).

⁹⁴⁴ Segundo Fiori, os Estados Unidos transformam o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan em “protetorados militares e territórios de competição/demonstração econômica comandada pela lógica do *containment*” (Fiori, J.L. “Globalização, hegemonia e império”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.106).

⁹⁴⁵ Cf. Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.266-7.

êxito em aplacar a “insurreição iraquiana” e em desbaratar a Al Qaeda não eliminariam os efeitos perniciosos já acumulados, os quais favoreciam a China⁹⁴⁶.

Ademais, Arrighi alerta que, graças ao atual nível de endividamento da economia norte-americana, uma nova maxi-desvalorização do dólar levaria a uma recessão violenta, que não criaria as condições para uma recuperação sólida e abriria brechas para o ascenso de moedas concorrentes, aptas a substituir o dólar como moeda mundial. A hegemonia norte-americana estaria, portanto, sinuada...

Diante desse contexto, ao mesmo tempo em que rapidamente descarta o caminho de uma unificação das potências capitalistas num império mundial⁹⁴⁷, Arrighi novamente concentra suas atenções no leste asiático, só que agora a China é apontada como provável novo *hegemon*⁹⁴⁸. Diante desse ascenso chinês⁹⁴⁹, Arrighi discute possíveis reações norte-americanas⁹⁵⁰, e constata que a suposta indefinição de uma estratégia norte-americana em relação à China seria explicada pela avaliação de que a resolução vitoriosa do conflito no Iraque seria a melhor medida para contê-la; e pelas as posições conflituosas em relação à questão dentro dos próprios Estados Unidos, já que, por um lado, parte dos industriais e dos investidores norte-americanos se beneficiam e apóiam o crescimento econômico chinês, e, por outro lado, muitos temem a integração econômica com a China, principalmente no que tange aos processos de terceirização da produção – sobretudo na indústria bélica -, já outros rechaçam a China sob a crença de que esta estaria roubando empregos e ameaçando o *american way of life*⁹⁵¹.

A despeito da decisão norte-americana, em *Adam Smith em Pequim* a “tese geral” defendida por Arrighi é a de que nunca teria sido mais provável “a concretização da idéia de Smith de uma sociedade mundial de mercado baseada em uma maior igualdade entre as civilizações”⁹⁵². E nesse sentido ele prevê um rearranjo global, que dará fim aos desmandos das atuais potências

⁹⁴⁶ Idem, *ibidem*, p.57. Cf. idem, “Hegemony Unravelling”. Party II In: *New Left Review*, n° 33, maio-junho de 2005, p.33.

⁹⁴⁷ Cf. idem, entrevista de Giovanni Arrighi a David Harvey, publicada em 26 de maio de 2009, na Revista Rebelion http://www.rebellion.org/noticia_pdf.php?id=85959, p.21.

⁹⁴⁸ Cujo fortalecimento político e econômico é apresentado como a culminância de um processo de ascensão do leste asiático iniciado nos anos de 1950: “o renascimento [econômico da Ásia oriental] ocorreu em um processo de bola-de-neve, com ‘milagres’ econômicos interligados, numa sucessão de Estados da Ásia oriental, a começar pelo Japão nas décadas de 1950 e 1960, passando por Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Malásia e Tailândia nas décadas de 1970 e 1980, e culminando, nos anos 1990 e início dos anos 2000, com o surgimento da China como centro da expansão econômica e comercial mais dinâmica do mundo” (idem, *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.18). Um relevante diferencial chinês, em relação às demais potências asiáticas, seria o fato de que “a China não é vassala dos Estados Unidos, como o Japão ou Taiwan, nem é uma reles cidade-Estado, como Hong Kong e Cingapura” (idem, *ibidem*, p.23). Ademais, os Estados Unidos dependeriam mais da China, mais precisamente das mercadorias baratas e da compra de títulos do Tesouro norte-americano, do que o inverso.

⁹⁴⁹ Que também é identificado por Fiori: “... a China está se transformando na primeira sociedade não branca e não européia com status de superpotência global. E não há no ar nenhum sinal de recuo” (Fiori, J.L. “Era uma vez um Imperador chinês”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.217; cf. também Harvey, D. “Por qué está condenado al fracaso el paquete de estímulos económicos”, 2009. Disponível em: www.rebellion.org/noticia.php?id=80953, s/p). Porém, Fiori aposta numa crescente aproximação entre China e Estados Unidos (Fiori, J.L. “O sistema mundial, no início do século XXI”. In: J.L. Fiori, F. Serrano e C. Medeiros. *O Mito do Colapso Americano*, Editora Record, Rio de Janeiro, 2008, p.65).

⁹⁵⁰ Cf. Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.295-308.

⁹⁵¹ Trata-se dos “conservadores por contra-reação”, dos quais fala Thomas Frank, em geral profundamente nacionalistas, militaristas, xenófobos, racistas e fundamentalistas religiosos; cf. idem, *ibidem*, p.313.

⁹⁵² Idem, *ibidem*, p.24.

centrais, e engendrará um sistema global mais harmônico e equilibrado. Isso, “desde que os grupos dominantes do hemisfério Sul em geral, e da China e da Índia em particular, abram um caminho capaz de emancipar não só seus países como o mundo todo da devastação social e ecológica provocada pelo desenvolvimento capitalista ocidental”(!!!!)⁹⁵³.

É essa perspectiva alvissareira que se abriria no horizonte com o fim do “longo século XX norte-americano”, segundos os estudos de Arrighi realizados já no final de sua vida. À luz do que vimos sobre o desenvolvimento chinês na seção 3 deste capítulo, um misto de acumulação primitiva e revolução industrial, com intensa extração conjugada de mais-valia absoluta e relativa, trata-se de uma abordagem surpreendente, senão delirante.

Viu-se que, segundo Arrighi, o capitalismo se desenvolve por meio dos chamados ciclos sistêmicos de acumulação, que consistiriam “numa fase de expansão material (DM) seguida de uma fase de expansão financeira (MD)”⁹⁵⁴. Desse modo, o atual processo de “financeirização” nada teria de surpreendente; seria o fim do “longo século norte-americano”, já antecedido pelo o “longo século XVI” (o século genovês), pelo “longo século XVII” (o século holandês); e pelo “longo século XIX” (o século britânico)⁹⁵⁵. Assim, Arrighi é capaz de propugnar que “... todas as expansões financeiras subseqüentes foram variações de um roteiro encenado pela primeira vez na cidade-Estado toscana”⁹⁵⁶.

Uma primeira objeção que se poderia fazer à abordagem de Arrighi diz respeito à falta de consideração sobre a especificidade histórica de cada fase da acumulação capitalista, ou a imersão da história da acumulação numa noite em que todos os gatos são pardos. Em resposta a essa crítica, que acusa Arrighi de considerar a história como um incessante retorno do mesmo, ele próprio assevera que

“precisamente quando o ‘mesmo’ (isto é, as recorrentes expansões financeiras de dimensão sistêmica) parece retornar, novas rodadas de competição inter-capitalista, rivalidades interestatais, acumulação por espoliação, e produção de espaço numa sempre-crescente escala revolucionam a geografia e o modo de operação do capitalismo mundial, assim como sua relação com práticas imperialistas”⁹⁵⁷.

O fato de identificar padrões e recorrências no desenvolvimento histórico capitalista não deve, por si só, comprometer os esforços de Arrighi. E realmente seria excessivo acusá-lo de entender o modo de produção capitalista como um “eterno retorno”, já que ele identifica tendências que diferenciam os ciclos sistêmicos entre si⁹⁵⁸. Porém, e malgrado a riqueza de

⁹⁵³ Idem, *ibidem*, p.389.

⁹⁵⁴ Idem, *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996, p.88.

⁹⁵⁵ Idem, *ibidem*, p.221.

⁹⁵⁶ Idem, *ibidem*, p.326.

⁹⁵⁷ Idem. Hegemony Unravelling. Party II In: *New Left Review*, nº 33, maio-junho de 2005, p.8; cf. idem, Postscript to the Second Edition of *The Long Twentieth Century*, 2009. Disponível em: www.soc.jhu.edu/people/arrighi/publications, p.6.

⁹⁵⁸ Uma dessas tendências seria, por exemplo, a da “formação de blocos cada vez mais poderosos de organizações governamentais e empresariais”, bem como a do aumento da escala e a sofisticação dos processos de acumulação, seja em sua etapa de expansão material, seja de expansão financeira (cf. idem, *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro:

elementos presentes em sua análise histórica, Arrighi não consegue escapar à criação de um modelo um tanto mecânico, que ele procura aplicar à realidade. O fato de ele ter se apressado em decretar o fim da hegemonia norte-americana, e eleito o Japão como nova potência hegemônica, e posteriormente a China, são indicativos disso.

Em apoio a essa proposição, cabe considerar algumas objeções que José Luis Fiori levanta a certas proposições de Arrighi. Em primeiro lugar, Fiori questiona a tese de que as grandes expansões financeiras, marcadas pela multiplicação de operações especulativas, prenunciariam o fim do ciclo sistêmico de acumulação. Nesse sentido, ele pondera que a expansão financeira do início do século XIX não foi acompanhada por fortes movimentos especulativos, e teria marcado a consolidação, e não a crise, do império inglês. Um segundo momento de expansão financeira também contrariaria Arrighi; trata-se da expansão de 1873, fruto, esta sim, de uma crise de superacumulação, mas que tampouco desencadeou processos especulativos, servindo ao contrário para financiar as vendas de produtos ingleses no exterior e para consolidar o império colonial da Inglaterra. Finalmente, a expansão do final do século XX também atentaria contra o argumento de Arrighi, tendo sido contemporânea de uma fase caracterizada por um robusto e continuado crescimento da economia norte-americana⁹⁵⁹.

Por outro lado, a fraqueza das teses de Arrighi também se revelaria pela dificuldade de se sustentar que o acirramento da competição entre Estados e entre grandes capitais se deu exclusivamente em momentos de transição econômica⁹⁶⁰. Fiori também acha difícil de comprovar que as lutas revolucionárias e as organizações populares tenham sofrido um ascenso nesses períodos de transição. Assim, ele argumenta que a “Era das Revoluções” analisada por Hobsbawm coincidiu com a consolidação da hegemonia inglesa; o mesmo se pode dizer dos grandes movimentos de independência e de descolonização do início dos séculos XIX e XX, que coincidiram com a consolidação da hegemonia inglesa e norte-americana, respectivamente; além disso, a atual crise identificada por Arrighi seria contemporânea do descenso das lutas sociais em quase todo o mundo⁹⁶¹. Ainda em oposição a Arrighi, propugna Fiori que “o que estabiliza – sempre de forma transitória – a ordem hierárquica do sistema mundial não é a existência de um líder ou *hegemon*, é a existência de um conflito central e latente e de uma guerra potencial entre as grandes potências”⁹⁶².

Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996, p.309); cada novo bloco teria sido exitoso em internalizar um tipo de custo – associado a uma função social específica - em relação ao que dominava anteriormente: os holandeses superaram os genoveses internalizando os custos de proteção; os ingleses foram além dos holandeses ao internalizar os custos de produção, e os norte-americanos os ultrapassaram internalizando os custos de transação (cf. idem, ibidem, p.80). Além disso, Arrighi aponta uma tendência à autonomização das “redes de acumulação” face às redes de poder e à subordinação das últimas às primeiras; uma inversão em relação à situação original, posto que, “no princípio, as redes de acumulação de capital estavam inteiramente inseridas em redes de poder e lhes eram subordinadas” (cf. idem, ibidem, p.87).

⁹⁵⁹ Fiori, J.L. *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.57.

⁹⁶⁰ Idem, ibidem, p.57.

⁹⁶¹ Idem, ibidem, p.58.

⁹⁶² Idem, ibidem, p.31.

De acordo com Fiori, outra falha no esquema de Arrighi seria o superdimensionamento ideológico da importância do sistema financeiro e das empresas transnacionais, no final do século passado⁹⁶³. Por fim, Arrighi se equivocaria em identificar um enfraquecimento do poder norte-americano nas últimas décadas do século XX. Em primeiro lugar, não teria compreendido o funcionamento do novo sistema monetário internacional, no qual “os Estados Unidos não têm essa restrição externa [a preocupação com o preço de sua moeda em ouro] porque não existe nenhum tipo de paridade e podem financiar qualquer déficit com ativos denominados em sua própria moeda. Além de poder definir o valor das demais moedas do mundo com o simples manejo de suas taxas de juros”⁹⁶⁴. Isso sem considerar o poderio militar norte-americano, que teria atingido um nível sem precedentes⁹⁶⁵.

Se boa parte dessas críticas pode ser respondida com base nas teses e nas pesquisas empíricas de Arrighi, seria mais profícuo aproveitar as críticas de Fiori para diminuir a rigidez do esquema interpretativo daquele, e trazer à tona a necessidade de considerar cada fase do desenvolvimento capitalista em sua singularidade, sem buscar formatá-lo mecanicamente em esquemas pré-concebidos.

5.1. O Estado, a produção capitalista do espaço, e o imperialismo contemporâneo

Outro importante problema da teoria de Arrighi é compartilhado por Fiori. Apesar de ambos terem nas relações interestatais que se estabelecem no âmbito do mercado mundial seu principal objeto de análise, fornecendo, como vimos no caso de Arrighi, importantes esclarecimentos acerca do funcionamento do modo de produção capitalista, eles são incapazes de estabelecer uma conexão apropriada entre as determinações do “sistema-mundo” e o processo de reprodução do capital em escala nacional e global. Por vezes a importância do Estado e das relações entre Estados é superestimada ao ponto de desobrigá-los a estabelecer rigorosamente seu papel no interior da dinâmica da acumulação. E haveria aqui de se distinguir rigorosamente entre o papel desempenhado no momento de constituição do capitalismo e os momentos subsequentes.

De acordo com Fiori,

“a guerra, a moeda e o comércio sempre existiram. A originalidade da Europa, a partir do ‘longo século XIII’ foi a forma em que a ‘necessidade da conquista’ induziu e depois se associou com a ‘necessidade do lucro’. Por isso, a origem histórica do capital e do sistema capitalista europeu é indissociável do poder político”. Além disso, “... o verdadeiro ponto de partida do ‘sistema mundial moderno’ é os ‘Estados-economias nacionais’ que foram ‘inventados’ pelos europeus e que se transformaram em ‘máquinas de acumulação de poder e riqueza’, dotadas de uma ‘compulsão expansiva’ maior do que a dos primeiros poderes e capitais que se formaram na Europa durante o ‘longo século XIII’”⁹⁶⁶.

⁹⁶³ Idem, ibidem, p.58.

⁹⁶⁴ Idem, ibidem, p.59.

⁹⁶⁵ Idem, ibidem, p.59.

⁹⁶⁶ Idem, ibidem, p.24 e p.27, respectivamente. As citações são do livro *O poder americano*, do próprio Fiori.

Assim, em sua origem, a consolidação da acumulação capitalista e a estruturação dos Estados-nacionais e do mercado mundial teriam como eixo dinâmico a aquisição de poder político, e sendo a guerra o principal meio de lográ-lo, a lógica militarista e expansionista (territorialista) seria inerente a esse sistema⁹⁶⁷. Em suas palavras, “... a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do ‘jogo das trocas’, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela ‘acumulação do poder’, mesmo no caso das grandes ‘repúblicas mercantis’ italianas”⁹⁶⁸. Se tal impulso não pode ser de modo algum desprezado, nem por isso se justifica a unilateralidade dessas proposições. Não obstante, com tal formulação, diga-se de passagem, a análise de Fiori apresenta a vantagem de estabelecer uma relação menos exterior entre aquilo que Arrighi distinguiu como territorialismo e capitalismo, de modo bastante redutor, já que, ao invés de expor o modo *especificamente capitalista de expansionismo ou de territorialismo*, cinde a ambos, e os reduz a meros “modos de governo”.

De fato, como constata Anderson, a noção arrighiana de territorialismo é sub-teorizada, circunscrita ao espaço, concebido, por sua vez, de modo bastante abstrato e pouco profundo. O determinante para o movimento histórico é a acumulação de capital, o caráter *capitalista* dos *hegemon*s e de seus rivais, de tal modo que “‘territorialismo’, como oposto ao capitalismo, se torna, de fato, uma categoria residual [...]. Então, nós podemos perguntar: é esta dupla – capitalismo/territorialismo – suficiente para captar a trajetória essencial do sistema interestatal desde a Renascença?”. Ao que Anderson responde negativamente, frisando que falta à Arrighi a especificação da natureza dos Estados em questão, e de suas determinações sociais e ideológicas - “a diferenciação do caráter de classe” desses Estados. Ante tais ausências, Arrighi acabaria correndo o risco de “pré-datar o predominante e homogeneamente solitário sistema capitalista mundial por alguns séculos”⁹⁶⁹.

Ademais, se não há dúvida que a luta pelo poder político e que as relações interestatais são elementos fundamentais da dinâmica da acumulação de capital, por um lado eles não são os únicos, e por outro, só podem ser rigorosamente compreendidos em articulação com análises

⁹⁶⁷ “Como a guerra e a preparação para a guerra são o instrumento em última instância de conquista e acumulação de poder e, também, de defesa e preservação do poder, tendem a se transformar em atividades ‘crônicas’, dentro desse sistema [...] [no qual] todos os poderes soberanos são e serão sempre expansivos” (idem, *ibidem*, p.18). Ademais, “o poder político é fluxo, mais do que estoque. Para existir, precisa ser exercido; precisa se reproduzir e ser acumulado permanentemente. E o ato da conquista é a força originária que instaura e acumula o poder” (idem, *ibidem*, p.17). Nesse sentido Fiori busca o respaldo de Machiavel e Hobbes, quando dizem, respectivamente, que “o desejo de conquistar é coisa verdadeiramente natural e ordinária e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados e não censurados” (Machiavel, *N.O príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.14); e que “os outros que, do contrário, se contentariam em manter-se tranquilamente dentro de modestos limites, seriam incapazes de subsistir durante muito tempo se não aumentassem seu poder por meio de invasões e se limitassem apenas a uma atitude de defesa” (Hobbes, *J. Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.75).

⁹⁶⁸ Fiori, J.L. *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.16.

⁹⁶⁹ Anderson, P. “Algumas notas históricas sobre hegemonia”. In: *Margem Esquerda*, n.14, 2010, p.5.

sobre outros elementos, tais quais as formas dominantes de estruturação produtiva e as principais estratégias adotadas pelos grandes conglomerados empresariais⁹⁷⁰. Do modo como são teorizados, não parece adequado falar de uma lógica “territorialista” em oposição a uma lógica “capitalista”, mas sim de um *desenvolvimento capitalista que subsumiu a forma-Estado e o sistema interestatal, bem como os processos expansionistas* – incluindo a produção e a organização do espaço -, e que articula de maneira contraditória múltiplas facetas e dimensões próprias à dinâmica da acumulação. Se a forma-Estado, em diferentes configurações (liberal-democrática, fascista, etc.) é a *forma política* do capital, isso não significa que são impossíveis os conflitos entre, por exemplo, uma decisão estatal, em geral subordinada a interesses eleitorais, e seus resultados sobre a extração de mais-valia. Diante das contradições inerentes à forma-capital, não se trata de reduzir o significado da “lógica do capital”, e de separá-la mecanicamente de outros fatores atuantes, mas de encará-los naquilo que possuem de autônomo e de unitário, em termos *funcionais*, mas também *formais*. Assim como no caso da tendência à queda da taxa de lucro, e em tantos outros, aqui também vale a assertiva segundo a qual o limite do capitalismo é o próprio capital.

Apesar de empregar a distinção entre a “lógica territorial” e a “lógica capitalista” do poder, Harvey a ressignifica⁹⁷¹. A primeira estaria relacionada ao Estado, e seria encarnada pelos políticos e “homens do Estado”. Estes - estando em parte subordinados a interesses coletivos, sobretudo de “um grupo de elite, uma classe, uma estrutura de parentesco ou algum outro grupo social”, e tendo que expor suas ações a diversos debates e contingências do processo político -, buscariam incrementar ou ao menos manter seu poder. Além do mais, o político atuaria nos marcos de um território determinado, submetido ao ciclo eleitoral.

Já o capitalista tem sua ação determinada pela busca de lucros e outras formas de rendimento, não se limitando a fronteiras fixas e tampouco a um ciclo temporal distinto do econômico⁹⁷². É dentre desses marcos – estabelecidos com base na ação das “personificações” do capital, deve-se frisar - que Harvey define o “imperialismo capitalista”,

“uma fusão contraditória entre ‘a política do estado e do império’ (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e ‘os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo’ (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia)”⁹⁷³.

⁹⁷⁰ “Independente de quão importantes os Estados podem ter sido para o desenvolvimento do capitalismo, definir o capitalismo essencialmente com referência ao Estado torna-se uma camisa-de-força conceitual quando Arrighi tenta analisar o mundo contemporâneo” (Postone, M. “Teorizando o mundo contemporâneo. Robert Brenner; Giovanni Arrighi; David Harvey”. São Paulo: *Novos estudos CEBRAP*, n.81, julho de 2008. Acessível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-3002008000200008&script=sci_arttext, p.8).

⁹⁷¹ Cf. Harvey, D. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p. 204-6.

⁹⁷² Idem, *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.32.

⁹⁷³ Idem, *ibidem*, p.31; cf. idem, *ibidem*, p.33.

Como constata Arrighi, nessas formulações Harvey promove um importante deslocamento em relação à conceituação original do primeiro; um de seus objetivos é a distinção entre as “facetas” do imperialismo próprias à esfera estatal, e aquelas próprias ao domínio da acumulação. Muito diferente, portanto, de Arrighi, para quem ambos os tipos de lógicas de poder dizem respeito “primariamente às políticas estatais”⁹⁷⁴. Com isso, Harvey afirma a irredutibilidade da dinâmica da acumulação ao Estado. Em suas palavras, e em oposição a teses do tipo que vimos sustentar Arrighi e Fiori,

“não aceito a idéia de que as relações espaciais e a estrutura geográfica podem ser reduzidas a uma teoria do Estado, ou que a teorização prévia da ascensão do Estado capitalista seja necessária para reconstruir a geografia histórica do capitalismo. Nossa tarefa é elaborar uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo, que possa, entre outras coisas, explicar a importância e a evolução das funções do Estado (locais, regionais, nacionais e supranacionais), do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização etc.”⁹⁷⁵.

Desse modo, e diferentemente do que pode parecer à primeira vista, o papel do Estado não é menoscado, e tampouco se aparta sua conceituação daquela do capital. Ao contrário, Harvey argumenta que existe uma série de condições institucionais - relativas à jurisprudência, à polícia, entre outras - que propiciam e fomentam a acumulação de capital, sendo próprias à consolidação do Estado burguês⁹⁷⁶. Ora, a própria troca de mercadorias, em sua forma mais elementar, não é apenas uma relação econômica, mas também uma relação jurídica, e nesse sentido, pressupõe um sistema legal que é constituído pelo Estado⁹⁷⁷. Ademais, junto com o aparato repressivo do Estado, esse sistema legal é imprescindível para garantir a propriedade privada, e para impedir a explosão da contradição entre a “lei da troca de equivalentes”, vigente na esfera da circulação, e a desigualdade que reina na esfera da produção⁹⁷⁸. Ora, o Estado é peça central da dinâmica dos conflitos de classe, e é determinante na institucionalização desses conflitos. Por meio da lei, da administração burocrática, do sistema de representação política, e de uma gama de serviços e instituições - como a escola e os presídios, para citar duas bastante emblemáticas -, o Estado contribui decisivamente para a des-individualização dos “indivíduos”, e para a sua reificação. Além disso, a participação política dos “cidadãos”, formalmente igual, mediante o voto, que aparentemente contribui para a realização da vontade geral, também compete para escamotear o

⁹⁷⁴ Cf. Arrighi, G. *Hegemony Unravelling*. Party I In: *New Left Review*, nº 32, maio-abril de 2005, nota de rodapé, p.28.

⁹⁷⁵ Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p.144.; cf. idem, *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.80.

⁹⁷⁶ Cf. idem, *ibidem*, p. 79-80.

⁹⁷⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1996 p.209-10.

⁹⁷⁸ Cf. idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 293; Brunhoff, S. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985, p.71-2; e Fausto, R. “Sobre o Estado”. In: *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.326-7.

conteúdo de classes do Estado⁹⁷⁹. Ademais, o estabelecimento de procedimentos definidos e legalmente preditos a serem seguidos pela burocracia lhe confere também uma universalidade formal. E mesmo quando se reconhece a desigualdade de classes, como já se viu, isso é feito de maneira mistificada, enquanto diferença. À medida que tal reconhecimento implica na consideração de alguns interesses da classe trabalhadora pelo Estado, reforça sua aura de “neutralidade” e generalidade, sua “universalidade ilusória”⁹⁸⁰.

Por outro lado, o Estado exerce também papel determinante para a organização da produção e da circulação de capital; por exemplo, por meio de alguns mecanismos, inclusive o subsídio direto, fomenta a centralização do capital por meio de fusões e aquisições de empresas; por outro lado, o Estado pode regular o funcionamento de certos setores da produção, ou mesmo participar deles diretamente, mediante a criação de empresas estatais (mormente no que tange aos chamados “monopólios naturais”, e a outros setores tidos como estratégicos); pode influenciar o mercado de trabalho por meio das políticas “sociais”; e por meio das políticas monetárias e fiscais, influencia os fluxos de capital portador de juros, e, por conseguinte, as vicissitudes do financiamento da produção e do consumo, entre outros. Da mesma forma, uma das tarefas precípuas do Estado é a de “preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja vantajoso para ele”, tanto no âmbito do mercado mundial, quanto no âmbito interno⁹⁸¹. Nesse sentido, como veremos melhor adiante, referindo-se a proposições de Hannah Arendt, Harvey constata que “... a acumulação do poder tem de acompanhar necessariamente a acumulação de capital”⁹⁸².

⁹⁷⁹ Cf. Marx, K., Engels, F. *A Ideologia Alemã* (excertos). In: Karl Marx. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1989, p.192 e p.199-200; idem, *A Questão Judaica*. In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Lisboa: Edições 70, 1993, p.44; e também Holloway, J. “O Estado e a Luta Diária”. In: Clarke, S.(ed.) *The State Debate*. Londres: Macmillan, 1991, p.242; Holloway, J.; Picciotto, S. “Capital, Crise e o Estado”. In: Clarke, S.(ed.) *The State Debate*. Londres: Macmillan, 1991, p.115; e Blanke, B., Jürgens, U., Kastendiek, H. “Sobre a Corrente Discussão Marxista acerca da Forma e da Função do Estado Burguês”. In: Holloway, J. e Picciotto, S. (eds). *State and Capital*. Londres: Edward Arnold, 1978 p.128.

⁹⁸⁰ Cf. Marx, K. *Guerra civil na França*. In: Karl Marx e Friedrich Engels: *Textos 1*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p.77. Marx, K. *Notas Marginais Críticas sobre o Artigo: “O Rei da Prússia e a Reforma Social. por um Prussiano”*. In: *Early Political Writings*, Cambridge (USA), Cambridge University Press, 1995, p. 112 e p.114. Cf. também Blanke, B., Jürgens, U., Kastendiek, H., *op. cit.* No interior dessa discussão, julgamos obrigatório remeter ao seminal estudo de Pashukanis, o qual, em contraposição à idéia de instauração de um Estado socialista - uma contradição em termos -, teve o mérito de analisar o Estado capitalista no plano das formas, dando origem a uma série de importantes estudos marxistas, com destaque para o chamado “debate da derivação”, travado sobretudo na Alemanha e na Inglaterra, nas décadas de 1970 e 1980. Tendo como ponto de partida a indagação: “... por que a dominação de classe não se torna o que ela é, isto é, a subordinação real de uma parte da população a outra, mas ao invés assume a forma da autoridade oficial do Estado? Ou, o que é o mesmo, por que o aparato estatal de coerção é criado não como um aparato privado da classe dominante, mas distinto do último na forma de um aparato impessoal de poder público distinto da sociedade?” (Pashukanis, E. *The General Theory of Law and Marxism*, 1924. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/pashukanis/1924/law/index.htm>, p.4), Pashukanis sustenta que “dominação de classe, em sua forma organizada e desorganizada, é muito mais ampla que a área que pode ser designada como a autoridade oficial do poder estatal. A dominação da burguesia é expressa na dependência do governo em relação aos bancos e os agrupamentos capitalistas, na dependência de cada trabalhador individual em relação ao seu empregador, e no fato de que o *staff* do aparato estatal está pessoalmente conectado com a classe dominante. Todos esses fatos, e o seu número pode ser multiplicado sem limites, não tem qualquer expressão legal oficial. Mas numa maneira misteriosa eles correspondem em sua significância com os fatos que encontram sua expressão oficial legal, e se representam como a subordinação dos mesmos trabalhadores às leis do estado burguês, às ordens e decretos de suas agências, aos veredictos de suas cortes etc. Junto com a denominação de classe direta e indireta, cresce uma denominação indireta refletida na forma da autoridade oficial do estado como uma força especial separada da sociedade. Com isso o problema do estado surge, o qual não apresenta menores dificuldades para a análise do que o problema das mercadorias” (idem, *ibidem*, p.4), Sobre o debate da “derivação”, cf. Holloway, J. e Picciotto, S. (eds) *State and Capital*. Londres: Edward Arnold, 1978. e Clarke, S.(ed.) *The State Debate*. Londres: Macmillan, 1991.

⁹⁸¹ Idem, *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.35.

⁹⁸² Idem, *ibidem*, p.37.

Por esses (e por outros) múltiplos canais, portanto, o Estado internaliza as contradições oriundas da acumulação, e participa ativamente no processo de formação e de superação de crises, contribuindo com a realocação e com a própria desvalorização do capital sobreacumulado, inclusive por meio do militarismo e da guerra. Desses diversos modos, por conseguinte, inscreve-se a teoria do Estado no interior da teoria da acumulação⁹⁸³. E é desse ponto de vista que se deve conceituar o imperialismo contemporâneo, noção que virtualmente desapareceu no início da década de 1990, seja dos debates acadêmicos, seja dos discursos políticos de esquerda, seja dos periódicos, e assim por diante. Segundo Patnaik, que chamava a atenção para esse fato ainda em 1990, isso não se deu porque o imperialismo desapareceu, mas porque, sem concorrentes, ele logrou naturalizar e com isso dissimular sua presença universal. Em suas palavras, “o próprio fato de que o imperialismo se tornou tão habilidoso em ‘administrar’ os desafios potenciais à sua hegemonia nos tornou indiferentes a sua presença ubíqua”⁹⁸⁴.

Somente na década de 2000, à luz do acirramento do caráter opressivo da “liderança” estadunidense, mas sobretudo com a “cruzada contra o terror” - em particular as invasões do Afeganistão e do Iraque, levadas a efeito pela administração de Bush Filho -, é que a noção de

⁹⁸³ Forçando o argumento nalguns momentos, constata Harvey que “o Estado serve de sustentação à concorrência entre os capitalistas e regula as condições de emprego. Pode facilitar a centralização do capital, mas também pode contribuir com o equilíbrio entre a centralização e a descentralização, que preserva a estabilidade da composição de valor do capital. Se encarrega da produção de mercadorias (principalmente no ambiente construído) que os capitalistas individuais não podem ou não querem proporcionar, por vitais que possam ser para a acumulação ulterior. Usa suas faculdades de planejamento para dar forma à economia espacial do capitalismo diretamente, e assim pode inclusive regular a freqüente tensão entre a concentração e a dispersão geográficas. Através do banco central, desempenha um papel hegemônico no abastecimento de dinheiro de certa qualidade. Ao considerar as funções fiscais e monetárias do Estado podemos ver a ampla latitude de sua intervenção potencial na dinâmica temporal e espacial da acumulação dentro do território sob sua jurisdição. O sistema estatal se converte assim numa parte vital dessa bateria de organizações ordenadas hierarquicamente que enlaçam os trabalhos individuais dentro da totalidade expressa como trabalho abstrato. Por ocupar uma posição tão estratégica, e por contar com as armas fundamentais do poder político e militar, o Estado chega a ser a instituição central ao redor da qual se forma as alianças de classe, e os poderes fiscais e monetários podem ser pressionados para que sirvam a uma aliança deste tipo. Os ajustes distributivos podem ser modificados, o investimento na apropriação pode ser controlado, os capitais fictícios criados e as tendências à desvalorização podem converter-se assim em inflação” (idem, *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.450). “Em poucas palavras, o Estado desempenha um papel vital em quase cada aspecto da reprodução do capital. Ademais, quando o governo intervém para estabilizar a acumulação em vista de suas múltiplas contradições, somente o logra ao preço de absorver em seu interior estas contradições. Adquire a duvidosa tarefa de administrar a dose necessária de desvalorização, mas tem alguma opção sobre como e quando fazê-lo. Pode situar os custos dentro de seu território por meio de uma dura legislação laboral e de restrições fiscais e monetárias, ou pode buscar alívio externo por meio de guerras comerciais, políticas fiscais e monetárias combativas no cenário mundial, respaldadas ao final pela força militar. A forma final de desvalorização é a confrontação militar e a guerra global” (idem, *ibidem*, p.451). Cf. idem, *ibidem*, p.325.

⁹⁸⁴ Patnaik, P. citado por Panitch, L.; Gindim, S. “Global Capitalism And American Empire”. Disponível em: http://journal.alternatives.ca/IMG/pdf/Panitch_Gindim.pdf, p.2. Mesmo na segunda metade da década de 1990, autores rigorosos como Jameson atestavam a obsolescência do imperialismo (cf. Jameson, F. “Cultura e capital financeiro”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.146); no entanto, poucos anos depois, ele passa de uma análise do “imperialismo cultural” ao tema do imperialismo em sentido amplo (cf. idem, “Notas sobre a globalização como questão filosófica”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.53). Uma importante exceção ao quadro de abandono do tema do imperialismo é a obra de Samir Amin, que se assenta sobre a tese de que “... o capitalismo foi sempre, desde suas origens, um sistema polarizador por natureza, ou seja, imperialista” (Amin, S. “Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p.73). Na década de 1980, por exemplo, ele propugnava que “compreender a natureza do imperialismo constitui a questão central da nossa época” (Amin, S. *Imperialismo e desenvolvimento desigual*. São Paulo: Edições Vértice, 1987, p.16).

imperialismo se torna corriqueira, e a despeito dos esforços de inúmeros críticos, predominantemente positiva⁹⁸⁵.

Na contramão dessa tendência, Harvey assevera sinteticamente que

“as práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação de capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de as ‘assimetrias’ inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. Estas últimas se expressam em trocas não-leais e desiguais, em forças monopolistas espacialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas com fluxos de capital restritos e na extração de rendas monopolistas”⁹⁸⁶.

Duas tendências-chave nesse processo seriam as da superação das barreiras espaciais e a da anulação do espaço pelo tempo⁹⁸⁷, que se realizariam junto à produção do espaço⁹⁸⁸. Assim, em seus esforços para estruturar sua produção e para se valer das vantagens monopolistas advindas da localização espacial e das desigualdades entre diferentes localidades, as empresas, imersas nos “processo moleculares de acumulação de capital no tempo e no espaço”, acabam por conformar uma “regionalidade”, cuja produção e reconfiguração constituem aspectos essenciais do funcionamento do capitalismo⁹⁸⁹. É daí que advém a “lógica territorial do poder”, e é no interior desse processo que se situa o Estado, procurando fazer dele a base de seu próprio poderio⁹⁹⁰.

A produção da região está intimamente ligada às estruturas produtivas, às redes de comunicação, aos serviços etc., que se estabelecem num dado território. Os diversos valores de usos que se consolidam na paisagem física compreendem uma totalidade, e seus elementos interagem de maneira complexa, engendrando movimentos de apreciação e depreciação recíproca que só podem ser compreendidos quando considerados à luz dessa própria interação. Tais valores de uso conformam o “ambiente construído”, que serve tanto à produção, quanto à circulação e ao consumo, e tem caráter híbrido, em parte é público e em parte privado⁹⁹¹. Uma parcela importante

⁹⁸⁵ Como demonstra a capa do *The New York Times Magazine*, de janeiro de 2003, de título: ‘The American Empire: (Get Used To It) [O Império Americano (Acostume-se com ele)]’. No mesmo sentido, Panitch e Gindim compilam várias odes ao imperialismo norte-americano, citando democratas, republicanos, consultores, jornalistas, entre outros (Panitch, L.; Gindim, S. “Global Capitalism And American Empire”. Disponível em: http://journal.alternatives.ca/IMG/pdf/Panitch_Gindin.pdf, p.1-3). Ou ainda, “com passo firme, o imperialismo foi reabilitado plena e candidamente como um regime político de alto valor, modernizante e civilizador” (Anderson, P. “A Batalha das Idéias na Construção de Alternativas”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p.41).

⁹⁸⁶ Harvey, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.35.

⁹⁸⁷ Idem, *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p.65.

⁹⁸⁸ “Os grandes conglomerados financeiros lograram desenvolver a capacidade de mudar capital e trabalho de uma linha a outra [de produção] e de uma parte do mundo a outra ‘num abrir e fechar de olhos’” (idem, *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.154).

⁹⁸⁹ “A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço” (idem, *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p.149). Nesse sentido, “há processos em andamento, portanto, que definem os espaços regionais, em que a produção e o consumo, a oferta e a procura (por mercadorias e força de trabalho), a produção e a realização, a luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida permanecem unidos como certo tipo de coerência estruturada, em uma soma de forças produtivas e de relações sociais” (idem, ibidem, p.147). Desse modo, “... o crescimento sem restrições do capitalismo dentro de novas regiões [...] é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Esses são os campos nos quais os capitais que se acumularam excessivamente podem ser absorvidos com mais facilidades em formas que criam mais oportunidades mercantis e mais oportunidades de investimento lucrativo” (idem, *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.438). Cf. idem, *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.84.

⁹⁹⁰ Idem, ibidem, p.89 e p.91.

⁹⁹¹ “O ambiente construído compreende uma multiplicidade de elementos diversos: fábricas, represas, oficinas, tendas, bodegas, rodovias, estradas de ferro, docas, centrais de força motriz, sistemas para o abastecimento de água e para sua eliminação mediante a drenagem, escolas, hospitais, parques, cinemas, restaurantes, etc.” (idem, *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982,

do ambiente construído é constituída pelo capital fixo, cuja produção, por um lado, é obviamente imprescindível à reprodução ampliada do capital, mas, por outro, entra em contradição com os necessários processos de equalização da taxa de lucro e com a tendência do capital de se deslocar livremente em busca de melhores condições de valorização⁹⁹².

Realmente, a aquisição de capital fixo impõe a continuidade da produção sob certas condições durante vários anos, o que “engessa” o capital e pode desestimular os processos de inovação. Ademais, o investimento pesado em capital fixo e a introdução de inovações produtivas impõem uma série de riscos, por serem tremendamente dispendiosos e estarem sujeitos a severas desvalorizações dentro do processo concorrencial. Por seu impacto nos lucros auferidos, o capital (e por conseguinte o trabalho) tende a se deslocar de setores com menor rotação de capital, para os de maior rotação; no entanto, a mobilidade de uma parte do capital representa uma grande ameaça para a porção do capital imobilizado, que fica sujeito a toda sorte de mudanças em seu valor. Se a produção do capital imobilizado é feita por um setor capitalista especializado, então tais ameaças podem se converter em conflitos inter-setoriais. Tais limites estimulam o desenvolvimento de uma série de mecanismos para reger o ritmo das inovações tecnológicas e programar a obsolescência do capital fixo; dentre eles estão as patentes, as diversas formas de licença para o uso de novas tecnologias, a criação de grandes estruturas de pesquisa científica (em muitos casos financiadas e reguladas pelo Estado), cujos processos de produção estão cada vez mais *realmente subsumidos* ao capital.

E em resposta ao acirramento da concorrência inter-capitalista, desencadeia-se outro conjunto de procedimentos, que podem passar pela diminuição da taxa salarial; pelo aumento da intensidade do uso da fábrica; pelo investimento em novos processos de produção; pela economia de capital fixo (por meio do aumento da eficiência do uso dos insumos de energia e matéria-prima, da utilização das máquinas além de seu tempo normal de uso, da procura por matérias-primas mais baratas, entre outros.); pela modificação nas combinações de fatores produtivos; pela mudança na organização da produção (nas estruturas de emprego, nas hierarquias de comando etc.); pela pressão por maior “empenho” dos trabalhadores, pelo emprego de novas técnicas de mercadotecnia (diferenciação de produtos, marketing etc.); e pela mudança da localização da empresa. De todo modo, existe um conjunto de custos diretos e indiretos advindos de mudanças

p.238). “Essa coerência estruturada [do ambiente construído], como observa Aydalot, abrange as formas e as tecnologias de produção (padrões de utilização de recursos pelas conexões interindustriais, formas de organização, tamanho das empresas), as tecnologias, as quantidades e qualidades de consumo (o padrão e estilo de vida dos trabalhadores como da burguesia), os padrões de demanda e oferta de mão-de-obra (hierarquias das habilidades de mão-de-obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta dos mesmos) e as infra-estruturas físicas e sociais...” (idem, *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p.146).

⁹⁹² “Quanto mais prevalecem as forças da inércia geográfica, mais profundas chegarão a ser as crises agregadas do capitalismo e mais selvagens serão as crises provocadas pela mudança antes que se restaure o equilíbrio” (idem, *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.431). Ou ainda, “as estruturas espaciais fixas que se requerem para salvar o espaço se convertem elas mesmas nas barreiras espaciais que há que superar” (idem, *ibidem*, p.432).

tecnológicas e organizacionais, relativos à aquisição de novas plantas e equipamentos, aos custos com o treinamento da força de trabalho, à resistência dos trabalhadores (incluindo sabotagens), à inexperiência da administração, e ao ônus decorrente da substituição dos equipamentos ainda não amortizados⁹⁹³. Não obstante, as vantagens de localização tributárias do ambiente construído e de outros fatores também podem se reverter em lucros extraordinários, constituindo um impulso semelhante à adoção de novas tecnologias.

Trata-se, segundo Harvey, de uma versão espacial da lei marxiana da queda da taxa de lucro: a concorrência se trava tanto em torno do revolucionamento das forças produtivas, quanto da busca por melhor localização, e essas duas dimensões interagem e se determinam reciprocamente⁹⁹⁴. Por exemplo, se alguns produtores realizam inovações produtivas que lhes colocam em vantagem competitiva, outros deverão reagir mudando de localização ou promovendo também inovações. Ademais, um aumento da composição técnica e de valor do capital pode implicar em desemprego e barateamento da força de trabalho, bem como em incremento da demanda e do custo dos produtores de capital fixo numa dada região; desse modo, as mercadorias-salário seriam desvalorizadas, forçando os seus produtores a inovar ou migrar sua produção para outro lugar, e a região se tornaria mais atrativa a outros produtores de capital fixo. Além disso, as mudanças tecnológicas podem mudar o tipo de força de trabalho que é demandada (mais ou menos especializada), e interferir na organização da produção como um todo, inclusive na divisão das fases produtivas dispersas pelo espaço global. Um possível desdobramento seria a substituição das matérias-primas empregadas ou do tipo de base energética da produção, valorizando ou desvalorizando um espaço de acordo com a disponibilidade e acessibilidade do novo insumo demandado, ou da própria natureza desse insumo. E as mudanças tecnológicas e organizacionais – particularmente os ganhos de escala e o aprofundamento da divisão do trabalho – também produzem pressões tanto para a centralização quanto para a dispersão geográfica da produção. Em suma, a busca por lucros extraordinários por meio do revolucionamento das forças produtivas não pode ser dissociado daquela busca feita em torno das mudanças de localização e de estruturação do espaço geográfico⁹⁹⁵.

⁹⁹³ Por outro lado, cabe mencionar, muitas empresas que empregam grandes quantidades de capital fixo, pela gigantesca desproporção entre seu capital constante em relação ao capital variável, não entram na conformação da taxa média de lucro, auferindo apenas juros. Evidencia-se que o capital fixo de tipo independente e todo o capital fixo que é emprestado, e que portanto constitui uma forma especial do capital-dinheiro e auferem apenas juros (uma parte da mais-valia que produz), proporciona excedentes passíveis de serem redistribuídos, e atua até certo ponto como causa contra-atuante à queda da taxa de lucro. “A popularidade das sociedades por ações e o advento do ‘capitalismo financeiro’ (que pode fazer com que evoluam métodos como o empréstimo de equipamentos financiados por um banco, etc.) podem ser interpretados então como um ajuste orgânico e estrutural que compensa a acumulação excessiva, posto que uma porção do capital social total agora circula para captar juros ao invés de recolher toda a mais-valia que produz. O capital que circula assim está relativamente desvalorizado, porque recebe menos do que a taxa de lucro médio” (idem, *ibidem*, p.204).

⁹⁹⁴ Idem, *ibidem*, p.393.

⁹⁹⁵ Cf. idem, *ibidem*, p.396.

Além disso, é impossível dissociar o processo capitalista de produção do espaço da aferição de renda da terra, e também da perseguição de ganhos financeiros, ambas associadas, como se viu, à produção do capital fictício. Articulando a busca por rendimentos, seja na forma de lucro, renda ou juros, a dinâmica da acumulação de capital conforma um tipo específico de “geografia histórica”, marcada pela contínua construção e destruição do espaço⁹⁹⁶, e o ritmo desse processo é, em grande medida, condicionado pela gestação, deflagração e superação de crises.

Ainda segundo Harvey, em face da tendência à sobreacumulação de capital, aos capitalistas seria dada a possibilidade de deslocar temporalmente os excedentes, seja por meio de investimentos em capital fixo – usinas hidrelétricas, ferrovias, ampliação das plantas produtivas, etc. - e da formação do fundo de consumo – moradias e outros bens de consumo duráveis -, que compõem o que Harvey chama de “circuito secundário de acumulação”; seja por meio de investimento em gastos sociais e em P&D (o “circuito terciário de acumulação”). A outra oportunidade seria o deslocamento espacial, com a abertura e exploração de novos mercados consumidores e fornecedores de insumos, assim como de novos campos para o investimento produtivo, o que inclui a reconfiguração de espaços já plenamente inseridos na dinâmica da acumulação⁹⁹⁷.

Aqui assume importância tanto o conceito de acumulação primitiva, quando a atualização que dele fez Harvey, dando origem ao conceito de “acumulação por espoliação”. Como mencionado, dos estudos de Hannah Arendt sobre o imperialismo, Harvey extrai a idéia de que a acumulação de capital deve ser acompanhada pela acumulação de poder político⁹⁹⁸, e que “o pecado original do simples roubo”, o qual possibilitara a acumulação original do capital, “tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente”⁹⁹⁹. Ainda segundo essa autora, a configuração e a dinâmica do imperialismo à sua época foram fortemente influenciadas pela sobreacumulação de capital “e o surgimento de dinheiro supérfluo”, incapaz de

⁹⁹⁶ Cf. idem, *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p.150.

⁹⁹⁷ Ou ainda a combinação de ambos os deslocamentos, espacial e temporal (idem, *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.93-4). Cf. idem, *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.405; idem, *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.96; Trata-se do chamado “spatial fix” ou “ordenações espaço-temporais” - “metáforas para um tipo particular de solução de crises capitalistas por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica” (idem, ibidem, p.98-9; cf. idem, *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p.142. Ressente-se bastante aqui a falta de uma discussão acerca dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, ou de investimento produtivo e improdutivo; diversas das possibilidades apresentadas por Harvey consistem em investimentos improdutivos, que não tem papel em debelar ou retardar o advento da crise de sobreacumulação. Em seu livro mais recente, por exemplo, ele afirma que “mesmo o Estado pode agir como um capitalista, quando, por exemplo, ele usa os rendimentos oriundos de impostos para investir em infra-estruturas que estimulam o crescimento e geram ainda mais rendimentos de impostos” (Harvey, D. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p.40). Ora, é aqui-conhecida a importância do Estado na implementação de condições gerais de produção; mas nem a construção de estradas por uma empresa pública (e administradas pelo Estado), por exemplo, ou o aumento da arrecadação de impostos são atividades próprias aos capitalistas. Ao contrário, retiram recursos monetários do circuito da acumulação, impedindo com isso seu imediato emprego produtivo (produtor de mais-valia). O que não atesta sua inutilidade para a reprodução do capital, mas diferencia a intervenção improdutiva daquela produtiva.

⁹⁹⁸ Idem, *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.37. “Sob o capitalismo, o poder e o dinheiro se tornaram grandezas comensuráveis. Qualquer quantidade dada de dinheiro é convertível numa quantidade perfeitamente determinada de poder, e o valor venal de cada poder é calculável. Assim acontece de modo geral” (Benjamin, W. “Moscou”. In: *Rua de Mão Única*. Obras escolhidas 2. São Paulo: Brasiliense, 2000, p.172).

⁹⁹⁹ Arendt citada por Harvey, D. ibidem, p.148.

ser investido a taxas aceitáveis de lucro no interior das potências capitalistas¹⁰⁰⁰. Tais excedentes foram direcionados à especulação financeira, os quais

“ameaçavam transformar amplos segmentos da sociedade em jogadores, transformar toda a economia capitalista de um sistema de produção num sistema de especulação financeira e substituir os lucros da produção pelos lucros das comissões. A década imediatamente anterior à era imperialista, os anos 70 do século passado [século XIX], testemunhou um aumento sem paralelo das fraudes, escândalos financeiros e especulação fraudulenta no mercado de ações”¹⁰⁰¹.

Já da obra de Rosa Luxemburgo Harvey se aproveita de suas proposições acerca da necessidade do emprego da violência direta e do desrespeito à lei burguesa, particularmente a da troca de equivalentes, e de diversos mecanismos que caracterizam o processo de acumulação primitiva, bem como de suas análises sobre o militarismo. Sabe-se que tais teses de Luxemburgo se embasam em sua concepção subconsumista da crise de acumulação, segundo a qual haveria um necessário lapso entre a oferta e a demanda efetiva que deveria ser reiteradamente superado mediante a espoliação de economias não-capitalistas, o que estaria na raiz do imperialismo capitalista. Ao analisar os esquemas de reprodução do capital construídos por Marx no segundo volume de *O Capital*, Luxemburgo constata que eles padecem de uma deficiência fundamental: deles não se explica a origem da demanda efetiva para a realização da mais-valia produzida através da exploração do trabalho. Em oposição a Marx, Luxemburgo assevera que “... o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não-capitalistas”, para a aquisição de meios de produção e como reservatório de força de trabalho¹⁰⁰². Seria, portanto, um problema inescapável para o capital o estabelecimento de relações de exploração com regiões não-capitalistas, pois do contrário pululariam necessariamente crises de subconsumo, e o capitalismo caminharia inelutavelmente para seu ocaso¹⁰⁰³. É desse impulso expansionista que se origina o imperialismo, que tem como instrumento fundamental o militarismo¹⁰⁰⁴.

A despeito da força dos argumentos e da coragem intelectual de Luxemburgo, num momento em que reinava o dogmatismo, e que todos buscavam a legitimidade de suas posições teóricas e políticas nos cânones (Marx e Engels), a autora acaba por cometer um equívoco. Além da concentração de amplas massas de capital-dinheiro, que enseja o aumento da escala de

¹⁰⁰⁰ Idem, ibidem, p.37.

¹⁰⁰¹ Arendt citada por Harvey, D. ibidem, p.119. Cf. idem, *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.446.

¹⁰⁰² Luxemburgo, R. *A acumulação do Capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.250, cf. idem, ibidem, p.253. “Prescindindo-se do fundo de consumo dos capitalistas, por uma questão de simplicidade, a realização da mais-valia exige como primeiro condição um círculo de compradores fora da sociedade capitalista. Referimo-nos a compradores, não a consumidores [...]. O aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam pelo modo capitalista” (idem, ibidem, p.241). (cf. idem, ibidem, p.311).

¹⁰⁰³ Cf. idem, ibidem, p.88.

¹⁰⁰⁴ Nas palavras da autora, “o outro aspecto da acumulação de capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não-capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico” (idem, ibidem, p.309). E “o capital não conhece outra solução senão a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje” (idem, ibidem, p.255).

produção, e que em sua ausência não estaria disponível para a inversão produtiva, o crédito e outras formas de capital portador de juros ampliam o horizonte temporal da produção, e com isso a catapultam. É em grande medida no capital portador de juros que se encontra a demanda e os meios monetários necessários à próxima rodada de capitalização, que Rosa Luxemburgo buscava em sua análise dos esquemas da reprodução de Marx, e acabou por encontrar exclusivamente em formações sociais não-capitalistas¹⁰⁰⁵.

Retomando o argumento, a partir dessa base fornecida por Marx, Arendt e Luxemburgo, Harvey defende que os processos de expulsão de camponeses de suas terras, de destruição de modos “autóctones” de produção e distribuição, e de privatização de indústrias e recursos naturais são sempre repostos pelo desenvolvimento do capital, e se intensificaram bastante nas últimas décadas¹⁰⁰⁶. Ademais, teriam logrado um grande desenvolvimento os processos fraudulentos e predatórios relacionados ao sistema de crédito e ao capital financeiro¹⁰⁰⁷, bem como os mecanismos concernentes à difusão das patentes, ao licenciamento de materiais genéticos, à biopirataria, à “transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual”¹⁰⁰⁸, à “corporativização e privatização de bens até agora públicos”, como a previdência e o sistema de saúde; à promoção de desvalorizações “controladas”, de modo a rebaixar preços de ativos em certos setores e regiões; à deflagração de “guerras de rapina”. Entre outros, esse amplo conjunto de mecanismos é reunido por Harvey sob o conceito de acumulação por espoliação; que em sua abrangência acaba por se identificar ao próprio conceito de “imperialismo”¹⁰⁰⁹.

Em meio à pluralidade e à heterogeneidade dos processos da acumulação por espoliação, Harvey destaca, por um lado, as finanças e as formas do capital portador de juros como elementos unificadores. Assim, diz ele que “o cordão umbilical que une acumulação por espoliação e

¹⁰⁰⁵ Cf. idem, ibidem, p.241, p.250, p.253, p.333-5). Numa linha semelhante à de Rosdolsky (Cf. Rosdolsky, R. “Apêndice II. Observação metodológica à crítica de Rosa Luxemburgo aos esquemas da reprodução de Marx”. In: *Gênese e estrutura do Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001), Harvey assevera, com correção, que “... Luxemburgo tem razão em sua principal objeção: que Marx não explica em nenhuma parte de seus esquemas de reprodução de onde há de vir a demanda efetiva que servirá para realizar o valor das mercadorias na troca. Nisso Marx só está sendo fiel a si mesmo. Depois de tudo, seu ponto principal no primeiro volume de *O Capital* foi que nunca se poderia descobrir de onde provém os lucros analisando o terreno da troca. Ademais, no capítulo sobre a circulação da mais-valia no segundo volume de *O Capital*, Marx descobre exatamente a mesma coisa sobre a demanda efetiva” (Harvey, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.181; cf. idem, *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p.110-1). Avançando para o âmbito da produção global, pode-se perceber que tal demanda se origina da forma própria da circulação do capital-dinheiro, que em certo sentido se descola de sua base “real”, mas que, sob certas condições, pode ser revertido ao processo de produção de valor; é aí que se encontra a solução para a contradição apontada por Luxemburgo nos esquemas de reprodução de Marx. Assim, “... não existe problema de ‘realização’, do momento em que se compreendeu o papel ativo da moeda e do crédito na acumulação” (Amin, S. *Imperialismo e desenvolvimento desigual*. São Paulo: Edições Vértice, 1987, p.101).

¹⁰⁰⁶ Cf. Harvey, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.272.

¹⁰⁰⁷ Cf. idem, *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.122, e p.123.

¹⁰⁰⁸ Idem, ibidem, p.122. “Fala-se muito, e sem muita precisão, da mercantilização da política, das idéias, das emoções e da vida privada; o que precisamos acrescentar agora é que a mercantilização hoje é também uma estetização – que a mercadoria também é consumida ‘esteticamente’” (Jameson, F. “Globalização e estratégia política”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.23).

¹⁰⁰⁹ Cf. Harvey, D. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p.244-6, e idem, *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.171-178. E também Chesnais, F. “A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações”. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002, p.8. Harvey chega a falar em “imperialismo como acumulação por espoliação” (Harvey, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.146; cf. idem, *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.413).

reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado”¹⁰¹⁰. Por outro lado, é enfatizada a importância da guerra e o acirramento do territorialismo, no bojo do qual o acento evidentemente não recai sobre a incorporação de sociedades pré-capitalistas ao torvelinho da acumulação de capital, mas sobre a luta fratricida entre capitalistas de distintas “origens nacionais”. Ora, é sabido que no interior dos processos de concentração e centralização de capital, capitalistas podem subordinar outros capitalistas menos poderosos por meio do sistema de crédito e por formas de subcontratação, imposição de preços, etc., e podem mesmo “engolir” outros capitalistas. Em certas conjunturas a a deflagração de guerras assume o papel de carro-chefe desse processo¹⁰¹¹, o que seria uma característica distintiva da atual fase de desenvolvimento capitalista, tendo como exemplo mais recente e proeminente a invasão norte-americana ao Afeganistão e ao Iraque¹⁰¹², e a conseqüente “espoliação” de indústrias petrolíferas e de outras indústrias afegãs e iraquianas por corporações de origem estrangeira, mormente estadunidenses.

Em suma, como se viu, no cerne da acumulação por espoliação e das “reordenações espaço-temporais”, encontra-se a crise de sobreacumulação¹⁰¹³. Nas palavras de Harvey, “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo a força de trabalho), a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”¹⁰¹⁴. E se a acumulação por espoliação tem por função promover as desvalorizações necessárias para a superação das crises e para a continuidade do processo de acumulação de capital, por outro lado, ela também se encarrega da “exportação” dos ônus da desvalorização, mobilizando diversos métodos:

¹⁰¹⁰ Idem, *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.126; idem, ibidem, p.150. Cf. Arrighi, G. *Hegemony Unravelling*. Party I In: *New Left Review*, n° 32, maio-abril de 2005, p.46.

¹⁰¹¹ Harvey, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.440.

¹⁰¹² Estamos aqui, portanto, bem distantes da posição de Kurz, que decreta a obsolescência da noção de imperialismo, propugnando que “no próprio Ocidente, o Estado começa a perder o controle sobre os processos sociais concernentes à sua população e ao seu território e se torna dependente de uma ‘localização privilegiada’ [...]. Numa situação como essa, de dissolução gradativa de sua economia interna, não há nada que o Estado prescinda mais que áreas de influência e domínio imperial” (Kurz, R. “Pós-Imperialismo”. In: *Os últimos combates*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis:Vozes, 1997, p.70). E mais ainda da perspectiva de Negri e Hardt: “por ‘imperialismo’ entende-se, de fato, o processo expansionista do poder do Estado-nação, mediante políticas de exportação de capitais, exportação de força de trabalho e constituição-ocupação de áreas de influência” (Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.51-52); nesse sentido, “o imperialismo acabou. Nenhum país ocupará a posição de liderança mundial que as avançadas nações européias um dia ocuparam” (Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.14). “A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de *descentralização* e *desterritorialização* do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global” (idem, ibidem, p.12-13). “O Império não só administra um território com sua população mas também cria o próprio mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana. O objeto de seu governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como forma paradigmática de biopoder” (idem, ibidem, p.15). “Denominamos ‘Império’ o *não-lugar* sobre o qual se concentra a soberania que garante o desenvolvimento capitalista no cenário global” (Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.52).

¹⁰¹³ Cf. Harvey, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.148. Diga-se de passagem, a ênfase de Harvey no papel precípua da sobreacumulação de capital parece ignorar que o capital possui uma tendência expansionista imanente, tendendo a sempre açambarcar novos mercados, a fazer do mundo inteiro um espaço de sua reprodução, e assim sucessivamente, não apenas em decorrência das pressões exercidas pela sobreacumulação.

¹⁰¹⁴ Idem, ibidem, p.124; cf. idem, *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.406.

“guerras comerciais, inundação do mercado com produtos de baixo preço, guerras em torno da taxa de juros, restrições à corrente de capital e de divisas, políticas de imigração, conquista das colônias, subjugação e domínio de economias tributárias, reorganização forçada da divisão do trabalho dentro dos impérios econômicos e, finalmente, a destruição física e a desvalorização forçada do capital de um rival por meio da guerra”¹⁰¹⁵.

Novamente, por diversas vias, a guerra e o militarismo se revelam momentos elementares da acumulação, não apenas como locus de investimento do capital sobreacumulado, e como setor industrial dinâmico, mas como instrumento promotor de desvalorizações por meio da literal destruição de capitais e de contingentes populacionais¹⁰¹⁶.

Salta à vista que boa parte dessas análises são diretamente tributárias dos debates “clássicos” sobre o moderno imperialismo¹⁰¹⁷, mas o seu resgate foge ao escopo deste texto.

¹⁰¹⁵ Idem, ibidem, p.441; cf. idem, ibidem, p.444. “O imperialismo e o neocolonialismo, assim como a dominação financeira, chegam a ser um problema central na economia global do capitalismo” (idem, ibidem, p.332).

¹⁰¹⁶ “... a presente teoria sugere uma interpretação mais sinistra e terrível dos gastos militares: as armas não somente se devem comprar e pagar com os excedentes de capital e de trabalho, senão que também devem ser utilizadas, porque este é o único meio que tem a sua disposição o capital para alcançar os níveis de desvalorização que agora se requerem” (idem, ibidem, p.447). Assim, “o mundo se salvou dos terrores da grande depressão, não por algum ‘novo trato’ glorioso ou pelo toque mágico da economia keynesiana nas tesourarias do mundo, senão pela destruição e morte na guerra global” (idem, ibidem, p.447). Cf. idem, ibidem, p.332. “Longe de ser um impedimento para o desenvolvimento do capitalismo ou uma circunstância que acelera a derrocada do capitalismo, como afirmam e esperam Kautsky e muitos outros teóricos do marxismo, estas destruições e desvalorizações de guerra são antes um meio para debilitar a derrocada iminente, para procurar novos ares à acumulação de capital” (Grossmann, H. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista: una teoría de la crisis*. Cidade do México: Siglo XXI, 1979, p.239; e cf. também, idem, ibidem, p.37; e ainda, Kalecky, M. *Teoria da Dinâmica Econômica. Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. Coleção: *Os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1977, p.67). De modo peremptório, assevera Fiori que “o imperialismo não é a ‘fase superior do capitalismo’ – pelo contrário, é seu ponto de partida e sua condição permanente ou, pelo menos, foi e tem sido assim no caso do capitalismo liberal anglo-americano” (Fiori, J.L. “O capitalismo liberal”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.102).

¹⁰¹⁷ Por exemplo, tendo como referência principal o imperialismo britânico, exotérico e livre-cambista, e a despeito de sua perspectiva liberal, reformista, moralizante e civilizatória (cf. Hobson, J.A. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza, 1981, p.85, p.98-9, e p.271), Hobson identificava as raízes do moderno imperialismo na “superprodução”, no sentido do “excesso de instalações industriais, e os excedentes de capital que não podiam investir-se lucrativamente dentro do próprio país” (idem, ibidem, p.93). Em meio à decorrente luta encarniçada por mercados, não seriam o controle de fontes de matéria-prima e a exportação de mercadorias os elementos determinantes, mas a exportação de capital (idem, ibidem, p.71). Ele considerava, ademais, que “os grandes negócios [financeiros] [...] constituem o gânglio central do capitalismo internacional” (idem, ibidem, p.74), e que “a chave econômica do imperialismo está no desejo de poderosos e bem organizados círculos industriais e financeiros de se assegurar e potencializar, às expensas dos fundos públicos e utilizando as forças armadas do país, mercados privados para seus excedentes de bens e de capital. A guerra, o militarismo e uma ‘política exterior enérgica’ são os meios que se necessita para conseguir este resultado” (idem, ibidem, p.116). Já Hilferding, que tinha seu foco apontado para o imperialismo alemão, nacionalista, autárquico, e protecionista, e sustentava perspectiva teórica marxista (apesar de reformista), considerava que “os traços mais característicos do capitalismo ‘moderno’ são constituídos pelos processos de concentração que aparecem, por um lado, na ‘abolição da livre-concorrência’ mediante a formação de cartéis e trustes, e, por outro lado, numa relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessa relação que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata” (Hilferding, R. *O capital financeiro*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.27). Nesse contexto, “a paralisação da produtividade, em consequência da redução do território econômico, tenta compensá-lo não pela transição para o livre-comércio, mas pela ampliação do território econômico próprio, forçando a exportação de capital” (idem, ibidem, p.295, e p.304), tendo esteio no poder estatal, ou numa “política de poder ilimitado” (idem, ibidem, p.311 e p.314). Bukharin, por sua vez, considerava que o capital financeiro, “... infiltrando-se na economia mundial por todos os seus poros, cria, ao mesmo tempo, uma violenta tendência ao isolamento dos corpos nacionais, à formação de um sistema econômico auto-suficiente, visando a consolidar seu monopólio” (Bukharin, N. *O Imperialismo e a Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969, p.102), e que “os estabelecimentos estatais e os monopólios privados tendem a fundir-se nos quadros do truste capitalista nacional. Os interesses do Estado e os do capital financeiro coincidem em escala continuamente crescente” (idem, ibidem, p.206). Ademais, sustenta Bukharin, “a dominação do capital financeiro supõe o imperialismo e o militarismo. Neste sentido, o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro” (idem, ibidem, p.169), e se encontra imbricado ao processo concorrencial e à centralização de capital (cf. idem, ibidem, p.65 e p.159). Kautsky, por sua vez, prenunciava o advento de um superimperialismo; em suas palavras, “do ponto de vista puramente econômico, portanto, não se pode excluir a possibilidade de que o capitalismo viva uma nova fase, uma fase na qual a política dos cartéis se transfira para a política externa, uma fase de ultra-imperialismo, que, naturalmente, devemos combater com a mesma energia com que combatemos o imperialismo, mas cujos perigos estarão em outra parte, não na corrida armamentista nem na ameaça à paz mundial” (Kautsky, K. “O Imperialismo” (1913-1914). In: Teixeira, A. *Utópicos, Heréticos e Malditos*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002, p.462); ou ainda cf. idem, “Dois artigos para uma revisão” (1915). In: Teixeira, A. *Utópicos, Heréticos e Malditos*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002, p.488). Essa tese está galgada numa leitura equivocada - porém bastante difundida à época, por legitimar diversos matizes de reformismo no interior da

5.2. Alguns limites da noção arrighiana de hegemonia

Samir Amin, que tanto teorizou sobre as trocas desiguais e o papel da periferia do sistema capitalista, também se opõe à abordagem de Arrighi, que daria uma ênfase excessiva à importância das “economias-núcleo” na determinação dos rumos do sistema mundial em seu conjunto¹⁰¹⁸. Por outro lado, ele considera equivocada a insistência de Arrighi em focar a ordem e os arranjos funcionais forjados em torno da potência hegemônica, geralmente isolada, em detrimento do antagonismo entre potências concorrentes. Em suas palavras, “a história do imperialismo parece-me que foi construída mais pelos conflitos dos imperialismos que pelo tipo de ‘ordem’ que as hegemonias sucessivas tenham imposto”¹⁰¹⁹.

Perry Anderson questiona a própria existência dos ciclos sistêmicos de acumulação tais quais apresentados por Arrighi. Assim, ele duvida da existência de um ciclo hegemônico holandês, e argumenta que muito mais importante no século XVII teria sido a França; no entanto, ela tampouco poderia ser descrita como hegemônica, posto que, ao contrário do que propõe Arrighi, longe de ter estabelecido um sistema inter-estatal sob hegemonia da Holanda, o sistema de Westfália teria criado um equilíbrio de poder, que impediria a consolidação de hegemonias¹⁰²⁰. Dessa maneira, os arranjos inter-estatais estariam ligados, sobretudo, à produção de sistemas de

social-democracia alemã - acerca dos esquemas marxianos de reprodução, segundo a qual estes demonstrariam a possibilidade de um desenvolvimento harmônico da acumulação, quando, na realidade, os esquemas demonstram que o equilíbrio entre os departamentos dar-se-ia apenas em condições muito particulares, e ainda assim evanescentes, e que a dinâmica própria à produção simples contradiz àquela da circulação de capital; ademais, por sua posição específica na exposição de *O Capital*, os esquemas da reprodução não podem de modo algum ser lidos como uma interpretação definitiva sobre a dinâmica global da acumulação, a qual deve incorporar inúmeros outros desenvolvimentos próprios à “reprodução global” do capital. Na obra supracitada, Bukharin assevera, com razão, que “a teoria de Kautsky, não é, pois, de modo algum, realista, porquanto considera o imperialismo, não como o inelutável satélite do capitalismo desenvolvido, mas como um dos ‘lados sombrios’ do desenvolvimento capitalista [...]. Sua concepção implica o disfarce das formidáveis contradições que dilaceram a sociedade moderna e, como tal, é uma concepção reformista” (Bukharin, N. *O Imperialismo e a Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969, p.192); e que “no quadro das economias nacionais, a concorrência é reduzida ao mínimo para renascer no exterior em proporções fantásticas, nunca vistas em épocas históricas anteriores” (idem, ibidem, p.159). Por fim, na célebre “síntese” de Lênin, o imperialismo é também conectado ao processo monopolista de concentração e centralização de capital, correlato à mitigação da concorrência (Lênin, V.I. *Imperialismo: a fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979, p.17-8). Em sua definição, “o imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas” (idem, ibidem, p.88). Ou ainda, “o imperialismo ou o domínio do capital financeiro, é aquela fase superior do capitalismo na qual esta separação atinge vastas proporções. A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os outros. Pode avaliar-se a dimensão deste processo através da estatística das emissões, ou seja, de colocar em circulação títulos de toda a espécie” (idem, ibidem, p.58).

¹⁰¹⁸ Esse tipo de abordagem “considera que as transformações que se operam no coração do sistema, em seus centros, comandam de maneira decisiva – e quase exclusiva – a evolução global do sistema” (Amin, S. “Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p.87).

¹⁰¹⁹ Idem, ibidem, p.87.

¹⁰²⁰ A Holanda, segundo Anderson, “seguiu sendo um Estado pequeno, em tamanho e população, que dominou os mares por um breve período e cujo império de além-mar nunca foi da mesma ordem do que o da Espanha ou de Portugal [...]. De modo mais fundamental, por estar socioeconomicamente à frente de seu tempo, estava desconectado das principais estruturas de poder de classe e extração de mais-valia do período [...]. É difícil ver como as Províncias Unidas, sendo ainda uma anomalia dentro do campo econômico e político, poderiam ser um guia ou uma liderança para Estados tão diferentes delas” (Anderson, P. “Algumas notas históricas sobre hegemonia”. In: *Margem Esquerda*, n.14, 2010, p.5). Cf. idem, ibidem, p.6.

equilíbrio de poder, e não de ciclos hegemônicos; justamente quando esses sistemas se rompiam é que despontava algo semelhante a uma hegemonia¹⁰²¹.

No que tange à hegemonia norte-americana, sempre segundo Anderson, Arrighi também teria se equivocado ao não identificar dois traços essenciais: “o primeiro é o peso ímpar da economia norte-americana no mundo [...]; o segundo é o caráter puramente capitalista da formação norte-americana desde sua origem”¹⁰²². Ademais, ela guardaria uma importante semelhança com a hegemonia britânica; a saber, também teria sido fruto de um arranjo que se estabeleceu em oposição a um inimigo comum: no século XIX, as massas insurgentes, no século XX, o perigo soviético¹⁰²³. Não obstante, o alcance e a solidez dessa nova “Concertação” teria sido muito maior que os da anterior, num contexto em que os principais Estados do “bloco capitalista” possuíam uma maior homogeneidade.

Entretanto, mesmo aqui seria problemático falar em hegemonia norte-americana nas décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial¹⁰²⁴. Primeiro, porque também se tratava de uma hegemonia compartilhada, entre Estados Unidos e União Soviética, o que Arrighi ignorou completamente, já que seu modelo suportava apenas uma potência hegemônica. Em segundo lugar, porque muitos dos mecanismos mobilizados pelos norte-americanos em sua trajetória tão exitosa seriam próprios do imperialismo, e não simplesmente da hegemonia¹⁰²⁵.

Como se viu, em Arrighi, subjacente à escolha de colocar no centro das teorizações a noção de hegemonia, havia a tese de que os Estados Unidos eram “pouco imperialistas para fora”, tese bastante contestável¹⁰²⁶. A essa altura, parece mais rigoroso considerar, antes, o tipo de

¹⁰²¹ Cf. idem, ibidem, p.6.

¹⁰²² Idem, ibidem, p.7.

¹⁰²³ Cf. idem, ibidem, p.7.

¹⁰²⁴ Ao contrário, portanto, do que considera Fiori: “... entre 1947 e 1973 o mundo capitalista viveu sua experiência mais próxima do conceito de hegemonia. Provavelmente, uma experiência única e irrepetível” (Fiori, J.L. “Globalização, hegemonia e império”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.104).

¹⁰²⁵ Cf. Anderson, P. “Algumas notas históricas sobre hegemonia”. In: *Margem Esquerda*, n.14, 2010, p.8. “Os Estados Unidos criaram um império construído sobre violência, sem hesitar em remover aliados europeus de suas posições tradicionais quando o desejavam, sem anexação formal de território, baseando-se em bases militares e regimes clientelistas para apressar o controle de uma parcela do planeta maior do que a Inglaterra havia controlado. Isso era da ordem do império, num sentido clássico, não da hegemonia” (idem, ibidem, p.8). “Em quase todo o mundo, a resistência à ordem estabelecida veio de forças outras às da classe trabalhadora e com outras fés além do socialismo – especialmente no Oriente Médio e no Mundo Islâmico. Aí, além do ou no perímetro da Pentarquia, não é – como antes, no século XIX – a hegemonia que se impõe, mas o império. A violência norte-americana no Iraque, Afeganistão e Paquistão; violência russa na Chechênia; violência chinesa em Xinjang e no Tibet; violência européia nos Balcãs” (idem, ibidem, p.10). Cf. Fiori, J.L. “Globalização, hegemonia e império”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.128).

¹⁰²⁶ Para enfatizar o caráter intervencionista e belicista dos EUA, Fiori arrola uma série de episódios, como a anexação da Flórida, em 1819, do Texas, em 1837, do Oregon, 1846, do Novo México e da Califórnia, em 1848, além de diversos territórios indígenas (houve 37 guerras contra os índios entre 1811 e 1891); a imposição de tratados infames à China, em 1844, ao Japão, em 1854; os bombardeios contra Trípoli, em 1804, contra o Cantão, em 1856, contra o Japão, em 1863, e contra a Coreia, em 1871; as intervenções em Santo Domingo, em 1861, no México, em 1867, na Venezuela, em 1887, no Brasil, em 1893; a Guerra Hispano-Americana, em 1898, que redundou na conquista de Cuba, de Porto Rico, das Filipinas e do Guam; seguida pelas intervenções no Haiti, em 1902, no Panamá, em 1903, na República Dominicana, em 1905, novamente em Cuba, em 1906 e, no Haiti, em 1912, entre várias outras (idem, “Império e pauperização”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.145; e idem, “O capitalismo liberal”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.100-101). Igualmente, Leo Panitch e Sam Gindim buscam demonstrar que a origem do caráter imperialista norte-americano remete ao seu processo de consolidação como nação independente (Panitch, L.; Gindim, S. “Global Capitalism And American Empire”. Disponível em: http://journal.alternatives.ca/IMG/pdf/Panitch_Gindim.pdf). Depois de se tornar uma potência mundial, o intervencionismo militar –

intervencionismo e de política imperialista que foi adotado ou desenvolvido pelos EUA, que via de regra não se baseava em colonização ou ocupação direta, mas nem por isso significava uma menor mobilização de seu poderio bélico – direta, indiretamente, ou como mera ameaça -, político, cultural, e sobretudo econômico. Trata-se, como o próprio Arrighi propõe noutros momentos, da prática de um “imperialismo informal”¹⁰²⁷.

Panicht e Gindim também mobilizam essa terminologia, ao argumentar que, tendo construído uma dinâmica estritamente votada à reprodução ampliada do capital, sobretudo após as profundas transformações institucionais, jurídicas e na estrutura de classes que advieram da Guerra de Secessão, teria sobrado aos Estados Unidos pouco espaço para o desenvolvimento de um imperialismo “formal”, expansionista. Ao contrário, o que veio a florescer foram estruturas comerciais que se espalharam pelo mundo, foi a exportação de capitais na forma de fluxos de investimento externo direto norte-americano, assim como a internacionalização das corporações norte-americanas¹⁰²⁸. Não obstante, ao lado do imperialismo informal, não tardou para que o caráter estadunidense de “polícia mundial” fosse afirmado, em nome do bem, da liberdade, e da manutenção de uma ordem global justa. Ainda segundo esses autores, sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo informal norte-americano teria se espreado por todo o mundo¹⁰²⁹, e nesse êxito residiria a explicação para sua recente conversão em “imperialismo formal”, já que seria impossível gerir com êxito um império informal de tamanhas proporções¹⁰³⁰.

5.3. O significado da “Guerra ao Terror”

Grosso modo, Arrighi considerava os empreendimentos bélicos de Bush Filho como expressão da perda de legitimidade e do crescente caráter dominador assumido pelos EUA, ou seja, como indícios da crise da hegemonia norte-americana, e como rotundos fiascos que precipitariam a derrocada definitiva dos Estados Unidos.

Ao realizar um balanço da trajetória do intervencionismo militar norte-americano desde o pós-guerra, Brenner identifica, ao contrário, seu êxito geral, concluindo que, à altura do ano 2000, tal intervencionismo parecia infalível¹⁰³¹. É por isso que Brenner considera as estratégias de

e outras formas também imperialistas de intervencionismo, mais propriamente econômicas, políticas e culturais - não arrefeceu, como se viu na Parte I deste texto.

¹⁰²⁷ Por exemplo, Arrighi, G. *Geometry of Imperialism: the limits of Hobson's paradigm*. Londres: NBL, 1978, p.100. Cf. Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.36.

¹⁰²⁸ Idem, ibidem, p.10. À guisa de exemplo, dizem os autores que “entre 1869 e 1897 a marinha norte-americana construiu não menos do que 5980 portos para proteger os carregamentos comerciais norte-americanos na Argentina, no Brasil, no Chile, na Nicarágua, no Panamá, na Colômbia e em outros lugares na América Latina” (Panitch, L.; Gindim, S. “Global Capitalism And American Empire”. Disponível em: http://journal.alternatives.ca/IMG/pdf/Panitch_Gindim.pdf, p.10).

¹⁰²⁹ “Não foi por meio do império formal, mas antes por meio da reconstituição dos Estados como elementos integrais de um império informal norte-americano, que a ordem capitalista internacional foi organizada e regulada. Os Estados nacionais permaneceram os veículos primários por meio dos quais a) as relações sociais e as instituições de classe, propriedade, moeda, contrato e mercados foram estabelecidos e reproduzidos; e b) a acumulação de capital foi levada a cabo” (idem, ibidem, p.15).

¹⁰³⁰ Cf. idem, ibidem, p.20, p.24, e p.27.

¹⁰³¹ Dentre os episódios históricos que ele elenca, estão a derrubada do presidente iraniano Mohammad Mossadegh pela CIA em 1953 (que, acrescente-se, foi precedida pelo golpe contra o governo de al-Quwatly, em 1949, na Síria); a invasão do Líbano em

“guerra ao terror” adotadas pela administração Bush Filho como um enorme “desvio de rota”, e quase como uma mera aberração, que só poderia ser explicada pelo ascenso dos neocons, que se aproveitaram de modo oportunista dos ataques de 11 de Setembro¹⁰³². Segundo o autor,

“a ofensiva de Bush foi, na melhor das hipóteses, uma distração desnecessária. No pior dos casos, ela poderia colocar em risco o projeto de globalização, ao fornecer razões político-estratégicas para as outras principais potências capitalistas recusarem o aprofundamento da cooperação econômica internacional – para redefinir o que elas tinham previamente considerado um jogo de soma positiva como uma disputa de soma zero”¹⁰³³.

Samir Amin, ao contrário, considera que a guinada belicista da administração Bush Filho nada teve de surpreendente, sendo ao contrário um momento da implementação do projeto conservador que as elites norte-americanas viriam construindo desde o final da Segunda Guerra, mas que só com a derrocada da União Soviética teria adquirido as condições para sua plena realização¹⁰³⁴. Amin concorda com a tese de que os Estados Unidos teriam perdido em competitividade econômica, e que o principal sustentáculo de sua hegemonia teria se tornado sua superioridade bélica, acirrando o caráter parasitário de sua dominação¹⁰³⁵. No entanto, Amin destaca a importância do controle norte-americano sobre recursos naturais estratégicos, sobretudo das principais reservas petrolíferas mundiais¹⁰³⁶. De acordo com esse autor, por meio do domínio sobre o Oriente Médio, “os Estados Unidos poderiam simultaneamente avassalar a Europa e submeter a Rússia, a China e a Índia a uma chantagem permanente nascida das intervenções

1958 para evitar o golpe nasserista; o apoio à derrubada de Sukarno por Suharto; a guerra dos seis dias de Israel contra o Egito e a Síria; o apoio a Sadan Hussein para o extermínio do Partido Comunista Iraquiano; bem como a contenção da classe trabalhadora internacional nas ondas de revolta que marcaram o fim da década de 1960 e início de 1970, e inúmeras intervenções norte-americanas na América Latina, para derrubar governos considerados anti-estadunidenses ou contrários aos seus interesses, a começar pela derrubada de Arbenz na Guatemala, em 1954. Já dentre as derrotas do intervencionismo estão o não-alinhamento de Bandung, e a derrota do Vietnã, que criou as condições para a ascensão do movimentos de libertação nacional na Nicarágua, em Angola e em Moçambique. Esse revés, somado ao declínio de seu poderio econômico e a uma aparente retomada de fôlego da União Soviética teve como resposta o lançamento da “nova Guerra Fria”, no governo Reagan, no bojo da qual as revoltas nos países periféricos foram brutalmente esmagadas (idem, *ibidem*, p.21-2).

¹⁰³² Cf. Brenner, R. “Um novo imperialismo?”. In: Santos, T. (coord) *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004, p.20. “A adoção e a evidente resiliência do programa internacional de Cheney-Rumsfeld-Wolfowitz deriva do imenso potencial da ‘guerra contra o terrorismo’ para propiciar vitórias eleitorais do Partido Republicano, colocando no topo da agenda da política interna o programa de extrema direita pró-capitalista, que por si mesmo teria pouca ou nenhuma chance de obter aprovação nas eleições” (idem, *ibidem*, p.33). “Contra este pano-de-fundo, a mudança na política dos Estados Unidos representada pelo ataque ao Iraque não seria sequer concebível sem o 11 de Setembro” (idem, *ibidem*, p.27).

¹⁰³³ Idem, *ibidem*, p.26. Numa posição mais extrema, defende Atilio Boron que “... a ocupação territorial tornou-se redundante, já que, através dos processos de abertura comercial, privatizações e desregulamentação, as economias submetidas ao imperialismo são mais submetidas que nunca, e isso sem a necessidade de disparar um único tiro ou mover do seu lugar um só soldado [...]. Governos dóceis, meios de comunicação controlados pelos monopólios e transformados em meras usinas propagandísticas, sociedades civis desmobilizadas e desmoralizadas e políticos corruptos são muito mais úteis que os *marines* ou os helicópteros Apache” (Boron, A.A. “Hegemonia e Imperialismo no Sistema Internacional”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p.142).

¹⁰³⁴ Cf. idem, “Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p.76. Tese que é de certa forma compartilhada também por Ellen Woods, cf. Woods, E.M. “Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar”. In: *Crítica Marxista*, n.19, 2004.

¹⁰³⁵ Cf. Amin, S. “Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p.82; idem, *ibidem*, p.82; e também Hobsbawm, E. J. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.238.

¹⁰³⁶ Cf. Amin, S. “Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p.84. “O redesenho da geografia mundial é uma das prioridades estratégicas através das quais é reconstruída a complicada teia do poder no século XXI. Os energéticos, os metais, a biodiversidade e a água, essenciais e inquestionáveis para o funcionamento do aparato de reprodução planetária, tanto material quanto vital, são elementos de definição na disputa pela hegemonia” (Ceceña, A.E., *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.121).

militares, se necessário fosse. O controle da região permite assim efetivar a extensão da Doutrina Monroe ao Velho Mundo, o que constitui o objetivo do projeto hegemônico dos Estados Unidos”¹⁰³⁷.

De fato, há décadas a região é um alvo prioritário da política externa norte-americana, que contribuiu para extirpar o radicalismo dos movimentos nacionalistas que se difundiram por diversos países na segunda metade do século XX, e para consolidar as ditaduras que com a sua ajuda se encastelaram no poder, organicamente vinculadas aos EUA¹⁰³⁸. No entanto, com o fortalecimento do extremismo islâmico e a difusão do antiamericanismo na região, a influência norte-americana estaria sendo minada, e, para Samir Amin, restaria então aos Estados Unidos se aliar às forças islâmicas moderadas¹⁰³⁹. Dessa ótica, as recentes sublevações no Oriente Médio, a despeito da magnitude e do radicalismo assumido, poderiam acabar se revelando brechas para a reafirmação da supremacia norte-americana na região.

Algumas proposições de Fiori amparam a posição de Amin. De acordo com o primeiro, a lógica da ocupação territorial norte-americana, que se iniciou em 1991 com a tomada de Bagdá, foi bastante evidente: “começou pelo Báltico; atravessou, em paz, a Europa Central, a Ucrânia, e a Bielo-Rússia; tornou-se guerra nos Bálcãs; e, depois de confirmada a aliança com a Turquia, chegou à Ásia central e a Paquistão, com a Guerra do Afeganistão, e até Bagdá e a Palestina, com a última Guerra do Iraque”. Como resultado, “os Estados Unidos reinam hoje soberanos em quase todo o *Rimland*, a área geopolítica mais importante do mundo”¹⁰⁴⁰, e suas bases militares perfazem um cinturão que separa Alemanha da Rússia e Rússia da China. E isso em um mundo cada vez mais dependente do petróleo¹⁰⁴¹.

¹⁰³⁷ Amin, S. “Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p.89. Cf. idem, ibidem, p. p.93. Segundo Harvey, “quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo” (Harvey, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.25).

¹⁰³⁸ “... O projeto nacional-populista do mundo árabe rapidamente esgotou seu potencial de transformação, e os poderes nacionalistas se converteram em ditaduras sem programa. O vazio criado por esta deriva abriu o caminho ao Islão político e às autocracias obscurantistas do Golfo, aliados preferenciais de Washington” (Amin, S. “Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p.89).

¹⁰³⁹ Cf. idem, ibidem, p.94. Segundo Fiori, depois da invasão norte-americana do Iraque se consolidou um “novo eixo de poder xiita”, e se fortaleceu a posição do Irã como potencial país hegemônico da região. Já em 2004 escrevia Fred Halliday que “os Estados Unidos destruíram o arquiinimigo do Irã e causaram grande prejuízo à própria credibilidade norte-americana na região; os aliados políticos do Irã no Iraque, entre curdos e xiitas, integraram-se à nova estrutura de governo e nunca estiveram tão fortes; e hoje o país está em condições de desempenhar papel importante, para não dizer decisivo, na formação de qualquer novo sistema social e político iraquiano. O Irã [...] não está descontente em ver os norte-americanos atolados [no Iraque] por longo período, a um custo considerável. Está felicíssimo porque, pela primeira vez na política dos países árabes, a comunidade xiita [...] adquiriu status público, legítimo e internacionalmente reconhecido” (Halliday citado por Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.198). Além disso, novamente de acordo com Fiori, tem se tornado evidente que são bastante remotas as chances de uma intervenção militar dos EUA no Irã, na Coreia do Norte ou qualquer outro país militarmente relevante. Por outro lado, ter-se-ia acirrado a disputa pela supremacia no Oriente Médio com a China e com a Rússia, que dá sinais de se aliar aos alemães, a principal potência européia. Já no Leste Asiático haveria uma acirrada disputa pela hegemonia entre China, Japão, Índia, Rússia e Estados Unidos (cf. Fiori, J.L. “De volta à geopolítica das nações”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.181-2).

¹⁰⁴⁰ Idem, “Ataque Econômico Preventivo”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.189.

¹⁰⁴¹ Segundo um relatório do Conselho de Inteligência Nacional dos EUA de 2005, até 2020 a China aumentará seu consumo energético em 150% e a Índia em 100% (cf. Fiori. “A nova geografia econômica mundial”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.185), países que já são grandes importadores de combustível. Outros países, como Japão e Coreia, também

Em sentido contrário, Brenner defende que a invasão do Iraque não responderia nem mesmo aos interesses petroleiros, e sim atentaria contra eles. Novamente segundo esse autor,

“no início da primavera de 2001, as companhias do *big oil* estavam tentando obter junto à administração não uma guerra contra o Iraque, mas a suspensão das sanções ou a implementação de ‘sanções inteligentes’, no sentido de abrir o caminho para o investimento na região. Se a conquista do Iraque fosse considerada indispensável ou mesmo uma alta prioridade, seja em relação ao asseguramento do petróleo, seja aos interesses do *big oil*, a administração de Bush I poderia ter buscado – e sem dúvida teria buscado – levá-la adiante na época da Guerra do Golfo de 1991”¹⁰⁴².

No entanto, mesmo que Amin, Harvey e Fiori estivessem equivocados em apontar as relações entre a invasão do Iraque e as grandes petroleiras (e de outras empresas não-armamentistas implicadas nesse recente experimento neoliberal, como se viu), nem por isso haveria de se ignorar a relação entre os empreendimentos bélicos norte-americanos e a busca pela preservação do posto de principal potência mundial, pelos Estados Unidos¹⁰⁴³.

Em consonância com Amin, Losurdo considera que, “já presente no momento da fundação dos Estados Unidos, essa tendência [ao acirramento desmedido do imperialismo] se torna um motivo recorrente de forma obsessiva a partir da Segunda Guerra Mundial”¹⁰⁴⁴. Fundamental para esse autor seria a dimensão cultural e ideológica da atual afirmação imperialista dos Estados Unidos; em meio aos confusos e tresloucados discursos de Bush Filho, Losurdo identifica a pretensão norte-americana de se elevar à condição de juiz universal, que define de maneira maniqueísta e irrevogável o que é “bom” – o que reflete ou se submete passivamente à dominação norte-americana - e o que é “mal” - muitas vezes encarnado por antigos fantoches ou aliados¹⁰⁴⁵ -;

aumentarão sua dependência, o que explica as relações estabelecidas com o Irã. Do mesmo modo, a necessidade de garantir fontes estáveis e abundantes de combustível explica grande parte da agressiva aproximação chinesa dos países da Ásia Central, da África e da Venezuela, e da aproximação indiana de Burma, Sudão, Líbia, Síria, Costa do Marfim, Vietnã e Rússia. Essa competição explicaria a intensidade da disputa entre Estados Unidos Unidos e Rússia pelo controle da produção petrolífera do Mar Cáspio, e os oleodutos que cortam a Ucrânia, a Geórgia, Azerbaijão, Turquia, Polônia, Afeganistão e Paquistão. Além disso, está em curso a tentativa de expansão de empresas e de controle de empresas estrangeiras, como a compra de ações de empresas iranianas, russas (grupo Yukos), norte-americana (Unocal) por parte da China National Offshore. O mesmo vale para empresas indianas (ONGC, e IOC), que se associaram com empresas russas, iranianas e mesmo chinesas (cf. idem, ibidem, p.186).

¹⁰⁴² Idem, ibidem, p.30. Brenner tem aqui o mérito aqui de levar em consideração importantes aspectos da conjuntura política interna nos EUA, e em considerar em loco os interesses envolvidos na empreitada imperialista norte-americana. Mas adiantemos que também aqui a amplitude de sua análise é por demais restrita, e seu argumento demasiado unilateral. De acordo com sua ótica, a mais recente rodada da política imperialista norte-americana não seria nem mesmo um erro de cálculo por parte dos membros da administração Bush; trata-se na realidade de uma idéia fixa de fanáticos que chegaram ao poder por acidente. Que os gestores norte-americanos são fanáticos, particularmente aqueles que ocuparam altos escalões da administração Bush Filho, isso não está em disputa. Mas reduzir a isso a atual faceta do imperialismo norte-americano, ignorando os inúmeros fatores que redundaram no ascenso dos “neocons”, e toda a história do imperialismo norte-americano, é um grave equívoco. Por exemplo, se existem elementos que distinguem a política externa do governo Bush Filho das administrações que o antecederam, as invasões do Afeganistão e do Iraque, e a postura imperialista norte-americana encontram uma série de precedentes, sendo o mais expressivo e imediato a Guerra do Golfo. Por outro lado, o ascenso dos “neocons” não pode ser explicado simplesmente como um lance de habilidade por meio do qual foi possível capitanear o mote da “guerra contra o Terror” em favor de um projeto delirante. Como constata Harvey, assim como os neoliberais, os “neocons” também passaram muito tempo gestando seu ideário no interior de universidades e institutos de pesquisas, e as divulgando por meios de livros e revistas de grande circulação. Cf. Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.92.

¹⁰⁴³ A consideração de Gowan sobre a necessidade que tinha Bush Pai de promover uma “guerra de demonstração” pode bem ser estendida à administração Bush Filho, tanto pelos interesses eleitorais, quanto pelos estratégicos (cf. Gowan, P. *A Roleta Global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.234).

¹⁰⁴⁴ Losurdo, D. *A linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p.278.

¹⁰⁴⁵ Basta recordar, com Arrighi, da satanização de Sadan; “em março de 1984, sem ser desencorajado pelas atrocidades de Sadam Hussein, Rumsfeld voou para Bagdá como enviado de Reagan no mesmo dia que o Iraque lançou um ataque de armas químicas sobre o Irã. Quatro anos depois, enquanto Hussein estava massacrando centenas de vilas no norte do Iraque e matando milhares de curdos, Washington lhe ofereceu US\$ 500 milhões em subsídios para comprar produtos agrícolas. No ano seguinte, o governo

e sentença que tudo o que é “mal” deve ser extirpado pelos meios que se façam necessários, em nome de Deus e dos “valores universais”¹⁰⁴⁶.

Somos remetidos novamente à proposição de Žizek acerca da “nova intolerância” típica da época em que vivemos, a qual, sob os discursos politicamente corretos multiculturalistas somente aceita um Outro ideal, desprovido de substância, e abomina todas as determinações que instituem a alteridade. Ademais, se é tão importante quanto recorrente a produção de “bodes expiatórios” - no sentido de mobilizar o patriotismo, e outras ideologias que tais, de escamotear as clivagens de classe, e de canalizar de modo pró-sistêmico os ódios e as frustrações decorrentes das formas de opressão, de antagonismos e de promessas não cumpridas próprios ao capitalismo -, sobretudo após o 11 de Setembro, de acordo com Žizek, teria ocorrido uma mudança fundamental na figura do “Inimigo”, o qual:

“deixa de ser o Império do Mal, ou seja, outra entidade territorial (um Estado ou grupo de Estados), mas uma rede mundial ilegal, secreta – quase virtual -, em que a ilegalidade (criminalidade) coincide com o fanatismo ético-religioso ‘fundamentalista’ – e como tal entidade não tem status legal positivo, essa nova configuração resulta no fim do direito internacional que – pelo menos desde o início da modernidade – regula as relações entre os Estados”¹⁰⁴⁷.

Por outro lado, é evidente que o “novo inimigo” possui uma “realidade empírica”, a qual vem sendo construída há tempos. Mais de dez anos antes dos ataques contra as “Torres Gêmeas”, Kurz escrevia que

“em algumas partes da Ásia, na Arábia e no norte da África, a re-islamização transformou-se numa militante ideologia substitutiva dirigida contra o Ocidente, o qual está criando ali, nas suas próprias costas, uma nova espécie de coveiro que, apesar de não possuir nenhum objetivo transcendente, não recua diante de absolutamente nada. No entanto, o fundamentalismo islâmico não tem quase nada em comum com a antiga cultura islâmica da pré-modernidade, além do próprio nome. Pois essa cultura não pode ser separada daquelas estruturas de reprodução tradicionais, pré-

norte-americano dobrou o subsídio para US\$ 1 bilhão e lhe forneceu uma semente de alta qualidade para anthrax e material de duplo-uso, que poderia ser usado para produzir armas químicas e biológicas” (Arrighi, G. “Hegemony Unravelling”. Party I. In: *New Left Review*, nº 32, março-abril de 2005, p.52).

¹⁰⁴⁶ “Quem pensa nos Estados Unidos como uma superpotência exclusivamente militar entendeu bem pouco da atual situação. Ao monopólio tendencial das armas mais sofisticadas e mais mortais [...] corresponde a pretensão de Washington de erguer-se como juiz universal, um juiz que, além do mais, dita as regras do discurso e sanciona de modo inapelável as normas, as acusações e os pecados, contra os quais é preciso estarmos prevenidos se quisermos evitar sermos colocados na situação de acusados e culpados, em medida mais ou menos grave e de modo direto ou indireto, de terrorismo, fundamentalismo, antiamericanismo, antissemitismo (e antissionismo), filoislamismo e ódio contra o Ocidente” (Losurdo, D. *A linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p.283), todos estes “léxicos da ideologia estadunidense”, que Losurdo critica de modo definitivo, tendo como pano de fundo uma vasta gama de atrocidades cometidas pelas forças imperiais ao longo da história. E cabe lembrar que a suposta vocação messiânica norte-americana não começa com Bush filho, como demonstram Panitch e Gindin citando declarações de Thomas Jefferson, George Washington, James Madison e Theodore Roosevelt. À guisa de exemplo, vejamos uma declaração de Roosevelt, feita em 1904: “Uma nação desejosa em assegurar o respeito por si própria e em fazer o bem aos outros deve ter uma força adequada à tarefa a qual ela sente que lhe foi conferida, como parte de seu dever geral mundial [...]. Um grande povo livre deve a si próprio e à toda humanidade não se afundar em impotência ante as forças do mal” (citado por Panitch, L.; Gindin, S. “Global Capitalism And American Empire”. Disponível em: http://journal.alternatives.ca/IMG/pdf/Panitch_Gindin.pdf, p. 10). Do mesmo modo, Bush Filho não poderia reivindicar a paternidade das “guerras preventivas”, as quais foram deflagradas pelos EUA em diversos momentos durante os séculos XIX e XX, só que contra países mais “subalternos” no sistema interestatal (Fiori, J.L. “Ataque Econômico Preventivo”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.190).

¹⁰⁴⁷ Žizek, S. *Bem-Vindo ao Deserto do Real!* São Paulo: Boitempo, 2003, p.131. “A dificuldade de alcançar a coesão interna numa sociedade etnicamente variada marcada por um individualismo e uma divisão de classes intensos produziu aquilo que Hofstadter chama de ‘o estilo paranóide’ da política norte-americana: o medo de algum ‘outro’ (como o bolchevismo, o socialismo, o anarquismo ou simplesmente ‘agitadores extremos’) tornou-se crucial para criar solidariedades políticas na frente doméstica” (Harvey, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.48).

capitalistas e fundamentadas numa sociedade agrária que desapareceram no mundo inteiro há muito tempo [...]. Assim, o Islã constitui no fundo apenas um invólucro ideológico para tendências de desenvolvimento da barbárie secundária, nas quais as massas desarraigadas e depauperadas lutam cegamente e sem qualquer perspectiva para escapar da lógica do mercado mundial, tentando escapar a esta. Mas esse fundamentalismo torna-se tanto mais perigoso e pseudo-estratégico o quanto mais além das massas famintas que habitam cortiços ele for, e o quanto mais ele toma conta daquelas camadas da classe média que são expulsas de sua antiga condição de vida e lançadas na miséria pelas leis do dinheiro e por seus executores do FMI [...]. A ideologia secundária islâmica, apesar de ser apenas uma formação regressiva e reativa, incapaz de legitimar alguma socialização alternativa no nível do desenvolvimento moderno da força produtiva, serve ao menos para expressar de alguma forma o sofrimento das massas desorientadas na modernização em colapso. É bem possível que do fundamentalismo possam nascer empreendimentos agressivos de comando e camisas ou até maiores golpes militares desesperados contra os centros do mercado mundial”¹⁰⁴⁸.

Esse inimigo disperso, difuso, imprevisível, fanático, abnegado e incansável como um corretor da bolsa de valores, esse inimigo que por vezes é identificado a certo Estado-nação, ora considerado apátrida, que está virtualmente por toda a parte, esse inimigo se coaduna de modo perverso ao caráter desmedido do militarismo próprio à acumulação de capital¹⁰⁴⁹. Também por esse caminho somos compelidos a considerar alguns prognósticos acerca da trajetória dos Estados Unidos no próximo período.

5.4. Polêmicas sobre o destino da hegemonia norte-americana

Como assevera Ricardo Musse,

“a hegemonia norte-americana tem uma de suas fontes no reconhecimento de sua ação, extremamente eficaz nos últimos 70 anos, em defesa, para além das fronteiras nacionais, dos interesses da classe capitalista. Uma legitimidade conquistada com o uso, sem escrúpulos, de todos os meios possíveis seja no campo econômico, político, cultural ou militar. Nesse sentido, seu engajamento e sua liderança na guerra contra o comunismo internacional pode ser visto como apenas um momento de sua condição de ‘garantia em última instância do capital’”¹⁰⁵⁰.

Nas últimas décadas, ainda segundo o autor, tal hegemonia foi reafirmada no interior de um “padrão de acumulação” – de cunho privatizante e baseado na “desregulamentação dos mercados de trabalho, de mercadorias e de dinheiro”, cuja constituição muito deveu à ação dos Estados Unidos. Porém, na esteira da mais recente crise econômica mundial esse “modelo de capitalismo” se encontraria ameaçado, e junto com ele a hegemonia norte-americana¹⁰⁵¹.

Brenner concorda que a hegemonia norte-americana está assentada não simplesmente no poderio militar, mas também num consenso entre as elites mundiais de que aquela lhes seria benéfica, devotada como é, acima de tudo, à manutenção do *status quo* e da ordem mundial, de modo a garantir o bom andamento da acumulação de capital. No entanto, dessa constatação ele

¹⁰⁴⁸ Kurz, R. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz & Terra, 1992, p.169 e p.170, respectivamente. “Como o núcleo irracional de sua ideologia é tal e qual o do fundamentalismo islâmico, o capitalismo nada mais pode que conchamar a uma cruzada, à guerra santa da civilização ocidental” (idem, ibidem, p.275).

¹⁰⁴⁹ Cf. Woods, E.M. “Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar”. In: *Crítica Marxista*, n.19, 2004, p.57-8).

¹⁰⁵⁰ Musse, R. “Observações sobre o desastre econômico”, 2008. Disponível em: p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/3028.1.shl.

p.3.
¹⁰⁵¹ Idem, ibidem, p.2-3.

conclui que não existe no momento qualquer ameaça séria à hegemonia norte-americana. Em suas palavras,

“podem os Estados Unidos continuarem sua hegemonia na crise atual? [...]. Eu acho que, em primeiro lugar, a resposta é sim. As elites mundiais querem mais do que qualquer coisa a sustentação da corrente ordem globalizada, e os Estados Unidos são a chave para isso. Nenhuma das elites mundiais está tentando explorar a crise e os enormes problemas econômicos estadunidenses, para desafiar a hegemonia norte-americana”¹⁰⁵².

Nesse sentido, Perry Anderson faz coro com Brenner; ao invés de enxergar o advento de uma etapa de caos sistêmico que antecede o declínio da hegemonia estadunidense, Perry Anderson considera que estamos vivendo uma nova “Restauração”, semelhante àquela do Congresso de Viena¹⁰⁵³. Aqui a preponderância norte-americana, a potência global mais rica e mais poderosa militar e culturalmente, teria sido reafirmada, valendo-se da convergência geral de interesses dentre os países capitalistas centrais; os interesses do grande capital, numa palavra¹⁰⁵⁴.

Do mesmo modo, ao contrário de Arrighi, Anderson não vê o crescente endividamento norte-americano como sinal de sua derrocada, e sim como uma espécie de trunfo, já que essa dívida monumental ancora as principais potências ao destino da economia estadunidense. Ademais, Anderson não vê as intervenções militares norte-americanas como fiascos tão contundentes, e identifica tamanha dependência chinesa em relação ao mercado estadunidense e aos seus títulos da dívida, que descarta qualquer questionamento chinês ao predomínio dos Estados Unidos num horizonte imediato¹⁰⁵⁵.

Isso não quer dizer que a atual “concertação” esteja livre de contradições. Ao contrário, essa coesão e integração das grandes potências fazem com que os abalos sistêmicos ocorridos nalguma delas se transmitam forte e rapidamente para as demais. No entanto, a celeridade das reações anticíclicas também não encontraria precedente¹⁰⁵⁶.

¹⁰⁵² Brenner, R. “Entrevista a Seongjin Jeong”, concedida em 22 de dezembro de 2008. Acessível em: <http://hap.blogger.hr/post/interview-with-robert-brenner-on-the-current-crisis/1215794.aspx>, s/p. Emir Sader, por sua vez, identifica uma perda de poder econômico dos Estados Unidos; porém, considera que, em comparação com seus rivais, e graça à grande dependência econômica destes em relação à economia norte-americana, seu poder teria aumentado: “... o surgimento de um pólo contra-hegemônico alternativo ao norte-americano não está por enquanto no horizonte histórico” (Sader, E. “Hegemonia e contra-hegemonia”. In: Ceceña, A.E. (org) *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.31). Cf. idem, ibidem, p.16.

¹⁰⁵³ Cf. idem, ibidem, p.9.

¹⁰⁵⁴ Teria havido assim “a emergência de uma nova Concertação das Potências, com assento no Conselho de Segurança e em encontros econômicos globais variados, unida em defesa de um *status quo* estratégico, em torno de seu monopólio de armas nucleares [...]. Os Estados Unidos seguem hegemônicos, em virtude de continuarem com superioridade em armas, riqueza e ideologia: nenhuma outra potência está disposta a colocar-se em contraposição em relação a qualquer tópico sobre os quais insistem. Seguem hegemônicos porque essas são, em termos estruturais, aliadas na ordem mundial, não inimigas” (idem, ibidem, p.9). Em todo caso, “a chave para a concertação mudou. Agora é econômica – a defesa da estabilidade capitalista como tal” (idem, ibidem, p.10).

¹⁰⁵⁵ “A dívida norte-americana é de tal magnitude que nenhum credor se permite questioná-la, por receio das conseqüências de um colapso [...]. Os resultados das guerras no Iraque e no Afeganistão seguem incertos. Nenhum deles é um grande fardo econômico para os Estados Unidos, e o novo regime de Washington – supostamente esclarecido e multilateral – acredita, como o antigo – supostamente benigno e unilateral –, que pode prevalecer no fim; certamente, nenhuma derrota comparável ao Vietnã, na perspectiva de Washington, está à vista. No que tange à China, continua tão dependente dos consumidores e títulos norte-americanos para seu crescimento e estabilidade que não representa uma ameaça para o seu poder, pelo menos durante um longo período por vir” (idem, ibidem, p.8). Cf. Panitch, L.; Gindim, S. “Global Capitalism And American Empire”. Disponível em: http://journal.alternatives.ca/IMG/pdf/Panitch_Gindim.pdf, p.23 e p.28.

¹⁰⁵⁶ Cf. idem, ibidem, p. 10 e p.11.

A posição de Domenico Losurdo também se aproxima à de Brenner ao não identificar qualquer contestação séria à hegemonia norte-americana, apesar de se opor à idéia de que o atual projeto imperialista norte-americano seja um “desvio de rota”, como se viu há pouco. Em suas palavras,

“não estamos diante de uma disputa pela hegemonia entre Estados ou alianças militares com uma força mais ou menos equivalente; ao contrário, uma superpotência solitária declara de modo explícito que não tolera rivais, que quer agora reforçar sua primazia militar ao ponto de torná-la insuperável. A essa mudança nas relações de força no plano militar corresponde uma mudança tão ou talvez ainda mais radical nas relações de força no plano ideológico. Washington arvora-se agora, não sem sucesso, em preceptor do gênero humano”¹⁰⁵⁷.

Fiori, por seu turno, assevera que,

“com certeza, não se trata de uma crise final do poder norte-americano, nem seu poder militar global está sendo desafiado nesse momento. Paradoxalmente, os Estados Unidos estão perdendo capacidade de intervenção unilateral em quase todas as regiões do mundo, aumentando o grau de liberdade dos demais Estados, em particular, das velhas e novas potências do sistema mundial”¹⁰⁵⁸.

Mais próxima de Arrighi está a constatação de David Harvey, segundo a qual “... os Estados Unidos estão agindo a partir de uma posição antes de fraqueza do que de força, e que a aventura no Iraque pode muito bem assinalar antes o final da hegemonia norte-americana do que o começo de uma nova fase de domínio global dos Estados Unidos”¹⁰⁵⁹.

João Bernardo, por sua vez, também reconhece a perda da importância econômica norte-americana, que estaria no cerne da última crise econômica mundial, e se manifestaria no belicismo que redundou na invasão ao Iraque. Em suas palavras, “um dos elementos da atual crise é o declínio dos Estados Unidos como potência econômica. Este declínio manifesta-se de maneira flagrante no Iraque, onde os mecanismos estritamente econômicos do imperialismo foram substituídos pelos mecanismos bélicos”¹⁰⁶⁰.

Já James Petras, peremptório e algo profético, assevera que “todos os ídolos do capitalismo colapsaram nas últimas três décadas. As assunções e pressupostos, paradigma e prognóstico do progresso indefinido sob o capitalismo de livre mercado foram testados e falharam. Nós estamos vivendo o fim de toda uma época”¹⁰⁶¹, cujos sinais imediatos seriam a derrocada dos Estados Unidos e do sistema financeiro e creditício, a recessão mundial e as crescentes taxas de desemprego.

¹⁰⁵⁷ Losurdo, D. *A linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p.278. Cf. idem, ibidem, p.281.

¹⁰⁵⁸ Fiori, J.L. “De volta à geopolítica das nações”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.181.

¹⁰⁵⁹ Harvey, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p.178.

¹⁰⁶⁰ Bernardo, J. “Sete reflexões sobre a actual crise”, 2008. Disponível em: spectrum.weblog.com.pt/arquivo/2008/12/sete_reflexoes.html, s/p) “Contrariamente ao sucedido nos grandes impérios da Antiguidade, no capitalismo a base da expansão são os mercados, e quando os generais avançam antes dos chefes de empresa é sinal de que a economia está com sérios problemas” (idem, ibidem, s/p).

¹⁰⁶¹ Petras, J. “World Depression: Regional Wars and the Decline of the US Empire”, 2011. Disponível em: www.petras.laheine.org/?p=1775, p.1

Há autores, no entanto, não se contentam em auspiciar o fim da hegemonia norte-americana, mas também a derrocada definitiva do modo de produção capitalista. Um destacado membro desse grupo é Wallerstein, segundo o qual “assim como ele [o moderno sistema-mundial] veio à existência há cinco séculos na Europa como o ponto final do desenrolar da ‘crise do feudalismo’, este sistema histórico, que agora cobre o globo e cujas conquistas técnico-científicas vão de triunfo em triunfo, está em crise sistêmica”¹⁰⁶². Outro é Ana Esther Ceceña, a qual sustenta que a hegemonia norte-americana está se fortalecendo em termos relativos, a despeito da existência de traços sistêmicos - como as dificuldades na manutenção da base da valorização do capital diante dos avanços tecnológicos e a explicitação da incapacidade capitalista de eliminação dos miasmas sociais - que apontariam para o colapso do próprio modo de produção, num horizonte mais ou menos próximo¹⁰⁶³.

Ainda dentre os que anunciam a destruição do capitalismo, destaca-se Robert Kurz, o qual há pelo menos duas décadas propugna que “a sociedade mundial capitalista caminha rumo à sua prova de resistência e ruptura, pois chegará inevitavelmente ao ponto (que aos olhos de seus contemporâneos mais parece uma linha) em que irá suprimir a condição de substância social do valor econômico que caracteriza o trabalho abstrato”¹⁰⁶⁴. E isso devido ao revolucionamento dos meios de produção no seio da chamada “revolução microeletrônica”. No interior do processo concorrencial, a elevação da produtividade, e o tipo de inovações que estariam se universalizando, relacionados à automação, estariam provocando, nos países centrais, uma diminuição da “massa

¹⁰⁶² Wallerstein, I. “Crisis as transition”. In: Amin, S., Arrighi, G., Frank, A. G., Wallerstein, I. *Dynamics of Global Crisis*. Nova Iorque: *Monthly Review Press*, p.11. “A civilização capitalista chegou ao outono da sua existência [...]. Apesar de sabermos que há muitas coisas a apreciar no outono, também sabemos que devemos nos preparar para o frio do inverno, o fim do ciclo, o fim do sistema histórico” (idem, *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p.121). “Depois de quinhentos anos de existência, o sistema-mundo capitalista está, pela primeira vez, em uma verdadeira crise sistêmica; estamos em uma era de transição. O resultado é intrinsecamente incerto mas, apesar disso, e também pela primeira vez nesses quinhentos anos, há uma perspectiva de mudança fundamental que pode ser progressista mas que não o será necessariamente” (idem, *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p.231). Cf. idem., “Depressão, uma visão de longa duração”. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15320&boletim_id=477&componente_id=8390, p.1

¹⁰⁶³ Cf. Ceceña, A.E., *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.7). “Trata-se, de meu ponto de vista, de um movimento ambivalente que, se em um horizonte civilizatório ou sistêmico permite identificar uma tendência à deterioração da relação entre o discurso de verdade do progresso capitalista e sua capacidade real de solução dos problemas gerais da humanidade, em um horizonte mais próximo anuncia um reforço da capacidade de domínio, da concentração de riqueza e poder, e da reconstrução do imaginário coletivo sobre a base do pensamento único e da ilusão global” (Ceceña, A.E., “Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites”. In: Ceceña, A.E. (org) *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.39).

¹⁰⁶⁴ Kurz, R. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz & Terra, 1992, p.74; cf. também Kurz, R. “A falta de autonomia do Estado e os limites da política”. In: *Os últimos combates*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1997, p.113. “A lógica da crise está avançando da periferia para os centros. Depois dos colapsos do Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do próprio Ocidente. O princípio da rentabilidade ainda partirá para uma última corrida deslumbrada antes de percorrer, até o fim, seu caminho duplo de ‘emancipação negativa’ e destruição social ecológica” (idem, ibidem, p.192). “Mas a causa da crise é a mesma para todas as partes do sistema mundial produtor de mercadorias: a diminuição histórica da substância de ‘trabalho abstrato’, em consequência da alta produtividade (‘força produtiva ciência’) alcançada pela mediação da concorrência [...]. A crise do subsistema ocidental, que provavelmente acontecerá nos anos 90 [1990!], revelará impiedosamente essa constelação histórica de fatos. Tanto faz, nesse caso, o que ocasionará ou diretamente provocará essa crise, cujo início será o colapso financeiro global” (idem, ibidem, p.205). Tal crise dará azo, “antes de terminar o século XX”, a “uma era das trevas, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo”, e que deverá abranger boa parte do século XXI (cf. idem, ibidem, p.207 e p.209), e assumindo a forma de uma “guerra civil mundial”, na qual “não haverá frentes firmes, mas apenas surtos de violência cega em todos os níveis” (idem, ibidem, p.186).

global do trabalho abstrato produtivamente explorado”, em termos absolutos. Por outro lado, devido aos seus relativamente baixos índices de produtividade, diversos países periféricos estariam deixando “de ser fontes de transferência de valor para os países da OCDE, *porque sua produção foi paralisada ou porque já não produzem nenhum valor que possa ser reconhecido*”¹⁰⁶⁵; ao mesmo tempo em que desapareceria “a capacidade aquisitiva correspondente e os mercados que dela resultam, tirando-se assim dos homens as condições capitalistas da satisfação de suas necessidades”¹⁰⁶⁶.

Com a “crise terminal do capitalismo” a teoria marxista também cairia por terra, ou melhor, o “marxismo da luta de classes”, pois “o marxismo do fetichismo” seria *mais atual do que nunca*. De fato, diga-se de passagem, a tese do “duplo Marx” já se encontra presente em *O colapso da modernização*¹⁰⁶⁷, mas é em textos posteriores de Kurz que se acirra a “contundência” dessa crítica à obra marxiana, convertida num espantalho irreconhecível¹⁰⁶⁸. Se é válida a crítica ao “culto ao trabalho” preponderante nas experiências do “socialismo real” e às vulgatas que circularam o mundo pelas penas de um considerável número de marxistas e de antimarxistas, por um lado, a insistência de Kurz no tema erra o alvo, já que, ao que parece, onde a teoria marxista possui hoje alguma importância política e intelectual, prepondera linhagens que se distanciam dessas leituras vulgares ou apologéticas. Por outro lado, a tese do “fim do trabalho”, que negligencia a diferença entre uma *tendência* e a realidade efetiva, e revela uma visão “euro-centrada”, obriga o autor a uma série de “ginásticas conceituais”, para negar o brutal aumento do proletariado nas últimas décadas¹⁰⁶⁹, ou negar sua capacidade de conservar e gerar valor. Talvez Kurz imagine que as mercadorias chinesas, indianas ou brasileiras sejam feitas com pedras lascadas e outras tecnologias do gênero, e ainda que são entregues de graça, já que não carregaria em si nenhum “valor reconhecido” objetivado. Negar a importância de países como China, Índia, Brasil e tantos outros como espaços de acumulação de capital é querer rifar a realidade em favor de um frágil castelo no ar, um constructo pouco engenhoso, aliás. Ao invés disso, dever-se-ia considerar efetivamente a

¹⁰⁶⁵ Idem, ibidem, p.193, grifos nossos. “A transformação do desemprego cíclico em estrutural corresponde à transformação da superacumulação cíclica do capital em superacumulação estrutural. Com isso, o sistema alcança seu limite histórico absoluto” (Kurz, R. “Existe vida após a economia de mercado?”. In: *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF - PAZULIN, 2004, p.98).

¹⁰⁶⁶ Idem, *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz & Terra, 1992, p.212.

¹⁰⁶⁷ Cf. idem, ibidem, p.65-6.

¹⁰⁶⁸ “O Marx dos operários e da luta de classes cai em desgraça, mas o crítico radical do fetichismo e da forma-valor continua de pé e só agora passa a ser efetivo” (Kurz, R. “A intelligentsia depois da luta de classes”. In: *Os últimos combates*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1997, p.25). “Marx, afinal, foi um dissidente do liberalismo que esteve preso ao conceito liberal de progresso burguês e ao esquema histórico do desenvolvimento da filosofia hegeliana” (Kurz, R. “Marx depois do marxismo”. In: *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF - Pazulin, 2004, p.150).

¹⁰⁶⁹ “... não é possível enfatizar excessivamente que enquanto os trabalhadores manufatureiros podem ser uma espécie em extinção nos países do núcleo, nos demais lugares – especialmente na Ásia, e mais especificamente na China – a classe trabalhadora está crescendo em tamanho e centralidade” (Arrighi, G. Silver, B.J. (orgs). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, p.216). Já Petras constata que, nas últimas décadas, “nós testemunhamos o mais espetacular crescimento de longo prazo do capital industrial, empregando mais trabalhadores industriais e assalariados do que nunca na história” (Petras, J. “World Depression: Regional Wars and the Decline of the US Empire”, 2011. Disponível em: www.petras.laheine.org/?p=1775, p.3).

maneira como se desenrola os processos de extração de mais-valia relativa, que de fato impõe limites ao movimento do capital, sem com isso autorizar a previsão da data de sua destruição última¹⁰⁷⁰. Por outro lado, no que tange à sua teoria do “colapso”, é notório que boa parte das proposições de Kurz é mero requentar de teses expostas por Marx, algumas há mais de 150 anos; o primeiro afirma à exaustão, em geral sem citar as fontes, a análise de Marx acerca da tendência à negação do trabalho vivo pelo trabalho morto, no bojo da tendência ao aumento da composição orgânica do capital¹⁰⁷¹. No entanto, este demonstra que a expulsão de amplas massas de trabalhadores de determinadas categorias em determinados ramos produtivos em decorrência do desenvolvimento técnico e tecnológico pode ser compensada – e mais que compensada – com a criação de outras funções no mesmo ou noutros ramos produtivos, em distintas localidades¹⁰⁷². Por outro lado, de acordo com a formulação de Marx, o conceito de “exército industrial de reserva” não exclui que parcelas da população trabalhadora permaneçam “inimpregáveis”, e mesmo que sejam aniquiladas pela miséria¹⁰⁷³.

Apesar de demonstrar que os limites do capital estão inscritos em seu próprio movimento, Marx salienta que o capital só existe convertendo seus limites em barreiras a superar, “solucionando” temporariamente suas contradições por meio de sua reposição em um nível mais elevado, universal e explosivo. Daí a sua máxima sobre a inexistência de “crises permanentes”, já que as próprias crises são eventos em que se mobilizam uma série de mecanismos que engendram as condições para novas rodadas de acumulação¹⁰⁷⁴.

As análises de Kurz são feitas de uma perspectiva crítica, por meio da qual ele perscruta os interstícios da modernização e do Esclarecimento, trazendo à tona importantes temas, como o da dimensão patriarcal do capitalismo, e desse modo ele contribui com a compreensão e a contraposição teórica à atual barbárie capitalista; no entanto, nalguns momentos ele compartilha

¹⁰⁷⁰ Contrapondo-se às teses sobre a “crise terminal do sistema”, argumentam Panitch e Gindim que, “há de fato uma complexidade sistêmica no capitalismo global de hoje que inclui, mesmo em seu núcleo, instabilidades e mesmo crises. No entanto, isso necessita ser visto não tanto em termos de velhas tendências de crise estrutural e de seus produtos, mas como dimensões cotidianas do funcionamento do capitalismo contemporâneo, e de fato [...] mesmo de seus sucessos” (Panitch, L.; Gindim, S. “Global Capitalism And American Empire”. Disponível em: http://journal.alternatives.ca/IMG/pdf/Panitch_Gindim.pdf, p.23). “Isso não significa que não é mais útil se falar em contradições inerentes ao capitalismo, mas nós devemos ser cautelosos para não exagerar suas consequências ao menos que elas assumam a forma de contradições de classe que levantam desafios ao capital” (idem, “‘Imperialism and global political economy’: A reply to Callinicos”. <http://www.socialistproject.ca/theory/CallinicosReply.pdf>, p.2).

¹⁰⁷¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.130, p.135, p.256-260; idem, *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; p.1292; idem, *Trabalho assalariado e capital*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: Textos 3*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p.79-80; idem, *Salário, preço e lucro*. In: *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1996, p.184.

¹⁰⁷² Idem, “Maquinaria e Trabalho Vivo (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador)”. In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.105, p.109; idem, *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.995, p.1007.

¹⁰⁷³ Cf. idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.260-77, idem, *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.993-4.

¹⁰⁷⁴ “Quando Adam Smith explica a queda da taxa de lucro em decorrência da superabundância de capital [...] ele está falando de um efeito *permanente* e isso está errado. Em oposição a isso, a superabundância transitória de capital, a superprodução e as crises são algo diferente. Não há crises permanentes” (idem, *ibidem*, p.932, nota de rodapé).

uma falha de um sem-número de autores, que em seu afã pós-moderno, sustentam fervorosamente não a singularidade, mas a radical novidade da situação atual, recorrendo, no entanto, a processos e tendências bem estabelecidas, e sacando delas conclusões equivocadas. Há quantas décadas não se propugna a obsolescência da teoria do valor, em decorrência do desenvolvimento técnico e científico¹⁰⁷⁵? Quantos não repetiram os despautérios de um Dahrendorf, ao descartar a crítica marxiana diante da difusão das sociedades anônimas (!!!) ou dos “serviços”¹⁰⁷⁶? Por quantas vezes não foi entoada a cantilena sobre a sociedade “pós-industrial” ou “pós-capitalista”, com base na “concepção fetichista” que analisa as formações sociais tendo sua atenção concentrada na dimensão material da produção, ao invés de suas determinações propriamente sociais (formais)¹⁰⁷⁷?

E, mesmo no âmbito da crítica social, são muitos os que continuam a se estarrecer com o caráter “crescentemente rentista” do capital, com a acelerada obsolescência das mercadorias e de seus processos produtivos, com a importância assumida pelas inovações científicas e assim por diante. Tais autores ignoram que o capital “... conjura todas as forças da ciência e da natureza assim como a combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza

¹⁰⁷⁵ Cf. por exemplo, Habermas, J. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa : Edições 70, 1968; Offe, C. *Capitalismo Desorganizado*. SP: Brasiliense, 1995; e mais recentemente, Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, e Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

¹⁰⁷⁶ Cf. Dahrendorf, R. *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília. Editora UNB. 1982. Como se a tendência à separação entre propriedade e gestão não estivesse presente desde os primórdios do capitalismo; segundo uma passagem *O Capital* acerca da “cooperação simples”, “como o capitalista, de início, é libertado do trabalho manual, tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima, com a qual a produção verdadeiramente capitalista apenas começa, assim ele transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados [...]. O trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.448, cf. idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.288). E como se não fosse um traço dominante da “grande indústria” teorizada por Marx; ou como se a constituição das sociedades por ações ou experiências como a do *Credit Mobilier* não fossem correntes à época, e não tivessem despertado o interesse de Marx, sendo objeto de artigos escritos para a *Nova Gazeta Renana* e para o *New York Daily Tribune*, e de importantes passagens de *O Capital*, no qual argumentou, cabe reiterar, que a constituição das sociedades anônimas constituem um desdobramento da constituição do sistema de crédito, conduzindo à “transformação do capitalista realmente funcionante em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em meros proprietários, simples capitalistas monetários” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.332). Noutra passagem, diz Marx que “a própria produção capitalista chegou ao ponto em que o trabalho de direção superior, totalmente separado da propriedade do capital, anda pela rua. Tornou-se portanto inútil que esse trabalho de direção superior seja exercido pelo capitalista. Um regente não precisa absolutamente ser proprietário dos instrumentos da orquestra, nem faz parte de sua função de dirigente que ele tenha algo a ver com o ‘salário’ dos demais músicos” (idem, ibidem, p.289; cf. também idem, ibidem, p.275). O desenvolvimento das sociedades por ações, “em certas esferas estabelece o monopólio e provoca, portanto, a intervenção do Estado. Reproduz uma nova aristocracia financeira, uma nova espécie de parasitas na figura de fazedores de projetos, fundadores e diretores meramente nominais; todo um sistema de embuste e de fraude no tocante à incorporação de sociedades, lançamentos de ações e comércio de ações. É produção privada, sem o controle da propriedade privada”; “ao invés de superar a antítese entre o caráter social e privado da riqueza, a companhia por ações simplesmente a desenvolve numa nova forma” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.333 e p.335, respectivamente). Logo, há 150 anos Marx concebia as grandes corporações por ações como a forma industrial dominante; algumas décadas depois, essa constatação era repetida, por exemplo, por Keynes (Keynes, J.M. “O fim do ‘laissez-faire’” (1926). In: Keynes, J.M. *Economia. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1978, p.122), e por mais um sem-número de autores ao longo do século XX, com destaque para apologistas anti-marxistas. Sobre o conceito de “serviço”, cf. p. 139-40, acima.

¹⁰⁷⁷ “A sociedade pré-industrial é do tipo agrário, estruturada em moldes tradicionais, onde o poder está em regra associado à propriedade da terra. A sociedade industrial se apóia na produção de bens industriais e o poder nela instituído pertence aos capitalistas. A sociedade pós-industrial tem por base os serviços e a fonte do poder nela existente radica na informação. Esta sociedade pauta-se, pois, pela ascensão dos serviços, que se tornam hegemônicos e, inversamente, pelo declínio das atividades industriais” (Daniel Bell: *O Advento da Sociedade Pós-industrial*. São Paulo. Cultrix. 1974, p.148/9). Contra esse tipo de vulgata, cf. Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p. 78.

relativamente independente do trabalho empregado nela”, que “a invenção se torna um negócio, e a aplicação da ciência na própria produção direta torna-se uma perspectiva que a determina e solicita”¹⁰⁷⁸, processo que ensejou o surgimento de um *modo de produção especificamente capitalista*, no qual o capital encontra na maquinaria a “forma material” (ou o “valor de uso”) adequada à sua existência, no âmbito da produção imediata¹⁰⁷⁹. Esquecem também do movimento totalizador e totalitário do capital, que tudo subsume de modo voraz, por meio de uma apropriação mais ou menos violenta, para depois plasmar à sua imagem e semelhança¹⁰⁸⁰. Deixam de lado as teorizações acerca dos preços de monopólio, estabelecidos em função de alguma característica especial da mercadoria produzida ou do meio de produção, bem como de sua relativa escassez¹⁰⁸¹; e da mesma maneira, fecham os olhos para a tendência de o capital buscar lucros extraordinários por meio de inovações tecnológicas, organizativas, dentre outras, que conduzam ao aumento da produtividade do trabalho e à redução de custo de produção, enquanto não se generalizam¹⁰⁸². Enfim, longe da transubstanciação do lucro em renda¹⁰⁸³, ou da mudança na substância do valor¹⁰⁸⁴, ou da mera obsolescência dessa categoria¹⁰⁸⁵, ou ainda da transição do trabalho material

¹⁰⁷⁸ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.227-9. Ao contrário do que diz, por exemplo, Slavoj Zizek: “a possibilidade de que o intelecto geral fosse algum dia privatizado *jamais foi vislumbrada por Marx em seus escritos sobre o capitalismo (em grande medida porque Marx passou ao largo de sua dimensão social)*” (Zizek, J. “The Revolt of the Salaried Bourgeoisie”, 2012. Disponível em <http://www.lrb.co.uk/v34/n02/slavoj-zizek/the-revolt-of-the-salaried-bourgeoisie>, s/p).

¹⁰⁷⁹ Cf. Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.423, e vol.II, p.218-9; idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.41-42.

¹⁰⁸⁰ Cf. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.91-2, e p.28.

¹⁰⁸¹ Cf. idem, ibidem, p.237-238; e idem, *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.471.

¹⁰⁸² Segundo um trecho de *O Capital*, tem-se a formação de sobrelucro quando do emprego de “melhores métodos de trabalho, novas invenções, máquinas aperfeiçoadas, segredos químicos de fabricação etc., em suma, meios de produção e métodos de produção que estão acima do nível médio” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.144). No entanto, tais vantagens só duram enquanto não se generalizarem, e daí a importância das patentes, do segredo industrial, e de diversos mecanismos que impeçam a difusão das inovações.

¹⁰⁸³ Segundo Zizek, com essa crescente importância do intelecto geral, “o resultado não é, como Marx parecia esperar [???!!!], a auto-dissolução do capitalismo, mas a gradual transformação do lucro gerado pela exploração do trabalho em renda apropriada mediante a privatização do conhecimento” (Zizek, J. “The Revolt of the Salaried Bourgeoisie”. Disponível em <http://www.lrb.co.uk/v34/n02/slavoj-zizek/the-revolt-of-the-salaried-bourgeoisie>, s/p).

¹⁰⁸⁴ “A medida que o papel do intelecto geral – baseado no conhecimento coletivo e na cooperação social – aumenta no *capitalismo pós-industrial*, a riqueza se acumula *fora de qualquer proporção com o trabalho usado para produzi-lo*” (idem, ibidem, s/p). De acordo com Negri, “... a comunicação constitui a fábrica de produção e a substância da forma do valor” (Negri, A. “Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today”. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.152). Gorz, por sua vez, assevera que “os fatores que determinam a criação de valor são o ‘componente comportamental’ e a motivação, e não o tempo de trabalho despendido” [...]. O trabalho abstrato simples, que, desde Adam Smith, era considerado como a fonte do valor, é agora substituído por trabalho complexo [!!!]” (Gorz, A, *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.9-10 e p.15, respectivamente).

¹⁰⁸⁵ “... o valor não pode ser reduzido a uma medida objetiva” (Negri, A. op.cit., p.151); assim, a teoria do valor de Marx é superada, já que “sua teoria do valor [de Marx] é, na realidade, uma teoria da medida do valor” (Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.377). Em sentido semelhante, Claus Offe falava da perda da “centralidade” do trabalho, chamando a atenção para o predomínio do setor terciário ou setor de serviços na produção capitalista da segunda metade do século XX, setor no qual preponderaria um trabalho “reflexivo” (Offe, C. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 178), que “desafia e questiona a sociedade do trabalho e seus critérios de racionalidade (...) em nome dos critérios de valor substantivos, ‘qualitativos’ e humanos” (idem, ibidem, p.181). Acompanhando-o, dizia Habermas que “... a ciência e a técnica transformaram-se na primeira força produtiva e caem assim as condições de aplicação da teoria marxiana do valor-trabalho” (Habermas, J. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa: Edições 70, 1968, p. 72).

ao trabalho imaterial¹⁰⁸⁶, o que ocorre e interessa à teoria é o avanço da *subsunção real* do trabalho ao capital, que de modo célere submete ramos e atividades produtivas que até então ofereciam resistência ao capital.

Nalgumas de suas acepções, todas as “noções-chave” ora apresentadas - com exceção da noção de hegemonia – serviram para designar a atual fase do desenvolvimento capitalista. No entanto, o fato de determinados autores terem colocado no centro de sua atenção algumas ou mesmo todas essas noções, indica os limites de sua abrangência. Grosso modo, se fosse necessário apontar seu significado mais corrente, poder-se-ia dizer que a de pós-modernismo diz respeito sobretudo às “dominantes culturais” do capitalismo contemporâneo; a de globalização, às características gerais do mercado mundial hodierno; a de financeirização exprime a dimensão financeira da acumulação, tornada tão saliente nas últimas décadas; a de neoliberalismo designa também aspectos ideológicos, bem como um arcabouço institucional e de políticas públicas que se firmou e disseminou após a década de 1970; as de hegemonia e imperialismo concernem aos arranjos inter-estatais e também a importantes características do mercado mundial. A presente fase do desenvolvimento capitalista parece irreduzível a cada uma delas, porém os debates que se travaram em seu torno contribuem decisivamente para a compreensão da contemporaneidade capitalista, como esperamos ter demonstrado. Diversos elementos devem ser articulados e avaliados à luz dessa articulação. Tentemos, então, tomar desse conjunto tão heterogêneo de análises e abordagens alguns conceitos e mobilizá-los em meio ao esforço de compreendermos um importante episódio do capitalismo contemporâneo, que até então mantivemos fora de nosso foco: a crise econômica mundial que foi deflagrada em 2007, cujos efeitos ainda se farão sentir por bastante tempo.

¹⁰⁸⁶ “... o método (variante metódica) que utilizamos fixa-se na relação entre trabalho material e trabalho imaterial, ou melhor, no processo de transição de um para outro” (Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.20). E, confundindo o conceito de serviço e o de trabalho imaterial, segundo Andre Gorz “o fornecimento de serviços, esse trabalho imaterial, torna-se a forma hegemônica do trabalho; o trabalho material é remetido à periferia do processo de produção ou abertamente externalizado” (Gorz, A. op.cit., p.19). Para a crítica dessas teorizações, cf. Prado, E.F.S. “Pós-grande indústria e neoliberalismo”. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005 e idem, “Crítica à economia política do imaterial”. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.

Capítulo 4. A “última” crise econômica mundial e seus desdobramentos¹⁰⁸⁷

Não surpreende que uma crise com a magnitude da que se deflagrou em 2007-8 movimentasse bastante a indústria acadêmica e editorial. Em torno do tema vieram à luz todo tipo de investigações e prognósticos, por meio de artigos, livros, reportagens e entrevistas. Em geral, sem qualquer gesto de *mea culpa* e com a costumeira desfaçatez, os “especialistas”, que às vésperas da crise incitavam a todos a investir nos mercados financeiros e nos agraciavam com “análises” otimistas sobre o futuro da economia mundial, converteram-se em contorcionistas para minimizar os efeitos da crise e, quando isso não mais era possível, para condenar tanto a irresponsabilidade de certos “investidores”, quanto as falhas de regulação, e para incitar os Estados a escorar o claudicante sistema financeiro internacional, injetando-lhes mais e mais recursos.

Aumentando a ironia da cena, de uma hora para outra as próprias instituições multilaterais se uniram à grita por uma nova regulamentação dos mercados financeiros¹⁰⁸⁸, e ficamos sabendo pelo próprio profeta do “fim da história” que esta subitamente ressuscitara¹⁰⁸⁹. Quantas peças da economia vulgar e do reformismo deixaram o ostracismo...

Nesse contexto, muitos keynesianos (e pós-keynesianos) pareciam se regozijar, vivificados pela perspectiva de cumprir com sua pretensa missão histórica de “salvadores do capitalismo”. Embora presos ao empirismo e a uma compreensão superficial acerca da dinâmica da acumulação, que grosso modo os leva a crer que os “problemas do capitalismo” se resumem à falta ou ao equívoco de políticas econômicas - fruto da fé cega no milagroso caráter auto-regulador dos mercados -, diversos keynesianos assumiram ar de superioridade, supondo que a crise econômica

¹⁰⁸⁷ A despeito das incessantes turbulências econômicas, sobretudo na Europa (a claudicante economia grega, sujeita ao draconiano receituário neoliberal em troca dos empréstimos anti-bancarrotas, a crise fiscal e os estratosféricos níveis de desemprego que acometem alguns países, em particular Espanha e Portugal, as especulações sobre o futuro do euro, entre outros), pode-se dizer que o apogeu da crise foi deixado para trás, “nos idos de 2009”; é por esse motivo que via de regra a designarmos a “última crise” ou a “mais recente crise econômica mundial”. Não obstante, não queremos com isso ignorar seus desdobramentos e seus efeitos duradouros nos quatro cantos do mundo, atestados pelos noticiários econômicos e pelos relatórios de instituições multilaterais – por exemplo, um estudo da Organização Mundial do Trabalho calculava que no final de 2011 ainda havia cerca de 27 milhões de desempregados a mais do que no começo da crise; além disso, a proporção da população economicamente ativa empregada sofreu um enorme declínio entre 2007 e 2010, de 61,2% para 60,2%, e mais de 900 milhões de trabalhadores (quase 1/3 da população trabalhadora total) viviam com suas famílias abaixo da linha da pobreza em 2011 (menos de US\$ 2 por dia), e dentre eles, metade estava vivendo abaixo da linha da pobreza extrema (menos de US\$ 1,25 por dia) -, e tampouco ignorar sua abrangência e sua real natureza, que tentaremos deslindar ao longo deste capítulo (sem nenhuma pretensão de originalidade). É por esses motivos que descartamos a designação “crise do subprime” e que tais. No que tange aos efeitos da crise sobre o emprego e a pobreza, cf. http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/press-and-media-centre/news/WCMS_171700/lang-en/index.htm, e Kliman, A. *The failure of capitalist production: Underlying causes of the great recession*. Londres: Pluto Press, 2012, p.189

¹⁰⁸⁸ Um relatório do Bank of International Settlements constata: “uma nova estrutura global visando a estabilidade financeira deve reunir contribuições de políticas regulatórias, supervisionais e macroeconômicas. Sustentadas por fortes arranjos governamentais e cooperação internacional, tal estrutura deve promover as metas combinadas de estabilidade financeira e macroeconômica” (Bank of International Settlements. 80th Annual Report, 2010, p11. Disponível em www.bis.org).

¹⁰⁸⁹ “... Vamos precisar de uma volta de maior regulação estatal e políticas sociais que preservem os ganhos da classe média e encorajem a ascensão dos pobres para a classe média” (Fukuyama, F. Entrevista à Folha de São Paulo, em 15/01/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/20118-o-fim-do-fim-da-historia.shtml>)

atestava ponto por ponto aquilo que eles sempre souberam, mas que o peso do *mainstream* econômico por décadas impediu de emergir ao conhecimento geral. E diante da debilidade da atônica ortodoxia, despejaram recomendações e receitas: para se aumentar a transparência das transações financeiras, bem como a abrangência e o rigor das medidas regulatórias em âmbito nacional e também internacional; para se exigir maiores garantias para a concessão de empréstimos; para incrementar a independência das agências de avaliação de risco e de regulação; para reestuturar o sistema monetário internacional por meio dos “direitos espaciais de saque” e outras medidas, além de um conjunto de política anti-cíclicas¹⁰⁹⁰.

Considerando outros círculos, e à guisa de exemplo, pode-se remeter à perspectiva eclética de Bresser-Pereira, por meio da qual o economista nos brinda com a singela explicação segundo a qual “a crise global foi, principalmente, consequência da flutuação do dólar americano na década de 1970 e, mais diretamente, daquilo que os ideólogos neoliberais pregaram e implementaram na década de 1980 sob o eufemismo de ‘reforma reguladora’”¹⁰⁹¹. Tendo tais origens, esse autor conclui, com uma soberba mal dissimulada pelo tom lamuriento, que

“esta crise global não era nem necessária, nem inevitável. Aconteceu porque as idéias neoliberais se tornaram dominantes, porque a teoria neoclássica legitimou seus principais preceitos e porque a desregulação foi realizada irresponsavelmente, enquanto as inovações financeiras (principalmente a securitização e os derivativos) e novas práticas bancárias (principalmente tornar especulativa também a atividade bancária comercial) permaneceram desreguladas”¹⁰⁹².

Não haveria, entretanto, motivo para afobação: o susto produzido pela crise haverá de servir para revigorar as forças “democráticas” adormecidas, e para despertar a atenção dos economistas e gestores para os equívocos cometidos, de modo a recolocar as coisas nos auspiciosos e sólidos eixos do *progresso*. Pois, novamente em suas palavras,

“... a historia mostra que desde o século XVIII o *progresso* e o *desenvolvimento* econômico, social, político e ambiental vêm de fato ocorrendo. Essa crise global demonstrou uma vez mais que o progresso, ou desenvolvimento, não é um processo linear. A democracia nem sempre prevalece sobre o capitalismo, mas o pode regular. Às vezes a historia retrocede. O capitalismo neoliberal e financeirizado foi um momento assim. As forças cegas e poderosas por trás do capitalismo irrestrito controlaram o mundo por algum tempo. Mas, desde a revolução capitalista e do aumento sistemático do excedente econômico por ela promovido, vem ocorrendo uma mudança gradual para um mundo melhor, uma mudança do capitalismo para o socialismo democrático”¹⁰⁹³.

Assim, prenuncia Bresser-Pereira, que ainda ontem fora *Ministro da Administração e Reforma do Estado* do governo Fernando Henrique Cardoso, e hoje se conveteu, portanto, em contundente crítico do supostamente moribundo neoliberalismo: “dessa crise emergirá um novo

¹⁰⁹⁰ Cf. por exemplo Griffith-Jones, S.; Ocampo, J.A.; Stiglitz, J.E. *Time for a Visible Hand: lessons from the 2008 world financial crisis*. Oxford: Oxford University Press, 2010; Bispo, C.R.; Musse, J.S.; Vaz, F.T.; Martins, F.J. (orgs). *Crise Financeira Mundial*. Brasília: ANFIP, 2009; Associação Keynesiana Brasileira. *Dossiê sobre a Crise*. Associação Keynesiana Brasileira, novembro de 2008. Disponível em <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>; Krugman, P. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009; Stiglitz, J.E. *The Stiglitz report : reforming the international monetary and financial systems in the wake of the global crisis*. Nova Iorque: New Press, 2010.

¹⁰⁹¹ Bresser-Pereira, L.C. “A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, 86, março de 2010, p.62.

¹⁰⁹² Idem, ibidem, p.62

¹⁰⁹³ Idem, ibidem, p.71.

capitalismo, embora sua natureza seja de difícil previsão. Não será financeirizado, mas serão retomadas as tendências presentes nos trinta anos dourados em direção ao capitalismo global e baseado no conhecimento, além da tendência de expansão da democracia, tornando-a mais social e participativa”¹⁰⁹⁴.

Diante de perspectivas tão alvissareiras, inclusive da suave e gradual construção do “socialismo democrático”, tão longe estamos da “aspereza”, do “determinismo” e do “pessimismo” marxista, com suas fantasmagorias sobre um suposto sujeito automático que reduz a todos à reificada condição de seus portadores, marxismo esse que considera a democracia formal uma das formas políticas do capitalismo, e não simplesmente uma espécie de “força espectral” que por vezes lhe complementa e por vezes lhe faz oposição, colocando-lhe rédeas; marxismo que, perscrutando a história à contra-pêlo, vê no “progresso” um infindável acúmulo de destruição, sempre inscrito em incontáveis e mutáveis relações de dominação e opressão; marxismo que no bojo da emergência do modo de produção capitalista põe em primeiro plano os cercamentos, as leis anti-vadiagem, o expansionismo militarista com suas miríades de guerras e seus genocídios sistemáticos, os quais se prolongam ao longo de toda a evolução capitalista, junto com a reprodução das desigualdades sociais etc., etc., e etc.

Enfim, deixemos de lado tamanhos despautérios, e vejamos se no interior da teoria marxista nos encontraremos em melhores lençóis para compreender a última crise econômica mundial.

1. A bolha imobiliária e o evolver da crise

É consenso entre os marxistas que, apesar dos imensos danos que impingiram à população trabalhadora dos países afetados e aos custos que acarretaram¹⁰⁹⁵, as crises que pulularam pelo mundo nas décadas de 1980 e de 1990 constituíam parte estruturante da atual dinâmica da acumulação. Além do mais, longe de ameaçarem a reprodução sistêmica, tais crises se revelaram oportunidades estratégicas para a concentração e centralização de capital e para aferição de lucros especulativos pelos grandes conglomerados financeiros; e por meio delas se impôs em escala mundial o “ambiente” propício à reafirmação do mando norte-americano. Entretanto, por sua

¹⁰⁹⁴ Idem, ibidem, p.51. De modo igualmente estapafúrdio, e ainda à guisa de exemplo, logo na introdução de seu livro sobre a história das vicissitudes financeiras, Ferguson salienta três de seus grandes “insights”: “que a pobreza não é o resultado de financistas rapaces explorando os pobres. Ela tem mais a ver com a falta de instituições financeiras, com a ausência de bancos, do que com sua presença”; “se o sistema financeiro tem um defeito, é que ele reflete e magnifica o que nós seres humanos somos [...] Booms e quebras são produtos, em suas raízes, de nossa volatilidade emocional”; por fim, “eu vim a compreender que há poucas coisas mais difíceis de prever com acurácia do que a temporalidade e a magnitude das crises financeiras” (Ferguson, N. *The ascent of Money*. Nova Iorque: Penguin Books, 2009, p.15-6). Difícil imaginar um melhor convite para se jogar um livro fora, antes de se gastar mais um minuto com sua leitura.

¹⁰⁹⁵ “Os dados acerca do custo fiscal das crises entre 1977 e 1995 são expressivos. O do Japão é estimado em 20% do PIB contando a partir de 1992 para enfrentar a estagnação deflagrada com a desvalorização de riqueza posterior à especulação da bolsa de valores e de imóveis. Na Noruega, entre 1987/1993, o custo chegou a 8% do PIB; na Espanha, 1977/1985, a 5,6% do PIB; na Suécia, 1991, 4,0% do PIB; nos Estados Unidos, 1981-1991, 3,2% do PIB” (Braga, J.C. “Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças”. In: *Estudos Avançados*, 23 (65), 2009, p.91).

magnitude, violência e amplitude, e pela heterogeneidade que caracteriza o campo marxista, o significado da mais recente crise econômica está longe de ser interpretado de modo consensual.

Antes de considerar detidamente essas interpretações, cabe descrever o processo de gênese e estouro da bolha financeira em questão - que esteve longe de se circunscrever aos ativos imobiliários -, bem como a crise econômica que foi assim inaugurada.

Como analisado no final do segundo capítulo deste texto, a crise financeira norte-americana de 2001 teve como principal estopim a “euforia” em relação às empresas de comunicação, em particular com as chamadas “pontocom”, e o brutal crescimento do consumo, estimulado pela espiral de endividamento e pelo efeito-riqueza proveniente da perspectiva de ganho financeiro. Tudo isso numa conjuntura em que os mercados financeiros norte-americanos se tornaram um suposto porto seguro para os capitais especulativos, diante da multiplicação das crises financeiras pelo mundo. Face ao estouro da bolha acionária no início de 2001, o governo norte-americano novamente optou por incrementar a liquidez, diminuindo fortemente a taxa de juros, tendência esta que foi reforçada na esteira dos ataques de 11 de Setembro, fazendo com que tais taxas atingissem seu nível mais baixo em várias décadas (tornando-se *negativa* em termos reais, entre início de 2002 e meados de 2005)¹⁰⁹⁶.

Nesse contexto, os grandes bancos correram para se valer do lapso entre o custo do empréstimo de longo prazo e o de curto prazo, contando também com a valorização de seus títulos ao longo do tempo. No entanto, com a generalização desses esforços, a possibilidade de lucro fácil e seguro rapidamente evanesceu, e a manutenção dos rendimentos passou a implicar na aceitação de riscos cada vez maiores. Logo, longe de se coibir a consolidação de espirais especulativas, impulsionou-se a formação de uma imensa bolha imobiliária, no interior de um processo de vasto alcance, que chegou a ser designado como “financeirização dos imóveis”, já que, diante do colapso acionário em 2001, “os imóveis residenciais substituíram, assim, o papel da riqueza acionária no circuito estabelecido entre valorização de ativos, dívida e consumo”¹⁰⁹⁷. E isso não somente nos Estados Unidos, já que entre 2000 e 2005 o preço das residências nos países centrais dobrou, e trajetória semelhante foi verificada em diversos países periféricos¹⁰⁹⁸.

¹⁰⁹⁶ Segundo Kliman, essa supressão das taxas de juros e a permissividade do Fed em parte respondia ao medo de um ciclo deflacionário, como ocorreu no Japão na década de 1990 (Kliman, A. *op. cit.*, p.40).

¹⁰⁹⁷ Cagnin, R.F. “O ciclo dos imóveis e o crescimento econômico nos Estados Unidos 2002-2008”. In: *Estudos Avançados*, 23 (65), 2009, p.152. Entre início de 2001 e início de 2006 o consumo pessoal e o investimento imobiliário teria sido responsável por 98% do crescimento do PIB norte-americano (cf. Brenner, R. “A devastating economic crisis unfolds”. Disponível em <http://www.greenleft.org.au/node/38913>, 2009, p.40). “O consumo pessoal mais a construção imobiliária contabilizou de 90 a 100% do crescimento do PIB norte-americano nos primeiros cinco anos do corrente ciclo de negócios” (idem, ibidem, s/p). Além disso, “em 2005, 40% dos imóveis residenciais eram comprados ou como investimento ou como segunda casa” (Morris, C.R. *O crash de 2008: dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito*. São Paulo: Aracati, 2009, p.115). Processo esse que também foi favorecido por mudanças legislativas, notadamente a isenção do imposto de renda sobre a diferença entre o valor de aquisição de imóveis e o valor corrente, a partir de 1997.

¹⁰⁹⁸ Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.143. Paralelamente, foram intensificadas as tendências à diminuição das taxas de poupança pessoal e ao aumento do endividamento das famílias e das empresas. Nos Estados Unidos, todo o período foi marcado por uma expressiva queda nas taxas de poupança pessoal, de uma média de 8% da renda disponível no começo da década de 1990, para 2% negativos, em 2006 (Guttmann, R.; Plihon, D. *op. cit.*, p.20). Ao mesmo tempo, a dívida do setor privado dos EUA elevou-se de

De acordo com a descrição de Gagnin, tal processo se deu, sobretudo, por meio da generalização dos *Real Estate Investment Trusts* (Reit) – que atuavam principalmente com base em imóveis comerciais -, e da securitização das hipotecas residenciais, em particular com pela multiplicação dos títulos lastreados em hipotecas (*mortgage backed securities* – MBS). Os Reits são fundos de investimento criados na década de 1960, por meio dos quais é possível o fracionamento da construção, da gestão e da propriedade dos imóveis¹⁰⁹⁹. Tais fundos tiveram um crescimento expressivo a partir da década de 1980, o qual se acelerou anos 1990, quando os fundos de pensão, até então proibidos de investir em imóveis, passaram a utilizá-los amplamente. E outro fator importante foi a expansão dos Reits rumo à Europa e ao Japão.

Já as MBSs são títulos cujos fluxos de pagamentos derivam de um conjunto de empréstimos hipotecários¹¹⁰⁰, e a criação desse mercado acabou por estabelecer vínculos estreitos entre os mercados de capitais e o mercado de hipotecas¹¹⁰¹. Sua origem também remete à década de 1960, e foi marcada por forte intervenção governamental, em resposta às crescentes dificuldades de captação de recursos por parte das *Savings & Loans* (S&L), que, como se viu, foram criadas para financiar a compra de imóveis residenciais, tendo se tornado as principais geradoras de hipotecas nos Estados Unidos. Essas dificuldades redundavam da existência de tetos para as taxas de juros de empréstimos e dos depósitos a prazo, num contexto de alta inflação, e da competição desigual com grandes bancos e fundos que já mobilizavam inovações financeiras para fugir aos controles legais. Com a brutal elevação da taxa de juros no final da década de 1970, esse processo só veio a se agravar, em função do conseqüente encarecimento da captação de divisas. É nesse contexto que o governo norte-americano passa a incentivar o processo de securitização, mobilizando nesse sentido quatro grandes instituições: a Federal Housing Administration (FHA), a Government National Mortgage Association (Ginnie Mae), a Federal National Mortgage Association (Fannie Mae) e a Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac). Eis aí importantes personagens da recente crise financeira norte-americana.

A FHA e a Ginnie Mae são empresas de caráter público, ao passo que a Fannie Mae e a Freddie Mac (consideradas “empresas patrocinadas pelo governo”, *Government-Sponsored*

123% a 290% do PIB entre 1981 e 2008. Nesse mesmo período, a dívida do setor corporativo subiu de 53% para 76% do PIB, a do setor financeiro passou de 22% a 117% do PIB, enquanto que a das famílias foi de 48% a 100%, e essa dívida em relação à renda familiar subiu de 65% para 135% do PIB (Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.96). Ademais, “a parcela do consumo pessoal no PIB saltou de uma média histórica em torno de 66% para 72% e, 2007, o maior nível de todos os países, em todos os tempos” (Morris, C.R. *op. cit.*, p.37).

¹⁰⁹⁹ Gagnin, R.F. *op. cit.*, p.153.

¹¹⁰⁰ Dividem-se em em títulos lastreados em hipotecas comerciais (*commercial mortgage-backed securities* - CMBSSs), criadas pelo governo norte-americano para dar vazão aos bilhões em hipotecas comerciais adquiridas após a quebra das S&Ls; e em títulos lastreados em hipotecas residenciais (*residential mortgage-backed securities* – RMBS), que se expandiram a partir de 1996.

¹¹⁰¹ “Enquanto o total das MBS atingiram uma média de US\$ 500 bilhões durante a década de 1990, essa média triplicou depois de 2002 para US\$ 1500 bilhões – implicando na securitização de cerca de 80% de todas as novas hipotecas norte-americanas nos últimos cinco anos” (Guttman, R.; Plihon, D. *op. cit.*, p.19).

Enterprises), criadas para garantir a liquidez das operações hipotecárias¹¹⁰², com capital aberto na bolsa de valores, foi dada uma natureza híbrida. Ainda segundo a exposição de Cagnin, desde a década de 1930 a FHA e a Veteran Affairs foram incumbidas de garantir o acesso ao crédito imobiliário às famílias de renda mais baixa, emitindo seguros a esse tipo de empréstimo; os créditos assim segurados eram depois vendidos e securitizados pela Ginnie Mae e pela Fannie Mae, a qual recebeu, em 1968, autorização para adquirir também hipotecas convencionais. Por fim, tendo sido criada em 1970, a Freddie Mac teve como função a securitização dessas hipotecas convencionais.

Sendo todo esse arranjo fortemente respaldado pelo Estado, tais instituições lograram captar recursos a taxas próximas às dos *T-Bonds* (os bônus de dez anos do Tesouro norte-americano), e passaram a catapultar o processo de securitização: por meio daquelas instituições, os créditos imobiliários eram agregados e repassados a fundos de pensão, de investimentos, e a outros “investidores institucionais”, na forma de títulos negociáveis no mercado secundário, tendo como garantia colateral o próprio imóvel, bem como o pagamento das prestações do empréstimo¹¹⁰³.

A importância adquirida pelo mercado hipotecário atraiu a atenção dos grandes bancos comerciais, que buscaram atuar em segmentos que fugiam ao escopo das instituições especializadas, como a Fannie Mae e a Freddie Mac. Nesse esforço, acabaram por promover uma série de inovações financeiras e criar novos contratos hipotecários¹¹⁰⁴.

Outra destacada inovação foi a chamada “*piggyback*”, uma segunda hipoteca adquirida simultaneamente à hipoteca principal, que serve para cobrir a entrada exigida na realização da primeira hipoteca - operação que se tornou mais interessante que a realização de um seguro, por ser dedutível do imposto de renda¹¹⁰⁵.

¹¹⁰² Cagnin, R.F. *op. cit.*, p.154. “Uma hipoteca residencial tradicional implica requerimento de capital de 4%, enquanto uma hipoteca padronizada emitida e/ou garantida pela Fannie Mae e Freddie Mac requer apenas 1,6%, o que possibilita carregar instrumentos mais líquidos, reduzindo riscos e capital (Acordo de Basiléia, 1988)” (idem, *ibidem*, p.164).

¹¹⁰³ “A garantia colateral ou colateralização expandiu-se para um amplo espectro de operações denominadas *asset-backed securities* ou *loan-backed*. Entre 1980 e o terceiro trimestre de 2006, os ativos das agências federais aumentaram de US\$ 309 bilhões para US\$ 6,7 trilhões, acumulando 12,6% dos ativos totais do sistema financeiro americano. Durante esse período, os ativos dos emissores de *Asset-Backed Securities* (ABS – títulos garantidos pelo fluxo de caixa de um conjunto de ativos, como empréstimos e hipotecas) atingiram US\$ 3,3 trilhões, um mercado inexistente em 1980” (idem, *ibidem*, p.164).

¹¹⁰⁴ Dentre os quais Cagnin destaca o *Interest-Only Mortgage*, que, numa combinação de contratos a taxas fixas (*fixed-rate mortgage* ou FRM) com os de taxas flexíveis (*adjusted-rate mortgage* ou ARM) - atraentes para aqueles que esperam variações em seus rendimentos ou que apostam no refinanciamento da hipoteca -, dá direito ao tomador de pagar, por certo período definido contratualmente, apenas os juros do empréstimo; o *Negative Amortization Mortgage*, que dá ao tomador o direito de escolher a cada mês, também por determinado período pré-definido, se pagará apenas os juros, se os juros mais a amortização da dívida, ou se pagará um valor menor do que o correspondente aos juros, fazendo com que a diferença entre ambos os valores seja acrescido ao principal da dívida; o *Hybrid-ARM*, que nos primeiros anos do contrato obriga o tomador a pagar a amortização mais os juros a taxas fixas, e depois desse período, as taxas se tornam flexíveis, em geral reajustadas semestralmente com base na *London Interbank Offer Rate*; e o *Hybrid IO-ARM*, que também combina taxas de juros fixas e flexíveis, mas que dá ao tomador o direito de pagar apenas os juros durante certo período.

¹¹⁰⁵ A *piggyback* pode ser feita pelo *Home Equity Lending*, formado, por um lado, pelos empréstimos baseados em patrimônio residencial (*home equity loan*), um tipo de crédito voltado especificamente para a realização de reformas ou melhorias no imóvel ou para sua própria aquisição, tendo como garantia o valor do imóvel não utilizado para garantir outra hipoteca; e, por outro lado, pelo *Home Equity Lines of Credit*, um crédito bastante parecido com o *Home Equity Loan*, com a diferença de não ser voltado a um fim específico (cf. Guttman, R.; Plihon, D. *op. cit.*, p.18). Toda essa variedade de títulos ligados ao refinanciamento foram impulsionados pela queda das taxas de juros em meados da década de 1990.

Sobretudo a partir de 2002 passaram a se multiplicar as transações envolvendo maior risco (e maiores retornos), as chamadas *Alternative-A*, que prescindem de comprovação de renda por parte de tomadores sem histórico de inadimplência, e as feitas com os “*subprime borrowers*”, que envolvem inclusive tomadores que já se tornaram inadimplentes¹¹⁰⁶. Estando fora do escopo de atuação da FHA e das GSE, e de modo a “maquiar” seus balanços, retirando deles os ativos de alto risco (*junk bonds*), os investidores privados converteram as carteiras de créditos desses segmentos em títulos por meio entidades jurídicas (chamadas genericamente de *special purpose vehicles*), subsidiárias de grandes bancos e outras instituições financeiras, que servem para escapar das restrições legais, já que no caso delas a legislação era muito mais frouxa e lhes exigia volumes mínimos de capital, potencializando a alavancagem. Tais entidades se diferenciam pelo tamanho e pela composição de seus ativos e passivos; em geral, as chamadas *conduits* tendem a ser maiores e menos arriscadas, enquanto os veículos de investimento estruturado (*special investment vehicles* – SIV) e os SIV-*lites* operam com alavancagem mais elevada¹¹⁰⁷. Em todo caso, elas convertiam os ativos de alto risco em títulos lastreados em hipotecas e outros produtos financeiros, por meio dos empréstimos conseguidos junto a fundos de renda fixa, de pensão e outros, que usavam para tanto as notas promissórias lastreadas por ativos (*asset-backed commercial paper* – ABCP)¹¹⁰⁸.

No bojo desse movimento, pulularam os títulos de ativos garantidos (*asset-backed securities*): as obrigações de títulos garantidos (*collateralized bond obligation* - CBO), títulos da dívida lastreado num conjunto de títulos de alto risco; as obrigações de empréstimo garantido (*collateralized loan obligation* – CLO), que são títulos de dívida lastreados em cartas de crédito, créditos rotativos ou empréstimos comerciais; as obrigações de hipotecas garantidas

¹¹⁰⁶ Os efeitos foram impressionantes: segundo Cagnin, do total dos contratos hipotecários, os *subprime* e os Alt-A constituíam 41% em 2006, ao passo que as hipotecas primárias declinaram, assim como as aquisições de imóveis com vistas ao uso. A contratação de hipotecas *subprime* teria saltado de US\$ 213 bilhões em 2002 para US\$ 640 bilhões em 2006 (Cagnin, R.F. *Op Cit*, p.157). Já segundo o cálculo de Charles Morris, a essa altura as *subprime* e as Alt-A perfaziam de 15% a 20% do total das hipotecas existentes (Morris, C.R. *op. cit.*, p.119), estimativa parecida com a de Kliman (Kliman, A. *op. cit.*, p.44). Em todo caso, a sua difusão pelo mundo, embutidos em todo tipo de títulos, atribuiu-lhes papel basilar no interior do edifício financeiro. Guttman também atribui aos grandes bancos a iniciativa e a primazia nesse processo de expansão dos empréstimos de altíssimo risco: “os bancos norte-americanos lançaram os seus próprios valores mobiliários lastreados em hipotecas no final da década de 1990 e, então, depois de 2003, encontraram uma forma de reembalar conjuntos uniformes de hipotecas não convencionais de maior risco (empréstimos *subprime*, Alt-A e *piggy-back*) em valores mobiliários de alta classificação, empacotando os valores mobiliários lastreados em hipotecas como obrigações de dívida garantidas” (Guttman, R. “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. *Novos Estudos CEBRAP*, 82, novembro de 2008, p.26).

¹¹⁰⁷ “Os SIV adquirem os ativos que seus controladores não desejam reter em balanço, financiando a compra por meio da emissão de títulos ou de endividamento bancário de curto prazo” (Cagnin, R.F. *Op Cit*, p.164); segundo Eichengreen, os SIV “são essencialmente fundos *hedge* com outro nome” (Eichengreen, B. “Thirteen Questions about the Subprime Crisis”. *University of California*, Berkeley, janeiro de 2008. Disponível em: <http://emlab.berkeley.edu/~eichengr/13%20questions.pdf>, p.18). Via de regra, trata-se de entidades de responsabilidade limitada sediadas nas Ilhas Cayman, e que, por isso, não se subordinam ao Acordo da Basileia, assinado em 1988. Aliás, sua difusão de certa forma foi impulsionada pelo Acordo, o qual introduziu um “sistema de adequação de capital” - conjunto de mecanismos que visava auferir o risco relativo dos ativos bancários em escala mundial -, e previa que os bancos mantivessem reservas que correspondessem a pelo menos 8% do total de seus ativos (ajustados ao risco). Em 1992 quase a totalidade dos países do G-10 haviam adotado o acordo; entretanto, à falta de uma estrutura de controle e fiscalização abrangente e rigorosa, e por ser bastante estanque e exigir das instituições financeiras maiores montantes de capital para proteção de ativos de risco, o Acordo da Basileia acabou por incentivar os bancos a tirar as operações de risco de seus balanços. Sobre a transferência dos riscos, cf. Cintra, M.A.M.; Cagnin, R.F. “Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas”. In: *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, dezembro 2007, p.317.

¹¹⁰⁸ Cf. Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.108.

(*collateralized Mortgage Obligation* - CMO), cuja origem remete ao início da década de 1980, e por meio das quais os títulos redundantes da securitização das hipotecas eram adicionados a outros títulos, como “débitos de cartões de crédito, aluguéis de automóveis, ‘recebíveis’ de corporações, etc.”, “e reagrupados em outros títulos hipotecários caucionados”¹¹⁰⁹; as obrigações de dívida garantida (*collateralized debt obligations* – CDO), que igualmente envolve títulos de natureza e de riscos variados, tais como hipotecas, dívida estudantil, empréstimos corporativos, dívidas de cartão de crédito, entre outros. E associados a esses novos títulos, os investidores passaram a comprar e vender derivativos de crédito, com destaque para os contratos contra o risco de inadimplência (*credit default swaps* – CDS), por meio dos quais esse risco é transferido do detentor do título para o vendedor da CDS. Ademais, destacaram-se os CDOs “sintéticos” (ou “CDOs ao quadrado”), que são CDOs de CDOs, produto da reunião de uma série de CDSs que simula um CDO, partilhando da mesma estrutura de risco deste¹¹¹⁰.

Para se compreender a sucessão dos acontecimentos no interior da crise, cabe recordar também a importância crescente adquirida pelos fundos de participações (*private equity*), dedicados a adquirir participação majoritária em empresas, com o fito declarado de reestruturá-las e revendê-las com lucro; bem como a difusão dos empréstimos “*Lite Model*”, uma categoria de *subprimes* próprias aos empréstimos alavancados a empresas, desprovidos de diversos tipos de proteção aos investidores, que eram financiados por bancos comerciais e de investimento (certos de que eles seriam repassados a investidores de CLO).

De modo a lhes garantir maior confiabilidade e liquidez, as referidas *securities* foram divididas em camadas (*tranches*), que são remuneradas de maneira inversamente proporcional aos riscos. No caso das CMO, por exemplo, sua divisão em *tranches* - com base em critérios relativos aos riscos de inadimplência e à prioridade de recebimento de fluxo de pagamento (decorrente da amortização do principal e dos juros) -, é classificada principalmente em: *sênior*, com preferência no recebimento e muitíssimo bem avaliada pelas agências de risco, que a classificavam entre A e AAA; em *mezzanine*, que era adquirida sobretudo pelos investidores institucionais e por *hedge funds*, e recebiam classificação entre BB e BBB; e em *equity*, *tranche* de alto risco, que fora repassada aos “veículos especiais de investimento”¹¹¹¹. Diga-se de passagem, os CDOs sintéticos chegaram a ter cem ou mais *tranches*, e uma parte importante dessa avalanche de créditos

¹¹⁰⁹ Braga, J.C., *op. cit.*, p.95.

¹¹¹⁰ Há de se destacar que os títulos sintéticos requerem uma margem de apenas 1,5%, enquanto que, para um título ordinário essa margem é de 10%. Não surpreende que os contratos de CDSs tenham atingido o montante de 60 trilhões de dólares em 2008 (Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.87). Evidencia-se, uma vez mais, que a securitização catapultou a alavancagem financeira, o que, obviamente, não é exclusividade norte-americana, mas uma tendência mundial. Por exemplo, segundo Robini e Mihm, em meados de 2008, a alavancagem do Credit Suisse era de 33 para 1, igual ao do Lehman Brothers e bem maior que a do Bank of America, de 11 para 1; já a do ING era de 49 para 1, do Deutsche Bank, de 53 para 1; do Barclay's de 61 para 1 (idem, ibidem, p.144).

¹¹¹¹ Em caso de ganhos, estes são repassados primeiro à *sênior*, e por último à *equity*; ao passo que diante de perdas, a primeira “camada” a sofrer é esta última, e a última é a *sênior*.

reempacotados foi exportada para fundos de investimentos da Coreia, de Taiwan, da Austrália, da China, da França, da Alemanha, do Reino Unido e de outros países¹¹¹².

Nota-se aqui, por conseguinte, não só a anuência, mas a participação ativa das agências de classificação de risco de crédito no processo de securitização, que viabilizou a aquisição dessa torrente de títulos pelos investidores com menor aversão ao risco, mas também pelos investidores institucionais, tais como os fundos de pensão e as companhias de seguros, que observam certas regras de prudência. Nada surpreendente, já que as instituições avaliadoras dependiam financeiramente daqueles que, em tese, deveriam avaliar com isenção e objetividade¹¹¹³.

Esse emaranhado de siglas, nada exaustivo, aliás, obnubila o funcionamento *sofisticado*, porém perfeitamente compreensível desses mercados. Grosso modo, o esquema parecia infalível: imobiliárias e instituições financeiras saíram à caça de clientes – muitos dos quais outrora eram desprezados como pouco confiáveis -, e a eles ofereciam tipos de crédito “sob medida”, cujo pagamento dos juros e do principal do empréstimo ou o refinanciamento da dívida, conforme prometiam, estaria garantido pelo próprio aumento (esperado) dos preços dos imóveis, impulsionado pela profusão do crédito concedido. Esses contratos eram repassados para bancos, que por meio de seus “veículos especiais de investimento”, mesclavam-nos a tantos outros contratos, por vezes igualmente obscuros e arriscados, e com isso formavam um novo título, que sob a chancela das agências avaliadoras recebiam uma embalagem dourada, e eram passados adiante a investidores públicos e privados, ao redor do mundo. Em cada uma dessas transações os partícipes abocanhavam vultosas comissões, fiando-se em sua inesgotável capacidade de empurrar a outrem os explosivos títulos que ajudavam a criar. De fato, como constata Charles Morris, em meio a essa dinâmica, “conceder empréstimos estava se tornando uma atividade sem custo”¹¹¹⁴, e, deve-se acrescentar, aparentemente sem risco, posto que a multiplicação desses instrumentos financeiros, a aparência de ordem e controle desses mercados (com a hierarquização das *securities*, a organização das *tranches* etc.), sua liquidez nada desprezível, além da existência de toda uma estrutura de transferência de risco, bem como de um conjunto de garantias colaterais, e do envolvimento de milhões de “investidores” dispersos pelo globo - argumentava-se -, tudo isso dispersava e minimizava os referidos riscos¹¹¹⁵. Ao contrário, nesse imenso castelo de cartas, os

¹¹¹² Cintra, M.A.M; Cagnin, R.F. *op. cit.*, p.319. No interior da onda de securitização, poder-se-ia falar também dos títulos com remuneração definida em leilão (*auction rate securities* - ARSs); dos títulos com opção de troca de remuneração por títulos municipais (*tender option bonds* – TOBs); dos títulos derivados de papéis de longo prazo com rendimento variável (*variable rate demand obligations* – VRDOs), entre inúmeros outros.

¹¹¹³ Cf. Gowan, P. *op. cit.*, p.94. “Não apenas essas agências eram pagas por aqueles cujos produtos deveriam avaliar, como também muitas vezes serviam como consultores para a montagem de pacotes de securitização de empréstimos que concordavam em avaliar como de grau máximo” (Guttmann, R. *op. cit.*, p.28).

¹¹¹⁴ Morris, C.R. *op. cit.*, p.107.

¹¹¹⁵ Malgrado essa dispersão dos títulos os mercados secundários não deixaram de ser extremamente concentrados: “os cinco maiores [bancos comerciais] concentravam 97,2% dos contratos de derivativos; os vinte e cinco maiores, 99,7%.” (Cintra, M.A.M; Cagnin, R.F. *op. cit.*, p.307), acompanhando uma forte tendência à concentração do sistema bancário: “desde 1980, o setor bancário americano experimentou um elevado nível de atividades de fusão, transformando significativamente a estrutura desse mercado. Entre 1980 e 1998, houve 7.985 operações de fusões (correspondendo a 55% do total de bancos em 1980), envolvendo ativos de

riscos foram potenciados; segundo Brenner e inúmeros outros autores, o esquema era um exemplo típico de “finanças Ponzi”¹¹¹⁶, nas quais os investidores se endividavam num ritmo que superava em muito sua capacidade efetiva de arcar com os compromissos assumidos.

De todo modo, as operações hipotecárias e a bolha imobiliária em expansão conduziram a um enorme aumento tanto da oferta, quanto da demanda por imóveis, com prevalência desta última, a qual contribuiu com a escalada dos preços não somente desses imóveis, mas da enxurrada de títulos relativos ao mercado imobiliário, a partir de meados da década de 1990¹¹¹⁷. Por funcionar como garantias colaterais, como vimos, o inchaço do valor das residências, por sua vez, deu novo estímulo à contração de créditos hipotecários, alimentando toda a ciranda financeira então estruturada, e atingindo um número de pessoas muito maior do que o jogo bursátil¹¹¹⁸. Com a queda das taxas de juros a partir de 2001, as famílias foram impelidas tanto a refinanciar suas hipotecas quanto a contrair novos créditos no sistema do *home equity lending*. Dessa maneira, a crescente bolha no mercado imobiliário provocava um poderoso efeito-riqueza, que acabou por impactar fortemente o consumo.

Apesar da elevação da taxa de juros pelo FED¹¹¹⁹, esse efeito-riqueza fez com que a expansão da bolha sustentasse por algum tempo sua dinâmica auto-alimentada. Em meados de 2006, no entanto, a maré estava mudando a olhos vistos. Por exemplo, nos dois primeiros anos em que foram implementados os contratos hipotecários não convencionais, suas taxas de juros anuais oscilavam entre 2% e 3%, mas em 2006, saltaram para cerca de 10% a 15%¹¹²⁰. Viu-se que as hipotecas *subprime* tinham cláusulas que dependiam do refinanciamento das dívidas a taxas reduzidas, porém esse financiamento pressupunha o aumento do preço dos imóveis; quando esses

US\$ 2,4 trilhões (em termos nominais). Em termos reais (dólar de 1996), os ativos adquiridos somaram US\$ 2,7 trilhões (Rhoades, 2000), perfazendo uma média de 420 fusões por ano. O número médio de fusões anuais nos anos 1980 foi de 437, e nos anos 1990, de 403. Todavia, 51% dos ativos bancários adquiridos entre 1980 e 1998 ocorreram no curto período de 1995-1998. A maioria dos bancos com ativos superiores a US\$ 1 bilhão foi adquirida durante os anos 1990: entre 1990 e 1998, 177 bancos e nos anos 1980, apenas 71. A partir de 2000, as operações de fusões ou aquisições tornaram-se menos freqüentes. Entre 1996 e 2006, o número de bancos nos EUA diminuiu em 21%, índice menor que a redução de 33% observada entre 1986 e 1996. O número de fusões e aquisições desta última década chegou a 873 e envolveu a troca de controle de US\$ 799 bilhões em ativos” (idem, *ibidem*, p.307-8).

¹¹¹⁶ Que remete ao golpista Charles Ponzi, o qual no início do século XX arrecadou grandes montantes de dinheiro prometendo a devolução dos empréstimos acrescida de um ágio extraordinário, que seria viabilizado por um suposto esquema de arbitragem baseada na diferença do preço dos selos verificada entre Estados Unidos e Inglaterra. A segunda leva de empréstimos foi usada para honrar os compromissos assumidos com os primeiros emprestadores, dando a impressão de que as operações eram verdadeiras. Com isso, Ponzi foi capaz de levantar muitos recursos, que evidentemente nunca foram devolvidos, com ou sem ágios.

¹¹¹⁷ “Em 2005 foram construídas mais de dois milhões (US\$ 482 bilhões) de novas residências, praticamente o dobro do número de 1991” (Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.160).

¹¹¹⁸ “De acordo com o McKinsey Global Institute (MGI), o estoque de capital financeiro mundial [...] se multiplicou de US\$ 10 trilhões em 1980, equivalente ao PIB mundial, para US\$ 241 trilhões em 2007, tendo dobrado desde 2002 para mais de quatro vezes a produção global de bens e serviços [...]. Entre 1990 e 2007, a dívida total com hipotecas nos Estados Unidos passou de US\$ 2,5 trilhões para US\$ 10,5 trilhões” (Gall, N. *O terremoto financeiro: a primeira crise global do século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p.8-9 e p.14, respectivamente). Nos Estados Unidos, “os ativos dos investidores institucionais pularam de US\$ 2 trilhões em 1980 para US\$ 28,7 trilhões no segundo trimestre de 2007 [...]. Entre 1980 e o segundo trimestre de 2007, os ativos das agências federais aumentaram de US\$ 309 bilhões para US\$ 7 trilhões, acumulando 12,1% dos ativos totais do sistema financeiro Americano [...]. O valor nocional dos derivativos no portfólio dos bancos comerciais (commercial banks holding) norte-americanos cresceu continuamente durante a década de 1990. Saltou de US\$ 9,8 trilhões no primeiro trimestre de 1993 para US\$ 152,5 trilhões em junho de 2007” (Cintra, M.A.M.; Cagnin, R.F. *op. cit.*, p.300 e p.306, respectivamente). Já em meados de 2008, em valores brutos de substituição a preço de mercado, os derivativos totalizavam US\$ 20,3 trilhões.

¹¹¹⁹ Que entre o segundo trimestre de 2004 e o segundo trimestre de 2007 elevou a taxa básica de juros de 1% para 5,25%.

¹¹²⁰ Idem, *ibidem*, p.161.

preços começaram a se estabilizar, uma onda de inadimplência se espalhou, reforçando a tendência baixista dos preços dos imóveis¹¹²¹. A bolha estava prestes a estourar¹¹²².

Um dos primeiros sinais da crise foi a súbita disparada do número de casas retomadas por falta de pagamento, sobretudo em áreas pauperizadas de Cleveland e Detroit, em 2006¹¹²³. Como relata David Harvey, em finais da década de 1990 os tomadores de empréstimos “subprime”, sobretudo afro-americanos, já enfrentavam grandes dificuldades¹¹²⁴. Porém, esse fenômeno somente despertou atenção em meados de 2007, quando a retomada de casas atingiu amplos setores da classe média branca na Flórida, na Califórnia, no Arizona, e em Nevada. Ao final de 2007, aproximadamente 2 milhões de pessoas havia perdido suas casas nos Estados Unidos, e outras 4 milhões se encontravam ameaçadas de enfrentar o mesmo destino. Com isso, extensos trechos urbanos se tornaram fantasmas, com inúmeras construções abandonadas; começaram a surgir grandes “acampamentos”; e muitos sem-teto passaram a morar em carros que (ao menos ainda) não haviam sido empenhados como garantia de empréstimos.

A primeira instituição que faliu foi a financeira Merit Financial; e ainda em 2006 outras 9 instituições financeiras haviam quebrado, número que se elevou a mais de 50 até o final de março de 2007. Em fevereiro de 2007, os mercados hipotecários foram abalados pela divulgação de um balanço do HSBC com expressivas perdas em operações imobiliárias. Em abril a situação se agravou com a quebra da New Century Financial, a segunda maior financeira estadunidense de hipotecas *subprime*; e a inquietude aumentou com o fechamento do fundo *hedge* Dillon Reed, pela UBS, em maio. Com a falência do American Home Mortgage, a suspensão de pagamentos pelo BNP Paribas e, na sequência, os problemas da Countrywide Financial (o maior prestador de hipotecas norte-americano), e a corrida contra o gigante britânico Northern Rock, desencadeou-se uma sucessão de baixas nas bolsas de valores mundo afora, a qual foi reforçada pelas reiteradas quedas do índice ABX, que havia adquirido importância como um “termômetro” dos mercados de títulos de alto risco¹¹²⁵.

¹¹²¹ Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.103. Em pouco tempo, “os preços das habitações caíram tanto e tão depressa que, segundo estimativas do Deutsche Bank, no final do primeiro trimestre de 2009, 27% dos agregados familiares com hipotecas tinham dívidas hipotecárias superiores ao valor da residência” (Bernardo, J. “Ainda acerca da crise económica. 1) o declínio dos Estados Unidos”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p).

¹¹²² Literalmente, uma tragédia anunciada, posto que o famigerado economista Charles Kindleberg, em 2002, e o economista Robert Shiller, em 2003, chamaram atenção publicamente para os perigos da bolha imobiliária em expansão; o investidor James Grant denunciou em 2005 que o Fed estava a alimentar uma das maiores bolhas creditícias da história; o professor de economia e consultor Nouriel Roubini alertou, em setembro de 2006, para o estouro da bolha financeira e seus prováveis impactos em cadeia, incluindo uma profunda recessão. Edward Gramlich, que fez parte do alto escalão do Fed, publicou um livro sobre a bolha do *subprime* pouco antes de seu estouro; e vários outros exemplos poderiam ser aqui citados.

¹¹²³ Disparada que viria a se acentuar; entre 2007 e 2008 ocorreram em Cleveland mais de 10 mil execuções de hipotecas, o que fez com que cerca de um décimo das casas da cidade ficasse desocupada (Gall, N. *op. cit.*, p.71).

¹¹²⁴ Entre 1998 e 2006 essa categoria de tomadores de empréstimos teria amargado prejuízos entre US\$ 70 bilhões e US\$ 93 bilhões. Cf. Harvey, D. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p.1.

¹¹²⁵ Não obstante, os abalos nos “mercados de balcão” como um todo foram mais abruptos e poderosos, já que seu funcionamento tem como requisito certo grau de confiança entre as grandes instituições que nele operam, para garantir um padrão na formação dos preços: “quando os bancos [que atuam no mercado de balcão] duvidam dos preços uns dos outros, pode não haver coesão suficiente para um novo consenso de preço. Neste ponto, quando não há mais recuperação de preço, as negociações cessam. Isto é exatamente

O conjunto dos mercados secundários de títulos de alguma forma assentados sobre hipotecas veio rapidamente a pique, porém o integrado sistema financeiro estava comprometido em sua totalidade. Em agosto de 2007 os mercados “*overnight*” praticamente estancaram¹¹²⁶, e no final deste ano as agências de classificação de risco passaram a rebaixar suas avaliações sobre as *monolines*¹¹²⁷, o que colocava em xeque a classificação de uma série de títulos, como os CDOs e os títulos estaduais e municipais. De fato, os custos de rolagem da dívida de Estados e municípios disparou, e provocou uma onda de insolvência, que esteve longe de se restringir aos Estados Unidos.

Em março de 2008, a iminente falência do Bear Stearns foi evitada na última hora pela sua aquisição pelo JPMorgan, em operação patrocinada pelo Fed. Em sua esteira, cerca de 500 fundos *hedge* faliram¹¹²⁸. Outro episódio de vulto foi o resgate do IndyMac pelo Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), a agência garantidora de depósitos bancários, em junho de 2008. Novo “golpe” veio no dia 7 de setembro, quando se anunciou que as gigantes GSE Fannie Mae e a Freddie Mac também precisavam de socorro, de forma a evitar sua bancarrota.

Porém, um verdadeiro pânico se desencadeou um pouco depois, no dia 15 de setembro (a “segunda-feira negra”), com a decisão do Tesouro norte-americano de não socorrer o Lehman Brothers, que havia acumulado cerca de US\$ 640 bilhões em dívidas¹¹²⁹. Buscando conter o “caos” que se alastrou, um dia depois da falência do Lehman Brothers o governo estadunidense se mobilizou para salvar a AIG, a maior empresa mundial de seguros, assumindo 80% de seu controle (em troca de 85 bilhões de dólares disponibilizados logo de saída), e recomprando os *tranches* de CDO segurados por ela, por um preço bem acima do seu preço de mercado, àquela altura¹¹³⁰.

Mesmo assim, a partir da quebra do Lehman as tormentas se espalharam pelos mercados que ainda haviam sido preservados. Os mercados de crédito paralisaram, os bancos deixaram de emitir créditos comerciais para as transações no comércio exterior, o que o solapou¹¹³¹. Além do mais, quando se evidenciou que o fundo de renda fixa Reserve Primary Fund havia investido em títulos podres, seus ativos despencaram, e o pânico se disseminou pelos demais fundos de renda fixa, até então de sólida reputação, tidos como conservadores e seguros.

o que aconteceu nos mercados com os valores mobiliários lastreados em hipotecas não associados a agências governamentais (*non-agency*), obrigações de dívida garantidas e títulos de crédito lastreados em ativos” (Guttmann, R. *op. cit.*, p.30).

¹¹²⁶ Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.111.

¹¹²⁷ Um tipo particular de seguradora que protege os compradores de títulos contra perdas de principal, e que emitiu apólices no valor de aproximadamente US\$ 3 trilhões, tendo como base apenas US\$ 2 bilhões de capital, ou seja, uma alavancagem na proporção de 150:1 (cf. Morris, C.R. *op. cit.*, p.176).

¹¹²⁸ Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.106.

¹¹²⁹ De fato, ao final de 2008, entre os maiores bancos de investimento salvaram-se apenas aqueles ligados a bancos comerciais; a essa altura, todos os grandes bancos de investimento independentes norte-americanos (Lehman Brothers, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Goldman Sachs e Bear Stearns) haviam afundado, tendo ou quebrado, ou sido forçosamente absorvidos por outros instituições, ou mudado de natureza legal.

¹¹³⁰ Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.127.

¹¹³¹ “No auge da crise, no começo de 2009, as exportações caíram – numa base anual – 30% na China e na Alemanha, e 37% ou mesmo 45% em Cingapura e no Japão” (idem, *ibidem*, p.138).

Num momento em que o colapso dos mercados de notas promissórias parecia iminente, as autoridades monetárias norte-americanas decidiram estender sua atuação como prestador de última instância a empresas não financeiras, e passaram a socorrer as instituições insolventes praticamente sem fazer distinções¹¹³². Desse maneira, seguindo estratégias semelhantes às que haviam sido empregadas no Japão, na década de 1990, ora incrementadas com uma boa dosagem de “criatividade”, foram tomadas uma série de medidas para ampliar a liquidez e salvar instituições financeiras e não-financeiras em risco. Uma delas foi a eliminação das taxas de juros punitivas e o aumento do prazo dos empréstimos feitos diretamente no “guichê de redesconto” do Fed, bem como a organização de grandes leilões de dólares e a brutal elevação da capacidade de concessão de empréstimos dos *Federal Home Loan Banks*. Ademais, estruturaram-se vários programas como o polêmico *Term Auction Facility* (TARP), o *Primary Dealer Credit Facility*, o *Term Securities Lending Facility*, o *Commercial Paper Funding Facility*, o *Money Market Investor Funding Facility*, o *Asset-Backed Commercial Paper Money Market Mutual Fund Liquidity Fund*, etc. Havia, assim, programas para todos os gostos e demandas (do grande capital); e junto com eles foram criadas generosas linhas de *swap* que na prática funcionaram como empréstimos do Fed a instituições financeiras estrangeiras, valendo-se da mediação do Banco Central Europeu e de outros bancos¹¹³³.

Se à época da crise mexicana causava espanto a Chesnais os US\$ 52 bilhões que o governo norte-americano, o FMI, o BIS e outras instituições mobilizaram para evitar a disseminação dos seus efeitos¹¹³⁴, o que dizer das cifras *trilionárias* que passaram a pulular nos noticiários econômicos e nos anúncios governamentais dos países centrais¹¹³⁵...

Tudo somado, Roubini e Mihm concluem que, face ao colapso financeiro, o Fed extrapolou a tarefa de prestador de última instância, e se tornou também “investidor de última

¹¹³² Diga-se de passagem, bem diferente do que ocorreu durante a Grande Depressão; como relata o Presidente Hoover acerca de seu Secretário do Tesouro: “o senhor [Andrew] Mellon tinha apenas uma fórmula: ‘liquidar o trabalho, liquidar os estoques, liquidar os fazendeiros, liquidar os bens imóveis’. Ele sustentava que mesmo o pânico não era inteiramente ruim. Ele disse: ‘isso irá purgar a podridão do sistema... pessoas empreendedoras irão recolher os destroços das pessoas menos competentes’” (Hoover citado por Kliman, A. *op. cit.*, p.23).

¹¹³³ Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.168. É evidente que muitas dessas ações visavam aumentar a oferta de crédito, procurando evitar um colapso econômico ainda pior. Porém, é igualmente evidente que não se tratava aqui apenas de um problema de iliquidez, mas em geral de insolvência.

¹¹³⁴ Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p.16.

¹¹³⁵ De acordo com Mazzuchelli, como respostas à crise financeira, “destaca-se a decisão de o governo americano disponibilizar US\$ 2,25 trilhões, sendo US\$ 1,5 trilhão para garantir novas dívidas emitidas pelos bancos, US\$ 500 bilhões para garantir os depósitos nos fundos mútuos e US\$ 250 bilhões para capitalizar os grandes bancos. O Banco Central americano (Federal Reserve) aumentou ainda para US\$ 900 bilhões seus acordos de troca de moedas com dez bancos centrais (Austrália, Canadá, Dinamarca, Inglaterra, Nova Zelândia, Japão, Noruega, Suécia, Suíça e Banco Central Europeu) para ampliar a liquidez em dólares nos principais centros monetários. Os países da União Européia (Alemanha, França, Holanda, Espanha, Áustria, Portugal, Reino Unido e Suécia) e a Noruega, por sua vez, disponibilizaram US\$ 2,75 trilhões para garantir as operações interbancárias. Além disso, a Itália anunciou disponibilizar ‘o quanto for necessário’ e a Polônia sinalizou plano semelhante” (Mazzuchelli, F. *op. cit.*, p.59). Ademais, “o governo americano adquiriu US\$ 25 bilhões em ações preferenciais do Bank of America, do JP Morgan/Chase, Citigroup e do Well Fargo; US\$ 10 bilhões dos ex-bancos de investimento Goldman Sachs e Morgan Stanley; US\$ 3 bilhões do Bank of New York Mellon; US\$ 2 bilhões do State Street. O restante (US\$ 125 bilhões) foi distribuído entre instituições de poupança e aos bancos menores, regionais e locais, com dificuldades em levantar capital (idem, ibidem, p.59). Mais de 700 bancos, e empresas gigantes como a General Motors e a Chrysler foram parcialmente compradas pelo Estado na esteira da crise (Kliman, A. *op. cit.*, p.181).

instância”¹¹³⁶. E ao “limpar” os mercados financeiros dos títulos podres com os quais estes se lambuzaram, em troca de títulos governamentais, o Fed e outros bancos centrais criaram um “mercado artificial para ativos indesejados”, a custos elevadíssimos.

Apesar dessas poderosas intervenções, as bolsas de valores acumularam imensas perdas, os mercados financeiros como um todo afundaram¹¹³⁷, e a economia mundial entrou em recessão, tendo sofrido no auge da crise a maior contração desde 1929¹¹³⁸. A despeito dos contornos particulares que adquiriu, do atribulado desenrolar dos fatos, das conturbadas negociações de bastidores, da pirotecnia midiática, das contundentes iniciativas (e hesitações) governamentais, a última crise seguiu um *script* conhecido¹¹³⁹, que foi descrito por inúmeros autores, comumente buscando salientar o arrivismo e a falta de escrúpulos dos grandes investidores, a incompetência ou a cumplicidade dos agentes reguladores, coniventes com as fraudes que se multiplicavam¹¹⁴⁰, a

¹¹³⁶ Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.171. Como Marx alertara em sua época, “todo esse sistema artificial de expansão forçada do processo de reprodução não pode naturalmente ser curado pelo fato de um banco, por exemplo, o Banco da Inglaterra, dar a todos os caloteiros, em seu papel, o capital que lhes falta e comprar todas as mercadorias desvalorizadas a seus antigos valores nominais. De resto, tudo aparece aqui invertido, pois nesse mundo de papel o preço real e seus momentos reais nunca aparecem, mas apenas barras de dinheiro metálico, notas, letras de câmbio e papéis de crédito” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.21-2).

¹¹³⁷ “Em 2008, os mercados mundiais de ações perderam aproximadamente US\$ 27 trilhões, ou 40% de sua capitalização anterior à crise, enquanto os mercados financeiros encolheram 20% [...]. As famílias americanas perderam US\$ 11 trilhões em 2008, o equivalente a 80% do PIB – um encolhimento de 18%” (Gall, N. *op. cit.*, p.5). Cf. Cagnin, R.F. *op. cit.*, p.162. Em meados de 2009 o FMI estimava que mais de US\$ 50 trilhões em valores de ativos havia sido destruído (Harvey, D. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p.6).

¹¹³⁸ “No quarto trimestre de 2008 e no primeiro semestre de 2009 a economia global se contraiu numa percentagem que só teve paralelo, em tamanho e em profundidade, com o colapso de 1929 a 1931, que deu início à Grande Depressão” (Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.150). Diga-se de passagem, é curioso que praticamente nenhum dos autores citados nem mesmo mencione, nos artigos e livros que referenciamos, a alta do petróleo em 2008 – chamada por alguns à época de “terceira crise do petróleo” –, e dos preços dos alimentos – a “crise dos alimentos” – que a sucedeu. Evidentemente que o colapso do sistema financeiro internacional e as monumentais falências que imediatamente o sucederam fizeram “empalidecer” as referidas crises dessas *commodities*, mas, ainda assim, trata-se de algo relevante. No caso da crise petrolífera, o preço do barril do petróleo mais que dobrou entre janeiro e julho de 2008, atingindo o recorde histórico dos US\$ 147, para logo despencar ao nível dos US\$ 40 em dezembro do mesmo ano. Já em relação à crise dos alimentos, segundo estimativa da ONU e do BID, a crise foi responsável pelo aumento do número de miseráveis no mundo em 100 milhões de pessoas, que se somariam aos mais de 850 milhões de famélicos já contabilizados pela ONU. Ademais, no seu decurso, entre meados de 2007 e fins de 2008, quase 40 países decretaram estado de emergência, e se multiplicaram as ondas de saques e as sublevações populares. Foram muitos os que, à época, atribuíram a causa dessas crises a questões sazonais e outras referentes à produção propriamente dita. No caso do petróleo, muito se falou acerca de um cálculo equivocado em relação à evolução da demanda, bem como de ondas de temores oriundas da perspectiva de esgotamento do produto. Já no caso da crise dos alimentos, fez-se barulho em torno da quebra de algumas safras, do aumento dos custos de produção agrícola decorrentes da alta do petróleo, dos fartos subsídios agrícolas vigentes nos países centrais, da expansão da produção de biocombustível, e do crescimento populacional. Entretanto, sua trajetória, e sobretudo as transações nos mercados secundários tendo como base tais *commodities* evidenciam que a principal causa da elevação de seu preço foram as ondas de capitais voláteis que fugiam do claudicante mercado imobiliário, saltando de “valor de uso em valor de uso” em busca de refúgio e de ganhos especulativos.

¹¹³⁹ Cf. Lórdon, F. “O pesadelo das finanças sem freios”, 2008. Disponível em: <http://diplo.org.br/2008-03.a2266>, s/p.

¹¹⁴⁰ “Revelou-se ainda que em torno de 90% das hipotecas subprime envolveram algum tipo de fraude. Mais da metade dos tomadores superestimaram em mais de 50% suas rendas. Os agentes financeiros falsificaram informações no sistema eletrônico de pontuação (*credit score*) a fim de possibilitar a operação e embolsar suas comissões” (Cintra, M.A.M; Cagnin, R.F. *op. cit.*, p.321). Como se viu no capítulo 2, o fato é que todas essas crises financeiras incluíam grandes fraudes, envolvendo autoridades governamentais, agências avaliadoras, grandes empresas de contabilidade e de advocacia etc. Um dos casos mais célebres, que nada contribuiu para transformar esse quadro, é o da poderosa Enron, que abria empresas fajutas em paraísos fiscais, as quais anotavam uma dívida fictícia com a sua real proprietária. Com isso, havia uma substantiva melhora no balanço da Enron, que repercutia no aumento dos preços de suas ações. À época da sua falência havia nada menos que 1600 dessas empresas no balanço, o que não foi identificado pela Arthur Andersen, empresa responsável pelas auditorias, e tampouco pelas empresas de avaliação de risco. Todas elas recebiam dinheiro da Enron... (cf. Dowbor, L. “A crise financeira sem mistérios”. Disponível em: <http://diplo.org.br/2009-01.a2772>, p.2). Como já constata Marx, uma das funções do sistema creditício é a de “desenvolver a mola propulsora da produção capitalista, o enriquecimento pela exploração do trabalho alheio, num sistema mais puro e colossal de jogo e fraude, e limitar cada vez mais o número dos poucos que exploram a riqueza social” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.335).

irracionalidade dos mercados, onde imperaria as “manias”, os “pânicos” e o “instinto de manada”, e assim por diante. Ou seja, sem lograr compreender a gestação e o desenvolvimento da crise como expressão necessária da irracionalidade sistêmica – mas que, segundo as “regras do jogo”, que em geral se encontram fora de questão, é perfeitamente racional. Logo, faz-se necessário superar a mera descrição dos fatos, e passar à sua apreensão conceitual.

2. Variações marxistas sobre a crise e as perspectivas do capitalismo contemporâneo

À luz da recente crise mundial, e escrevendo no calor dos acontecimentos, Brenner reafirma suas principais teses, que ganham vivacidade. Assim, não teria sido eliminado o principal empecilho ao crescimento econômico: o excesso de capacidade no setor de manufaturados, que comprimiria as taxas de lucro e bloquearia os investimentos¹¹⁴¹. Ao contrário, o fortalecimento da economia de alguns países asiáticos e de outros “emergentes” teriam apenas agravado a situação. Por esse motivo, as medidas de salvamento que visavam garantir créditos teria sido ineficazes, já que o problema não seria a falta de liquidez: na realidade, não haveria motivos para investir; ou então não haveria uma alternativa atraente à ciranda financeira. Brenner resume as causas da crise em poucas linhas;

“um setor manufatureiro em crise foi o coração do problema. Atormentado pelo longamente sustentado excesso de capacidade em escala global, que foi agravado pelo sobre-investimento e o mal-investimento engendrado pelo efeito-riqueza da bolha acionária, e mantida pela competitividade exacerbada pelo dólar supervalorizado, sem mencionar a cada vez mais poderosa competição com os produtores do leste asiático, especialmente a China, o setor manufatureiro conduziu a economia a um declínio cíclico e exerceu uma pressão baixista poderosa sobre o crescimento por meio da expansão subsequente”¹¹⁴².

A crise econômica mundial seria a mais recente expressão de um padrão econômico cíclico que se desenrolaria há anos, caracterizado por taxas de crescimento medíocres¹¹⁴³, e visceralmente conectado a ondas especulativas¹¹⁴⁴. A ruptura em relação a essa inércia e a real superação da crise mundial pressuporiam vastas intervenções econômicas, próprias às formas de capitalismo de

¹¹⁴¹ “O descendente dinamismo econômico do mundo capitalista avançado se enraíza numa grande queda da lucratividade, causada primariamente por uma tendência crônica à sobrecapacidade no setor mundial de manufaturados, que remete aos fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970” (Brenner, R. “A devastating economic crisis unfolds”. Acessível em <http://www.greenleft.org.au/node/38913>, 2009, s/p).

¹¹⁴² Idem, ibidem, p.63.

¹¹⁴³ Cf. p.122 acima. “Durante a década de 2000 o Produto Interno Bruto (PIB) real norte-americano cresceu a uma taxa média anual de 1,9%, enquanto havia crescido a uma taxa média anual de 3,9% ao longo das seis décadas anteriores. Pior do que a década de 2000 só a famigerada década de 1930, quando o crescimento médio anual foi 0,9% [...]. Entre 1940 e 1999 o número de norte-americanos empregados fora do setor agrícola cresceu a uma taxa média decenal de 27%, mas na década de 2000 caiu 0,8% e em 2009 caiu 3,6%” (Bernardo, J. “Ainda acerca da crise econômica. 1) o declínio dos Estados Unidos”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p).

¹¹⁴⁴ “... Nós temos testemunhado pela última dúzia de anos ou mais ao extraordinário espetáculo da economia mundial na qual a continuação da acumulação de capital se tornou literalmente dependente de históricas ondas de especulação, cuidadosamente cultivada e racionalizada pelos legisladores e reguladores do Estado” (Brenner, R. “Entrevista a Seongjin Jeong”, concedida em 22 de dezembro de 2008. Acessível em: <http://hap.blogger.hr/post/interview-with-robert-brenner-on-the-current-crisis/1215794.aspx>, s/p).

Estado¹¹⁴⁵. No caso norte-americano, tal resposta enfrentaria uma profunda aversão ideológica ao intervencionismo, e o fato de que os enormes gastos governamentais que se fariam necessários, ao aprofundar os já abissais déficits norte-americanos em transações correntes, poderiam engendrar um imenso ataque contra o dólar, colocando em cheque sua posição como moeda mundial.

Grosso modo, enquanto Brenner considera a crise uma consequência da queda das taxas de lucro em decorrência do acirramento da concorrência industrial no mercado mundial e do excesso de capacidade do setor manufatureiro, que explicaria a afluência de recursos para os mais promissores mercados financeiros, Petras sustenta, focando sua atenção nos Estados Unidos, que “a causa fundamental [da crise] é a sobreacumulação de capital resultante da super-exploração do trabalho, conduzindo a taxas de lucro ascendente e ao colapso da demanda”¹¹⁴⁶. Uma parte desse excedente oriundo do incremento das taxas de exploração da força de trabalho teria sido progressivamente canalizado para o sistema financeiro, e outra parte teria sido “realocado para a China, a Coréia e outros centros de crescimento”, em busca de maior lucratividade, e não, enfatiza o autor, em decorrência da queda da taxa de lucro¹¹⁴⁷. Ainda segundo Petras, com o rebaixamento dos salários reais, fez-se necessário multiplicar o crédito, e o sistema financeiro inchou no mesmo ritmo das importações, catapultadas pela diminuição dos investimentos domésticos e pelo aumento das inversões e da produtividade alhures. Enquanto a produção de valor diminuía, os “rendimentos financeiros” e a liquidez se elevavam, até o advento da crise, que teria revelado os limites de uma demanda efetiva sustentada pelo endividamento¹¹⁴⁸.

Por sua vez, impactado pela eclosão da crise, Chesnais lamenta: “creio que estamos diante do risco de uma catástrofe, mas não do capitalismo, senão de uma catástrofe da humanidade”¹¹⁴⁹, que se anunciaria como uma combinação da crise ambiental (em decorrência das alterações climáticas) com a crise econômica mundial, que pesaria forte e quase exclusivamente por sobre os ombros da classe trabalhadora¹¹⁵⁰. A estas duas crises, noutro artigo, Chesnais acrescenta a crise alimentícia que fustiga as camadas mais pauperizadas da população mundial, reforçando com isso

¹¹⁴⁵ “Para ter um efeito significativo sobre a economia, a administração Obama teria que promover uma grande onda de investimento governamental direto e indireto, com efeito uma forma de capitalismo de Estado. Para realmente cumpri-lo requereria a superação de enormes obstáculos políticos e econômicos” (idem, ibidem, s/p).

¹¹⁴⁶ Petras, J. “World Depression: Regional Wars and the Decline of the US Empire”, 2011. Disponível em: www.petras.laheine.org/?p=1775, p.11.

¹¹⁴⁷ Idem, ibidem, p.3.

¹¹⁴⁸ Há de se lastimar que Petras não forneça evidências empíricas e análises estatísticas para sustentar sua explicação da crise. Mas deixemos para criticar as explicações de Brenner e Petras adiante.

¹¹⁴⁹ Chesnais, F. “Como la crisis de 29, o más... Un nuevo contexto historico”. Disponível em http://www.archivochile.com/Debate/crisis_08_09/crisis00038.pdf, p.5.

¹¹⁵⁰ Como se viu no capítulo anterior, há muitos anos Kurz tem sustentado que “nunca na história da modernização – nos últimos duzentos, trezentos anos – deu-se a situação de uma crise social mundial que erigisse um tal potencial de devastação ecológica e alcançasse tanta destruição e abandono cultural até a tendência em direção a uma nova barbárie” (Kurz, R. “Com todo vapor ao colapso”. In: *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF - PAZULIN, 2004, p.11).

a idéia de que “o largo desenvolvimento da crise econômica e financeira se dará num contexto histórico no qual será um aspecto de uma crise muito maior, uma crise de civilização”¹¹⁵¹.

Já Arrighi propugna muito sucintamente que “... a crise se transformou de uma caracterizada pela queda da taxa de lucro, devida à intensificação da concorrência entre capitais, em uma de superprodução devida à escassez sistêmica de demanda efetiva criada pelas tendências do desenvolvimento capitalista”¹¹⁵². Posição esta que parece se coadunar com a de Harvey, no livro que escreveu especificamente sobre o tema. Nele, trazendo à memória as centenas de crises financeiras ao redor do mundo desde 1973, Harvey considera que “não há nada sem precedentes no atual colapso, afora sua dimensão e sua profundidade”¹¹⁵³. Não obstante, essa data representa para ele um marco, a partir do qual o padrão das crises teria sofrido uma alteração substantiva; a grande crise econômica que se espalhou no final da década de 1960 e início da década de 1970 teria sua origem na diminuição das taxas de exploração do trabalho (ou na já mencionada “explosão salarial”), decorrente de uma virada na correlação de forças em favor dos trabalhadores. A principal causa da crise, então, seria o chamado *profit squeeze*, o “aperto” ou a “compressão” dos lucros¹¹⁵⁴.

Diante desse quadro, teria havido a “reação neoliberal”, por meio da qual os capitalistas lograram desbaratar as organizações trabalhistas, realizar uma forte “repressão salarial”, eliminar formas de salário indireto advindos de políticas sociais etc. Com isso, teriam acabado por engendrar outro problema, o da falta de demanda efetiva, que ameaçava a realização do valor¹¹⁵⁵. A expansão do crédito e do endividamento familiar e empresarial visando estimular o consumo dos capitalistas seria uma resposta a essa dificuldade¹¹⁵⁶. Dessa forma, grosso modo Harvey explica a crise de 2008-9 em termos muito próximos aos de certas interpretações marxistas “subconsumistas”, que possuem uma longa história, mas que remetem mais diretamente aos escritos de Paul Sweezy, Paul Baran, e Cia.

¹¹⁵¹ Chesnais, F. “Crisis de sobreacumulación mundial, crisis de civilización”. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/print/herramienta-web-5/crisis-de-sobreacumulacion-mundial-crisis-de-civilizacion>, p.1.

¹¹⁵² Arrighi, G. “Entrevista de Giovanni Arrighi a David Harvey”, publicada em 26 de maio de 2009, na Revista Rebellion http://www.rebellion.org/noticia_pdf.php?id=85959, p.17.

¹¹⁵³ Ao contrário, as “crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Elas tipicamente conduzem à reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novas esferas de investimento e novas formas de poder de classe” (Harvey, D. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p.10 e p.11, respectivamente).

¹¹⁵⁴ Apresentado de modo excessivamente apressado, a teoria do *profit squeeze* explica as crises como resultado da compressão das taxas de lucro em decorrência da elevação dos custos de mão-de-obra, seja em função de um aumento da demanda por força de trabalho num ritmo superior ao da oferta, na fase ascendente do ciclo, seja pela mudança da correlação de forças entre patrões e empregados, em favor dos trabalhadores, que poderia igualmente conduzir ao incremento dos salários reais diretos e indiretos, a crescentes custos de supervisão e controle do processo de trabalho, à diminuição do ritmo em que a produtividade do trabalho se eleva, e assim por diante.

¹¹⁵⁵ “A resposta mais importante para o imbróglio da demanda efetiva – que Luxemburgo falhou em notar mas que segue diretamente da análise de Marx – é que a solução repousa no consumo dos capitalistas” (idem, ibidem, p.110); seja o consumo como rendimento, seja o consumo ao reinvestir na produção.

¹¹⁵⁶ “A crise de 2008-9 não pode portanto ser entendida em termos de aperto de lucros. A repressão salarial em função da superabundância de oferta de mão de obra e a conseqüente falta de demanda efetiva de consumo é um problema muito mais sério” (idem, ibidem, p.66).

Dada a preponderância assumida por esse tipo de interpretação, que não se restringe, por conseguinte, aos círculos da *Monthly Review*¹¹⁵⁷, mas parece ter se tornado a leitura marxista hegemônica sobre a última crise e a hodierna dinâmica da acumulação de capital, cabe nos determos um pouco em sua análise.

Em seu célebre *Capital Monopolista*¹¹⁵⁸, como diz o título, Baran e Sweezy propugnavam que o capitalismo havia adentrado sua fase monopolista, na qual as grandes corporações adquiriram poder de definir seus preços de mercado, ou melhor, de acordo com seu “grau de monopólio”, essas empresas seriam capazes de adicionar um *mark-up* ao preço de custo de suas mercadorias e manipulá-lo no sentido de sufocar os concorrentes, conforme desenvolvido por parte da teoria econômica convencional (vulgar). No mesmo sentido, a fase monopolista do capital seria caracterizada pelo aumento do poder do capital sobre o trabalho, e consequentemente por taxas crescentes de mais-valia, ou seja, por maior exploração dos trabalhadores.

Ademais, haveria uma tendência à queda daquilo que os keynesianos designam como “propensão marginal a consumir”, tanto da parte dos trabalhadores, quanto da parte dos capitalistas. Nesse contexto, a realização dos lucros monopolísticos não poderia se dar apenas por meio do consumo de empresários e trabalhadores; far-se-ia necessário contar com o consumo de crescentes massas de trabalhadores improdutivos, proprietários de terra, e com as intervenções estatais, genericamente tidos como “fatores externos” à acumulação em sentido estrito (concernente à divisão entre capitalistas e trabalhadores)¹¹⁵⁹. Não obstante, os limites da demanda efetiva cedo ou tarde esbarrariam no relativo excesso de capacidade produtiva, o que conduziria por sua vez a crises de superprodução.

Desse modo, Baran e Sweezy localizavam nas dificuldades de realização do valor, e particularmente no subconsumo, o cerne das crises econômicas, e nesse sentido voltaram seu foco para o problema da demanda efetiva¹¹⁶⁰. Como é sabido, tal abordagem fez escola, sendo

¹¹⁵⁷ Cf. Peet, R. “Contradictions of Finance Capitalism”. *Monthly Review*, vol.63, n.7, dezembro de 2011. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2011/12/01/contradictions-of-finance-capitalism>; Foster, J.B. “The Financialization of Capital and the Crisis”. *Monthly Review*. Vol.59, n.11, abril de 2008. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2008/04/01/the-financialization-of-capital-and-the-crisis>; idem, “The Financialization of Accumulation”. *Monthly Review*. Vol.62, n.5, outubro de 2010. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2010/10/01/the-financialization-of-accumulation>; Foster, J.B.; McChesney, R.W.; Jonna, R.J. “The Internationalization Of Monopoly Capital”. *Monthly Review*, Vol. 63, n.2, junho de 2011. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2011/06/01/the-internationalization-of-monopoly-capital>; Foster, J.B.; Magdoff, F. “The Great Financial Crisis”. *Monthly Review*. Vol.62, n.5, outubro de 2010. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2010/10/01/the-great-financial-crisis-three-years-on>.

¹¹⁵⁸ Baran, P.; Sweezy, P.M. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

¹¹⁵⁹ Cf. Sweezy, P.M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. (Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.179-184. Como indica Kliman, de modo nada rigoroso os subconsumistas costumam elencar elementos díspares como fatores “externos” que alentariam a demanda efetiva, postergando a estagnação econômica (dentre eles, estariam o consumismo, as inovações tecnológicas, a hegemonia norte-americana, o militarismo, o *marketing*, as finanças etc.). Cf. Kliman, A. *op. cit.*, p.179, e Shaikh, A. “Uma Introdução à História das Teorias de Crise”. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1983. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/281/490>.

¹¹⁶⁰ Posição que, por exemplo, de algum modo se assemelha a que tem sustentado recentemente Paul Krugman: “... ainda que a depressão em si não esteja de volta, a economia da depressão – os tipos de problemas que caracterizavam boa parte da economia mundial na década de 1930 e que nunca mais se manifestaram de lá para cá – estão ensaiando reprise surpreendente [...]. O que significa afirmar que a economia da depressão voltou? Basicamente quer dizer que, pela primeira vez em duas gerações, falhas no lado da demanda da economia – insuficiência dos gastos privados para usar a capacidade produtiva disponível – são hoje o fator

sustentada e desenvolvida há décadas por um conjunto de marxistas que se reúnem em torno da *Monthly Review* (os quais continuam a repetir que “o crescimento da monopolização criou uma economia enviesada no sentido da sobreacumulação e da estagnação”, bem como do “aumento da taxa de mais-valia às custas dos salários”¹¹⁶¹).

Ora, salta à vista o caráter dogmático de tais teses, que se sustentam sobre proposições peremptórias, muitas das quais se afiguravam tão óbvias aos seus formuladores que lhes poupou o incômodo de tecer maiores considerações sobre o assunto. Passemos em vista mais detidamente tais proposições.

Ostentando a falta de historicidade de sua abordagem, Sweezy assevera que “o processo de produção é e deve permanecer, independente da forma histórica, um processo de produção de bens para o consumo humano”, “qualquer tentativa de escapar desse fato fundamental representa uma fuga da realidade [...]. Os esquemas [marxianos] de reprodução que aparentemente demonstram o contrário não alteram em nada a questão: produção é produção para o consumo”¹¹⁶².

Com base nessa verdade absoluta, e na prática abstraindo nada menos que o *consumo produtivo* e o fato de que o “departamento” de bens de produção também produz mercadorias destinadas à reprodução ampliada desse próprio departamento, os autores concluem que toda a dinâmica econômica desemboca na produção de bens de consumo destinados à aquisição em troca de *renda*, e que haveria assim um gargalo na capacidade de realização das mercadorias, o qual não acompanharia o crescente potencial produtivo industrial, em decorrência das inovações tecnológicas reiteradamente introduzidas. Por outro lado, segundo Baran e Sweezy, de modo *igualmente evidente*, e deixando de lado se tratar de algo *notoriamente impossível* – “trata-se de um absurdo do ponto de vista econômico” -, um crescimento econômico motivado pelo incremento da parcela da renda destinada ao investimento voltado ao setor de bens de produção,

limitativo inequívoco e atuante à prosperidade econômica em boa parte do mundo” (Krugman, P. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p.192).

¹¹⁶¹ Foster, J.B.; McChesney, R.W.; Jonna, R.J. “The Internationalization Of Monopoly Capital”. *Monthly Review*, Vol. 63, n.2, junho de 2011. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2011/06/01/the-internationalization-of-monopoly-capital>, s/p). Cf. idem, “Monopoly and Competition in Twenty-First Century Capitalism”. *Monthly Review*, Vol. 63, n.1, abril de 2011. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2011/04/01/monopoly-and-competition-in-twenty-first-century-capitalism>; Foster, J.B. “The Financialization of Capital and the Crisis”. *Monthly Review*. Vol.59, n.11, abril de 2008. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2008/04/01/the-financialization-of-capital-and-the-crisis>; idem, “The Financialization of Accumulation”. *Monthly Review*. Vol.62, n.5, outubro de 2010. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2010/10/01/the-financialization-of-accumulation>; Foster, J.B.; Magdoff, F. “The Great Financial Crisis”. *Monthly Review*. Vol.62, n.5, outubro de 2010. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2010/10/01/the-great-financial-crisis-three-years-on>; Peet, R. “Contradictions of Finance Capitalism”. *Monthly Review*, vol.63, n.7, dezembro de 2011. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2011/12/01/contradictions-of-finance-capitalism>).

¹¹⁶² Sweezy citado por Kliman, em Kliman, A. *op. cit.*, p.172 e p.224. Ao contrário, segundo Kliman, “os esquemas são dispositivos explicativos que revelam, entre outras coisas, que é logicamente possível que a produção intervenha para o bem da produção, indefinidamente, e num grau crescente” (idem, ibidem, p.164). Em oposição a ambas as interpretações, diríamos que os esquemas da reprodução de Marx visam demonstrar sob quais condições seria possível a reprodução ampliada do capital *no âmbito da circulação do capital*. No entanto, Marx faz questão de enfatizar que tais condições são de efetivação extremamente difícil, de modo que mesmo neste âmbito existe um relevante potencial de desequilíbrios. Não obstante, é evidente que pouco aprenderíamos sobre a produção e a efetivação das crises - e a dinâmica da geral da acumulação de capital - se nos limitássemos a este âmbito específico da análise, sem considerá-lo junto aos demais momentos do processo global de produção capitalista.

segundo eles, conduziria a um processo de “crescimento explosivo”, o qual “mais cedo ou mais tarde excederia as potencialidades físicas de qualquer economia concebível”¹¹⁶³.

Sem demonstrá-lo conceitual e nem matematicamente, Baran e Sweezy convertem sua posição “materialista vulgar” em dogma; nesse sentido, transmutam em aberração algo que se encontra na base das análises marxianas, e na essência do modo de produção capitalista¹¹⁶⁴. Como enfatiza reiteradamente Marx, tão logo abandona a esfera da circulação simples de mercadorias, “a produção de mais-valia, que compreende a conservação do valor adiantado inicialmente, apresenta-se assim como a finalidade determinante, o interesse impulsor e o *resultado final* do processo de produção capitalista, em virtude do qual o valor originário se transforma em capital”¹¹⁶⁵. Noutras palavras,

“a autovalorização do capital – a criação da mais-valia – é, pois, a finalidade determinante, predominante e avassaladora do capitalista, impulso e conteúdo absoluto de suas ações; e nada mais, em realidade, senão o impulso e a finalidade racionalizados do entesourador. Trata-se do conteúdo absolutamente mesquinho e abstrato, que de certo ângulo, revela o capitalista submetido exatamente à mesma servidão em relação ao capital, embora de outra maneira que o operário, no pólo oposto”¹¹⁶⁶.

Por fim, e coerentemente com a posição sustentada por eles, cabe destacar que Baran e Sweezy consideram obsoleta a lei da queda tendencial da taxa de lucros, que seria própria ao “capitalismo concorrencial”; sob o “capitalismo monopolista” ela perderia sua validade, devendo ser substituída pela lei do “excedente crescente”¹¹⁶⁷, com o que se joga por terra, sub-repticiamente, toda a teoria marxiana do valor.

Não é o caso de Sweezy e Baran, porém se deve mencionar de passagem que, como constata Kliman, diversos subconsumistas se refugiam sob o mito de que Okishio jogou por terra a lei da queda tendencial da taxa de lucro; trata-se propriamente de um mito porque em geral não se perde tempo analisando o “teorema de Okishio” ou o trabalho de seus seguidores, sua mera evocação basta para descartar inteiramente, sem peso na consciência, toda a exposição marxiana sobre a lei tendencial da taxa de lucro, e mesmo sobre o conceito de crise¹¹⁶⁸. Ignora-se, assim, as inúmeras críticas que o artigo de Okishio recebeu desde a sua publicação, as investigações de

¹¹⁶³ Baran, P.; Sweezy, P.M. *op. cit.*, p. 87.

¹¹⁶⁴ Para uma demonstração matemática do equívoco de Baran e Sweezy, cf. Kliman, A. *op. cit.*, p.168-71.

¹¹⁶⁵ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.8. “O dinheiro é, portanto, não somente um objeto, mas o objeto, da sede de enriquecimento. Esta é essencialmente *auri sacra fames*. A sede de enriquecimento enquanto tal [...] unicamente é possível quando a riqueza universal, a riqueza como tal, é individualizada no objeto particular, quer dizer, quando o dinheiro é posto em sua terceira determinação. O dinheiro portanto não é somente o objeto, senão ao mesmo tempo a fonte da sede de enriquecimento. A sede de ter é possível também sem dinheiro. A sede de enriquecimento é, em troca, já o produto de um determinado desenvolvimento social, não é algo *natural*, mas algo *histórico*” (Idem, *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 3 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.157. “... [Na troca entre capital e trabalho] o valor de uso do que se troca por dinheiro se apresenta como uma relação econômica especial, e a utilização determinada do que se troca pelo dinheiro constitui o fim último dos processos. É isto, por fim, o que já diferencia formalmente o intercâmbio simples do intercâmbio entre capital e trabalho” (idem, *ibidem*, p.216).

¹¹⁶⁶ Idem, *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.21.

¹¹⁶⁷ Cf. Baran, P.; Sweezy, P.M. *op. cit.*, p.79. “Excedente econômico” entendido, numa palavra, como a “diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção” (idem, *ibidem*, p.19).

¹¹⁶⁸ Cf. Okishio, N. “Technical Changes and the Rate of Profit”. *Kobe University Economic Review*, n.7, 1961.

diversos marxistas que lograram fornecer uma rigorosa tratativa matemática da questão, e no limite todo o aparato teórico desenvolvido por Marx. Isso se torna ainda mais problemático em decorrência do fato de que, desde Böhm-Bavérck, as críticas em geral desprezaram a forma de exposição e a metodologia por Marx desenvolvida, incluindo a concatenação das categorias, na qual aquela ora posta pressupõe as que foram postas anteriormente, ao mesmo tempo em que determina retroativamente estas categorias mais abstratas. Acima de tudo, com as mesmas lentes positivistas e axiomáticas empunhadas pelo *mainstream* econômico marginalista, os críticos tradicionalmente se apressaram a denunciar como aberrantes as contradições entre diferentes momentos da apresentação conceitual marxiana, e sua suposta roupagem metafísica, negando-se a reconhecer o caráter contraditório – e metafísico – do próprio objeto. Tal procedimento foi involuntariamente mimetizado por diversos marxistas, em seu afã em afirmar o caráter científico de suas teses, sem porém questionar os padrões de cientificidade dominantes. Nesse sentido, assumindo preceitos marginalistas de equilíbrio econômico, muitos se engajaram a demonstrar o caráter não-contraditório e matematicamente preciso das proposições de Marx¹¹⁶⁹. Com isso, produziram um espantinho sujeito a todo tipo de ataques por parte da ortodoxia econômica, em reação à qual muitos marxistas optaram por abandonar sem maiores considerações a teoria do valor, a lei da queda tendencial da taxa de lucro e outros desenvolvimentos teóricos-chave, em favor de sistemas teóricos de extração keynesiana, ricardiana ou walrasiana, recheados com anátemas contra a exploração dos trabalhadores e ornadas com loas ou conclamações à sua organização – afinal de contas, não é porque são positivistas que eles deixaram de ser marxistas.

Ao contrário, localizaremos na lei da queda tendencial da taxa de lucro um elemento fundamental da dinâmica da acumulação, e imprescindível para compreender a recente crise econômica mundial, mas não nos adiantemos.

Salta à vista algumas semelhanças que essa abordagem subconsumista guarda com o keynesianismo, e de resto é notória a influência de Keynes sobre Sweezy e diversos de seus seguidores, que são chamados por alguns de seus críticos de “marxistas keynesianos”¹¹⁷⁰. Não obstante, e a despeito de suas interpretações convergentes sobre as raízes e o desenvolvimento da crise, a conclusão a que chegam esses marxistas por vezes é bem distinta da keynesiana. Enquanto os últimos apelam para seus pacotes de medidas anti-cíclicas e de reformas institucionais, *além disso*, os marxistas (keynesianos) apontam para a necessidade de superação do capitalismo. Porém,

¹¹⁶⁹ Para uma crítica dessa abordagem, cf. por exemplo, Freeman, A.; Charchedi, G. (eds). *Marx and Non-Equilibrium Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.

¹¹⁷⁰ Cf. Sweezy, P.M., Magdoff, H. “Listen Keynesian!”. *Monthly Review*, vol.34, n.8, janeiro de 1983. Disponível em: <http://mrzine.monthlyreview.org/2010/ms130610.html>. E recentemente, Foster, J.B. “The Financialization of Capital and the Crisis”. *Monthly Review*. Vol.59, n.11, abril de 2008. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2008/04/01/the-financialization-of-capital-and-the-crisis>). Mandel, por exemplo, compreendia os esforços de Sweezy como uma “tentativa de combinar Keynes e Marx” (cf. Mandel, E. “A Teoria do Valor-Trabalho e o Capitalismo Monopolista”. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mandel/1967/12/teoria.htm>).

fazem-no em termos que são de uma pobreza teórica e de uma ingenuidade política tragicômicas: “nunca antes o conflito entre a apropriação privada e as necessidades sociais (e mesmo de sobrevivência) da humanidade foi tão acirrado. Consequentemente, nunca antes a necessidade de uma revolução foi tão grande. No lugar de um sistema global inteiramente devotado ao ganho monetário, nós necessitamos criar uma nova sociedade dirigida à igualdade substantiva e ao desenvolvimento humano sustentável: um socialismo para o século XXI”¹¹⁷¹. Ou ainda, “há apenas uma solução possível para essa oni-abrangente crise planetária, e é a *eutanásia* do capitalismo, substituindo-o por uma nova economia orientada para o desenvolvimento humano sustentável, a plenitude ecológica, e o cultivo da genuína comunidade humana. Quanto mais cedo nós começarmos a construir esse sistema qualitativamente novo por meio das lutas de massa, melhores serão as perspectivas para a humanidade e Terra”¹¹⁷².

Até certa altura, Sweezy também tirava conclusões revolucionárias de sua teoria de crises; no entanto, diante do seu desapontamento com a experiência soviética e chinesa, e sobretudo após o colapso do “socialismo real”, ele passou a propugnar que a questão a ser encarada girava em torno do que “pode ser feito dentro do enquadramento do sistema de empresa-privada para fazê-lo funcionar melhor?”, ao que responde: “redistribuição de riqueza e renda no sentido de maior igualdade”¹¹⁷³.

Logo, é lastimável constatar que a despeito de eventuais nuances, tais teses subconsumistas hoje fundamentam as interpretações de membros de diversas vertentes do marxismo, e são propagadas por vários dos mais lidos e conhecidos marxistas da atualidade, como Chesnais, Petras, Arrighi e Harvey. Sobre este último autor, acrescente-se ainda que, em seu esforço para popularizar e difundir a teoria marxista¹¹⁷⁴, nalguns momentos Harvey aparentemente acabou por abrir mão do rigor teórico, e olvidou algumas de suas próprias investigações. Notadamente, em *The Limits to Capital* ele indica a parcialidade e a inconsistência das teses do *profit squeeze* e das teorias subconsumistas¹¹⁷⁵, para agora esposá-las, em versões simplórias e de modo bastante apressado, como explicações gerais da crises econômicas da década de 1970 e da última crise, respectivamente.

¹¹⁷¹ Foster, J.B. “The Financialization of Accumulation”. *Monthly Review*. Vol.62, n.5, outubro de 2010. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2010/10/01/the-financialization-of-accumulation>, s/p.

¹¹⁷² Foster, J.B.; Magdoff, F. “The Great Financial Crisis”. *Monthly Review*. Vol.62, n.5, outubro de 2010. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2010/10/01/the-great-financial-crisis-three-years-on>, p.3, grifo meu.

¹¹⁷³ Sweezy citado por Kliman, A. *op. cit.*, p.200. Diga-se igualmente de passagem, certas perspectivas vulgares identificam em ambas as teses - a subconsumista e a do *profit squeeze* - uma autêntica explicação marxista das crises, já que supostamente colocam no centro das atenções a luta de classes. Não obstante, como se vê, tais teorias embasaram uma série de posições políticas reformistas e colaboracionistas.

¹¹⁷⁴ Que lhe foi frutífero, já que ele é hoje um dos mais famigerados marxistas em atividade, seus livros recebem diversas traduções e vendem muito bem em diversos países, suas palestras reúnem multidões, e suas teses são bastante debatidas.

¹¹⁷⁵ Cf. Harvey, D. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.52-4 e p.77-94.

Infelizmente, não é apenas isso que Harvey ignorou ou esqueceu, como constata Eleutério Prado¹¹⁷⁶. Harvey abre o “Preâmbulo” de seu livro sobre a mais recente crise econômica esclarecendo que “este livro é sobre fluxo de capital”, e prossegue:

“o capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. É graças a esse fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos nosso pão de cada dia, assim como nossas casas, carros, telefones celulares, camisas, sapatos e todos os outros bens necessários para garantir nossa vida no dia a dia”¹¹⁷⁷.

Salta à vista se tratar de uma analogia tão singela quanto capciosa, por meio da qual “Harvey reifica o conteúdo dessa forma (a substância do capital) ao concebê-lo como algo fluente que pode ser apreendido empiricamente”¹¹⁷⁸. De resto, Marx já havia demonstrado que “comparar o dinheiro com o sangue – a palavra circulação deu azo para isso – é tão verdadeiro quanto a comparação de Menenius Agripa entre os patrícios e o estômago”¹¹⁷⁹, cuja “fábula insossa” (e infame) Marx voltaria a fustigar numa conhecida passagem de *O Capital*¹¹⁸⁰. O que dizer então da comparação entre o capital e o fluxo sanguíneo? Ora, com base na exposição de Harvey, nada de novo, já que em diversas passagens de seu livro ele simplesmente identifica capital e dinheiro¹¹⁸¹.

Com base nessa concepção do capital como mero fluxo, escapa por completo a Harvey ser o capital um sujeito fetichista, que em seu movimento cego e automático busca se afirmar como poder absoluto diante de seus portadores, trabalhadores e capitalistas, e, contraditoriamente, põe suas condições de existência (isto é, de sua auto-valorização) ao mesmo tempo em que se põe como limite de si próprio. Assim, numa inversão fetichista, Harvey é levado a identificar os capitalistas como sujeitos, e coerentemente, volta-se a uma explicação psicologizante do funcionamento da acumulação, mero resultado da ânsia dos capitalistas por lucros¹¹⁸².

Ademais, ao identificar capital e dinheiro, Harvey localiza a potencial (má) infinitude do capital no dinheiro, e não na mercadoria. Repisando seu erro, ele ignora que em sua teleologia

¹¹⁷⁶ Cf. Prado, E.F.S. “O marxismo pé-no-chão de David Harvey”, 2012. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/02/baixar-texto-243.pdf>.

¹¹⁷⁷ Harvey, D. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p. vi, cf. Prado, E.F.S. op.Cit, p.1.

¹¹⁷⁸ Idem, ibidem, p.1.

¹¹⁷⁹ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.90.

¹¹⁸⁰ “Enquanto a cooperação simples em geral não modifica o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela estropeia o trabalhador convertendo-o numa anomalia [“numa monstruosidade”], ao fomentar artificialmente sua habilidade particularizada mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas, assim como nos Estados de La Plata abate-se um animal inteiro apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo. Os trabalhos parciais específicos são não só distribuídos entre os diversos indivíduos, mas o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial, tornando assim realidade a fábula insossa de Menenius Agripa, segundo a qual um ser humano é representado como mero fragmento de seu próprio corpo” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.270, tradução modificada com base em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.116).

¹¹⁸¹ “O capital não é uma coisa, mas o processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro. Os capitalistas – aqueles que põe esse processo em movimento – assumem várias personagens distintas” (Harvey, D. op. Cit, p. 40, cf. Prado, E.F.S. op. cit., p.2)

¹¹⁸² Cf. idem, ibidem, p.4-5.

auto-referenciada, o capital assume reiterada e fugazmente a forma mercadoria e a forma dinheiro, e nesse movimento ele se afirma como “sujeito” do processo ilimitado e desmesurado de sua auto-expansão¹¹⁸³. O capital é assim a unidade contraditória de mercadoria e dinheiro¹¹⁸⁴; e mais,

“no capital se põe a perenidade do valor (até certo ponto) na medida em que aquele se encarna nas mercadorias perecíveis, adota sua forma, mas, também as modifica; alterna entre sua forma perene no dinheiro e sua forma perecível nas mercadorias; a perenidade é posta na única forma em que pode ser: [enquanto] transitoriedade que transcorre, processo, vida. Mas esta faculdade, o capital somente adquire sugando continuamente, como um vampiro, o trabalho vivo a título de substância que o anima”¹¹⁸⁵.

Em todo caso, dinheiro e mercadoria são formas necessárias de manifestação do capital, relação social semovente que precisa assumir ora a forma-dinheiro, ora a forma-mercadoria, sem jamais se fixar em nenhuma das duas. Logo, Harvey não percebe que à má infinitude do dinheiro corresponde a má infinitude da mercadoria (a necessidade de multiplicação das necessidades e dos valores de uso para satisfazê-las)¹¹⁸⁶. Esse equívoco está na base de sua teoria sobre as crises,

¹¹⁸³ “O capital se transforma alternadamente em mercadoria e dinheiro, mas 1) é ele mesmo a mutação destas duas determinações; 2) vem-a-ser mercadoria, mas não esta ou aquela mercadoria, porém uma *totalidade de mercadorias*” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1996, p.201). Ou ainda, “na circulação $D - M - D$ [...], ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático” (idem, *ibidem*, p.274). “Como sujeito usurpador de tal processo, em que ele ora assume, ora se desfaz da forma dinheiro e da forma mercadoria, mas se conserva e se dilata nessa mudança, o valor precisa, antes de tudo, de uma forma autônoma, por meio da qual a sua identidade consigo mesmo é constatada. E essa forma ele só possui no dinheiro. Este constitui, por isso, o ponto de partida e o ponto final de todo processo de valorização” (idem, *ibidem*, p.274). Mas à medida que o capital preside esse movimento, o “dinheiro como capital se diferencia do dinheiro enquanto dinheiro” (idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 3 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.189).

¹¹⁸⁴ “O valor de troca posto como unidade da mercadoria e do dinheiro é o capital, e essa própria posição se apresenta como circulação do capital” (idem, *ibidem*, p.206).

¹¹⁸⁵ Idem, *ibidem*, p.162. O valor objetivado nas mercadorias só se torna capital “conservando-se e multiplicando-se, como força social independente, isto é, força de uma parte da sociedade, através de sua troca pela força de trabalho imediata, viva” (idem, *Trabalho Assalariado e Capital*. In: *Textos*, Vol. III. São Paulo: Ed Alfa-Ômega, 1977, p.70). Em termos mais estritamente lógicos, apesar de ter encontrado no dinheiro uma “forma autônoma” que o permite saltar de mercadoria em mercadoria sem se perder no processo, o movimento do capital não pára por aí, não se resume à mera mudança de forma por meio de seus “seres-aí”, dinheiro e mercadoria. Ao contrário, para se afirmar, o capital fica impossibilitado de se opor a um valor, de qualquer magnitude, já que o dinheiro, enquanto universal concreto, é a encarnação da riqueza abstrata. E tampouco pode fazê-lo ao se opor a um valor de uso, independentemente de suas propriedades físicas, já que é nessa condição que ele se faz mercadoria. Como capital, em suas formas de manifestação “ordinárias”, ele é trabalho objetivado, morto, passado; faz-se necessária sua contraposição ao trabalho ainda por se objetivar, ao trabalho em potência, ao trabalho vivo, o “Outro” do capital, o “não-capital”. Nas palavras de Marx, “o não-capital real é o próprio trabalho” (idem, *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.322; cf. também idem, *ibidem*, p.320). “Como capital, [este] só se pode pôr ao por o trabalho como não-capital, como valor de uso puro” (idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 3 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.232). “O valor de uso oposto ao capital enquanto valor de troca, posto, é o trabalho [...]. O verdadeiro não-capital é o trabalho” (idem, *ibidem*, p.215). Numa importante passagem dos *Grundrisse*, “o capital, conforme seu conceito, é dinheiro, mas dinheiro que não existe mais na forma simples de ouro e prata, também não mais como dinheiro em oposição à circulação, mas na forma de todas substâncias-mercadorias. Nesta medida, ele não está, enquanto dinheiro, em oposição ao valor de uso, mas existe mesmo além do dinheiro só nos valores de uso [...]. A partir deste aspecto, o contrário mesmo do capital não pode ser de novo uma mercadoria específica, pois, enquanto tal, ela não forma oposição ao capital já que a substância do próprio capital é valor de uso; ele não é esta ou aquela mercadoria, mas toda mercadoria [...]. A única oposição ao trabalho objetivado é o não-objetivado, mas ainda a objetivar, o trabalho enquanto subjetividade. Ou, o trabalho objetivado, isto é, dado espacialmente pode ser também, enquanto trabalho pretérito, oposto ao dado temporalmente. Na medida em que ele existir no tempo, como algo vivo, ele pode ser apenas dado enquanto sujeito vivo, no qual ele existe como capacidade, como possibilidade; daí, enquanto trabalhador. Portanto, o único valor de uso que pode formar uma oposição ao capital é o trabalho” (idem, *ibidem*, p.212-3, tradução modificada com base em Grespan, J.L., *op. cit.*, *ibidem*, p.119). Cf. idem, *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.24).

¹¹⁸⁶ Cf. Prado, E.F.S. *op. cit.* p.2-3.

segundo a qual as dificuldades que a engendram são atinentes apenas à produção imediata, desconectada da produção global de capital¹¹⁸⁷. Como analisa corretamente Prado,

“não é o processo de produzir valores de uso que põe entraves para a geração de valor e para a acumulação de capital tal como propõe Harvey, mas o contrário. A superacumulação não é uma aparência que decorre de bloqueios inerentes ao processo produtivo, mas uma expressão explosiva da desmedida do próprio capital. Ela sobrevém no curso do processo porque a mais-valia emergente se mostra insuficiente para permitir a reprodução lucrativa de todo o capital ora existente”¹¹⁸⁸.

É nessa trilha, julgamos, que se deve compreender a crise econômica ora em vista. Mas antes de explorá-la, consideremos outras interpretações marxistas e outras dimensões da crise.

João Bernardo se opõe à tese de que a crise atestaria o caráter desvanecente do capitalismo; nesse sentido, sustenta se tratar de uma “crise *no* capitalismo”, e não “*do* capitalismo”. Segundo sua concepção, a crise consiste, em primeiro lugar, “numa reordenação interna dos centros de crescimento econômico”¹¹⁸⁹, engendrada não “por conflitos entre as classes, mas por problemas internos das classes capitalistas”¹¹⁹⁰, que emergiram num contexto de “declínio das nações enquanto quadro econômico”, no qual “o declínio dos governos nacionais, as instituições e os mecanismos interestatais ficaram também postos em causa. O grande capital transnacional ultrapassou tudo isto no seu desenvolvimento”¹¹⁹¹.

Com isso, as instituições e os marcos regulatórios do sistema financeiro internacional ter-se-iam tornado obsoletos: os de base nacional, em função de sua incapacidade de reger um capital eminentemente “apátrida”; e os de base supranacional, particularmente as agências avaliadores de risco, devido à sua imbricação com o capital que haveriam de analisar com isenção¹¹⁹². De resto, “a crise financeira desencadeada em 2007 e a recessão econômica de 2008-2009 mostraram a insuficiência do mercado enquanto quadro regulador”¹¹⁹³, exigindo uma reestruturação

¹¹⁸⁷ “O exame do fluxo de capital por meio da produção revela seis barreiras potenciais à acumulação, que devem ser negociadas para o capital ser reproduzido: i) capital inicial sobre a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas associadas a ela; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados ‘limites naturais’; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado. Um bloqueio em qualquer um desses pontos interrompe a continuidade do fluxo de capital e, se prolongado, acaba produzindo uma crise de desvalorização” (Harvey, D. *op. cit.* p.47, cf. Prado, E.F.S. *op. cit.* p.6).

¹¹⁸⁸ Idem, *ibidem*, p.7.

¹¹⁸⁹ Bernardo, J. “Ainda acerca da crise econômica. 1) o declínio dos Estados Unidos”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p.

¹¹⁹⁰ Idem, “Ainda acerca da crise econômica. 6) a crise do neoliberalismo”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p. No que tange à situação geral dos conflitos de classes, Petras constata que “nunca na história do capitalismo uma crise econômica profunda ocorreu sem nenhum movimento, partido ou Estado socialista presente como uma alternativa. Nunca os Estados e os regimes estiveram sob tão absoluto controle da classe capitalista – especialmente na alocação de recursos públicos (Petras, J. “World Depression: Regional Wars and the Decline of the US Empire”, 2011. Disponível em: www.petras.laheine.org/?p=1775, p.9).

¹¹⁹¹ Bernardo, J. “Sete reflexões sobre a actual crise”, 2008. Disponível em: spectrum.weblog.com.pt/arquivo/2008/12/sete_reflexoes.html, s/p.

¹¹⁹² Em suas palavras, “ao contrário do que é comum afirmar, não creio que a atual crise tivesse sido precipitada pelo carácter demasiado ousado dos instrumentos financeiros mas, em vez disso, pelo carácter demasiado arcaico a que se têm circunscrito as instituições oficiais. Ficou patente a inadequação dos organismos de base nacional perante uma atividade econômica transnacional. Igualmente grave é o fato de as Agências de Avaliação do Crédito de escopo supranacional, como a Moody’s e a Standard & Poor’s, serem empresas privadas estreitamente ligadas às administrações dos bancos e terem tanto mais lucros quanto maior é a prosperidade do sistema bancário” (idem, “Perspectivas do capitalismo na actual crise econômica”, 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=119>, s/p).

¹¹⁹³ Idem, “Ainda acerca da crise econômica. 6) a crise do neoliberalismo”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p.

institucional abrangente. Não obstante, João Bernardo parece não acreditar que se realizem “grandes reformas sistemáticas do capitalismo”, e sim apostar num conjunto de medidas tomadas de modo discreto, sem muito pirotecnia¹¹⁹⁴.

Entretanto, se efetivamente não existe uma correspondência direta e perfeitamente coerente entre a dinâmica econômica estrita e os aparatos institucionais subjacentes, é certo que os tipos de controle e de regulação que foram estabelecidos nas últimas décadas não são meras excrescências, atavismos, ou frutos de inércia e da falta de percepção acerca das mudanças em curso, mas exerceram um importante papel no interior da dinâmica da acumulação vigente. São coerentes com ela a falta de controle e a regulação frouxa, que garante ao capital grande liberdade de ação no interior de mercados financeiros altamente dinâmicos e em franca expansão e diversificação¹¹⁹⁵. Além do que, foi detidamente considerada ao longo deste texto a participação ativa, contundente e decisiva do Estado na constituição desse quadro.

Nesse sentido, convém questionar uma vez mais as teses acerca da obsolescência dos Estados nacionais. Ora, a tendência à “transnacionalização” do capital está inscrita em seu próprio conceito, e desse modo faz sentido que o evoluir do modo de produção capitalista implique tendencialmente no desenvolvimento do mercado mundial e na “internacionalização” da produção e da realização do capital. Logo, a autonomia do capital em relação a particularidades nacionais e mesmo locais se torna uma necessidade cada vez mais premente, como também a consolidação de instituições supra-nacionais (ou “multilaterais”). Não obstante, o fortalecimento do mercado mundial implica no acirramento da concorrência, e faz com que as especificidades locais e regionais se afirmem com importância redobrada, o que em geral repõe por essa via a presença do Estado¹¹⁹⁶. Dentre outros fatores, afora o leque de políticas fiscal, monetária, tributária, trabalhista etc. adotadas, sua atuação como prestador de última instância e como garantidor da solvência

¹¹⁹⁴ “... Talvez esta não seja já a época das grandes reformas sistemáticas do capitalismo, ao estilo do *New Deal* implementado nos Estados Unidos durante a administração do presidente Franklin Delano Roosevelt ou do *Welfare State* instaurado em alguns países europeus após a segunda guerra mundial, quando prevalecia a autoridade dos governos nacionais. É possível que agora o capitalismo resolva os seus problemas através de medidas que, embora pontuais e dispersas, visem aspectos decisivos e sejam tomadas de maneira discreta, em resultado de acordos entre os administradores das maiores empresas e os tecnocratas dos Ministérios das Finanças e da Economia, dos bancos centrais e do Banco de Pagamentos Internacionais, longe dos olhos do público” (idem, “Perspectivas do capitalismo na actual crise económica”, 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=119>, s/p). Nesse sentido, João Bernardo menciona, entre outros, a criação, a partir do Financial Stability Forum, do Financial Stability Board, uma instituição internacional composta por dirigentes de bancos centrais e por membros de órgãos reguladores, que se converteu em órgão executivo do G-20, encarregado de coordenar a regulação financeira. Na Europa, o autor indica também a criação do European Systemic Risk Council, e do European System of Financial Supervisors, bem como o European Systemic Risk Board.

¹¹⁹⁵ “As falhas regulatórias, em todo caso, eram preponderantemente falhas de supervisão, e não de desenho regulatório. Claro, há buracos no sistema, mas o Federal Reserve, o Comptroller of the Currency e a SEC tinham uma abundância de poderes explícitos ou implícitos para impedir os piores fiascos de crédito antes que eles alcançassem um ponto perigoso” (Morris, C.R. *op. cit.*, p.211-2). Por outro lado, como nota Kliman, a crise dos S&Ls talvez se explique por excesso de regulação, que fez com que seus rendimentos com empréstimos hipotecários fossem em geral menores que a taxa de inflação (!), o que fez com que os depositantes direcionassem seu capital para os fundos mútuos. Desde o início da década de 1980 várias alterações legislativas progressivamente eliminaram as amarras das S&Ls, até finalmente precipitarem um engajamento exacerbado em operações de risco, em reação aos prejuízos acumulados. Como resultado da crise assim engendrada, metade dessas instituições faliram ou foram assimiladas por outras entre 1986 e 1995, e os custos dos “salvamentos” totalizaram US\$ 153 bilhões (ao passo que o Tesouro norte-americano calcula que os custos totais do TARP chegará a 1/5 disso, descontada a inflação) (cf. Kliman, A. *op. cit.*, p.191).

¹¹⁹⁶ Cf. p.167 e p.235-7 acima.

das grandes corporações lhe garante uma importância estratégica, que é arqui-conhecida pelo grande capital. Assim, o caráter apátrida do capital e a tendência à sua autonomização em relação às realidades nacionais é acompanhada pela tendência à subsunção do Estado ao capital, sob o rígido controle das grandes corporações. Dessa ótica, a recente crise econômica mundial se afigura, por conseguinte, como mais uma prova do papel decisivo que os Estados-nação desempenham no interior da dinâmica da acumulação de capital.

Trocando em miúdos, ao falar da estrutura regulatória do sistema financeiro estamos tratando de uma faceta institucional de manifestação da tendência à crescente mobilidade do capital e de sua liberdade para assumir distintas formas, inclusive as modalidades próprias ao capital portador de juros, em seu palco elementar de atuação, o mercado mundial. Como é regra, o movimento do capital repõe em escala ampliada suas contradições fundamentais, que eventualmente se manifestam por meio de crises violentas. E além de ativar as causas contratuantes, de destruir e desvalorizar montantes de capital menos produtivos, de baratear a força de trabalho, e assim sucessivamente, tais crises podem precipitar uma avalanche de abrangentes mudanças institucionais. Aliás, é certo que, via de regra, mudanças institucionais e legislativas de grande monta pressupõe sérios abalos nas estruturas então vigentes, e são condicionadas por uma nova correlação de forças entre as facções da classe burguesa (e nalgumas circunstâncias, entre a burguesia e os trabalhadores).

No entanto, será que a última crise de fato patenteou a necessidade de uma nova regulação e, mais que isso, criou as condições para sua construção?

Segundo João Bernardo, “o sintoma mais patente da derrocada do neoliberalismo foi a ação do Estado para debelar a recessão”, ou de modo mais contundente “a intervenção econômica maciça dos governantes norte-americanos e dos seus colegas das principais economias, numa ação contracíclica financiada pela emissão pecuniária — temos aqui o epitáfio do neoliberalismo e do monetarismo”¹¹⁹⁷.

É inegável que a eclosão da crise econômica mundial conduziu a um acirramento do intervencionismo estatal¹¹⁹⁸, sobretudo numa direção — que poderia ser designada “estatizante” — a qual só raramente despontou nas últimas décadas, e mesmo assim numa escala muito menor; porém, como constata Kliman, trata-se mais de “uma questão pragmática do que uma questão ideológica”¹¹⁹⁹. Afinal, vimos exaustivamente que a ampla ação estatal (enquanto “Grande Governo” e prestador em última instância, para usar uma linguagem keynesiana), foi um traço

¹¹⁹⁷ Bernardo, J. “Ainda acerca da crise econômica. 6) a crise do neoliberalismo”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/s/p.

¹¹⁹⁸ Nas palavras de Prado, “a regra do ‘too-big-to-fail’ que tem orientado a política econômica intervencionista é seguramente uma prova adicional bem forte da tese de que o capitalismo se transformou definitivamente em ‘capitalismo de Estado’” (Prado, E.F.S. “Kliman: a grande falha do capitalismo”, 2012. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/03/baixar-texto-25.pdf>, p.14).

¹¹⁹⁹ Kliman, A. *op. cit.*, p.183.

marcante da hodierna dinâmica da acumulação, acompanhando as crises financeiras que se multiplicaram¹²⁰⁰. Como salienta Kliman, o “keynesianismo” dos governos neoliberais se explica pelo seu comprometimento último com a dinâmica da acumulação, que não se submete a tal ou qual orientação ideológica. A despeito de seu fanatismo e de seu caráter apologético, os gestores são essencialmente pragmáticos¹²⁰¹ (o que não significa que sejam infalíveis, ou que suas ações não produzam efeitos contraditórios).

Se o intervencionismo acompanha de perto os ciclos econômicos, o que muda é a escala da intervenção estatal, correspondente à escala da crise. A questão que se coloca, novamente, é se essa distinção quantitativa que caracteriza a última crise produziu de certa forma uma *desmedida*, que conduzirá a um profundo rearranjo institucional e mesmo ao advento de uma nova fase de desenvolvimento capitalista¹²⁰².

Ora, com suas vultosas medidas anti-cíclicas e seus programas de salvamento e de injeção de liquidez no mercado mundial, que podem ter inaugurado uma séria crise nas finanças públicas de diversos países¹²⁰³, além de terem demonstrado uma capacidade de ação extraordinária, mobilizando cifras impressionantes, as autoridades monetárias e as instituições supranacionais parecem ter referendado uma vez mais toda sorte de práticas especulativas, e fornecido nova e contundente prova do domínio das grandes corporações sobre os aparatos estatais e multilaterais¹²⁰⁴. E ainda mais importante, parecem ter postergado uma abrangente depressão

¹²⁰⁰ Cf., por exemplo, o item 5 do capítulo 2, acima. Recordemos também, ainda à guisa de exemplo, que Brenner considerava as políticas econômicas das últimas décadas resultado de articulações e confrontos entre políticas liberalizantes e diferentes tipos de “keynesianismo” (o “tradicional”, o “militar”, e o da “bolsa de valores” ou o dos “preços dos ativos” - cf. Brenner, R. “What is Good for Goldman Sachs is Good for America: The Origins of the Current Crisis”. Acessível em <http://www.sscnet.ucla.edu/issr/cstch/papers/BrennerCrisisTodayOctober2009.pdf>, 2009). Ademais, Brenner considera Reagan “o maior keynesiano que já existiu” (cf. p.177 acima), enquanto Charles Morris atesta que “na economia, Nixon foi keynesiano em todos os sentidos” (Morris, C.R. *op. cit.*, p.58).

¹²⁰¹ Kliman, A. *op. cit.*, p. 181-3.

¹²⁰² Como parece acreditar Guttman, o qual, ao tratar das crises nos países periféricos, assevera que “tais crises foram nuvens passageiras, mecanismos de reequilíbrio voltados para a integração desses países na economia mundial. A crise atual, todavia, é diferente. Não apenas emanou do centro, em vez surgir de algum ponto da periferia, como também revelou falhas estruturais profundas na arquitetura institucional de contratos, fundos e mercados que compunham o sistema financeiro novo e desregulamentado. Em outros termos, estamos diante de uma *crise sistêmica*, que é sempre um evento de proporções épicas e efeitos duradouros” (Guttman, R. *op. cit.*, p.11).

¹²⁰³ “Diante de antecipações pessimistas do setor privado, o déficit do governo consegue apenas impedir a queda acelerada da produção e evitar o agravamento da deflação de ativos. Com isso, a crise não é superada, mas ameaça se transformar de crise da finança privada em crise financeira do Estado” (Belluzzo, L.G. “A crise Financeira e o Papel do Estado”. In: Bispo, C.R.; Musse, J.S.; Vaz, F.T.; Martins, F.J. (orgs). *Crise Financeira Mundial*. Brasília: ANFIP, 2009). “Em 2007, por exemplo, o Federal Reserve detinha aproximadamente 900 bilhões de dólares de ativos, que em sua maioria era composta de títulos da dívida pública dos Estados Unidos. No verão de 2009, o balanço do Fed havia inflado para aproximadamente 2,3 trilhões ou 2,4 trilhões de dólares, dos quais a maioria esmagadora consistia em ativos acumulados durante a crise” (Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.171).

¹²⁰⁴ Segundo Roubini e Mihm, “o Fed salvou tanto instituições ilíquidas quanto insolventes, na pressa de reanimar o sistema financeiro. Isso pode ter criado um precedente irreversível, e, a longo prazo, pode comprometer a disciplina do mercado, o que por sua vez pode semear bolhas maiores e crises até mais destrutivas” (Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.153). Em abril de 2008, o mítico Paul Volcker vociferava: “O novo e brilhante sistema financeiro, com todos os seus participantes talentosos, com todas as suas ricas recompensas, foi reprovado no teste do mercado. [...] A extensão dos empréstimos feitos diretamente a instituições financeiras não bancárias – enquanto estavam sob a autoridade de poderes emergenciais ‘temporários’ – certamente será interpretada como promessa implícita de ações semelhantes em tempos de turbulência futuros” (Gall, N. *op. cit.*, p.103). E uma vez mais a atuação dos gestores das grandes instituições financeiras foi premiada; em 2007 e 2008 os gestores dos principais fundos de *hedge* ganharam entre US\$ 1 bilhão e US\$ 3 bilhões (Harvey, D. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p.21). Ainda sobre o incremento do “risco moral” na atual crise, cf. Kliman, A. *op. cit.*, p.184. Note-se que o solo em que germina o “risco moral” é adubado pela esquizofrenia que nos desconecta até mesmo do passado mais imediato. Se isso é motivado por interesses econômicos diretos no caso de um economista que cria um modelo de estimação de

econômica, que poderia ter um caráter disciplinador e catalisador de radicais reformas. Por esses motivos, apesar de sua configuração e evolução única, talvez a próxima crise econômica mundial siga um roteiro próximo ao atual¹²⁰⁵.

Ademais, o ímpeto “regulador” que é despertado por episódios como o da última crise pode ser mal direcionado, afinal, o foco dos “reformadores” tende a se voltar para problemas que provavelmente não estarão no cerne do próximo “abalo” econômico (daí a máxima segundo a qual os “reguladores” “estão sempre lutando a última guerra”¹²⁰⁶). E se estivermos corretos, e as causas da crise estiverem longe de se resumir à falta de instrumentos e instituições regulatórias e de supervisão, as eventuais reformas poderão apenas retardar e alimentar o novo cataclismo econômico¹²⁰⁷. Por fim, não parece delirante o alerta de Kliman para os perigos de um reformismo fadado ao fracasso, o qual levaria a maiores frustrações e poderia inclusive criar condições para a emergência de “alternativas” fascistas, ou outras variantes totalitárias de capitalismo de Estado¹²⁰⁸.

No interior do debate sobre a crise, também se destacam as avaliações sobre o destino do sistema interestatal, em particular os prognósticos sobre a hegemonia, ou melhor, o imperialismo norte-americano,¹²⁰⁹ e a manutenção do dólar enquanto moeda mundial. Apesar de muitos autores terem se apressado a entoar o réquiem para a economia norte-americana, diante de seus supostos estertores em meio à crise¹²¹⁰, a questão não parece próxima de uma resolução tão fácil. A força relativa dos Estados Unidos e a generalização do uso do dólar como moeda mundial, impõe dificuldades à reestruturação do sistema monetário mundial. No mesmo sentido, o multifacético

riscos tomando uma excessão como padrão histórico, é bem outro o caso quando uma “mãe-de-família” engaja suas economias e sua casa em aventuras especulativas, esquecendo da crise que eclodiu há poucos anos. E é igualmente evidente que essa esquizofrenia e a aceitação cínica dos grilhões capitalistas, que se vincula à falta de um horizonte revolucionário visível, diante de sucessivas derrotas da esquerda, favorecem um comportamento consumista, competitivo e individualista, típico da atual fase de desenvolvimento capitalista.

¹²⁰⁵ “... Os traumas financeiros das últimas duas décadas não conduziram a nenhuma mudança institucional legislativa séria visando a correção das supostas causas da instabilidade financeira, principalmente, eu suspeito, porque a instabilidade financeira durante esses episódios não levou a depressões profundas como as que seguiram episódios anteriores” (Minsk, H.P. *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press, 1986, p.40). De fato, o *New Deal*, que em 1986 Minsk tanto queria ver repetido (cf. idem, ibidem, p.5), foi consequência direta da crise de 1929, assim como a completa reforma do sistema bancário britânico em 1826 foi uma resposta à crise de 1825, e a criação do Federal Reserve foi impulsionada pela crise de 1907, por exemplo. Entretanto, “taxas de juros superbaixas e facilitação quantitativa (*quantitative easing*) criaram uma ‘muralla de liquidez’ que conseguiu superar uma ‘muralla de preocupação’ deixada para trás depois da crise. E isso está ajudando a alimentar uma corrida maciça a ativos de risco” (Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.313), que também estaria sendo alimentada pela crescente especulação cambial sobre o dólar, alvo da chamada *carry trade*, a tomada de empréstimos nos Estados Unidos a juros praticamente nulos, que são canalizados para a compra de ativos de risco noutros países. Segundo Eichengreen, “a crise do subprime representa a primeira crise de uma era de securitização em massa” (Eichengreen, B. “Thirteen Questions about the Subprime Crisis”. *University of California*, Berkeley, janeiro de 2008. Disponível em: <http://emlab.berkeley.edu/~eichengr/13%20questions.pdf>, p.28). Por sua vez, considera Kliman que “o grande aumento do endividamento sugerem que a próxima crise da dívida pode ser muito pior que a anterior” (Kliman, A. *op. cit.*, p.25).

¹²⁰⁶ Cf. idem, ibidem, p.193.

¹²⁰⁷ “O melhor que pode ser dito das novas regulações é que elas podem adiar a próxima crise, enquanto os mercados ainda estão encontram modos de contorná-las. Mas um adiamento da nova crise significa mais expansão econômica artificial e insustentável por meio de empréstimos excessivos nesse meio tempo, de forma que a contração será mais, e não menos severa, quando a bolha creditícia finalmente estourar” (idem, ibidem, p.194).

¹²⁰⁸ Idem, ibidem, p.202.

¹²⁰⁹ Cf. o item 5.2 do terceiro capítulo deste texto.

¹²¹⁰ “A atual depressão norte-americana ocorre num contexto de uma economia desindustrializada, um sistema financeiro insolvente, déficits fiscais recordes, déficits comerciais recordes, dívida pública sem precedentes, dívida privada multi-trilionária e mais de US\$ 800 bilhões comprometidos em gastos militares em função de várias guerras e ocupações em andamento” (Petras, J. *op. cit.*, p.9), o que seria inaudito.

poderio dos EUA fazem deles peça-chave em qualquer processo de reestruturação do sistema interestatal.

No primeiro capítulo deste texto frisou-se que a longevidade do “padrão bimetálico” muito se deveu às “externalidades de rede” decorrentes de sua universalidade, à configuração do sistema interestatal, que impelia à cooperação as autoridades monetárias, à certa correlação de forças entre facções da burguesia, e também a questões de ordem técnica relativas à cunhagem de moedas de ouro. Sua superação pelo “padrão-ouro” foi condicionada pelas crescentes vicissitudes no mercado mundial, relacionadas a conflitos bélicos e aos impactos da Revolução Industrial, que fizeram da Inglaterra um oásis de estabilidade, e lhe garantiu a capacidade de capitanear a reforma do sistema monetário internacional.

De modo similar, numa palavra, a afirmação do “padrão dólar-ouro” pressupôs os desmedidos abalos do mercado mundial causados pela Grande Depressão e pelas Guerras Mundiais, bem como o fortalecimento dos Estados Unidos e a assunção de seu papel de baluarte do capitalismo ante a ameaça soviética. A emergência do padrão “dólar-dólar”, por sua vez, também se deu num contexto de crise econômica e de reafirmação da supremacia norte-americana. Mais do que isso, em todos os casos, a reestruturação que se estabeleceu numa conjuntura marcada por grandes turbulências de ordem não apenas econômica, mas política, militar, cultural etc. Insistindo em nosso leque de questões, estamos diante de uma conjuntura similar? Noutras palavras, será que estarão em curso mudanças que colocam as condições e a necessidade de uma superação do imperialismo norte-americano e do padrão-dólar?

É fato que a faceta violenta da supremacia norte-americana tem se acirrado, que os Estados Unidos têm acumulado desgastes e inimigos no plano interestatal, e que o sistema monetário mundial estreado no dólar tem causado prejuízo ou minimizado os ganhos de diversas economias que têm peso no mercado mundial. Por exemplo, a Rússia, que praticamente só transaciona com a Europa, tem tido nos últimos anos grandes perdas de capital em seus saldos em dólar, o que constitui um incentivo para o abandono desta moeda como instrumento mediador. Por sua vez, há tempos a China está buscando diversificar seus parceiros comerciais¹²¹¹ e diminuir sua dependência em relação ao dólar, empregando outras moedas em suas transações no mercado mundial (o que, em geral ainda é feito fora das contas de reserva oficiais¹²¹²).

¹²¹¹ Cerca de metade das exportações chinesas já são direcionadas para países outros que não Estados Unidos, Japão e os europeus. E “se forem medidas em termos de valor acrescentado, excluindo o custo dos componentes importados, as exportações da China para os Estados Unidos representaram em 2009 menos de 5% do PIB chinês” (Bernardo, J. “Ainda acerca da crise econômica. 3) a China em primeiro plano”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p).

¹²¹² Morris, C.R. *op. cit.*, p.146.

Segundo Morris, “o abandono do dólar já acontecia em 2006, em quase todos os países superavitários, e parece estar ganhando velocidade”¹²¹³. No entanto, a substituição do dólar como lastro do sistema monetário mundial, seja em favor do *euro*, do *yuan*, do *yen*, ou de uma moeda formada a partir de uma cesta de moedas, só pode ser resultado de uma contenda no interior do sistema interestatal, e não parece existir nenhum instrumento monetário apto a realizar esse feito num horizonte imediato¹²¹⁴.

Vimos diversos indicativos sobre a perda do poderio econômico dos Estados Unidos¹²¹⁵, salientando a baixa taxa de crescimento e a grande capacidade ociosa no setor industrial¹²¹⁶; os explosivos déficits no balanço de pagamento¹²¹⁷; a crescente fragilidade fiscal, agravada pelo monumentais gastos para a contenção do pânico financeiro, pelo militarismo norte-americano e pelo aumento das transferências pessoais¹²¹⁸. No entanto, todos esses indicadores devem ser analisados de maneira criteriosa¹²¹⁹, e avaliados à luz da situação de outras economias. Ainda

¹²¹³ Idem, ibidem, p.142. Cf. Bernardo, J. “Ainda acerca da crise econômica. 7) uma crise de regulação”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p. Nesse texto, João Bernardo nos conta também que a primeira empresa não-financeira a lançar uma emissão de obrigações denominadas em yuans foi o MacDonald’s.

¹²¹⁴ “Os argumentos em favor de um sistema diferente são muito fortes. Isso não acontece porque o papel do dólar esteja em risco, hoje, mas sim porque ele prejudica a estabilidade interna e mundial [...]. A menos que, e até que, a China revogue seus controles cambiais e desenvolva mercados financeiros profundos e de grande liquidez, o que provavelmente demorará uma geração, o euro é o único concorrente sério para o dólar. [Entretanto] A zona do euro também sofre de altos déficits fiscais e dívidas públicas. O dólar, com certeza, continuará a existir dentro de 30 anos; o destino do euro é menos seguro” (Wolff, M. *Folha de São Paulo*, 15/10/2009).

¹²¹⁵ Cf., entre outras passagens do item 5 do terceiro capítulo, p. 246-9 acima. Além disso, “a balança comercial [norte-americana] se deteriorou regularmente ao longo das décadas de 1980 e 1990, e de repente entrou em queda livre por volta de 1999. Em 2006, o déficit comercial foi de mais de US\$ 750 bilhões, e o déficit em conta corrente passou de US\$ 800 bilhões [...]. Desde 2001 o governo federal tem se mantido no vermelho em cerca de US\$ 2 trilhões [...]. Em 2006 o déficit em conta corrente americano consumiu cerca de 70% dos superávits do resto do mundo” (Morris, C.R. *op. cit.*, p.136 e p.137, respectivamente). “... A percentagem ocupada pelos Estados Unidos nas exportações mundiais declinou muito acentuadamente, passando de 18% no começo da década de 1950 para 8% em 2009” (Bernardo, J. “Ainda acerca da crise econômica. 7) uma crise de regulação”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p).

¹²¹⁶ “Quando o Lehman faliu, em setembro de 2008, os Estados Unidos já estavam em recessão havia dez meses” (Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.151). No ápice da crise, a capacidade produtiva utilizada caiu a 67%, e no fim de 2009, 30% da capacidade produtiva continuava ociosa nos EUA e na Europa (idem, ibidem, p.300).

¹²¹⁷ “A dívida pública atingiu um patamar jamais alcançado em 1946, quando era equivalente a 122% do Produto Interno Bruto. As projeções atuais, por sua vez, indicam que a dívida pode chegar a 90% do PIB, no futuro imediato, embora certamente vá ser maior” (idem, ibidem, p.197). O problema apontado pelos autores é que em 1946 os Estados Unidos se encontravam em uma posição de poder muito mais favorável.

¹²¹⁸ As quais, segundo Carlos Pinkusfeld Bastos, perfazem o indicador econômico mais grave, posto que as transferências pessoais, “consomem agora 70% do gasto público federal. E não é o gasto da Previdência que está crescendo, são os gastos com saúde. O Medicare equivalia a 25% do gasto da Previdência e hoje já é quase 80%” (Bastos, C.P. Entrevista à Folha de São Paulo, publicada em 12/08/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/958382-nao-ha-crise-bancaria-nem-fiscal-nos-eua-diz-economista.shtml>, s/p).

¹²¹⁹ Novamente, de acordo com Carlos Pinkusfeld, a dívida real dos Estados Unidos é muito menor do que comumente se estima, e inclusive muito menor do que a de potências econômicas tidas como perfeitamente solventes, como a Alemanha e a França. Isso “porque a Emenda da Seguridade Social, de 1983, fez com que a receita da Previdência fosse maior do que a despesa e esse excesso de receita fosse guardado em títulos do governo. É como um regime de capitalização, só que dentro do governo. Por isso, existe uma enorme quantidade de títulos que não estão na mão do público. Certamente esses títulos intragoverno não exercem nenhuma pressão sobre juros, confiança ou qualquer outra questão tão cara aos falcões do deficit e da dívida pública” (idem, ibidem, s/p). Como também alerta Pinkusfeld, “houve um erro na percepção do TARP, à direita e à esquerda, que contribuiu para a histeria antifiscal. O TARP foi um sucesso para salvar os bancos, não teve um impacto fiscal relevante, chegou a dar lucro ao Tesouro, e teve efeito modesto sobre a dívida líquida” (idem, ibidem, s/p). Cabe recordar, no entanto, que o TARP não foi o único nem o principal mecanismo de intervenção estatal, apenas o mais “espetacular”. Como atesta Charles Morris, “ao mesmo tempo em que os acadêmicos e o Congresso se afligiam por causa do TARP, Bernanke, com a ativa ajuda do secretário do Tesouro, Hank [Henry] Paulson, produzia mais ou menos a mesma quantia de dinheiro, sem sequer pedir licença” (Morris, C.R. *op. cit.*, p.156). Ainda fazendo as vezes de “advogado do diabo”, assevera Pinkusfeld que “a participação [das despesas militares] nos gastos diretos está agora em pouco menos de 70%, era perto de 80% nos anos 1980. Como proporção do PIB, está em menos de 6%. Depois que acabou a União Soviética ficou mais barato fazer guerra” (Bastos, C.P. *op. cit.*, s/p) De todo modo, os custos da recentes invasões do Afeganistão e do Iraque estão longe de serem desprezíveis, e o militarismo norte-americano não pode ser avaliado somente em

assim, eles possuem evidentes limitações que deveriam nos precaver de tirar conclusões apressadas e peremptórias, as quais o evoluir histórico tem o costume de invalidar.

Contra a tese do inextricável e simbiótico elo entre a economia norte-americana e a chinesa¹²²⁰, na sequência de um texto supracitado, Chesnais propugna que a crise imporá uma reordenação do poder global, dentro da qual a hegemonia norte-americana e o “capitalismo europeu” sofreriam uma “derrocada”, perdendo sua importância no cenário mundial¹²²¹, no qual a China passaria a ter proeminência, dado o papel central que ela assumira na dinâmica mundial da acumulação de capital (e a despeito dos fortes indícios de que se estaria gestando em solo chinês uma importante crise de sobreacumulação). No entanto, Chesnais faz questão de alertar que tal processo de reestruturação do sistema de poder global pode bem redundar numa nova guerra de alcance mundial, a qual certamente seria marcada pelo emprego de armas atômicas¹²²².

Diante da recente crise econômica mundial, Arrighi prenuncia que

“o ajuste dos Estados Unidos à nova realidade da economia global envolverá a combinação de mais desvalorização do dólar, valorização das moedas dos países com maior superávit em transações correntes e redirecionamento desses superávits do financiamento do déficit norte-americano para a criação de demanda em outros lugares, principalmente na Ásia oriental. Esse ajuste final pode ser ‘violento’, com a derrocada do dólar, ou ‘suave’. Seja como for, o ajuste resultará inevitavelmente numa queda ainda maior do controle norte-americano sobre os recursos econômicos mundiais, na redução do peso e da centralidade do mercado norte-americano na economia global e na diminuição do papel do dólar como meio de pagamento internacional e moeda de reserva”¹²²³.

De fato, no auge da crise, Zhou Xiaochuan, presidente do Banco do Povo, o banco central chinês, propôs a criação de uma moeda de reserva supranacional, formada por uma cesta de moedas (incluindo o yuan) cujas quantidades relativas seriam calculadas quinquenalmente. Trata-se, portanto, de uma atualização dos “direitos especiais de saque”¹²²⁴.

termos de custos; como noticia o jornalista Pepe Escobar no dia 15/11/2011: “o Pentágono declarou oficialmente morta sua ‘guerra ao terror’ de US\$3 trilhões (e aumentando) – com invasão, ocupação e destruição da nação iraquiana, com o país preparado para guerra civil (‘guerra de baixa intensidade’) entre sunitas e xiitas e com o mundo muçulmano cofiando as barbas, sem entender que fim levou o Oriente Médio Ampliado [*Greater Middle East*] do governo George W. Bush” (Escobar, P. “Uma guerra oficialmente declarada morta”. *Asia Times Online*. Disponível em: <http://redecastorphoto.blogspot.com/2011/12/pepe-escobar-uma-guerra-oficialmente.html>).

¹²²⁰ “A China não pode deixar de comprar a dívida dos Estados Unidos, ou seu maior mercado entrará em colapso. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos não podem erguer barreiras protecionistas, ou a China irá parar de financiar seu comportamento perdulário” (Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.*, p.275).

¹²²¹ Chesnais, F. “Crisis de sobreacumulación mundial, crisis de civilización”. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/print/herramienta-web-5/crisis-de-sobreacumulacion-mundial-crisis-de-civilizacion>, p.3 e p.15.

¹²²² Idem, “Como la crisis de 29, o más... Un nuevo contexto histórico”. Disponível em http://www.archivochile.com/Debate/crisis_08_09/crisis00038.pdf, p.4 e p.3, respectivamente.

¹²²³ Arrighi, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.209. Já Guttman conclui que “a crise está fadada a acelerar o declínio da moeda norte-americana — tanto em termos de valor quanto de participação no mercado” (Guttman, R. *op. cit.*, p.32). O mítico George Soros, por sua vez, considera que “... a corrente crise marca o fim de uma era de expansão creditícia baseada no dólar como a moeda de reserva internacional” (Soros, G. *The new Paradigm for Financial Markets: the credit crisis of 2008 and what it means*. Nova Iorque: PublicAffairs, 2008, p.vii).

¹²²⁴ Proposta que conta com o apoio de Soros: “acho que o sistema está quebrado e precisa ser reconstruído. Não temos condições de seguir com esses desequilíbrios crônicos e crescentes nas finanças internacionais”; o quais deveriam ser coibidos por meio da instituição de um sistema baseado nos direitos especiais de saque, calculados com base numa cesta mais ampla de moedas, incluindo sobretudo a chinesa (idem. Artigo publicado em Folha de São Paulo, em 26/10/2009). Indo mais além, Soros assevera: “eu acho que é necessária nova ordem mundial de cujo processo de criação a China participe e com a qual concorde. A China tem de ser dona da nova ordem da mesma forma que, digamos, os EUA são donos do Consenso de Washington, que é a ordem atual, e

Por outro lado, é inegável que a China já é uma grande potência¹²²⁵, e que seu ascenso vem acompanhado do fortalecimento de outras potências regionais, como a Índia e o Brasil¹²²⁶, as quais, como se viu, estão buscando explorar uma série de campos aparentemente férteis à acumulação, incluindo espaços de desenvolvimento capitalista precário, tanto em âmbito doméstico, quanto em boa parte da África subsaariana, em países da América Latina, entre outros.

Um índice desse monumental crescimento econômico, como já se discutiu, é a alta no consumo energético, o que se conecta diretamente, cabe repetir, a questões de cunho geopolítico que dizem respeito ao destino do sistema interestatal e da posição norte-americana em seu interior¹²²⁷. É sabido que alguns países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) serviram de “quintal estratégico” dos Estados Unidos para as invasões do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003; como relata Pepe Escolbar, o Bahrain abriga a 5ª Frota dos EUA, e o Qatar, o quartel-general avançado do Comando Central (Centcom) norte-americano, que policia 27 países, “do Chifre da África à Ásia Central”, considerados parte de um “o arco de instabilidade”¹²²⁸.

Em troca de apoio militar e político os membros do CCG só comercializam o petróleo com base no dólar, e “os sauditas impedem que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC) – afinal, a Arábia Saudita é o maior produtor mundial de petróleo – faça preço e venda petróleo numa cesta de moedas”¹²²⁹. Não obstante, mesmo uma breve mirada sobre a conjuntura

acho que esse seria um sistema mais estável onde haveria políticas coordenadas” (idem, ibidem, s/p). Sobre os direitos especiais de saque, cf. p.19 acima.

¹²²⁵ Cf. p.185-7 acima. “Nos dez anos anteriores a 2008 as exportações chinesas haviam crescido, em termos de dólares, a uma taxa média anual de 23%, mais do dobro da taxa de crescimento do comércio mundial [...]. A China ultrapassou a Alemanha e tornou-se em 2009 o maior exportador mundial. Em 1999 as exportações chinesas haviam correspondido a 3% das exportações totais, mas no final de 2009 chegaram quase a 10%, tanto quanto o Japão, no máximo que este país atingira, em 1986” (Bernardo, J. “Ainda acerca da crise econômica. 3) a China em primeiro plano”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p).

¹²²⁶ “Segundo a Goldman Sachs, desde 2007 até ao final de 2009 os BRICs foram responsáveis por 45% do crescimento econômico global, quase o dobro do registado em 2000-2006 e três vezes mais do que na década de 1990. Deste modo os BRICs, que em 2000 haviam gerado 16% do *output* mundial, medido em paridade do poder de compra, geraram 22% em 2008” (idem, “Ainda acerca da crise econômica. 2) a nova hegemonia”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/, s/p). Cf. Petras, J. *op. cit.*, p.31. Ademais, cerca de 75% das reservas externas totais pertencem aos chamados países “emergentes”, sendo que 1/3 desse total está em posse da China. Efetivamente, criou-se nos últimos anos uma forte tendência à constituição dos chamados “fundos soberanos”, fundos de investimento financiado com reservas acumuladas em moeda forte pelas autoridades monetárias, que têm por objeto proteger o país contra fugas de capital, ataques especulativos, e outras vicissitudes, além de garantir investimentos de longo prazo, domésticos e no exterior (cf. Carvalho, F.J.C. “The accumulation of international reserves as a defense strategy”. In: Griffith-Jones, S.; Ocampo, J.A.; Stiglitz, J.E. *Time for a Visible Hand: lessons from the 2008 world financial crisis*. Oxford: Oxford University Press, 2010). “Nos últimos anos os fundos de investimento possuídos pelos governos de vários países em desenvolvimento atingiram enormes dimensões [...]. A ação do capital transnacional estatal reforçou a ação do capital transnacional privado na diluição das fronteiras políticas” (Bernardo, J. “Perspectivas do capitalismo na actual crise econômica”, 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=119>, s/p).

¹²²⁷ Cf. p.242-4 deste texto. No período compreendido entre 2000 e 2006 o consumo de energia no mundo subiu aproximadamente 20%, sendo a China, responsável por 45% desse aumento. Quase 45% das reservas comprovadas de petróleo do mundo e 20% das reservas de gás estão nos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG, formado por Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrain e Omã), e se saca deles cerca de 20% de todo o petróleo extraído no mundo. Calcula-se que em 2025 as importações chinesas de petróleo do Golfo devem equivaler a três vezes as importações dos EUA dessa região. Sobre tudo na esteira do Fórum de Cooperação China-Árabes em 2004, as relações entre esse conjunto de países se estreitaram, e a Liga Árabe já é o sétimo maior parceiro comercial da China, a Arábia Saudita é o seu principal fornecedor de petróleo, e o Qatar é seu maior fornecedor de gás natural liquefeito.

¹²²⁸ Escobar, P. “A atração fatal entre Estados Unidos e o CCG”. *Asia Times Online*, 20/1/2012. Disponível em: <http://redecastorphoto.blogspot.com.br/2012/01/pepe-escobar-eua-ccg-atracao-fatal.html>.

¹²²⁹ Idem, ibidem, s/p. “... em outubro do ano passado Washington fechou sumarento negócio de US\$ 67 bilhões – o maior negócio bilateral na história dos EUA – para abastecer a Casa de Saud com monumental coleção de flamantes modelos F-15s, Black Hawks, Apaches, bombas explode-bunker, mísseis Patriot-2 e navios de guerra último tipo” (idem, ibidem, s/p).

local impõe a consideração de outros fatores sociais e políticos. Segundo Adam Hanieh, o traço mais marcante desse contexto, nas duas últimas décadas, foi a generalização de políticas neoliberais em praticamente todos os Estados da região¹²³⁰. Esse autor ainda ressalta que boa parte dos Estados do Golfo são muito dependentes de trabalho migrante temporário, oriundo sobretudo do sul e leste da Ásia (cerca de 70% do total)¹²³¹. Guardada as especificidades, trata-se de um fluxo migratório semelhante ao demandado pelo corte de cana no Oeste paulista; os trabalhadores passam curtas temporadas em cada espaço produtivo, fazendo sacrifícios sobre-humanos para ganhar a maior quantidade possível de dinheiro, em condições precárias de trabalho e sem o amparo de quaisquer direitos trabalhistas. Essa dinâmica explicaria a “relativa estabilidade e a ‘adaptabilidade’ do capitalismo no Golfo e de suas elites governantes”¹²³², mas também introduziria importantes tensões.

Graças à sua especificidade econômica e social, tais tensões seriam particularmente intensas no Bahrain, país que possui apenas 0,03% das reservas comprovadas de petróleo do CCG. Nesse país existe uma marcada “divisão sectária entre uma elite governante sunita (dominada pela monarquia Al Khalifa) e a população majoritariamente xiita”. A despeito da enorme dependência de mão-de-obra migrante (cerca de 60% da população total do país é constituída por migrantes), a os xiitas amargam elevadíssimos índices de desemprego e de pobreza, e são duramente discriminados¹²³³. Na esteira da “Primavera Árabe”, essa situação peculiar, ainda de acordo com Hanieh, poderia conduzir a uma revolta popular bem-sucedida, que por sua vez poderia inspirar levantes xiitas noutros países da região. O que, diga-se de passagem, de modo algum é ignorado pelas “forças da ordem”; explica-se assim a dureza com que os levantes populares no Bahrain foram reprimidos em 2011, por meio de torturas e prisões levadas a cabo pelas forças repressivas locais, as quais contaram com o apoio direto de soldados e tanques da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos.

Efetivamente, o Conselho de Cooperação do Golfo é hoje a “quinta coluna” do domínio norte-americano na região, e se mobilizou pesadamente para conter a radicalizada onda de revoltas populares que constituíram a “Primavera Árabe”¹²³⁴, as quais rapidamente se alastraram do norte

¹²³⁰ Ademais, nesse período, uma crescente parte dos fluxos de capital excedente do CCG foram dirigidos para outros estados do Oriente Médio – principalmente Egito, Jordânia, Líbano, Líbia, Palestina, Tunísia, Marrocos, Síria, e Argélia -, alimentando projetos imobiliários, instituições financeiras, shopping-centers, investimentos em telecomunicações, entre outros (Hanieh, A. “Classe e capitalismo no Golfo - A Economia Política do Conselho de Cooperação do Golfo”. *Socialist Register*, New Left Project, 2011. Disponível em: <http://redecastorphoto.blogspot.com.br/2012/01/classe-e-capitalismo-no-golfo-economia.html>, s/p).

¹²³¹ Em meados da década de 1970, 70% da força de trabalho migrante vinha do próprio Oriente Médio. No interior do CCG, essa mão-de-obra migrante sazonal perfaz mais da metade da força de trabalho total, e no Kuwait, no Qatar, em Omã e nos Emirados Árabes Unidos, essa proporção é bem mais elevada, atingindo os 80% do total da força de trabalho.

¹²³² “Altos níveis de exploração são possíveis, porque o visto de residente para o trabalhador é diretamente associado a manter-se empregado. Se desempregado, o trabalhador torna-se ‘ilegal’ e tem de deixar o país” (idem, ibidem, s/p).

¹²³³ Cf. idem, ibidem, s/p.

¹²³⁴ A despeito da blindagem midiática, é possível acessar algumas notícias e análises que indicam que a onda de revoltas que se alastrou pela região na esteira da crise mundial ainda está longe de se dar por terminada. Para um balanço geral desse processo, cf. Alizadeh, H. “One Year Since Bouazizi’s Death — One Year of Arab Revolution”, 2011. Disponível em: <http://www.marxist.com/arab-revolution-first-anniversary.htm>.

da África para o Omã, o Bahrain, a Arábia Saudita, e assim por diante. Outro aspecto decisivo da conjuntura dessa região, com impactos globais, é o militarismo israelense, o qual nos limitaremos a constatar. A histórica grita israelense contra os supostos planos iranianos de destruição do Estado de Israel (que já eram denunciados por Shimon Peres em 1996, quando este ocupava o cargo de primeiro-ministro), e de produção de sua bomba-atômica (a qual estaria pronta em 1999, de acordo com um discurso proferido em 1992 pelo atual primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu); aquela grita, dizíamos, contribui para que muitos autores não descartem a possibilidade de deflagração de novas guerras regionais nos próximos anos. Nessa lógica, os esforços para a deposição do governo sírio, não-alinhado, visariam enfraquecer e isolar o Irã, tornando-o mais vulnerável e viabilizando uma investida militar contra ele¹²³⁵.

Deixando de lado essa dimensão geopolítica decisiva, cuja evolução estamos longe de conseguir antecipar, voltemos ao tema da ameaça chinesa à preponderância norte-americana. Sem pretender aqui realizar exercícios de futurologia, há de se indagar, à luz das atuais tendências e das experiências históricas, se o “extraordinário” ritmo de crescimento econômico chinês é sustentável a longo prazo¹²³⁶. É certo que o arranjo capitalista chinês têm se mostrado bastante eficiente em catapultar a acumulação e a debelar as ameaças que se interpõem a ela, inclusive desinflando de maneira controlada bolhas especulativas antes destas se tornarem explosivas, mas não parece que os chineses encontraram a fórmula mágica da eliminação do caráter contraditório da valorização do valor, que se exprime num sem-número de tendências que reproduzem o capital como “limite de si próprio”, dentre as quais a do aumento da composição orgânica do capital e a da queda da taxa de lucro¹²³⁷. Muito pelo contrário, como se viu, se boa parte da população trabalhadora é

¹²³⁵ Petras tem insistido, nos últimos anos, em frisar o domínio sionista sobre diversos aspectos da política externa norte-americana, e particularmente sobre a “diplomacia” e as estratégias militares, além de sua presença e influência sobre o Congresso – em ambos partidos –, o Judiciário, a grande mídia, as universidades, e assim por diante. Sua tese é a de que os Estados Unidos são hoje dominados pelos sionistas, e subordinados aos interesses de Israel; em suas palavras, “os sionistas no poder significa que o império norte-americano continuará enérgica e agressivamente a perseguir confrontações militares e guerras regionais no Meio Leste sob comando de Israel. Em nenhum momento a Casa Branca e o Congresso dominados pelos sionistas questionaram os custos exorbitantes de servir aos interesses israelenses – mesmo em meio a uma importante depressão econômica (Petras, J. *op. cit.* p.28; cf. idem, *ibidem*, p.17).

¹²³⁶ Há de se recordar aqui o enorme *frisson* que se estabeleceu em relação ao ascenso do Japão, e depois dos Tigres Asiáticos (o “milagre asiático”); tanto que, em seu auge por se situarem na “fronteira do conhecimento” e no centro dinâmico do capitalismo mundial, mal haviam concluído o curso de japonês, e diversos pesquisadores tiveram que se lançar aos muito mais árduos estudos do mandarim.

¹²³⁷ Soros identifica a gestação de uma grande bolha financeira na China, que cedo ou tarde irá explodir; além disso, constata que o custo real do capital já é negativo há alguns anos, o que seria agravado com uma apreciação cambial acelerada (Soros, G. *The new Paradigm for Financial Markets: the credit crisis of 2008 and what it means*. Nova Iorque: PublicAffairs, 2008, p.126). Cf. Brenner, R. “Entrevista a Seongjin Jeong”, concedida em 22 de dezembro de 2008. Acessível em: <http://hap.blogger.hr/post/interview-with-robert-brenner-on-the-current-crisis/1215794.aspx>, s/p. Um indicativo dessa bolha seria o crescimento dos preços da propriedade residencial, que em termos reais aumentou mais de 8% por ano na China, e mais de 10% na Índia; e noutros países asiáticos esse aumento foi ainda mais expressivo, entre 2002 e 2006 (Akyüz, Y. “The management of capital flows and financial vulnerability in Asia”. In: Griffith-Jones, S.; Ocampo, J.A.; Stiglitz, J.E. *Time for a Visible Hand: lessons from the 2008 world financial crisis*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p.225). Ademais, estima-se que mais de 80% das contas de capital nesse país tenham sido liberalizados, de modo que “as economias de mercado emergentes da Ásia estão agora muito mais integradas ao sistema financeiro internacional do que estavam quando foi deflagrada a crise de 1997”. Além disso, “na China, a participação estrangeira como uma porcentagem do mercado de capitais aumentou de 2,5% em 2001 para 23,2% em 2006, e na Índia, de 6,6% para 10% no mesmo período” (Akyüz, Y. *op. cit.*, p.232 e p.224, respectivamente). No entanto, em termos comparativos, tanto na China quanto na Índia existe um considerável controle governamental sobre o sistema financeiro, o qual foi amplamente mobilizado durante a crise (cf. Roubini, N.; Mihm, S. *op. cit.* p.146). Por outro lado, Einchengreen identifica na China

submetida a condições de trabalho similares às que caracterizaram a Revolução Industrial inglesa, nem por isso o investimento chinês em capital fixo e em tecnologias avançadas é desimportante¹²³⁸. A despeito das particularidades locais, tudo indica que o capital não foi reiventado pelos chineses; antes, como sempre, é o capital que se alimenta de tais particularidades, num avassalador movimento de subsunção.

Em todo caso, João Bernardo identifica no desenvolvimento chinês um modelo para a superação das dificuldades que se impõe atualmente ao capitalismo, cada vez mais transnacionalizado. Em suas palavras,

“a alternativa mais viável afigura-se-me ser a de uma nova conjugação entre as grandes empresas transnacionais e novos órgãos supranacionais saídos das instituições internacionais existentes. Tratar-se-ia de fazer à escala mundial o que a China faz já no âmbito da sua economia, conjugando o capitalismo de Estado e as grandes empresas privadas num único mecanismo de tomada de decisões, consagrado pela admissão dos capitalistas privados como membros de um Partido que continua, evidentemente, a chamar-se Comunista”¹²³⁹.

Como já indicado, e sem fazer jus à complexidade das teses apresentadas, parece-nos insuficiente considerar a crise mera expressão de uma estrutura regulatória inadequada, ou como produto de uma aplicação insuficiente de capitalismo de Estado, e tampouco como consequência do caráter crescentemente transnacional do capital ou do poderio exacerbado e açambarcador das finanças. Ademais, julgamos que para compreendê-la, junto com seus desdobramentos, não basta concentrar todas as atenções sobre a configuração assumida pelo sistema interestatal, e tampouco sobre a conjuntura geopolítica mundial. É preciso considerar a emergência da crise no interior da dinâmica global da acumulação na atual fase de desenvolvimento capitalista, e é dentro dela que as análises conjunturais, e os rearranjos do sistemas interestatal, monetário e financeiro se tornam intelegíveis.

e noutros países asiáticos um desequilíbrio intersetorial crônico, o qual eventualmente terá de ser confrontado. Auspícia ele que, cedo ou tarde, haverá de se reconhecer “que as políticas orientadas à exportação atingiram o ponto de retornos decrescentes. Esse reconhecimento acarretará a observação de que os setores de bens comerciais tradicionais não são mais o lócus exclusivo da produtividade [...]. O crescimento requererá assim investimentos balanceados em setores de bens exportáveis e não-exportáveis”. Para tanto, os países asiáticos teriam de atrair trabalhadores estrangeiros altamente qualificados, mediante investimento em urbanismo e habitação, além de investir em educação superior. Isso pressuporia a valorização do câmbio, e a redução das intervenções nos mercados externos de câmbio, o que por sua vez levaria ao esgarçamento do “cartel de bancos que tem suportado o dólar e impedido as moedas asiáticas de subir” (Einchengreen, B. “Global imbalances and the lessons of Bretton Woods”. NBER Working Papers, n. 10497, 2004. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w10497>, p.28). Note-se ainda que entre 2007 e 2009 a taxa de crescimento do PIB chinês caiu cerca de 5%, o que conduz Kliman a concluir que o impacto da crise na China foi ao menos tão grande quanto nos Estados Unidos e França (Kliman, A. *op. cit.*, p.188). É certo que o ritmo de seu crescimento permaneceu praticamente sem paralelo no restante do mundo, mas a crescente inserção chinesa no mercado mundial dificulta dois de seus sustentáculos, a saber, os controles dos fluxos de capital e o controle sobre o câmbio (Harvey, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008, p.153).

¹²³⁸ “A percentagem ocupada pelos rendimentos salariais no PIB tem declinado, passando de 53% em 1998 para 40% em 2007, enquanto tem aumentado a percentagem ocupada pelos lucros, que em 2007 representaram 22% do PIB. Em Janeiro-Fevereiro de 2010, por exemplo, os lucros das grandes companhias industriais foram 120% mais elevados do que em idêntico período do ano anterior. Esta defasagem cada vez maior entre as duas taxas deve-se ao facto de nas últimas décadas o desenvolvimento económico chinês ter sido sobretudo capital-intensivo e gerado relativamente poucos postos de trabalho, que aumentaram apenas a uma taxa anual de 1%. Assim, os investimentos subiram de 35% do PIB em 1990 para 44% em 2008, em comparação com a taxa de 18% verificada nos Estados Unidos também em 2008. Isto significa que o crescimento do PIB na China é movido mais pelos investimentos do que pelo consumo privado” (Bernardo, J. “Ainda acerca da crise económica. 3) a China em primeiro plano”, 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/).

¹²³⁹ Idem. “Sete reflexões sobre a actual crise”, 2008. Disponível em: spectrum.weblog.com.pt/arquivo/2008/12/sete_reflexoes.html, s/p.

Indo direto ao ponto, a eclosão da última crise econômica está ligada à trajetória da taxa de lucro e da acumulação de capital. Algo que quanto ao mais seria de se esperar, e que é perfeitamente sustentável em termos lógicos e empíricos, mas que é frequentemente rechaçado como se se tratasse de um esquematismo dogmático e mecanicista. É certo que as análises de Marx sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro foram recorrentemente vulgarizadas tanto por marxistas quanto por seus opositores, e que a noção de “lei” - afirmativa ou criticamente -, em geral foi interpretada de maneira positivista¹²⁴⁰. Uma vez cativa de um campo anti-dialético, tornou-se fácil refutá-la com base em critérios e métodos lógicos e matematicamente “inquestionáveis”, como já se viu.

De modo a demonstrar o equívoco desse tipo de procedimento, e a prescrutar a relação entre lei da queda tendencial da taxa de lucro e a trajetória da última crise econômica mundial, iremos remeter abundantemente a um recente estudo, já citado, de Andrew Kliman, o qual fundamenta suas teses numa rigorosa investigação estatística, e, diferentemente da imensa maioria dos autores referenciados ao longo desta tese, explicita em detalhe a fonte dos dados apresentados e a metodologia de análise empregada, inclusive estabelecendo comparações com outras abordagens empíricas, de modo a elucidá-las e lhes apontar os limites e equívocos. Desse maneira, a despeito da falta de uma tratativa conceitual mais detida e exaustiva, as proposições de Kliman adquirem grande vigor, de resto apresentadas com extrema simplicidade e objetividade¹²⁴¹.

Ao longo da maior parte de seu livro, Kliman se dedica a combater a noção de que as taxas de lucro retomaram uma trajetória ascendente a partir do início da década de 1980, noção essa que embasa diversas leituras subconsumistas da crise, as quais lidam mal com a incômoda discrepância verificada entre a taxa de lucro e a taxa de acumulação por eles estimadas, explicando-a, como se viu, por meio da evocação (*ex machina*) dos ditos “fatores externos”¹²⁴². Pelo contrário, tal

¹²⁴⁰ Incapaz de aceitar que “...as mesmas causas que acarretam a queda da taxa geral de lucro provocam efeitos contrário, que inibem, retardam e em parte paralisam essa queda. Não anulam a lei, mas debilitam seu efeito” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.181). Sobre as “causas contrariantes”, ou “contra-arrestantes”, ou ainda “contra-atuantes”, cf. idem, ibidem, p.177-82.

¹²⁴¹ Cf. Kliman, A. *op. cit.* Posição semelhante a de Kliman é sustentada, de modo menos elaborado, por Anwar Shaikh, segundo o qual “esta crise é uma fase absolutamente normal de um padrão de acumulação capitalista há tempos recorrente, no qual longos booms finalmente dão lugar a longos declínios” (Shaikh, A. “The first great depression of the 21st Century”. In: Panitch, L.; Albo, G.; Chibber, V. *The Crisis this Time*. Socialist Register. Londres: Merlin Press, 2010, p.44). Tal padrão de acumulação estaria “enraizado no motivo lucro, que se mantém como o regulador central do comportamento empresarial” (idem, ibidem, p.46). Considerando a evolução das taxas de lucro das empresas não-financeiras norte-americanas do pós-Segunda Guerra Mundial até hoje, apesar das grandes oscilações no curto prazo, Shaikh identifica uma queda contínua, que foi suavizada a partir de meados da década de 1970, devido ao aumento da taxa de exploração do trabalho em diversos países, verificada por meio da desaceleração no crescimento do salário real em face ao aumento da produtividade. E essa desaceleração não teria ensejado um estrangulamento do consumo devido à expansão do endividamento, familiar e empresarial (idem, ibidem, p.50-3).

¹²⁴² Nas palavras de Moseley, “três décadas de salários reais estagnados e de exploração crescente restauraram substancialmente a taxa de lucro [nos Estados Unidos], à custa dos trabalhadores. Esse importante fato deveria ser conhecido [...]. O principal problema na crise atual é o setor financeiro [...]. O melhor teórico do sistema financeiro capitalista é Hyman Minsky, não Karl Marx. A crise atual é mais uma crise do tipo Minsky do que do tipo Marx” (Moseley citado por Kliman, A. *op. cit.*, p.103).

discrepância se explica simplesmente, segundo Kliman, pelo fato de a taxa de lucro ser calculada de maneira equivocada¹²⁴³.

Diga-se de passagem, também é desconcertante para os subconsumistas ter que fechar os olhos para as diversas proposições de Marx acerca do movimento contraditório do capital, no interior do qual crescentes taxas de exploração do trabalho redundam em taxas declinantes de lucro, a despeito da extração de maiores massas de mais-valia e da produção de massas crescentes de lucro. Conforme considerado noutros momentos deste texto,

“a tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma *expressão peculiar ao modo de produção capitalista* para o desenvolvimento progressivo da força produtiva do trabalho [...]. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitariamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda”¹²⁴⁴.

O ponto de partida de Kliman é a constatação de que “... a economia jamais se recuperou completamente das recessões de meados da década de 1970 e do início da década de 1980”¹²⁴⁵, já que em seu bojo não houve uma ampla destruição de capital (que pudesse ser comparável à ocorrida no bojo da Grande Depressão e das Guerras Mundiais, por exemplo), necessária para a recuperação das taxas de lucro¹²⁴⁶. Nesse sentido, de modo preliminar, ele apresenta uma série de estatísticas acerca do crescimento da economia mundial e da economia norte-americana¹²⁴⁷; porém, é sobre a análise da trajetória da taxa de lucro que ele irá se deter.

Kliman não ignora que a lei da queda tendencial da taxa de lucro tem no mercado mundial seu espaço de manifestação, mas a falta de dados confiáveis em escala global faz com que ele se concentre na evolução da taxa de lucro nos Estados Unidos. Cabe alertar que os dados que embasam essas análises se resumem ao capital fixo, pois não existiriam informações confiáveis sobre o tempo de rotação do capital circulante, e porque as medições que poderiam exprimir essa parcela do capital incluem elementos que não são correspondem a adiantamentos de capital, tal

¹²⁴³ Cf. Duménil, G.; Lévy, D. *O Neoliberalismo sob a Hegemonia Norte-Americana*. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005; Husson, M. “A systemic crisis, both global and long-lasting”. 2008. Disponível em: hussnet.free.fr/histokli.pdf; Moseley, F. “The U.S. Economic Crisis: Causes and Solutions”. *Internacional Socialist Review*, n.64, março-abril de 2009. Disponível em: <http://www.isreview.org/issues/64/feat-moseley.shtml>; e Post, C.; Malloy, M.C. “A Reply to Robert Brenner”. Disponível em: <http://www.solidarity-us.org/node/888>, s/p.

¹²⁴⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.164. “O mesmo desenvolvimento da força produtiva de trabalho social, as mesmas leis que se apresentam na queda relativa do capital variável em relação ao capital global e na acumulação assim acelerada, enquanto, por outro lado, a acumulação se torna, como repercussão, ponto de partida de desenvolvimento ulterior da força produtiva e de diminuição relativa ulterior do capital variável, o mesmo desenvolvimento se expressa – abstraindo oscilações temporárias – no crescente aumento da força de trabalho global empregada, no crescimento cada vez maior da massa absoluta de mais-valia, e portanto do lucro” (idem, ibidem, p.168-169). E ainda, “a tendência à queda da taxa de lucro está ligada à tendência a se elevar a taxa de mais-valia, e, por conseguinte, o grau de exploração do trabalho. Nada mais absurdo, portanto, que explicar a queda da taxa de lucro em termos do aumento das taxas de salários, embora isso também possa ser um caso excepcional” (idem, ibidem, p.182, grifos meus).

¹²⁴⁵ Kliman, A. *op. cit.*, p.1.

¹²⁴⁶ Nesse aspecto, Kliman se aproxima da posição de Brenner; no entanto, como se viu, este também é partidário das teses segundo as quais as mudanças tecnológicas e organizacionais que reduzem os custos não exercem uma pressão baixista sobre a taxa de lucro, e apresenta uma explicação equivocada sobre a dinâmica da acumulação e o padrão de produção de crises (cf. Brenner, R. *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005*. New York: Verso, 2006, p.11-2, e p. 212-4 acima).

¹²⁴⁷ Sobre o crescimento global, cf. Kliman, A. *op. cit.*, p.51-4. Sobre o crescimento dos Estados Unidos, cf. idem, ibidem, p.54-6.

como estoques de mercadorias esperando serem vendidas¹²⁴⁸. Além disso, Kliman opta por focar apenas o setor corporativo, mais precisamente o setor corporativo “doméstico”, não sem antes demonstrar que a queda da taxa de lucro relativa aos investimentos das corporações no estrangeiros foi ainda mais expressiva do que em âmbito doméstico¹²⁴⁹. Por fim, à falta de um “instituto marxista de estatísticas” é evidente que a forma de agregação dos dados pelas instituições de pesquisa em geral não se coaduna às categorias marxianas, o que introduz dificuldades à investigação, algumas das quais serão oportunamente apontadas.

Ainda de uma perspectiva metodológica, deve-se mencionar que existe uma polêmica em relação à maneira como se deve ajustar o investimento líquido (a diferença entre o investimento bruto e a depreciação); seja quando deflaciona o investimento líquido por meio do índice GDP (*Gross Domestic Product* - Produto Interno Bruto - *index*) ou de uma estimativa da chamada MELT (*Monetary Expression of Labour Time* – expressão monetária do tempo de trabalho), Kliman utiliza o mesmo deflator tanto para o investimento bruto quanto para o custo histórico da depreciação; ao que autores como Michel Husson¹²⁵⁰ objetam propugnando que o custo histórico de depreciação do ano corrente não pode ser deflacionado por meio de índices correntes, já que os ativos foram comprados anteriormente, a preços distintos dos atuais. Fazendo uma concessão provisória, Kliman constrói séries estatísticas sob os preceitos apontados por Husson, que não obstante comprovam a tendência à queda da taxa de lucro¹²⁵¹. Porém, na sequência Kliman demonstra que a taxa de lucro a custos correntes não é verdadeiramente uma taxa de lucro, pois implica no equívoco de reiterada e retroativamente “revalorizar” os ativos - “inflando o denominador da taxa de lucro em períodos de inflação acendente, rebaixando artificialmente a taxa de lucro, e deflacionando o denominador em períodos de desinflação, artificialmente elevando a taxa de lucro”¹²⁵² -, além de não ter importância prática, já que os capitalistas avaliam seus negócios e planejam seu investimento com base no rendimento auferido em comparação ao capital adiantado, e não com base nos custos correntes de reposição dos seus ativos fixos¹²⁵³.

¹²⁴⁸ Idem, ibidem, p.80-1.

¹²⁴⁹ Escolha que se justifica por ser o setor corporativo amplamente dominante na economia norte-americana, tendo “recebido entre 83% e 90% dos rendimentos empresariais totais” entre 1970 e 2005 (idem, ibidem, p.98). Entre 1982 e 2007 “86% de todo o capital norte-americano investido no exterior eram investidos em 20 países. As taxas de lucro das multinacionais norte-americanas tenderam a cair em 18 desses países” (idem, ibidem, p.80).

¹²⁵⁰ Husson, M. “A systemic crisis, both global and long-lasting”. 2008. Disponível em: hussonet.free.fr/histokli.pdf.

¹²⁵¹ Cf. Kliman, A. *op. cit.*, p.87.

¹²⁵² Idem, ibidem, p.113. Como sintetiza Prado, ao se medir o estoque de capital por meio do conceito de custo de reposição “está se suprimindo a historicidade do processo econômico, para passar a pensá-lo segundo a lógica de otimização característica dos modelos de equilíbrio geral da teoria econômica ortodoxa” (Prado, E.F.S. “Kliman: a grande falha do capitalismo”, 2012. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/03/baixar-texto-25.pdf>, p.8).

¹²⁵³ Numa palavra, tanto para os capitalistas quanto para Marx, o lucro é o montante monetário que excede o capital total adiantado. O que diferencia a compreensão deles sobre a questão é sobretudo a descoberta de Marx segundo a qual “o lucro é somente uma forma transmutada, derivada e secundária da mais-valia, a forma burguesa, na qual se apagaram todos os rastros de sua gênese” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.99), como se ambas as formas do capital – constante e variável – competissem igualmente para a valorização do capital. “Como diz Malthus, ‘O capitalista [...] espera o mesmo lucro sobre todas as partes do capital que ele adianta’. Como tal descendente imaginário do capital global adiantado, a mais-valia recebe a forma transmutada de *lucro*. Uma soma de valor é, portanto, capital porque e gasta para produzir lucro ou o lucro surge porque uma soma de valor é aplicada como capital [...]. Já que

Com base nessa metodologia, Kliman produz o seguinte gráfico relacionando a evolução das taxas de lucro e de acumulação desde o início da década de 1970:

Como era de se esperar, nas últimas décadas a persistente diminuição na taxa de lucros redundou em queda da taxa de acumulação¹²⁵⁴, a qual por sua vez conduziu a crescentes dificuldades para se arcar com as obrigações adquiridas outrora, cuja rolagem passou a exigir mais créditos, e impulsionou uma espiral de endividamento, tanto das empresas quanto das “famílias”. Por outro lado, uma taxa de lucro declinante ajuda a explicar a tendência à manutenção de baixas taxas de juros, já que uma reduzida taxa de lucro desestimula novos investimentos, e portanto diminui a concorrência por crédito, a qual é decisiva para a determinação dos níveis da taxa de juros¹²⁵⁵.

Desse quadro, Kliman tira elementos para criticar a hipótese de que a atual fase de desenvolvimento capitalista, e particularmente suas baixas taxas de crescimento, podem ser simplesmente explicadas pela “contra-revolução neoliberal”, ou por uma reconstituição do poder de classe burguês. De fato, “a taxa média de crescimento de dez anos [da produção industrial] foi de 57% entre 1957 e 1973, mas despencou a 30% [...] entre 1975 e 2008”¹²⁵⁶; porém, se o início do governo Reagan (janeiro de 1981) pode ser indicado como o momento de inauguração do neoliberalismo nos Estados Unidos, resulta que 80% do declínio total do crescimento médio da produção industrial ocorrera antes do advento do neoliberalismo, e algo semelhante pode ser dito da taxa de crescimento da capacidade industrial, que àquela altura já era metade do que fora no início de 1968¹²⁵⁷.

num pólo o preço da força de trabalho aparece na forma transmutada de salário, no pólo antitético a mais-valia aparece na forma transmutada de lucro” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.30; cf. Marx, K., Engels, F. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers, 1965, p.204).

¹²⁵⁴ Diga-se de passagem, segundo a estimativa de Kliman, se não houvesse relação íntima entre a taxa de lucro e a taxa de acumulação, o padrão por ele verificado só ocorreria uma vez em 900 trilhões.

¹²⁵⁵ Trata-se daquilo que os keynesianos exprimem por meio de sua noção de “eficiência marginal do capital”.

¹²⁵⁶ Kliman, A. *op. cit.*, p.54.

¹²⁵⁷ Idem, *ibidem*, p.55 e p.56, respectivamente.

Do mesmo modo, entre 1981 e 2001 se verifica um ligeiro aumento do investimento em ativos produtivos fixos em relação ao lucro, em comparação com o período entre 1947 e 1980. A partir de 2001 essa relação declinou abrupta e fortemente, o que não parece ser atribuído, por conseguinte, simplesmente à hegemonia neoliberal, como comumente se considera¹²⁵⁸.

Como mencionado acima, em seu combate às teses subconsumistas, Kliman também sustenta que a compensação dos trabalhadores não declinou ao longo das últimas décadas. Segundo ele, boa parte das análises sobre a trajetória da participação dos trabalhadores no PIB despreza elementos que perfazem a real compensação dos trabalhadores, como os gastos previdenciários e com o sistema de saúde¹²⁵⁹. Ao contrário, argumenta o autor, quando tais elementos são levados em consideração, vê-se que a compensação total dos trabalhadores não retrocedeu, e tampouco estagnou; o que de fato se verificou foi uma considerável redução no seu ritmo de crescimento, o que é algo bem distinto¹²⁶⁰. Assim, de acordo com Kliman, a compensação dos trabalhadores por hora nos Estados Unidos era em 2008 muito menor do que seria se a tendência prevalecente entre 1948 e 1974 tivesse persistido: “36% menor quando usamos o índice GDP para eliminar o efeito da inflação, ou 53% menor se [para isso] usamos o índice de preço ao consumidor”; porém, no início do governo Reagan, com base naquela mesma tendência, a compensação já era 11% ou 21% menor (utilizando o índice do PIB ou o índice de preço ao consumidor, respectivamente)¹²⁶¹, donde Kliman conclui que não foi o neoliberalismo que inaugurou este processo. Ao contrário, ele constata que a redução do ritmo de crescimento das compensações acompanha de perto a redução no valor líquido adicionado pelas corporações, de tal forma que não estaríamos diante de “um fenômeno distributivo”, e sim de um resultado da “relativa estagnação da produção capitalista”¹²⁶².

De fato, segundo Hobsbawn, malgrado as particularidades nacionais, na totalidade dos países capitalistas centrais os Estados de bem-estar social continuaram a se fortalecer ao longo da década de 1970, e em sua maioria, segundo Anderson, os esforços neoliberais para desconstruí-los não tiveram tanto êxito quanto normalmente se supõe¹²⁶³. Em termos igualmente genéricos, pode-se aventar como fatores explicativos para isso o aumento populacional e do desemprego, que por

¹²⁵⁸ Idem, *ibidem*, p.91. “Entre 1983 e 2001, o investimento líquido atingiu 64% da taxa de lucro descontados os impostos, em média, que estava bem acima do nível médio entre 1947 e 1972 (57%) e algo acima do nível médio entre 1947 e 1978 (61%)” (idem, *ibidem*, p.93).

¹²⁵⁹ Esses componentes não-salariais teriam aumentado duas vezes mais rápido que os salários desde 1970, e os benefícios líquidos teriam subido quatro vezes mais rápido que os salários no mesmo período (idem, *ibidem*, p.153 e p.154, respectivamente).

¹²⁶⁰ “... A taxa anual de crescimento da compensação real foi 41% menor entre 1973 e 2007 do que entre 1947 e 1973”, quando se desconta a inflação com base no índice GDP, e 56% menor, quando se considera o CPI-U, o índice geral de preços para consumidores urbanos (idem, *ibidem*, p.124). Também levando em consideração tais fatores, Morris chega a um resultado distinto: “... de 1980 e 2007, a remuneração total dos assalariados americanos, incluídos os benefícios, caiu de 60,1% para 56,3% do PIB” (Morris, C.R. *op. cit.*, p.198).

¹²⁶¹ Kliman, A. *op. cit.*, p.69.

¹²⁶² Idem, *ibidem*, p.124.

¹²⁶³ Cf. p.32 e p.179, acima.

sua vez implicou no agigantamento das “transferências sociais”¹²⁶⁴, em alguma medida tributárias de eventuais focos de resistência ao desmonte no seio do aparato estatal e fora dele.

Na periferia, onde jamais se generalizaram modalidades de “Estado de Bem-estar social”, a situação foi via de regra distinta. Se se toma o caso do Brasil, estima-se que, a despeito de grandes elevações da renda *per capita* e da produtividade do trabalho, “nas décadas de 1960 e 1970, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional caiu 11,7%”, e entre 1981 e 2003 essa participação recuou nada menos do que 23%, para apresentar, entre 2004 e 2010, uma elevação de 14,4%¹²⁶⁵. Apesar de se tratar de um período bastante curto, costuma-se enfatizar a atual inflexão da trajetória verificada nas últimas cinco décadas, propiciada por um expressivo aumento dos postos de trabalho, e por uma elevação dos chamados “gastos sociais”, com destaque para programas de transferências de renda às famílias mais pauperizadas¹²⁶⁶.

Aparentemente, o que se verificou nas últimas décadas foi certo desacoplamento entre os ganhos de produtividade e a evolução do salário médio real, em geral mais acentuado nos países periféricos do que nos países centrais. Em todo caso, não se pode ignorar os efeitos do ideário e das políticas neoliberais: notadamente, é certo que, reforçado pelo incremento das taxas de desemprego, que amplia o exército de industrial de reserva e intensifica a concorrência entre trabalhadores, houve repressão salarial - em parte contrabalançada pela elevação de outras formas de compensação -, bem como incremento na instabilidade de emprego e destruição de direitos trabalhistas, por vezes relacionadas à terceirização, junto com ondas de ataques, disciplinamento e integração das organizações trabalhistas, entre outros processos afins. Ocorre que esse desenvolvimento antecipa o “vagalhão neoliberal”, e mesmo em seu bojo não houve o declínio generalizado e abrupto da participação da compensação dos trabalhadores na renda total

¹²⁶⁴ Vimos que nos Estados Unidos os gastos estatais com as chamadas transferências diretas dispararam no início da década de 1970, e que, por exemplo, entre 1974 e 1975 os gastos com seguro-desemprego praticamente quadruplicaram. Cf. p.72 acima.

¹²⁶⁵ Comunicado IPEA. “Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras”, agosto de 2011. Disponível em: http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/comunicado/110804_comunicadoipea104.pdf, p.3 e p.5, respectivamente. Em termos absolutos, a participação do rendimento do trabalho no PIB era de aproximadamente 56,5% no final da década de 1950, caindo para 40% no final da década de 1990, e se elevando para aproximadamente 43% no final da década de 2000.

¹²⁶⁶ O principal deles, o Programa Bolsa Família, que visa a famílias cuja renda mensal é de até R\$ 120 por pessoa, atinge hoje mais de 11 milhões de famílias (para uma análise do referido programa, cf. Passa Palavra, “Dossiê Especial Bolsa Família”, 2010. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=21593>). Não obstante, cabe frisar que, nesse período, “95% das vagas empregatícias abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salários mínimos, e que nas faixas dos trabalhadores sem remuneração e dos acima de 3 salários mínimos mensais houve destruição líquida de ocupações, sendo de 108 mil vagas e de quase 400 mil, em média ao ano, respectivamente”. Assim, a classe média, conforme a classificação do IPEA, “manteve-se estacionada na faixa de 1/3 dos brasileiros”, “enquanto os trabalhadores de salário de base aumentaram a sua participação relativa de menos de 27%, em 1995, para 46,3%, em 2009” (Comunicado IPEA, *op. cit.*, p.9). Vê-se assim o despautério do propagandeado advento da “nova classe C”, a maneira como os burocratas do Estado e a grande mídia mistificaram o singelo fato de que aumentou o acesso da população pauperizada ao crédito, uma consequência natural do desenvolvimento do sistema creditício e financeiro no Brasil, que mesmo assim ainda é extremamente pouco desenvolvido. Com a criação de diversificadas linhas de crédito, inclusive para pessoas com histórico de inadimplência, somada à difusão da ideologia consumista, muitas famílias lograram abarrotar suas casas de móveis, eletrodomésticos, celulares, televisores de plasma, tudo adquirido por meio de prestações à perder de vista. Assim, uma ligeira elevação da renda familiar, junto com a contração de dívidas, fez com que, da noite para o dia, com a prestidigitação típica do *marketing*, os moradores de casas e barracos humildes nas favelas, desempregados ou com empregos precários e instáveis, se tornassem ilustres membros da classe média.

produzida, como é mister sustentar a crítica ao neoliberalismo, parta ela de revolucionários, reformistas, populistas, reformistas-populistas etc.

Ao verem desmentida essa hipótese de queda da participação do trabalho no PIB, os subconsumistas perdem o pouco esteio factual com o qual amparam suas teses, de resto já insustentáveis. No entanto, sem descartar eventuais discrepâncias, é de se esperar que num momento ascendente do ciclo econômico a demanda por força de trabalho aumente, ao passo que diminua o preço das mercadorias que compõem a “cesta de consumo” dos trabalhadores, em decorrência do aumento da produtividade. Por essa dupla via, seria provável que a remuneração dos trabalhadores se elevasse (sem com isso reverter a tendência ao aumento relativo da riqueza dos capitalistas¹²⁶⁷, à multiplicação das condições de exploração dos trabalhadores, e a um alijamento ainda maior em relação à propriedade dos meios de produção, cuja aquisição pressupõe montantes cada vez maiores de capital, e reproduz a própria condição de assalariado, bem como a da sua prole)¹²⁶⁸. Já numa fase subsequente do ciclo, a tendência é de desaceleração do ritmo de crescimento da renda total dos trabalhadores, podendo inclusive haver em dado momento uma redução absoluta do nível total de compensação percebida pelos trabalhadores¹²⁶⁹. Isso por si só não daria razão às teses subconsumistas, e não privaria de significado a tendência à queda da taxa de lucro. Ao contrário, seria antes uma de suas expressões, assim como a própria “monopolização” a que se referem Baran, Sweezy e seus seguidores¹²⁷⁰.

Nas palavras de Marx,

“... à medida que a taxa de valorização do capital global, a taxa de lucro, é o agulhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é a sua única finalidade), sua queda

¹²⁶⁷ Cf. Marx, K. *Trabalho Assalariado e Capital*. In: *Textos*, Vol. III. São Paulo: Ed Alfa-Ômega, 1977, p.72.

¹²⁶⁸ “Assim que o trabalho assalariado produz a riqueza estranha que o domina, a força que lhe é hostil – o capital –, ressurgem para eles seus meios de emprego, isto é, meios de subsistência, sob a condição de que se torne novamente uma parte integrante do capital, a alavanca que lhe imprime outra vez um movimento de crescimento acelerado” (idem, *ibidem*, p.72). “De seu próprio mais-produto, em expansão e expandindo a parte transformada em capital adicional, flui de volta para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de maneira que podem ampliar o âmbito de suas satisfações, podem prover melhor seu fundo de consumo de vestuário, móveis etc., e constituir um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Mas assim como melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não superam a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado. Preço crescente do trabalho em decorrência da acumulação do capital significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1996, p.250-1).

¹²⁶⁹ Numa descrição menos eufemística, diz Rosa Luxemburgo: “de tempos em tempos, vem uma crise, semanas e meses de desemprego, de luta desesperada contra a fome. E novamente o trabalhador consegue subir um degrau da engrenagem, feliz por poder novamente empregar seus músculos e nervos a serviço do capital. / Mas progressivamente as forças começam a faltar. Um período mais longe de desemprego, um acidente, a velhice que se aproxima – este, depois aquele precisa agarrar o primeiro emprego que aparece, abandona a profissão e desliza irresistivelmente para baixo. Os períodos de desemprego tornam-se cada vez maiores, os empregos cada vez mais irregulares. Em pouco tempo, o acaso domina a existência do proletário, a infelicidade o persegue, a carestia toca-o mais duramente que os outros. A energia perpetuamente tensa na luta por um pedaço de pão relaxa-se por fim, a auto-estima diminui – e lá está ele à porta do albergue dos sem-teto, ou à porta da prisão. / Assim a cada ano milhares de existências proletárias afastam-se das condições de classe normais da classe trabalhadora para cair na escuridão da miséria. Eles caem silenciosamente como um sedimento que se deposita no fundo da sociedade, elementos usados, inúteis, dos quais o capital não pode retirar mais nenhuma seiva, lixo humano que é varrido com vassoura de ferro: contra eles ergue-se o braço da lei, da fome e do frio. E por fim a sociedade burguesa estende aos seus proscritos o copo de veneno” (Luxemburgo, R. “No Albergue”. In: Schütrumpf, J.(org). *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.68-9)

¹²⁷⁰ “... a mais importante consequência dela [a lei da queda da taxa de lucro] é pressupor concentração cada vez maior dos capitais, por conseguinte expropriação cada vez maior do capital dos capitalistas menores. De modo geral, isso é o resultado de todas as leis da produção capitalista” (idem, *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1487). Para uma crítica às noções de capitalismo concorrencial e monopolista, ver p. 99-100 acima.

retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista; ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua”¹²⁷¹.

Estamos assim diante de tendências duradouras e nada mecânicas, que redundam em crescente instabilidade econômica, e cujo verdadeiro significado se revela sob conjunturas específicas, nas quais a crise é deflagrada. Não é necessário, portanto, que no exato momento em que ocorre o “colapso” as taxas de lucro estejam em queda, mas é esse declínio que nos possibilita compreender, por exemplo, o impulso do capital a buscar caminhos financeiros para dar continuidade ao seu movimento auto-expansivo. Trata-se, assim, de um roteiro bastante discutido ao longo do texto, e muitas vezes encenado ao longo da história capitalista:

“Supostas constantes todas as demais circunstâncias”, diz Marx, “a massa do lucro destinado à transformação em capital dependerá da massa do lucro feito e, portanto, da expansão do próprio processo de reprodução. Mas, se essa nova acumulação encontra dificuldades para ser aplicada, por falta de esferas de investimento, havendo, pois, saturação dos ramos de produção e oferta excessiva de capital de empréstimo, essa plethora de capital monetário emprestável mostra unicamente os limites da produção capitalista. A fraude creditícia subsequente demonstra que não existe obstáculo positivo à aplicação desse capital excedente. Ela revela, porém, um obstáculo em virtude das leis de sua valorização, em virtude dos limites em que o capital pode valorizar-se como capital [...]. Mas essa acumulação, como foi demonstrado, pode expressar momentos que são bem diversos da acumulação real. Com ampliação constante da acumulação real, essa acumulação ampliada de capital monetário pode, em parte, ser resultado dela, em parte resultado de momentos, que a acompanham, mas que são totalmente distintos dela, e em parte, finalmente, também resultado de paralisações da acumulação real. Já porque a acumulação de capital de empréstimo é inchada por tais momentos independentes da acumulação real, mas que a acompanham, tem de haver, em certas fases do ciclo, constantemente plethora de capital monetário, e essa plethora tem de se desenvolver com o aperfeiçoamento do crédito. E simultaneamente com ela tem de desenvolver-se a necessidade de impelir o processo de produção além de seus limites capitalistas: supercomércio, superprodução e supercrédito. Ao mesmo tempo, isso tem sempre de ocorrer em formas que provocam uma reação”¹²⁷².

Enfim, naquilo que possuem de factual e teoricamente válido, fatores explicativos se encontram inscritos no movimento da acumulação e da produção de crises de sobreacumulação, que buscamos investigar ao longo do capítulo e noutros momentos deste texto.

*

¹²⁷¹ Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.183.

¹²⁷² Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986, p.34-5. “Vimos que o lucro médio do capitalista individual, ou de cada capital particular, é determinado não pelo mais-trabalho, de que esse capital se apropria em primeira mão, mas pelo quantum global de mais-trabalho de que se apropria o capital global e do qual cada capital particular, apenas enquanto parcela proporcional do capital global, retira seus dividendos. Esse caráter social do capital só é mediado e realizado completamente pelo pleno desenvolvimento do sistema de crédito e do sistema bancário. Por outro lado, isso vai mais longe. Ele põe à disposição dos capitalistas industriais e comerciais todo o capital disponível e mesmo potencial, ainda não engajado ativamente, da sociedade, de modo que nem o prestamista nem o empregador desse capital são seus proprietários ou produtores. Abole assim o caráter privado do capital e, por isso, contém em si, mas apenas em si, a abolição do próprio capital. Devido ao sistema bancário, a distribuição do capital é retirada das mãos dos capitalistas particulares e dos usurários como um negócio especial, como função social. Mas, ao mesmo tempo, o banco e o crédito tornam-se assim o meio mais poderoso de impelir a produção capitalista além de seus próprios limites, e um dos veículos mais eficazes das crises e da fraude” (idem, *ibidem*, p.106-7).

Diante da prevalência das teses subconsumistas, e dos clamores por “nacionalização”¹²⁷³, por regulamentações do mercado financeiro, e por fortalecimento do “capitalismo de Estado”, com pesar somos forçados a reconhecer que no interior da teoria marxista por vezes não nos deparamos com quadros conceituais mais sólidos e rigorosos para a compreensão da última crise econômica e da fase de desenvolvimento capitalista na qual ela se insere.

Definitivamente, de nada vale uma crítica de cunho moralizante e demagógica contra a especulação e o arrivismo dos “investidores”, e tampouco uma de feitio psicologizante. Num momento em que a produção capitalista pelejava para se erguer sobre seus próprios pés, combatendo reminiscências feudais e todo tipo de empecilho de ordem técnica, tecnológica, cultural, religiosa, legislativa, estamental etc., compreende-se que seus ideólogos lançassem anátemas contra os “usurários” em favor dos honestos e laboriosos capitalistas industriais; afinal, numa palavra, o fundamento da formação social capitalista é a valorização do valor, e a indústria é, por conseguinte, seu substrato. Não obstante, como constataria um tal Gilbert, escrevendo em 1834: “tudo o que facilita o negócio facilita também a especulação, e em muitos casos, ambos se entrelaçam tão estreitamente que é difícil dizer onde termina o negócio e onde começa a especulação”¹²⁷⁴.

Pouco depois, denunciava Marx:

“o capital, que tem tão ‘boas razões’ para negar os sofrimentos da geração trabalhadora que o circunda como pela possível queda da Terra sobre o Sol, é condicionado em seu movimento prático pela perspectiva de apodrecimento futuro da humanidade e, por fim, do incontável despovoamento. Em qualquer malandragem com ações ninguém ignora que um dia a casa cai, porém todos confiam que ela cairá sobre a cabeça do próximo, após ele próprio ter colhido a chuva de ouro e a posto em segurança. *Après moi le déluge!* É a divisa de todo capitalista e toda nação capitalista”¹²⁷⁵.

De resto, demoramo-nos em considerar as múltiplas imbricações entre o capital portador de juros e o capital produtivo, salientando, por exemplo, que o desenvolvimento da grande indústria não pode ser compreendido sem a referência ao desenvolvimento do sistema de crédito, e que a reprodução ampliada do capital é e sempre foi dependente do capital portador de juros. Necessitávamos, portanto, extrapolar a faceta mais visível dos fenômenos, e foi nesse sentido que consideramos diversas e divergentes interpretações sobre a recente crise econômica mundial, assim como outras crises, particularmente a que eclodiu no início da década de 1970. Todas elas,

¹²⁷³ Cf., por exemplo, Moseley, F. “The U.S. Economic Crisis: Causes and Solutions”. *Internacional Socialist Review*, n.64, março-abril de 2009. Disponível em: <http://www.isreview.org/issues/64/feat-moseley.shtml>.

¹²⁷⁴ Citado por Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984, p.307. Ainda no início da seção sobre a “produção da mais-valia absoluta”, n’*O Capital*, Marx salientava que a aferição de ganhos monetários, seja de origem produtiva ou rentista, é o objetivo último do capitalista mundial, que tem desde sempre como campo de atuação o mercado mundial: “Assim, por exemplo, ele [o capitalista] retirou de 1844 a 1847 parte de seu capital do negócio produtivo para perdê-la na especulação com ações ferroviárias. Assim, ao tempo da Guerra da Secessão Americana, fechou a fábrica e lançou o operário na rua para jogar na Bolsa de algodão de Liverpool” (idem, ibidem, p.309, nota de rodapé).

¹²⁷⁵ Idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1996, p.205.

interpretações galgadas em evidências empíricas, e algumas embasadas em exaustivas investigações estatísticas.

Parece indiscutível que a consideração criteriosa e detida dessas investigações é imprescindível, afinal, as crises devem ser compreendidas em sua complexa singularidade. No entanto, a profusão de abordagens concorrentes e mesmo antípodas por si só indica equívocos de cunho conceitual. As crises econômicas - acompanhando o movimento do próprio capital como seu negativo, e ao mesmo tempo como elemento determinante para a reposição da acumulação em escala sempre ampliada -, manifestam-se sob diversas formas, em diferentes planos, assim como o faz o sujeito-capital, como demonstra rigorosamente Jorge Grespan¹²⁷⁶. Insistamos, de modo breve e pouco exaustivo, que já no âmbito da circulação simples de capital a possibilidade formal da crise se faz presente por meio da potencial separação, no tempo e no espaço, entre os atos de compra e venda de mercadorias¹²⁷⁷. E mesmo num momento tão elementar da investigação, delineia-se o *movimento geral da crise*: trata-se do desfecho da “autonomização exterior” de “momentos internamente dependentes”; ou da autonomização de momentos co-pertinentes, de pólos de um todo unitário, de “momentos essenciais do todo”, uma unidade de contrários, os quais se independentizam, até um ponto determinado, em que a “unidade essencial” – uma unidade em processo - se faz valer e se efetiva; o ponto da crise¹²⁷⁸.

Tão logo se adentra o âmbito da produção imediata, o capital se revela como a *hýbris* em movimento, pondo-se enquanto medida de si próprio por meio da desmedida¹²⁷⁹; ou seja, na

¹²⁷⁶ Grespan, J.L. *op. cit.*

¹²⁷⁷ Cf. p.60-1 deste texto. Ainda no que tange ao conceito de crise como possibilidade formal, repitamos, a posição do dinheiro enquanto meio de pagamento enseja o desenvolvimento de grandes teias de obrigações recíprocas, mas nisso irrompe um novo e explosivo obstáculo: a limitação temporal à sua realização, definida pelos contratos. Em meio a uma cadeia sem tamanho de compensações e pagamentos diretos, a quebra de um de seus elos, com o desrespeito a um contrato, repercute sobre infinitos outros pontos, podendo levar a um colapso generalizado da referida cadeia. É, enfim, a manifestação da crise como possibilidade num patamar mais elevado. Cf. Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.949.

¹²⁷⁸ Cf. idem, ibidem, p.936 e p.948-9; idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1996, p.236; e idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 3 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.75. E não nos deixemos enganar por expressões como “indiferença aparente” entre os elementos constitutivos da unidade, e mesmo “autonomia aparente”, posto que aqui o termo “aparência” nada tem a ver meramente com algum tipo de ilusão; antes designa a forma necessária de manifestação do objeto; a dimensão de ilusão subsiste quando se toma a aparência como a totalidade do objeto, ignorando a essência que é por aquela velada. Cf. idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro III, tomo V, 1986, p.271, e idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1996, p.421. Todo esse processo se desenrola de maneira bastante conflituosa e cheia de vicissitudes. Consideremos novamente os termos em que essa dimensão antagônica é apresentada por Marx, que fala em “processo destrutivo”, em “anulação violenta da autonomia”, em “erupções”, em “abalos sísmicos”, em “explosão violenta”. Salta a vista que vários desses termos aproximam a crise de uma catástrofe natural, que é como ela efetivamente se figura aos “homens práticos” burgueses e aos seus ideólogos, em sua recalitrância em fugir das contradições e em se aferrar à superfície dos fenômenos, e pelo fato de que o curso da crise escapa a qualquer tipo de controle planejado e consciente, sendo nesse sentido rigorosamente natural, e mesmo fatal. A crise, portanto, elucida e dá concretude ao alerta de Marx: “... é totalmente falso fazer como os economistas e fixar de golpe, apenas surgem as contradições do dinheiro, somente os resultados finais sem ter em conta o processo que os medeia, somente a unidade sem a diferença, afirmação sem a negação [...]”. A razão pela qual se refugiam nesta abstração está no fato de que no desenvolvimento real nascem contradições que são desagradáveis para a apologetica do senso comum burguês, e que devem por isso ser ocultadas” (idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 3 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.131-132). Cf. p.56 acima.

¹²⁷⁹ “... a medida desta produção excedente é o próprio *capital*, o nível dado das condições de produção e o impulso desmedido ao enriquecimento e à capitalização pelos capitalistas” (idem, *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.928). Cf. Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.138.

condição de valor que se valoriza, mediante a apropriação de trabalho excedente¹²⁸⁰, o capital incessantemente converte a si próprio como limite e como barreira a ser superada, manifestando-se como um montante de valor que deve ser ultrapassado num processo de reiterada perda e subsequente reposição dessa medida, como se se tratasse de um jogo estritamente quantitativo¹²⁸¹.

Ainda que de maneira pobre em determinações, no domínio da produção imediata surge também uma nova acepção de desmedida, concernente à auto-imposição de um limite que o capital não consegue converter em barreira a ser superada, relativa à tendência à substituição de trabalho vivo por trabalho morto, ou ao aumento do capital constante em relação ao capital variável. A crise se insinua aqui não mais como mera possibilidade, mas como *necessidade*, que nada tem a ver com “fatalidade”, no sentido de uma relação mecânica entre causas e conseqüências. Antes, o movimento dialético do capital produz tendências e contra-tendências que possuem formas próprias e complexas de articulação: é “necessário” como oposto ao meramente “contingente”, mas inclui a contingência enquanto tal; ademais, a prevalência das tendências, por exemplo, longe de anular as contra-tendências, ativa e catalisa muitas delas, e a recíproca é verdadeira.

Já sob a égide da circulação de capitais, em que o capital salta da forma capital-monetário à forma capital-produtivo, e desta à forma capital-mercadoria, para novamente assumir a forma capital monetário e assim sucessivamente, são ensejadas desproporções interdepartamentais, e com elas uma nova acepção de desmedida, em face da tendência ao excesso relativo de produção num dado departamento¹²⁸².

Finalmente, da ótica do processo global de produção de capital, o capital passa a se guiar pela “taxa fetichista de valorização”, a taxa de lucro, como se capital constante e capital variável constituíssem fontes equivalentes de valor. O movimento da acumulação, no qual a extração de mais-valia relativa é determinante, e com ela a tendência ao aumento da taxa de mais-valia, implica igualmente na tendência à diminuição da taxa de lucro, a qual eventualmente acaba por inibir a reprodução ampliada do capital, criando assim um óbice que por vezes só é superado após

¹²⁸⁰ “O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, tomo I, p.179-180). Em meio a esse movimento, manifesta-se o impulso desmedido pela extensão da jornada de trabalho e pela sua intensificação, à custa da saúde física e mental de milhões. Cf. Idem, ibidem, p.351; p.379; e também idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1996, p.40; p.42; p.51; p.139; p.155. “O que a experiência em geral mostra ao capitalista é uma superpopulação constante, isto é, superpopulação em relação à necessidade momentânea de valorização do capital, apesar de que seu fluxo seja constituído de gerações humanas atrofiadas, cuja vida se consome depressa, que rapidamente se suplantam, como se fossem, por assim dizer, colhidas prematuramente” (idem, *O Capital: crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1996, p.382-3).

¹²⁸¹ Cf. p.40 e p.60-1 acima. “Em toda medida, enquanto serve de ponto de comparação [...] a natureza da medida se torna indiferente e desaparece no ato mesmo da comparação: a unidade de medida se converteu em mera unidade numérica: a qualidade desta unidade desapareceu” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 3 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.339).

¹²⁸² Cf.p.273 acima.

um surto de auto-desvalorização (e por meio dele). A desmedida aqui significa a perda abrupta e violenta da medida, e se exprime na discrepância entre duas medidas da acumulação, a taxa de mais-valia e a taxa de lucro¹²⁸³. Uma das expressões desse processo que inclui a reprodução ampliada e a sobreacumulação de capital é o crescimento desmedido das modalidades “financeiras” e fictícias do capital, que se efetiva, por exemplo, na forma de bolhas especulativas.

Ao que parece, inúmeros marxistas recaíram num (crônico) erro de classificar e segmentar as crises - como crises de realização, crises de superprodução, crises monetários, crises financeiras, crises de sobreacumulação -, sem perceber a unidade contraditória de seus momentos, ou então no equívoco de fixar uma dessas formas, e elevá-las à condição de causa absoluta das crises. Não se trata de considerá-las equivalentes, nem de simplesmente localizar a gênese das crises no conjunto dessas suas formas de manifestação. Ao contrário, é evidente que a possibilidade formal da crise em função da separação entre compra e venda não pode constituir uma fonte de explicação equivalente à lei tendencial da queda das taxas de lucro¹²⁸⁴. Porém, é igualmente patente que qualquer tipo de leitura unilateral ou fatalista significa a perda do objeto. Mesmo as tendências e contra-tendências elementares da acumulação devem ser perscrutadas à luz de sua totalidade, e não isoladamente. Nesse sentido, insistamos, redundaria em erro apartar a tendência à queda da taxa de lucros - a “mais importante lei da economia” no interior do modo de produção capitalista¹²⁸⁵ - do processo de produção do capital fictício e das disputas pela extração de renda da terra, por exemplo, e ainda por cima de entender tal tendência fora de sua relação com as causas contra-atuantes.

Sem abandonar a evolução empírica determinada, esperamos assim ter demonstrado que, bem entendida, a recente crise econômica mundial confirma e é elucidada por meio desse acabouço teórico.

¹²⁸³ “... a crise se define como o momento em que as medidas autônomas se opõem, como contradição de medidas ou, na terminologia da *Ciência da Lógica* de Hegel, como ‘desmedida’” (Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.186).

¹²⁸⁴ “... não pode existir nenhuma crise, sem que a compra e a venda se separem uma da outra e entrem em contradição ou que apareçam as contradições contidas no dinheiro como meio de pagamento; sem que, portanto, a crise se manifeste na forma simples - a contradição de compra e venda, a contradição do dinheiro como meio de pagamento. Mas estas são meras *formas* - possibilidades gerais das crises, então também formas, formas abstratas da crise efetiva. Nela aparece o ser-aí da crise em suas formas mais simples e, nesta medida, em seu conteúdo mais simples. Mas ele não é ainda conteúdo fundado” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.947; tradução modificada com base em Grespan, J.L., *ibidem*, 1998, p.148). Trata-se, repitamos, da “possibilidade geral e abstrata da crise - não significa senão a forma mais abstrata da crise, sem conteúdo, sem motivo pleno de conteúdo para a mesma” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 947). “Esses elementos [a dissociação entre compra e venda] que explicam a possibilidade da crise nem de longe elucidam sua realidade” (idem, *ibidem*, p.937). “Explicar a crise por essa forma elementar significa explicar a existência da crise, expressando-a na mais abstrata forma de sua existência, isto é, explicar a crise pela crise” (idem, *ibidem*, p.937).

¹²⁸⁵ De acordo com uma conhecida passagem dos *Grundrisse*, a lei da queda tendencial da taxa de lucro é, “... em todos os aspectos, a lei mais importante da moderna economia política e é essencial para compreender as relações mais difíceis. É, do ponto de vista histórico, a lei mais importante” (idem, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.281).

Conclusão

A atual conjuntura amplifica o erro do prognóstico de Hilferding, feito há mais de 100 anos; atribuindo um poder inexistente ao capital financeiro, esse autor conclui que

“desapareceram irreparavelmente aquelas psicoses em massa que a especulação provocava no início da era capitalista, aqueles tempos felizes, quando cada especulador se sentia um deus que criava o mundo a partir do nada. A burla do cultivador de tulipas com seu fundo idílico de paixão poética pelas flores, a burla dos mares do sul com sua incitante fantasia aventureira de descobrimentos inauditos, os projetos de Law com suas intenções de conquista universal – tudo isso indica a caça aberta de lucro diferencial que encontra seu fim com a catástrofe financeira de 1873. A partir daí desapareceu a fé no poder milagroso do crédito e da bolsa [...]. A bolsa perdeu seus fiéis e conservou apenas seus sacerdotes que fazem seu negócio à custa da fé dos demais. Como a fé se tornou um negócio, o negócio da fé é cada vez menor. A loucura feliz e rendosa dissipou-se, as tulipas murcharam há muito tempo e o cafezal ainda dá lucro comercial, mas não dá mais verdadeiro lucro de especulação. A prosa abate a poesia do lucro”¹²⁸⁶.

A despeito de sua capacidade teórica, Hilferding ignora uma contradição fundamental da circulação do capital portador de juros, existente entre o sistema financeiro e sua base monetária¹²⁸⁷. Segundo sua análise, o capital financeiro passou a deter pleno controle dos fenômenos monetários, adquirindo uma liberdade de ação quase irrestrita. Não só a teoria marxiana, mas também a experiência histórica imediata o contrariava, notadamente a eclosão das crises financeiras de 1880 (a crise do Baring na Inglaterra) e de 1907 (uma crise bancária generalizada, nos Estados Unidos), que se propagaram rapidamente pelo mercado mundial, e se desdobraram em expressivas crises econômicas¹²⁸⁸. O que dizer então dos episódios subsequentes, sobretudo a crise de 1929? Poder-se-ia simplesmente falar aqui sobre a curta memória dos capitalistas, mas convém observar que enquanto personificações do capital, os capitalistas assimilam sua “cegueira automática”. A memória forçosamente lhes trai diante da perspectiva de fartos lucros e rendimentos...

De lá para cá, e mesmo às vésperas de uma crise como a que eclodiu em 2008, equívocos muito mais profundos foram reiteradamente cometidos por autoridades monetárias, “investidores”, analistas financeiros, economistas e congêneres, cuja ignorância em geral se alia a grandes dosagens de cinismo¹²⁸⁹, com o qual continuam a pintar um futuro idílico e luminoso. Ao contrário de suas predições, a marcha trinfal capitalista continua acumulando guerras, espalhando

¹²⁸⁶ Hilferding, R. *O capital financeiro*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.277.

¹²⁸⁷ “Infelizmente, Hilferding não introduz a idéia de uma circulação financeira que tem necessariamente um caráter contraditório, um de seus aspectos sendo o especulativo. É esta a razão pela qual ele fala da diminuição da especulação e da contenção dos efeitos desta na época do capital financeiro, sem ver que não há diminuição nem contenção, mas sim transferência dos efeitos da especulação, que afeta a moeda bancária em vez de afetar a moeda nacional, existindo realmente sempre uma sanção monetária que assume contudo um caráter histórico determinado” (Brunhoff, S. *A política monetária: uma tentativa de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.110).

¹²⁸⁸ Idem, ibidem, p.109.

¹²⁸⁹ Cf. p.126 acima.

miséria, aprofundando desigualdades, cultivando a venalidade absoluta e a concorrência desmedida e generalizada, afirmando o ganho monetário e sua ostentação como objetivo último da vida humana, acirrando a concentração de propriedade, e consequentemente de renda, e assim sucessivamente. Mesmo se viermos a adentrar em uma fase de ampliação de algumas dimensões do capitalismo de Estado, atualizando o intervencionismo econômico e as políticas de “bem-estar social”, dispomos de elementos teóricos e de evidências históricas suficientes para sabermos de antemão que esse quadro geral não seria superado, e que o curso da acumulação de capital seguirá empilhando desgraças.

Para não alongarmos, evitarei retomar os principais argumentos expostos anteriormente sobre a atual configuração do modo de produção capitalista, até porque já realizamos acima esforços sintéticos nesse sentido. Como se vê uma vez mais, somos incapazes de realizar previsões acuradas sobre o devir histórico do capital; nas páginas precedentes buscamos apenas apresentar e analisar determinados elementos da hodierna dinâmica da acumulação - o que evidentemente inclui algumas de suas tendências fundamentais -, bem como apontar os limites de algumas teses sobre esse processo e de determinados prognósticos sobre o futuro do capitalismo. Independentemente da competência com que se efetive essa tarefa, é certo que ela perde grande parte de sua relevância num contexto em que não serve de esteio à construção de estratégias políticas de cunho revolucionário¹²⁹⁰.

Não obstante, à medida que não compartilhamos a convicção de que o marxismo há tempos foi relegado ao museu das idéias dogmáticas¹²⁹¹, e tampouco de que a história acabou, temos esperança que eventuais acertos que tenhamos logrado contribuam com o debate marxista (brasileiro) acerca do capitalismo contemporâneo, e que este debate, por sua vez, torne a adquirir alguma importância para a constituição e o ascenso da classe revolucionária, e para o acirramento da guerra de classes, hoje praticamente unilateral. Afinal, fatores conjunturais que apontam para a premência da vivificação do(s) marxismo(s) não faltam, como a perspectiva de acirradas e violentas disputas em meio à reorganização do sistema interestatal; a crescente militarização da “sociedade” em diversos países e a difusão de guerras de “baixa intensidade”¹²⁹² – reagindo a processos de insurgência popular, ou de caráter meramente “preventivo” -; a perda de qualquer horizonte de transformação social substantiva, seja pela integração das organizações políticas de

¹²⁹⁰ Em face da eclosão da crise financeira mundial, como constata Ricardo Musse, “a crítica de Marx ao capitalismo readquire atualidade precisamente quando a prática política inspirada no marxismo passa por seu momento de maior descrédito [...], o paradoxo é ainda maior quando se recorda que o marxismo viveu seu apogeu político e intelectual no Ocidente no período em que a regulação estatal desmentia a linha geral de *O capital*” (Musse, R. “Observações sobre o desastre econômico”, 2008. Disponível em: p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/3028.1.shl s/p).

¹²⁹¹ Comicamente sintetizada por Roberto Schwarz em seus “19 princípios para a crítica literária”, em meio aos quais por três vezes somos intimados a não esquecer que “o marxismo é um reducionismo, e está superado pelo estruturalismo, pela fenomenologia, pela estilística, pela nova crítica americana, pelo formalismo russo, pela crítica estética, pela linguística e pela filosofia das formas simbólicas” (Schwarz, R. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008).

¹²⁹² Cujo modelo para a América Latina é o Plano Colômbia.

esquerda às estruturas burocráticas estatais e empresarias, seja pela repressão às organizações que mantiveram a combatividade; entre tantos outros. Não se trata, enfim, de uma canhestra e inelutavelmente inútil mensagem otimista em meio à terra arrasada, mas sim da identificação, de resto evidente, dos desafios que o capital impõe àqueles engajados em sua destruição.

Referências bibliográficas

- Adorno, T. W.** “Sobre sujeito e objeto”. In: *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. “Introdução sobre o Positivismo na Sociologia Alemã”. In: *W. Benjamin, M. Horkheimer, T. W. Adorno, J. Habermas. Textos Escolhidos. Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Adorno, T. W.; Horkheimer, M.** *A Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- Agambem, G.** *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- Aglietta, M.** *A Theory of Capitalist Regulation: the US experience*. Londres: Verso, 2000.
- Aglietta, M; Orleán, A.** *A violência da moeda*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- Akyüz, Y.** “The management of capital flows and financial vulnerability in Asia”. In: Griffith-Jones, S.; Ocampo, J.A.; Stiglitz, J.E. *Time for a Visible Hand: lessons from the 2008 world financial crisis*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- Alizadeh, H.** “One Year Since Bouazizi’s Death — One Year of Arab Revolution”, 2011. Disponível em: <http://www.marxist.com/arab-revolution-first-anniversary.htm>.
- Amin, S.** *O desenvolvimento desigual: Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976
- _____. *Capitalism in the age of globalization: the management of contemporary society*. London: Zed Books, 2000.
- _____. “Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- Anderson, P.** *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- _____. “A Batalha das Idéias na Construção de Alternativas”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- _____. “Algumas notas históricas sobre hegemonia”. In: *Margem Esquerda*, n.14, 2010.
- _____. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- Arantes, O.B.F.** “A ‘virada cultural’ do sistema das artes”. In: *Margem Esquerda*, n.6, 2005.
- _____. “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”. In: *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. “A sobrevida da arquitetura moderna segundo Jürgen Habermas”. In: *Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- Arantes, P.E.** “O ‘Pensamento Único’ e o Marxista Distraindo”. In: *Zero à Esquerda – Paulo Eduardo Arantes*. São Paulo. Conrad Editora do Brasil, 2004. (Coleção Baderna).
- Arrighi, G.** *Geometry of Imperialism: the limits of Hobson’s paradigm*. Londres: NBL, 1978.
- _____. “A ilusão desenvolvimentista: uma reconceitualização da semiperiferia”. In: *A ilusão do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- _____. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp. 1996.
- _____. “Hegemony Unravelling”. Party I. In: *New Left Review*, nº 32, março-abril de 2005.
- _____. “Hegemony Unravelling”. Party II. In: *New Left Review*, nº 33, maio-junho de 2005.
- _____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. Postscript to the Second Edition of *The Long Twentieth Century*, 2009. Disponível em: www.soc.jhu.edu/people/arrighi/publications.
- _____. Entrevista a David Harvey. Publicada em 26 de maio de 2009, na Revista Rebelion http://www.rebellion.org/noticia_pdf.php?id=85959.

Arrighi, G.; Barr, K.; Hisaeda, S. “The Transformation of Business Enterprise”. In: Arrighi, G. Silver, B.J. (orgs). *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

Arthur, C.J. “Value and Money”. In: Moseley, F. (org.) *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan, 2005.

Associação Keynesiana Brasileira. *Dossiê sobre a Crise*. Associação Keynesiana Brasileira, novembro de 2008. Disponível em <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>.

Bairoch, P. “Globalization Myths and Realities: One Century of External Trade and Foreign Investment”. In: Boyer, R.; Drache, D. (Eds). *States Against Markets: The Limits of Globalization*. Londres: Routledge, 1996.

Bank of International Settlements. *80th Annual Report*, 2010. Disponível em www.bis.org.

Baran, P.; Sweezy, P.M. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Bastos, C.P. Entrevista à Folha de São Paulo, publicada em 12/08/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/958382-nao-ha-crise-bancaria-nem-fiscal-nos-eua-diz-economista.shtml>.

Batten, J.A.; Szilagyi, P.G. (eds). *The impact of the global financial crisis on emerging financial markets*. Bingley: Emerald, 2011.

Batista Jr, P.N. “O círculo de giz da ‘globalização’”. In: Batista Jr, P.N. *A Economia Como Ela É...* São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. “A cortina de fumaça da ‘globalização’”. In: Batista Jr, P.N. *A Economia Como Ela É...* São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. “Globalização: um mito destrutivo”. In: Batista Jr, P.N. *A Economia Como Ela É...* São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Prefácio. In: Hirst, P., Thompson, G. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

Beck, U. *O que é globalização? Equívocos do globalismo; respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Bell, D. *The cultural contradictions of capitalism*. New York: Basic Books, 1978.

_____. *O Advento da Sociedade Pós-industrial*. São Paulo. Cultrix, 1974.

Belluzzo, L.G. “O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados ‘globalizados’”. *Economia e Sociedade*. Campinas, junho de 1995. Disponível em <http://xa.yimg.com/kq/groups/22137107/731865683/name/01-BELLUZZO.pdf>.

_____. “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. “Prefácio”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. “A crise Financeira e o Papel do Estado”. In: Bispo, C.R.; Musse, J.S.; Vaz, F.T.; Martins, F.J. (orgs). *Crise Financeira Mundial*. Brasília: ANFIP, 2009.

Benjamin, W. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. “Moscou”. In: *Rua de Mão Única. Obras escolhidas 2*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Bernardo, J. “Sete reflexões sobre a actual crise”, 2008. Disponível em: spectrum.weblog.com.pt/arquivo/2008/12/sete_reflexoes.html.

_____. “Perspectivas do capitalismo na actual crise econômica”, 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=119>.

_____. “Ainda acerca da crise económica” (8 Partes), 2010. Disponível em: www.passapalavra.info/.

Blackhouse, R.E.; Bateman, B.W. (eds) *The Cambridge Companion to Keynes*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006.

Bordo, M.D.; Einchengreen, B. “Bretton Woods and The Great Inflation”. *Working Paper* 14532; National Bureau of Economic Research, dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w14532>.

Bordo, M.D.; Einchengreen, B.; Irwin, D.A. “Is Globalization Today Really Different Than Globalization a Hundred Years Ago?”. Texto preparado para o Brookings Trade Policy Forum. Revisado em maio de 1999. Disponível em: <http://www.econ.berkeley.edu/~eichengr/research/brooking.pdf>.

Boron, A.A. “Hegemonia e Imperialismo no Sistema Internacional”. In: Boron, A.A., (org.) *Nova Hegemonia Mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

Boyer, R., *A Teoria da Regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.

Braga, J.C.S. “Financeirização global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. “Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças”. *Estudos Avançados*, 23 (65), 2009.

Braudel, F. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

Braverman, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Brenner, R. *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005*. New York: Verso, 2006.

_____. “Um novo imperialismo?”. In: Santos, T. (coord) *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. “A devastating economic crisis unfolds”. Disponível em <http://www.greenleft.org.au/node/38913>, 2009.

_____. Entrevista a Seongjin Jeong, concedida em 22 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://hap.blogger.hr/post/interview-with-robert-brenner-on-the-current-crisis/1215794.aspx>.

Brunhoff, S. *A política monetária: uma tentativa de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

Bukharin, N. *O Imperialismo e a Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

Cagnin, R.F. “O ciclo dos imóveis e o crescimento econômico nos Estados Unidos 2002-2008”. In: *Estudos Avançados*, 23 (65), 2009.

Carchedi, G. *Frontiers of Political Economy*. New York: Verso, 1991.

Carneiro, R. “Globalização e integração periférica”. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 126, jul. 2007.

Carvalho, F.J.C. “The accumulation of international reserves as a defense strategy”. In: Griffith-Jones, S.; Ocampo, J.A.; Stiglitz, J.E. *Time for a Visible Hand: lessons from the 2008 world financial crisis*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Ceceña, A. E. “Estados Unidos: reposicionamento hegemônico para o século XXI. In: Santos, T. (coord) *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. (Org) *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Chandler, A. *Visible hand: the managerial revolution in american business*. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

Chari, V.V.; Christiano, L.; and Kehoe, P.J. “Facts and Myths about the Financial Crisis of 2008”. *Research Department of Federal Reserve Bank of Minneapolis*, Working Paper 666, October 2008. Disponível em: www.mpls.frb.org/research/wp/wp666.pdf.

- Chesnais, F.** “Globalization against development”. In: *Internacional Socialism Journal*, n.102, 2004.
- _____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. “Os *crashes* financeiros asiáticos e os mecanismo de propagação internacional de crise econômica”. In: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. “Introdução Geral”. In: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. “Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica”. In: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. *Tobin or Not Tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. São Paulo: Editora Unesp; ATTAC, 1999.
- _____. “Mundialização: o capital financeiro no comando”, *Revista Outubro*, n.5, 2000.
- _____. “A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações”. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.
- _____. “A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.
- _____. “Globalization against development”. In: *Internacional Socialism Journal*, n.102, 2004.
- _____. “Apresentação à edição brasileira”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: Chesnais, F. (org). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. “Raíz, gênese e consecuencia do crash bursátil”. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/print/revista-herramienta-n-22/raiz-genesis-y-consecuencias-del-crash-bursatil>, 2009.
- _____. “Como la crisis de 29, o más... Un nuevo contexto historico”. Disponível em http://www.archivochile.com/Debate/crisis_08_09/crisis00038.pdf, 2009.
- Cintra, M.A.M; Cagnin, R.F.** “Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas”. In: *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, dezembro 2007.
- Cintra, M.A.M.; Freitas, M.C.P.** “Inflação e deflação de ativos a partir do mercado imobiliário americano”. In: *Revista de Economia Política*, vol. 28, nº 3 (111), julho-setembro/2008.
- Cintra, M.A.M.; Fahri, M.** “A Crise Financeira e o Global Shadow Banking System”. *Novos Estudos*, n.82, novembro de 2008.
- Clarke, S.(ed.)** *The State Debate*. Londres: Macmillan, 1991.
- Coggiola, O.** *As grandes depressões (1837-1896 e 1929-1939)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- Comunicado IPEA.** “Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras”, agosto de 2011. Disponível em: http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/comunicado/110804_comunicadoipea104.pdf.
- Corazza, G.** “Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária”. In: *Revista da SEP*, dezembro de 1998, nº 3.
- Darhendorf, R.** *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília. Editora UNB. 1982.
- Debord, G.** *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- Dowbor, L.** “A crise financeira sem mistérios”, 2009. Disponível em: <http://diplo.org.br/2009-01,a2772>.
- Dreifuss, R.** *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- Duménil, G.; Lévy, D.** “O Neoliberalismo sob a Hegemonia Norte-Americana”. In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. “Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo”. In: *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.
- Eagleton, T.** “Awakening from modernity”. *Times Literary Supplement*, 20 de fevereiro de 1987.

- _____. “Capitalismo, modernismo e pós-modernismo”. In: *Crítica Marxista*, n. 53.
- _____. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- Ehrenreich, B.** *Bright-sided: how the relentless promotion of positive thinking has undermined America*. Nova Iorque: Metropolitan Book, 2009.
- Einchengreen, B.** “Exchange Rates and Economic Recovery in the 1930s”. *Journal of Economic History*, 45, 1985.
- _____. *Golden Fetters: The Gold Standard and the Great Depression*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- _____. “Global imbalances and the lessons of Bretton Woods”. NBER Working Papers, n. 10497, 2004. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w10497>.
- _____. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- _____. “Thirteen Questions about the Subprime Crisis”. *University of California*, Berkeley, janeiro de 2008. Disponível em: <http://emlab.berkeley.edu/~eichengr/13%20questions.pdf>.
- Einchengreen, B.; Irwin, D.A.** “The slide to protectionism in the great depression: who succumbed and why?”. *Working Paper 15142*; National Bureau of Economic Research, julho de 2009. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w15142>.
- Einchengreen, B.; Vazquez, P.** “Institutions and Economic Growth in Postwar Europe: Evidence and Conjectures”. In: Ark, B.; Kuipers, S.; Kuper, G. (eds). *Productivity, Technology and Economic Growth*. Dordrecht: Kluwer, 2000. Disponível em: <http://www.econ.berkeley.edu/~eichengr/research/vanark.pdf>.
- Engels, F.** *Esboço de uma crítica da economia política*. In: *Engels*. Coleção: Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.
- Epstein, G.A.** “Introduction: Financialization and the world economy”. In: Epstein, G.A. (ed.) *Financialization and The World Economy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.
- Escobar, P.** “Uma guerra oficialmente declarada morta”. *Asia Times Online*. Disponível em: <http://redecastorphoto.blogspot.com/2011/12/pepe-escobar-uma-guerra-oficialmente.html>.
- _____. “A atração fatal entre Estados Unidos e o CCG”. *Asia Times Online*, 20/1/2012. Disponível em: <http://redecastorphoto.blogspot.com.br/2012/01/pepe-escobar-eua-ccg-atracao-fatal.html>.
- Fausto, R.** *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Ferguson, N.** *The ascent of Money*. Nova Iorque: Penguin Books, 2009.
- Figueiredo, E.L.** “Globalização, neoliberalismo e a estratégia do poder”. In: Santos, T. (coord) *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004.
- Fiori, J.L.** “Globalização, hegemonia e império”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. “Apresentação”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. “Império e pauperização”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. “Era uma vez um Imperador chinês”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. “O capitalismo liberal”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. “De volta à geopolítica das nações”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. “Ataque Econômico Preventivo”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. “A nova geografia econômica mundial”. In: *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. “O sistema mundial, no início do século XXI”. In: J.L Fiori, F. Serrano e C. Medeiros. *O Mito do Colapso Americano*, Editora Record, Rio de Janeiro, 2008.
- Foley, D.K.** *Understanding Capital: Marx's Economic Theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

- _____. “Marx’s theory of money in historical perspective”. In: Moseley, F. (org.) *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan, 2005.
- Foster, J.B.** “The Financialization of Capital and the Crisis”. *Monthly Review*. Vol.59, n.11, abril de 2008. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2008/04/01/the-financialization-of-capital-and-the-crisis>.
- _____. “The Financialization of Accumulation”. *Monthly Review*. Vol.62, n.5, outubro de 2010. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2010/10/01/the-financialization-of-accumulation>.
- Foster, J.B.; McChesney, R.W.; Jonna, R.J.** “The Internationalization Of Monopoly Capital”. *Monthly Review*, Vol. 63, n.2, junho de 2011. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2011/06/01/the-internationalization-of-monopoly-capital>.
- _____. “Monopoly and Competition in Twenty-First Century Capitalism”. *Monthly Review*, Vol. 63, n.1, abril de 2011. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2011/04/01/monopoly-and-competition-in-twenty-first-century-capitalism>.
- Foster, J.B.; Magdoff, F.** “Financial Implosion and Stagnation”. *Monthly Review*. Vol.60, n.7, dezembro de 2008. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2008/12/01/financial-implosion-and-stagnation>.
- _____. “The Great Financial Crisis”. *Monthly Review*. Vol.62, n.5, outubro de 2010. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2010/10/01/the-great-financial-crisis-three-years-on>.
- Frank, A.G.** (ed.) *The world system: five hundred years or five thousand?* London: Routledge, 1996.
- Freeman, A.** “A general refutation of Okishio's theorem and a proof of the falling rate of profit”. MPRA Paper, n.1998, novembro de 2007. Disponível em: http://mpra.ub.uni-muenchen.de/1998/1/MPRA_paper_1998.pdf.
- Freeman, A.; Charchedi, G.** (eds). *Marx and Non-Equilibrium Economics*. Cheltenham: Edward Elgan, 1996.
- Friedman, M.** *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Artenova, 1977.
- Fukuyama, F.** *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- _____. Entrevista para a Folha de São Paulo, 15/01/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/20118-o-fim-do-fim-da-historia.shtml>.
- Gall, N.** *O terremoto financeiro: a primeira crise global do século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- Germer, C.** “The Commodity Nature of Money in Marx’s Theory”. In: Moseley, F. (org.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan, 2005.
- _____. “O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx – uma polêmica”. In: *Revista da SEP*, dezembro de 2002, nº 11.
- Giddens, A.** *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da terceira via*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- Gilpin, R.** *The Political Economy of International Relations*. Princeton, 1987.
- Gorz, A.** *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- _____. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- Gowan, P.** *A Roleta Global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- Gramsci, A.** “Americanismo e fordismo”. In: *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Grespan, J.L.** *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998.
- _____. “A Dialética do Averso”. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã/CEMARX/IFCH, 2003.
- Griffith-Jones, S.; Ocampo, J.A.; Stiglitz, J.E.** *Time for a Visible Hand: lessons from the 2008 worrld financial crisis*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- Guttmann, R.** “Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, 82, novembro de 2008.

- _____. “As mutações do capital financeiro”. In: *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- Guttman, R.; Plihon, D.** “Consumer Debt at the Center of Finance-Led Capitalism”. CEPN, Paris-Nord (mimeo), janeiro de 2008. Disponível em: www.univ-paris13.fr/CEPN/col_guttman_plihon_1.pdf.
- Habermas, J.** *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968.
- _____. *Teoría de La Acción Comunicativa*. 2 vols. Madrid: Taurus, 1987a.
- _____. “Que significa socialismo hoje? Revolução recuperadora e necessidade de revisão de esquerda”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n° 30, julho de 1991.
- _____. “Arquitetura moderna e pós-moderna”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 18, set., 1987.
- _____. “Modernity – An Incomplete Project”. Disponível em: www.aphotostudent.com/wp-content/uploads/2009/11/habermas_modernityproject.pdf
- _____. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.
- Hall, P.** *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- Hanieh, A.** “Classe e capitalismo no Golfo - A Economia Política do Conselho de Cooperação do Golfo”. *Socialist Register, New Left Project*, 2011. Disponível em: <http://redecastorphoto.blogspot.com.br/2012/01/classe-e-capitalismo-no-golfo-economia.html>.
- Harvey, D.** *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.
- _____. “Por qué está condenado al fracaso el paquete de estímulos económicos”, 2009. Disponível em: www.rebellion.org/noticia.php?id=80953.
- Hayek, F.Von.** “Competition as a Discovery Procedure”. In: *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- _____. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- _____. *The fatal conceit: the errors of Socialism*. (The collected Works of F. A. Hayek. Vol I). Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- Hilferding, R.** *O capital financeiro*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- Hirst, P., Thompson, G.** *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- Hobsbawm, E. J.** *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- _____. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Holloway, J. e Picciotto, S.** (eds) *State and Capital*. Londres: Edward Arnold, 1978.
- Horkheimer, M.** *O Eclipse da Razão*. São Paulo: Centauro, 2002.
- _____. “The Authoritarian State”. In: Arato, A.; Gebhardt, E. *The essential Frankfurt school reader*. New York: Continuum, 1990.
- Horsman, M; Marshall, A.** *After the Nation State*. Londres: Harper Collins, 1994.
- Hoveman, R.** “Brenner and crisis: a critique”. Disponível em: <http://pubs.socialistreviewindex.org.uk/isj82/hoveman.htm>.
- Husson, M.** “A systemic crisis, both global and long-lasting”. 2008. Disponível em: hussonet.free.fr/histokli.pdf.
- Ianni, O.** “Mídia, política e hegemonia”. In: Santos, T. (coord) *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

Jameson, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. “Postmodernism and Consumer Society”. In: *The Cultural Turn. Selected Writings on the Postmodern, 1983-1998*. Londres: Verso, 1998.

_____. “Cultura e capital financeiro”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. “O tijolo e o balão: arquitetura, idealismo e especulação imobiliária”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. “Globalização e estratégia política”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. “Notas sobre a globalização como questão filosófica”. In: *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Kalecky, M. *Teoria da Dinâmica Econômica. Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. Coleção: *Os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1977.

Kautsky, K. “O Imperialismo” (1913-1914). In: Teixeira, A. *Utópicos, Heréticos e Malditos*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

_____. “Dois artigos para uma revisão” (1915). In: Teixeira, A. *Utópicos, Heréticos e Malditos*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

Kehl, M.R. “Fascismo banal”. Disponível em: <http://www.mariaritakehl.psc.br/resultado.php?id=256>.

_____. “Fetichismo”. Disponível em: <http://www.mariaritakehl.psc.br/resultado.php?id=15>.

Keynes, J.M. “O fim do ‘laissez-faire’” (1926). In: Keynes, J.M. *Economia*. (Coleção *Grandes Cientistas Sociais*). São Paulo: Ática, 1978.

_____. “Considerações sobre o padrão-ouro” (1930). In: Keynes, J.M. *Economia*. (Coleção *Grandes Cientistas Sociais*). São Paulo: Ática, 1978.

_____. *As consequências econômicas da paz*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNB, 2002.

Kindleberger, C. *American Business Abroad*. New Haven: Yale University Press, 1969.

_____. *Manias, Panics and Crashes: a history of financial crises*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1996.

Klagsbrunn, V.H. “Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira”. In: *Crítica Marxista*, n. 27, 2008.

Kliman, A. *The failure of capitalist production: Underlying causes of the great recession*. Londres: Pluto Press, 2012.

_____. “The Okishio Theorem: an Obituary”. *Review of Radical Political Economics*, n.29, 1997.

Krugman, P. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Kurz, R. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz & Terra, 1992.

_____. “One World e nacionalismo terciário”. In: *Os últimos combates*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. “Perdedores globais”. In: *Os últimos combates*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. “Pós-Imperialismo”. In: *Os últimos combates*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. “A intelligentsia depois da luta de classes”. In: *Os últimos combates*. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. “Marx depois do marxismo”. In: *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF - Pazulin, 2004.

_____. “Com todo vapor ao colapso”. In: *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF - Pazulin, 2004.

_____. “Economia totalitária e paranóia do terror”. In: *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF - Pazulin, 2004.

_____. “Existe vida após a economia de mercado?”. In: *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF - PAZULIN, 2004.

Lacan, J. *Séminaire XX*. Paris: Seuil, 1975.

Landes, D. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Lapavistas, C. “Money And The Analysis Of Capitalism: The Significance Of Commodity Money”. *Review Of Radical Political Economics*, Vol. 32 Nº4, P. 631-656, 2000.

_____. “The Universal Equivalent as Monopolist of the Ability to Buy”. In: Moseley, F. (org.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan, 2005.

Lavoie, D. “Some Strenghts in Marx’s Disequilibrium Theory of Money”. In: *Cambridge Journal of Economics*, n.7, 1983.

Lênin, V.I. *Imperialismo: a fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

Lyotard, J-F. *Moralidades pós-modernas*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

Loranger, J-G. “Pseudo-Validation du Crédit et Etalon Variable de Valeur”. In: *Economie Appliquée*, n.35, 1982.

Lórdon, F. “O pesadelo das finanças sem freios”, 2008. Disponível em: <http://diplo.org.br/2008-03,a2266>.

_____. “O mundo refém das finanças”, 2008. Disponível em: <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article107>.

Losurdo, D. *A linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. “Panamá, Iraque, Iugoslávia: Os Estados Unidos e as guerras coloniais do século XXI”. In: *Crítica Marxista*, n.9, 1999.

Luxemburgo, R. *A acumulação do Capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. “No Albergue”. In: Schütrumpf, J.(org). *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Löwy, M.; Bensaid, D. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.

Mandel, E. *O capitalismo tardio*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. “A Teoria do Valor-Trabalho e o Capitalismo Monopolista”. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mandel/1967/12/teoria.htm>.

Marcuse, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. *Cultura e Sociedade II*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Marglin, S.; Bhaduri, A. “Profit Squeeze and Keynesian Theory”. In, Marglin, S.; Schor, J.B. *The Golden Age of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

Mariano, R. “Expansão Pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal”. In: *Estudos Avançados*, 18(52), 2004.

Marini, R.M. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

Martin, T. “The world market in upswing and turbulence”. Disponível em: http://www.workersliberty.org/system/files/brenner-8_0.pdf, s/p.

Martins, C.E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Tese (Doutorado). FFLCH-USP, 2002.

Marx, K. *Early Political Writings*, Cambrigde (USA), Cambrigde University Press, 1995.

_____. “Maquinaria e Trabalho Vivo (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador)”. In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994.

_____. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973.

_____. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993.

_____. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo IV. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1984.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986.
- _____. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978.
- _____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. *Trabalho assalariado e capital*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: Textos 3*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- _____. *Salário, preço e lucro*. In: *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- Marx, K., Engels, F.** *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers, 1965.
- Mazzuchelli, F.** “A crise em perspectiva: 1929 e 2008”. *Revistas Novos Estudos*, n. 82, novembro de 2008.
- Mello, J.M.C.** “A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana”. In: *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997
- Minsky, H.P.** *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- Moares, J.Q.** “A Miragem Global e a Rearticulação Imperialista”. In: *Crítica Marxista*, vol1, n.3, 1996.
- Morris, C.R.** *O crash de 2008: dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito*. São Paulo: Aracati, 2009.
- Moseley, F.** “The ‘Monetary Expression Of Labor’ in The Case Of Non-Commodity Money”, 2004.
- _____. “Introduction”. In: Moseley, F. (org.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan, 2005.
- _____. “Some notes on the crunch and the crisis”. *Internacional Socialism Journal*, 2008. Disponível em: <http://www.isj.org.uk/?id=463>.
- _____. “The U.S. Economic Crisis: Causes and Solutions”. *Internacional Socialist Review*, n.64, março-abril de 2009. Disponível em: <http://www.isreview.org/issues/64/feat-moseley.shtml>.
- Musse, R.** “Observações sobre o desastre econômico”, 2008. Disponível em: p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/3028,1.shl.
- Nakatani, P.; Marques, R.M.** “A finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo”. In: *Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia*, 2008.
- Negri, A.** “Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today”. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996
- _____. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- Negri, A.; Hardt, M.** *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- Nye, J.** *The paradox of American Power: why the world's only superpower can't go it alone*. New York: Oxford University Press, 2002.
- Offe, C.** *Capitalismo Desorganizado*. SP: Brasiliense, 1995.
- Ohmae, K.** *The Borderless World*. Londres: Collins, 1990.
- _____. *The end of the Nation State*. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1996.
- Okishio, N.** “Technical Changes and the Rate of Profit”. *Kobe University Economic Review*, n.7, 1961.
- Panicht, L.; Gindim, S.** “Global Capitalism And American Empire”. Disponível em: http://journal.alternatives.ca/IMG/pdf/Panitch_Gindin.pdf.

- _____. “Imperialism and global political economy: a reply to Callinicos”. <http://www.socialistproject.ca/theory/CallinicosReply.pdf>.
- Passa Palavra.** “A Esquerda fora do Eixo”. Disponível em: www.passapalavra.info/?p=41221.
- _____. “Dossiê Especial Bolsa Família”, 2010. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=21593>.
- Pashukanis, E.** *The General Theory of Law and Marxism*, 1924. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/pashukanis/1924/law/index.htm>.
- Paulani, L.M.** *Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito*. Tese de Doutorado, FEA-USP, 1991
- _____. *Modernidade e Discurso Econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. *Revista Estudos Avançados*, n.23 (66), 2009.
- Paulani, L.M.; Rota, T.N.** “A Teoria Monetária de Marx: atualidade e limites frente ao capitalismo contemporâneo”. Apresentado no XIV Encontro Nacional de Economia Política da SEP, 2011. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/1557_038703956a84805ac4404517b408681d.pdf?PHPSESSID=86be8380042309d326146e173d2d19bc.
- Peet, R.** “Contradictions of Finance Capitalism”. *Monthly Review*, vol.63, n.7, dezembro de 2011. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2011/12/01/contradictions-of-finance-capitalism>.
- Petras, J.** “World Depression: Regional Wars and the Decline of the US Empire”, 2011. Disponível em: www.petras.laheine.org/?p=1775.
- Plihon, D.** “As grandes empresas fragilizadas pela finança”. In: Chesnais, F. (org). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- Polanyi, K.** *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- Pollock, F.** “State capitalism: its possibilities and limitations”. In: Arato, A.; Gebhardt, E. *The essential Frankfurt school reader*. New York: Continuum, 1990.
- Post, C.; Malloy, M.C.** “A Reply to Robert Brenner”. Disponível em: <http://www.solidarity-us.org/node/888.s/p>.
- Postone, M.** “Teorizando o mundo contemporâneo. Robert Brenner; Giovanni Arrighi; David Harvey”. São Paulo: *Novos estudos CEBRAP*, n.81, julho de 2008. Acessível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-3002008000200008&script=sci_arttext.
- Prado, E. F. S.** “Pacificação do conflito de classes?” In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. “Habermas Contra Marx: Crítica e Crítica da Crítica”, 2003. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosNaoPublicados/Habermas_Marx_4.pdf.
- _____. “A Dialética de Engels a Marx e o Evolucionismo de Hayek”. Disponível no sítio: http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosNaoPublicados/Dialetica_evolucionismo.pdf.
- _____. “Pós-grande indústria e neoliberalismo”. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. “Crítica à economia política do imaterial”. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. “Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconversível”. Disponível em: <http://eleuterioprado.wordpress.com/2012/03/24/dinheiro-mundial-inconversivel/>, 2012.
- _____. “Capital Financeiro e Capitalismo Contemporâneo: qual a relação?”. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-posicao-2.pdf>.
- _____. “O marxismo pé-no-chão de David Harvey”, 2012. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/02/baixar-texto-243.pdf>.
- _____. “Kliman: a grande falha do capitalismo”, 2012. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/03/baixar-texto-25.pdf>.
- Reich, R.** *O trabalho das Nações*. São Paulo: Educator, 1993.

- Reuten, G. ; Williams, M.** *Value-Form and the State. The tendencies of accumulations and the determination of economic policy in capitalist society.* Londres: Routledge, 1989.
- Rosdolsky, R.** *Gênese e estrutura do Capital de Karl Marx.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- Rosenau, J.N.** *Turbulence in World Politics.* Brighton: Princeton University, 1990.
- Rotman, B.** *Signifying Nothing: The Semiotics Of Zero,* New York: St. Martin's Press, 1987.
- Roubini, N.; Mihm, S.** *A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional.* Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.
- Saad-Filho, A.** *The Value of Marx: Political Economy for Contemporary Capitalism.* Londres: Routledge, 2002.
- Sader, E.** "Hegemonia e contra-hegemonia". In: Ceceña, A.E. (org) *Hegemonias e emancipações no século XXI.* Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- Safatle, V.** "Depois da culpabilidade: figuras do supereu na sociedade de consumo". In: Dunker, C.; Prado, J.L (orgs) *Zizek Crítico.* São Paulo: Hacker, 2005.
- Salama, P.; Camara, M.,** "A inserção diferenciada com efeitos paradoxais dos países em desenvolvimento na mundialização financeira". In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.* São Paulo: Boitempo, 2005.
- Santos, Milton.** *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* São Paulo: Record, 2000.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. "A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas". *Terra Livre*, 1991, n. 9.
- Santos, T.** *A teoria da dependência: balanço e perspectiva.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- Saros, D. E.** "The Price-Form as a Fractional Reflection of the Aggregate Value of Commodities". *Review of Radical Political Economics*, Vol. 39, 2007.
- Sauviat, C.** "Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário". In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.* São Paulo: Boitempo, 2005.
- Schumpeter, J.** *Capitalismo, Socialismo e Democracia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- Schwarz, R.** *O pai de família e outros estudos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- Sweeze, P.M.** "More (or Less) on Globalization". *Monthly Review*, Vol.49, n.4, setembro de 1997.
- Serfati, C.** "A Economia Política da Finança Global". *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, nº 18, junho de 2006.
- Serfati, C; Mampaey, L.** "Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo a um compromisso 'Guerra sem Limites'?". In: *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.* São Paulo: Boitempo, 2005.
- Shaikh, A.** "The first great depression of the 21st Century". In: Panitch, L.; Albo, G.; Chibber, V. *The Crisis this Time.* Socialist Register. Londres: Merlin Press, 2010.
- _____. "Uma Introdução à História das Teorias de Crise". *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 1983. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/281/490>.
- Sorkin, A.R.** *Too big to fail: the inside story of how wall street and Washington fought to save the financial system – and themselves.* Nova Iorque: Penguin Books, 2009.
- Soros. G.** *The new Paradigm for Financial Markets: the credit crisis of 2008 and what it means.* Nova Iorque: PublicAffairs, 2008.
- Steindl, J.** *Maturidade e estagnação no capitalismo americano. (Os Economistas).* São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- Stiglitz, J.** *A globalização e seus malefícios.* São Paulo: Futura, 2002.
- _____. *The Stiglitz report : reforming the international monetary and financial systems in the wake of the global crisis.* Nova Iorque: New Press, 2010.
- Sweezy, P.M.** "More (or Less) on Globalization". *Monthly Review*. Vol.49, n.4, setembro de 1997.
- _____. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista. (Os Economistas).* São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- Sweezy, P.M, Magdoff, H.** “Listen Keynesian!”. *Monthly Review*, vol.34, n.8, janeiro de 1983. Disponível em: <http://mrzine.monthlyreview.org/2010/ms130610.html>.
- Tavares, M.C.** “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”. In: Tavares, M.C.; Fiori, J.L. (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997
- _____. “Apresentação”. In: Chesnais, F., *Tobin or Not Tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. São Paulo: Editora Unesp; ATTAC, 1999.
- Temin, P.** *Lessons from the Great Depression*. Cambridge: MIT Press, 1989.
- Triffin, R.** *Gold and Dóllar Crisis*. New Haven: Yale University Press, 1961.
- Vroey, M.** “La Théorie Marxiste de la Valeur, Version Travail Abstrait. Un Bilan Critique”. In: *Un Echiquier Centenaire, Théorie de la Valeur et Formation des Prix*. Paris: La Découverte, 1985.
- Wallerstein, I.** “Crisis as transition”. In: Amin, S., Arrighi, G., Frank, A. G., Wallerstein, I. *Dynamics of Global Crisis*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1982.
- _____. *O sistema mundial moderno, o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia (1600-1750)*. 2 vols. Porto: Afrontamento, 1974.
- _____. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001
- _____. “Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo”. In: *Uma nova fase do capitalismo?*. São Paulo: Xamã, 2003.
- _____. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- _____. “Depressão, uma visão de longa duração”. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15320&boletim_id=477&componente_id=8390.
- Weber, M.** “O significado da disciplina”. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1963.
- _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- _____. “Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal”. In: *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- Woods, E.M.** “Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar”. In: *Crítica Marxista*, n.19, 2004.
- Zizek, S.** “Multiculturalismo ou a lógica cultural do capitalismo multinacional”. In: Dunker, C.; Prado, J.L (orgs) *Zizek Crítico*. São Paulo: Hacker, 2005.
- _____. “Posfácio: a escolha de Lênin”. In: Zizek, S. (org.) *Às portas da Revolução: escritos de Lênin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. “O superego pós-moderno”. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/19133295/Zizek-O-superego-posmoderno>.
- _____. “A paixão pelo real”. Publicado na *Folha de São Paulo*, em 30/11/2003.
- _____. *Eles não sabem o que fazem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. *Bem-Vindo ao Deserto do Real!* São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. “The Revolt of the Salaried Bourgeoisie”, 2012. Disponível em: <http://www.lrb.co.uk/v34/n02/slavoj-zizek/the-revolt-of-the-salaried-bourgeoisie>.